

A IDEIA
revista de cultura libertária



A IDEIA

revista de cultura libertária

fundador e proprietário João Freire

consultor editorial Artur Cruzeiro Seixas

director e editor António Cândido Franco

editor gráfico Luiz Pires dos Reis

assist. prod. gráfica Xénia Pereira Reis

periodicidade: *anual (número duplo ou triplo)*

imagens (miolo) Alex Januário, Almerinda Pereira, Angela Magnatta, Cláudia Rita Oliveira, Cruzeiro Seixas, Délio Vargas, Dominique Labaume, Isabel Meyrelles, José Smith Vargas, Margarida Vale de Gato, Maria Antónia Viana, Michael Löwy

capa e contra-capas CRUZEIRO SEIXAS [desenho de caderno pessoal, década de 90 (?)]

agradecimentos para este volume Alex Januário/Marcelo Finateli (*textos de Sílvia Guiard e Michael Löwy; transcrições de Lo Duca a Sergio Lima*); Almerinda Pereira (*iconografia*); revista *Análise Social* (*texto de José Pedro Zúquete*); revista *Anarchica* (*Amedeo Bertolo, Carlotta Pedrazzini, Paolo Finzi*); António Baião (*textos e imagens de A Sementeira, A Batalha e revista Renovação*); Biblioteca Nacional (*espólios de Cruzeiro Seixas e Luís Amaro*); Biblioteca Pública de Ponta Delgada (*espólio de Natália Correia*); Carlos Taibo (*texto e cronologia*); Cláudia Rita Oliveira (*fotogramas de Cruzeiro Seixas*), Cruzeiro Seixas (*texto de Cláudia Rita Oliveira*); Dominique Labaume (*fotografias*); Fundação Cupertino de Miranda (*imagens pessoais de Cruzeiro Seixas*); José Smith Vargas (*anúncio jornal MAPA*); Le Monde Libéraire (*Guy Girard; Union Pacifiste de France; iconografia*); Luís Amaro (*espólio*); Luís de Moura Sobral (*catálogo da exposição de Montreal de 1984*); Marcos Farrajota (*anúncio d'A Batalha*); Mário Brochado Coelho (*iconografia de Maria Natália Duarte Silva*); Miguel Teotónio Pereira (*textos inéditos e iconografia de Maria Natália Duarte Silva*); Olinda Carolas (*traduções de Emma Goldman; Ida Mett; Janet Biehl; União Pacifista de França*); Raquel de Barros & Risoleta C. Pinto Pedro (*inédito e imagens de Jaime Salazar Sampaio*); Rui Martinho (*fotografia de Virgílio Martinho*); Rui Sousa (*conversa com Cruzeiro Seixas e textos de Perfecto E. Cuadrado e Miguel Filipe Mochila*)

endereço rua dr. Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal

endereço electrónico acvctf@uevora.pt

blogs <http://aideialivre.blogspot.com>; <http://colectivolibertarioevora.wordpress.com>

depositários Livraria Letra Livre: calçada do Combro, n.º 139, 1200-113 Lisboa; Livraria Uni-Verso: rua do Concelho, 13, 2900 Setúbal; Livraria Alfarrabista – Miguel de Carvalho, Adro de Baixo, 6, 3000 Coimbra; Saco de Gatos: Rua do Rosário n.º 281, 4050-525 Porto

impressão Europress

tiragem 500 exemplares

depósito legal 365900/13

registo do título 104 197

ISSN 0870-6913

A Ideia é uma revista que faz da cultura o seu campo de acção. Através da criação poética e plástica, da expressão filosófica, da pesquisa social, da investigação histórica, da abertura a uma ciência humanizada, desligada dos interesses lucrativos do dispositivo industrial/militar, a publicação visa criar as bases dum espírito livre, criativo, gratuito e solidário, contributo efectivo para a realização plena de todos os seres vivos. Tirando este princípio geral, suficiente para lhe dar um propósito de acção, o libertário, e uma família de ideias, o *anarquismo cultural*, a revista não tem plataforma programática. As colaborações não solicitadas são desejáveis, embora sujeitas a validação; da sua edição ou não, a revista dará sempre nota ao autor. A responsabilidade dos textos assinados – incluindo traduções – cabe aos autores, respondendo o director pelos não assinados. Os trabalhos publicados, salvo indicação expressa em contrário dos autores, não têm direitos reservados e, sem intuítos comerciais, com indicação de autor/fonte, podem ser reproduzidos livremente. Não se segue nenhuma norma ortográfica e várias grafias do português podem coexistir. A revista aceita ainda publicar, sem tradução, textos em francês, castelhano, catalão, italiano e inglês.

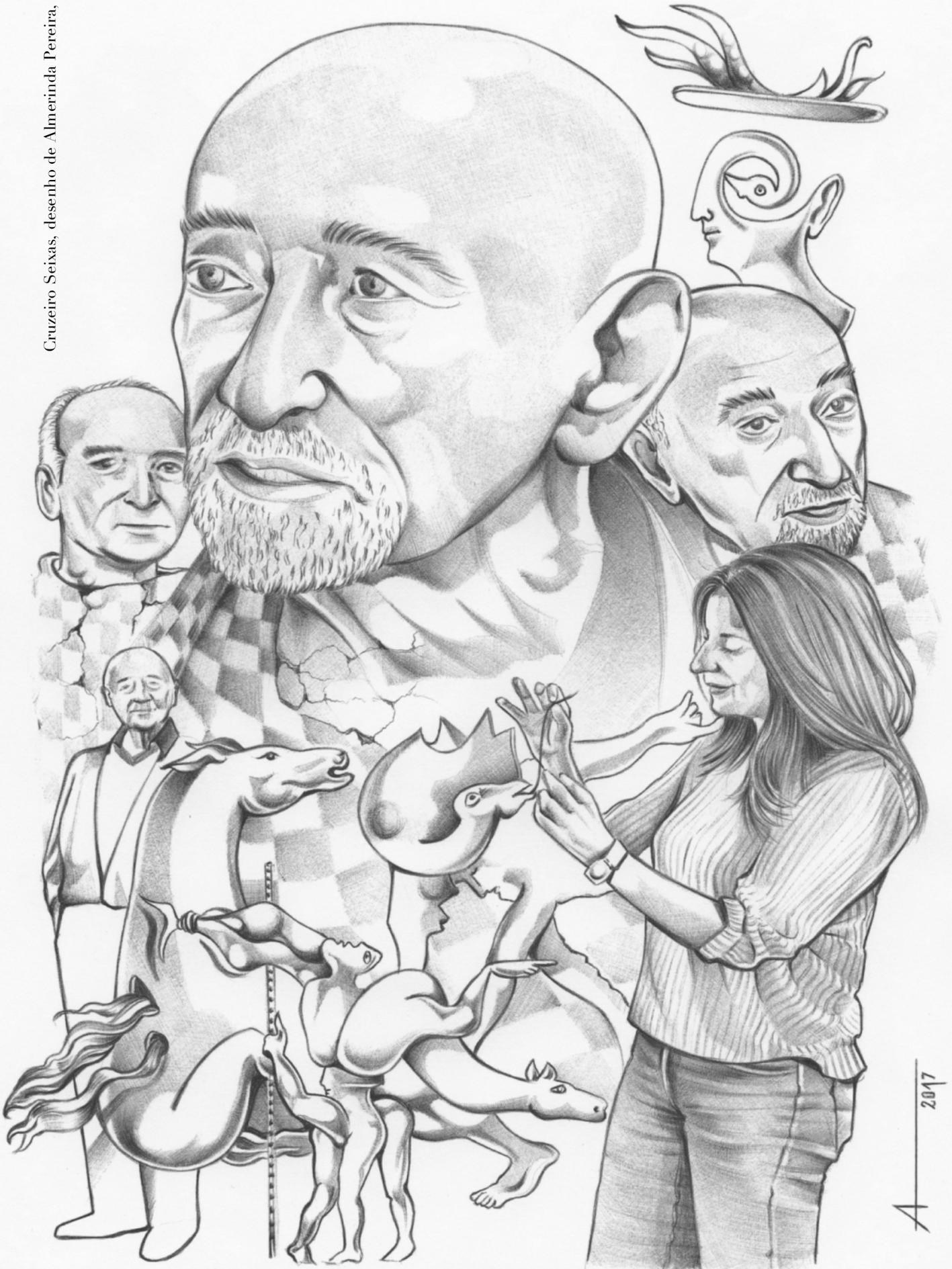
CONDIÇÕES DE EXPEDIÇÃO DA REVISTA ENCONTRAM-SE NA ÚLTIMA PÁGINA

DESEJA-SE PERMUTA PIDESE CANJE ON DEMANDE L'ÉCHANGE CHIEDESI SCAMBIO
WE ASK FOR EXCHANGE MAN BITTET UM AUSTAUSCH

| | |
|---|------------|
| Limiar | 7 |
| <i>Maria Paiva – Soneto</i> | 8 |
| <i>Beldiabo – Carta</i> | 9 |
| Pedrógão Grande: É preciso ouvir Cassandra | 10 |
| <i>Paulo Jorge Brito e Abreu – Cruzeiro Seixas</i> | 11 |
| <i>Cláudia Rita Oliveira – Artur – O Homem Poeta</i> | 12 |
| <i>Vários – Conversa com Cruzeiro Seixas</i> | 13 |
| <i>Virgílio Martinho – El Jovem Azul</i> | 22 |
| <i>Fernando J. B. Martinho – Virgílio Martinho: Poeta</i> | 24 |
| <i>Miguel Real – Virgílio Martinho</i> | 27 |
| <i>Cristina Dias – Mário Cesariny/Natália Correia</i> | 32 |
| <i>Luís de Moura Sobral – A Retrospectiva Surrealista de Montreal</i> | 36 |
| <i>Fernando Alves dos Santos/Cruzeiro Seixas – Correspondência</i> | 41 |
| <i>Luiz Pacheco/ Fernando de Paços – Correspondência</i> | 44 |
| <i>Sofia Santos – Luiz Pacheco/Luís Amaro</i> | 47 |
| Documento da Intervenção Surrealista em Portugal [1967] | 51 |
| <i>J. M. Lo Duca – Duas Cartas a Sergio Lima [1967]</i> | 53 |
| <i>Isabel Mendes Ferreira – Fernando Ribeiro de Mello</i> | 55 |
| <i>Perfecto E. Cuadrado – Portugal, Surrealismo</i> | 56 |
| <i>Manuel Tavares Rodrigues-Leal – Dois poemas</i> | 65 |
| <i>Miguel F. Mochila – Eugénio de Castro, precursor do surrealismo?</i> | 66 |
| <i>José Nunes da Rocha – Notas para uma Heteronímia</i> | 72 |
| <i>Henrique Manuel Bento Fialho – Quarta-feira de Cinzas</i> | 73 |
| <i>Amadeu Baptista – Três poemas</i> | 75 |
| <i>Fernando Venâncio – O Saque</i> | 76 |
| <i>Alexandre Vargas – Dois Sonetos</i> | 77 |
| <i>Maria Estela Guedes – Psico</i> | 78 |
| <i>Emma Goldman – Recordações de Kropotkine</i> | 79 |
| <i>Ida Mett – Uma Terceira Revolução Soviética</i> | 85 |
| Manifesto dos Sublevados de Cronstadt [Março de 1921] | 89 |
| <i>Emma Goldman – Memorial de Cronstadt</i> | 91 |
| <i>Carlos Taibo – Para entender lo ocurrido entre 1917 y 1921</i> | 96 |
| – Cronologia [1861-1922] | 100 |
| Conversa com Carlos Taibo | 101 |

| | |
|---|-----|
| <i>J. M. Carvalho Ferreira</i> – Contradições e Equívocos da Revolução Russa | 102 |
| <i>Ana da Palma</i> – Dez Dias que Abalaram o Mundo | 113 |
| <i>Júlio Henriques & outros</i> – A Questão Camponesa | 118 |
| <i>Joëlle Ghazarian</i> – Dois Poemas | 124 |
| <i>António Baião</i> – A Revolução Russa na Imprensa Operária | 125 |
| <i>Hilário Marques</i> – Editorial d’<i>A Sementeira</i> [Fevereiro, 1919] | 127 |
| <i>Jaime Brasil</i> – Sobre um livro de José Carlos Rates [1924] | 128 |
| <i>Ferreira de Castro</i> [?] – Nono Aniversário da Revolução Russa [1925] | 130 |
| <i>Gabriel Rui Silva</i> – Manuel Ribeiro e Eduardo Metzner | 131 |
| <i>Paulo Eduardo Guimarães</i> – O Iconoclasmo Acrata na década de 20 | 136 |
| Um Documento Eborense de 1921 | 140 |
| Juventudes Sindicalistas Portuguesas – Declaração de 1926 | 142 |
| <i>Manuel Hipólito Almeida Santos</i> – As Prisões Portuguesas | 143 |
| <i>Paulo Borges</i> – Desaforismos | 147 |
| <i>Fátima Vale</i> – 4 dilúvios de bolso | 150 |
| <i>José Pedro Zúquete</i> – O Anarquismo está de Volta? | 152 |
| <i>João Freire</i> – A Acção anarquista, Hoje e há Cem Anos | 164 |
| <i>Jorge Leandro Rosa</i> – Forjar o Regresso do Anarquismo | 172 |
| Entrevista com a União Pacifista de França | 179 |
| <i>Henry David Thoreau</i> – Amizade | 183 |
| <i>António Cândido Franco</i> – Thoreau e a Moderna Tradição Libertária | 184 |
| <i>Maria Antónia Lima</i> – A Contradição é uma Libertação | 188 |
| <i>Manuel Neto dos Santos</i> – Figurações do Real | 192 |
| <i>José Pais de Carvalho</i> – A Face da Luz | 193 |
| <i>Francisco Cardo</i> – Dois Poemas | 194 |
| <i>Manuel Silva Ramos</i> – Baptista-Bastos [1932-2017] | 195 |
| <i>Maria Natália Duarte Silva</i> – Dois contos inéditos | 197 |
| – poema | 203 |
| <i>Maria Braga & Maria Paiva</i> – Poesia de Maria Natália Duarte Silva | 204 |
| <i>Mário Brochado Coelho</i> – O Sonho e a Morte | 209 |
| <i>Padre Mário de Oliveira</i> – Carta a Miguel Teotónio Pereira | 210 |
| <i>José Dias</i> – Mater et Magister | 211 |
| <i>José Carlos Costa Marques</i> – Atravessando as Idades | 213 |
| <i>Miguel Teotónio Pereira</i> – Primeiro Poema, caso seja 1 Poema | 215 |
| <i>Raquel de Barros</i> – J. Salazar Sampaio (Os Bastidores do dramaturgo) | 218 |
| <i>Jaime Salazar Sampaio</i> – Inédito comentado por Risoleta C. Pinto Pedro | 224 |
| <i>João Carlos Raposo Nunes</i> – Jaime Salazar Sampaio | 226 |
| <i>Risoleta C. Pinto Pedro</i> – O Homem Drama | 227 |
| <i>João Sousa</i> – poema de comboio #69 | 231 |

| | |
|--|------------|
| <i>André Alves</i> – “Que o teu nome fosse o tempo” | 232 |
| <i>Beatriz de Almeida Rodrigues</i> – “as meninas de foucault giram e giram” | 233 |
| <i>Emanuel Madalena</i> – Dois Poemas | 234 |
| <i>Inês Francisco Jacob</i> – Salvé | 235 |
| <i>Marta Esteves</i> – Dois Poemas | 236 |
| <i>Nuno Mangas-Viegas</i> – Setembro: as suas Cabeças | 237 |
| <i>Vasco Macedo</i> – Tempo da Septuagésima | 238 |
| LEITURAS & NOTAS | 239 |
| <i>Hilário Marques</i> – Editoriais d’ <i>A Sementeira</i> [1918/19] | 239 |
| Museu Kropotkine [texto de 1924 – <i>A Batalha</i>] | 241 |
| <i>José Manuel Martins</i> – Olhos de Luz Acesa | 243 |
| <i>Carlos Júlio</i> – Sobre um Livro de Carlos Taibo | 248 |
| <i>Teófilo Braga</i> – Adriano Botelho [1892-1982] | 250 |
| <i>Júlio Henriques</i> – Carlos da Fonseca [1940-2017] | 252 |
| – Duas Notas de Leitura [Marc Badal e H. Martins de Carvalho] | 252 |
| <i>Janet Biehl</i> – Paradoxos da Luta do Povo Curdo | 255 |
| <i>Amedeo Bertolo</i> – A História do “A” dentro dum Círculo | 258 |
| <i>António Cândido Franco</i> – Camus Libertaire | 259 |
| <i>Silvia Guiard</i> – Buenos Aires: Surrealismo en la lucha contra la Dictadura | 263 |
| <i>Michael Löwy</i> – Benjamin Péret e a Comuna dos Palmares | 273 |
| <i>A. Cândido Franco</i> – Cândido Costa Pinto [1911-1976] | 279 |
| – Mário Cesariny e a revista <i>Seara Nova</i> | 280 |
| <i>Rui Sousa</i> – James Douglas Morrison | 282 |
| <i>Jorge Martins</i> – A Inquisição e o Judaísmo em Belmonte | 287 |
| <i>Pedro Martins</i> – Agostinho da Silva, o Marrano do Divino | 291 |
| <i>Sofia A. Carvalho</i> – Triénio: Teixeira de Pascoas | 293 |
| <i>Luís Andrade</i> – Outra História: Revistas e Itinerários Digitais | 294 |
| <i>António Baião</i> – A Aporia Libertária e as Revistas Anarquistas | 297 |
| Editorial da revista <i>A Ideia</i> n.º 30/31 (Outono de 1983) | 300 |
| ARQUIVO & REGISTO | 301 |
| Novos Colaboradores | 311 |



A Ideia regressa em 2017 reafirmando a sua marca identitária entre as publicações portuguesas, até da área em que nasceu e se situa, através da atenção que consagra ao surrealismo como “caso de estudo” mas também como prática actuante e “modo de vida”. Além dos documentos e dos textos que o leitor pode encontrar neste número que se prendem com o conhecimento activo desse movimento e das suas figuras portuguesas, republicamos na secção “Leituras & Notas” o editorial do número duplo 30/31 d’ *A Ideia* (Outono, 1983), consagrado à criação picto-poética e que contou com o empenho de Mário Cesariny. Escrito e publicado há 34 anos, o texto não assinado mas redigido por Miguel Serras Pereira mostra a continuidade entre o passado e o presente desta revista e ilustra a seu modo o entusiasmo que desde há muito votamos ao surrealismo e às suas aspirações indeléveis de liberdade, de amor, de imaginação e de poesia.

Um século depois da revolução russa de 1917, com certeza o evento que mais marcou o desenvolvimento da história mundial no século XX, pareceu-nos indispensável, mais ainda numa publicação que teve como referencial de origem a cultura operária, reflectir sobre este acontecimento com as perspectivas e as ideias que nos são próprias. Ao longo das várias secções deste volume apresentamos um conjunto diverso de materiais sobre o evento, uns amplamente divulgados internacionalmente, mas deficientemente conhecidos entre nós, como os respeitantes à figura de Nestor Makno e aos sucessos de Cronstadt de Março de 1921, outros quase desconhecidos, como os que documentam o impacto da revolução russa na imprensa operária portuguesa da época e numa altura em que o jornal *A Batalha* ainda juntava Bakunine, Kropotkine, Lenine e Trotsky. Neste capítulo, além dos estudos de Paulo Eduardo Guimarães e Gabriel Rui Silva, chamamos a atenção para o levantamento feito por António Baião, incidindo na revista *A Sementeira*, barómetro afinadíssimo dos eventos russos então em curso. Cumpre destacar a figura do operário caldeireiro Hilário Marques, director da publicação, de quem se republicam alguns dos editoriais então dados à estampa. São peças notáveis de independência, de espírito crítico e de perspicácia analítica, valores aliás comuns ao escol operário da época, formado nos valores emancipadores do sindicalismo libertário e todo notavelmente auto-didacta.

Por fim queremos assinalar a republicação do texto de José Pedro Zúquete, publicado pela primeira vez na revista *Análise Social* (n.º 221, vol. LI, 4.º trimestre, 2016, pp. 966-989), não por estarmos de acordo com tudo o que diz estamos longe até dalguns enfoques mas por nos parecer que pela primeira vez, ao menos nos tempos mais recentes, um texto exterior ao movimento, escrito por um jovem politólogo, a quem agradecemos a autorização que nos deu para reproduzir e comentar o seu trabalho, mostra um genuíno interesse pela história das nossas ideias e um rico e actualizado acervo de informações sobre uma parte do anarquismo contemporâneo, podendo assim tornar-se num ponto de reflexão interna. Daí o pedido que fizemos a dois históricos da revista, João Freire e Jorge Leandro Rosa, para comentarem o texto, que levanta porém questões nas relações do anarquismo com a violência que os dois comentários aqui publicados, que só comprometem os autores, não esgotam. É pois possível que a ele regressemos em próximo número. Os libertários bateram-se por uma sociedade livre e sem coacções e por isso há 100 anos não puderam seguir os rumos da revolução russa. Continuam hoje a desejar uma sociedade livre e cooperante, sem coacções, sem guerras, sem violências e por isso não podem aceitar a violência a desobediência civil como Thoreau, Gandhi e Luther King a praticaram, mesmo quando ilegal, valendo por isso aos seus autores a cadeia, é eticamente irrepreensível como ponto de partida da sociedade a que aspiram.

Ainda que meu ser esteja escondido
de olhares penetrantes de gentalha,
e que sonsa me chamem por contido
furor que bastas vezes me agasalha;

ainda que te enganes surpreendido
por minha poesia estar na calha,
e chames ao soneto assim fendido
renda fútil de feminil canalha;

meu variado ser quer ser quem é,
e se imito esta forma corriqueira,
não mimarei doudas hipocrisias.

Santa e má, envergonhada sendeira,
néscia e culta, em inconstante maré,
serei o que vou sendo pelos dias.

MARIA PAIVA
Maio, 2017

CARTA DE BELDIABO

Lisboa, 2 de Outubro de 2016

Caríssimo Amigo,

Não imaginas quão sensibilizado fiquei, quando vi o meu nome citado num dos últimos números de *A Ideia!* Eu que julgava completamente esquecidas as minhas crónicas e a minha pessoa (salvo seja!) ... Nestes anos de ausência, quantas vezes tive a tentação de quebrar o silêncio. Não faltaram, graças a Deus, ocasiões em que os meus românticos chifres se aceraram e o meu digníssimo rabo se alçou, mas prevaleceu sempre o cansaço, “um grande, um profundo,/ E, ah com que felicidade infecundo, cansaço”, como diria aquele poeta Álvaro de Campos (meu parente, como sabes, pelo lado da irreverência, mas, sobretudo, pelo lado da inexistência).

O cansaço, espectável, é certo, na minha prolecta idade (apesar de, lá no fundo, me sentir sempre um Beldiabinho...), tem sido talvez mais fruto do excesso de oferta de matéria-prima para a minha modesta pena. É que, com o passar do tempo, o laranjal apodreceu de vez, o roseiral murchou, os galos ganharam direito de antena, embora tenham as cristas esmaecidas, acinzentadas, cor de burros que teimam em não fugir do pequeno ecrã... Na verdade, durante este tempo em que estive calado e o meu tridente quase enferrujou, só duas ou três ocorrências me trouxeram algum consolo: o bicho da Madeira deixou de atacar o mobiliário; as reservas de ouro cresceram (ligeiramente, *hélas!*) devido às bolas do (dizem as más-línguas) “melhor jogador do mundo”; e aquele senhor, com ar doutoral, que aparecia todos os dias na televisão, ameaçando os meninos que não queriam papar a sopa, com os esses, sim verdadeiros papões (*vulgo*, mercados, vá-se lá saber porquê), deixou, finalmente, de aparecer.

Fiquei tão feliz com a tua evocação, António, que não pude evitar escrever-te e também aproveitar a ocasião para agradecer a tua amizade. Que saudades das “velhas ideias”! E que prazer receber as “novas”! Tanta sabedoria, tanta erudição, tantos assuntos interessantes! Como eu gostaria de ter talento para colaborar.. mas não sou literato, muito menos ensaísta ou crítico literário. O mais que tenho é alguma vocação para a sátira.

Ainda este verão, ao ouvir um jornalista referir um “incêndio que *se realizou* em Castro Daire...” (a sério!), fiquei estarecido e apeteceu-me correr para o papel, escrever qualquer coisa que pusesse a ridículo o ilustre plumitivo. Depois pensei que o assunto era demasiado importante para merecer apenas uma ironiazinha e voltou-me logo o “supremíssimo cansaço” *O lapsus linguae* é, porém, veras sintomático, revelador do estado a que chegaram as coisas. Não achas? Para esta gente, os incêndios são mesmo espectáculo, espécie de entretenimento, à maneira de tragédias gregas em modo tecnológico (tecnológico, sim, pois não são *drones*, catapultas, helicópteros, bombas-relógio, um fósforo que seja, que incendeiam o país?). E, de resto, os *media* decretaram há muito a “época dos incêndios”, que, curiosamente, coincidem com a “época dos festivais”. É, portanto, uma exigência patriótica que ocorram, sob pena de não haver assunto nos noticiários estivais e os pobres portugueses morrerem de tédio à beira-mar plantados.

Mas o mais grave é que, sem incêndios, o produto interno bruto era capaz de diminuir e o crescimento económico de se tornar ainda mais anémico. Se não se provocassem e se consumissem, quantas empresas não iriam à falência, quantos bombeiros *voluntários* ficariam no desemprego, quantas deslocalizações não haveria na “indústria dos fogos”? Uma verdadeira desgraça. O que vale é o calor que, *como é sabido*, só por si, faz arder casas e montes... Pergunto-me como é que existe ainda o Alentejo... Por acaso, já assististe a uma combustão espontânea, em cinco pontos diferentes de uma serra qualquer? E, então, de noite?

Enfim, querido amigo, passei o verão entre a vontade de não-escrever e os ouvidos postos nos debates, os olhos nos artigos e livros de doutos *experts* sobre ordenamento do território e das florestas, necessidade de mais meios, medidas de prevenção, etc. e nunca surgiu sequer um *esperto* que introduzisse o tema da tal “indústria” ou acrescentasse às motivações de eventuais incendiários maldade pura, loucura, desequilíbrio emocional, piromania a piromaquia, ou, se preferires, o “servicinho”, prestado, a troco de uns patacos, a quem movimenta milhões. Fiquei-me, mais uma vez, pelo silêncio, impotente contra a máquina mediática, sobretudo porque tudo isto “faz um cansaço, /Este cansaço,/ Cansaço”.

Perdoa-me o desabafo, António. Desejo-te a maior ventura e o sucesso merecido da nossa *Ideia*. E acredita na eterna estima do

BELDIABO

PEDRÓGÃO GRANDE

é preciso ouvir Cassandra

A catástrofe anunciada por Cassandra embateu no muro da incredulidade e imprevidência dos troianos. Será sempre assim? Desde 1970, e mesmo antes, o movimento paisagista, ecológico, ambiental, conservacionista em Portugal foi a Cassandra perante o estado do nosso território, a quem todos tapavam os próprios ouvidos como Ulisses aos seus marinheiros. Sim, os responsáveis abanavam sensata e afirmativamente a cabeça. E, com as mãos e com os pés, faziam exatamente o contrário. E em cinco décadas o nosso território foi devastado como Troia sob os golpes de Aquiles.

Pedrogão Grande é uma tragédia e o primeiro momento é o da dor e da solidariedade. Faltar ao segundo momento será porém tão grave como faltar ao primeiro.

E o segundo momento é o de, finalmente, ouvir Cassandra. Não se evitou o desastre ao longo de cinco décadas, pelo contrário, agravaram-se continuamente os erros. Que não haja ilusões: cinquenta anos não serão suficientes para corrigir todos os erros praticados. Mas são suficientes para mudar decididamente de rumo, e a guinada no leme deve ser dada de imediato.

O estado do território é tal que irrupções violentas de fogos de maior ou menor amplitude continuarão — oxalá que nunca como a destes dias rubros e negros de meados de junho de 2017 — enquanto a mudança não tiver sido suficientemente concretizada numa alteração profunda do coberto vegetal e enquanto o país interior não for reabitado por gente que se dedique antes de mais a retificar os erros e a sarar as feridas da terra e da paisagem. É preciso porém e inadiável pôr de imediato mãos à obra.

Em pouco tempo ouviram-se já múltiplos apelos à autocensura de quem, num segundo momento, ousa pôr o dedo em certas feridas. Segundo esses, deveríamos limitar-nos a exprimir dor e solidariedade, dizem, no meio de sarcasmos e crítica ácida a quem deteta o erro fundamental: o coberto vegetal caótico reforçado pelo abandono do território. Sobretudo deveríamos ficar calados, dizem os que falam como se tivessem o monopólio da dor e condenam quem à dor queira juntar a razão e o pensamento, ferramentas imprescindíveis para evitar ou mitigar novas tragédias e novas dores.

Campo Aberto — associação de defesa do ambiente, como a generalidade do movimento ecológico, propugna há décadas uma regeneração que passa também pela revitalização da pequena e média agricultura, com base numa clara orientação ecológica. Sob o impacto do desastroso verão de 2016, colocámos, com outras entidades e cidadãos, a primeira pedra de uma Aliança que, à medida das suas possibilidades, contribua para que se torne prioritária a retificação dos erros que estão na base de todos estes recorrentes e sistemáticos desastres.

Será uma Aliança que trabalhará para a revalorização da floresta autóctone e para o recuo das monoculturas extensivas e contínuas para produção de pau e pasta de papel, por um lado, e para a revalorização do mundo rural e da agricultura, por outro lado. Para que o abandono do nosso território deixe de fazer dele uma “máquina de acumular combustível pronto a arder” e passe a ser o chão fértil onde crescerão os frutos, os alimentos, a sombra, a água, a árvore sem a ameaça constante da explosão na fogueira.

MENAGEM-HOMENAGEM A ARTUR CRUZEIRO SEIXAS

PAULO JORGE BRITO E ABREU

(avoco, para a Musa minha,
o Arcano e Arcaico do ro de Copas)

Acidália te signou
Rosa-meta de ametistas,
Toda ela te marcou
Uterina nos artistas
Rés do álcool de Alquimistas.

Citereia da Quimera
Reza ao Mário e pois ao Belo;
Universitas-Citera,
Ziguezague no Carmelo
E imagista na venera,
Íman ama o sal e selo:
Realista da Magia,
Ora a Verdi, verde via.

Seta-sestro, o velo e vale
É da Musa masculina,
Integral, supra-real,
Xeque-mate e cocaína:
Ara anarca, ó minhas deixas,
Serás tu Cruzeiro Seixas???

Que Luz, 25/ 05/ 2017
SIC ITUR AD ASTRA





Cruzeiro Seixas e Mário Cesariny
(dois fragmentos de um fotograma de Cláudia Rita Oliveira).



público, nem amigos, nem amor, que verdadeiramente merecesse esse nome. *NÃO VIVI*, mas, curiosamente, deixarei documentos desse não viver.”

Por último, a vontade de refletir sobre a *persona* Artur do Cruzeiro Seixas e a afirmação do seu NÃO-DESEJO atinge o seu expoente máximo com a presença constante do fantasma de Mário Cesariny. Cesariny teve um papel determinante na vida de Cruzeiro Seixas — entre o amor e o ódio, parece ser impossível que Artur fale de si, da sua poesia, das suas viagens e de surrealismo, sem falar de Mário. Esta presença acre e doce obrigou-me a entender a relação entre estes dois homens e a dar a Artur do Cruzeiro Seixas a palavra e o tempo para expressar e repor a sua história com o que se mostrou ser o elemento mais cruel em toda a narrativa da vida de Seixas.

[Junho de 2017]

Fui conhecer o Artur do Cruzeiro Seixas a Vila Nova de Famalicão em 2013. Recebeu-me um homem com um sentido de humor particular, simultaneamente entusiasmado e desiludido com o que expressava nas suas palavras. Propus-lhe fazer um documentário sobre ele, e aceitou.

Referiu que não queria impor às minhas escolhas e que o seu único desejo/expetativa em relação ao filme era que este “fosse atravessado por um sentimento de poesia”. Nos dois anos seguintes aconteceram outras visitas à sua casa em Vila Nova de Famalicão. Artur é um colecionador, um arquivador nato — metódico, organizado, com amor pelos objetos tenham eles pai e mãe ou sejam eles órfãos. No entanto, ao contrário do seu amor pelas coisas, a sua relação com os humanos demonstrava-se ambivalente e refletia o homem insatisfeito que é. Artur foi-se-me progressivamente revelando difícil de entender:

— Não gosta de ser designado como artista. Não gosta de ser designado como intelectual. Não é em pintura que pensa. Quase já não vê. Já não pinta. Não enriqueceu, nem desejou enriquecer. Não realizou muitos sonhos. A época em que vive não o satisfaz. Viveu em Angola e não quis matar brancos, não quis matar pretos. Não se sente mais desencantado com os outros que com ele próprio.

Perante este Artur inquieto e descontente senti que o filme teria inevitavelmente que abordar esta dualidade, este Cruzeiro Seixas em conflito consigo próprio. Esta afirmação pela negação foi-se tornando cada vez mais evidente — Artur escreve *desaforismos* (que não são aforismos) e tem cerca de 40 cadernos *diários-não-diários*. Estes *diários-não-diários* tornaram-se a minha prioridade do que compõe a obra de Seixas: são labirínticos, compostos por poemas, citações, recortes, *desaforismos*, feitos como toda a nossa vida, de experiências, do que a memória preservou, reordenou e inventou a partir dessas vivências — um caos que continuamente se vai fazendo e refazendo no seu interior. Num desses cadernos *diários-não-diários* encontrei um recorte com o seguinte texto: “Da minha vida nada vai ficar de definitivo, de concluído, de clarificado. Não tive



Carlos Serra, Helena Carvalho, Joana Lima, Rui Sousa e Sofia Santos conversaram com Cruzeiro Seixas em Janeiro de 2017, na Casa do Artista (Lisboa). É uma parte dessa conversa que A Ideia publica, ao modo dum diálogo contínuo, agradecendo aos autores. Em corpo redondo vão as intervenções de Cruzeiro Seixas e em itálico as dos entrevistadores.

CONVERSA COM CRUZEIRO SEIXAS

Cruzeiro Seixas, fotograma de Cláudia Rita Oliveira

Agora é tudo tão diferente: por exemplo, eu lembro-me que, da primeira vez que nos fizemos entrevistas, vinham para aí sete tipos, faziam a maquilhagem e pintavam-nos todos. Era tudo pintado, os olhos pintados, a boca, tudo. [*Referindo-se ao telemóvel com o qual gravamos a entrevista*] Agora vem só um com uma coisinha metida na algibeira e está resolvido.

*Há tempos, vimos na RTP uma entrevista...
Horrorosa...*

Partes de uma entrevista que o Artur deu nos anos 80 em que falava do surrealismo como uma filosofia e achámos muito interessante esse apontamento.

Eu não vejo nem oiço a maior parte das entrevistas, porque não me previnem ou eu esqueço-me, sobretudo na televisão. Quando vêm em livro ou em revista, acabam por me chegar às mãos, atrasadas muitas vezes. Agora na televisão nunca vejo, nunca coincidem com as minhas horas, mas também não perco nada. Detesto aquele tipo que se chama Cruzeiro Seixas que aparece na rádio e na televisão. É um outro tipo, e às vezes não tenho mão nele.

Mas sente que as entrevistas são editadas de uma forma que não é bem realista, ou que acabam por ser um pouco modeladas?

Eu acho que não nasci para ser entrevistado.
Nasceu para quê?

Nasci para ser uma pessoa livre. Agora estou a pensar uma coisa e daqui a um bocado sou capaz de não concordar com aquilo que estou a pensar agora.

O Pessoa dizia a mesma coisa.

Pois é. De maneira que isso logo nos prende e nos ajuda a estragar a vida. Mas isto não é mal destes aparelhómetros todos, embora eles me pareçam todos um bocadinho aparelhos de feira. Daqui a um tempo, os cães vão andar com coisas destas também, daqui a uns dois anos ou três.

Mas recorda-se dessa entrevista que deu à RTP? Aí, o Artur disse que o surrealismo, acima de tudo, era uma filosofia de vida.

As pessoas têm-me feito essa pergunta muitas vezes. Como é que se responde a uma coisa dessas? Entre muitas outras ideias, o Surrealismo foi a que me parece merecer mais tempo perdido com ela. Pelo menos, ainda não foi substituída por nenhuma outra que tivesse a amplitude do surrealismo.

Como sendo a última grande vanguarda ainda hoje presente, não tendo havido nenhuma depois do surrealismo.

É tão evidente isso que até o Cruzeiro Seixas o diz.

Ao considerar o surrealismo uma ideia e ao dar-lhe essa dimensão, está a englobar todas as facetas do surrealismo.

Leva-nos muito longe pensar que o surrealismo tem diversas facetas. O surrealismo em princípio só deve ter uma faceta, que era a de Breton. Tão limitada naturalmente quanto o ser humano é. O Breton era um homem como nós, que muitas vezes acertava e outras vezes não acertava tanto.

Então encara o surrealismo como ainda “a única real tradição viva”, a única vanguarda que subsiste.

É muito difícil agarrar no surrealismo e metê-lo dentro de uma pessoa só. O surrealismo hoje pertence a imensa gente, como o caso extraordinário do Marcel Duchamp, que acrescentou imenso ao surrealismo. Muita gente que deu mais um passo em frente no surrealismo.

Talvez no sentido de aprofundamento e não de diversidade.

Pois, no sentido de aprofundamento. Relativamente a novas ideias, isso é muito difícil. Porque aquelas nos bastam. Uma das coisas mais chocantes que me desgosta hoje é o professorado, porque os professores hoje não conhecem o que foi o surrealismo. Eu conheço alunos que me dizem “os meus professores dizem que isso não interessa”. Estamos num momento terrível do mundo, um momento em que se anuncia um mundo novo. Portanto, essa gente, que ignora o surrealismo, está a contribuir para que o mundo seja o mundo de há cem anos, o que só pode levar a uma guerra, a outra guerrazita, para uns senhores ganharem dinheiro e arranjamem as suas posições. As posições que são arranjadas com a verdadeira cultura não têm nada a ver com gente dessa. A verdadeira cultura não se faz com a política. O mundo só será civilizado quando os políticos desaparecerem todos e for realmente uma direcção cultural sobre o mundo. A cultura é que é a coisa mais extraordinária que o Homem encontrou; a política é uma coisa subsidiária para uns senhores ganharem dinheiro, se notabilizarem e fazerem patifaria. Isto é uma coisa que infelizmente temos todos de suportar mas com muita dificuldade.

Talvez aí entremos na distinção entre cultura e arte. Uma coisa é a sensibilidade e outra coisa é a capacidade de a reconhecer. O importante é pelo menos que a arte não seja obrigada a conformar-se com aquilo que a política determina. A sensibilidade também terá de passar por aí.

A palavra “arte” é uma palavra que eu acho cada vez mais discutível. Escrevi já não sei onde que, cada vez que me designam como artista, é como se me desse uma bofetada. Portanto, a arte é uma ideia que está a morrer. A cultura está acima da arte, a arte é um dos degraus da cultura. A cultura estende-se por tudo. O homem que semeia o trigo é um artista, o homem que faz uma cadeira é um artista. O senhor que vive num atelier, que tem ares superiores e cabeleira comprida e lá porque é artista se julga superior aos outros todos, e o atelier é uma loja onde ele prepara as coisas para vender... por que é que esse senhor não vende sapatos ou vende bacalhau ou qualquer outra coisa? Vende uma coisa a que chama arte.

Por que lhe custa quando o denominam de artista?

Eu digo logo que não quero essa designação, ofende-me essa designação. É como se me dessem uma bofetada. Eu nunca fui um artista, felizmente. Podemos pensar num exemplo de artista 100 % hoje, o Júlio Pomar. Viveu em Paris, dá logo uns contecos. Um atelier muito caro em Paris, mais uns contecos. Tudo isso muito bem organizado, e uma pintura depois que começa por ser neo-realista e que acaba por ser vendida aos ricos para decorarem os seus salões. Pinceladinho aqui, pinceladinho ali, tracinho aqui, e está pronto para ser vendido. Como se vende bacalhau.

Não era esse o propósito do Grupo Surrealista Dissidente (GSD) quando organizou a primeira exposição colectiva, na sala da Pathé Baby, em 1949.

Nós éramos uns garotos, uns adolescentes, como os outros, discutíamos muito uns com os outros. Eu discutia um bocadinho menos, porque era o único que estava empregado.

A maior parte do GSD é composta por jovens que podem estar só a ser poetas ou pintores, e o Artur

não, tem de ir trabalhar muito cedo e isso há de fazer alguma diferença.

Durante a Segunda Grande Guerra, nos anos 40, havia racionamento do bacalhau, do feijão, das batatas, e eu trabalhava no racionamento. E, nessa altura, eles discutiam muito, andavam pelos cafés. Os intelectuais gostam de ser classificados por irem aos cafés.

Ao café Gelo?

Para mim, isso não tem significado porque eu frequentei muito poucos cafés. Não tinha dinheiro sequer, e era o Cesariny que muitas vezes me pagava o café, quando podia ir ao café. E isso dava-se aos sábados e aos domingos. E eu, aos sábados e aos domingos, preferia ir à praia, à Costa da Caparica. Era uma maravilha, esquecia o Salazar. A Costa da Caparica desse tempo era o nosso esquecimento de Salazar. Era enorme, não passava nenhum comboio, não passava nada, de maneira que aquilo era completamente solitário, estava-se um dia inteiro sem ver ninguém, era uma maravilha.

Era outro horizonte.

Era muito giro, Salazar estava muito longe.

E como se formou o GSD? Primeiro, tornou-se amigo do Mário Cesariny, depois foram-se juntando outros.

Na escola António Arroio, onde andava também o Fernando Azevedo e o Vespeira, mas esses cultivavam desde a plena adolescência aquilo que teriam na ideia: ser um artista. O Cesariny não. O Cesariny foi um grande companheiro. As pessoas podem pensar que foi a homossexualidade que nos uniu, mas não foi tanto como isso. Foi bem para além disso. O Mário era, parece-me, três anos mais novo do que eu, mas já tinha lido tudo. Era um tipo próximo da genialidade.

Sendo o Mário Cesariny esse jovem que já tinha lido tanto, há, no entanto, várias indicações de o António Maria Lisboa ser o cabecilha do GSD.

O que eu diria realmente é que havia uma certa luta entre os dois para serem cabecilhas do grupo, mas era uma luta de amigos. Desde logo, o António Maria Lisboa tuberculizou, com hemoptises, uma coisa à antiga, uma coisa horrível a morte dele.

Pouco se sabe sobre a vida dele. O Luiz Pacheco escreveu algumas coisas acerca da sua morte e de o pai dele ter rasgado poemas e de o Mário Cesariny [foi Luiz Pacheco que recuperou o espólio do Lisboa dum armazém de papel] ter ido ao lixo buscá-los e colá-los.

A família. A mãe e a irmã.

Porquê essa recusa da família dele em relação à poesia?

Não foi só a família dele. Eram as famílias todas. Nisso, tiro o chapéu aos meus pais, que nunca me perseguiram por isso.

Com os quais tinha uma relação muito bonita.

Tive uma relação boa com os meus pais. Não sei se era porque tinham um nível cultural um bocadinho acima. Eram gente burguesa, mas sem dinheiro nenhum. O meu pai era empregado dos Caminhos de Ferro, tinha um ordenado pequeníssimo, não dava para viver. Mas a família tinha lido o Vítor Hugo, que era obrigatório as famílias burguesas lerem, pelo menos o *Nossa Senhora de Paris*. Eram livros que passavam de pai para filho — os do Eça, do Camilo, do Júlio Dinis. O Júlio Dinis foi um dos primeiros escritores que eu li, e não me fez mal nenhum. Acho que isso abriu um bocadinho uma porta para um outro grau de compreensão que talvez outras pessoas não tivessem.

E que levou a, por exemplo, rasgarem os poemas do António Maria Lisboa.

Acho que a mãe dele não era casada, uma situação muito bicuda naquela época. Essa senhora tinha o mérito da ingenuidade, porque, a dada altura, quando se determinou que ele não podia trabalhar, por causa das hemoptises, ela foi para África como criada para subsidiar o quarto em que ele vivia na Graça. O Lisboa era uma figura ideal, porque era de nós todos o que sabia ouvir com muita calma. Parecia que adivinhava que ia morrer. Enquanto todos esperneavam por tudo e por nada, o Lisboa não, mantinha sempre a mesma calma e o mesmo grau de amizade. Era bonito e era calmo.

Acha que podia ter sido diferente o percurso do Surrealismo em Portugal se ele não tivesse morrido tão cedo?

Isso é adivinhação. Claro que ele podia ter tido um lugar dois degraus acima, o que era muito natural. Porque ele tinha uma coisa — se calhar, eu não devia dizer isto — mas o Mário caminhava fosse qual fosse o caminho, o Lisboa tinha uma grande delicadeza no seu caminho. Caminhava devagar, com muito respeito pelos outros. A dada altura, ele estava num quarto alugado na Graça, já não se dava com ninguém, e o Mário disse-me “Agora vou arreliar o António Maria Lisboa” e aquele “arreliar” parecia-me desagradável naquele momento. Era um não estar de acordo.

Muito surrealista.

Pois. Com o Mário, apesar de todo o amor que havia entre nós, havia também muitas dissensões minhas, caminhos diferentes. E, claro, levaram a que, como vocês sabem, eu me separasse a dado momento e fizesse a minha vida normal. Isso é uma luta ainda hoje dentro de mim, uma coisa muito complicada, mas acho que fiz bem, acho que era esse o caminho.

Como a Helena está a estudar o António Ramos Rosa e a Sofia o Luiz Pacheco, gostávamos que nos falasse do conhecimento que o Artur tem deles.

A dada altura, o Ramos Rosa estava num quarto num lar que era do Estado.

No Restelo?

Era. Eu estive também para ir para esse sítio, fui lá ainda convidado pela directora. O Ramos Rosa ocupava toda a parte boa do edifício, e o que restava eram quartinhos muito pequeninos, e aquele que me coube em sorte, com todas as desculpas da directora, era incómodo. Depois tinha outra coisa, aquilo era uma vivenda em estilo medieval, então os vidros das janelas eram coloridos. Seria uma coisa diabólica estar a escrever num papel verde ou num papel amarelo. Essa hipótese foi posta de parte. No jardim, havia uma antiga garagem ou capoeira, a cair aos bocados. E ela dizia “Vamos fazer obras ali e vamos fazer, então, um atelier para o Cruzeiro Seixas”. Claro que o atelier levaria anos a fazer, como tudo em Portugal, e eu precisava de resolver o problema do quarto, naquele dia. Claro que a

resolução foi ir para aquela horrível Famalicão.

Não gostou de estar lá.

Não é Famalicão propriamente, trata-se da Fundação Cupertino Miranda (FCM), que é uma coisa horrorosa. Os senhores que lá estão. A intenção do milionário deveria ser muito boa, naturalmente. Mas os senhores que lá estão são estúpidos e ignorantes e maus.

Mas reconhece no António Ramos Rosa alguma ligação ao Surrealismo?

Eu não li muito Ramos Rosa, mas aquilo que li deu-me impressão que é tão surrealista como qualquer escritor português, porque recebemos sempre influência da literatura estrangeira, em particular na poesia, com Verlaine, com Baudelaire. Nunca foi muito possível nós conversarmos, adiámos sempre a conversa.

O Artur também teve a sua etapa africana.

Catorze anos.

Que cortava também essa ligação. O que chegava de Portugal a África devia ser muito pouco.

Nada.

Só o que o Cesariny mandava nas cartas.

As cartas tratavam de nós e do surrealismo. O resto não tinha muito sentido. Eu apaixonei-me por África. E, passado um ano de estar lá, eu não pensava noutra coisa que não na libertação daquele povo. Não fiz um tostão. Quando precisei de vir embora, os meus pais estavam aterrorizados com a guerra e eu não me podia pôr nem dum lado nem do outro, não tinha dinheiro nenhum, tive de pedir dinheiro ao Manuel Vinhas para voltar a Portugal.

Viveu bem os anos em África, no sentido em que o dinheiro serviu para o que tinha de servir.

Vivi bem no sentido do amor e daquela gente. Está muito contada a história de quando eu, ainda na Marinha, fiz duas ou três viagens pelas nossas colónias, com a duração de um ano, quando o navio atracou pela primeira vez num porto em África, ingenuamente supunha que olhar África era muito diferente de olhar a Europa, de olhar Portugal, que era o que eu conhecia nessa altura. E claro que a

paisagem era quase igual: armazéns de um porto, é o que há em quase todos os portos do mundo. E havia então uma quantidade de homens, pretos, amarrados pelos pés uns aos outros.

Amarrados pelos pés?

Eu fiquei alarmado e perguntei “O que é aquilo?”. Ele respondeu, com o bom estilo do humor português, “são voluntários à corda”.

Isso acontece na década de 50.

Sim.

Eram escravos...

Eram escravos, sim. Mas esse nome não se podia usar. Iam para o trabalho de estiva, que era andarem com as coisas às costas. E um porão é uma coisa que vocês não conseguem imaginar, uma coisa porca, porca, porca, da altura de um terceiro ou quarto andar, para onde se desce por uma escadinha de ferro, e lá em baixo é tudo porcaria. O imediato ia, de botas altas, para lá para baixo, para que as coisas andassem como ele queria, e, com um cavalo-marinho na mão, ia-lhes dando pancada à medida das cargas que iam sendo feitas, cargas enormes em rede.

Supostamente, Portugal foi o primeiro país europeu a abolir a escravatura. Mas, em 1950, ainda existia.

De que maneira... isto que eu estou a dizer levanta ainda hoje muita celeuma para muitos colonialistas, que dizem “Não, senhor, nós fomos tão bons para eles, nós ainda os ensinámos a ser católicos!”. (*Pegando numa régua de madeira*) Ora, isto roubei eu do altar de uma igreja, em que o padre, todos os dias, para fazer católicos negros, lhes dava com isto. Trinta, cinquenta palmatoadas, nos pés e nas mãos. Eles iam com os pés e as mãos como uns trambolhos, sem poder andar. Que petisco, hem? Isto era comum, era uma coisa de todos os dias.

O Luiz Pacheco publicou um texto que ainda hoje não se consegue encontrar, que se chama Depoimento de uma angolana. Nesse texto, que foi publicado pouco antes de a guerra colonial começar, essa senhora, filha de portugueses e professora em Angola, faz o relato do seu dia-a-dia.

Coincide com o meu?

Coincide. As palmatoadas, os grillhões nos pés, e pormenores de humilhação que nós não conseguimos imaginar, como, por exemplo, colocarem os empregados a servirem às mesas com coleiras e ossos de animais presos nas orelhas e entre o pescoço e o externo. Coisas inacreditáveis. Quando o ouvimos falar, percebemos por que é que esse texto ainda hoje em dia permanece desconhecido e por que é que foi apreendido e permaneceu apreendido. Ninguém sabe nada sobre a autora e ninguém sabe onde pode ler esse texto sem ser nos textos malditos do Luiz Pacheco.

Pois, há pessoas que preferem o Apartheid, que era a mesma coisa. Os ingleses tinham toda a autoridade para bater nos pretos sempre que lhes apetecia. Com um bocadinho, talvez, menos brutalidade do que os portugueses. Do ponto de vista moral, era inqualificável. Mas, dentro do Apartheid, os pretos tinham direitos. No nosso sistema colonial, não tinham direito nenhum. De maneira que tudo era possível fazer-se àquela gente. Por exemplo, esculturas de arte negra, que hoje em dia estão em museus... se lerem livros de etnografia, verão que Angola é sempre um espaço que está a cor-de-rosa, em que não há etnografia. Porquê? Porque as autoridades religiosas e as autoridades civis queimavam, no meio da senzala, periodicamente, tudo o que encontravam de esculturas. Tão estúpidos que nem sequer percebiam que aquilo valia dinheiro. As peças que eu tenho por aí são peças que têm pouco valor e que estavam a uso, que estavam escondidas debaixo do catre onde eles dormiam. Porque, se for uma peça melhor, os padres ou os administrativos queimavam na senzala.

Chegou a duvidar do conceito de liberdade?

Não há, mas isto a todos os níveis. Nós chegámos a Angola por cima, porque a minha mãe era prima do governador Silva Carvalho, e aquelas senhoras da alta sociedade de Luanda, que davam chás, pores-do-sol ao ar livre, como lhes chamavam, muito elegantes, todas bem vestidas, a falarem bem, todas a fazerem o seu melhor para provarem que estavam numa sociedade muito evoluída e acima da

média, preveniam a minha mãe “Olhe que eles são muito ladrões, eles roubam tudo! De quinze em quinze dias tem de os levar ao chefe para eles apanharem pancada!”

Para si deve ter sido chocante sonhar com a liberdade e depois deparar-se com esta realidade.

Situações destas, não tão agudas, há em todo o mundo. Quando nós festejamos não haver hoje PIDE, em todo os países há polícias secretas. Claro que não se chamam PIDE ou nem têm nome. O mundo vive destas coisas: contradições e posições horrosas. Nós



Cruzeiro Seixas,
fotograma de Cláudia Rita Oliveira

límpimos que não vemos.

O escamoteio é o pior.

O silêncio já é um consentimento. Nós, silenciando, estamos a consentir. Nestes dias, aconteceu-me uma coisa que me deu muita satisfação. Lá em Luanda, dava-me muito com um grupo de rapazinhos, que frequentavam o Liceu, muito bonitos que me enchiam a vida de beleza. Num destes dias, um desses rapazinhos telefonou-me para me dizer que tinha seguido todos os meus conselhos, que tinha tomado parte em todos os movimentos de libertação e que andava pelo mundo a espalhar essas ideias e que escrevia livros sobre isso. E um dos livros está aqui. Para mim, isto é muito comovente.

Saber que conseguiu transformar a vida de outros.

Desculpem, mas fico um bocadinho vaidoso! Que bom, no meio de toda pulhice que vai neste mundo, afinal não foi completamente em vão...

Aquela ideia surrealista de transformar a vida, transformar o mundo, transformar o eu.

Isso é o básico. O que é que nós estamos aqui a fazer se não for para isso? Hoje, as pessoas vivem para o dinheiro, o dinheiro é tudo para as pessoas. Isso não é gente nem é nada, são uns bicharocos esquisitos. Hoje, o Deus deles é o dinheiro. O Cristo é um Deus a fingir, eles sabem perfeitamente que aquilo é um pau que está ali pintado. E é nisso que estamos, afogados até aqui.

Sabemos que o Artur e o Luiz Pacheco estiveram em contacto durante a preparação da revista Abjeção. Queríamos que nos falasse das memórias que tem do projecto da revista e que nos contasse aquela história de o Luiz Pacheco ter duas casas.

Eh pá, isso é uma coisa tão desagradável...

Há pouquíssimos testemunhos presenciais dessa situação.

As pessoas calaram-se e resolveram fazer do Pacheco um mito, uma figura extraordinária. E, para mim, os mitos são muitos simpáticos, adoro os mitos. Agora, é preciso descobrir o que são os mitos.

Essa questão das duas casas, apesar de poder ser um pouco desagradável, para conseguir perceber o Luiz Pacheco e o que ele representava, isso é essencial. Porque estamos a falar de uma pessoa que queria viver da escrita e que não conseguiu viver da escrita como queria, precisamente por causa de problemas financeiros. Os problemas financeiros e a obra dele estão ombreados.

Eu sou o único que está vivo desta gente toda e não me sei calar. Acho que é preciso dizer a verdade. Um dos males da sociedade é as pessoas calarem tanta coisa, e isso é uma coisa que vem directamente da religião católica

(“Calem-se! Não me contem isto, não me contem aquilo!”). A homossexualidade, por exemplo. Não sei se vou ser muito desagradável ao dizer isto, mas quase todos os homens têm uma experiência homossexual. E há quem diga que entre as senhoras é a mesma coisa. E depois ninguém confessa, ou esqueceram-se... São coisas que acho que vêm directamente do catolicismo.

É a questão da culpa. Todas as religiões judaico-cristãs, a partir do momento em que afastam o Homem da natureza, separam as duas coisas e Deus passa a estar num sítio qualquer que não aqui, e reprimem todo o impulso.

Pois. O Pacheco era uma figura.

Gosta da Comunidade?

Eu acho que é muito bem escrito, que o Pacheco escrevia um português espantoso, de comer e chorar por mais. Agora, as ideias eram curtas, não iam muito longe. Ele martirizou-me para publicar este livro. Há imensa correspondência que eu não sei se está lá em cima ou se perdi. Aquela coisa chamada arquivo eu nunca tive. Por desorientação minha e porque andei sempre aos saltos desde a ida para África, depois para a Fundação Cupertino Miranda, depois de casa em casa.

Mas essa questão das duas casas é a desconstrução do mito, é o lado B do Pacheco.

Aquilo tudo é um teatro; todos conhecemos pessoas que fazem um teatro, é natural nas pessoas, a sua vida não é a vida verdadeira, a vida verdadeira está guardada dentro deles. Fazem um teatro para os outros verem. Um dos teatros era as calças (*apontando para o estômago*) por aqui que o Pacheco usava. E era tão fácil, era só usar as calças por aqui, é só ter lata de andar na rua. É só uma maneira de ser célebre.

Qual é a memória do período em que se preparou a memória da revista Abjeção?

Eu não sei se a minha memória está muito boa. Eu tive sempre uma discordância do Abjeccionismo do Pedro Oom. Acho que o Homem não é um ser objecto, como ele afirma. O que acontece é que nos tornamos

em ser objecto. Estamos condenados a viver em sociedade e não nos devemos deixar arrastar por uma ideia de abjeção, temos de puxar para cima e não de puxar para baixo. Essa de inventar o Abjeccionismo não me pareceu nunca uma ideia muito feliz. Encontrei uma ou duas vezes gente objecta, mas também o que os levou àquilo? Quando vemos um bebé, é difícil pensar que aquele é um ser objecto.

E o Abjeccionismo não é uma resposta ao contexto político, ao salazarismo, uma forma de demonstrar o desconforto?

Nisso também estou em desacordo. Hoje não há Abjeccionismo? E não estamos em democracia? Pois, também há. Há sempre. O Cunhal, por exemplo, enchia-nos os ouvidos com a Rússia, que na Rússia é que era bom. E hoje não se faz a história da Rússia como um dos momentos mais objectos da História da Humanidade? Se as pessoas se deixam ser objectas, acho melhor acabarem consigo. Acho que o suicídio é uma maneira de morrer tão natural quanto outra qualquer. E se a pessoa acha que o mundo é objecto não consegue lutar contra esse abjeccionismo, compra uma pistola e dá um tiro nos miolos ou corta os pulsos ou atira-se ao mar ou deita-se debaixo do comboio. É uma escolha infinita.

Ou então escreve.

Porque esta coisa, também muito católica, de o suicídio ser um grande pecado para mim não pega. É tão natural como qualquer outra forma de morte. Se a gente vê que, por razões suas ou dos outros, não consegue aguentar, vai-se embora. Engana-se muitas vezes, as pessoas enganam-se constantemente, enganam-se sempre. A nossa vida é feita de enganos. Acertar, acerta-se por um milésimo de segundo.

Mas acha que a revista foi um projecto que poderia ter tido interesse? A ideia com que ficamos depois de ler cartas em Pacheco vs. Cesariny e no seu espólio na Biblioteca Nacional é que o Artur era um dos principais dinamizadores do projecto e era o responsável por conseguir coordenar as várias frentes talvez do último projecto em que se

tentou reunir tudo quanto era surrealismo em Portugal ainda vivo.

Enquanto não houver uma tese de pé sobre isso, pode interpretar-se o Abjeccionismo de muitas maneiras. O Inferno ou o Céu estão nessa capacidade de nós fazermos as mais diversas interpretações de uma coisa. Amanhã, vamos ver, se eu ainda cá estiver.

Estamos a avistar daqui uma fotografia do Mário Botas, que fez a sua primeira exposição com curadoria do Artur, na Galeria de São Mamede.

É verdade. *(Pedindo um catálogo da exposição de Hieronymus Bosch no Museu do Prado à sua assistente, Rita Gomes)* É formidável, isto! A maior parte dos portugueses não sabe que temos isto em Portugal, no Museu de Arte Antiga. Passam e não sabem. Eu acho que nós temos dois dos quadros mais importantes do mundo: um é o do Bosch (“Tentações de Santo Antão”), o outro é o do Nuno Gonçalves (“Painéis de São Vicente”). Olhe, o Freud vem a propósito. Aquelas figuras são de tal maneira tomadas do Inferno do Freud que são excessivas, saltam sobre nós, falam connosco. E quem é que dá por isso? Ninguém. “Ai, que quadro tão aborrecido! Ai, só temos isto na pintura portuguesa!”, dizem as pessoas. Comparando as situações do Estado Novo e do que se passa agora, em 1940, comemoravam-se os oito séculos da História de Portugal, e o Salazar e os amigos dele tinham organizado uma série de festejos por todo o mundo. Uma coisa bastante bem organizada, diga-se a verdade. Uma delas era a Grande Exposição do Mundo Português, em que participaram muitos artistas de esquerda, mas que não querem sequer ouvir falar disso, porque não queriam ter colaborado numa coisa organizada pelo Salazar. Tão ridículo como isto! *(risos)* Mas onde eles, nas Janelas Verdes, fizeram uma grande exposição da pintura primitiva portuguesa. E essa exposição não se esquece com facilidade. Ninguém fala disso. Alguém realizou qualquer coisa parecida com isso depois? Olhem, realizei eu, numa galeria do Estoril, com obras da Josefa de Óbidos. É notável essa mulher. Um dia descobri que havia uma igreja em Cascais que tem pendurada

uma quantidade de quadros da Josefa de Óbidos a uma altura tão elevada que ninguém vê nada. Isto foi depois do 25 de Abril, a Igreja Católica estava assim tremelicante, eu consegui que a igreja me emprestasse os quadros, e fiz uma exposição maravilhosa com eles. Vê-los ao pé de nós foi muito tocante.

Por que é que acha que os “Painéis de São Vicente”, à imagem do que Almada Negreiros achava, são toda a pintura portuguesa?

Aquelas figuras são figuras hieráticas, todas paradas, toda a sua vida está concentrada nos rostos, e aqueles rostos são tratados de psicologia. Pode passar-se anos a olhar para a cara de um homem daqueles e vê-la a mudar. Fala-se tanto da “Gioconda” do Leonardo da Vinci, que tem uma cara só, mas ali está uma quantidade arrasadora de figuras.

Esse quadro de alguma forma está a representar aqueles sessenta anos durante os quais teremos vivido o apogeu enquanto país, mas, na sua obra, a ideia de pátria e de nação não existe, não é uma coisa que lhe interesse particularmente.

Nada, nada. Isso é uma coisa muito bonita na Idade Média, mas hoje não se justifica nada. É uma aldrabice que está vigente devido às conveniências de alguns senhores. Vamos ver até quando. Isso retém o mundo e mantém-no numa luta constante de fronteiras.

O Artur há pouco ia falar da exposição do Mário Botas na Galeria de São Mamede.

O Mário Botas... Fomos muito amigos, muito amigos, mas depois houve umas pessoas quaisquer que intervieram nessa amizade e que levaram o Mário Botas com elas. São histórias portuguesas. Eu trabalhava na S. Mamede e sentava-me num cadeirão, era uma galeria tão pomposa que entrava pouca gente, e eu levava livros para ler para me entreter enquanto estava ali. Um dia, uma empregada veio falar comigo e avisar-me para não trazer livros, porque haveria um senhor que deveria ser da PIDE que, quando eu me levantava, iria mexer nos meus livros. Era o Mário Botas, um rapazinho com 18 anos, com uma cultura já bastante sólida. Fizemos uma amizade muito sólida também. Expu-lo na S.

Mamede, ele não tinha bem consciência daquilo que fazia, e eu dei-lhe essa consciência. Depois o Botas seguiu a vida dele, com esses tais amigalhões, e com uma enorme quantidade de pintura feita, muito vá-lida, muito interessante.

O filme que fizeram sobre si, As Cartas do Rei Artur, está em cena simultaneamente com o Autografia, sobre o Mário Cesariny. Há um momento do documentário em que o põem a ver o filme do Cesariny. O que é que o Artur pensa desse filme?

Toda a primeira parte em que era o Mário a falar; ele era um grande actor, com tudo, o rosto dele, os gestos das mãos, a imaginação, tanto estava sentado aqui como ali como no tecto; é de uma imaginação prodigiosa... Isso eu não tenho de maneira nenhuma.

Mas conversa humanamente, surrealisticamente, connosco.

Tenho-vos na conta de amigos. É bom falar com amigos. Também tenho falado com inimigos; nós na vida encontramos tantos inimigos, gente que nos está a torcer o pescoço mas que nos diz “Gosto tanto de estar consigo!”.

Acha que o filme representa bem aquilo que o Mário foi?

O Mário não cabe num filme, era de tal maneira genial e complicado. Era um labirinto de que é muito difícil falar. Eu conheci-o talvez bem demais, é muito complicado...

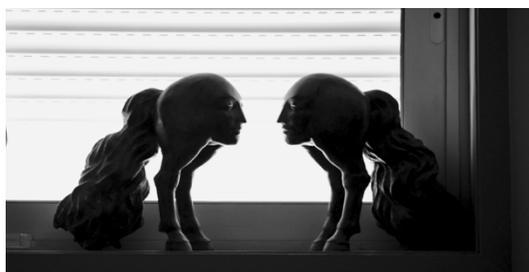
Mas essa vertente de actor era espontânea ou muito trabalhada?

Muito trabalhada e natural. Se eu quiser ser um grande actor, não sou, saio um actor falhado. Nele, era uma coisa espontânea e que vinha da própria natureza dele. Ele foi buscar a sua vida íntima, de casa, dos pais, como personagem da sua história. Eu lembro-me de o Mário quando éramos garotos, 17 anos, me

contar uma história da família dele, que não devia ter nada a ver com a verdade. Que o bisavô italiano, Cesariny, teria ficado com pouco dinheiro a dada ocasião, teria decidido sair de Itália, e vinham a atravessar a Espanha a cavalo. Só lhes tinha sobrado uma boneca articulada. A meio de Espanha, verificaram que não tinham dinheiro para continuar e, então, resolveram abrir uma capelista e puseram na montra a boneca articulada. De vender coisas de uma capelista eles não tinham ideia nenhuma, agora o que tinham sempre era uma multidão diante da janela para ver de longe a boneca articulada. Esta história não devia ter pés nem cabeça. Isto contado por ele dava o dobro do tamanho, com pormenores encantadores. A história verdadeira era que ele tinha um pai muito rico, que era ourives, e o negócio corria-lhe tão bem que tinha dois andares na Rua da Palma por sua conta e risco. Um deles era só oficina de jóias, e todos os anos no verão o pai metia as jóias todas numa mala e obrigava o Mário a ir com ele vender as jóias pelo país fora, coisa que, em princípio, o Mário achava chata, mas donde ele retirava muito prazer e conhecimento do país e daquela aventura. A mãe era uma espanhola bastante aloucada, e tinha três irmãs que batiam o recorde da maluquice, meninas muito bonitas e a quererem ser mais espampanantes do que as outras.

(Enquanto nos oferece bombons) E o que é que tinha vontade de fazer que, neste momento, não está a fazer?

Gostava muito de ter um quarto grande para poder pintar. Ainda gostava de experimentar. Eu acho que o melhor que fiz, de tanta coisa que fiz, foram os objectos. Depois, foram estas coisas desenhadas à pena.



cara cavalo, peça de Cruzeiro Seixas,
fotograma de Cláudia Rita Oliveira

EL JOVEN AZUL

VIRGÍLIO MARTINHO

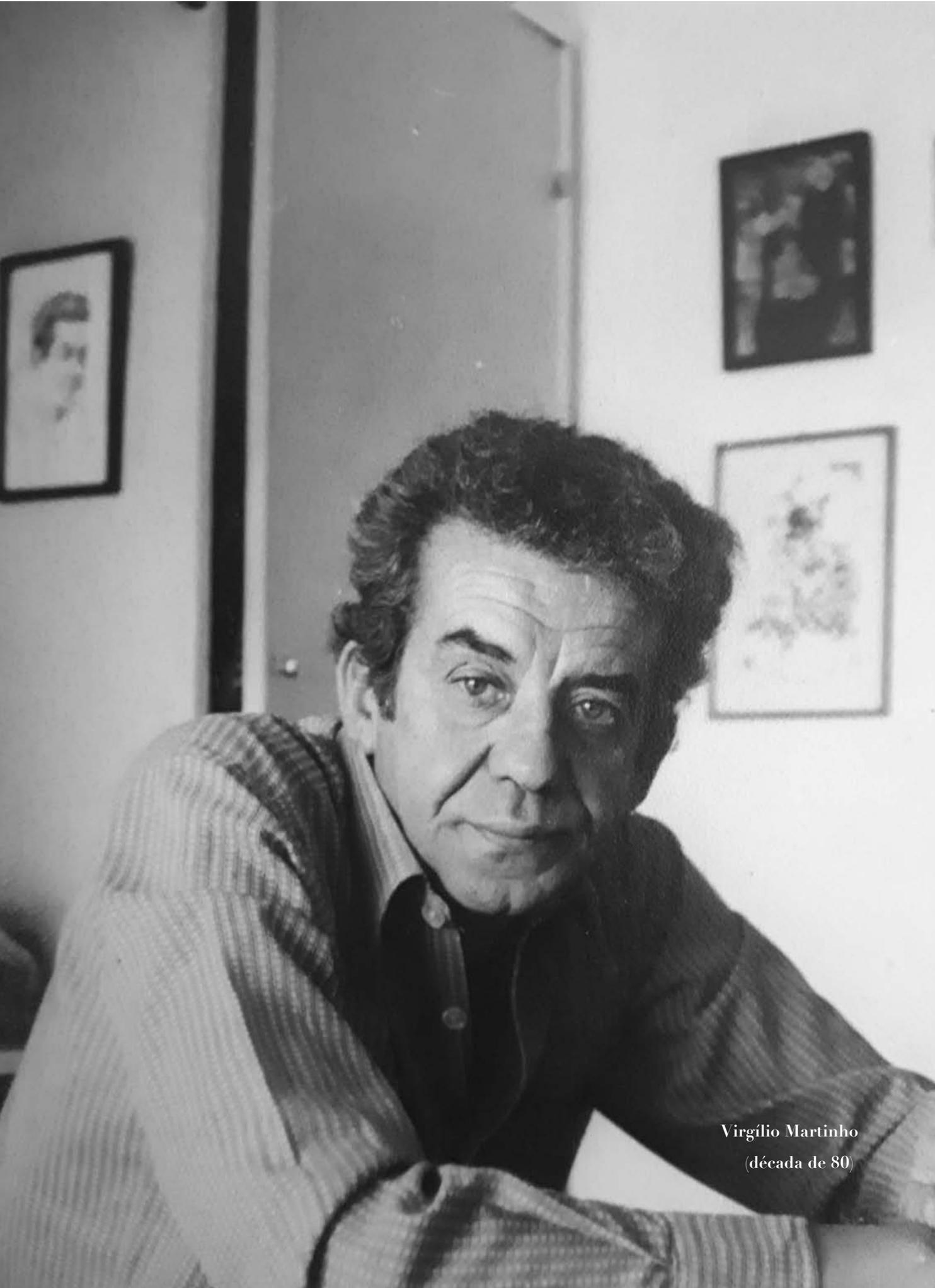
El joven azul no es el amor,
El joven azul se llama sueño,
El joven azul es espacial,
Es azul,
Pero no tiene alas de ángel,
No las tiene.

El azul es un color no es un joven de color azul,
Es algo sin alas, casi un barco,
Con un corazón por fuera,
Tal vez una seta,
Nunca sabré qué es el joven azul.

En este saber y no saber,
Recorro lento el sueño antiguo
Mientras subo la escalinata,
Paso a paso,
Como cualquiera que presencia el azul.

Llego así al límite de arriba,
El sueño hecho con máscara arlequín,
Sin conocer mi sueño azul,
Sin al menos conocer su fin.

[tradução de ANTONIO SÁEZ DELGADO]



Virgílio Martinho
(década de 80)



Virgílio Martinho, desenho de João Rodrigues, 1961

VIRGÍLIO MARTINHO: POETA

FERNANDO J.B. MARTINHO

Tudo leva a crer que os 21 poemas de Virgílio Martinho que *A Ideia* publicou, em suplemento ao n.º 77/80, de 2016, e que se situarão, em termos de data de composição, no “último período de vida” do seu autor, não sejam os únicos que ele escreveu ao longo da sua existência. O facto de serem estes os textos que o filho encontrou no seu espólio e a circunstância de o escritor ter dado preferência à publicação de obras de ficção narrativa e de teatro não significa que a poesia não tenha ocupado, em algum momento da sua vida não tão curta como isso (1928-1994), um vivo interesse, enquanto criador literário. Tê-la-á ensaiado eventualmente na juventude, como é usual, ou dela terá desistido porque noutros géneros encontrou virtualidades expressivas mais em sintonia com o seu vero perfil criativo. Certo é que, num texto inserto no n.º 2 da revista *Pirâmide*, de Junho de 1959, em que criticamente era visado o “Movimento 57”, proponente da “Filosofia Portuguesa”, mostrava ter uma concepção bem definida de Poesia que em tudo se contrapunha à daquele movimento, e que ele encarava como “a antítese, muitas vezes sem parecer, dos valores considerados tradicionais ou sagrados, e o seu mais cruel inimigo, por conter em si, o absoluto revolucionário dum Futuro quase sempre especialíssimo e perigoso”, rematando com as seguintes palavras: “O Poeta é, por condição e lei, sempre outra coisa.” Percebia-se, por outro lado, pela ironia posta na frase com que encerrava o seu texto, que estava perfeitamente familiarizado com a moderna tradição poética portuguesa, e com um dos seus textos mais emblemáticos, o “Opiário” de Álvaro de Campos: “Valendo-me de Fernando Pessoa, mas não exactamente, parece-me que depois da Índia, muitos portugueses retiraram-se para a província mas não ficaram lá.” Muitos anos depois, num texto de homenagem a António José Forte, que conheceu, eram ambos “pouco mais que adolescentes”, num dos vários cafés de Lisboa que eles “viveram”, o Café [Estrela] da Graça, a que se seguiram outros, como o Ribatejano, o Gelo, o Nacional, o Royal, voltaria a mostrar como a poesia estava no centro das suas preocupações mais fundas: “Éramos militantes de uma vida que sonhávamos diferente, vendo a poesia como fonte radiante de todo o nosso viver jovem.” (*Diário de Lisboa*, 25/1/ 1990). No elogio que faz do amigo, que morrera em Dezembro de 1988 e cuja poesia a Hiena reunira alguns meses depois, as suas palavras não podiam ser mais

certeiras: “ao contrário de outros, a poesia nele não se desbaratou no poema escrito. Melhor lhe serviu a palavra acto, a surrealidade como faca afiada, razão por que nunca renegou ou desdisse a sua entrega quando era pouco mais que adolescente.” Ressoa, aqui facilmente reconhecível, um dos princípios da poética surrealista que os surrealistas portugueses nunca se cansaram de lembrar, o do entendimento da palavra poética como “palavra acto”. Assim como também, noutro passo, deixa clara a rejeição, por parte dos verdadeiramente empenhados na aventura surrealista, dos rituais da instituição literária: “manteve-se acima da linha do horizonte, recusando, sem alardes mas firmemente, a carreira de poeta festejado que poderia ter tido. Alcançou o que queria, ser um poeta sem espectáculo literário, matriz de exemplo grave e séria.”

A revista *Pirâmide* acima citada, em que veio a lume o artigo sobre o “Movimento 57”, aparece, nos seus três números, muito associada ao Grupo do Gelo, e especialmente aos que, no Grupo, continuam, quase sempre em clave abjecionista, a aventura surrealista iniciada entre nós na década de 40. Neste contexto, assume particular relevância a colecção “A Antologia em 1958”, dirigida por Mário Cesariny, em que se dá a estreia de Virgílio Martinho, com uma narrativa de cunho alegorizante intitulada *Festa Pública*, que, pela linguagem e pela sua libérrima construção, ilustra bem a persistência da escrita automática nos que se reclamam da herança surrealista. Uma legenda ironicamente retirada de Camões (“Julgareis qual é mais excelente se ser do mundo lei se de tal gente”) envolve, na capa, o rectângulo onde estão impressos o nome do autor, o título, a referência ao frontispício de Mário Cesariny e o nome da colecção, numa discreta curva caligramática. Em 1970, por sua vez, Virgílio Martinho insere no volume antológico *Grifo*, onde se reúnem vários membros da família surrealista ou surrealizante portuguesa, a peça de teatro *Filopópolis*.

A ligação ao Grupo de Teatro de Campolide de Joaquim Benite, transferido mais tarde para Almada, vai acentuar o carácter politicamente empenhado da sua intervenção dramaturgica, sem que, no entanto, as suas raízes surrealistas sejam inteiramente obliteradas. No artigo de homenagem a António José Forte há uma alusão a isso, que, talvez, valha a pena reproduzir na íntegra: *Com a revolução vieram os tempos heróicos e aqui seguimos caminhos diferentes no que respeita ao lugar escolhido de luta, sem porém esquecer a síntese que se cimentara em nós muitos anos antes. E como esquecê-la, se as águas convulsivas e criadoras não tardaram a ser estagnadas fazendo ressuscitar caducas fórmulas revestidas de baças luminárias, o que levou o poeta a escrever: “A acção poética implica para com a revolução uma atitude pessimista”. Razão dele ou de quem sempre viveu o ideal da origem, o anseio da liberdade total. É tempo de dizer, finou-se o poeta, agora só a fogueira dos seus poemas, os gritos ora coléricos ora cáusticos que eles contêm e às vezes, não muitas, ternos também.* A transcrição acabada de fazer, esclareça-se, não visa tanto sublinhar as diferenças na escolha do “lugar [...] de luta” entre um e outro poeta, que, afinal, não comprometeram a cumplicidade que os unia, como acentuar as palavras ou expressões que traduzem a fidelidade de V. Martinho, no essencial, ao seu percurso de origem. Atente-se num dos adjectivos que qualifica “águas”, “convulsivas”, e a referência, mais à frente, ao “ideal da origem”, consubstanciado no “anseio da liberdade total”. Ora, aquele adjectivo evoca inevitavelmente a famosa frase de Breton (“A beleza será convulsiva, ou não será”), e o “anseio da liberdade total” tem a ver com um princípio fundamental da política surrealista que, de acordo com a síntese realizada por Durozoi e Lecherbonnier (*O Surrealismo*), “à razão que, em política, depressa se torna razão de Estado, [...], a política surrealista opõe o desejo de *liberdade* que, se se mergulharem as nossas sondas no inconsciente humano, sob as camadas dos tabus e das proibições, grita o seu direito à existência. O “programa” político do surrealismo tende para a realização total do homem, dos seus desejos, da sua liberdade.”

Como iremos poder observar, o surto poético documentado neste suplemento, e que, em termos de contexto de produção, segundo a nota do Editor que o acompanha, terá ocorrido no “último período da vida do escritor quando viveu no Laranjeiro e em Almada”, ou seja, no auge da sua ligação à Companhia de Joaquim Benite, deixa em evidência múltiplos sinais que atestam que o poeta mantém viva a sua ligação ao legado surrealista. Num dos doze poemas dactilografados incluídos na plaquete, “A luz encarnada”, há referências a duas importantes figuras tidas pelos surrealistas como seus precursores, Sade e Jarry, associados, de resto, a imagens de vincada estranheza que procuram cingir a “luz” destacada para título da composição: “A luz encarnada é a corrida Sade,/ Explosão sem princípio nem fim./ A luz encarnada é o meu amor assim,/ Visão que às vezes é peixe galo”// [...]

“Veio ao mundo havia uma guerra grega,/ Havia também um olho cor de âmbar,/ Farol da máquina macho de Jarry./ Só não havia o meu amor assim.” Um outro dos poemas dactilografados, “Ouro”, joga com a analogia que, segundo Breton, as “pesquisas surrealistas” apresentam com as “pesquisas alquímicas” (cf. Durozoi e Lecherbonnier, *ibid.*): “Fazer de ti o eu sonhado é a ideia,/ O ouro de antiquíssimas histórias,/ No laboratório da matéria, a fusão,/ No borbulhar da retorta o sonho vão.”

O conjunto abre sob o signo do amor, um amor “simples”, de pertença mútua, que vive da aprendizagem da “tabuada dos sentidos”, que não tem vergonha dos corpos, antes lhes exalta a *macieza*. Entre a *pureza*, a *inocência* e a *perversidade* se marca a diferença dos amantes, em relação aos outros, “redondos”, eles, “esguios”. A qualidade mítica do amor, traço do erotismo surrealista, radica, aqui, na sua naturalidade: “Mas o beijo que nos une/ É um silêncio justo, alegre,/ E o amor que fazemos/ é como o vento sobre o vento.” O que o move é o sonho, o desejo, dir-se-á no poema seguinte, tocado pela transfiguração alquímica: “Que sonhar ouro é sonhar desejo/ Na vigília das noites compridas,/ Quando as veias são pulsações vivas,/ Quando os sonhos emanam das fendas.” No texto subsequente, que desenvolve o tema da viagem, aquela que verdadeiramente importa, a “viagem para dentro”, o poeta, usando igualmente a quadra como forma estrófica, mas com um verso mais curto, o encontro exaltante com o amor implica como que um novo nascimento, a descoberta de si mesmo: “Pus-me ao caminho/ Fiz o passe de crescer/ Encontrei quem amar/ Renasci onde nasci.”

O mundo do dia baço não lhe interessa; antes se interna pelo mundo onírico, sem temer a sua estranheza, as suas contradições, e tudo procura conciliar, realizar a coincidência dos contrários: “Para não ser diferente pinteí o rosto,/ E tudo ficou igual, da cor do doce mel,/ Comigo a estátua cega, o tigre alado,/ Comigo o lobo uivante, o sono eterno.” Para além da oficina cuidada do verso, há, frequentemente, na poesia de Virgílio Martinho, uma evidente memória plástica, uma memória da pintura surrealista ou do imaginário de um precursor do surrealismo: a “estátua cega” provém de Chirico; o tigre, da glosa infinita da canção de experiência de Blake (“Tyger Tyger burning bright/ In the forests of the night:/ What immortal hand or eye/ Could frame thy fearful symmetry?”).

Um dos pontos mais altos da *plaque* atinge-se num poema em tercetos, de grande mestria técnica, só explicável num escritor que não cultivou a poesia tão ocasionalmente como se pensa. Teve, foi outras preferências em termos de publicação, em termos de intervenção pública. Para autores como ele, os alemães têm a palavra mágica: *Dichter* não é apenas o que se dedica visivelmente à poesia. O texto em causa tem por título “O desenho do corpo”, e é seguramente um dos mais belos poemas de entrega total ao “mistério” do canto, de doação absoluta de si mesmo nessa entrega ao impulso que o justifica como ser vivente, no contexto do surrealismo português. E por isso impõe-se a sua transcrição integral: “Na palma da mão tenho um insecto,/ Na arca do peito um coração,/ Na curva do ventre uma teia.// Duas estradas são os meus braços,/ Dois ramos as minhas pernas,/ Vivo no espaço do tempo.// Na minha pela há uma história,/ Feita de antigos sinais,/ Cada um deles é um rosto.// Meus dedos são alicates/ Máquinas do ofício de viver,/ Por eles sei o nome do amor.// Os olhos, esses, sempre o disse,/ São espelhos que se mostram,/ Quando os uso prolongo o canto.// A minha auréola são os cabelos,/ Coroa de quem se oculta,/ Manto sedoso, duna do corpo.// Com os lábios beijo, urdo os sentidos,/ A saliva é o líquido que escorre/ E cativa o desejo de quem quero.// Em mim tenho a página do segredo,/ o impulso do mistério inteiro/ Do canto a que me dou, dando-me.” A esta sucessão vertiginosa de imagens, a este louvor do corpo, do canto, a este viver na dimensão única que é o “espaço do tempo”, segue-se a aparente leveza de um texto, “Canção em é”, em que o poeta ergue levemente uma das mais antigas vestes de que a poesia sempre se serviu, a de *homo ludens*, e, aqui, há apenas que pedir ao leitor que pegue no suplemento ao número anterior de *A Ideia*, e agradeça a revelação de um poeta que estava por descobrir.

Referências bibliográficas: Gérard Durozoi, Bernard Lecherbonnier, *O Surrealismo*, Coimbra, Livraria Almedina, 1976; Virgílio Martinho, *Festa Pública*, Lisboa, col. “A Antologia em 1958”, frontispício de Mário Cesariny; Virgílio Martinho, “Sobre a literatura de alguns – a propósito do *Movimento 57*”, in *Pirâmide*, n.º 2, Junho de 1959; Virgílio Martinho, “O que não morre”, in *Diário de Lisboa*, supl. Literário, 25-1-1990; Virgílio Martinho, *Vinte & Um Poemas*, suplemento a *A Ideia*, n.º 77/80, 2016.

VIRGÍLIO MARTINHO

ENTRE O SURREALISMO E O NEO-REALISMO

MIGUEL REAL

Tendo em conta a história da literatura do século XX e as correntes estéticas dominantes entre as décadas de sessenta e setenta, é consensual situar-se a obra de Virgílio Martinho (1928-1994) entre uma participação activa na corrente surrealista ao longo da primeira década e uma adesão posterior ao neo-realismo, sobretudo através da sua intensa colaboração com a Companhia de Teatro de Campolide/Almada, dirigida por Joaquim Benite, membro do Partido Comunista Português.

Esta tese foi pela primeira vez acentuada no livro de Maria de Fátima Marinho, *O Surrealismo em Portugal* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987), no qual afirma ter a obra de Virgílio Martinho sofrido uma evolução do surrealismo para o neo-realismo: “Virgílio Martinho toca dois pontos fundamentais na sua produção poética: alguns textos são claramente influenciados pela estética surrealista, enquanto outros se ressentem muito dos princípios que norteiam as obras neo-realistas” (p. 281). Fátima Marinho assenta a sua visão hermenêutica da obra de Virgílio Martinho seguindo a versão de Pedro Oom que, em carta a Mário Cesariny, de 1968, afirma ter Virgílio Martinho sofrido um desvio neo-realista (p. 107).

Porém, o seu livro mais neo-realista da década de sessenta, o romance *O Grande Cidadão*, de 1963, é anterior à participação do autor na colectânea *A Intervenção Surrealista*, de 1966, bem como da sua colaboração com a antologia de inéditos surrealistas intitulada *Grifo*, de 1970, e é justamente do mesmo ano da sua participação na antologia organizada por Cesariny intitulada *Surrealismo-Abjeccionismo* (1963). Porventura, a verdadeira interpretação residirá na afirmação de que Virgílio Martinho sofreu de uma inicial, genuína e original pulsão surrealista atenuada, porém, através do convívio com a exploração e repressão das massas populares no tempo final do Estado Novo e a sua participação intensa com o Grupo de Teatro de Campolide/Almada.

Com efeito, o seu primeiro livro é genuinamente surrealista, *Festa Pública*, de 1958, com frontispício de Mário Cesariny. Novela, é protagonizada por um “Fenómeno”, o “Mestre de Cerimónias” da festa, 100 quilogramas em cada perna, evidenciando o peso mastodóntico da pressão social sobre o indivíduo. História mirabolante e assombrosa, Virgílio Martinho aplica nela um vasto conjunto de técnicas surrealistas, trocadilhos, paradoxos, exageros caricaturais, inverosimilhanças tratadas como reais e afirmações sérias, elementos satíricos, conteúdo alimentado por uma escrita de certo modo humorística. Uma belíssima estreia.

No ano seguinte, o autor participa no segundo número da revista *Pirâmide*, revista organizada por Carlos Loures e Máximo Lisboa.

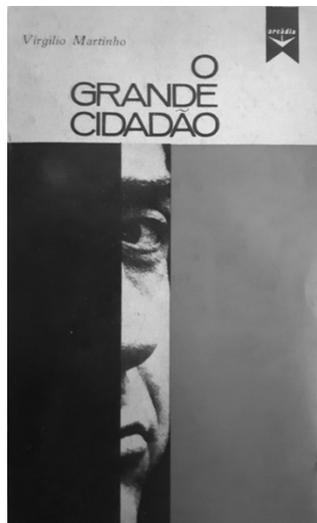
Em 1961, é publicado o conjunto de contos *Orlando em Tríplice e Aventuras*, em que se destaca o primeiro, o conto “Alegre Folião”, narrando a subversão surrealista de um episódio circense, *no sense* total. Na p. 23, escreve Virgílio Martinho num evidente propósito surrealista: “Nesta história sabemos a convulsão sem limites, os tremeliques, os fliques, com a atmosfera saturada de expedientes, de tenentes, de cabos, de nabos, de cadeiras, de gaiterias, para que os objectos [isolados, singulares] deixem de o ser e se integrem [no texto]”.

Porém, no segundo conto, “Encontros de Jácome” detectam-se pela primeira vez sinais de contestação social, não apenas alimentando a sátira e a jocosidade, como em *Festa Pública* ou no conto anterior, mas de evidente crítica política directa contra o “espírito dos generais, dos sacerdotes e dos políticos” (p. 30). Jácome, profeta, protagonista do conto, escreve um “código que intitulou Leis da Abjecção Quotidiana” (p. 32).



Em 1963, sai o seu primeiro romance, *O Grande Cidadão*, que será convertido em peça teatro, em 1976, e levado à cena pela Companhia de Teatro de Almada com encenação de Joaquim Benite. Este, evidenciando o estilo e teor da peça, escreve: “*O Grande Cidadão* é, fundamentalmente, um fresco sobre o fascismo e sobre a resistência dos homens à tirania” (Virgílio Martinho, *O Grande Cidadão*, 2.ª ed., Lisboa, Plátano, 1976, p. 166).

A personagem o Grande Cidadão (citada mas nunca interveniente no texto) representa o tirano que, de certo modo, simboliza Hitler, Mussolini, Franco, Salazar e, na peça de teatro, Pinochet. Nele reside o



centro de uma ditadura que ordena a cidade de um ponto de vista de uma moral política dogmática. Um homem é libertado após uma longa estadia na prisão, o Alquimista, quer abraçar Benvinda, mas os abraços estão proibidos excepto para os pares de casados, o Grande Cidadão proibiria todos os toques físicos entre homem e mulher. Na cidade existem grupos de Indesejáveis, excluídos de todas as relações sociais, presos e mortos em câmaras de gás. Benvinda, para sobreviver, tinha tido uma relação sexual com um Miliciano, sequaz da elite totalitária no poder e sicofanta do Grande Cidadão. O Alquimista mata-o quando o Miliciano vai ao quarto em busca de Benvinda e se encontram. O Alquimista é perseguido e torna-se o chefe da resistência. A polícia busca o Alquimista, mata a mãe deste (Mamã), mata o dono do albergue onde aquele se recolhe (Salomão). Benvinda compromete-se com a resistência, mata, em conjunto com o Alquimista, o Homem-Caveira, outro sequaz do Grande Cidadão. Benvinda é presa e torturada e denuncia o local onde o Alquimista e os seus companheiros da resistência se vão reunir.

Dividido em três partes (títulos: Mamã, Salomão, Benvinda), o texto dramático evidencia com nitidez um paralelismo entre aderentes e defensores do regime do Grande Cidadão e as personagens que, moralmente impolutas, se revoltam contra a sua política. Sintetizando a moral do regime, o Homem-Cartaz ecoa pela cidade frases do Grande Cidadão, como, por exemplo: “os cidadãos são responsáveis pela higiene moral e física da cidade. Só os Indesejáveis sujam, mutilam e deterioram. Para estes, o desprezo absoluto [isto é, a condenação à morte] e as sanções purificadoras. Para os limpos e cumpridores, a recompensa de uma respeitável cidadania”. O grupo de Os Indesejáveis é constituído por todos aqueles cujas acções individuais perturbam a ordem e o equilíbrio da cidade: os vagabundos, sem casa permanente, os noctívagos, os vadios que não trabalham, os homossexuais, as mulheres que praticam o aborto clandestino, os adúlteros, os leitores obsessivos ou compulsivos (os homens cultos), os que defendem a possibilidade de outra moral, mas também os que sofrem de doenças incuráveis, que se tornam um autêntico peso para a cidade e as famílias. A descrição da prisão, da tortura e da morte da velha Mamã é copiada do testemunho de actos idênticos aterrorizantes praticados pela PIDE, a polícia política do Estado Novo. O Estado do Grande Cidadão é igualmente cópia fiel, ainda que hipostasiada, do regime de Oliveira Salazar. Os Milicianos assemelham-se aos Legionários salazaristas. O Alquimista tinha estado 10 anos preso por ter matado Sállico, um “informador da polícia política”, e era chamado por esta alcunha por ter acreditado em criança ser capaz de “fabricar moedas de ouro”, alusão indirecta à sua extraordinária capacidade de resistência e de uma vigorosa esperança na luta contra a injustiça. A frase supracitada do Grande Cidadão é clamada pelo Homem-Cartaz como prenúncio da possibilidade de os elementos da resistência tomarem de novo o poder e é ironicamente ressaltada (é a última frase da peça) com o significado oposto quando um cartaz sobe do fosso ao palco afirmando: “Cuidado, não os deixem passar outra vez!”

Em 1976, o leitor ou o espectador tinha imediata consciência de quem e do que se tratava: eram de novo os fascistas, que já tinham passado uma vez, tinham entrado em Madrid e tomado conta da cidade contra o grito de Dolores Ibárruri, “La Passionaria”, “No Passaron”. Em Portugal isso não poderia ser de novo permitido.

Combinando cenas emotivamente chocantes, *O Grande Cidadão* contém a mensagem política explícita de denúncia de campos de concentração nazi, do Tarrafal, das torturas pidescas, da censura, do afunilamento cultural, das prisões indiscriminadas, da rigidez moral da antiga Inquisição.



Seria neste romance de 1963 que se teria dado, segundo Pedro Oom, o desvio neo-realista de Virgílio Martinho, de que Maria de Fátima Marinho se faz eco. Com efeito, o romance imediatamente a seguir do autor, *A Caça*, datado de 1973, apresenta-se como um texto de certo modo tradicional, uma história realista com princípio, meio e fim e um léxico semanticamente usual, sem subversões de sentido, narrando a posse de coutadas de caça pelo morgado Lourenço e por Abílio contra os quais, no meio de uma tempestade, se revoltam os caçadores pobres e os caçadores furtivos (igualmente pobres). Trata-se de um realismo grotesco, expressionista, já que as figuras dos dois proprietários das coutadas são representadas de um modo excessivo, desfigurado.

No mesmo ano de 1973, são publicados *Filopópulos* e *Relógio de Cuco*. A primeira versão de *Filopópulos* (Lisboa, Plátano Editora, 1973; citamos da 2ª ed. de 1984) é inspirada em *Ubu Roi*, de Alfred Jarry e foi escrita em 1960, não como peça de teatro, mas como narrativa, em plena influência surrealista na obra de Virgílio Martinho (p. 177). Após uma tentativa de publicação na Ulisseia em 1965, acaba por ver a luz do dia na antologia *Grifo*, em 1970. Finalmente, em 1973, o Grupo de Teatro de Campolide/Almada decide levar o texto à cena e a editora Plátano

publicá-lo. Texto semi-surrealista e semi-realista, as personagens evidenciam-se como símbolos, títeres, seres ridículos, por vezes cómicos e sempre sinistros. Com uma excepção, Mercedes, a revolucionária (p. 182). De certo modo, o nome das personagens indicia, mais do que a aplicação do registo alegórico, um estilo surrealizante: Alice no País das Maravilhas, Bocamel e Bocafel, Cândido, Filopópulos (que significa “o amigo do povo”, mas “amigo” no sentido hipócrita de interesseiro), Polónio (o intelectual hesitante, “entre o oportunista e o idealista”, p. 184). Prepara-se uma revolução contra o poder de Ana de Áustria e o General Vitorino. Entre as forças do progresso (Mercedes, o povo) e as instituições reaccionárias, situa-se Filopópulos, intriguista e demagogo, ditador, que, com apoio do banqueiro Constantino, anseia por assumir o poder. *Filopópulos* é, assim, uma história realista com personagens e situações surrealistas.

Em momento histórico vivido de um modo intensamente ideológico, como o das décadas de sessenta e setenta, o estilo realista de Virgílio Martinho é designado por “neo-realista”, menos por se ter tornado um seguidor ou discípulo de Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Manuel da Fonseca, mas mais por representar nos seus contos e nas suas peças de teatro personagens da população pobre: trabalhadores agrícolas, meninos sonhadores porque lhes falta o pão, oposicionistas presos no Aljube... Porém, em verdade, a obra de Virgílio Martinho, se evolui de facto para um estilo realista não aplica, porém, as directivas ideológicas de bem escrever um texto neo-realista: personagens sórdidas como opressoras, personagens puras como oprimidas, figuração da luta de classes em todos os capítulos, dialéctica de elementos contraditórios em cada capítulo, mensagem final esperançosa, herói positivo. Porém, ainda que não obedeça ao cânone neo-realista, Virgílio Martinho não deixa de sofrer, neste período, uma inspiração neo-realista, como na década de sessenta sofreu uma inspiração surrealista.

Relógio de Cuco (Lisboa, Estampa, 1973) é um bom exemplo da escrita de Virgílio Martinho na década de setenta. Constituído por quatro contos, tematiza o crescimento de uma criança. O primeiro, “Quatro Caminhos”, figura a família (o pai, a mãe e o menino); o segundo, “A Árvore”, descreve as férias do menino em Grândola; o terceiro, “A Praia”, o menino na praia do Barreiro, e o último “A Estátua”, a chegada do menino, já jovem, a Lisboa. São, assim, contos realistas sobre a infância de um menino pobre, embora sejam introduzidos por um texto de A. Breton: “O espírito que mergulha no surrealismo revive com exaltação a melhor parte da sua infância” (p. 9).

Em 1976, Virgílio Martinho publica *O Concerto das Buzinas* (Lisboa, Seara Nova), o seu texto de teor mais explicitamente, não só realista, mas mesmo neo-realista. Narra-se a vivência de um conjunto de presos (cerca de uma trintena) no interior de uma prisão, certamente o Aljube, já que a sua localização é identificada como estando perto da “Sé”, em Lisboa (pp. 11, 30, 39, 42, 84, 174). Com passados diferentes, evidenciam-se as relações dos presos entre si, a solidão, os sacrifícios, as torturas e humilhações, um preso tenta suicidar-se, todos anseiam por liberdade, fala-se do remorso dos traidores que denunciaram companheiros, prepara-se e executa-se uma greve de fome... até que, finalmente, conseguem furtar a

pistola a um guarda. A política é assim assumida como centro da narrativa, a política como arte da penalização e da opressão, contra a qual, por simples senso de justiça, os presos se revoltam.

Em 1980, é publicada a peça *A sagrada família* (Lisboa, Moraes Editora/Secretaria de Estado da Cultura), decorrida num “país imaginário” em época de pós-revolução (p. 7). Nela há referências ao Dr. Botas (alcunha popular do ditador Oliveira Salazar), há personagens como o General Espinha, que usa monóculo, evidente referência ao general Spínola (“Espinha” é corruptela sarcástica de “Spínola”). Se *O Concerto das Buzinas* reúne revolucionários presos, a sagrada família reúne um grupo de contra-revolucionários, as senhoras Olímpia e Patrícia, o Dr. Sete, a Madame Bambinela, o Banqueiro Chapas (capitalista financeiro), o Industrial Beer (capitalista industrial), o Dr. Filhodealgo (a aristocracia).

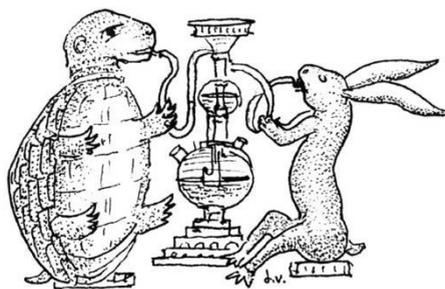
Composto por dois actos, no primeiro realça-se a esperança de reassunção do poder pelo grupo contra-revolucionário. No segundo, o grupo perde a esperança, ouvem-se vozes de “uma manifestação popular”: “Nacionalização da Banca! Viva o Controle Operário! Viva a Reforma Agrária!” (p. 57). O General Espinha tinha perdido o golpe contra-revolucionário (o 11 de Março de 1975), o país divide-se em dois, o Sul está perdido, clamam as personagens, a esperança reside no Norte. Efectuam-se eleições para a Presidência da República, ganha um candidato enigmático de direita (general Ramalho Eanes), o grupo de contra-revolucionários ganha de novo esperança. A peça finda com o povo a sair à rua.

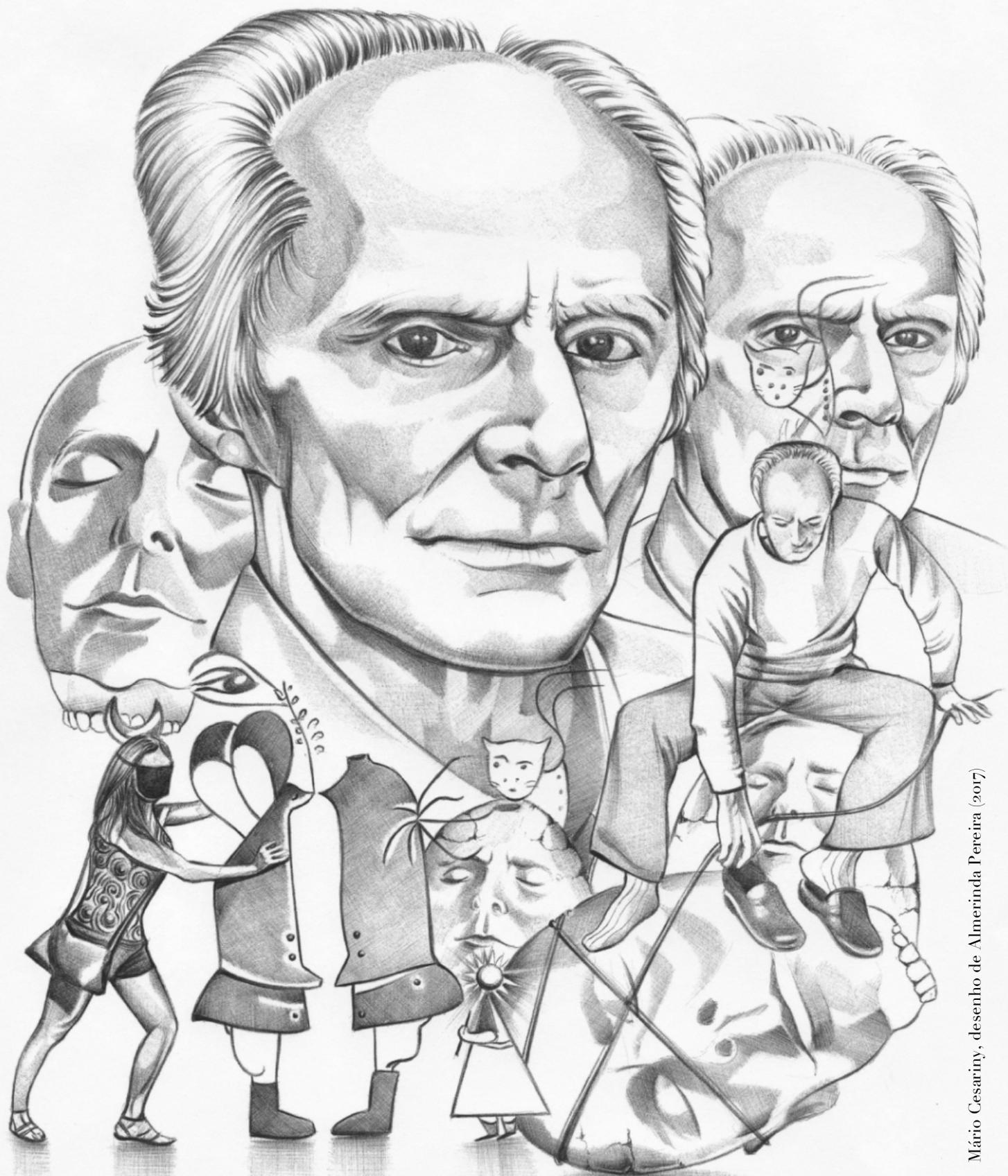
Sim, nesta peça não há dúvidas – trata-se da aplicação do modelo dramático neo-realista. É, assim, no teatro, que o neo-realismo é realçado na obra de Virgílio Martinho, porventura por colaborar intensamente com a Companhia de Teatro de Almada, dirigida por Joaquim Benite.

Em 1981, Virgílio Martinho publica *O herói chega da guerra e outros textos em teatro* (Lisboa, Caminho). Escreve o autor na contracapa: *a textos baseados na imaginação, como “O herói chega da guerra”, “António José da Silva” e “Os vampiros”, acrescem ... textos baseados nos factos concretos, visidos para uma revolução, maneira prática que tive de pôr os trabalhadores do meu tempo (...) em luta pela vida, pela transformação do mundo, pelo futuro. Escrita acusatória, porém não de todo minha, dado que extraída de cartas, de entrevistas e crónicas de jornais, de comunicados, de conversas havidas.* Como se constata, é de facto no teatro que a sua obra se afirma como neo-realista.

No ano seguinte, em *Rainhas Cláudias ao Domingo*, com ilustrações de Eurico (Lisboa, Contexto, 1982), descreve-se uma ida às putas do narrador, a puta Sofia, que aceita dormir com ele sem pagamento. O texto é eivado de traços românticos, descrevendo uma noite de amor não abjecta, sórdida, de um homem a comprar o corpo de uma mulher, mas uma noite de encantamento mútuo.

Finalmente, em 1988, Virgílio Martinho dá à estampa, em edição de autor, *O Menino Novo*, três contos unidos pela vivência do narrador numa cooperativa agrícola do Alentejo em tempo de contra-reforma agrária. Frase de um operário agrícola: “Os agrários não fabricavam a terra, e nós ficámos com elas (...). Agora andam a tirá-las à gente e roubam tudo” (p. 13). No conto “Uma estranha máquina” é descrito realisticamente como a introdução do tractor alterou radicalmente o trabalho da terra e no conto “De cortiça as mãos” evidencia como os trabalhadores agrícolas viviam em total harmonia com a terra, faziam um com a natureza; falando de Manuel, o corticeiro, é descrito, num registo igualmente realista, “como se o velho corticeiro [ele, as suas mãos, banhados pela sombra do sobreiro] naquele momento fosse um ramo mais da árvore grande” (p. 36). “O menino novo” nasceria como fruto da reforma agrária, seria educado de um modo livre, liberto da exploração e da opressão que seus pais e avós tinham sofrido e desprovido dos valores da moral burguesa anteriormente dominante.





Mário Cesariny, desenho de Almerinda Pereira (2017)

CORRESPONDÊNCIA

MÁRIO CESARINY / NATÁLIA CORREIA

CRISTINA DIAS

No espólio de Natália Correia, que se encontra a cargo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), podemos encontrar oito cartas, com datação apensa, muitas vezes incompleta, ou mesmo inexistente [Cota 905 Datiloescrito 2 fls., Londres, 16 de agosto; Cota 906 Manuscrito 1 fl., Londres, janeiro; Cota 907 Manuscrito 1 fl., sem data; Cota 908 Manuscrito 4 fls., sem data; Cota 909 Manuscrito 2 fls. Lisboa, 15/07/1970; Cota 910 Manuscrito 4 fls., Lisboa, 03/10/1973; Cota 911 Manuscrito 2 fls., 5/11/1973; Cota 912 Manuscrito 3 fls., maio de 1977] endereçadas por Mário Cesariny à escritora, que além de demonstrar a estreiteza de laços entre ambos escritores, nos permite destrinçar pontos de interesse para pormenorizar, de algum modo, o círculo de amizades pessoais e estéticas com diversas figuras surrealistas ou surrealizantes, e mesmo que lhe eram oponentes, seja ideológica, como política e socialmente. Não existe, no entanto, no espólio qualquer cópia ou original de resposta da escritora Natália Correia, para apreendermos a abrangência do discurso explanado nas cartas enviadas por Mário Cesariny. Acrescentamos, ainda, que no espólio de Natália Correia se encontram, para além da referida correspondência, outro documento estreitamente relacionado com o surrealismo [Cota D9/2800-2826 “Mas não só Mário Cesariny estabelece entre o surrealismo e a lírica popular” (inc.)].

Centramo-nos numa das cartas datiloescritas, remetidas por Mário Cesariny a Natália Correia. Endereçada de Londres, correspondente a 2 fólios, com data incompleta (16 de agosto), com a cota 905, na BPARPD, onde o remetente destaca, logo no início da sua carta, o verso de Natália “O nosso país é ir tão depressa que nunca o veremos.” (Correia, Natália, Poema “Êxodo”, in *Passaporte, Poesia Completa*, 2000: 149). Apresenta-nos, sem delongas, a voracidade de conhecimento de Natália Correia, bem como do seu profundo interesse pela liberdade, e ao mesmo tempo pela libertação. Dois conceitos distintos, para igual pretensão: harmonizar as partes dissonantes. Os surrealistas e Natália Correia é, no nosso entendimento, profundamente surrealista – buscam fundamentalmente atingir “o conhecimento de um lugar real superior onde se dá a unidade do espírito, a confiança na imaginação como agente recuperador de um mundo que a cultura atraiçooou.” (Helder, 1999: 21).

Mário Cesariny responde, na carta em estudo, a Natália Correia, de forma irónica, dada a solicitação desta para que aquele lhe remetesse material inédito para incluir, segundo percebemos na *Antologia da Poesia Erótica e Satírica*, que veio a ser publicada no final de 1965 [o que deixa supor ser a carta de 1965]. Nesta antologia Natália Correia salientou (p. 31): *[É] com o Surrealismo que o Eros mutilado pela divisão luciferina e celeste, é finalmente reabilitado e regenerado, (...) Libertando a erótica romântica das impregnações do culto de Eros celeste que perturbava a sua fundamental aspiração à sublimidade da fusão do espírito e da carne. O Surrealismo abriu, à moderna poesia, a via luminosa do amor sem culpa, dentro do qual a fulguração carnal da mulher retoma o brilho mágico primordial, pois que a vida justificada pelo amor a reconhece como ponto central do seu círculo.*

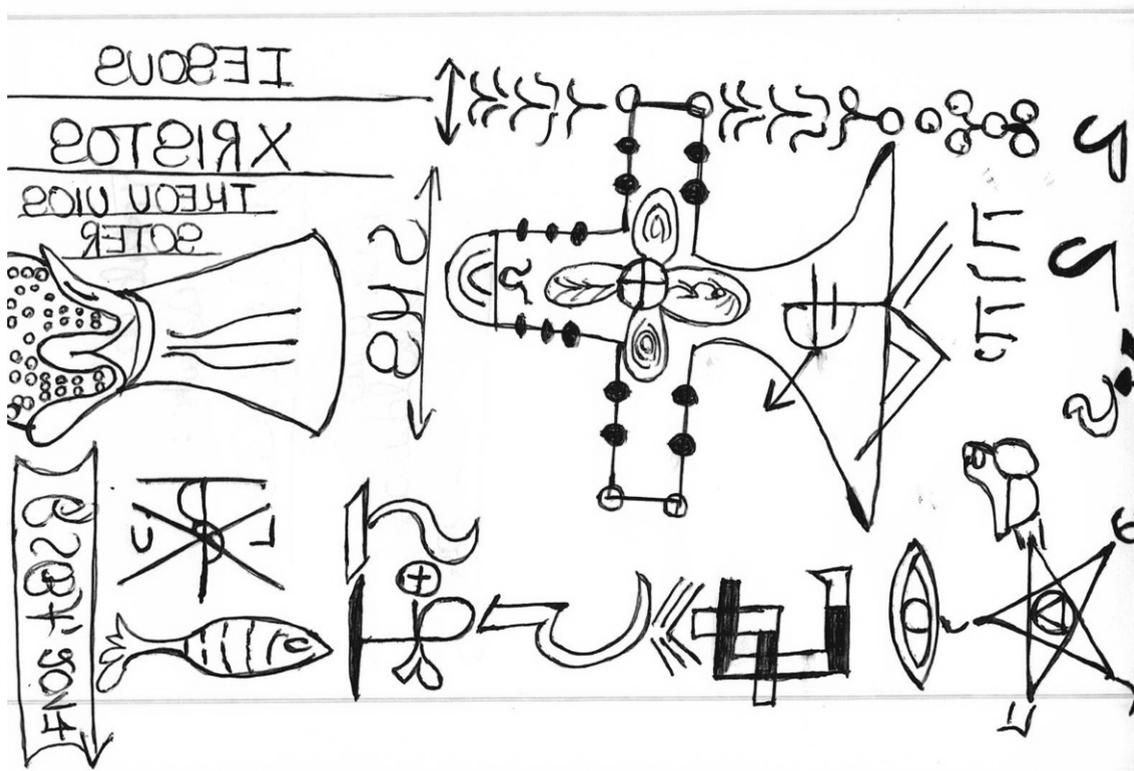
A obra supracitada virá a estabelecer-se como um dos marcos importantes do surrealismo português, pela sua eclética constituição, a par de outra, *Surrealismo na poesia portuguesa* (1973), igualmente antologizada por Natália Correia. Esta revelou, em ambas obras, que era possível consoar poetas portugueses de séculos díspares, numa mesma pretensão estética. Como nos reporta (Correia, 1973: 9): *Tal é a reflexão que determinou reunirmos num bloco pós-surrealista os poetas cuja obra é anteriormente rasgada pelos relâmpagos de uma topologia surrealista. Este critério parece-nos tanto mais pertinente quanto julgamos necessário render justiça aos riscos pessoais a que se expuseram na sua aventura inaugural os responsáveis pelo movimento surrealista, reservando-lhes uma área própria e inconfundível.*

Referimos, atrás, que Mário Cesariny demonstrara um laivo ironizante, quando se reportou à necessidade de enviar textos inéditos para Natália Correia. Escreveu: *Eu creio que vou enviar-lhe dois poemas possíveis: um deles feito aqui há pouco. O outro, um poema que arrasto, ou poema de arrasto, ao gosto*

popular, que há mais de 12 anos, todos os anos penso publicar pelo S. João e vender – cinco tostões – numa esquina de Alcântara [...]. De sol e dó, portanto, em toda a extensão física do termo. Mas não deixou de salientar que também tinha material publicado possível de ser antologado como: “Ditirambo” da Pena Capital e a “Passagem de Dante”, no Planisfério e outros poemas.” Cabia a Natália Correia escolher os textos que preferia.

Sugere ainda Cesariny que Natália Correia deva ter em conta a poesia de Luiz Pacheco. Este homem escritor, editor e homem profundamente livre – já então tinha laços profundos com Natália Correia. Disso mesmo podemos ter conhecimento na correspondência entre ambos (veja-se o espólio de Natália Correia na BPARPD e de Luiz Pacheco na BNP de Lisboa). Para além de Luiz Pacheco, Pedro Oom teria também textos com interesse para a obra antológica, prefaciada e organizada por Natália Correia; entre vários textos possíveis, aponta-se o que se encontrava no “primeiro número da Pirâmide”. A carta que destacamos assume importância ainda por revelar figuras femininasazedoras de conhecimento cultural e também de amizade: Isabel Meyreles e Vieira da Silva. Mário Cesariny confessa ainda que pretendia voltar a França, pois tinha-lhe sido “renovada a bolsa Calouste” [concedida para realizar estudos sobre a obra de Vieira da Silva] e necessitava encontrar esta. A concessão da Bolsa Gulbenkian a Mário Cesariny encontra-se datada entre 1964 e 1966. Esta última data corresponde cronologicamente ao momento da distribuição e apreensão judicial da obra nataliana atrás referida, *Antologia da Poesia Erótica e Satírica*. Podemos concluir que tanto Natália Correia como Mário Cesariny buscaram aliar aspetos considerados díspares, para revelar o valor da harmonização, a potenciar a vivência futura e o mundo ideal, que ambos prefiguram nas suas obras literárias.

referências bibliográficas: Correia, Natália, *O surrealismo na poesia portuguesa*, org., pref. e notas de N. Correia, Publicações Europa-América, Lisboa, 1973; Helder, Herberto (1999) “Relance sobre a Poesia de Edmundo de Bettencourt”. In *Poemas de Edmundo de Bettencourt*, Lisboa, Assírio e Alvim: 7-29 [texto original datado de 1963]; Pacheco, Luiz, NC Cota 1931-26/06/1966, 10fls. (datiloescrito); Vasconcelos, Mário Cesariny de, Carta para Natália Correia Cota 905, 16 /08/ ?) 1 fl. f/v. (datilografada); VV.AA., *Antologia de poesia portuguesa erótica e satírica: (dos cancioneiros medievais à atualidade)*, seleção, prefácio e notas de Natália Correia, il. Cruzeiro Seixas, Afrodite, Lisboa, 1966 [1965] (5.ª edição, Editora Antígona e Frenesi, Lisboa, 2008).



Londra, 16 de Agosto

Querida

A sua carta, em puro estilo de encomenda, chegou-me. Não diz nada de si, embora conte a velocidade pura com que se move! (O passo p'á é ir
rá depressa que nunca o veremos, gostei sempre deste verso seu).
Nunca. Vamos andando.

Como é? A Natália exige inéditos? Não vês nas coisas que já publiquei material inédito? Eu creio que vou enviar-lhe dois poemas possíveis: um deles feito aqui há pouco. O outro, um poema que arrasto, ou um poema de arrasto, ao gosto popular, que há mais de 12 anos, todos os anos, penso publicar pelo S. João e vender - cinco tostões - numa esquina de alcântara (alfama, nesses dias, deixa de ter esquinas, passa a rotunda). De sol e d'ó, portanto, em toda a extensão física do termo. E mostrego que está no meio do quarto. Mas terá mais interesse, aí com certeza, do que as quadras populares do inditoso Pessoa. Quanto a coisas publicadas, lembro-lhe, se quiser, o "Ditirambo", da "Pena Capital" e a "Passagem de Dante", no "Planisférico e Outros Poemas". Este sobretudo me parece sumamente apetrechado.

Sabendo que não vai esquecer o Bocage, era o que faltava, sugiro que não esqueça outro poeta de Setubal, o Luiz Pacheco. Ele tem um texto muito belo, horrível, cujo título me esquece, mas me é dedicado ("Ao Mário Cesariny, Poeta do Corpo") em que está tudo na cama a mexer e a contactar. Temível. E bem assim a obra-prima, e talvez única, do Peiro Oom que vem no primeiro número da "Pirâmide". Está, ou vive, esquecido este poema mas toma da dinamite por todos os lados.

Fine!.

A Natália diga á Isabel, cuja letra humorística vislumbro a um canto da sua carta, que é absoluta e prementemente necessário
xxxxxxxxxx que eu volte a França em Outubro ou até antes disso.

Foi-me renovada a bolsa Calouste e preciso de estar com a Vieira três ou quatro semanas quanto mais não seja. Chorarei quanto for preciso para fazer com que o mar cresça e o meu navio chegue ao fundo e o meu sonho desapareça, mas os meus amigos de Paris,

Isabel, Gabriel, façam o favorzinho. Fazem? Corroborando, iniciarei em Setembro vasta campanha telefónica.

Numa das esquinas do meu poema de arrasto diz-se assim:

S. João João João
eu quero um submarino
que pareça um avião
e ande como um menino
As asas - até ao chão
os ombros - até ao cimo

Convenem-lhe?

A mim, sim.

Beijos e abraços para o seu pobre

Mário

Londra, 16 de Agosto

Querida

A sua carta, em puro estilo de encomenda, cegou-me. Não diz nada de si, embora conte a velocidade pura onde se move! (*O nosso país é de ir tão depressa que nunca o veremos, gostei sempre deste verso seu*). Nunca. Vamos andando.

Como é? A Natália exige inéditos? Não vê nas coisas que já publiquei material cindível? Eu creio que vou enviar-lhe dois poemas possíveis: um deles feito aqui há pouco. O outro, um poema que arrasto, ou um poema de arrasto, ao gosto popular, que há mais de 12 anos, todos os anos, penso publicar pelo S. João e vender cinco tostões numa esquina de Alcântara (Alfama, nesses dias, deixa de ter esquinas, passa a rotunda). De sol e dó, portanto, em toda a extensão física do termo. E mostrego que está no meio do quarto. Mas terá mais interesse, aí com certeza, do que as quadras populares do inditoso Pessoa. Quanto a coisas publicadas, lembro-lhe, se quiser, o “Ditirambo” da *Pena Capital* e a “Passagem de Dante”, no *Planisfério e outros poemas*. Este sobretudo me parece sumamente apetrechado.

Sabendo que não vai esquecer o Bocage, era o que faltava, sugiro que não esqueça outro poeta de Setúbal, o Luiz Pacheco. Ele tem um texto muito belo, horrível, cujo título me esquece, mas me é dedicado (“Ao Mário Cesariny, poeta do corpo”) em que está tudo na cama a mexer e a contatar. Temível. E bem assim a obra-prima, e talvez única, do Pedro Oom que vem no primeiro número da *Pirâmide*. Está, ou vive, esquecido este poema mas toma da dinamite por todos os lados. [p. 2]

Findei.

A Natália diga à Isabel, cuja letra humorística vislumbro a um canto da sua carta, que é absoluta e prementemente necessário que eu volte a França em Outubro ou até antes disso. Foi-me renovada a bolsa Calouste e preciso de estar com a Vieira três ou quatro semanas quanto mais não seja. Chorarei quanto for preciso para fazer com que o mar cresça e o meu navio chegue ao fundo e o meu sonho desapareça, mas os meus amigos de Paris, Isabel, Gabriel, façam o favorzinho. Fazem? Corroborando, iniciarei em Setembro vasta campanha telefónica.

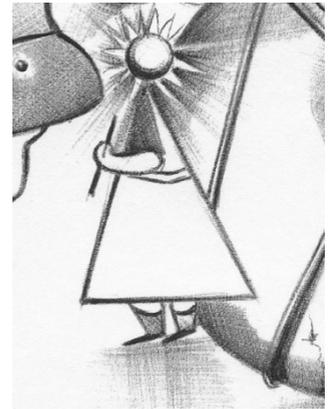
Numa das esquinas do meu poema de arrasto diz-se assim: *S. João João João/ eu quero um submarino/ que pareça um avião/ e ande como um menino/ As asas – até ao chão/ os ombros – até ao cimo*

Convém-lhe?

A mim, sim.

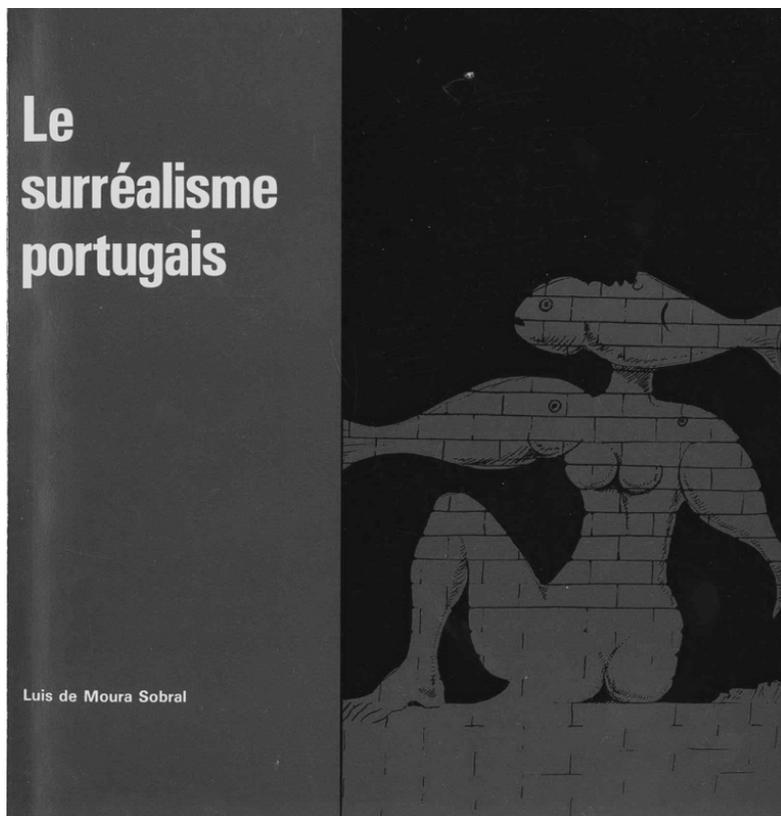
Beijos e abraços para o seu pobre

Mário



CONVERSA COM LUÍS DE MOURA SOBRAL

[a retrospectiva surrealista de Montreal]



*Luis de Moura Sobral foi o responsável por uma mostra internacional do surrealismo pictórico português, que teve lugar na Galeria Uqam, Universidade do Quebec, entre 16 de Setembro e 9 de Outubro de 1983. A exposição demorou anos a ser preparada – desde 1978 que Moura Sobral colhia, de forma sistemática, elementos relativos ao surrealismo português – e implicou um trabalho colectivo de grandes dimensões. No ano seguinte veio à luz um catálogo da responsabilidade de Luís de Moura Sobral, *Le surréalisme portugais* (Montreal, Junho de 1984, 144 pp.), que é ainda hoje uma peça valiosa na historiografia geral do surrealismo português. Foi aí dada a conhecer, por exemplo, a única carta conhecida de André Breton a um português – Cândido Costa Pinto –, datada de 12 de Maio de 1947, e que foi o ponto de partida das movimentações internas que levaram primeiro à constituição do Grupo Surrealista de Lisboa, em Outubro de 1947, e depois do dissidente “Os Surrealistas”, no final de 1948.*

Como lhe surgiu a ideia de montar uma exposição sobre “o surrealismo português” em 1983 em Montreal?

A exposição *Le surréalisme portugais* foi organizada no âmbito de um projecto de investigação que desenvolvi na Universidade de Montreal entre os finais dos anos 1970 e os

começos do decénio seguinte. O meu interesse pelo surrealismo vinha porém de bastante mais longe, creio que ainda dos tempos do liceu, que foi quando descobri ou comecei a descobrir nomes, obras, escritos, ideias, etc., que me haveriam de marcar a diversos títulos ou que haveriam de marcar a minha

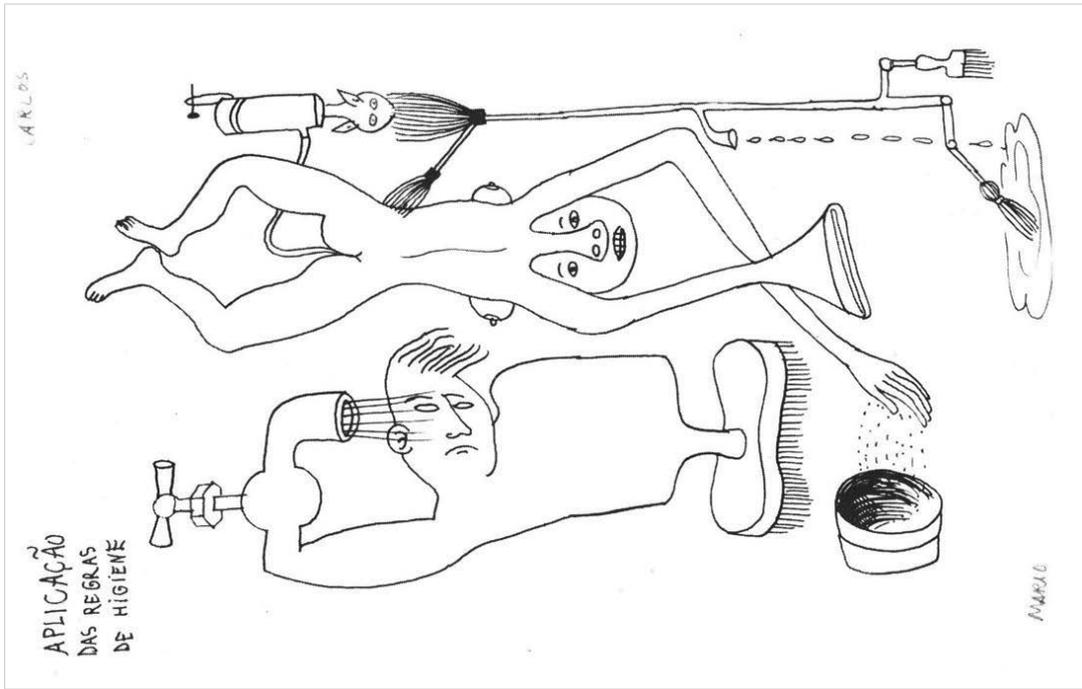
personalidade cultural, digamos assim. Mais tarde, na Universidade de Lovaina onde estudei história da arte, dediquei a minha tese de licenciatura a Magritte o doutoramento seria sobre outros temas e outras épocas. Uma parte da minha vida profissional viria assim a articular-se à volta do surrealismo, matéria que durante anos leccionei na Universidade de Montreal. Acontece que a um dado momento, tanto por razões pessoais como académicas, resolvi dedicar-me, a nível da investigação, à cultura portuguesa, sobre a qual praticamente ninguém trabalhava nas universidades norte-americanas, mormente na área da história da arte. Foi aliás mais ou menos na mesma altura que esta disciplina se estabeleceu por fim na Universidade Portuguesa, como um campo autónomo de estudos. Em tais circunstâncias, o surrealismo português pareceu-me um excelente “caso de estudo”. Historiograficamente prisioneiro ou mesmo refém dos seus antigos protagonistas que dificilmente conseguiam ultrapassar velhas divergências, o surrealismo português era praticamente desconhecido no meio académico internacional. Por outro lado, pareceu-me também que era tempo de mostrar em Montreal ou no Canadá alguma produção cultural portuguesa que talvez não parecesse óbvia à primeira vista, ao público local.

Fale-nos da concepção da exposição, do seu catálogo e da chegada de criadores mais novos como António Areal e Gonçalo Duarte.

A exposição em si era um projecto ambicioso, talvez mesmo demasiado ambicioso. Inicialmente eu pretendia realizar um trabalho de síntese, sistemático e o mais completo possível, que mostrasse a diversidade das manifestações surrealistas em Portugal até 1960, inserindo-as obviamente no contexto internacional. O catálogo devia reproduzir e analisar todas essas obras, reunindo um máximo de dados e de documentação que assim pela primeira vez se iam disponibilizar aos estudiosos. A noção de documentação era obviamente central, dada a escassez de informação de que se dispunha fora de Portugal, mesmo nos meios especializados.

A exposição foi montada na Galeria da Universidade do Quebeque em Montreal, no centro da cidade, pois a minha universidade (a Universidade de Montreal) não dispunha na época de espaços adequados. Acontece que quase em cima da hora surgiram de Portugal dificuldades de vária ordem que quase fizeram abortar o projecto e me obrigaram a modificar sensivelmente a selecção das obras e a rever portanto o conceito da exposição. O leque cronológico foi alargado, o que permitiu introduzir criadores mais recentes, como os que menciona. A exposição de Montreal não foi portanto, exactamente, a que havia sido inicialmente pensada e programada. Ainda assim, considero que cumpriu em grande parte a sua função. Foi na realidade a primeira retrospectiva antológica sobre o tema e a primeira exposição de arte portuguesa, resultante de uma investigação académica, a ser apresentada em Montreal. As circunstâncias não permitiram que ela circulasse no Canadá e nos Estados- Unidos, como também havia sido previsto. O catálogo, publicado um ano mais tarde, em 1984, redigido em francês, lá encontrou o seu lugar na bibliografia internacional do movimento ou do movimento internacional. O catálogo começava com dois ensaios introdutórios, um sobre a história política de Portugal, “Le salazarisme ou la grande noirceur portugaise” de Alex Macleod, e um texto meu de enquadramento do movimento na arte portuguesa do século XX.

Quando à exposição propriamente dita, entre pinturas, desenhos, colagens e fotografias, constava ela de oitenta e sete números, a que se juntava uma série de dezassete documentos. As obras foram apresentadas por ordem alfabética dos autores, tratando de evitar a oposição entre os dois grupos fundadores (o Grupo Surrealista de Lisboa e Os Surrealistas), que era como habitualmente se contava a história do movimento. Começava-se pois com Areal (nascido em 1934) e terminava-se com Vespeira (nascido em 1925). A pintura mais antiga era o *Refoulement* de António Pedro, de 1936, seguido de três obras logo de 1939, de Cândido Costa Pinto, de Júlio e de



Mário Henrique Leiria, Carlos Calvet e António Areal
1948 e 1956.

(imagens do catálogo de Luís de Moura Sobral)



Dacosta. Dos anos 1940 havia trabalhos de Carlos Calvet, Cesariny, Cruzeiro Seixas, Dacosta, Mário Henrique Leiria, Lemos, António Maria Lisboa, António Pedro e de Vespeira. E havia ainda obras de Azevedo, Nuno Costa, Fernando José Francisco, Gonçalo Duarte, Eurico Gonçalves, Albertina Mântua, Alexandre O'Neill, Pedro Oom, António Quadros e de António Paulo Tomaz. Incluiu-se também uma secção com catorze *cadavres exquis* desenhados, quase todos de 1948 (números 74-87), salientando-se a importância dessa prática entre os surrealistas portugueses. A série dos Documentos (numerados de 1 a 17) começava com o folheto-catálogo da exposição Pamela Boden / Pedro / Dacosta de 1940, e terminava com *A Cidade Queimada* de Cesariny / Seixas, de 1965. E revelava-se uma carta de Breton a Cândido Costa Pinto de 1947 (Documento 10), importante para o estabelecimento da cronologia dos contactos parisienses, e mostravam-se os cinco *CADERNOS SURREALISTAS*, traduzindo-se para francês a *Ampola Miraculosa* do O'Neill.

Acrescente-se que para melhor marcar o acontecimento em termos comparatistas e de geografia artística, alargando problematizações e perspectivas, organizou-se ainda um colóquio internacional sobre o Surrealismo em Portugal, no Quebeque e na América Latina, tendo sido as respectivas actas igualmente publicadas em 1984. Nele participaram uma vintena de universitários de diversas áreas (história da arte, estudos literários e cinematográficos, estética), oriundos do Brasil, do Canadá, de França, de Itália, do México e de Portugal.

Atendendo ao amadurecimento da obra de André Breton ao longo das décadas de 40 e 50, libertando-se do marxismo-leninismo e redescobrimdo a arte mágica dos povos arcaicos (o seu derradeiro livro é L'Art Magique, 1957), e ainda à rica evolução interior do surrealismo ao longo dessas décadas, não lhe parece discutível falar dum "surrealismo tardio" a propósito do surrealismo em Portugal?

O surrealismo surge em Paris nos anos 1920, suscitado pela dinâmica literária, estética, política e filosófica própria da capital francesa. As poéticas que ele elaborou, as ideias, as formas e as fulgurâncias que ele inventou dispersaram-se em seguida pelas mais diversas paragens, modificando-se,

enriquecendo-se segundo as apetências dos que nele se reconheciam e continuavam a reconhecer. Assim aconteceu em Portugal. O surrealismo surgiu aqui quando se tornou necessário ou indispensável a um certo número de indivíduos que nele se investiram. Se foi tardio ou não, é uma questão que não me parece muito relevante, quando se trata de movimentos culturais. O gótico também não foi inventado nos Jerónimos, e não consta ter sido Garrett a inventar o Romantismo. O surrealismo foi determinante na história da cultura, da literatura e das artes do século XX, em Portugal como na generalidade dos países europeus e americanos. Muitas das fogueiras que ele acendeu continuam activas. Mais vale pois ficar atento às obras, esmiuçar-lhes eventualmente genealogias e filiações para melhor lhes apreciar as especificidades...

Outra questão que permite algum debate é a ideia dum surrealismo "periférico" aplicado ao surrealismo em Portugal. Atendendo à desocidentalização do movimento nas décadas de 40 e 50, podemos quase dizer que quanto mais periférico mais surrealista. Talvez não seja por acaso que a XI Exposição Internacional do Surrealismo, que teve lugar na Galerie de l'Oeil em Paris, em 1965, a última feita em vida de André Breton, se chamou L'Écart Absolu. Que lhe parece?

Portugal é um país geograficamente, historicamente e culturalmente periférico. Dito isto, talvez seja necessário uma breve clarificação. O colóquio que organizei em 1983 para marcar a abertura da exposição, intitulava-se *Portugal, Québec. Amérique Latine: un surréalisme périphérique?*, assim mesmo com um ponto de interrogação no final. Acontece que na capa do volume das actas o título ficou reduzido a *Surréalisme périphérique*, tendo o ponto de interrogação caído, ao que parece por razões de design gráfico, mas não caiu na contracapa. Como quer que seja, o título destinava-se a situar a obra em relação a uma problemática que então se discutia em diferentes áreas das ciências sociais e humanas, a do centro e da periferia. A interrogação surgia assim como uma das questões colocadas pelo colóquio, a que os participantes responderam de diversas maneiras, ou não responderam de maneira nenhuma. Pierre Rivas, por exemplo,

utiliza o termo “marginalidade”, em relação ao surrealismo português e na América Latina.

Na realidade, eu afirmava na apresentação do volume *“ainda está por provar que uma situação periférica provoca fatalmente uma produção cultural abastardada, de pouco significado ou, diga-se de uma vez por todas, de qualidade inferior. Por vezes é exactamente o contrário que se passa. É pela sua mestiçagem, pela sua impureza estilística que muitas obras são excepcionais. É pela sua heterodoxia que certas obras se distin-*

guem da grande massa da produção normalizada para adquirirem significados individuais particulares”. Como já disse mais acima, o surrealismo surgiu em Portugal quando se tornou necessário aos poetas e artistas que o reivindicaram. As valências de tais obras têm de ser encontradas e medidas em relação aos contextos que as suscitaram não em relação a realidades que lhes são estranhas e por elas mesmas, ou seja, enquanto projectos e objectos artísticos.

A IDEIA
Maio de 2017



Desenho Délio Vargas (2016)

CORRESPONDÊNCIA

PARA CRUZEIRO SEIXAS

DE FERNANDO ALVES DOS SANTOS

No espólio de Cruzeiro Seixas na BNP (espólio N38/92) existem seis peças de Fernando Alves dos Santos (1928-1992), todas, com uma única exceção – um postal de 12-9-1965, falando de Goulart Nogueira –, da segunda metade da década de 80 do século passado (18-8-1986; 15-1-1987; 13-5-1987; 28-7-1987; 22-11-1988). O ponto alto do conjunto parece ser a carta de 15-1-1987, que de seguida transcrevemos e em que o remetente agradece o livro de estreia do amigo, Eu falo em chamas, e o catálogo da exposição que acabara de ter lugar na Galeria Gilde, em Guimarães (Novembro de 1986), com texto de Lima de Freitas, que aproveita para comentar com demora. Desconhece-se a resposta de Cruzeiro Seixas – o espólio de Fernando Alves dos Santos está perdido – mas calcula-se, pela carta de Alves dos Santos de 13-5-1987, essa integrando o núcleo da BNP, que tenha sido de regozijo, propondo até a edição da carta em plaquete, o que nunca sucedeu. Cito: “A minha última carta é de facto um texto que poderá ter o funcionamento que sugeres. Estou de acordo, desde que previamente e na oportunidade seja revisto.” A carta de 15-1-1987 é uma peça a todos títulos significativa. Por um lado, mostra a solidez de pensamento de Fernando Alves dos Santos, uma figura até hoje pouco mais que apagada na história do surrealismo em Portugal, não obstante ter integrado desde a primeira hora o grupo “Os Surrealistas”; por outro, indica como os surrealistas portugueses – sobretudo os que se organizaram em torno de Mário Cesariny e de António Maria Lisboa – nunca perderam contacto com as fontes do movimento, procurando pensá-lo e adaptá-lo a novas situações e acontecimentos históricos. Tenha-se em atenção que a carta foi escrita quase 40 anos depois da criação do grupo “Os Surrealistas” (1948). É o bastante para se perceber como um movimento assim resistente, com uma porosidade absorvente, não quadra com a ideia de vanguarda estética. Na carta seguinte, a de 13-5-1987, Alves dos Santos, decerto em diálogo com Cruzeiro Seixas, volta à questão da definição do surrealismo, insistindo na forma dialógica: “Ainda a propósito duma definição do surrealismo quero dizer que os conflitos intelectuais manifestam-se em actos, posturas e comportamentos culturais. Mais importante que a sua definição teórica é o seu relacionamento com os outros conflitos e as sínteses que prevalecem.” A revista A Ideia, na qual de resto ele colaborou em 1983, traçou o itinerário biográfico de Alves dos Santos, modesto empregado de escritório toda a vida, no n.º 75/76 (2015: 105). Publicou em vida apenas dois livros de poesia – Diário flagrante (1954) e Textos poéticos (1957) – e só depois da sua morte os seus éditos e inéditos foram reunidos em volume por Perfécto E. Cuadrado. [A.C.F.]

[destinatário: Cruzeiro Seixas/Caverna/Sítio da Calçada Cerrito/ 8150 S. Brás de Alportel; remetente: Fernando Alves dos Santos: R. Mouzinho Albuquerque, 8 2.º esq. / 2725 Mem Martins; envelope com selo de 22\$50 e de 2\$50; três pp. dactilografadas]

Mem Martins / 15 Janeiro 1987

Meu Caro Seixas,

Recebi o “Eu Falo em Chamas” e o Catálogo da tua exposição na Galeria Gilde. Obrigado! Por querer de “caso” pensado, de um, de outro e de ambos, algumas ideias me ocorrem.

Começo pela dissertação, não cansativa nem inútil, do Lima de Freitas que me pareceu muito interessado em devolver a tradição iniciática à custa dos “fracassos” do surrealismo. Nessa sua visão não encontro a ênfase, a que tem direito, um processo particular de libertação e de conhecimento por meio dos arquétipos do inconsciente colectivo (Jung), interpretação da Grande Obra e percurso, também, dos surrealistas. Lastimo, pois suponho ser esta uma chave que gnósticos e outros (não gnósticos) não se atrevem a explorar, e eu não ultrapasso a capacidade de a indiciar.

Mais importante do que aquilo que o Surrealismo não foi, é aquilo que ele logrou ser. Por exemplo, não está ainda clarificada a sua penetração cultural, e carga ideológica, no “Maio de 68” e as

consequências políticas e sociais (mormente estas no âmbito da ética) daquele envolvimento. Por exemplo, ainda, embora não se negue a força transformadora do Surrealismo na Arte Moderna, não se valoriza a acção de “tipo renascença” que a sua ruptura inicia no “cultural” (particularmente no humanístico e no artístico) removendo o “lixo ocidental”.

Por outro lado (o nosso), ninguém aprofunda o relacionamento do dito “movimento surrealista português” com o *Orfeu*, a *Presença* e o Neo-realismo. Mais do que uma simples aventura artística, o Surrealismo foi uma deliberada intenção de subverter a ordem cultural (e ética). Prosseguiu a agressão (iniciada em 1915 pelo *Orfeu*) à retórica cediça que caracterizava a literatura portuguesa. Foi fulgurante na insubmissão contra a oratória e o verbalismo que orientam a dicotomia “discurso das palavras discursos das coisas”, cada um em seu lado diferente. O amor à liberdade e à independência criadora, o interesse pelos valores intemporais (como os homens do *Orfeu* e da *Presença*) não afasta os surrealistas do esforço de se vincularem à realidade quotidiana (como os neo-realistas) mas sem deixar de assumir, ao contrário destes últimos, o fantástico, o misterioso, o desarranjo, o desvairamento, a formulação dos estados místicos, a desordem, a rebeldia, o absurdo, que são inerentes à realidade e não se conformam com o extravagante, o bizarro, o excêntrico. O esforço surrealista tem a ver com a totalidade da Vida, com a exaltação dum mundo mais verdadeiro. Por isso não se resigna, nem quer somente ser original, como o Régio programava para a *Presença* (“É original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais íntima duma personalidade artística”).

Recorrendo-se duma lei básica do desenvolvimento histórico a estética é uma ética a eficácia do esforço surrealista incide no cultural e por isso mesmo opera subtil e lentamente no social e no político onde as transformações resultam de complexidades e dissimetrias aparentemente sem relação com as formulações individuais, as quais, todavia, cresceram como referências. Assim “a ausência dos sucessos mundanos e do favor dos poderosos” e dos “fracassos úteis” a que se refere Lima de Freitas.

O “fracasso” do surrealismo não é evidente na realidade. Na minha interpretação, se ele existiu (existe), tem a ver com a procura duma coerência político-social de eficácia imediata sem alianças nem compromissos utópica no quadro civilizacional em que vivemos onde ainda não se desvaneceu a desigualdade fundamental dos indivíduos nos domínios físico, intelectual e ético. Mas a utopia também é inerente à realidade e pode chamar-se criação e descoberta. O compromisso da “existência pró-social” (António Maria Lisboa) é a agressão transformadora da crítica, a ruptura com o humanismo vigente que engendrou o seu esmagamento próprio, inventando e organizando forças hostis ao homem e à sua autêntica “tradição”. As práticas conjunturais dos “erros” políticos acabam por revelar, mais tarde ou mais cedo, a sua incapacidade pedagógica. E tanto mais cedo, quanto mais breve se confrontam, na realidade, com a crítica.

O “fracasso” do Surrealismo não será a sua intenção de dizer tudo de novo, de recriar o gosto de viver o homem, a sua audácia de afirmar no real a experimentação criativa, resistir e perdurar no natural do homem, que é ser cultural. O que resta aos surrealistas não será aquele anseio trans-político de que fala Lima de Freitas. Porque o “político” é um comportamento donde os surrealistas se baniram mas onde não inspiram a sua paixão, embora porventura optem (temporalmente) por um ideário, sem prejuízo da acção ética em cujo exercício dialéctico se encontram. Não será, também, o caminho para a gnose desprevenido da luta prometeica, quando menos contra a submissão às leis da termo-dinâmica. Onde está o desejo de superar, de acrescentar, o “sacrifício ideológico”, está Prometeu mas também está Hermes: “Era ao mesmo tempo Hermes e Prometeu” (Lomazzo, *Tratado de Pintura*). “Quando se encontra com Hermes (o Ancião), verifica que Prometeu (o Jovem) o não abandonou e nele perdura no seu anseio de amor, criatividade, crítica e revolta” (F. A. S.). Esta característica do homem, presumível chão da personalidade, evade-o do domínio absoluto das leis fundamentais da matéria e multiplica o seu poder do qual derivam as ideias abstractas.

Aquele poder (e agora recorro, citando, à tua Poesia escrita) “são agora raízes profundamente enterradas no interior das cabeças”. Prometeu “impaciente foi abrindo os olhos seus e também os dos cardos companheiros, anos e anos”, formulando um “sacrifício ideológico”, uma “existência pró-social”. O contínuo esforço de “levantar do chão a paisagem” e prosseguir com “as mãos sempre debicando os interstícios mais secretos da muralha milenária”. O Poeta “veia-tendão-sangue pulsação em forma de borboleta em Espanha (1) reinventando eternamente a vida” porque, enquanto Hermes, ele sabe que o “Corpo (2) é a paisagem que a moldura (3) não contém”, mas enquanto Prometeu ele “é um pássaro que

voa nos dois sentidos, com a morte loucamente colorida por fiel companhia (4)” (África, 1955). Não é ainda tempo da grande síntese do ouro” de que Prometeu e Hermes são o magma, e o Surrealismo um dos operadores mais eficazes no tecido social, onde o cultural estimula um desenvolvimento sempre crescente do ponto de vista físico, intelectual e ético, o que significa a conquista da liberdade.

(1) Espanha = “nós estamos precisamente naquele espaço da terra ibérica que sobejou do tamanho da bandeira espanhola” Almada Negreiros; (2) “Corpo” = o Homem; (3) Moldura = Natureza; (4) “pássaro... companhia” = a finitude certa da existência e, por outro lado, a produção de valores que se destinam ao infinito histórico: esta a contradição que torna o natural do homem ser cultural.

Dirá Lima de Freitas, como Alquié, que a minha posição (perante o Surrealismo) é uma “semi-revelação”. Ou uma recusa ao “opus” alquímico. Ou uma ingenuidade caída das malhas do científico. Será? Penso que não. Tenho para mim que os conflitos materiais e os conflitos intelectuais quer do homem, quer da sociedade estão longe de serem eliminados. Mas nenhum esforço será “fracasso” se lograr infiltrar-se no tecido socio-cultural, na tradição, como o Surrealismo terá conseguido (o Pensamento e a arte Moderna dão notícia). Os gnósticos sabem que o futuro é longínquo e vive no presente no “sentido que inexplicavelmente adivinhamos”. Sabem-no mas não resistem à tentação temporal.

Para falarmos de tudo isto procurei-te na tua Caverna, no dia 2 deste mês. Deixei um bilheteinho por debaixo da porta. Viste-lo? Estive uns dias na minha casa nos Olhos de Água mas só pude dispor daquele dia para te visitar.

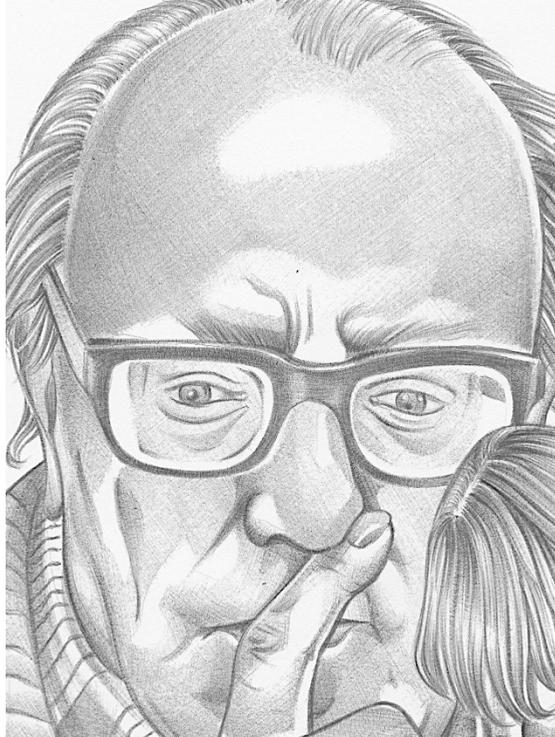
A Editora [Gota de Água (IN-CM)] não me deu qualquer resposta. Como já passaram seis meses, presumo que não estão interessados na minha poesia. É possível que vá tentar a Assírio.

Um grande abraço do

Fernando



Maria João Vasconcelos, Cruzeiro Seixas e Carlos Calvet,
fotograma de Cláudia Rita Oliveira.



CORRESPONDÊNCIA

LUIZ PACHECO PARA FERNANDO DE PAÇOS

Conhecem-se 31 cartas de Luiz Pacheco a Fernando de Paços (1923-2005), escritas entre Maio de 1972 a 2 de Julho de 1978 – hoje na posse de Fernando Henrique de Passos, seu filho, a quem se agradece o apoio prestado nesta consulta. A convivência entre os dois escritores justifica-se de três modos: Luiz Pacheco e Fernando de Paços foram vizinhos em Massamá entre 1970 e 1976, vivendo a poucos metros um do outro; ambos eram amigos de Florentino Goulart Nogueira (1934-2015), que os deve ter apresentado na década de 60; Paços, funcionário da Editorial Verbo, podia arranjar, e arranjou, serviços de revisão e tradução a Luiz Pacheco, que muito necessitado andava deles em período em que não recebia qualquer rendimento fixo e tinha a cargo um filho menor, Paulo Eduardo Pacheco – o “Paulocas” destas cartas –, e uma renda de casa a pagar um filho menor, Paulo Eduardo Pacheco – o “Paulocas” destas cartas –, e uma renda de casa a pagar todos os meses, 1300 escudos. Parcela nada desprezível desta correspondência versa assim a progressão dos trabalhos editoriais de Pacheco para a Verbo, em que sobressaem a tradução de 5 livros infantis (O Balão de Caracolitos, O Lobo que Comia Alface, Galaró, O Rei que Gostava de Flores e Os Clowns). Fernando de Paços, nome poético de Fernando Zamith de Passos Silva, ligado ao grupo da Távola Redonda, católico e amigo de Fernando Guedes, o patrão da Editorial Verbo, mereceu grato afecto de Luiz Pacheco, que publicamente lhe agradeceu em artigo do Diário Popular dedicado a Luís Amaro (“um Raro Poeta”, 28-7-1977; reproduzido em Textos do Barro, 1984), chamando-lhe com estima sincera ‘belíssimo camarada’. Leia-se: “na minha época de Massamá, algo atribulada, mas lá me ficaram más memórias, belos rapazes e credores arrepelando-se – que esperem! – ele [Luís Amaro] era o segundo alvo das minhas aflições, o primeiro o Fernando Paços, que mais perto mais vulnerável, e belíssimo camarada também – e gosto de dizer estas coisas porque verdades inestimáveis (...).” Damos aqui a conhecer a última carta do conjunto, que tem elementos biográficos novos sobre o remetente, relativos à sua primeira instalação no Algarve em 1978, tão mal conhecida. Há ainda outras questões de interesse – tiragem de dois livros, recepção e vendas de Textos Malditos, candidatura ou anti-candidatura de Grangeio Crespo (o general Rodinhas) à presidência em 1976, processo judicial da RDP (Antena 1) contra o jornalista que entrevistou Luiz Pacheco no final de 1976, Luís Pereira de Sousa, expulso da emissora e condenado em tribunal naquele que foi o primeiro processo por abuso de liberdade de imprensa depois do 25 de Abril. Luiz Pacheco chegou a temer ser incriminado – o que não se veio a verificar – e daí a sua “fuga” para Lagos, para casa do escultor José Rijo, seu contubernal das mesas do Café Gelo. [A.C.F.]

[sem sobrescrito; dactilografada; despedida manuscrita]

R. de S. Sebastião, 77

Lagos, 2/VII/78

Meu Caro Fernando Paços

Pelo lugar e esta Província tão cobiçada a nível internacional, V. pode ficar a julgar que me encontro milionário e em deliciosas férias. Na verdade, de fora pareço. Na minha certeza, vim a fugir à polícia, estou a trabalhar como um mouro dos que cá houve, e faço uma vida rigorosamente sã, também na íntima convicção que isto não irá durar muito e estou em vias de entrar em trevas. De duas maneiras e não sei — estou com curiosidade qual virá primeiro: se uma doença na vista se a cadeia. [*Doença na vista*] foi, afinal, o único mal de gravidade que me detectaram em Coimbra, nos meus meses de internamento (é uma catarata ou descolamento de retina, uma miopia não corrigível já por lentes) e que me impede de ler demasiado, só com luz natural, por isso lhe estou a escrever às 6. 40, acabou de partir o comboio para Lisboa, evitar cinema (já fazia), fazer vista grossa à tv (era um dos meus vícios, *não ver tv*), pedir quem me leia, ditar para o gravador, ainda não chegámos a isso.

O Algarve, que só tinha vindo cá uma vez há vinte anos, num Expresso Popular — a Portimão e apanhei uma destas bêbadas de medronho de cair no chão — e cá , não me desiludiu nada, no que toca a Lagos e Sagres. Em matéria de paisagem, cor do mar, pureza do céu. E mais tocante que o ambiente físico, a convivência humana. Falo dos naturais ou que aqui vivem. Os turistas é uma pobre gente afobada em poupar os dias ou gastá-los à tonta. Tenho visto coisas incríveis. Tipos da estranja a fotografar um burro, um barco tipo chata sem gracinha nenhuma, e nos centros de alegria nocturna, aqueles onde tenho ido, sem fazer um tostão de despesas (estou sem beber) uma fixidez determinada em bebericar, nem sequer lidando em erotismos ou conversando. Isto, claro, pode ser a primeira impressão, vim há dez dias. E agora estamos aguardando alguns dos cinco milhões de franceses que ontem entraram em vacanças. O Amigo que me instala e sustenta, tem aqui, ainda em embrião, uma fabriqueta de cerâmica regional, mesmo agora fui à oficina e está uma fornada na mufla, com os olhos nos francos. Mas da maneira como está o escudo...

Mais uma vez vinha maçá-lo, o Paços já deve estar preparado, para um pedido. Eu estou com um certo cepticismo em relação a uma bolsa, de trabalho ou de sobrevivência, que se propuseram de me arranjar (o Raul de Carvalho, aliás numa tristíssima situação de isolamento mas tendo resistido à operação em Londres, continua com os seus 7 e quinhentos mensais; o Herberto Helder, que se recusa agora a aceitar editores comerciais — v. conhece editores, por muito mecenáticos, que possam perder *sempre*, em cada livro que editam? —, tem outro tanto da SEC, noventa quiladas em doze prestações. Quanto a mim nicles. Há um ano, ainda a APE me deu em Junho a última série de ajudas, 1800\$00. Com a entrada do David, recusei-me a que eles lhe pedissem algo por mim, mas o tipo foi ao ar sem dar um ai. Portanto...

... tenho que me agarrar a esta maquina e para livro, pois nos jornais tenho as pernas cortadas e a 500\$00 o artigo, eles que o escrevam. Recorro, por isso, ao pozinho das gavetas, trato de aproveitar estas semanas em que o essencial me está garantido — e, principalmente, o silêncio de uma casa enorme, em vez de casarão, chamemos-lhe *um complexo*, pois tem de tudo: quartos, salas, piano, oficina. Lembrei-me, e era este o ponto, se não seria possível publicar na Unibolso uma colectânea de textos meus, com o título *Textos policiais* ou, talvez mais atraente e prevenindo o meu público habitual de que se trata de coisas já vindas a público, embora, sem riscos de apreensão, na sua forma integral e que seria *O caso das criancinhas desaparecidas* (os últimos trechos são uma breve alusão ao que eu projectara), compreendendo ainda outros casos: *O caso das salsichas inimigas*, *O caso das donas e donzelas arrebatadas*, *O caso do pai chocadeira* e *O caso do bife voador*, estes dois últimos completados, pois apenas saíram fragmentos nos *Exercícios de Estilo*. Era um voluminho que não me daria

mais que uma semana de trabalho a completar e, eu não sei como isso é, mas suponho o pagamento tipo *a valoir* [*palavra ilegível*], maneira rápida de conseguir uns escudos. Além da expansão da coleção, que também me interessa. Pode o Paços informar-me como e por quem isso corre? Ou poderá, caso a Ulisseia através da Verbo ou vice-versa, também julgo fazem parte do consórcio da Unibolso, propor a coisa, mesmo em condições *abaixo das habituais*, eu já me resignei a funcionar tabela baixa... na minha filosofia, digo-me que escrever não tem preço, é como respirar, e nunca tenho feito preços, mesmo sabendo, como editor (que raramente pagou direitos), o lucro que uma edição, com boa saída, permite. As últimas edições que me fizeram, *Pacheco versus Cesariny* e os *Textos malditos*, tiraram respectivamente, 5400 e 5200, e dos *Textos Malditos* (mais, decerto, pelo aparato gráfico e pelos desenhos do Henrique Manuel) estive em 2.º lugar nos *mais vendidos*, e sei, particularmente, que, na Bertrand, fui o mais saído do armazém, logo a seguir, suponho, ao livro do Otelo, que esse não admira. Aliás, eles queriam o preço a 500\$000, foi o Otelo que se recusou e exigiu apenas 350\$000. Que os preços dos livros, como o resto (ontem os táxis), vai numa escalada!

Esta carta é um pouco *a mensagem numa garrafa*. É sabido daqui, e não me convém estacionar muito tempo no mesmo sítio, não sei como me avenha. Ou até sei: enfiar-me com uma colossal carraspana outra vez em Celas, ou ir à PJ. Que este processo, como de resto a dúzia (quase) dos anteriores, é dos mais cómicos, mas arriscado, devido a condicionalismos políticos. Foi, rapidamente contado, isto: quando saí de Massamá, fui para o Restelo organizar a candidatura do General Ròdinhas, o Manuel Grangeio Crespo, aquele rapaz que “anda” de cadeira de rodas e escreve e faz coisas giras, outrora (teve um enfarte no fim do ano e esses *avisos* não são de bom augúrio), à candidatura à Presidência da República. A ideia não era tão maluca assim, pelo lado físico, o Roosevelt, com uma paralisia infantil, também não podia entrar em corridas pedestres olímpicas ou mesmo no quintal da Casa Branca. Era uma candidatura de troça, até nos *slogans*: *o nosso Presidente é gordo mas é bonito*, etc. Depois, virei-me para o Otelo e depois ainda para o Eanes. Isto contado numa entrevista, em casa do Crespo, que foi para o ar na RDP. Ali, eu estava com uma bebedeira que se nota perfeitamente pela voz na cassete, a certa altura chamo *sacana* ao Eanes. Foi quanto bastou para o programa ser suspenso e produtor e eu metidos em sarilhos criminais. Nestes textos policiais, podia acrescentar *O caso das quatro candidaturas*, mas não quero agravar mais, que com teu amo não jogues as peras. O Paços podia responder-me antes de abalar para férias, sff?

Abraço amigo do

Luiz Pacheco



Desenho Délio Vargas (2016)

“NEO-REALISMO DO MAIS AUTÊNTICO”

matizes de um autor surrealista nas cartas de Luiz Pacheco para Luís Amaro

SOFIA SANTOS

Existem poucas obras epistolares em português que reivindiquem sem a preponderância de um exercício metaliterário ensaiado, consciente das suas potencialidades fictivas e comerciais futuras a qualidade ética e estética de um testemunho humano que ultrapassa circunscrições a movimentos, influências, épocas, testemunhos ou lealdades pessoais. Sendo unicamente fiel ao seu idiossincrático conceito de ‘ética’ (ainda que esse conceito incluía o inofensivo maquiavelismo da permuta entre sobrevivência literária e sobrevivência humana), Luiz Pacheco (1925-2008) conseguiu edificar uma obra epistolar passional, pulsantemente controversa, equilibrada entre os eixos da percepção sensorial e racional e que, ainda que dispersa, constitui uma das mais profícuas demarcações do habitual produto literário cuja presença humana mormente se aproxima de um fetichista reflexo platónico. Ao contrário do discurso emulador dos seus críticos, cujo mimetismo reforça como uma técnica de compreensão e aproximação do texto apreciado, as cartas de Luiz Pacheco denunciavam o destinatário não pela alteração prosódica ou vocabular da sua escrita, mas, tão-somente, pelo nome que encimaria o cabeçalho da carta. O respeito pela sua vitalidade humana, pela sua ética, pela língua portuguesa, pela Literatura e seus autores, malgrado alguns egos dos seus destinatários, constituía sempre prioridade nas inúmeras cartas que enviou até pouco antes da sua morte, mantendo fiéis contactos durante décadas e que raramente interrompia, mesmo quando os impedimentos financeiros imperavam. Fidelidade que manteve, sobretudo (e mais do que com qualquer outra personalidade), com Luís Amaro, crítico literário, co-diretor da revista *Árvore* e de *Colóquio-Letras*, e seu consultor editorial, dinamizador e revisor ímpar da editora Portugalia. A sua presença evoca, porém, uma transtemporalidade ética e humana que se reflecte não só no seu justo e equilibrado gesto crítico, compatível com uma generosidade dialéctica que tem no respeito e apreciação da Literatura os dinamizadores cimeiros da evolução cultural e intelectual, cristalizando finamente um conhecimento que rivaliza com a sua vasta memória dialogante e pluricontextual, mas também numa produção poética que está ainda longe de merecer o adequado destaque e apreciação. A generosidade com que sempre procurou acalantar as relações culturais entre intelectuais, contribuindo igualmente com o seu trabalho de leitor atento e informado, de que a sua vasta biblioteca é apenas um reflexo, contribuiu igualmente para sublimar a sua presença mítica por entre críticos, romancistas, poetas e dignitários representantes da *intelligentzia* portuguesa. Entre eles se encontrava a personalidade conturbada e insatisfeita de Luiz Pacheco, Tântalo de uma normalidade vivencial que desconhecia, implacável refinador de consciências e atento observador de almas aspirantes ao restrito lugar do Parnaso. Em Luís Amaro encontrou o privilégio de um companheirismo literário e humano que raramente experienciou durante a sua vida, auxílio literário e profissional (com amparos financeiros ocasionais), sobretudo, o alento humano que uma alma electiva como a de Pacheco necessitaria para equilibrar e perspectivar a sua mundividência. “eminence grise das nossas Letras” (L.P., N5/6821, 11-6-1967) é uma rara expressão que cinzela um estatuto que a Amaro é exclusivo, tal como é única a efigie de António Maria Lisboa em que se exauriu a Poesia.

Do espólio epistolográfico de Luís Amaro, presente na Biblioteca Nacional de Portugal (Esp. N5/6785-6873), seleccionámos [com o acordo e a vontade do seu primeiro proprietário, L.A.] algumas cartas cujo conteúdo considerámos reflectir de forma mais viva e esplanada o arco de relações ideológicas e estético-literárias de Luiz Pacheco com algumas personalidades contemporâneas e de referência, bem como considerações sobre projectos em curso, alguns

dos quais permaneceriam hipotéticos ou inéditos. Além dessas afinidades e distâncias, é sensível nesta prosa epistolográfica a prolixidade motivacional que pauta o trabalho de Pacheco enquanto revisor, tradutor e crítico, trabalho esse muitas vezes mediado pela intervenção generosa de Luís Amaro, enquanto consultor editorial da Portugália. Ainda que a contingência material e a periclitância do quotidiano de Luiz Pacheco ditassem muitas vezes os prazos e até a frequência dos seus textos, a qualidade do seu trabalho permaneceu insubmissa à fragilidade das remunerações que o permitiam alimentar a sua “tribo” e continuar o que para ele era uma “questão de sangue e de sofrimento” (N6869, Setúbal, s/d). Numa das cartas, desabafa (N5/6833, carta dactiloscrita, 12-08-73): *Convém-me (dito à pureza) uma colaboração aqui e ali, a receber quando? Mas certa, porque aqui o importante é a continuidade. Assim fazem os mais; não me julgo marciano ou isento em tal matéria. Aliás, pela próxima publicação do PACHECO VERSUS CESARINY, o tal folhetim de feição epistolográfica, se escancara que a necessidade obriga à impudência e que os tais puros (que nunca me arroguei embora houvesse ingénuos afirmando que eu era e por isso me chamavam de maldito, chiça!) é coisa muito rara, ou têm escondido um truque que ainda não percebemos.*

A sedutora questão da maldição em Literatura assumiu contornos equívocos no caso singular de Luiz Pacheco, que o autor procurou esclarecer argumentada e antecipadamente, embora em vão, muito devido à apetência que inspirou a proscrição da sua obra fragmentária e a marginalização da sua *persona*, excêntrica à maneira de Artaud ou de Céline, cuja obra mencionada numa destas cartas (N5/6849, Lisboa, 8-12-1982), o único livro que Pacheco levou consigo numa mudança, não por acaso, é autobiográfica, *Guignol's Band* (cf. o artigo/recensão do autor a *Viagem ao Fim da Noite: Luiz Pacheco*, “Notas de leitura I lendo e relendo Céline”, in *Crítica de Circunstância*, Lisboa, Ulisseia, 1966, pp. 85-89).

O acto da confecção livreira marcou em muito e continua a marcar para a grande parte dos críticos que abordam o imaginário literário de Luiz Pacheco a relação que este autor manteve com a ideologia surrealista, criando uma editora itinerante, a Contraponto, que, selectivamente, publicou pela primeira vez alguns dos autores referência que marcaram directa ou indirectamente a última vanguarda do século XX (acompanhamos a ideia defendida por Perfecto Cuadrado em *A única real tradição Viva*, Lx., Assírio & Alvim, 1998), como Mário Cesariny, António Maria Lisboa, Manuel de Lima, Natália Correia, Herberto Helder e, até, em última instância, a malograda referência para os surrealistas de todo o mundo, Marquês de Sade. Na verdade, muitos consideram, até o próprio Pacheco (“O que é um escritor maldito?”, in *Literatura Comestível*, Lx., Estampa, 1972, pp. 21-22), que a sua grande obra sobrevivente à implacabilidade do tempo terá sido a de editor, na sabedoria da antecipação de um cânone ainda longínquo e na criação de uma biblioteca pessoal que permaneceu uma referência contra-cultural e interventiva para alguns editores vindouros, não só Fernando Ribeiro de Mello, da extinta Afrodite, como também, acredito, para a mítica & etc, de Vítor Silva Tavares. Não só os títulos publicados delineavam uma teoria ideológica e estética na concepção de uma biblioteca de cariz surrealista, como a logística de confecção dos livros, sua venda e método ultrapassavam em muito as normas comerciais, ancorando-se, tão-somente, à coerência libertária e pedagógica do seu editor, conhecido por vendê-los, por vezes, de mão em mão ou, até, por os oferecer a leitores atentos. O trabalho de Pacheco não se delimitava a uma necessidade profissional, monetária, mas vislumbrava-se na maioria das vezes como um refúgio não só face à solidão, às dificuldades económicas e às contrariedades que lhe eram destinadas pelo seu *modus vivendi* (há muito desistira de ter um emprego) e à aversão relativa à acumulação material mas, sobretudo, como uma forma de combate ao comercialismo literário, à crítica instalada e de compadrio, ao controlo do sistema literário por uma casta de eleitos e à institucionalização do lucro intelectual.

Nas cartas do espólio, assumem uma importância efectiva as suas críticas aos representantes do neo-realismo, um movimento permissivo a certa coacção estética e ideológica ao encimar tematicamente o comprometimento político, à hipocrisia dos prémios literários e plágios legitimados e/ou disfarçados e ainda à censura, como num postal em que se referia à apreensão da *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, de Natália Correia, na qual Luiz Pacheco

participou com o texto “Coro dos Cornudos em Volta de S. Pedro”, e a Salazar (“Tòtócas”) (N/6809, 10-04-67): *Ainda hoje, de manhã (...) tive de ir ao tribunal por causa da tal Antologia da Natália. Tudo isto é fado, tudo isto é português, tudo isto é o que nós já sabemos: nascermos cá. Fatalidade nossa, irremediável. [...] Só o Albino Forjaz de Sampaio, o das Palavras Cínicas, é que tinha orgulho em ser português... ele e o... Tòtócas.*

Sendo a proposta do surrealismo “o HOMEM LIVRE E APAIXONADO” e “uma real cidadania para todos e uma real liberdade de cada um consigo” (Cesariny, *A Intervenção Surrealista*, Lx., Assírio & Alvim, 1997: 9), a maldição ou marginalização de Luiz Pacheco fundamentam-se, ironicamente, na exasperação desse último conceito, encerrado (até à edição dos manifestos surrealistas) no gesto literário estético, ou, até, no objecto literário. As palavras-acto, vaticinadas por António Maria Lisboa, ganham forma numa desinstitucionalização literária à prova de críticas e proscricções, numa imagem perdulária que cinzela a independência almejada pelos surrealistas, a singularidade da aceitação da decadência como se uma contingência incontornável se tratasse. Ouvem-se ecos não só de Sade, Artaud e Céline, mas também de Lautréamont, Bataille, Henry Miller, Jean Genet e, num outro plano de despersonalização e dessubstantivação, de Fernando Pessoa. O neo-abjeccionismo, paródia que assiste, em último caso, a marca distintiva do surrealismo português, não mais é do que uma concretização humana e efectiva dessa derradeira liberdade e suas consequências. Até agora, única e exclusivamente adoptada por Luiz Pacheco, que (“O que é o neo-abjeccionismo”, 1972: 78): “[é] um tipo livre, intensamente livre, livre até ser *libertino* (que é uma forma real e corporal de liberdade), livre até à abjecção, que é o resultado de querer ser livre, *em português*”. Apenas Luís Amaro lhe mereceu um esclarecimento preocupado à leitura que Mário Cesariny fez da sua comunicação “O que é o neo-abjeccionismo”. Nesse texto, Luiz Pacheco transcreveu o nome de Luís Amaro, “da Portugália Editora”, como vocativo de auxílio profissional; um gesto que o autor quis esclarecer num postal manuscrito (N5/6793, 04-04-63): *Continuo impaciente... o que é sintoma de sede interna nas algibeiras./ V. foi à Casa de Imprensa?/ Como terá (ou poderá ter) verificado, a m/comunicação sobre o que é o neo-abjeccionismo nada tinha de ofensivo para si. Ou para a Portugália. Era só a pedir trabalho, ou mais trabalho. Nisto não vem mal ao Mundo, acho eu, mesmo que não me atendam. Um abraço.*

Esse texto escrito na primeira pessoa revela uma das estratégias ficcionais mais eficazes de Luiz Pacheco na assunção de uma personagem literária, recuperando o prolongamento do gesto de Maiakovsky ao apresentar uma tragédia em dois actos em que a personagem principal, que se chamava, precisamente, Vladimir Mayakovsky, dava nome à peça. O distanciamento fictivo é aqui aparentemente ludibriado apenas para ser remetido à sua primordial função de sublimador da realidade humana. O Luiz Pacheco das cartas e, muito especialmente, o dos diários e prosas ficcionais encontra-se no fundo de uma caverna, interdita ainda, sublimado relativamente ao que do Luiz Pacheco das edições e das críticas se conhece e desconhece ainda. A vanguarda da alteridade, vaticínio malgrado de Rimbaud e última morada de Sá-Carneiro, abriu as portas ao último desafio vanguardista da modernidade; mas urdir a fantasia possível de um outro que quereríamos habitar e em que possamos viver esse foi e continua a ser o desafio de Luiz Pacheco e de quantos o procuram conhecer um pouco mais de perto.

Dirijo um agradecimento muito especial a Rui Sousa, que não só me convidou para contextualizar estas cartas de acordo com o meu projecto de doutoramento sobre Luiz Pacheco financiado pela FCT, como também me delegou para leitura e análise o espólio epistolográfico de Luiz Pacheco para Luís Amaro que havia transcrito na BNP. Para consulta informativa e contextual dos conteúdos de cada carta do espólio, ler: Rui Sousa, “De Luiz Pacheco para Luís Amaro: Um diálogo de vida e de literatura”, in *A Ideia*, nº 75/76, II série, vol. 18, nº 75/76, Outono 2015, pp. 245-251. Recorremos a parêntesis rectos para acrescentar algumas notas e esclarecimentos aos extractos de seguida transcritos duma carta de L. Pacheco a L. Amaro.

[N5/6801, carta dactiloscrita, com emendas manuscritas]

17-07-1963

Meu Caro Luís Amaro,

Ontem, enviei as provas de *O homem e o rio* [de W. Faulkner, edição do mesmo ano, da *Portugália*, com trad. de Luís de Sousa Rebelo e revisão de Luiz Pacheco]. Houve uma ligeira demora, por duas razões: parti uma lente dos óculos (o que representou um dia à viola) e anichei-me no *Diário de Notícias* local – *O Setubalense*, folha de couve reconhecidamente tesa mas, ainda assim, a mais esperançosa da beira-sado. É trabalho de revisão e, ao longe, obras de fôlego jornalístico... a vinte e cinco tostões a coluna. Para já: noventa caracóis por semana, recebidos ao sábado. Como todo o bom proletário, para mim os sábados começaram a ganhar uma importância e solenidade entre os mais dias-comuns da semana. E, para começar, também o meu problema é chegar a este sábado, ao próximo!, o que prevejo mais difícil, se... e aqui entra Você... não puder... sim... não houver... uns tostões da *Portugália* para entreter a fominha da Tribo... até aos tais noventas de *O Setubalense*. Não poderia V., mesmo passando por cima do cadáver do tesoureiro ou guarda-livros aí da firma, caçar uma nota para um amigo, em aflições gástricas? – sucos ácidos no estômago que não encontram alimentos sólidos onde se exercerem e caem nas paredes internas da víscera como veneno???? Claro que todo este tom é galhofeiro, mas creio que não esconderá os tormentos que atravessamos.

Isto é neo-realismo – e do mais autêntico. Duvido que o Fafe e o Cruz (Gastão), agora em debate amistoso nas colunas do *Diário de Lisboa* sobre tão momentoso problema (a morte ou a vida do neo-realismo) estejam tão bem informados, praticamente, como eu e os meus fornecedores de Setúbal do que é, praticamente, realmente, em profundo realismo crítico, o neo-realismo. A lê-los, vê-se mesmo que se trata de gente bem jantada; o Fafe, segundo o Silveira, porque a mãe era proxeneta, dona duma casa de meninas não sei onde. Eu, logo que possa, vou tentar montar neste jornaleco uma paginazinha onde lhes diga o que é o neo-realismo, visto desta banda do Rio, do Velho Rio Tejo...

Falando de coisas sérias: V. poderia abonar, por trabalhos presentes e futuros, cem escudos, mas em vale telegráfico, por grande favor mandado amanhã? despesas por minha conta, claro. Eu estou a evitar os telefones, porque só no mês passado tive para cima de duzentos escudos em chamadas, todas de urgência, evidentemente. Muito obrigado a si, Agostinho Fernandes e Silveira pelos quarentas do outro dia; mas os Fados mandaram que, em vez de caracóis, os consumisse no Gil Oculista e não chegou; quanto ao Teodolito [conto de Luiz Pacheco publicado, pela primeira vez, separadamente, em ed. da *Contraponto*, em 1962] de que V. me fala, a edição copiografada foi-se toda (não tenho um, sequer, para mandar copiar e fazer mais); o texto foi impresso, novamente mas atenuado, na antologia do Mário, do surrealismo-abjeccionismo, mas também não tenho essa, pois vendi logo o meu exemplar... nem a li! Eu tenciono republicar o texto, que é uma aldrabice em forma de introdução à minha novela histórica e obscena, “A enorme repulsa” [projeto sempiterno de um romance, acalentado durante anos por Pacheco, mas que nunca viu a luz do dia], já anunciada há um ano, mas que me ficou numa pensão do Porto, por via duma fuga precipitada, neo-realista... Esta minha novela, “Os Namorados” [“novela neo-abjeccionista”, publicada pela primeira vez, isoladamente, em 1962 (?), pela sua chancela, *Contraponto*], que vou lançar este mês e já devia ter saído, por razões óbvias (sempre é dinheiro que entra ou esperanças disso), ficou para trás, outra vez, por causa do meu trabalho no jornal, que nem é trabalho mas tempo tomado [...].

Não se esqueça de mim, Amaro!

Um abraço do amigo grato,

Luís Pacheco

UM DOCUMENTO DA INTERVENÇÃO SURREALISTA EM PORTUGAL [1967]

SOBRE SADE DIGA-SE QUE:

Os abaixo-assinados afirmam a sua solidariedade ao espírito eminentemente livre de Donatien-Alphonse-François e à sua obra. Manifestam ainda um apoio incondicional aos autores transcritos que em devido tempo escreveram ou disseram de sua justiça sobre o Marquês de Sade. Pretendendo que a nossa justiça seja pelo menos semelhante propomos esta homenagem.

Il n'a cesse de jeter les ordres mystérieux/ Qui ouvre une brèche dans la nuit morale André Breton, *Poèmes*, Paris, Ed. Gallimard

Si l'ignorance et le refoulement, pendant cinq générations, ne se fussent point détourné des ouvrages du Marquis de Sade, si l'homme, esclave et tortionnaire, eut consenti à se pencher sur les atroces possibilités que contient sa nature et que notre auteur, le premier, a eu la lucidité de concevoir et la hardiesse de révéler, peut-être l'innommable période de 1933 à 1945 ne fut point venue flétrir à jamais le caractère de la race humaine et ne l'eut pas prédisposée aux sanglantes idolâtries dont elle ne semble d'aucune sorte à la veille de soustraire. Gilbert Lely, *Vie du Marquis de Sade*, Paris, Jean-Jacques Pauvert

Las víctimas engendran los verdugos. Octavio Paz, *Libertad bajo palabra*, México, Fondo de Cultura Económica

Quand on voit les précautions qu'a prises l'histoire pour faire de Sade une prodigieuse énigme, quand on songe à ces vingt-sept années de prison, à cette existence confinée et interdite, quand cette séquestration n'atteint pas seulement la vie d'un homme, mais sa survie, au point que la mise au secret de son œuvre semble le condamner lui-même, encore vivant, à une prison éternelle, l'on vient à se demander si les censeurs et les juges qui prétendent murer Sade, ne sont pas au service de Sade lui-même... Maurice Blanchot, *La raison de Sade*, Paris, Éditions de Minuit

Surely, if we can accept to live with the daily specter of the absolute bomb, we can accept as well to live with the works of his possessed and exceptional man, who may be able to teach us a trifle about ourselves. Prefácio do proprietário da editora americana Grove Press ao primeiro volume das obras do Marquês de Sade

(...) l'oeuvre de Sade. Cette « machine de guerre », c'est un immense complot d'affranchissement de l'homme, une volonté de restituer l'homme intégral, de lui rendre ce qu'il a indignement accepté d'abdiquer ou de perdre, sa liberté et sa responsabilité. Jean-Jacques Brochier, *Le Marquis de Sade et la conquête de l'Unique*, Paris, Eric Losfeld éditeur

Si quelque esprit fort se fut avisé de demander à Saint Benoit de Labre se qu'il pensait de son contemporain, le Marquis de Sade, le saint eu répondu sans hésiter : « C'est mon prochain. » Pierre Klossowsky, *Sade mon prochain*, Paris, Ed. du Seuil

Nous ne pouvons nous étonner qu'une vérité si étrange, et si difficile, se soit d'abord révélée sous une forme éclatante... Il fallut une révolution – dans le bruit des portes de la Bastille enfoncées – pour nous livrer, au hasard du désordre, le secret de Sade... Georges Bataille, *La littérature et le mal*, Paris, éditions Gallimard

ANTÓNIO JOSÉ FORTE BRUNO DA PONTE ERNESTO SAMPAIO
MANUEL DE CASTRO RICARTE-DÁCIO VIRGÍLIO MARTINHO

SOBRE SADE DIGA-SE QUE:

Os abaixo assinados afirmam a sua solidariedade ao **espírito eminentemente livre** de Donatien-Alphonse-François e à sua obra. Manifestam ainda um apoio incondicional aos autores transcritos que em devido tempo escreveram ou disseram de sua justiça sobre o Marquês de Sade. Pretendendo que a nossa justiça seja pelo menos semelhante propomos esta homenagem.

Il n'a cessé de jeter les ordres mystérieux
Qui ouvrent une brèche dans la nuit morale

ANDRÉ BRETON

(*Poèmes*, Paris, Editions Gallimard)

Si l'ignorance et le refoulement, pendant cinq générations, ne se fussent point détournés des ouvrages du Marquis de Sade, si l'homme, esclave et tortionnaire, eût consenti à se pencher sur les atroces possibilités que contient sa nature et que notre auteur, le premier, a eu la lucidité de concevoir et la hardiesse de révéler, peut-être l'innommable période de 1933 à 1945 ne fut point venue flétrir à jamais le caractère de la race humaine et ne l'eût pas prédisposée aux sanglantes idolâtries dont elle ne semble d'aucune sorte à la veille de soustraire.

GILBERT LELY

(*Vie du marquis de Sade*, Paris, chez Jean-Jacques Pauvert)

Las víctimas engendram los verdugos

OCTAVIO PAZ

(*Libertad Bajo Palabra*, México, Fondo de Cultura Económica)

Quand on voit les précautions qu'a prises l'histoire pour faire de Sade une prodigieuse énigme, quand on songe à ces vingt-sept années de prison, à cete existence confinée et interdite, quand cette séquestration n'atteint pas seulement la vie d'un homme, mais sa survie, au point que la mise au secret de son oeuvre semble le condamner lui-même, encore vivant, à une prison éternelle, l'on en vient à se demander si les censeurs et les juges qui prétendent murer Sade, ne sont pas au service de Sade lui-même...

MAURICE BLANCHOT

(*La Raison de Sade*, Paris, Les Editions de Minuit)

Surely, if we can accept to live with the daily specter of the absolute bomb, we can accept as well to live with the works of this possessed and exceptional man, who may be able to teach us a trifle about ourselves.

(*Prefácio do proprietário da editora americana Grove Press ao primeiro volume das obras do Marquês de Sade*)

...l'oeuvre de Sade. Cette « machine de guerre », c'est un immense complot d'affranchissement de l'homme, une volonté de restituer l'homme intégral, de lui rendre ce qu'il a indignement accepté d'abdiquer ou de perdre, sa liberté et sa responsabilité.

JEAN-JACQUES BROCHIER

(*Le Marquis de Sade et la Conquête de L'Unique*, Paris, Eric Losfeld, éditeur)

Si quelque esprit fort se fut avisé de demander à Saint Benoit de Labre se qu'il pensait de son contemporain, le Marquis de Sade, le saint eut répondu sans hésiter: « C'est mon prochain ».

PIERRE KLOSSOWSKY

(*Sade Mon Prochain*, Paris, Editions du Seuil)

Nous ne pouvons nous étonner qu'une vérité si étrange, et si difficile, se soit d'abord révélée sous une forme éclatante... Il fallut une révolution — dans le bruit des portes de la Bastille enfoncées — pour nous livrer, au hasard du désordre, le secret de Sade...

GEORGES BATAILLE

(*La Littérature e le mal*, Paris, editions Gallimard)

ANTÓNIO JOSÉ FORTE
BRUNO DA PONTE
ERNESTO SAMPAIO
MANUEL DE CASTRO
RICARTE-DÁCIO
VIRGÍLIO MARTINHO

[DUAS CARTAS A SERGIO LIMA]

J. M. LO DUCA

I

Bibliothèque Internationale d'Érotologie (homo eroticus)

Paris le 27 juillet 1967

Fundação Armando Alvares Penteado/ São Paulo

Cher monsieur Sergio Lima

J'ai tenu compte partiellement de vos remarques au sujet de MACUMBA ; vous en verrez le fruit dans la prochaine édition du *Supplément au Nouveau Dictionnaire de Sexologie*, ainsi qu'un rappel pour NEZ, ainsi que vous le souhaitiez.

Mais je vous écris surtout parce que je suis très intéressé par votre dossier sur l'Érotisme du Brésil; je dis bien : TRÈS. Pourriez-vous m'en dire davantage ? Pourriez-vous me le communiquer ? Pourriez-vous exécuter un travail pour nous à ce sujet ?

Si vous me répondez vie, écrivez

c/o Grand Hotel Talabardon

ROSCOFF (Nord Finistère) / France

Après le 25 août, à mon adresse personnelle: 83 rue Blomet/ PARIS XV

Merci. / Cordialement

J. M. Lo Duca

II

Bibliothèque Internationale d'Érotologie (homo eroticus)

Paris, le 12 Décembre 1967

Monsieur Sergio Claudio De Franceschi Lima

Fundação "Armando Alvares Penteado" / SÃO PAULO, Brésil

Cher Monsieur,

J'ai bien reçu chez PAUVERT le n.º 1 de "A PHALA" et j'ai été très intéressé par l'effort que vous avez réalisé. J'ai reçu en même temps votre lettre du 18 septembre.

J'avoue que de São Paulo, je ne connaissais que les activités d'un vieil ami (Bardi) ainsi que quelques revues d'architecture. Votre revue m'a surpris par sa qualité.

Je souhaiterais, pour ma collection (la B.I.) que vous me communiquiez les documents suivants : La sculpture de M. Martins et le Mimi Parent, face p. 28 ; Les compositions de Leila F. Lima, face pages 44 et 45 ; Le dessin de Leila F. Lima, page 46 ; Le collage de Svanberg, page 50 ; La composition de S. Lima, page 54 ; La peinture de S. Lima, face page 80 ; La peinture de S. Lima (Bicho...), face page 81 ; Miniatura phálica du Musée Paulista, face page 99.

Je vous rendrai les documents demandés par retour de courrier. Si possible, ajoutez quelques photos à votre convenance répondant aux mêmes thèmes.

Quant à votre lettre, elle mérite une étude attentive : je vous répondrai donc plus tard. Grosso modo, le premier travail que je vais vous demander est de rédiger et d'illustrer ! quelques articles pouvant être publiés dans une nouvelle édition de notre *Dictionnaire de Sexologie*, pour les quels je vous donne carte blanche. Ces articles devraient traiter tous les sujets que vous pouvez envisager, dans leur ordre alphabétique (Cultes noirs, Ex-voto, Maria Martins, Fêtes etc.) ; un serait général : BRÉSIL (ÉROTISME au) Histoire / Manifestations populaires / Manifestations littéraires / Manifestations plastique (arts). Pour le reste, veuillez avoir la patience d'attendre ma réponse.

Amicalement à vous

J. M. Lo Duca

83 rue Blomet / Paris 15e

BIBLIOTHÈQUE INTERNATIONALE
D'ÉROTOLOGIE (HOMO EROTICUS)

devraient traiter
en ordre alpha-
bétique (Cultes noirs, Ex-voto, Maria Martens, Fêtes etc.); un
serait général : BRESIL (EROTISME au) Histoire/ Manifestations
populaires/ Manifestations littéraires/ Manifestations plastiques
(arts). Pour le reste, veuillez avoir la patience d'attendre ma
réponse.

Paris, le 12 Décembre 1967 à vous

Monsieur Sergio Claudio De Franceschi Lima
Fundação "Armando Alvarès Penteado"
SAO PAULO, Brésil

Cher Monsieur,

J'ai bien reçu chez PAUVERT le n°1 de
"A PHALA" et j'ai été très intéressé par l'effort que vous avez
réalisé. J'ai reçu en même temps votre lettre du 18 septembre.

J'avoue que de Sao Paulo, je ne connaissais
que les activités d'un vieil ami (Bardi) ainsi que quelques revues
d'architecture. Votre revue m'a surpris par sa qualité.

Je souhaiterais, pour ma collection (la
B.I.E.) que vous me communiquiez les documents suivants :

- La sculpture de M. Martens et le Mimi Parent, face p.28
- Les compositions de Leila F. Lima, face pages 44 et 45
- Le dessin de Leila F. Lima, page 46
- Le collage de Svanberg, page 50
- La composition de S. Lima, page 54
- La peinture de S. Lima, face page 80
- La peinture de S. Lima (Bicho...), face page 81
- Miniatura phalica du Musée Paulista, face page 99.

Je vous rendrai les documents demandés par
retour de courrier. Si possible, ajoutez quelques photos à votre
convenance répondant aux mêmes thèmes.

Quant à votre lettre, elle mérite une
étude attentive : je vous répondrai donc plus tard. Grosso modo,
le premier travail que je vais vous demander est de rédiger - et
d'illustrer! - quelques articles pouvant être publiés dans une
nouvelle édition de notre Dictionnaire de Sexologie, pour les -
quels je vous donne carte blanche. Ces articles devraient traiter
tous les sujets que vous pouvez envisager, dans leur ordre alpha-
bétique (Cultes noirs, Ex-voto, Maria Martens, Fêtes etc.); un
serait général : BRESIL (EROTISME au) Histoire/ Manifestations
populaires/ Manifestations littéraires/ Manifestations plastiques
(arts). Pour le reste, veuillez avoir la patience d'attendre ma
réponse.

Amicalement à vous

J.M. Lo Duca
83 rue Blomet
PARIS 15e

SOCIÉTÉ PAUVERT JEAN-JACQUES PAUVERT 8, RUE DE NESLE PARIS 15e

FERNANDO RIBEIRO DE MELLO

Isabel Mendes Ferreira



Fernando Ribeiro de Mello,
fotografia de Isabel Mendes Ferreira,
1990.

Fernando Ribeiro de Mello _____ o editor que se editava a si mesmo editando a controvérsia _____ era um provocador apaixonado irreverente generoso irascível perante os obstáculos teimoso até que todos vissem a sua dele visão do livro como arte e celebração da palavra. tinha pelos amigos verdadeira devoção e mesmo quando em dificuldades financeiras (e teve muitas) virava o mundo para ajudar quem dele verdadeiramente precisasse. vaidoso no vestir (sempre de um elegante “dandyismo” pouco usual nos idos de 72 até à sua morte (e tinha cinquenta anos quando morre) era uma festa em qualquer ocasião. até mesmo quando se reunia com o seu advogado até altas horas da noite _____ “bailava” cintilante de contra-respostas aos múltiplos recursos que para ele eram verdadeiros duelos. Dizia poesia como poucos sendo nas primeiras vezes que o fez criticado mas depois aplaudido. um sentido raro do espectáculo e de uma coragem que a todos surpreendia.

rebelde iconoclasta sem barreiras dividia o mundo em gente inteligente e gente burra :) o que lhe granjeou muitos inimigos mas também grandes amigos e admiradores. quis fazer da Afrodite a editora do arrojo e dos livros uma poética visual. cuidava até à exaustão do aspecto gráfico. os seus livros eram/são objectos de pura mestria. iluminado e persistente chega as tertúlias lisboetas carregado de uma tal vontade de fazer e ser diferente que logo se impôs.

_____ o homem Fernando tinha sempre uma história para contar uma risada contagiante um elogio quase quixotesco para as belas mulheres de que sempre se rodeava. despertava paixões como quem folheava um livro. não resistia a uma bela jovem e porém era de uma doçura com o seu agregado familiar. Amigos sempre em casa. casa sempre cheia dos que lhe acrescentavam algo e de uma gentileza quase principesca.

o homem Fernando tinha um jeito peculiar de sorrir de afagar o bigode de fazer esquecer até a vida mais pontualmente agressiva que a todos seduzia. podiam detestar a aparente arrogância (timidez de miúdo filho de classe média alta que resolve afrontar os pais) mas ninguém ficava indiferente àquele vulcão que invadiu lisboa como se fora impossível outro existir. de uma capacidade inventiva que aos amigos mais chegados surpreendia e fazia temer as consequências. que foram as que todos sabem.

falar do Fernando Ribeiro de Mello que conheci e admirei e com quem tive talvez das conversas mais brilhantemente alucinadas e cultas (pese muita gente o acusar de não ter formação académica) o Fernando tinha uma inteligência emocional e uma cultura sólida. o que não sabia num momento sabia nos outros a seguir porque era um lobo insaciável e devorava até o que só se suspeitava vir a ser.

_____ perdeu-se um homem-editor-poeta-maldito e absolutamente original. um ser humano que se houvesse hoje alguns assim o mundo dos livros seria absolutamente diferente. faz-me muita falta ainda hoje aquela voz aquele sorriso aquela alegria de fazer diferente e ser diferente _____ uma espécie de pérola tão rara.

claro que este é o testemunho de alguém que sempre gostou muitíssimo do Fernando Ribeiro de Mello.

[Março de 2017]

PORTUGAL, surrealismo

PERFECTO E. CUADRADO

Antes de mais, um “aviso a tempo por causa do tempo”. No actual grau de degradação da linguagem, é costume usar o termo “surrealismo” ou o adjetivo “surrealista” para se referir a um assunto, uma situação, uma pessoa ou um dito bizarros ou disparatados, quando não decididamente estúpidos. Esquecem que assim agridem a dignidade e a função criadora da palavra que o surrealismo foi: antes de mais, a formulação mais profunda, abrangente e explícita do projecto de revolução da Modernidade, uma revolução moral, ética, política e estética e, neste seu quarto degrau, teórica e prática, artística e literária, inscrita na tradição que Octavio Paz chamou “da ruptura” e Apollinaire e Guillermo de Torre “da aventura”. Por isso a justeza e a justiça do termo “intervenção” usado, entre outros, por Mário Cesariny para se referir à aventura dos argonautas do surrealismo português.

Estas palavras de apresentação do surrealismo português querem e não querem ser uma história do “movimento surrealista” em Portugal. Querem: porque infelizmente e por razões várias que não vale a pena lembrar aqui e agora, o surrealismo português, os seus protagonistas, as suas intervenções pessoais ou colectivas e as suas obras ficam normalmente fora das “estórias” e da “História” do surrealismo, das antologias, dos estudos, dos catálogos (e das exposições) de e sobre aquilo a que costuma chamar-se “o surrealismo internacional”. E por isso continua a ser necessário este trabalho de divulgação e de insistência — divulgação que, infelizmente, obriga à simplificação e a outros males próximos dos costumes académicos, mas que afinal fica redimida pela urgência e a necessidade maior da insistência na luta contra a resistência das simplificações e dos silêncios também maiores (filhos umas vezes da ignorância, outras do sectarismo). Não querem: porque termos como “história”, “movimento”, “português” (ou “francês”, ou “internacional”, ou...), quando aplicados ao surrealismo, obrigam-nos à declaração da nossa convicção firme (e da má consciência subsequente) de estarmos a trair ou a mutilar o seu essencial sentido. Como dizia Mário Cesariny: É que não há assim tanto a historiar, corrijo, o que há a historiar não pode com tanto — ou cabe mal, se cabe, num movimento cuja estrutura se ergue, precisamente, contra a História, e nessa mesma sorte contra si próprio (pensa-se).

Mas, em favor daquela “insistência” militante de que antes falava, aceitemos uma dimensão “temporal” no surrealismo como Schuster a aceitava indirectamente ao afirmar a persistência dum surrealismo “eterno” quando enterrava oficialmente essa temporalidade em 1969 em *Le Monde*, embora manifestando nós que por “surrealismo” ou “movimento surrealista” entendemos simplesmente mais uma estação no caminho de caminhos daquilo a que Ernesto Sampaio chamou “a única real tradição viva”.

Antes, porém, de referir brevemente tal história, que para já vamos situar entre as décadas de 40 e de 60 do século passado, convém dizer umas palavras sobre alguns dos tópicos críticos, formulados desde o exterior (e, às vezes, desde o interior) do próprio movimento, mais usados para (des)qualificar o surrealismo português, como são: (1) a negação de que o surrealismo português fosse ou se quisesse “movimento de vanguarda”; (2) a dupla acusação de “tardio” e “anacrónico”; (3) a também dupla acusação de “periférico” e “irrelevante” (“de trazer por casa”, em palavras do destacado romancista Almeida Faria); e a afirmação subsequente da existência de um “surrealismo português” característico ou específico, o chamado “abjeccionismo”.



Alex Januário, collage (2017)

Quanto à primeira questão (a menos relevante) mantenho a minha reiterada afirmação de que, de modo distinto relativamente a algumas manifestações surrealistas presentes em âmbitos culturais próximos (por exemplo, o espanhol), o surrealismo português afirmou-se, estruturou-se e desenvolveu-se como um autêntico *movimento*, um movimento *de vanguarda* com todas as características e contradições que para a *Vanguarda* assinalaram autores como Guillermo de Torre, Barthes, Sanguinetti ou Enzensberger, entre outros cujos pontos de referência históricos mais imediatos seriam, por um lado, o surrealismo francês, e, por outro, o primeiro vanguardismo português (o chamado em Portugal “primeiro modernismo”, identificado com o nome da revista *Orpheu*, ou, melhor, o que nele havia de mais especificamente vanguardista) e alguns nomes singulares situados à margem de revistas, grupos ou poéticas definidos. Como queria Poggioli, na sua definição do que seria um “movimento” em arte ou literatura, no surrealismo português encontramos: uma *organização* (com um ou vários *grupos* e uma ou várias destacadas personalidades, *chefe(s)* ou *cabeça(s) visível/visíveis*), uma *doutrina* (mais ou menos sistemática e elaborada) que deriva muitas vezes em dogmática praticamente traduzida em excomunhões de “heterodoxos” e incorporações sucessivas de “neófitos”; uma *intervenção* (teórica e prática; directa e indirecta; social e estética) e, como uma das suas principais formas, uma *produção textual*.

O surrealismo português deve considerar-se, com certeza, *tardio*, se nos fixarmos nas datas da sua aparição e nas das primeiras etapas de definição e desenvolvimento do movimento em França. Todavia, não nos parece justa a acusação de *anacronismo* que o qualificativo “tardio” normalmente incorpora em seu significado, e por uma dupla razão: a) pelo quase absoluto desconhecimento prévio do surrealismo em Portugal, dado que a geração ou grupo a quem cronologicamente correspondia a sua introdução — o da *presença*, título da revista que por sua vez identifica em Portugal o chamado “segundo modernismo” — não o fez, apesar do seu conhecido interesse por outros fenómenos da literatura e da arte — incluídos os da “vanguarda” da Europa do tempo e apesar também de alguma colaboração — como o *José Rotativo*, de Mário Saa — na qual já foram assinaladas algumas influências surrealistas; diga-se, de passagem, que isso não significa que não existam referências isoladas ao surrealismo em algum livro ou revista da época, e que o surrealismo não tenha tido uma certa presença, pois ela pode apreciar-se nas obras que nessa altura estavam realizando artistas como Júlio, Vieira da Silva ou António Pedro; b) porque, depois desse silêncio incompreensível, aconteceu o silêncio imposto pela Segunda Grande Guerra e o subsequente exílio de Breton nos Estados Unidos da América — seria justamente aquando do seu regresso, e em coincidência com o relançamento mundial do surrealismo, que o movimento começa a organizar-se em Portugal, ao mesmo tempo que na geográfica e politicamente vizinha Espanha começam a aparecer também grupos mais ou menos organizados que se reclamam explicitamente da vanguarda — algum deles até se definiu como um “surrealismo ibérico” — tais como o postista, o grupo aragonês ou o grupo catalão de *Dau al Set*.

A qualificação de *periférico* pode lembrar imediatamente o título do colóquio *Portugal, Québec, Amérique Latine: un surréalisme périphérique?* organizado por Luís de Moura Sobral — na Université de Montreal em 1983 na conjuntura da realização da exposição *Le surréalisme portugais*. Só que, lá onde Luís de Moura Sobral colocava uma interrogação *péripherique?* — que duma maneira elíptica afirmava positivamente aquelas manifestações do surrealismo, outros, tirando-a, incorporaram ao adjectivo um matiz de relativização e negatividade contrário àquele sentido primeiro da alusão à periferia (tanto cronológica como geográfica). Uma negatividade que de maneira menos equívoca se sublinha quando se fala, em alusão ao surrealismo português, de um surrealismo “casereccio” (“de trazer por casa”), por não ter dado vultos destacáveis como, por exemplo, André Breton ou Pessoa; neste caso, trata-se duma afirmação pessoal tão respeitável como simplesmente contestável desde uma apreciação pessoal contrária que afirme, por exemplo, a universalidade de muitos dos surrealistas portugueses.

Finalmente, no que diz respeito à muito repetida *ausência de originalidade* no surrealismo português (ou, em derivação directa, à presença duma vertente “típicamente portuguesa” do surrealismo, o “abjeccionismo”), e à margem duma possível dívida para com o surrealismo espanhol (afirmação de Antonio Tabucchi que talvez seja aplicável a alguma poesia ou pintura surrealista portuguesa pela via de um humor herdeiro do barroco de raiz hispânica), convém precisar e corrigir:

1) As relações com o surrealismo francês são evidentes: dele tiraram o nome e a doutrina; dos seus textos fundamentais se declararam sempre e de maneira explícita leitores entusiasmados e defensores/divulgadores infatigáveis; a Breton acudiram sucessivamente os que queriam legitimar, organizar e liderar o movimento em Portugal; nos mestres reconhecidos do surrealismo francês aprenderam a procurar os seus mestres; e, enfim, dele recolheriam técnicas e temas – a descoberta do objecto surrealista, o apreço pelos “cadavres-exquis” e outros jogos colectivos surrealistas, as diversas formas de colagem picto-poética, os inventários, o conceito de imagem que Breton tinha (re)definido a partir das teorias de Reverdy, etc. Temas e técnicas nos quais subjaz sempre uma mesma poética partilhada. Não foram, porém, os mestres do surrealismo francês os únicos que orientaram as intervenções, as teorias e as práticas poéticas e artísticas dos surrealistas portugueses, sobre cuja filiação (parcial) pode servir de guia este *Final de um Manifesto* assinado por Cesariny em 1949: *A (nossa) posição surrealista decorre: dos “Manifestos do Surrealismo” na edição Sagittaire, 1947; dos “Prolegómenos a Um Terceiro Manifesto do Surrealismo ou Não”, da mesma edição; das declarações do Grupo em França em 1947 e 48: “Rupture inaugurale” e “À bas les glapisseurs de Dieu”; das comunicações de 6 de Maio deste ano, no Jardim Universitário de Belas-Artes de Lisboa; de uma vida de imaginação; de um certo poder de repulsa e de obstinação; da vida particular e pública de cada um dos signatários; da obra colectiva de Segismund Freud, Mário de Sá-Carneiro, Arthur Rimbaud, Guillaume Apollinaire, Antonin Artaud, Heraclito, Hermes, Vladimir Ilitch, Novalis – a loucura, a sabedoria, a magia, a poesia; das alucinações de Raúl Brandão, Gomes Leal e Ângelo de Lima; do assassino de Fernando Pessoa: Ricardo Reis; do factor Cheval; dos picto-poemas de Brauner, Matta, Herold, Ernst, Duchamp, etc. À palavra de Rimbaud: “La vraie vie est absente”, juntamos o axioma mágico da grande conspiração contra a permanência das coisas, guilhotina de amor sobre a infantilidade dos gestos de repouso: “No círculo da sua acção, todo o verbo cria o que afirma”*

Reconhece Mário Cesariny, na tradição na qual se inscreve e inscreve o surrealismo (em Portugal), os nomes de autores portugueses, e é de extrema justiça lembrar alguns outros que depois ele próprio acabaria por louvar e celebrar, como Mário de Sá-Carneiro, o Pessoa-Álvaro de Campos (e desde ele e por elevação, Cesário Verde) e, sobretudo, Teixeira de Pascoaes, por quem sempre manifestou uma verdadeira devoção e de quem falava não só como grande poeta e pensador, mas como o possuidor de uma sabedoria superior e a quem costumava chamar ‘o Velho da Montanha’.

2) Em relação ao tema do “Abjeccionismo”, proclamado por muita crítica como um movimento “original” (um *ou o* – surrealismo “autenticamente português”) devemos manifestar também o nosso desacordo, não tanto sobre a verdade do adjectivo (“português”) mas quanto à do substantivo (“surrealismo”): pensamos que mais propriamente deveria falar-se de uma síntese entre a denúncia neo-realista (um neo-realismo que mostrasse a sua face anti-heróica sem o querer nem desejar), a angústia de uma interrogação quase existencialista sobre o sentido e o poder da literatura e da arte (Sartre, sim, mas também, e antes, a pergunta de Hölderlin) e o que poderíamos chamar “exibicionismo miserabilista” (uma espécie de “narcisismo negativo” que poderíamos talvez apreciar na literatura de Henry Miller e que poderia levar-nos ao ponto em que o primeiro expressionismo alemão se transformou na gritaria de um certo dadaísmo, na mais próxima versão deformante do “esperpento” hispânico).

Sempre se tem tentado explicar a particular história do surrealismo português (a sua suposta “especificidade”) desde a perspectiva de uma derrota (mais uma) da Arte face à Vida, do

Desejo frente à Realidade, e não faltam possíveis razões que explicariam a singularidade da aventura surrealista em Portugal relacionando-a com o difícil contexto histórico em que ela aparece (o Portugal salazarista dos anos 50), a que deveríamos acrescentar algumas dificuldades específicas da poética surrealista. Assim, duma parte, a desconfiança na capacidade da palavra poética (entenda-se “poesia” por “criação”) como uma ferramenta para a transformação (ou “reabilitação”, em termos cesarinianos) da realidade (que não para criar realidade) e até como instrumento de comunicação (não de conhecimento) dessa realidade. Tem este fenómeno a sua exacta expressão no conhecido poema de Mário Cesariny, “You are welcome to Elsinore”.

Quanto ao tempo e ao espaço vital de miséria que encheu de trevas a experiência de liberdade, amor e poesia que orientavam o ser e o fazer e o dizer dos surrealistas, e para além de referências hamletianas como o Elsinor de Cesariny ou a Dinamarca de Alexandre O’Neill, dois poemas poderiam exemplificá-los, um do próprio O’Neill, “Um adeus português” e “A cidade de Palagüin” de Carlos Eurico da Costa.

Sem esquecer os nomes e as obras de alguns dos chamados *precursores* que a crítica tem vindo a reconhecer na imediata história da modernidade portuguesa – Nicolau Tolentino, Gomes de Amorim, Gomes Leal, Cesário Verde, Teixeira de Pascoaes, Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Raúl Brandão, Raul Leal, Mário Saa, Edmundo de Bettencourt, Adolfo Casais Monteiro ou Vitorino Nemésio; na pintura, os já citados Júlio ou Vieira da Silva e, de maneira mais próxima e mais directa, a actividade e a produção de António Pedro – a história das actividades organizadas – a “intervenção” – dos surrealistas portugueses poderia resumir-se da seguinte maneira:

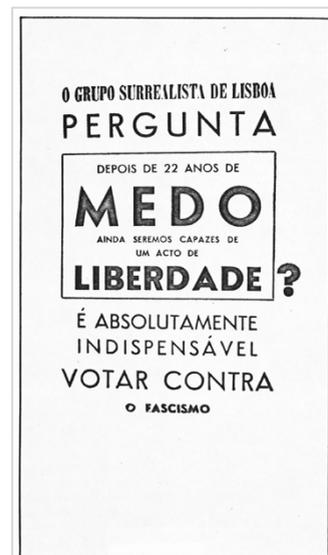
A) O “antes” imediato: *Herminius*

Em 1942 reúnem-se no café *Herminius*, na Av. Almirante Reis de Lisboa, um grupo de alunos da Escola de Artes Decorativas António Arroio. Formam o grupo: Vespeira, Pedro Oom, Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny, Fernando de Azevedo, António Domingues, José Leonel Rodrigues, Fernando José Francisco e Júlio Pomar. O grupo dedica-se, entre 1943 e 1944, a actividades lúdico-criativas que alguns costumam denominar como *fase dadaísta* do surrealismo português. Em 1944 a maior parte dos frequentadores das sessões do café *Herminius* aderem ao neo-realismo. Produzem-se novos encontros: a) Pedro Oom entra em contacto com António Maria Lisboa, Henrique Risques Pereira e Fernando Alves dos Santos (lugar: café *Lisboa Moderno*); b) no café *A Cubana* encontram-se Mário Cesariny e Alexandre O’Neill. O núcleo fundamental dos actores do surrealismo português estava, pois, formado em finais de 1944.

Em 1945 começam as discrepâncias entre o grupo de *proto-surrealistas* e o grosso dos membros do neo-realismo. Em 1946 consumir-se-ia a ruptura, simbolizada por Cesariny no seu exercício de *simplificação* da poesia de Álvaro de Campos, que viria a ser a demonstração da *impossibilidade de reabilitar* (artisticamente) o real quotidiano, e o testemunho do abandono desse inútil esforço de reabilitação (quer dizer, do esforço em que estavam empenhados os neo-realistas portugueses).

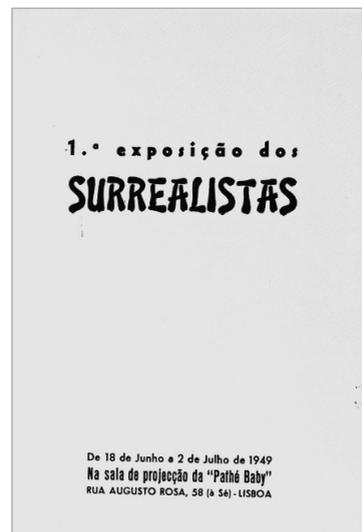
B) A história (breve) do movimento surrealista português

1. *O Grupo Surrealista de Lisboa*: Em 1947 começam as reuniões preparatórias de um projecto de *movimento* que reúne, na pastelaria *Mexicana*, António Pedro, Cândido Costa Pinto, Vespeira, Azevedo, O’Neill, António Domingues e José-Augusto França (aos quais se unirá Mário Cesariny). Logo se produz a primeira *expulsão*: Cândido Costa Pinto, enviado por Breton



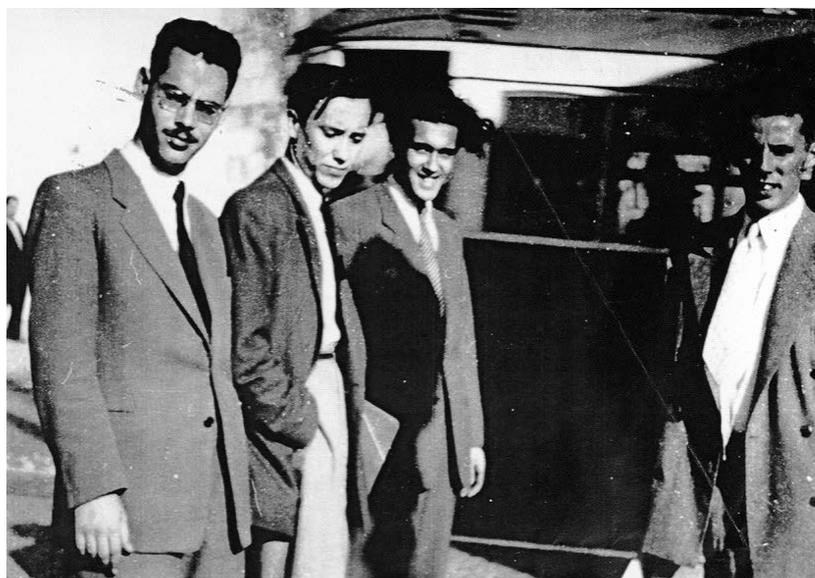
Grupo Surrealista de Lisboa, 1949
(capa submetida/cortada pela censura)

desde Paris para organizar o grupo, é excluído do mesmo por ter participado numa exposição do S.N.I. Em 1948, primeiras actividades de divulgação e de afirmação do *Grupo*: sessões de discussão sobre o surrealismo no Jardim Universitário de Belas Artes, em Fevereiro e Março de 1948 (com o apetecido êxito do escândalo jornalístico). A 4 de Agosto desse mesmo ano, colaboração conjunta na *Homenagem a Gomes Leal* do *Diário de Lisboa*. De 19 a 31 de Janeiro de 1949, primeira exposição do *Grupo Surrealista de Lisboa* no n.º 45 da Travessa da Trindade. Expunham-se cinquenta e oito peças de sete artistas: O'Neill, Dacosta, A. Pedro, Azevedo, Moniz Pereira, J.-A. França e Vespeira. Outras actividades do *G.S.L.*: Algum documento colectivo de menor importância, como o dirigido contra o presencista João Gaspar Simões; publicação dos *Cadernos Surrealistas*, quatro, inicialmente, e mais um (de Nora Mitrani) em 1950: 1. O *Catálogo* da Exposição; 2. O *Proto-Poema da Serra d'Arga*, de A. Pedro; 3. *A Ampola Miraculosa*, “novela em imagens” de O'Neill; 4. O *Balanço das Actividades Surrealistas*, de J.-A. França; *A Razão Ardente*, de Nora Mitrani (texto da conferência da surrealista francesa, traduzido por A. O'Neill).



Exposição de Junho de 1949

2. O *Grupo Dissidente (Os Surrealistas)*: Mário Cesariny abandona o *Grupo Surrealista de Lisboa*, facto consumado em carta dirigida a António Pedro com data de 29/9/1948, na qual diz não acreditar que o *G.S.L.* seja “grupo” e “ainda menos que seja surrealista”. Em torno de Cesariny reúnem-se os que seriam depois denominados *dissidentes*: António Maria Lisboa, Mário Henrique Leiria, Risques Pereira. Carlos Eurico da Costa, Pedro Oom, Cruzeiro Seixas e José Francisco. De 18 de Junho a 2 de Julho de 1949 celebra-se a primeira *Exposição dos Surrealistas*, na antiga sala de projecções *Pathé-Baby*, na Rua Augusto Rosa. Figuram na mostra doze expositores: Risques Pereira, Cesariny, Oom, F. J. Francisco, A. M. Lisboa, Leiria, Alves dos Santos, Eurico da Costa, Cruzeiro Seixas, Artur da Silva, A. P. Tomaz e Calvet. A segunda exposição tem lugar na Livraria *A Bibliófila*, na Rua da Misericórdia, de 1 a 10 de Junho de



Pedro Oom, Fernando Alves dos Santos, António Maria Lisboa, Mário Cesariny (Junho, 1949), fotografia de Cruzeiro Seixas.

1950. Os expositores reduziram-se a seis: Leiria, Cesariny, J. A. da Silva, Cruzeiro Seixas, F.J. Francisco e Risques Pereira (com colaboração extra-catálogo de O'Neill e Oom). Em 1951, produz-se a ruptura de O'Neill, que insulta os ex-companheiros do grupo a partir do prólogo do seu livro *Tempo de Fantomas* (ripostado pelo Grupo com o manifesto *Do Capítulo da Probidade*). Por seu lado, Cruzeiro Seixas embarca nesse mesmo ano em direcção a Hong-Kong, acabando por se instalar em Angola. Em 1952, Mário Henrique Leiria desliga-se do surrealismo. Em 1953, morre António Maria Lisboa. Acrescente-se nestes anos a produção primeira de autores que depois se reconheceriam e seriam reconhecidos como figuras importantíssimas do surrealismo português (sem necessariamente terem pertencido a um ou outro grupo) como Eurico Gonçalves ou Isabel Meyrelles.

3. *O Grupo do Café Gelo*: Entre 1956 e 59 produz-se um novo reagrupamento, com reuniões frequentes no Café *Gelo* de alguns antigos frequentadores do Café *Royal* e outros recém-incorporados. No *Gelo* encontramos Luiz Pacheco, Mário Cesariny, António José Forte, João Rodrigues, Manuel de Lima, João Vieira, Manuel Castro, Herberto Helder e Helder Macedo. Devemos também assinalar a actividade de outros autores também de grande importância para a história do surrealismo português e que por essas datas ou datas imediatamente posteriores expõem ou publicam algumas obras maiores, como João Vieira, Alfredo Margarido, Ernesto Sampaio ou, desta vez desde Paris, Isabel Meyrelles, e a última publicação colectiva significativa *Grifo* já em 1970. António José Forte lembrava assim as circunstâncias e as actividades do grupo que frequentara os cafés *Royal*, primeiro, e o *Gelo*, depois: “*Cem poemas, talvez mais, talvez menos, cujos autores eram, entre outros, Mário Cesariny, Ernesto Sampaio, Herberto Helder, Manuel de Castro, e uma colecção – “A Antologia em 1958” – organizada por Cesariny, além de três números da revista Pirâmide, dirigida por Carlos Loures e Máximo Lisboa, foi tudo, ou quase tudo, quanto a palavra escrita. Mais tarde, em A Intervenção Surrealista, Surrealismo/Abjeccionismo, A Antologia Surrealista do Cadáver Esquisito, iniciativas também do poeta Mário Cesariny, vários dos presentes ao acto ardente do Café Gelo ali aparecem episodicamente. Por fim, em 1970, a antologia Grifo reúne pela primeira e última vez o maior núcleo dos que pertenceram ao grupo. [...] Da parte das artes plásticas, assinala-se a passagem dos que atravessaram o Café Gelo a velocidade mais ou menos reduzida, conforme os propósitos, como Manuel d' Assumpção, Gonçalo Duarte, José Escada, António Areal, João Vieira, etc. E João Rodrigues, a personalidade fascinante e truculenta, o desenhador, o humorista (sem h) que ficou do grupo – o nosso suicidado da sociedade portuguesa da década de sessenta*”.

Mais alguns nomes viriam depois a singularizar-se na esteira da poética (e da moral) surrealista, seja na poesia, como Luiza Neto Jorge, seja nas artes plásticas, como Mário Botas ou Raúl Perez. A partir de finais da década de 50, não se pode já falar de *movimento surrealista* em Portugal e, no que concerne ao surrealismo português, resta: A actividade individual de alguns dos membros do *movimento* que permanecem ou que permaneceram até à sua morte fiéis a uma *ética* e a uma *poética* essencialmente surrealistas, sobrevivendo normalmente no espaço marginal dos *malditos*, e a impregnação das atitudes e das obras de alguns autores novos daquele *espírito* que subjaz nas histórias da história daquele *movimento*. A marca da irrupção fugaz do *movimento* visível, sobretudo, naquilo que sempre pareceu instrumental e secundário aos surrealistas: a superfície do discurso (um determinado número de imagens, quando não um arsenal de imagens repetidas; a ironia, o sarcasmo e a reverdecida flor do escarnho – fatais transformações do *humor negro* ou *objectivo*; algumas *técnicas* ainda eficazes, como o discurso automático ou semi-automático, a *colagem* linguística ou picto-poética, certas formas de experimentação fonética, semântica, etc. recolhidas pelo surrealismo daquela *tradição* em que sempre gostou de ser reconhecido, etc.).

Voltando, de certa forma, ao princípio, devemos assinalar as dificuldades que apresenta tentar sistematizar e caracterizar adequadamente aquilo a que poderíamos chamar de “poética” ou “poesia” surrealistas, dada a evidente interacção significativa de diferentes

linguagens artísticas presente em muitos “textos” surrealistas e, sobretudo, a transgressão deliberada das fronteiras tradicionais entre os diversos géneros literários e artísticos consagrados. Poderíamos, sim, destacar naquela “poética” e naquela “poesia” alguns dos processos capitais ou mais frequentes, como são: 1. O automatismo, especialmente em textos poéticos e em muita da pintura que cedo abandonou o caminho da figuração (o caso de Cesariny, por exemplo) para orientar-se pelo território da abstracção e daí por outros espaços como o do caligrafismo influenciado pela filosofia zen (Eurico). 2. A colagem nos seus diversos graus de aliança entre a realidade “artística” do quadro e a materialidade fragmentária da “realidade real” que o quadro incorpora e entre o texto literário e o plástico (da recreação surrealista da “ars poetica” de Tzara, até à colagem picto-poética de Victor Brauner usada principalmente por Cesariny ou o tipo de colagem narrativa popularizada por Max Ernst e assimilada com variantes inovadoras por Alexandre O’Neill, Mário Henrique Leiria ou Carlos Eurico da Costa). A característica marca da vanguarda de diversificar o artista e a sua criatividade por linguagens artísticas diferentes (da tangencialidade à justaposição e à confusão final) repete-se e oferece exemplos magníficos entre os surrealistas portugueses. Assim, a maioria deles combinam a poesia verbal com a escultura (Isabel Meyrelles), a fotografia (Fernando Lemos) ou a pintura (os ditos e quase todos os outros, como Cesariny, M. H. Leiria, Cruzeiro Seixas, Vespeira, António Pedro, Risques Pereira), aproximando-se algum deles (como Carlos Calvet) de outras artes, como o cinema. 3. Na poesia, destaco entre as técnicas preferidas a do inventário, um dos processos habituais nos surrealistas portugueses e fundamental em toda a poética de O’Neill e no Cesariny empenhado durante muito tempo em explorar a possível



O Lar dos Grandes Transparentes
escultura de Isabel Meyrelles, 2017

ou impossível “reabilitação da realidade quotidiana”. E, se de técnicas ou processos falamos, na plástica podemos assinalar, para além das colagens, as ocultações (Fernando de Azevedo), e, para além da própria pintura, a realidade poética dos objectos (com destaque, neste âmbito, para a actividade de Cruzeiro Seixas). 4. Os “jogos” colectivos, entre os quais se destaca, obviamente, o “cadavre-exquis”, embora os surrealistas portugueses se tenham dedicado com entusiasmo a outras experiências lúdico-poéticas (como as manipulações sobre “quadras” populares referidas por O’Neill ou as realizadas sobre um conhecido soneto de Gongora por Cesariny). 5. Outros processos, outros experimentos. A redução do projecto de revolução total, acarinhado e proposto pelos surrealistas, a uma “révolte” individual que por sua vez encontra dificuldades insuperáveis para levar essa rebelião para além dos limites do próprio discurso, traduzir-se-ia finalmente num trabalho concentrado e rigoroso sobre o próprio material linguístico, instrumento capaz de conjurar a realidade hostil, de invocar ao mesmo tempo a aparição (impossível?) da surrealidade e, se mais não, de entreter os ócios do poeta, distrair as suas muitas frustrações e consumir uma subtil vingança contra aquela realidade que o tinha condenado a tanto “esforço inútil”. A subversão *desde* o texto acabaria assim numa subversão *do* próprio texto, só comparável à realizada trinta anos antes pelos poetas em tantas coisas precursores dos surrealistas de *Orpheu* e a que anos depois haviam de realizar os autores da poesia experimental. E nesse trabalho de subversão os surrealistas portugueses não só se empenharam em múltiplos e variados exercícios de manipulação fonética,

morfossintáctica, semântica das “velhas e gastas palavras da tribo”, mas, de maneira paralela e complementar, recuperaram a tradição estrutural, estilística e temática da poesia medieval galaico-portuguesa, de muita da poesia barroca e neo-clássica (desta, a sua parcela erótica e satírica) e também da “sabedoria lírica” popular tão rica em duplos sentidos, jogos linguísticos, humor e, claro, erotismo (todo um inventário, como se vê, das múltiplas possibilidades transgressoras da linguagem).

Frustração essencial e êxito relativo, o surrealismo português mostra-nos as suas duas faces no exemplar “Um adeus português” de Alexandre O’Neill, poema de amor (de um amor adolescente frustrado, do “amour fou” impossível) que é também o poema elegíaco dum adeus ao surrealismo (ou à sua real possibilidade no Portugal da época).

Mas um adeus definitivo é ao mesmo tempo princípio e fim, criação de um vazio que pede um novo conteúdo. Instalados por força na abjecção, aceite por alguns poetas portugueses, ou abandonada por outros Cesariny a via da invocação da surrealidade pela palavra (orientando-se exclusivamente pelo caminho da linguagem plástica) continuava para todos a vida insistente, concreta, quotidiana, real e num exercício de sobrevivência resistente, se aplicariam às vezes o caso de O’Neill é o mais evidente à desmontagem minuciosa do complicado mecanismo do Moloch que tinha exigido e exigia deles, insaciável, a imolação ritual de desejo, amor e poesia mitos, crenças, símbolos, tipos, costumes, geografias, e a linguagem que os cria, sustenta, impõe e perpetua. Um projecto de sobrevivência a que talvez respondessem alguns lembrando a frase de Breton: *Mais il s’agissait de pouvoir recommencer a aimer, non plus seulement de continuer a vivre.*



Desenho
de Délio Vargas (2016)

DOIS POEMAS

MANUEL TAVARES RODRIGUES-LEAL

(PASSAGEM DE ISIDORE DUCASSE E DE ANTÓNIO MARIA LISBOA EM CINTRA)

Que vossa redimida e suprema passagem em Cintra (1977)... seja, na realidade uma senda...
Vossos nomes, ouvidos, enobrecem-na e lembram a fímbria de uma remota lenda...
Isidore Ducasse, António Maria Lisboa, que feminino e perverso perfil fitais, eu ausente?
Algo de mui efémero e apartado, estrangeiro, algo que os deuses inovam e comovido
consentem.

[Cintra-7-2-77;
caderno *Do ócio e meditação em Cintra*; III Arte do olvido]

(HOMENAGEM A MÁRIO CESARINY DE VASCONCELOS)

Assim acontecem e se tecem os algarismos da morte.
A mais marginal e biográfica.
O que recua, em o mármore da memória, é a nobilíssima visão da madrugada onipotente.
O bastante é belo, o cerne o crânio do efémero e antiqüíssimo diurno.

[Lx. 12-2-77;
poema inédito; caderno "A composição do espaço"]



Exposição surrealista de Junho de 1969,
desenho de Almerinda Pereira, 2017



Eugénio de Castro

EUGÉNIO DE CASTRO: PRECURSOR DO SURREALISMO?

MIGUEL FILIPE MOCHILA

É sabido como os autores da órbita surrealista construíram uma linhagem precedente, em que se inscrevem nomes como os de Raul Brandão, Gomes Leal, Ângelo de Lima, mas também os de Cesário Verde ou Teixeira de Pascoaes, Mário de Sá-Carneiro, Raul Leal, Mário Saa e, mais directamente, Vitorino Nemésio, Edmundo de Bettencourt e Adolfo Casais Monteiro. Ora a omissão de Eugénio de Castro (1869-1944) como referente explícito, no seio do nosso surrealismo (mesmo considerando as já referendadas relações, desde logo, com alguns dos mencionados *pré-surrealistas*, nomeadamente Gomes Leal, Raul Brandão, Cesário Verde ou Sá-Carneiro), é bastante sugestiva no que

respeita à evolução da nossa modernidade literária. Por um lado, estamos perante um autor cuja dimensão fracturante no seio da história literária nacional é facilmente reconhecível, como precursor de um *novismo* situado entre o decadentismo e o simbolismo, o que poderia granjear só por si a simpatia dos grupos surrealistas.

Uma visita ao percurso e aos livros de Eugénio de Castro mostrar-nos-ia a configuração de uma propensão polemista, a influência de um horizonte de internacionalismo poético e cultural consolidado, a apologia da marginalidade em relação aos cânones vigentes por parte de uma produção jovem que se encerrou em círculos configurados como antagónicos face à ordem dominante, a tentação da libertação da palavra no ensejo do versilibrismo e da dinamitação dos princípios composicionais configurados anteriormente, a defesa da relação entre a poesia e as outras artes.

São apenas alguns aspectos que decerto colocariam Castro na precedência directa ou indirecta das tendências surrealizantes de gerações vindouras. Acontece, no entanto, que uma outra série de características produziria também alguma desconfiança: a sua defesa de um aristocratismo artístico, de uma literatura *para os raros apenas*, da autonomia da arte em relação à vida, enfim, princípios que lhe permitiam ser tão conservador política e sociologicamente quanto revolucionário em termos estéticos, seguramente não colheriam a simpatia de autores que, naquilo a que se deu em chamar vanguardismo, viriam a recusar justamente o isolamento exclusivista da arte como domínio à margem da vida. Além disso, a própria evolução interna da obra de Castro, que erroneamente cristalizaria nos termos da nossa crítica como revelando um “simbolismo escolar”, um “fundo parnasiano absorvente”, um “sincero academicismo”, que abandonaria a propensão revolucionária e polemista dos seus livros oitocentistas para regressar a um certo convencionalismo formal, sempre insuficientemente estudado e taxativamente rotulado como sendo uma “involução”, acabariam por bloquear uma mais atenta aproximação dos nossos surrealistas.

Todo um condicionamento biográfico que subjaz ao perfil conservador de Eugénio de Castro, bem como a sua progressiva consolidação como figura institucional (viria a ser sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia Espanhola, da Real Academia de Belas Letras de S. Fernando e da Academia Brasileira de Letras, Doutor *honoris causa* das universidades de Lyon, Estrasburgo e Salamanca, membro estrangeiro da Academia Real da Língua e Literatura Francesas da Bélgica, etc.), não deve fazer-nos ignorar a preponderância do autor na configuração de uma modernidade estética de que o surrealismo é porventura o elo culminante, se resgatarmos a visão da modernidade como um *continuum* de rupturas, como propôs Octavio Paz.

Cabe começar, nesse sentido, por recordar as condições concretas que marcaram a sua produção oitocentista, que nos traria uma sucessão de livros determinantes para a configuração de uma literatura em que colheremos alguns dos referentes, quer institucionais quer temáticos, do que viria a ser a nossa modernidade estética e, muito em particular, o surrealismo. Quando, por volta de 1888, e depois de ter já publicado livros de uma juvenildade convencional, na retórica enfatuada de um certo neo-ultra-romantismo ainda determinante nas produções

“novas”, assume a corajosa destruição dessa mesma produção, ao cancelar a publicação de *Novas Poesias*, não obstante conter este livro as assinaturas laudatórias de João de Deus e de Columbano, o jovem Eugénio de Castro revela, como observou a este propósito José Carlos Seabra Pereira, uma invulgar determinação e honestidade de propósitos. Estas qualidades dão-se na proporção exacta de um risco que, desde o prólogo de *Oaristos* (1890), assume a ruptura com a tradição literária portuguesa, a contrapelo dos poderes literários instituídos, o que lhe valeria enormíssimas resistências e, acreditamos, se tão bem compreendido por eles como foi por Ana Hatherly em *O espaço crítico – do simbolismo à vanguarda* (1979), a simpatia dos nossos surrealistas.

Esta coragem institucional e essa marginalidade auto-propugnada e efectivamente exercida inscrevem Castro como fundador de um princípio de ruptura que viria a dar o tom, pelo culto da originalidade e pela crítica das convenções, aos movimentos subsequentes. A recusa de cristalização de fórmulas composicionais expressa em *Oaristos* e *Horas* (1891) faria com que o autor permanentemente inovasse no seu percurso literário, recusando rótulos e defendendo o individualismo, contra a literatura de escola, recusando ser apelidado de simbolista ou de instrumentista (à René Ghil), fazendo da modernidade mais uma atitude que uma corrente estética delimitada, num princípio tão afim da posição surrealista.

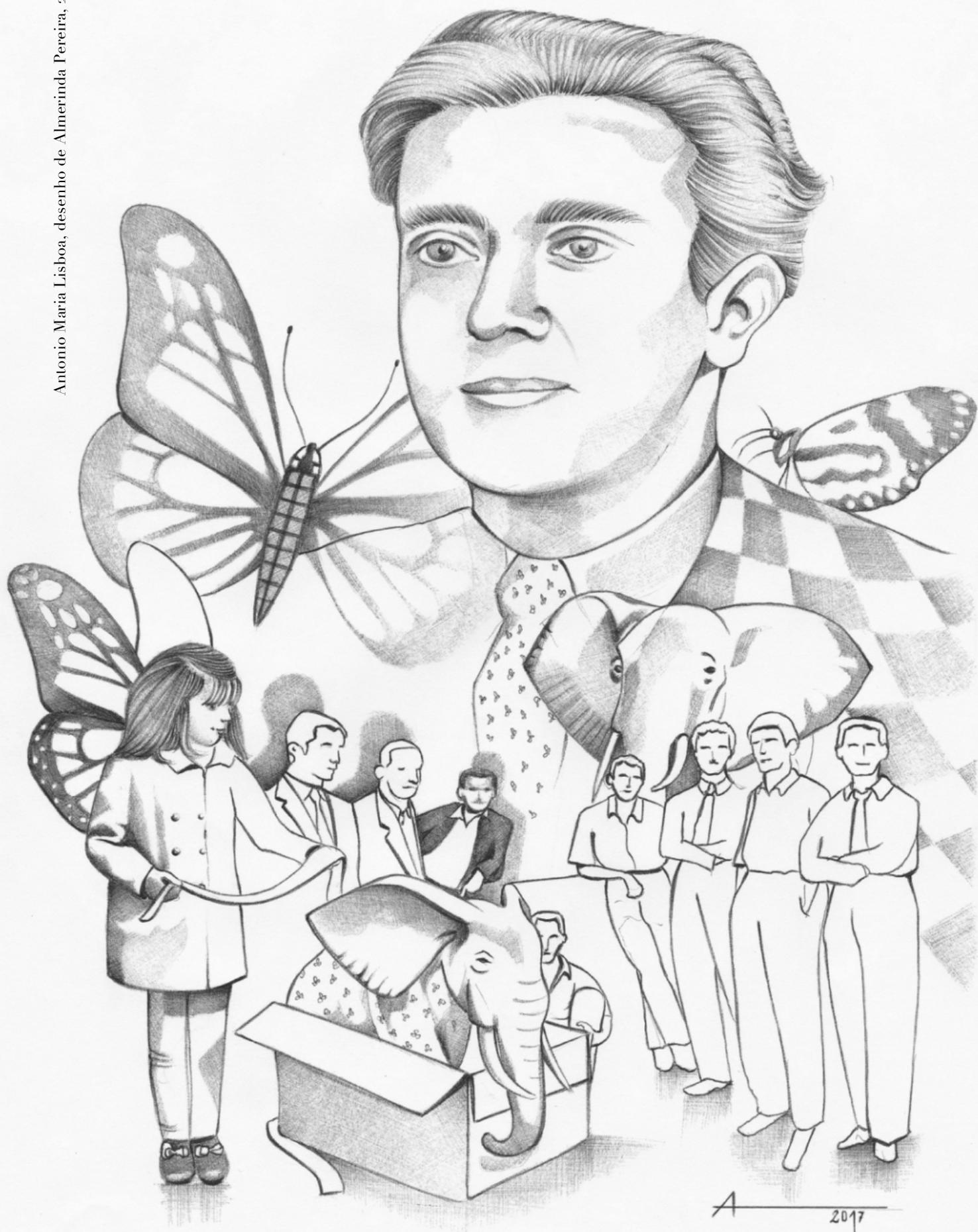
Assim, podemos começar por compreender que Eugénio de Castro se adiantaria ao nosso surrealismo na relação conflitiva com uma literatura convencional, canónica e instituída, exercendo um princípio ruptural fortemente activo, sobretudo na sua produção da primeira metade da década de 1890, com os já mencionados *Oaristos* e *Horas*, mas também com *Silva*, *Belkiss*, *Interlúdio*, todos de 1894, e ainda *Sagramor*, de 1895, recusando o estigma da cristalização da escrita como receituário, defendendo uma libertação da palavra que seria determinante para a nossa modernidade estética. A ele, não exclusivamente mas em larga medida, devemos por isso a determinação de processos estilísticos com fortuna futura, através da defesa de uma poética unitiva de matéria-forma, de uma concepção oficial da linguagem poética, da valorização da componente semântica e material do texto literário, da valorização da *literariedade* e do *estranhamento*, de uma estética do vago e da sugestão, da heterometria, da incorporação da tradição na modernidade, mediante recuperação das raízes parnasianas e dos modelos clássicos, entre outros rasgos fecundos.

Ora, à mencionada comunidade de posicionamento em face do sistema literário, em relação às propostas das dissidências surrealistas, que lhe permitiria um tal capital de assumida e consciente inovação, cabe acrescentar ainda uma sincronia no que respeita a certas temáticas e problemáticas de fundo. Sob o signo genérico do pessimismo que diversas vezes reconheceu dar o tom à sua obra, e que associa ao seu interesse por Schopenhauer, o *novismo* de Castro é, como é próprio da modernidade literária de que foi propulsor, um projecto de resistência à modernidade civilizacional cujo colapso diagnosticava. Contra o tecnocratismo e o convencionalismo moral da sociedade burguesa, o positivismo e o cientismo, o naturalismo e o parnasianismo, a sua produção decadentista assume, portanto, um proto-abjeccionismo (plasmado pelo estranhamento veiculado pela imagística do insolitamente repulsivo, macabro e disforme) que trilha a sua proximidade à experiência surrealista portuguesa, a qual resulta da disforia face a uma realidade estrangulada pelos paradigmas civilizacionais industrializados, contra os quais se instaura a faculdade contraditória da arte da palavra como autêntico movimento contra-cultural.

Renova-se a especulação metafísica, advinda de um idealismo alicerçado nas figuras tutelares do romantismo alemão, com destaque para Hegel, influído agora por Schopenhauer e Hartmann e pelo intuicionismo de Bergson, não sem a influência de Freud, a qual estabelece um inequívoco vaso comunicante relativamente à experiência surrealista. Sobressai também a condenação do olhar laboratorial e documental da literatura jornalística do naturalismo. Enfim, toda uma experiência que tem o seu paralelo evidente na recusa que o surrealismo faz de um contexto opressor e ditatorial, tanto em matéria política – o censório Estado Novo – quanto estética – o exercício do formulário neo-realista.

Também a literatura decadentista é, antes de mais, e exactamente onde resvala para o gosto pelo abjecto e pela nevropatia, como no *primeiro* Castro, proto-abjeccionista, uma arte que aponta directamente ao coração de trevas que é o real finissecular e que, com ele rompendo umbilicalmente, assume um manifesto precário, instintivo e até ingénuo, da recusa de uma *realidade decadente*, perante a qual se assume como prática de libertação. Tudo se joga então em termos derivativos, donde a sedução pelos exotismos, pelo sonho como plano não de revelação da verdade do real, mas como irrealdade ensimesmadamente verdadeira, pelo cenário medievo e profusamente exótico, pelas raras jóias, perfumes e ervas que resultam quase numa espécie de alucinogénico excitante, de *visões do hashish* que um seu título precoce preconizava. Tudo *varia*, pois, em face do real e origina um *estado*, de doença ou alucinação, transgressoramente diverso de um mundo em colapso.

A propensão para o imoralismo e para a perversão – que Breton celebra ainda no seu *Manifesto Surrealista* e



que em Castro emerge de modo premente em *Oaristos*, *Horas*, *Belkiss* ou *Interlúdio* assume-se como sinal do papel libertário da arte por via da imaginação, essa *rainha das faculdades*, segundo Baudelaire. A propensão libertária da poética simbolista pode ser assim entendida à luz daquela *estética da negatividade* defendida por autores como Adorno ou Marcuse, afirmando-se, como foi caro ao surrealismo, o texto literário no seu dom corrosivo e subversor.

O próprio estetismo com que se tem chutado para canto grande parte da poesia finissecular portuguesa, e a de Castro em particular, é na verdade o sintoma de um novo paradigma de relações entre a arte e a vida, que se formula em termos muito semelhantes àqueles que Manuel da Silva Gaio utilizaria em prefácio a *Poesias Escolhidas* (1889-1900) de Eugénio de Castro para descrever a poética do autor de *Oaristos*: arte e vida são entendidas como campos mutuamente implicados, sendo no entanto o culto da beleza que na primeira se joga valor primordial ao qual a própria vida, sancionada na sua precariedade, se deve submeter.

Além disso, não podemos esquecer que, como observava já Gourmont, há uma transversal influência de Freud, a partir do papel do inconsciente, na produção da obra simbolista, tal como sucederia com o surrealismo. Quando lemos um texto como “Um cacto no pólo” (*Horas*), de Eugénio de Castro, não podemos deixar de reconhecer nele uma certa presciência desse surrealismo:

Julguei que se tinha levantado um obelisco no meio da praça; e que o obelisco dava uma sombra azul; e que tinham acendido um fogão no quarto húmido; e que tinham dado alta ao doente. Julguei que nascia o sol à meia-noite; e que uma boca muda me falava; e que esfolhavam lírios sobre o meu peito; e que havia uma novena ao pé do jardim da Aclimação.

Uma boca muda me falou; mas o obelisco, de ténue que era, não deu sombra; e o fogão não aqueceu o quarto húmido; e o doente teve uma recaída.

E o clown entrou, folião, na Igreja; fez jogos malabares com os cibórios e os turíbulos; e tornou a nevar; e após os brancos etésios, soprou o mistral forte.

E na alcova branca entrou a Dama expulsa, cujo corpo é d'âmbar e cera e todo recendente de um matrimónio aromal de mirra e valeriana, a Dama dos flexuosos e vertiginosos dedos rosados.

E seus cabelos de czarina eram claros como a estopa e finos como as teias de aranha; e seu ventre alvo, de estéril, era todo azul, todo azul de tatuagens.

E a Educanda fugiu do Recolhimento; e com a Dama expulsa passei a noite em branco; e a noite foi toda escarlate.

E no dia seguinte, em vez dos sacros livros, que de ordinário me deleitam, li Schopenhauer, e achei Arthur Schopenhauer setecentas vezes superior a todos os doutores da Igreja.

Encontramos aqui o reconhecimento de uma espécie de sono da razão, em que as pulsões emergem a partir da *recaída do doente*. O texto está eivado dos fundos das secretas confissões de um sonho do inconsciente individual plasmado numa espécie de cruento e voluptuoso delírio, impregnado de sugestão de êxtases eróticos, de instintos libertos, com uma inversão total da realidade, por um sub ou sobre-real (com um sol de meia-noite, uma *boca muda falando*), projecções do desejo (com fálicos obeliscos em praças projectando sombras azuis, lírios desfolhados sobre o peito, predadores cabelos como teias de aranha) das figuras interditas (a *Dama expulsa*, recendente de aromas, de *vertiginosos dedos rosados*, ventre alvo, *estéril* e azul de tatuagens; a Educanda em fuga entregue ao êxtase passional, de uma noite em branco *toda escarlate*), da rasura das convenções e do cumprimento dos interditos (o *clown* invadindo a Igreja, brincando com o sagrado, instaurando um novo princípio veja-se a simbologia do tornar a nevar como apocalipse/instauração de uma era , bem como a blasfema defesa de Schopenhauer por sobre os doutores da Igreja).

Esta representação do subliminar surge, com efeito, como observou José Carlos Seabra Pereira, a partir de uma poética carregada de imagens preciosistas ou execráveis, do grotesco e do ritualismo fetichista, em poemas como “A Cisterna Fiel”, “Pelos Landes, à noite” ou “Balada” (de *Oaristos* e *Horas*), “Asilo”, “Baile de Máscaras”, “Nocturno”, “Semper Eadem”, “Os Tísicos”, “Superbia”, “Interlúdio” (de *Silva* e *Interlúdio*), ou no surgimento de imagens do interdito de um fantástico terrorífico e espectral em *Belkiss*, do delírio sonhado em *Constança* (1900), etc.

É em larga medida por esta pista que se desenhará, em termos temáticos, a história da relação de Eugénio de Castro com as tendências surrealizantes. Da configuração de uma poética da ruptura em face, quer dos modelos precedentes, quer da realidade circundante, sob o signo da abjecção, à afinidade temática em torno do universo subliminar e pulsional, há já na literatura de Eugénio de Castro sinais do que viria a ser a experiência dos futuros abjeccionismo e surrealismo.

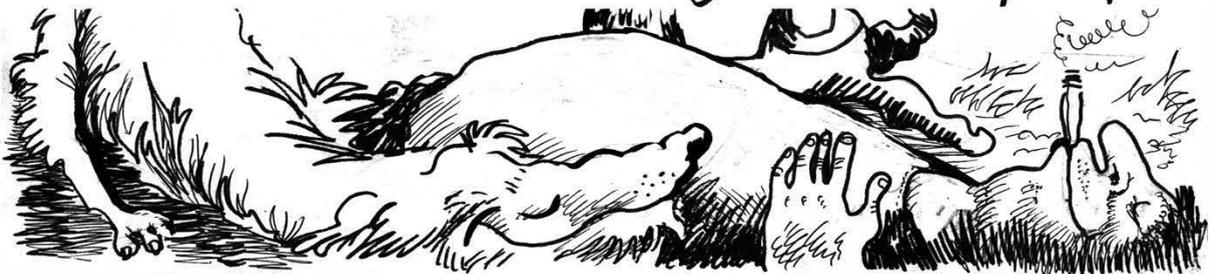
CAMPAINHA DE ASSINATURAS



jornal

mapa

visita: assinaturas.jornalmapa.pt



GUY GIRARD

*A Anarquia e a Poesia são uma obra de séculos
e irrompe espontaneamente ou não irrompe!*
ANTÓNIO MARIA LISBOA, 1950

Ainda hoje movimento surrealista tem por objectivo convidar todos os rejeitados deste mundo a tomar em mãos a lógica escaldante que liga numa mesma subversão o conhecimento das nossas faculdades oníricas e a procura de novas vias revolucionárias. Benjamin Péret [*o astro negro do surrealismo*, como lhe chamou em livro recente Barthélémy Schwartz] testemunha magnificamente a natureza ao mesmo tempo lírica e subversiva deste elo.

A escrita automática surrealista não é um método de composição literária mas um processo de libertar a imaginação que uma razão estreita e o seu préstimo de conveniências e rotinas recalçaram na subconsciência. Trabalhar pela libertação da imaginação e dos desejos conduz a um objectivo mais geral que é a emancipação da comunidade humana numa nova civilização.

Vivemos numa sociedade onde a imaginação adormeceu ajudada pelos poderosos sonoríferos das diversas farmacopeias. Não somente os produzidos pelas religiões, com o insuportável sucesso que se vê, mas também os desenvolvidos por um pensar estritamente racional, fruto duma razão só pragmática, hoje dominante a nível planetário e que reduziu a imaginação, através duma linguagem empobrecida e duma cultura de massas tão estupidificante como mercantil, a veículo passivo dos fantasmas e das imagens de dominação e consumo, privando o indivíduo de aceder às suas profundezas e aos seus domínios oníricos.

Cinquenta anos depois da morte do seu principal fundador, o surrealismo continua hoje a ter por missão explorar e multiplicar os elos entre o real e o imaginário e ainda criticar e denunciar tudo o que se oponha ao conhecimento destas relações sem as quais a vida não poderá ser mudada e o mundo modificado. O surrealismo continua hoje a apresentar-se como um movimento revolucionário que visa desenvolver, com os meios que lhe são próprios, o desejo de revolução.

Ser poeta é estar em revolta permanente contra o mundo tal como ele hoje se apresenta e é ao mesmo tempo estar possuído pela frágil mas tenaz certeza de que o mundo se pode tornar de repente mais real caso se encontre com a nossa imaginação e o nosso desejo. Às razões da revolta junta-se a intuição do maravilhoso, que aqui e agora, para os sonhadores e os amantes, desenha a utopia. Isto vive-se e diz-se e nunca se diz tão bem como nos poemas onde as palavras não têm qualquer obrigação de transmitir uma ideia ou uma mensagem mas onde em plena liberdade lhes é dado criar, pelo excesso de significações entrançadas, um novo elo com o mundo.

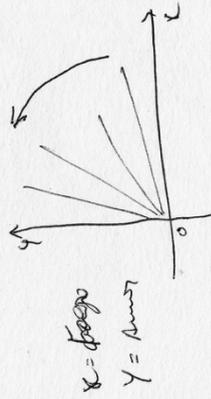
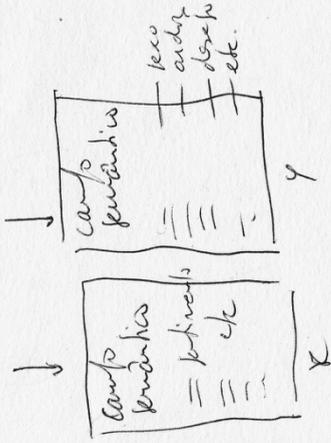
POEMA DE NUNES DA ROCHA

[notas para uma heteronímia]

NJR

Arquitetura (a)tor

(A)tor é (a)tor que anda para a ver "

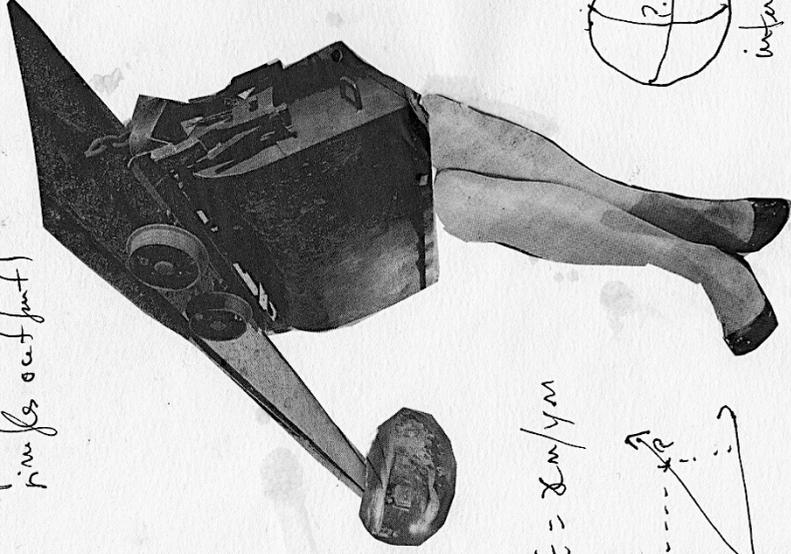


- Interface tem como objetivo:
 ↳ Prazer estético?
 ↳ Pode um sistema artificial ter prazer?

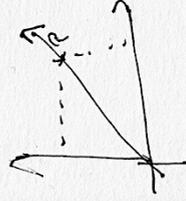
NJR

↳ Pode um SA ter prazer estético?

⇒ Como se manifesta um prazer estético!
 (para um behaviorista o sentimento é -
 reflex output)



$PE = \frac{x}{m} / ym$



QUARTA-FEIRA DE CINZAS

HENRIQUE MANUEL BENTO FIALHO

Na minha vida
de revoluções adiadas
levo já uma catrefa
e se for a ponderar a aritmética
do desperdício
tempo me valha
que estou velho aos quarenta

Cresci a ver o país nas mãos de ventoinhas
ora sopradas a jusante
ora bufadas a jazente
com o futuro dos filhos dependurado
em tratados europeus parafraseando
estatutos de condomínios fechados
e nós dentro deles
como caseiros, mulheres a dias
com o passado no ralo dos mercados
e nenhuma história para contar
às filhas

Temos imensíssimos cérebros emigrados
de que é bom orgulharmo-nos
não vá o sol queimar-nos a testa
Constipados de turismo, servis
e resplandecentes
somos, como sói dizer-se, bons anfitriões
passamos a vida em filas
onde contamos os tostões
Podíamos ser excêntricos
passaríamos a vida em filas
a contar os cêntimos

Temos entre os poetas dos melhores
escrevem mais do que lêem
lêem mais do que vivem
vivem menos do que morrem

Os recursos naturais vêm sendo investidos
na confecção de obras seminais:
as sinapses da Fundação Champalimaud
as artroses da Fundação Mário Soares
o Alzheimer da Fundação Francisco Manuel
[dos Santos
os recessos da Fundação Calouste Gulbenkian
a dislexia do Museu Berardo
passepartouts para o colecção Miró do BPN
e BPNs para os mirós dos passepartouts

Convenhamos
meu amor
não sobra muito
Talvez a Festa do Telhal
e pelo meio
gado, comezainas de norte a sul
interior e litoral
com vivas à independência, à reconquista,
[à república
ao Fundo Monetário Internacional

No seu mais democrático sopro
o país resume-se a
quarenta anos de cavacas sem açúcar
prescrições várias e um acréscimo considerável
tanto no uso de antidepressivos
como no comércio de corda para
enforcamentos

Ainda não inventaram dietas para o suicídio
e do céu continuam a cair baratas

Vamos indo como sempre fomentos
Vamos estando como sempre investimentos
Vamos sendo como sempre barlaventos

feios, pigs, bonzinhos
alunos comportados de uma mise-en-scène
com indignações várias
dignas do tesão que assola carbonários
[embriagados
de revoltas desusadas

Trazemos na carteira expressões latinas
estrangeirismos, anglicismos
fartos e bastantes para embelezar decretos
e códigos, processos e procedimentos
Actio nondum nata non praescribitur
dizem os poetas de batina
como el matador ao toiro revogado

Comment dit-on motherfucking en français?

Na praça pública somos cavalos cansados
burros mansos
lobos amestrados com dentes caninos
para carnes tenras, ossos podres
nós próprios o povo
comendo-se uns aos outros
num canibalismo tal que enrubesceria as faces
dos indígenas
há muito atirados para minas sem fundo

onde descobrimos o pão nosso de cada dia

Jamais seremos vencidos porque unidos
[nunca estivemos
Jamais seremos derrotados
porque vencedores nunca seremos

Trepamos cimentadas carreiras
descalços e desprotegidos
na esperança de solas cozidas a duas linhas
(um dois esquerda direita centro consenso
extremamente central)
por outros que como nós trepam
mais abaixo de nós
e sempre a olhar para cima
na direcção de poleiros inalcançáveis
desviamos a testa das poias largadas
por quem bate asas de voos constrictos

Triste sina ser-se assim
adiado aos quarenta
a fome de sentir e de amar e de ver
que não sai do mesmo lugar
onde nasceu e
tudo leva a crer
há-de vir a naufragar



Mário Cesariny, desenho de Almerinda Pereira (2017), dormenor.

TRÊS POEMAS

AMADEU BAPTISTA

FERNANDO BOTERO: *DOMINGO À TARDE*

sucedem que o mundo é difícil de entender
e que nos atrapalhamos
quando entre a inocência e o grotesco
alguma coisa nos avilta. e o mais

é que ninguém avisa: que o céu está a cair
e que os que nos acompanham à campa nos detestam,
iludidos pela tangente entre uma pulsão de medo
e uma quase imperceptível felicidade.

há gente assim nos campos desolados de domingo
que nos servirá, entre jardins serenos,
a dose de veneno com que não regateiam a graça
de nem sequer ladrarmos quando passam.

e o mais é o inferno em que os contentes
alinham a progénie pelos campos
com ar de idiotas arejados
pela compassividade do desvelo.

STEVEN CAMPBELL:
*ARANHA NA JANELA, MONSTRO
NA TERRA – EDGAR ALAN POE*

fascina-nos esta luz
sob a paisagem.

a turva luz
que faz dos vaticínios
sobressaltos.

a vida excelsa,

ainda que transbordante de terror.

ALBERTO GIACOMETTI: *DIEGO*

não há como o meu irmão diego ter boa cara.
fica-se assim, a cismar, consigo mesmo, e o mundo
atravessa-lhe os ossos, atinge-o em pleno inferno,
a ele, que não sabe sequer como rezar. às vezes,
tenho que o lamentar, porque dói, a um irmão, aquele ar
de desvelo, aquele nariz adunco, a sombra
que o persegue para onde quer que vá. ele é um estóico,
sempre o conheci assim, às voltas com o sonho
da utopia e uma independência que assusta.
mas é um homem resoluto. entrega-se
a olhar de frente, bem nos olhos, os outros,
como que a dizer que não há limites
para o que se pode desejar na floresta.

O SAQUE

FERNANDO VENÂNCIO

Ao sair do metro, após um dia de trabalho extenuante, encostou o cartão de cidadão e a cancela abriu. Mesmo estafado, reparou, e estranhou.

Na manhã seguinte, só para tirar teimas, fez o mesmo ao ir para o emprego. Usou o cartão de cidadão, e passou.

Regressado à superfície (sim sim, não se admirem, a coisa voltou a funcionar), lembrou-se de pagar a bica com o milagroso cartão. Milagre ou não, ficou paga.

Intrigado, mirou e remirou o seu novo meio de pagamento. E foi com um sorriso de orelha a orelha que se dirigiu ao multibanco ali próximo. Introduziu, digitou o código, pediu cinquenta euros (nestas coisas, tem de valer a pena) e, sim senhor, ali estava o cacau por inteiro.

A vontade dele, a urgência mesmo, era contar aos colegas do escritório. “Nem queiram saber o que me aconteceu”. Mas o avisado venceu o exibicionista, e nem piou.

O intervalo de almoço custou a chegar. Ele até almoçava barato e não precisava de momices. Mas foi já sem surpresa que, encostado o plástico, recebeu o talão. Comeu, despediu-se e, como sempre, disse ao empregado que serviam bem.

Agora era o multibanco que lhe concentrava as ânsias. Disponha ainda de uns minutos. Chegou-se, pediu duzentos, e duzentos sacou. Pediu trezentos, e trezentos sacou. Lembrou-se de que, naqueles meados do mês, a conta não podia ter muito mais, e foi com mil cuidados que digitou quinhentos. A máquina ronronou, com a saúde do costume, e os quinhentos saltaram.

Foi então que se deu conta de que tão real como aquelas lindas notas era a sua pegada digital. Ali no multibanco, no restaurante, na caixa do café, na portinhola do metro. Não tardaria a identificarem-no, e a mandarem agentes que o imobilizariam, algemariam, meteriam à bruta numa ramona.

E, de repente, fez-se luz. Perdido por cem, perdido por mil. Quem saca aquilo há-de sacar cinco, dez, quantas vezes mais. O turbilhão na sua mente contrastava com a pacatez de cada novo ronronar bancário. Foi atafulhando os bolsos. Relanceava olhares à esquerda, à direita, e mesmo atrás, não fosse haver gatuno à espreita, mas a ladroagem tinha optado por outras áreas. Pois era, estava rico. E, se não rico, rico, muito desafogado.

No escritório iam-se perguntando quando voltaria do almoço, a dar vazão àquele expediente.

Não veio nessa tarde. Nem nos dias seguintes. Nunca mais se soube dele. Chegaram rumores das Canárias, das Seychelles, das Maldivas, das Caraíbas.

Mas, digam lá, quem vai agora em rumores.

DOIS SONETOS

ALEXANDRE VARGAS

UM SONETO DE “APOLLONIA”

Como a zona de Santa Apolónia
aquela concebida por Aurelius Frolió
excelsa cidade antiga de Apollonia
tinha porto dique Baco taverna farol

As termas tal o Al-Amman de Alfama
no Museu Militar legionária guarnição
o teatro na Rua da Saudade
o Templo de Apollon na estação

De comboios cobras da pitonisa
Zeus na Sé basílica na Graça
fórum em uma luz futura arcaica

Na Costa de Bakra na Cirenaica
do Palácio do Governador de tanta gente
eu Tiburtius Carone contemplo o poente.

FILÍPICA

Governados a pedra e a pau
durante estes últimos anos
foi um período muito mau
o bom ficou para os anjos

Governados a pedra e a pau
sem um caminho adiante
nós conhecemos a perda
do que ganháramos antes

Governados a pedra e a pau
governados a pau e a pedra
a nossa lápide o nosso caixão

Mas há-de haver uma ressurreição
e aquilo que a terra encerra
irá no mar fazer-se nau



Collage inédita de Carlos Loures (1961)

PSICO

MARIA ESTELA GUEDES

Tenho muitos medos e faço o que posso para evitar dificuldades e toda a espécie de complicações. Gosto que tudo à minha volta seja claro como a água e absolutamente calmo.

Alfred Hitchcock

I. Inclina-se a cabeça para a terra

Tal peso o dela que nem uma grua a levanta.

Se milagres houvera

Não passaríamos todos pela mesma paixão

A coroa de espinhos num chuveiro de sal

O peso do mundo sobre as arcadas do peito

E a cruz em cima a anunciar espectros.

Mãos, também os símios as agitam

Ferramentas, até as formigas as inventam

Decisão, as amibas tomam-na

Para contornarem o obstáculo entre elas e a comida.

Sufrimento, também os brutos o experimentam

Se lhes matam a mãe, se os levam para fora do seu habitat.

Quando te apanho a ti a meter a mão no prato alheio

O flash é tão brutal

Que fica o gesto a arder pela mente fora

À espera de boa explicação.

E não sentes nada exceto, exceto o quê?

Nem remorso, nem sentimento de culpa

Apenas esse tiro entre os olhos chamado Desejo.

De resto, olhos vazios e chocha a fala.

II. Sentes desejo.

E que mais? Contentamento?

Deslumbras-te com a tua própria habilidade

Em ludibriar quem ignora ser teu hospedeiro?

Remorsos, não, não sabes o que isso é, nem compaixão

Como se fosse ela o autor do drama

É a testemunha quem sofre

Com arame farpado na garganta.

E é, de um outro, paralelo, o drama

De te roubar a alma

Para a dar num filme.

RECORDAÇÕES DE KROPOTKINE

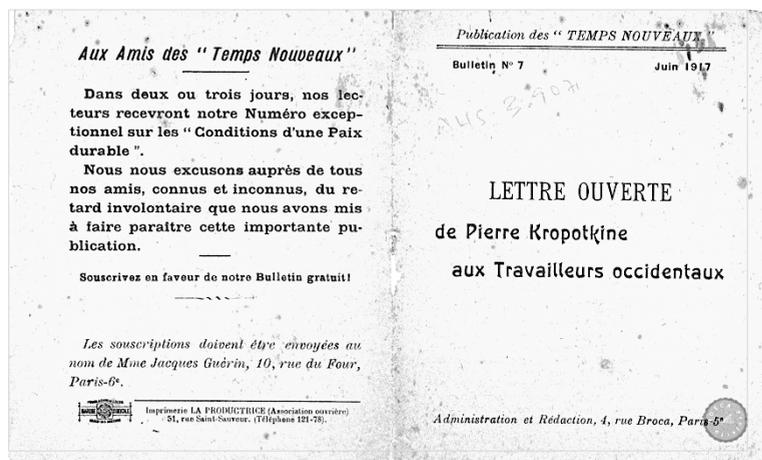
EMMA GOLDMAN

Estávamos em Moscovo, quando recebemos uma nota de Dmitrov, dizendo que o nosso velho camarada Pedro Kropotkine tinha sido vencido por uma pneumonia. O choque foi muito maior porque o tínhamos visitado em Julho e tínhamo-lo encontrado de boa saúde e de bom humor. Ele parecia mais jovem e com melhor aspecto do que quando o víramos em Março último. O brilho dos seus olhos e a sua vivacidade indicavam excelente condição. O recanto dos Kropotkine estava encantador ao sol de Verão, com todas as flores e a pequena horta de Sofia em pleno florescimento. Pedro tinha-nos falado com muito orgulho da sua companheira e dos seus talentos de jardineira. Tomando-nos, a Sacha [Alexandre Berkman] e a mim, pela mão, levou-nos, com uma exuberância infantil, ao sítio onde Sofia tinha plantado um género especial de alfaces. Ela tinha conseguido obter cabeças tão grandes como couves, com folhas frisadas e deliciosas. Ele próprio tinha cavado a terra, mas era Sofia a verdadeira perita, repetia ele. A sua colheita de batatas, do Inverno passado, fora tão boa que ainda sobrara o suficiente para trocar por ração para a sua vaca, e mesmo para partilhar com os vizinhos de Dmitrov que tinham poucos legumes. O nosso querido Pedro divertira-se no jardim a falar destes assuntos como se fossem estes os grandes sucessos mundiais. O espírito juvenil do nosso camarada era contagioso e cativou-nos a todos pelo seu encanto e pela sua alegria.

De tarde, no seu estúdio, ele transformou-se de novo no sábio e no pensador, claro e penetrante no seu julgamento sobre as pessoas e os acontecimentos. Nós discutimos a ditadura, os métodos impostos à revolução pela necessidade e por aqueles inerentes à natureza do partido. Eu queria que Pedro me ajudasse a compreender melhor a situação que ameaçava fazer desabar a minha fé na revolução e nas classes trabalhadoras. Pacientemente, e com a ternura que se concede a uma criança doente, ele tentara acalmar-me. Afirmava que não havia razão para desesperar. Compreendia o meu conflito interior, dizia, mas estava certo que com o tempo eu aprenderia a estabelecer a distinção entre a revolução e o regime. Eram dois mundos à parte e o abismo entre eles devia tornar-se forçosamente cada vez mais fundo com o avançar do tempo. A revolução russa era maior que a francesa e com um significado mais poderoso para o mundo inteiro. Tinha marcado a fundo a vida das classes laboriosas por todo o lado e ninguém podia prever a rica colheita que a humanidade ia tirar daí. Os comunistas que aderiram irrevogavelmente à ideia de um Estado centralizado estavam condenados a dirigir mal o curso da revolução. Sendo o seu fim a

supremacia política, haviam-se tornado os *jesuítas* do socialismo, justificando todos os meios para atingir os fins. Os seus métodos paralisavam a energia das massas e aterrorizavam as gentes. Todavia, sem o povo, sem a participação directa dos trabalhadores na reconstrução do país, nada de criador e de essencial poderia ser realizado.

Os nossos próprios camaradas continuou Kropotkine no passado tinham desconsiderado os elementos fundamentais duma revolução social. O factor de base num tal levantamento era a organização da vida económica do



Brochura de Kropotkine de Junho de 1917.
BNP (Arquivo Histórico-Social), N61, Caixa 25237-1



Pedro Kropotkin (Angela Magnatta)



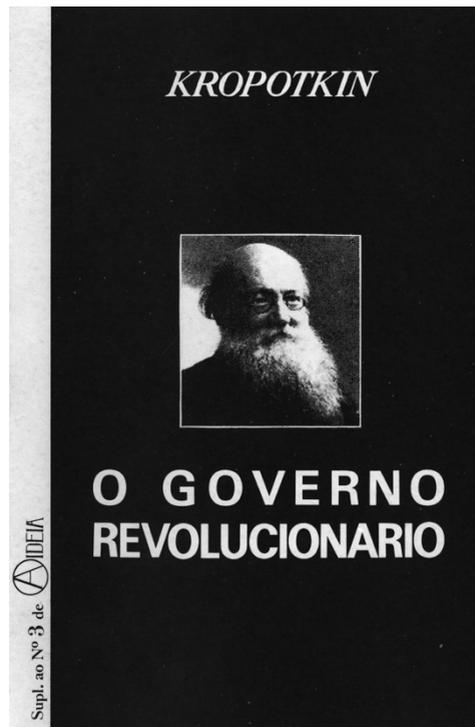
país. A revolução russa provava que nos tínhamos de preparar para isso. O sindicalismo ia provavelmente fornecer o que mais faltava à Rússia: um instrumento pelo qual se poderia fazer a construção económica do país. Falava do anarco-sindicalismo, indicando que um tal sistema, com a ajuda das cooperativas, salvaria as revoluções futuras dos erros fatais e dos terríveis sofrimentos pelos quais passava a Rússia.

Eu lembrava-me vivamente disto ao receber a triste notícia da doença de Kropotkine. Eu não podia pensar partir para Petrogrado sem ter visto Pedro de novo. Enfermeiras eficazes eram raras na Rússia. Eu poderia tratar dele e pelo menos fazer isso pelo meu querido mestre e amigo. Soube que a filha de Pedro, Alexandra, se encontrava em Moscovo e se aprontava para partir para Dmitrov. Ela informou-me que uma enfermeira muito competente, uma russa que tinha estudado em Inglaterra, estava encarregada dos seus cuidados. Como a pequena moradia já estava demasiado cheia, aconselhou-me para já a não me incomodar. Ela partia para Dmitrov e telefonava-me a respeito do estado do seu pai e da utilidade da minha visita. Mal eu cheguei a Petrogrado, a senhora Ravich telefonou-me para me dizer que me chamavam de urgência a Dmitrov. Tinha recebido uma mensagem de Moscovo pedindo que eu fosse de imediato. Pedro estava pior e a família pedira-lhe para me dizer para ir de imediato.

O meu comboio foi assaltado por uma terrível tempestade de neve e nós chegámos a Moscovo com dez horas de atraso, em relação ao horário. Não havia comboio para Dmitrov até ao dia seguinte à noite e as estradas estavam bloqueadas por montões de neve, demasiado altos para que um automóvel pudesse passar. Os fios telefónicos estavam destruídos e não havia meio de chegar a Dmitrov. O comboio da noite avançava com uma lentidão exasperante e parava frequentemente para repor combustível. Eram quatro horas da manhã, quando chegámos à estação. Com Alexandre Schapiro, amigo íntimo da família Kropotkine, e Pavlov, um companheiro do sindicato dos padeiros, corremos para casa dos Kropotkine. Infelizmente, era demasiado tarde! Pedro tinha deixado de respirar uma hora antes. Morrera às quatro horas da manhã, a 8 de Fevereiro de 1921. A sua viúva desolada disse-me que Pedro tinha perguntado frequentemente se eu estava a caminho e quando chegaria. Sofia estava destroçada e graças à necessidade de me ocupar dela, eu esqueci a cruel coincidência de circunstâncias que me tinha impedido de prestar o mínimo serviço àquele que tinha imprimido um tão poderoso impulso à minha vida e ao meu trabalho.

Sofia disse-nos que Lenine, informado da doença de Pedro, tinha enviado os melhores médicos de Moscovo a Dmitrov, bem como provisões e gulodices para o doente. Ele também tinha pedido para lhe serem enviados frequentes boletins sobre o estado de Pedro, de modo a publicá-los na imprensa. É triste que tanta atenção tenha sido dada no seu leito de morte ao homem que por duas vezes fora incomodado pela Tcheka, e que por esta razão foi forçado a reformar-se sem o desejar! Pedro Kropotkine ajudara a preparar o terreno para a revolução mas tinham-lhe recusado participar na sua vida e no seu desenvolvimento. A sua voz, apesar da perseguição, tinha-se feito ouvir na Rússia czarista; fora, porém, sufocada pela ditadura comunista.

Pedro não procurava nem aceitava favores de nenhum governo; demais, não tolerava nenhuma pompa nem nenhum fausto. Portanto nós decidimos que não devia haver nenhuma intrusão do Estado no seu enterro e que este não devia ser rebaixado pela participação dos oficiais do exército. Os últimos momentos de Pedro na Terra deviam passar-se na companhia exclusiva dos seus camaradas. Schapiro e Pavlov partiram para Moscovo à procurar de Sacha e dos outros camaradas de Petrogrado. Com o grupo de Moscovo, eles deviam encarregar-se das exéquias. Eu fiquei em Dmitrov para ajudar Sofia a preparar o seu querido defunto no transporte para a



Kropotkine editado pela revista *A Ideia*,
1975

capital e para o funeral.

Até ao dia em que foi obrigado a ficar na cama, Pedro continuou a trabalhar, nas condições mais difíceis, na sua obra sobre *A Ética*, que esperava ser o coroar da sua vida. O seu maior desgosto nas suas últimas horas foi o de não lhe ter sido dado um pouco mais de tempo para completar o que começara havia anos. Nos últimos três anos de vida, Pedro fora afastado de qualquer contacto com as massas. Na morte, retomava em pleno este convívio. Camponeses, operários, soldados, intelectuais, homens e mulheres num raio de vários quilómetros, como toda a comunidade de Dmitrov, afluíam à moradia de Kropotkine para render uma última homenagem ao homem que vivera entre eles e que partilhara as suas lutas e as suas angústias.

Sacha chegou a Dmitrov com numerosos camaradas de Moscovo para assistir à trasladação do corpo de Pedro para Moscovo. Nunca a pequena povoação havia rendido a alguém tão grande homenagem como a Pedro Kropotkine. As crianças tinham-no conhecido melhor e amado por causa do seu carácter alegre e jovem. As escolas fecharam nesse dia em sinal de luto pelo amigo que as deixava. Elas foram em grande número à estação e agitaram as suas mãos para dizerem adeus a Pedro quando o comboio arrancou lentamente.

Pelo caminho soube por Sacha que a comissão para as exéquias de Pedro Kropotkine, que ele tinha ajudado a organizar e de que era o responsável, tinha sido já objecto de múltiplas trapaças por parte das autoridades soviéticas. Permitira-se à comissão editar dois panfletos de Pedro e fazer sair um número especial dum boletim em memória de Pedro Kropotkine. Mais tarde, a Assembleia de Moscovo, sob a presidência de Kamenev, pediu que os manuscritos deste boletim fossem submetidos à censura. Sacha, Schapiro e outros camaradas protestaram, dizendo que estes passos retardariam a sua publicação. Para ganhar tempo eles haviam prometido que somente apreciações sobre a vida e o trabalho de Kropotkine apareceriam neste boletim. Depois, de repente, o censor lembrou-se que tinha outro trabalho em curso e que de momento o assunto devia esperar o seu desenrolar regular. Isso significava que o boletim não poderia aparecer a tempo do enterro, e era evidente que os bolchevistas haviam recorrido à sua tática dilatória habitual até que fosse tarde de mais para justificar a utilidade da publicação. Os nossos camaradas optaram pela acção directa. Lenine apropriara-se frequentemente desta ideia anarquista; não havia pois razão para os anarquistas não a retomarem nas suas barbas. O tempo escasseava e o objectivo era bastante importante para arriscar até uma detenção. Eles partiram os lacres que a Tcheka colocara na tipografia do nosso velho camarada Atabekian e os nossos amigos trabalharam como castores para preparar e fazer sair o boletim a tempo das exéquias.

A homenagem de estima e afeição para com Pedro Kropotkine transformou-se em Moscovo numa manifestação monstra. Desde que o corpo chegou à capital e foi deposto na Casa dos Sindicatos, bem como durante os dois dias em que o defunto esteve exposto no átrio de mármore, houve um desfile de gente como nunca se vira desde os dias de Outubro. A comissão Kropotkine tinha enviado um inquérito a Lenine, pedindo-lhe para libertar temporariamente os anarquistas presos em Moscovo, para que eles pudessem tomar parte nas últimas honras rendidas ao seu mestre e amigo falecido. Lenine tinha-o prometido e o comité executivo do partido comunista tinha dado ordem à Tcheka para libertar “segundo a sua apreciação” os anarquistas presos, visando a sua participação nas exéquias. Mas a Tcheka aparentemente não estava na disposição de obedecer, mesmo a Lenine ou à autoridade suprema do seu próprio partido. Perguntou se a comissão podia garantir o regresso dos prisioneiros à prisão. A comissão deu uma garantia colectiva. Logo a Tcheka declarou “que não havia anarquistas presos em Moscovo”. Na verdade, Boutirky e a prisão interior da Tcheka estavam cheias de camaradas nossos detidos na razia da Conferência de Kharkov, embora esta, em virtude de um acordo entre o governo soviético e Nestor Makno, tivesse sido oficialmente permitida. Por outro lado, Sacha tinha obtido a entrada na prisão Boutirky e aí tinha falado com mais de uma vintena dos nossos camaradas presos. Acompanhado do anarquista russo Yartchouk, tinha igualmente visitado a prisão interior da Tcheka de Moscovo e tivera uma conversa com Aaron Baron, que representava nesta ocasião um grande número de outros anarquistas presos. Contudo a Tcheka insistia, dizendo que não havia “anarquistas presos em Moscovo”.

De novo, a comissão foi chamada a recorrer à acção directa. Na manhã do funeral deu ordem a Alexandra Kropotkine para telefonar à Assembleia de Moscovo para dizer que se ia denunciar publicamente esta falta de palavra e que as coroas depositas pelos soviets e organizações comunistas iam ser retiradas, se a promessa dada por Lenine não fosse mantida. O grande átrio de colunas estava

apinhado; entre os presentes havia vários representantes da imprensa europeia e americana. O nosso velho amigo Henry Alsberg estava lá, recentemente regressado à Rússia. Outro jornalista, Arthur Ransome, representava o *Manchester Guardian*. Com certeza que eles dariam a conhecer a deslealdade dos soviéticos. Agora que se informara o mundo inteiro dos cuidados e atenções prestados pelo governo soviético a Pedro Kropotkine durante a sua última doença, a publicidade dada a um tal escândalo devia ser evitada a todo o custo. Kamenev pediu então um prazo e prometeu solenemente libertar os anarquistas detidos dentro de 20 minutos.

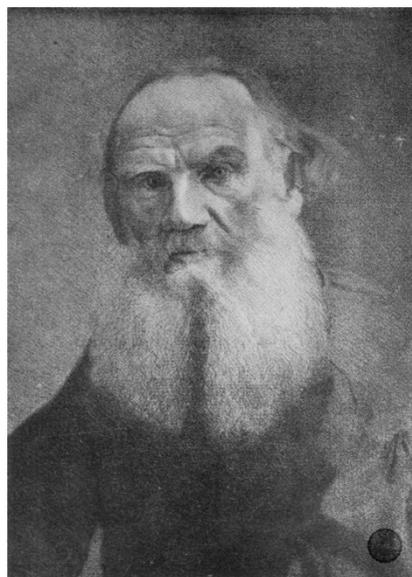
Atrasou-se o enterro durante uma hora. A multidão de luto tremia ao frio cruel de Moscovo, esperando na rua a chegada dos discípulos presos do grande defunto. Chegaram por fim, mas só sete e todos da prisão da Tcheka. Não havia um único dos companheiros da prisão de Boutirky. No último momento a Tcheka assegurou à comissão que eles haviam sido libertados e que estavam a caminho. Os prisioneiros com permissão faziam o cordão fúnebre; com um triste orgulho, transportavam os restos do seu camarada e mestre amigo. A vasta assembleia na rua recebeu-os num impressionante silêncio. Soldados sem armas, marinheiros, estudantes, crianças, organizações sindicais representando todos os ofícios, homens e de mulheres representando os intelectuais, camponeses e muitos grupos anarquistas com os seus estandartes vermelhos e pretos, uma multidão unida sem coerção, ordenada sem voz de comando, avançou na longa estrada, durante duas horas, até ao cemitério de Devichy, nos arredores da cidade.

No museu Tolstói, os sons da marcha fúnebre de Chopin saudaram o cortejo bem como um coro formado pelos discípulos do profeta de Iasnaía Poliana. Em sinal de agradecimento, os nossos camaradas baixaram os seus estandartes como homenagem dum grande filho da Rússia a outro.

Ao passar diante da prisão de Boutirky, a procissão parou uma segunda vez e os nossos estandartes se inclinaram como testemunho dum último adeus de Pedro Kropotkine aos seus corajosos camaradas que lhe faziam sinais de adeus através das suas janelas gradeadas. A expressão espontânea dum dor profunda caracterizou os discursos pronunciados sobre o túmulo do nosso camarada por homens de diferentes tendências políticas. A nota dominante foi que a morte de Pedro Kropotkine era a perda dum potência moral enorme, tal como já não existia no nosso país. Pela primeira vez desde a minha chegada a Petrogrado a minha voz foi ouvida em público. Pareceu-me estranhamente dura e incapaz de exprimir tudo o que Pedro fora para mim. A dor que me causava a sua morte estava ligada ao meu desespero diante do insucesso da revolução que ninguém entre nós fora capaz de evitar.

O Sol desaparecia lentamente no horizonte e o céu, banhado de um vermelho escuro, formava um baldaquino fantástico por cima da terra fresca que recobria agora o lugar do repouso eterno de Pedro Kropotkine. Os sete detidos saídos sobre palavra passaram o serão connosco e só tarde, à noite, regressaram à prisão. Não os esperando, os guardas haviam fechado as portas e retirado. Os homens tiveram quase que forçar a entrada, de tal modo os guardas estavam pasmados de verem anarquistas suficientemente loucos para manterem a palavra dada por eles pelos seus camaradas.

Os anarquistas da prisão Boutirky não vieram ao funeral. A Tcheka tinha sustentado perante a comissão que eles tinham recusado ir, se bem que lhe tivesse sido dada a possibilidade. Nós sabíamos que era uma mentira, mas apesar disso decidi visitar pessoalmente os nossos prisioneiros para ouvir a sua versão. Isso implicava a necessidade odiosa de pedir licença à Tcheka. Conduziram-me a um escritório privado do tchéquista chefe, que era um rapaz muito jovem, com um revólver na cintura e outro sobre a mesa. Avançou direito a mim com as mãos estendidas e chamou-me efusivamente “querida camarada”. Disse-me que o seu nome era Brenner e que vivera na América. Fora anarquista e naturalmente conhecia muito bem Sacha, de resto como a mim própria, e sabia tudo das nossas acções nos Estados Unidos. Sentia-se orgulhoso de nos chamar camaradas. Agora, naturalmente, alinhava com os comunistas, pois

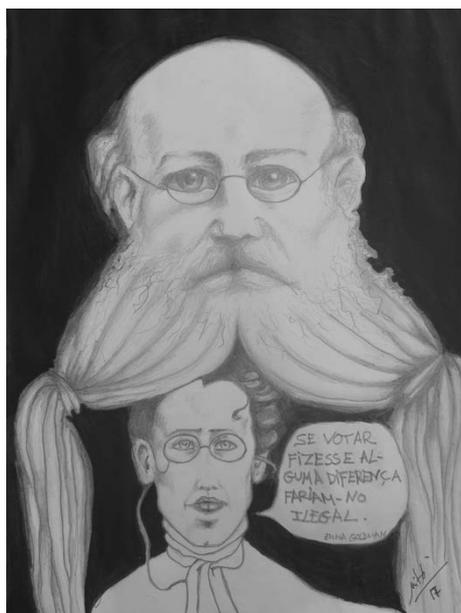


Tolstói (1828-1910),
BNP (Arquivo Histórico-Social),
N61, Caixa 117-0052

considerava o actual regime como um passo em frente em direcção ao anarquismo. O importante era a revolução, e já que os bolchevistas trabalhavam para ela, ele cooperava com eles. Deixara eu de ser uma revolucionária para recusar apertar a mão fraternalmente estendida por um dos defensores da revolução? Respondi-lhe que em toda a minha vida nunca tinha apertado a mão a uma autoridade e ainda menos a um polícia que tinha sido anarquista. Tinha vindo para obter uma entrada na prisão e queria saber se isso era possível. Ele levantou-se e saiu do compartimento. Eu esperei uma meia hora, perguntando-me se estava presa. Na Rússia, a cada um a sua vez — porque não comigo? Repentinamente aproximaram-se passos e a porta abriu-se. Um homem idoso, evidentemente um tchéquista, permitiu-me entrar na prisão de Boutirky.

Entre um numeroso grupo de camaradas detidos, encontrei vários que conhecera nos Estados Unidos: Fanny e Aaron Baron, Voline, e outros que haviam trabalhado na América, assim como russos da organização *Nabat*, que encontrara em Carcóvia. Um representante da Tcheka viera vê-los — disseram-me e oferecera-se para libertar alguns, individualmente, mas não em grupo, como se fosse isso o programado com a comissão. Os nossos camaradas opuseram-se a esta falta de palavra dada e insistiram poder assistir ao enterro de Kropotkine em grupo. O homem declarou-lhes que devia informar os oficiais superiores do seu pedido e que voltaria em breve, com a decisão definitiva. Mas nunca mais voltou. Os camaradas diziam que isso não tinha nenhuma importância, já que haviam realizado o seu próprio encontro à memória de Kropotkine no corredor da prisão, onde o homenagearam com discursos de circunstância e cantos revolucionários. Com a ajuda de outros presos haviam transformado a prisão numa universidade popular — dizia-me Voline. Davam cursos de ciência, de economia política, de sociologia e de literatura e ensinavam aos presos de direito comum a ler e a escrever. Brincavam, dizendo que de facto tinham muito mais liberdade do que nós no exterior e devíamos ter inveja deles. Temiam, porém, que esta doce enseada já não durasse muito mais tempo.

in *Living my Life*, 1931



Kropotkine e Emma Goldman,
desenho de Mitó Viana (2017)

Nota da redacção: o enterro de Kropotkine em 21 de Fevereiro de 1921, se bem que muito condicionado pelas autoridades, foi a última manifestação livre na Rússia soviética. Estiveram 100 mil pessoas presentes na marcha fúnebre que atravessou Moscovo e cujo registo sobreviveu em película fílmica.



Emma Goldman

UMA TERCEIRA REVOLUÇÃO S O V I É T I C A

IDA METT

É o momento, parece-nos, de melhor compreender Cronstadt, se bem que não tenha havido desde 1921, novo depósito de dados ou de factos. Os arquivos do Governo russo e do Exército Vermelho continuam fechados a uma análise objectiva. Contudo, em algumas publicações, alguns factos são referidos, embora sob uma luz indecisa. Mas o que se sabia já na época era suficiente para captar o sentido político deste acontecimento sintomático e crucial da revolução russa. Os operários militantes no Ocidente tinham uma confiança absoluta no governo bolchevista, que acabava de dirigir um esforço imenso dos trabalhadores contra a reacção feudal-burguesa e que personificava, aos seus olhos, a própria revolução.

Os espíritos recusavam-se a acreditar que este mesmo governo fosse capaz de reprimir com crueldade uma insurreição revolucionária. Por isso, os bolchevistas puderam acusar, sem dificuldade, este movimento de reaccionário e denunciá-lo como sendo organizado e mantido pelas burguesias russa e europeia: “*Uma insurreição dos generais brancos tendo à cabeça o ex-general Kozlovsky*”, gritavam os jornais russos da época, enquanto os marinheiros de Cronstadt radiodifundiam o seguinte apelo dirigido ao mundo inteiro: “*Camaradas operários, soldados vermelhos e marinheiros. Nós somos a favor do poder dos soviets e não pelo dos partidos; nós somos a favor da representação livre dos trabalhadores. Camaradas, enganam-vos! Em Cronstadt, todo o poder está nas mãos dos marinheiros revolucionários, dos soldados vermelhos e dos operários, e não nas mãos dos guardas-brancos com um qualquer general Kozlovsky à cabeça, como vos assegura a rádio de Moscovo.*”

Tais eram as interpretações opostas dos marinheiros de Cronstadt e do governo do Kremlin. Preocupados em servir, pela análise objectiva dos acontecimentos históricos, os interesses vitais do movimento operário, nós propomo-nos examinar estas teses opostas à luz dos factos e documentos, como sob o ângulo dos acontecimentos que se seguiram quase imediatamente ao esmagamento de Cronstadt. “Os trabalhadores do mundo inteiro nos julgarão”, radiodifundiram então os cronstadtianos, “e o sangue dos inocentes cairá sobre as cabeças daqueles que se embriagaram com o poder”. Era uma profecia?

Juntamos a esta introdução uma lista dos militantes comunistas que tomaram parte activa na repressão da insurreição. Os leitores verão qual foi o seu destino.

Zinoviev ditador onnipotente de Petrogrado, que inspirou a luta implacável contra os grevistas e os marinheiros. Fuzilado.

Trotsky comissário do povo, da guerra e da marinha, assassinado por um agente de Estaline no México.

Lachévitch membro do Conselho de Guerra revolucionário, membro do Comité de Defesa organizado para a luta contra os grevistas de Petrogrado. Suicidou-se.

Dybenko antigo marinheiro, foi, antes de Outubro, um dos organizadores da Central da frota báltica; teve um papel particularmente activo na derrota militar de Cronstadt. Cerca de 1938 era ainda comandante da guarnição da região de Petrogrado. Fuzilado.

Kouzmine comissário da frota báltica. Destino desconhecido, nunca mais dele se falou.

Kalinine poder nominal, como presidente fantoche. Morreu de morte natural.

Toukhatchevsky oficial, elaborou o plano e dirigiu a tomada de Cronstadt. Fuzilado.

Poutna decorado pela sua participação na derrota militar de Cronstadt e mais tarde adido militar em Londres. Fuzilado.

Delegados do X Congresso do Partido Comunista que vieram combater contra Cronstadt: *Piatakov*, fuzilado; *Roukhimovitch*, fuzilado; *Boubnov*, destituído e desaparecido; *Zatonsky*, destituído e desaparecido; *Vorochilov*, desempenhou papel de certo relevo na guerra 1941-1945.

Passaram-se mais de vinte e cinco anos sobre a derrota da insurreição de Cronstadt e tanto sangue correu no mundo, tantos acontecimentos de grande envergadura ocuparam os espíritos, que nos espantamos com o interesse que se dedica sempre ao drama que se jogou nos glaciares do Báltico. Porque, hoje, depois da segunda guerra mundial, diante de uma Rússia tornada uma força imperial nua de qualquer conteúdo socialista, várias camadas da opinião pública apaixonam-se de novo por Cronstadt.

A questão perturbante coloca-se: Desde quando a Rússia adquiriu este apetite de domínio? Existia já sob Lenine? Ou é uma característica da fase estalinista da ditadura bolchevista? E cada vez que se procura o ponto de partida desta orientação nova da Rússia, lembramo-nos com razão de Cronstadt. A insurreição dos marinheiros de 1921 está, com efeito, no limite de duas épocas: de um lado, remata a fase espontânea, popular, a fase de esperança da revolução; por outro, é o ponto de partida e de estímulo para tudo o que foi feito desde então.

O génio popular exprimiu-se com força nas resoluções dos insurrectos que puseram, entre outras reivindicações políticas, duas questões principais, pedras de toque de uma apreciação objectiva da Rússia actual e de toda a tentativa visando evitar um regime totalitário. As duas questões – a primeira: pode construir-se um socialismo sem liberdade? E a segunda: o fim justifica qualquer meio? – tiveram resposta negativa em combates que bem se podem tomar por heróicos. Por isso a causa dos insurrectos continua inesquecível.

E nós que vimos a trágica aplicação do princípio corruptor “o fim justifica todos os meios” na Alemanha hitleriana e na Rússia estalinista, nós, já não podemos ignorar este acontecimento como também não podemos deixar sem resposta as duas grandes questões postas pelos marinheiros revolucionários de Cronstadt. [...]

Formulando reivindicações democráticas, os insurrectos de Cronstadt provavelmente não conheciam os escritos de Rosa Luxemburgo, mas ao invés, conheciam a primeira Constituição da república soviética, votada a 10-7-1918 pelo Vº Congresso pan-russo dos soviets e cujos artigos 13, 14, 15 e 16 acordavam as liberdades democráticas (de consciência, de reunião, de união e de imprensa) aos trabalhadores, o que retirava qualquer direito aos privilegiados e a qualquer grupo ou partido (art. 22 e 23). Segundo esta mesma Constituição, nenhum trabalhador podia ser privado do direito de voto, nem do de candidatura, se satisfizesse as condições formuladas nos artigos 64/65, isto é, se não explorasse o trabalho do outro ou se não vivesse de outros rendimentos que os provenientes do seu trabalho.

A palavra de ordem principal da insurreição de Cronstadt – todo o poder aos soviets e não ao partido – fora retirada da Constituição dizendo que todo o poder central e local pertencia aos soviets. A ditadura bolchevista violou desde o princípio esta Constituição – melhor, nunca sequer a aplicou. Lembremos para este efeito que as advertências de Rosa Luxemburgo foram redigidas alguns meses depois do voto desta Carta constitucional. Quando os marinheiros exigiram mais tarde a aplicação real dos direitos adquiridos em 1918, eles foram apelidados de contra-revolucionários e agentes da burguesia internacional. [...]

As leis fundamentais da República soviética, resumo jurídico da ideologia de Outubro, estavam a tal ponto esquecidas no final da guerra civil, que seria necessária uma terceira revolução para as reconquistar e aplicar na vida quotidiana. É neste sentido que os cronstadtilinos empregam o termo de 3.ª revolução. “*Em Cronstadt é posta a primeira pedra da 3.ª revolução que quebrará as últimas cadeias amarrando as massas laborais e abrirá uma via nova para a criação socialista*” escrevem os insurrectos (*Izvestia*, 8-3-1921).

Não sabemos se a via democrática permitiria salvar as conquistas de Outubro e se a situação económica do país, de carácter agrário pronunciado, se prestava à primeira experiência de aplicação prática do socialismo. Estes problemas estão sujeitos à discussão e são demasiado complexos para serem resolvidos numa penada no estado actual das ciências sociais. Mas o dever dos que procuram a verdade

é fazer estas perguntas sem disfarces, porque não basta tomar um ar científico insultuoso para explicar os fenómenos históricos.

Procurando uma explicação da génese da burocracia que abafou toda a vida real nas instituições do Estado soviético Trotsky não sente nenhuma dificuldade em expor a sua concepção. No seu livro *A revolução traída* diz que a razão principal residia no facto de os chefes desmobilizados do Exército Vermelho terem ocupado os postos dirigentes das Assembleias locais e terem aí introduzido os costumes do exército, enquanto o proletariado estava cansado após o fluxo revolucionário. Donde o nascimento da burocracia. É preciso juntar que Trotsky procurava introduzir estes costumes nos sindicatos. Seria para evitar o cansaço ao proletariado? Se este estava cansado, como se explica que tenha podido conduzir greves quase gerais nas cidades mais importantes e nas mais industriais? E se o partido comunista era o pilar da revolução social, porque não apoiou o proletariado na sua luta contra a jovem mas já poderosa burocracia, em vez de o massacrar, quando já estava exausto pelos três anos de guerra imperialista e três anos de guerra civil? Por que razão este partido se confundiu com o Estado ditatorial?

É preciso admitir que este partido já não era nem revolucionário, nem pelo proletariado e foi o que os cronstadinos lhe reprovaram. O seu mérito foi justamente de o ter dito em 1921, quando ainda se estava a tempo de reverter a situação e não de a prolongar 15 anos, quando a derrota foi definitiva.

De facto, o burocratismo na Rússia é uma tara hereditária, pode ser tão velha quanto o próprio Estado russo. Os bolchevistas no poder herdaram não só a burocracia czarista, mas o seu espírito e a sua atmosfera. Eles deviam saber que o Estado, alargando as suas funções para os assuntos económicos, tornando-se o proprietário das riquezas naturais e da indústria, criava o risco imediato de ver renascer e de aprofundar o espírito burocrático.

Um médico ao tratar de um doente que tem maus antecedentes hereditários, deve aplicar um tratamento tendo em conta os seus defeitos e aconselhá-lo a tomar precauções. Que cautelas tomaram os bolchevistas para combater o defeito burocrático evidente desde os primeiros dias da revolução? Que outro meio existiria para o combater senão arejar a atmosfera por meio dum poderoso sopro democrático, transferindo sem reticências para o povo trabalhador o controle rigoroso e efectivo dos assuntos? Era uma questão de “controle” que estava em jogo. Porém, na prática, o comissariado da Inspeção Operária e Camponesa que disso estava encarregue confiou estas funções a burocratas. Portanto não é preciso procurar as causas do burocratismo muito longe: primeiro, elas residem na concepção bolchevista do Estado absolutista, comandado e controlado por um partido organizado, ele próprio, sobre bases absolutistas e burocráticas; de seguida, elas foram agravadas pela tradição burocrática própria da Rússia.

É falso fazer recair sobre os camponeses a responsabilidade dos defeitos da revolução e a sua degeneração em regime burocrático. Seria demasiado fácil explicar todas as dificuldades da Rússia pelo seu carácter agrário. Diz-se também que a revolta cronstadina contra a burocracia era de origem camponesa e que a burocracia era igualmente de carácter campestre. Com uma tal concepção do papel do campesinato, podemos perguntar-nos como é que os bolchevistas ousaram então propagar a ideia da revolução social e lutar pela sua aplicação num país agrário?

Permitiram-se os bolchevistas tais gestos na esperança duma revolução mundial, de que eles se consideravam a vanguarda. Mas uma revolução num outro país não teria sido influenciada pelo espírito da revolução russa? Quando se avalia a sua autoridade moral no mundo, perguntamo-nos se os seus desvios não estavam eventualmente marcados também pelo cunho de outros países em revolução. Múltiplos factos históricos autorizam tal pensamento. Reconhecendo a impossibilidade de fazer triunfar a verdadeira construção socialista num só país, pode duvidar-se que o golpe burocrático do regime bolchevista pudesse ser curado por um sopro vindo de um outro país em revolução. A experiência fascista em países como a Alemanha demonstra que um desenvolvimento capitalista muito avançado ou tradições democráticas, como em Itália, não constituem garantias suficientes contra o enraizamento de um espírito absolutista e autocrático. Sem procurar explicar o fenómeno, é preciso todavia constatar a poderosa onda de autoritarismo vinda de países economicamente avançados e que ameaça engolir as nossas antigas ideias e tradições. Ora, é incontestável que o bolchevismo está moralmente aparentado a este espírito absolutista; por assim dizer, tinha-lhe criado um precedente perigoso. Ninguém poderia pois afirmar que em vez de se democratizar, o bolchevismo não se teria manifestado pela sua influência absolutista numa outra revolução que teria seguido a da Rússia.

A via democrática não apresentava um perigo real? Não se devia temer aí a influência reformista nos soviéticos, graças ao jogo livre da democracia? Nós cremos que este perigo existia realmente, mas não era para ser mais temido do que os resultados inevitáveis da ditadura incontrolável de um único partido, tendo já Estaline como secretário-geral.

Dizem-nos que o país estava esgotado e perdera as suas capacidades de resistência. Com efeito, o país estava cansado de fazer a guerra, mas estava cheio de forças construtivas e até ao mais alto grau do desejo de se instruir e de se educar. Mal a guerra civil terminou, constatou-se uma verdadeira avalanche de operários e camponeses em direcção às escolas, universidades operárias e em direcção ao ensino técnico. Este desejo não era o melhor índice da vivacidade e da resistência destas classes? Num país em que o analfabetismo atingia um grau enorme, esta instrução poderia contribuir largamente para permitir o verdadeiro exercício do poder pelas classes trabalhadoras.

Mas por essência a ditadura devora as forças criadoras do povo e apesar dos esforços incontestáveis do poder central para expandir a instrução entre os trabalhadores, instruir-se torna-se em breve o privilégio dos membros do partido fiéis à fracção dirigente. Desde 1921, as faculdades operárias e as escolas para o ensino superior começaram a ser limpas de elementos independentes. Esta limpeza acentuou-se ainda com o desenvolvimento de tendências opostas no seio do partido. O esforço de educação do povo ficou cada vez mais comprometido. O desejo de Lenine de que cada cozinheira se pudesse tornar um homem de Estado tinha cada vez menos hipótese de se realizar. As conquistas revolucionárias não se podiam desenvolver senão pela participação directa das classes laboriosas. Qualquer tentativa de substituir uma “elite” a este grupo era profundamente retrógrada. [...]

Em 1921, a revolução encontrava-se na encruzilhada dos caminhos: tomar a via democrática ou seguir a via ditatorial, tal era a questão! Pondo o parlamentarismo burguês e a democracia operária no mesmo saco, os bolchevistas condenavam os dois. Sonhavam construir o socialismo pelo alto; pelas manobras hábeis do estado-maior; esperando a revolução mundial que não se apressava em vir, eles construíam um novo capitalismo em que as classes trabalhadoras já não tinham o direito de dispor delas próprias.

Lenine não era o único a ver que Cronstadt era uma brecha no plano ditatorial. Compreendia bem, como aliás os restantes bolcheviques, que o monopólio do seu partido estava em questão. Cronstadt significava a passagem à democracia operária, que não podia coexistir com este monopólio. Por isso, Lenine preferiu abatê-la de maneira pouco nobre mas muito segura, pela calúnia, acusando a revolta de Cronstadt de ser aliada da burguesia e da contra-revolução agrária.

Quando Kouzmine, comissário da frota do Báltico, disse no encontro de 2 de Março em Cronstadt que os bolchevistas não cederiam o poder sem combater, era o único a dizer a verdade. Lenine teve de trocar deste comissário que não conhecia o ABC da moral e da táctica bolchevista. Deste ponto de vista, era necessário moral e politicamente abater o adversário e não discutir com ele com argumentos verdadeiros. Foi o que fez o governo bolchevista.

Os insurrectos eram uma massa indistinta, mas daquelas que manifestam por vezes um sentido político certo. Se neles se encontrasse um certo número de homens acima do nível médio, é fortemente possível que a insurreição nunca tivesse tido lugar, já que eles teriam percebido que as reivindicações dos insurrectos estavam em contradição flagrante com a política conduzida pelo Kremlin e que o governo era nesta época bastante bem organizado para abater, sem piedade, sem sentimento e sem hesitações, quem ousasse opor-se seriamente aos seus pontos de vista ou aos seus planos.

Os cronstadtinos eram sinceros e ingénuos. Ao acreditar na justiça da sua causa, eles não previam a táctica do seu adversário. Eles esperaram a ajuda do país inteiro, de quem sabiam exprimir as queixas. Eles perderam de vista o quanto o país se encontrava já fechado no círculo de ferro de uma ditadura, que não permitia ao povo a livre expressão dos seus desejos e a escolha livre do seu regime. A grande discussão ideológica e política à mão armada entre “realistas” e “sonhadores”, entre “socialistas científicos” e “volnitsa” [a livre reunião revolucionária], terminou em 1921, pela derrota político-militar desta última. Mas Estaline encarregar-se-ia de provar ao mundo que esta derrota era também a derrota final do socialismo na sexta parte do globo.

MANIFESTO DE CRONSTADT

Depois de ter ouvido os relatórios dos representantes enviados a Petrogrado pela reunião geral das tripulações para aí examinar a situação, a assembleia decide que é preciso, dado que os soviets actuais não exprimem a vontade dos operários e dos camponeses:

Proceder imediatamente à reeleição dos soviets por meio do voto secreto. A campanha eleitoral entre operários e camponeses deverá desenrolar-se em plena liberdade de palavra e de acção;

Estabelecer a liberdade de palavra e de imprensa para todos os operários e camponeses, para os anarquistas e para os partidos socialistas de esquerda;

Conceder a liberdade de reunião aos sindicatos e às organizações camponesas;

Convocar fora dos partidos políticos uma conferência dos operários, soldados vermelhos e marinheiros de Petrogrado, de Cronstadt e da província de Petrogrado para 10 de Março de 1921, o mais tardar;

Libertar todos os prisioneiros políticos socialistas e também todos os operários, camponeses, soldados vermelhos e marinheiros, presos na sequência dos movimentos operários e camponeses;

Eleger uma comissão para examinar os casos daqueles que se encontram nas prisões e nos campos de concentração;

Abolir os “cargos políticos”, porque nenhum partido político deve ter privilégios para a propaganda das suas ideias, nem receber do Estado meios pecuniários com este fim. É preciso instituir em seu lugar comissões de educação e de cultura, eleitas em cada localidade e financiadas pelo governo;

Abolir imediatamente todos os bloqueios;

Uniformizar as rações para todos os trabalhadores, exceptuando para aqueles que exercem profissões perigosas para a saúde;

Abolir os destacamentos comunistas de choque em todas as unidades do exército; o mesmo para a guarda comunista nas fábricas e nas oficinas. Em caso de necessidade os guardas poderão ser designados no exército pelas companhias e nas oficinas e nas fábricas pelos próprios operários;

Dar aos camponeses a plena liberdade de acção no que diz respeito às suas terras e também o direito de possuir gado, com a condição de que eles próprios exerçam a sua tarefa, quer dizer, sem recorrer ao trabalho assalariado;

Designar uma comissão ambulante de controle;

Autorizar o livre exercício do artesanato, sem emprego de um trabalho assalariado;

Pedimos a todas as unidades do exército e também aos camaradas “kursanty” militares para se juntarem à nossa resolução;

A resolução é adoptada por unanimidade pela reunião das tripulações das esquadrihas. Duas pessoas abstiveram-se.

Assinado: *Petrichenko*, presidente da reunião; *Perepelkine*, secretário.

*Resolução da reunião geral da 1.ª e 2.ª esquadrihas da frota do Báltico,
Cronstadt, 1 de Março de 1921*

Emma Goldman, por Angela Magnatta.



MEMORIAL DE CRONSTADT

EMMA GOLDMAN

Os nossos camaradas insistiram no facto de que as expressões de simpatia da parte de Cronstadt com os grevistas não poderiam de nenhum modo ser consideradas como uma acção anti-soviética. De facto, o espírito dos marinheiros e as resoluções adoptadas na sua reunião em massa eram nitidamente pró-soviéticas. Eles protestavam energicamente contra a atitude autocrática em relação aos grevistas famintos, mas a reunião não tinha deixado ver em nenhum momento a menor oposição aos comunistas. Esta grande reunião tinha até sido mantida sob os auspícios do soviete de Cronstadt. Para demonstrar a sua lealdade, os marinheiros tinham ido buscar Kalinine com cânticos e música aquando da sua chegada à cidade e o seu discurso fora escutado com atenção e o maior respeito. Mesmo depois dele e dos seus camaradas terem culpado os marinheiros e condenado a sua moção, estes tinham escoltado Kalinine à estação com a maior amizade, como os nossos informadores puderam constatar.

Nós ouvimos rumores segundo os quais Kouzmine e Vassilev teriam sido detidos pelos marinheiros, aquando de um encontro de 300 delegados da frota, da guarnição e do soviete dos sindicatos. Perguntámos aos nossos dois camaradas o que sabiam. Eles confirmaram que estes dois homens haviam sido presos. A razão era a seguinte: na reunião, Kouzmine denunciara os marinheiros e os grevistas de Petrogrado como traidores (...) declarando que futuramente o Partido Comunista ia combatê-los até ao fim como contra-revolucionários. Os delegados haviam sabido igualmente que Kouzmine tinha dado ordem para evacuar todos os víveres e as munições de Cronstadt, entregando assim a cidade à inanição. Por esta razão os marinheiros e a guarnição de Cronstadt tinham decidido prender os dois homens e tomar precauções para que as provisões não fossem retiradas da cidade. Mas isso não era de nenhum modo o sinal de uma qualquer intenção de rebelião nem que os homens de Cronstadt tinham cessado de acreditar na integridade revolucionária dos comunistas. Na verdade, permitiu-se aos delegados comunistas falar tanto como os outros. Uma outra prova de confiança no regime era dada pelo envio de um comité de 30 homens para conferenciar com o soviete com vista a um acordo amigável sobre a greve.

Nós sentíamo-nos orgulhosos desta solidariedade magnífica dos marinheiros e soldados de Cronstadt com os seus irmãos em greve em Petrogrado e esperávamos que daí resultasse rapidamente o fim das perturbações, graças à mediação dos marinheiros. Infelizmente as nossas esperanças foram desfeitas uma hora depois de termos recebido estas notícias. Uma ordem assinada por Lenine e Trotsky castigava duramente Petrogrado. A ordem dizia que Cronstadt se tinha amotinado contra o governo soviético e denunciava os marinheiros como “instrumentos de antigos generais czaristas, que, em acordo com os traidores socialistas revolucionários, haviam montado uma conspiração contra-revolucionária contra a república do proletariado”.

“Absurdo! Mas é loucura pura!” gritou Sacha [Alexandre Berkman] quando leu uma cópia desta ordem. “Lenine e Trotsky devem ter sido mal informados por alguém. Mesmo assim eles não podem acreditar que os marinheiros são culpados de uma contra-revolução! Como? As tripulações do Petropavlovsk e do Sebastopol foram os mais sólidos esteios dos bolcheviques em Outubro e desde então, sempre! Não os saudou o próprio Trotsky como *o orgulho e a flor da revolução*? Devemos ir imediatamente a Moscovo” dizia Sacha. Era absolutamente necessário ver Lenine e Trotsky e explicar-lhes que tudo não passava dum horrível mal-entendido, um erro que poderia ser fatal para a própria revolução. Era quase impossível para Sacha pôr em causa a integridade revolucionária de

homens que eram para milhões de pessoas através do mundo apóstolos do proletariado. Eu estava de acordo com ele ao pensar que Lenine e Trotsky tinham talvez sido induzidos em erro por Zinoviev que todas as noites dava pelo telefone relatórios detalhados sobre Cronstadt. Zinoviev, mesmo entre os seus camaradas, nunca tivera a reputação de ter coragem pessoal. Entrara em pânico ao primeiro sinal de descontentamento dos trabalhadores de Petrogrado. Quando soube que a guarnição local expressara simpatia pelos grevistas, perdeu completamente a cabeça e ordenou a instalação de uma metralhadora no hotel Astoria para sua protecção pessoal. O assunto de Cronstadt encheu o seu coração de terror e levou-o a espalhar o medo em Moscovo. Sacha e eu sabíamos tudo isso, mas eu não podia crer que Lenine e Trotsky pensassem na verdade que os homens de Cronstadt eram culpados de uma contra-revolução ou capazes de cooperar com os generais brancos como os acusava a ordem de Lenine.

Uma lei marcial extraordinária foi decretada em toda a província de Petrogrado, e ninguém, além dos oficiais com autorizações especiais, podia deixar a cidade. A imprensa bolchevista lançou uma campanha de calúnias e de insultos contra Cronstadt, proclamando que os marinheiros e os soldados tinham feito causa comum com o “general czarista Kozlovsky”. Declaravam pois as pessoas de Cronstadt como fora da lei. Sacha começava a dar-se conta que a situação tinha uma origem diferente e muito mais profunda do que uma simples má informação de Lenine e de Trotsky. Este último devia assistir à sessão especial do soviete de Petrogrado em que se devia decidir o destino de Cronstadt. Nós decidimos estar presentes.

Era a minha primeira ocasião na Rússia para ouvir Trotsky. Pensava que poderia lembrar-lhe as suas palavras de adeus em Nova Iorque: a esperança expressa por ele de nos vermos em breve na Rússia para ajudar nos grandes trabalhos tornados possíveis pela derrota do czarismo. Nós íamos pedir-lhe para nos deixar ajudar a resolver os problemas de Cronstadt num espírito fraternal, dispor do nosso tempo e da nossa energia, e até das nossas vidas, neste teste supremo que a revolução punha ao Partido Comunista. Infelizmente o comboio de Trotsky chegou atrasado e ele não apareceu na sessão. Os homens que falaram nesta assembleia estavam inacessíveis à razão ou a um apelo. Um fanatismo doido animava as suas palavras e um medo cego dominava os seus corações.

O estrado estava severamente guardado por homens armados; soldados da Tcheka, de baioneta ou pistola, estavam entre aquele e o auditório. Zinoviev, que presidia, parecia estar à beira de uma crise de nervos. Levantou-se diversas vezes para falar e depois de seguida voltava a sentar-se. Quando finalmente começou a falar, virou a cabeça à direita e à esquerda, como se receasse um ataque súbito. A sua voz, sempre tão infantilmente fraca, subia a um tom agudo, desagradável e nada convincente. Denunciava o “general Kozlovsky” como a fonte de inspiração dos homens de Cronstadt, se bem que a maior parte dos assistentes soubesse que este oficial fora colocado em Cronstadt, como especialista de artilharia, pelo próprio Trotsky. Kozlovsky estava velho e decrépito, não tinha qualquer influência sobre os marinheiros ou sobre a guarnição. Isso não impedia Zinoviev, presidente do comité de defesa, criado especialmente nesta ocasião, de proclamar que Cronstadt se tinha levantado contra a revolução e tentava realizar os planos de Kozlovsky e dos seus apoios czaristas.

Kalinine deixou a sua habitual atitude paternal e atacou os marinheiros em termos violentos, esquecendo as homenagens recebidas em Cronstadt havia apenas alguns dias. “Nenhuma medida pode ser demasiado severa para os contra-revolucionários que ousam levantar a mão contra a nossa gloriosa revolução” – declarou ele. Os oradores de segunda ordem continuavam no mesmo tom, acordando o seu fanatismo comunista, ignorando os factos reais, e apelando a um frenesim vingador contra os homens que ainda na véspera haviam sido aclamados como heróis e irmãos.

Por cima do barulho da multidão que vaiava e batia os pés, uma única voz tentava fazer-se ouvir: a voz tensa e grave de um homem nas primeiras filas. Era o delegado dos empregados grevistas do Arsenal. Via-se forçado a protestar, dizia, contra as falsas acusações lançadas do estrado contra os homens de Cronstadt, tão corajosos e leais. Olhando Zinoviev e apontando-o com o dedo, o homem trovejou: – “É a vossa cruel indiferença e a do vosso partido que nos levou à greve e que despertou a simpatia dos nossos irmãos marinheiros, que lutaram lado a lado connosco na revolução. Eles não são culpados de nenhum outro crime e vós sabeis isso! Vós os caluniais voluntariamente e apelais à sua exterminação.” Gritos – “contra-revolucionário, traidor, bandido, menchevique” – fizeram da reunião uma verdadeira casa de loucos. O velho operário ficou de pé e a sua voz elevava-se acima do

tumulto: – “Há apenas três anos que Lenine, Trotsky, Zinoviev e todos vós fostes denunciados como traidores e espiões alemães”, gritava. – “Nós, os trabalhadores e os marinheiros viemos em vossa ajuda e vos salvámos do governo de Kerensky. Fomos nós que vos levámos ao poder! Esqueceis isso? Agora ameaçais-nos com a espada. Brinçais com o fogo! Repetis os erros e os crimes do governo de Kerensky. Cuidado que não vos seja reservado um semelhante destino!”

Zinoviev estremeceu sob este desafio. Sobre o estrado, os outros, muito embaraçados, agitavam-se nos seus cadeirões. A assistência comunista, no momento, parecia aterrorizada por este aviso sinistro. Neste instante uma outra voz se elevou. Um grande colosso de uniforme de marinheiro dirigiu-se para o fundo da sala. Nada tinha mudado no espírito revolucionário dos seus irmãos do mar, declarou. Eles estavam prontos, até ao último homem, a defender a revolução com cada gota do seu sangue. E pôs-se a ler a resolução de Cronstadt, adaptada na assembleia-geral do 1.º de Março. O tumulto que se levantou diante desta audácia impediu que se ouvisse, com excepção daqueles que estavam muito perto dele. Mas ele persistiu na sua e continuou a ler até ao fim.

A única resposta que estes dois bravos filhos da revolução receberam foi a resolução de Zinoviev, exigindo a total e imediata rendição de Cronstadt, sob pena de exterminação. Ela foi votada à pressa, num pandemónio de confusão e as vozes da oposição foram abafadas. O silêncio face à ameaça dum massacre iminente era, porém, intolerável. Eu tinha de me fazer ouvir. Não a estes obcecados, que abafariam a minha voz, como o tinham feito com os outros. Eu daria a conhecer a minha posição nessa noite por um relatório dirigido ao poder supremo da Defesa soviética.

Assim que ficámos sós falei com Sacha neste assunto e fiquei contente por saber que o meu velho amigo tivera a mesma ideia. Ele sugeria que a nossa carta devia ser um protesto comum e relacionar-se unicamente com a resolução assassina adoptada pelo soviete de Petrogrado. Dois companheiros que se encontravam connosco nesta reunião partilhavam o nosso ponto de vista e ofereciam-se para assinar connosco o apelo às autoridades. Eu não tinha muita esperança que a nossa mensagem exercesse qualquer influência mediadora ou que fosse um qualquer travão às medidas decretadas contra os marinheiros. Mas estava decidida a marcar a minha atitude de maneira a ter um testemunho no futuro, provando que não ficara muda face à traição mais sinistra da revolução pelo Partido Comunista.

Às duas horas da manhã Sacha telefonava a Zinoviev para lhe dizer que tinha algo de importante a comunicar-lhe em relação a Cronstadt. Talvez Zinoviev acreditasse que seria algo que ajudasse a conspiração contra Cronstadt; doutro modo não se incomodaria em nos despachar a senhora Ravich àquela hora da noite, 10 minutos depois de Sacha lhe ter telefonado. Era pessoa da máxima confiança, dizia a nota de Zinoviev, e podíamos confiar-lhe a mensagem. Nós demos-lhe o comunicado que se segue:

Ao soviete dos sindicatos e da defesa de Petrograd. Presidente Zinoviev: Ficar em silêncio tornou-se impossível: até seria criminoso! Os recentes acontecimentos levam-nos, a nós anarquistas, a falar e a definir a nossa posição diante da situação actual. O espírito de efervescência e de descontentamento que se manifesta entre os trabalhadores e os marinheiros é o resultado de causas que exigem a nossa séria atenção. O frio e a fome produziram o descontentamento e a ausência de liberdade de discussão e de crítica forçam os trabalhadores e os marinheiros a expor publicamente as suas queixas. Bandos de guardas brancos desejam, e podem tentar, explorar este descontentamento no interesse da sua própria classe. Escondidos por trás dos trabalhadores e marinheiros, lançam slogans, reclamando a assembleia constituinte, o comércio livre e reivindicações similares. Nós, os anarquistas, denunciámos desde há muito tempo já o erro destes slogans e declaramos diante do mundo inteiro que iremos combater, de armas na mão, contra qualquer tentativa contra-revolucionária, em cooperação com todos os amigos da revolução socialista e de mão na mão com os bolchevistas. No que diz respeito ao conflito entre o governo soviético e os trabalhadores e marinheiros, pensamos que deve ser regulamentado, não pela força das armas, mas pelos meios de camaradagem, através dum acordo revolucionário e fraternal. A decisão de verter sangue, tomada pelo governo soviético, não tranquilizará os trabalhadores na

situação actual. Pelo contrário, servirá somente para agravar as coisas e reforçar o jogo das potências externas e da contra-revolução no interior. Mais grave: o uso da força pelo governo dos trabalhadores e camponeses contra operários e marinheiros terá um efeito arrasador no movimento revolucionário internacional e fará o maior dano à revolução socialista. Camaradas bolchevistas, reflecti antes que seja demasiado tarde! Não brinqueis com o fogo: vós estais em vias de dar um passo decisivo e muito grave. Nós vos submetemos pois a seguinte proposição: permiti a eleição de uma comissão, composta por cinco pessoas, compreendendo dois anarquistas. Esta comissão dirigir-se-á a Cronstadt para resolver o conflito por meios pacíficos. Na presente situação, é o método mais indicado. Será de uma importância revolucionária internacional.

Petrogrado, 5-3-1921

A. Berkman, Emma G., e duas outras assinaturas

A prova de que o nosso apelo só encontrava ouvidos moucos foi-nos dada no mesmo dia, à chegada de Trotsky, pelo seu ultimato a Cronstadt. Por ordem do governo dos operários e camponeses, ele declarou aos marinheiros e aos soldados de Cronstadt que ia “atirar como a faisões” sobre todos aqueles que tinham ousado “levantar a mão contra a pátria socialista”. Dava-se ordem aos navios e às equipas em rebelião para se renderem imediatamente às ordens do governo soviético, sob pena de serem aniquilados pelas armas. Só os que se rendessem sem condições poderiam contar com alguma misericórdia da república soviética.

O bombardeamento de Cronstadt durou sem parar 10 dias e 10 noites. Na manhã de 17 de Março foi suspenso abruptamente. O silêncio que cobriu Petrogrado era mais de temer que os tiros incessantes da noite anterior. A agonia da espera tomou-nos a todos. Era impossível saber o que se passara e porque razão o bombardeamento fora suspenso bruscamente. Ao cair da tarde a tensão deu lugar a um terror calado. Cronstadt fora submetida. Dezenas de milhares de homens assassinados, a cidade afogada em sangue. O rio Neva, cujo gelo fora quebrado pela artilharia pesada, tornou-se a tumba dos atacantes. Os heróicos marinheiros e soldados defenderam até à última gota de sangue as suas posições. Os que não tiveram a sorte de morrer em combate foram presos pelo inimigo para serem fuzilados ou torturados nas regiões geladas do Norte da Rússia.

Nós estávamos arrepiados. Sacha, tendo perdido o último fio de esperança nos bolchevistas, errava perdido nas ruas. Eu sentia chumbo nos membros, uma insuportável fadiga em cada nervo. Sentada, inerte, olhava a noite. Na manhã seguinte, 18 de Março, ainda meio sonolenta depois de 17 dias de angústia e espera, fui acordada pelo barulho de numerosos passos. Os bolchevistas passavam na rua, marchando ao som de compassos militares e cantando a Internacional. Estas notas outrora tão jubilosas aos meus ouvidos soavam agora como um canto fúnebre às esperanças ardentes da humanidade. 18 de Março: aniversário da Comuna de Paris de 1871 esmagada dois meses depois por Thiers e Gallifet, os carneiros de 30 000 municipalistas! Imitados em Cronstadt em 18 de Março de 1921!

in *Living my life*, 1931

Marinheiro de Cronstadt
em Março de 1921



Os bolchevistas são simplesmente marxistas que ficaram honestamente marxistas, ao invés dos seus mestres, os Guesde, os Plekanov, os Hyndam, os Sheidemann, os Noske, etc., que tiveram o fim sabido. Respeitamos a sua sinceridade, admiramos a sua energia, mas como nunca estivemos de acordo com eles no terreno teórico não podemos solidarizar-nos com eles quando passam da teoria à prática.

A ditadura do proletariado é na realidade a ditadura dum partido, melhor, da elite dum partido, e é com toda a propriedade uma verdadeira ditadura, com os seus decretos, as suas sanções penais, os seus agentes executivos e sobretudo a sua força armada, que serve hoje “também” para defender a revolução dos seus inimigos exteriores, mas servirá amanhã para impor aos trabalhadores a vontade dos ditadores, bloquear a revolução, consolidar os novos interesses que se vão constituindo e defender contra a maioria uma nova classe privilegiada.

Também o general Bonaparte defendeu a Revolução Francesa contra a reacção europeia mas, defendendo-a, assassinou-a. Lenine, Trotsky e os seus companheiros são seguramente, do ponto de vista do seu entendimento particular da revolução, revolucionários sinceros e não traidores. Mas estão a preparar os quadros governativos que servirão àqueles que virão depois para se aproveitar da revolução e matá-la. Serão eles as primeiras vítimas do seu método e com eles se enterrará a revolução. É a história que se mima a si própria. *Mutatis mutandis*, é a ditadura de Robespierre que leva Robespierre à guilhotina e prepara o caminho para a chegada de Napoleão.

MALATESTA, 1919

Vivemos neste momento na Rússia o que a França viveu durante a revolução jacobina, de Setembro de 1792 a Julho de 1794, com o acréscimo de haver na Rússia uma revolução social que procura o seu caminho. O método ditatorial dos Jacobinos foi errado. Um tal método não podia criar uma organização estável e tinha de dar lugar à reacção. Todavia, os Jacobinos realizaram em Junho de 1793 a abolição dos direitos feudais iniciada em 1789 e que nem a Constituinte nem a Legislativa quiseram continuar. Proclamaram ainda a igualdade política de todos os cidadãos. Duas gigantescas mudanças fundamentais que ao longo do século XIX se impuseram em toda a Europa. Um facto análogo está a acontecer na Rússia. Os bolchevistas esforçam-se por introduzir, através duma facção do partido social-democrata, a socialização do solo, da indústria e do comércio. Esta mudança que eles tentam a todo o custo introduzir é o princípio fundamental do socialismo. Infelizmente, o método usado para impor, num Estado fortemente centralizado, um comunismo que lembra o de Babeuf, paralisando todo o trabalho construtivo da base, este método torna qualquer sucesso absolutamente impossível. O advento duma formidável e devastadora reacção não se fará esperar.

KROPOTKINE, 1919

PARA ENTENDER LO OCURRIDO ENTRE 1917 Y 1921

CARLOS TAIBO

1. Lo sucedido en octubre de 1917 está cargado de equívocos. Ya he señalado que, aunque mayormente un golpe de Estado, este último se levantó sobre un alud que remitía, con toda evidencia, a una genuina revolución social que, más adelante, y con sus secuelas, la propia construcción bolchevique se encargó de aniquilar. El innegable talento táctico de Lenin sirvió para ocultar que los bolcheviques a duras penas disponían en 1917 de un programa de transformación. Tal y como lo sugiere Rabinowitch, de la noche a la mañana dejaron de ser rebeldes para convertirse en gobernantes. Y en esa mutación quedó atrás algo en lo que creían buena parte de quienes apoyaron la revolución de Octubre, incluidos muchos bolcheviques: el deseo de instaurar una democracia socialista plural e igualitaria.

Lo que cobró cuerpo no fue, al cabo, una revolución *anticapitalista*, sino, antes bien, y no sin paradoja, una revolución al servicio, bien que a través de un camino alambicado, del capital. Dejemos hablar a Baynac: “Condenados a desempeñar el papel histórico de la burguesía, a crear proletariado e industria en un país profundamente atrasado, [los bolcheviques] no podían triunfar sino a condición de acentuar todavía más lo que les había colocado en aquella situación: su escaso gusto por la democracia”. El resultado final de esa operación fue un sistema extraño que no era ni el capitalismo liberal occidental ni el socialismo que habían concebido, en el XIX, muchos pensadores. A su amparo se hacía valer una abstrusa combinación de elementos capitalistas: el trabajo asalariado, la mercancía, la idolatría del desarrollo de las fuerzas productivas, la jerarquía, las separaciones, de lo que en buena medida eran herencias del pasado en la forma ante todo de hábitos y estructuras de poder, de los singularísimos efectos derivados del origen fundamentalmente *político* de la nueva clase dirigente y, en fin, de una retórica socialista que servía de pátina externa llamada a ocultar todo lo anterior.

Importa sobremanera subrayar que el sistema resultante de la revolución de 1917 poca o ninguna relación guardaba con el socialismo. Castoriadis entiende que en este último tienen que hacerse valer, inexorablemente, cuatro elementos: la abolición de la propiedad privada, la planificación, la desaparición de la explotación y la dirección de la producción por los productores. Si los dos últimos faltaron visiblemente, cabe discutir el rigor de la presencia de los dos primeros. Mientras la abolición, formal, de la propiedad privada de los medios de producción a duras penas acertaba a ocultar la supeditación de éstos a los intereses de la burocracia, el carácter centralizado, de nuevo al servicio de la burocracia, de la planificación alejaba ésta de una perspectiva genuinamente socialista.

No se trata enténdase bien de negar buena fe y saludables intenciones a los dirigentes bolcheviques que, con toda evidencia, querían hacer una revolución. “La mayor parte [de los comunistas] me parecen hombres sinceros y trabajadores, fieles a su causa hasta el punto de sacrificarse por ella”, escribió Alexander Berkman. Lo que se trata es de subrayar que las condiciones propias del escenario y entre ellas las vinculadas con el *atraso* del país y con las agresiones externas por éste padecidas-, por un lado, y la naturaleza de las decisiones asumidas por el poder bolchevique, por el otro, condujeron por derroteros poco afortunados lo que en principio se antojaba una prometedora revolución social. Curioso es que, en este marco, muchos de los partidarios de la revolución de Octubre entiendan que ésta fue *radicalmente revolucionaria*, como si no sobrasen los motivos para concluir que se saldó en una activa suavización, y a la postre en una cancelación, de esa revolución social de la que acabo de hablar.

2. Rescatemos el vigor de dos elementos que acaban de cruzarse en nuestro camino. El primero es el peso de las agresiones exteriores padecidas por el naciente Estado bolchevique y traducidas, ante todo, en una activa intervención foránea en la guerra civil librada a partir de 1918. A esa intervención se habían sumado los efectos por un lado un estímulo para el proceso revolucionario, por el otro un obstáculo en su camino- de la guerra mundial librada en los años anteriores. El segundo elemento es la influencia que ejercieron muchos de los rasgos propios del pasado del país en que la revolución de Octubre adquirió

carta de naturaleza. A menudo damos por descontado que el régimen naciente era en esencia nuevo, cuando la condición de muchos de sus elementos articuladores sólo podía explicarse en virtud de un pasado indeleblemente marcado, por ejemplo, por la presencia, durante siglos, de una suerte de original burocracia autóctona, por la debilidad de un capitalismo de introducción relativamente reciente o por el ascendiente de una lógica imperial que en buena medida fue recuperada por Lenin y sus sucesores. No voy a repetir aquí los argumentos que ya he vertido en el capítulo quinto con la voluntad de discutir el buen sentido de una tesis que ha venido a justificar muchos de los términos de las políticas abrazadas por los bolcheviques a partir de 1917. Me refiero a aquella que subraya que esas políticas, que en su caso se admite pudieron ser poco afortunadas, obedecían al razonable y expreso propósito de salvaguardar una revolución que de lo contrario se habría ido a pique. Me limitaré a recalcar que es más que dudoso que las políticas en cuestión fuesen las idóneas si el objetivo mayor era, en efecto, ése, no sin agregar que al cabo dieron alas a una paradoja sobre la que volveré: para defender la revolución se asumieron medidas que, como las estudiadas en detalle en los capítulos cuarto y quinto de esta obra, paradójicamente acabaron con la propia revolución.

Más allá de lo anterior, quiero recordar al lector que por detrás de estas disputas hay otras que se refieren a los vínculos apenas estudiados en este libro entre Marx y Lenin, por un lado, y entre Trotski y Stalin, por el otro. Sin ningún deseo de abordar una discusión en regla sobre esos vínculos, me contentaré en este caso con formular dos observaciones que alguna relación guardan con tales disputas. La primera me obliga a subrayar, una vez más, que el formidable talento táctico de Lenin contrastaba poderosamente con su escaso talento estratégico, y que es legítimo afirmar que esta última carencia algo tenía que ver con una lectura muy polémica y sesgada de la obra de Marx. Añadiré, en segundo término, que la consideración de la conducta de Trotski en los años objeto de atención en este libro invita a concluir que los flujos autoritarios que permitieron encumbrar a Stalin fueron desarrollados, en buena medida, por el propio Trotski (y por otros, claro). Mientras apostaba por la cancelación de la autonomía de soviets y comités de fábrica, y se inclinaba por instaurar fórmulas de inquietante militarización del trabajo, en esos años Trotski no dudó en guardar silencio ante las demandas de las oposiciones que se revelaban dentro y fuera del partido bolchevique. Lo importante, al parecer, no era lo que se hacía, sino quién lo hacía...

3. Vuelvo sobre un argumento que me acaba de interesar: el que sugiere que, llevados del loable deseo de preservar la revolución, los bolcheviques asumieron medidas que dieron al traste con lo que cabía entender que debía ser esta última. No sólo eso: si nos guiamos por la interpretación de Emma Goldman, pasaron a liderar una lamentable operación contrarrevolucionaria: “Tenía ante mí el Estado bolchevique, formidable, empeñado como estaba en aplastar cualquier esfuerzo de construcción revolucionaria, suprimiendo, aniquilando la base y desintegrándolo todo”. Por detrás de las palabras de Goldman es sencillo adivinar lo que del lado bolchevique se antojaba un dramático desprecio de la capacidad creadora, y del compromiso revolucionario, de obreros y campesinos, bien retratado por Aleksandra Kolontái: “Tememos la espontaneidad de las masas. Tenemos miedo de darle a las masas margen libre para su genio creador. Tememos la crítica. Ya no tenemos confianza en las masas. Aquí está la causa de nuestra burocratización. La iniciativa se ve achicada y el deseo de actuar muere”. Ya he señalado que, a mi entender, si los bolcheviques recelaban, y con toda evidencia lo hacían, de las masas a las que querían liberar, hay que preguntarse por el sentido de fondo de su apuesta. ¿Qué tipo de revolución socialista era ésa? ¿Qué construcción del comunismo era imaginable en esas condiciones? El trasunto de estas dos preguntas es tanto más inquietante cuanto que, cuando las masas en cuestión decidieron mostrar su creatividad y su autonomía, fueron visiblemente reprimidas por el poder bolchevique.

Dauvé y Martin han tenido a bien subrayar que Lenin consideraba, ciertamente, que era imaginable que la revolución fracasase. En la percepción del dirigente bolchevique, sin embargo, semejante fracaso sólo podía llegar de la mano de una victoria de los partidarios de la “pequeña producción”. En su horizonte mental no cabía, en otras palabras, la posibilidad de que el desastre se impusiese de resultas “de la formación de una sociedad en la que las relaciones de producción serían capitalistas, pero en la que los miembros de la clase dominante poseerían los medios de producción, no a título privado, sino a título colectivo”. Me limitaré a señalar que cuando se parte de la certeza de que sólo hay dos grupos

enfrentados -la burguesía y el proletariado- y se certifica que el primero ha desaparecido del escenario, es demasiado simple concluir, con Lenin, que el segundo ha impuesto, sin más, su “dictadura”. Los mismos autores que acabo de citar sostienen que 1923 fue un año decisivo, en la medida en que marcó un momento de no retorno. Entonces se hizo evidente que los trabajadores no estaban en disposición de desplegar, en los hechos, un proyecto alternativo al de los bolcheviques, de tal suerte que al cabo, y paulatinamente, hubieron de acatar una progresiva integración en el sistema correspondiente. Pero fue el año, también, en que se desvanecieron las últimas ilusiones en lo que se refiere a la perspectiva de una revolución mundial que acudiese en socorro del proceso en la naciente Unión Soviética. Y el año en el que quedó claro que, si la revolución había derrotado, en efecto, a sus enemigos externos, no estaba en condiciones de hacer lo propio con los internos. El peso y la naturaleza de estos últimos aconsejaban recelar, sin embargo, de que fuesen, sin más, una consecuencia insorteable de condiciones objetivas mil veces invocadas y nunca claramente determinadas.

Un poco antes, a principios de 1921, y tal y como lo señala Serge, la revuelta de Kronshtadt había puesto sobre la mesa muchas cuestiones importantes: las relaciones entre el partido bolchevique y las masas a las que decía representar, el régimen interno articulado en el propio partido, la ética socialista, la humanidad en la lucha de clases y, en particular, la humanidad “en la lucha en el seno de nuestras clases”. “Puso a prueba, en fin, nuestra capacidad de autocrítica”, apostilló el propio Serge. No está claro, en este orden de cosas, cuáles fueron las últimas palabras de Kropotkin. Según una versión de los hechos que difundió, al parecer, Emma Goldman, quien conviene recordar no fue testigo presencial del óbito, el maestro habría formulado una pregunta: “¿Por qué la revolución no tiene un lado noble?”. Serge, a quien acabo de citar, aseveró que la revolución hubiera sido más fuerte y clara si quienes se hallaban en su cabeza se hubiesen comportado de manera humanitaria con los vencidos. Las cosas como fueron, muchas de las perspectivas que los bolcheviques entendían que eran de sentido común — así, las relativas a la jerarquía y a las separaciones — lo eran por cuanto el capital, o el poder, las había instituido como tales.

4. Infelizmente, y vistas las cosas en perspectiva, no hay que dar crédito alguno a la idea, tan cara a los dirigentes bolcheviques, de que muchas de las medidas adoptadas entre 1917 y 1921 tenían un carácter provisional y se vinculaban con un escenario calamitoso. Fueron numerosos, también, los opositores al régimen que estimaron que los rigores de este último desaparecerían pronto. Con toda evidencia no fue así. Todas, o casi todas, esas medidas se mantuvieron, antes bien, sobre el terreno y preservaron su ascendiente durante muchas décadas. Y al respecto hay que recordar, una vez más, que no conviene dejarse llevar por la intuición de que su fundamento era, en efecto, el designio de hacer frente a problemas tan extraordinarios como coyunturales: hundían sus raíces, por el contrario, en la propia cosmovisión bolchevique, y ello desde antes de 1917. No sé si tiene sentido discutir en qué grado Lenin era moderadamente consciente de ello. Lo que parece evidente es que nada, o muy poco, hizo para frenar el despliegue de fórmulas que prefiguraban la burocratización indeleble del sistema naciente.

Los bolcheviques sentaron un pésimo precedente, tanto más cuanto que su conducta condujo a algunos a acotar las enseñanzas correspondientes en forma de leyes de obligada satisfacción, en forma de reglas de conducta asentadas e insoslayables, sin ninguna discusión crítica al respecto. Sobre este riesgo había llamado la atención Rosa Luxemburg: “El peligro comienza cuando, bajo la presión de la necesidad, [los bolcheviques] cristalizan en teorizaciones las tácticas a que les han obligado aquellas mismas fatales condiciones (...); de este modo rinden un flaco servicio al socialismo internacional, (...) intentando introducir en su acervo doctrinal todos los errores cometidos en Rusia bajo presión de la necesidad”.

Recordemos, en particular, que de manera casi coetánea con la revuelta de Kronshtadt, Lenin tomó la decisión, que sobre el papel debía tener, una vez más, un carácter provisional, de disolver todas las facciones existentes en el partido bolchevique, con el agregado de que el Comité Central de éste debía “hacer reinar la disciplina estricta en el interior del partido y en toda la actividad de los soviets, para alcanzar el máximo de unidad”. Tiene gracia que el carácter “provisional” de estas medidas se vinculase entonces con el compromiso de que serían retiradas en el momento en el que la revolución triunfase en Europa, la URSS dejase de estar aislada y perdurase la NEP... A tono con ese compromiso, y como bien lo subraya Marie, las facciones estuvieron proscritas en el partido durante casi setenta años... Los mismos que han permitido que muchos “comunistas ortodoxos” permítaseme eludir consideraciones sobre lo que significa esta expresión , tras tirar por la borda, en su práctica cotidiana, el legado de Lenin en

provecho de proyectos vergonzantemente socialdemócratas, sigan repitiendo, sin embargo, las monsergas y las admoniciones del dirigente bolchevique.

5. En varias oportunidades a lo largo de este libro me he hecho eco de una queja muy común entre los libertarios rusos: la que apuntaba la desgraciada ausencia de una organización común que permitiese multiplicar los esfuerzos de aquéllos y resistir con mayor decoro las acometidas de sus rivales. La discusión al respecto permanece abierta aún hoy. Si, por un lado, hay quienes ratifican el buen sentido del diagnóstico, por el otro hay quienes estiman que una organización *paraguas* era literalmente inviable, y por ello indeseable, en un escenario en el que el riesgo de burocratización, y de integración en unas u otras instituciones, resultaba ser muy fuerte. A esta disputa se sumó, si así se quiere, otra: la que nacía del recordatorio de las divisiones, a menudo agudas, que separaban a anarcocomunistas y anarcosindicalistas. Dejo para otro momento la glosa de la manifiesta actualidad a mi entender de muchos de los postulados anarcocomunistas y de la necesidad de preservar, pese a ello, muchos de los elementos del anarcosindicalismo.

Es verdad que entre 1917 y 1921 los anarquistas, aunque influyentes, no dejaron de ser una minoría, y que hay motivos suficientes para concluir que no eran mayoría los trabajadores que compartían, o al menos que compartían en su integridad, sus propuestas. Parece fuera de discusión, eso sí, que el grueso de los trabajadores creían en una dirección obrera de las fábricas y que en muchos casos apostaron por la desaparición de sus viejos propietarios. Pero, si a duras penas cabe afirmar que los trabajadores simpatizaban con el proyecto bolchevique de estatalización, burocracia y represión, tampoco hay motivo para aseverar que peleaban con denuedo por una federación de soviets o de comités de fábrica, por el despliegue de comunas anarquizantes o por la propia destrucción del Estado. El reconocimiento de que esto era así se debe ver acompañado, con todo, por la certificación de que las políticas desplegadas por los bolcheviques una genuina contrarrevolución, repitámoslo cercenaron manifiestamente la posibilidad de que muchos trabajadores fueran más allá en su designio de construir, autónomamente, una sociedad nueva articulada desde abajo, desde la autogestión, desde la acción directa y desde el apoyo mutuo.

Importa subrayar que en la trastienda se revelaba un debate importante muchas veces proscrito: el que parte de la posición de quienes alentaban la firme convicción de que el socialismo o el comunismo no pueden remitir a lo mismo que había antes, en el capitalismo, bien que gestionado, ahora, por los trabajadores. “Si se concibe el socialismo sólo a partir del punto de vista de la gestión, se desemboca en un sistema en el que subsisten todas las características esenciales del capitalismo, en el que el salario, la ley del valor, el cambio, continúan desempeñando el mismo papel que antes, con la única diferencia de que todo el sistema es controlado por los obreros. El salario no es abolido: los asalariados se han convertido simplemente en asalariados de los asalariados. La destrucción del capitalismo no debe ser enfocada sólo desde el punto de vista de la gestión, sino a partir de la necesidad/posibilidad del aniquilamiento del cambio, de la mercancía, de la ley del valor, del salario”, en palabras de Dauvé y Martín. En un terreno parecido, es obligado preguntarse si es razonable imaginar que un sistema socialista, o comunista, puede mantener, sin más, las mismas actividades económicas que su antecesor capitalista. Salta a la vista que no debe ser así, y que también será preciso revisar, y radicalmente, la condición de los bienes que se producen y de los servicios que se prestan.

Jacques Camatte señaló que Bordiga comparó la historia humana con “un inmenso río bordeado por dos diques: a la derecha el de la conservación social, sobre el que van en procesión, canturreando salmos, los curas y los policías, así como los pregoneros de las mentiras oficiales de clase, y a la izquierda el del reformismo, sobre el que se pavonean los hombres dedicados al pueblo, los menesterosos del oportunismo, los progresistas. Las dos bandas se increpan, pero en definitiva están de acuerdo en que el río permanezca en su lecho. Pero el inmenso río de la historia humana tiene también sus crecidas, salta bruscamente por encima de los diques, ahogando las bandas miserables en la ola impetuosa e irresistible de la revolución, que arrasa las formas antiguas y da un nuevo rostro a la sociedad”. Peleemos para que Bordiga siga teniendo razón.

[in *Anarquismo y revolución en Rusia (1917-1921)*,
Los Libros de la Catarata, Madrid, 2017]

CRONOLOGIA

1861: Abolición de la servidumbre.

1868: Se publica la revista *Naródnoye Deló*.

1874: Surge el movimiento populista *Jozhdéniye v Narod*.

1876: Muerte de Bakunin.

1878: Se publica la revista *Obshina*.

1879: Ve la luz el movimiento populista *Chiorni Peredel*.

1881: Asesinato del zar Alejandro II.

1901: Surge el Partido Socialista Revolucionario.

1903: Kropotkin funda en Ginebra la revista *Jleb i Volia*. Se crea el grupo *Chórnoye Známiya*.

1905: Revolución en Rusia. Surgen los primeros soviets.

1906: Fuerte represión sobre el movimiento libertario.

[**1910:** muerte de León Tolstói]

1911: Se funda en Nueva York la revista *Golos Trudá*.

1914: Estalla la primera guerra mundial. Controversia entre defensistas e internacionalistas.

1917: Febrero. Comienzo de la revuelta en Petrogrado. Revolución de Febrero. El zar abdica. Se configura un Gobierno Provisional. **Marzo.** El soviets de Petrogrado y la Duma asumen una estructura de doble poder. **Abril.** Lenin, que difunde sus *Tesis de abril*, denuncia el acuerdo del soviets con la Duma. Una nueva ley define los cometidos de los comités de fábrica. **Agosto.** Congreso parruso de cooperativas. *Golos Trudá* pasa a publicarse en Petrogrado. Intento fallido de golpe asestado por Kornílov. **Octubre.** Revolución encabezada por los bolcheviques. Cae el Gobierno Provisional. Surge el Consejo de Comisarios del Pueblo. Decreto sobre la tierra. **Noviembre.** Decreto sobre control obrero. Elecciones a la Asamblea Constituyente; se imponen los socialistas revolucionarios. **Diciembre.** Creación del Consejo Económico Supremo. Creación de la *Cheká*. Nacionalización de los bancos.

1918: Enero. Disolución de la Asamblea Constituyente. **Febrero.** Se publica *El Estado y la revolución*, de Lenin. **Marzo.** Firma del tratado de Brest-Litovsk. Los eseristas de izquierda abandonan el Consejo de Comisarios del Pueblo. La capital se traslada de Petrogrado a Moscú. El partido bolchevique pasa a llamarse partido comunista. Inicio, según una categorización, de la guerra civil. **Abril.** Represión contra los centros anarquistas en Petrogrado y Moscú. **Junio.** Se introduce el comunismo de guerra. Se restaura la pena de muerte. **Julio.** Se aprueba la Constitución de la República Soviética de Rusia. **Agosto.** Primera conferencia de anarcosindicalistas. Intento de asesinato de Lenin por una militante socialista revolucionaria. Se sientan los cimientos de la *majnóvshina*.

1919: Abril. Primer congreso de Nabat. **Septiembre.** Majnó derrota a las tropas del general blanco Denikin. Bombardeo anarquista del cuartel general del partido bolchevique en Moscú.

1921: Febrero. Muerte de Kropotkin. **Marzo.** Revuelta de Kronshtadt. Desaparecen los requisamientos a los campesinos. Se sientan las bases de la NEP. **Agosto.** Últimos coletazos de la *majnóvshina*.

1922: Enero. Expulsión de un grupo de anarquistas connotados.

CONVERSA COM CARLOS TAIBO

Carlos Taibo (n. 1956) é um sociólogo e activista ligado ao movimento libertário espanhol. Com vasta obra, o seu pensamento singulariza-se em cruzar a tradição libertária — apoio mútuo, autogestão, federalismo — com a ideia de decrescimento (Sérgio Latouche). Acabou agora de publicar *Anarquismo y revolución en Rusia [1917-1921]* (Los Libros de la Catarata, Madrid, 2017, 288 pp.), um largo estudo em oito capítulos em que se abordam os tópicos libertários da revolução russa — a oposição conselheira bolchevique, as diversas correntes do anarquismo russo, a comuna rural, a participação libertária nos soviets, a aberração produtivista, a revolta de Cronstadt, a guerrilha camponesa na Ucrânia e a figura de Nestor Makno. Nas páginas anteriores demos a conhecer a sua conclusão (e a cronologia final). Mantivemos com ele uma conversa sobre o livro e as questões mais escaldantes da revolução.

Publicaste um livro sobre a convulsão social russa de 1917. Falamos do teu livro e das motivações que te levaram a escrevê-lo.

No livro juntam-se duas linhas de trabalho às que dediquei muita atenção nas últimas décadas: o estudo do mundo russo-soviético e o interesse pelos movimentos emancipatórios de natureza libertária. Além disso, achei que era preciso desenvolver uma leitura do sucedido em 1917 diferente das que oferecem a vulgata liberal e a leninista, e lembrar as muitas pessoas que lutaram pela autogestão, a acção directa e o apoio mútuo.

Kropotkine regressou na Primavera de 1917 à Rússia depois de muitos anos de exílio e aí se manteve até ao seu falecimento em Janeiro de 1921. Quais as suas relações com a revolução?

As relações de Kropotkine com o mundo libertário russo foram comumente tensas, em parte pelas discrepâncias que mantinha com o anarco-sindicalismo, e em parte pela sua posição em relação à guerra mundial. Do meu ponto de vista, Kropotkine percebeu com claridade a deriva do projecto bolchevique e mostrou-se cada vez mais afastado do horizonte duma colaboração com as novas autoridades. Na etapa final desses anos o mestre foi uma espécie de Tolstoi que, canonizado, acolhia dissidentes e perseguidos.

O anarquismo na Rússia granjeou no final do século XIX um prestígio que lhe vinha de figuras tão marcantes como Bakunine, Kropotkine e Tolstoi. O movimento libertário que saiu dos levantamentos de 1917 parece pois ter ganho vitalidade própria, com episódios, factos e figuras marcantes, que duram pelo menos até à morte de Kropotkine. Do teu ponto de vista quais as suas particularidades mais óbvias e os seus avanços naquele contexto social promissor?

O mérito principal foi a capacidade de desenvolver movimentos amplos que, não sendo estritamente anarquistas, assumiram na sua prática real as propostas correspondentes. Estou a pensar, para resgatar vários exemplos, no sucedido no seio de soviets e comités de fábrica, na revolta de Cronstadt e na guerrilha camponesa que associamos ao nome de Nestor Makno. Em sentido diferente, é certo que os anarquistas russos não foram capazes de enfrentar as divisões internas por exemplo entre anarco-comunistas e anarco-sindicalistas

e não conseguiram construir uma organização comum. Mesmo assim, ofereceram um muito interessante projecto alternativo que infelizmente foi reprimido com dureza por um poder bolchevique cada dia mais autoritário, hierarquizado e afastado dos interesses dos trabalhadores.

Como vêes Pedro Archinov, o autor da História do movimento maknovista (1928) e que ensaiou uma síntese entre bolchevismo e anarquismo?

Não vejo que esse fosse o projecto de Archinov, uma figura a quem devemos boa parte do nosso conhecimento relativo à maknovshina. Sem a sua *História do movimento maknovista* a memória correspondente ter-se-ia perdido. Porém, esse texto tem, tal como *A revolução desconhecida* de Voline, uma visível dimensão hagiográfica. Está perto de mais dos acontecimentos para podermos acreditar em todas as suas dimensões.

O Lenine que escreve O Estado e a revolução no Verão de 1917, antes da tomada do poder de Outubro/Novembro, e que encara o Estado como um aparelho repressor ao serviço da dominação e da exploração, reclamando a passagem do poder aos conselhos, não parece o mesmo que poucos meses depois dirige toda a sua estratégia para a monopolização do poder de Estado a favor dum partido único. Que mudou?

As posições de Lenine entre Abril e Outubro de 1917 foram conjunturais e interessadas. Respondiam ao propósito de evitar um afastamento perigoso do partido bolchevique em relação ao impulso social libertário que se manifestava nas fábricas e nas frentes de combate. A partir de Outubro a posição de Lenine mudou em proveito de critérios mais tradicionais estatistas, dirigistas e visivelmente críticos da democracia de base e da autogestão.

A tomada do Palácio de Inverno em Petrogrado e do Kremlin em Moscovo em Novembro de 1917 (calendário russo) foram para ti um golpe de Estado ou uma revolução social?

Foi em essência um golpe de Estado, embora erguido sobre o impulso duma revolução social que reclamava o desenvolvimento de muitas medidas que estavam no programa bolchevique. Certo é, em paralelo, que se tratou dum golpe de Estado num cenário marcado pela inexistência do próprio Estado.

As revoluções russas de 1917 parecem pertencer a um ciclo de convulsões sociais que tiveram o seu epílogo na revolução social espanhola de 1936. Que podemos hoje tirar de útil para o futuro imediato de acontecimentos que tiveram lugar há cem anos e que não mais se voltarão a repetir segundo as fórmulas do passado?

A lição principal, do meu ponto de vista, é que temos a obrigação de procurar aproximação às muitas pessoas que, anarquistas ou não, praticam a autogestão, e estão conscientes, do risco de um colapso geral do sistema. Mas se calhar estamos a assistir, além disso, a uma reaparição, talvez fantasmagórica, de muitos elementos do passado que obriga, por exemplo, a recuperar o sindicalismo de combate que foi desenvolvido pelos nossos companheiros há muitas décadas.

CONTRADIÇÕES E EQUÍVOCOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA

[investigador e professor do SOCIUS/ISEG-ULisboa]

Como modelo ou paradigma do que é convencional denominar-se de revolução social, é sem dúvida alguma sobremaneira personificada pela materialização histórica da grande revolução social, económica, política e cultural iniciada em Outubro de 1917 na Rússia. Não obstante esta positividade linear nem sempre foi isenta de grandes contradições, conflitos, equívocos e perversões no espaço-tempo das transformações e realizações que deram um caráter substantivo à referida revolução. Neste sentido, ao longo deste artigo, permito-me analisar as incidências históricas e ideológicas que estiveram na origem e desenvolvimento da revolução russa de 1917 em três dimensões essenciais. 1) a estruturação histórica dos pressupostos teóricos e práticos do marxismo-leninismo; 2) os imperativos do progresso e da razão da revolução russa conjugados com os processos de industrialização e da urbanização das sociedades; 3) a natureza revolucionária da luta de classes e a sua materialização histórica na construção de sociedades comunistas.

Seja qual for premissa teórica ou prática em que nos possamos situar para analisar qualquer um desses aspetos, subjaz a todo esse processo histórico um conjunto de dicotomias inerentes à civilização judaico-cristã que vão revelar-se estruturantes em vários domínios. Desde logo, emerge a propriedade coletiva dos meios de produção – sendo um baluarte essencial da construção da sociedade comunista é positiva porque permite a socialização da riqueza social, sendo que em contrapartida a propriedade privada dos meios de produção é negativa porque estrutura a exploração do homem pelo homem e sanciona a permanência da desigualdade económica, social, política e cultural. A luta de classes leva-nos para outro patamar das contradições e conflitos entre a burguesia e o proletariado decorrentes de relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem, no qual a extração do lucro e da mais-valia por parte do capitalismo assume uma importância crucial. Uma outra dicotomia clássica está incrustada em modelos de sociedades contrastantes, personificadas pelo materialismo histórico e dialético marxista, sendo que o modelo de sociedades comunistas primava pela perfeição em termos de igualdade, liberdade e fraternidade e, em oposição, a sociedade capitalista baseava-se na negação destes princípios básicos.

Podemos e devemos pensar que estes elementos fundadores do marxismo-leninismo que estiveram na origem da revolução russa devem ser devidamente ponderados e relativizados no que concerne a materialização concreta da revolução russa em Outubro de 1917 e todas as mudanças e transformações económicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que ocorreram até final da década de 1989. Como consequência, interessa-me sobremaneira extrair os ensinamentos que estão na origem da revolução russa de 1917 e, por outro lado, perceber como é que o modelo da transição para o socialismo na perspetiva do marxismo foi, inicialmente, experimentado na Rússia e, posteriormente, testado como modelo socialista soviético em outros países.

Estruturação histórica dos pressupostos teóricos e práticos do Marxismo-Leninismo

Na historicidade precursora da revolução russa de 1917 subsistem elementos de causalidade cruciais de índole teórica, prática e ideológica cuja relevância é impossível menosprezar. Primacialmente, entre eles, destacam-se os pressupostos analíticos de Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Kautsky e Vladimir Ilich Ouliónov, que adotou o pseudónimo de Lenine, nome e auréola pelo qual passou a ser, definitivamente, conhecido. No que se pode considerar como base pragmática e ideológica do marxismo-leninismo, importa salientar os papéis do Partido Operário Social-Democrata da Alemanha, fundado em 1869, e do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, em 1898. Tendo por base uma cisão no interior deste partido em 1903, refira-se também o surgimento histórico da facção dos bolcheviques liderada por Lenine e dos mencheviques liderados por Martov e Plekhanov. Em consonância estreita com a ação de partidos que mais tarde foram criados, importa sobremaneira destacar o papel da Associação internacional dos Trabalhadores

desde 1864 e, posteriormente, criação de sindicatos nos países mais industrializados da Europa ocidental nos finais do século XIX e outros países capitalistas mais desenvolvidos.

Se tivermos presente a persistência de múltiplas contradições e conflitos sociais, económicos, políticos e culturais gerados pelo capitalismo e pelo processo de industrialização e de urbanização nas sociedades padrão em dos meados do século XIX, da leitura que podemos inferir de Karl Marx, nesse período histórico, facilmente, extraímos os elementos contraditórios, conflituantes, antagónicos e de rutura que prenunciam o fim do capitalismo. Foi sempre a partir deste contexto histórico negativo que emergia, naturalmente, a inevitabilidade da luta de classes remetida ao papel de coveiro do capitalismo. Daqui também podemos inferir do valor crucial do trabalho como fator de produção e de reprodução da riqueza social para qualquer sociedade e, por fim, a centralidade que a ditadura do proletariado, o trabalho e a luta de classes assumem enquanto imperativo histórico na construção da sociedade comunista a nível mundial. A essência dessa centralidade causal e de efeitos no que concerne a construção da sociedade comunista é perceptível em várias obras de Karl Marx, com especial incidência, entre outras, em *Os Manuscritos Económicos-Filosóficos* de 1844; passando pelo *Manifesto Comunista*, em 1848; *Luta de Classes em França (1848 a 1850)*, em 1850; *Contribuição à Crítica à Economia Política*, em 1859; *O Capital* (livro I) em 1867; *A Guerra Civil em França*, em 1871, e a *Crítica ao Programa de Gotha*, em 1875. Nestas obras, Karl Marx demonstra, de uma forma inequívoca, os postulados intrínsecos do seu materialismo histórico e dialético, assim como das bases objetivas e subjetivas que enformam qualquer revolução no sentido da transição histórica do capitalismo para o socialismo.

Contrariamente a muitos autores e atores que se posicionam no espectro ideológico da direita, centro e da esquerda clássica, é impossível discernir, historicamente, com a verdade e a exatidão desejada das múltiplas causalidades e efeitos teóricos e práticos provocados pela obra de Karl Marx na revolução russa de 1917. Para além da influência deste autor é imperioso referir a contribuição das análises de Friedrich Engels na publicação de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, em 1845; *As Guerras Camponesas na Alemanha*, em 1850; *Anti-During*, em 1878; *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, em 1884 e, ainda, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, em 1890. A sua capacidade analítica foi deveras importante na publicação de muitos livros com Karl Marx. Entre vários, sublinhe-se: *A Sagrada Família*, em 1844; *A Ideologia Alemã*, em 1846; *O Manifesto Comunista*, em 1848; *As Guerras Camponesas na Alemanha*, em 1850, como ainda foi responsável pela edição de *O Capital* de Karl Marx (volumes II e III). Refira-se que depois da morte de Karl Marx em 1883, Friedrich Engels, até à sua morte em 1895, foi o principal obreiro na transformação da obra de Karl Marx numa doutrina, numa ideologia, num sistema de ideias e práticas políticas, económicas, culturais e sociais que, desde então, convencionou-se chamar ou denominar de marxismo. Na senda lógica deste processo histórico de desenvolvimento do marxismo como teoria e prática de conducente à instauração da sociedade socialista, Karl Kautsky recebe o legado dessa herança logo após a morte de Friedrich Engels em 1895, publicando *A Doutrina Económica de Karl Marx (1887-1903)*; *A Questão Agrária*, em 1889, *A Luta de Classes*, em 1899; *A Revolução Social um dia após A Revolução Social*, em 1903; o *O Capital* (vol. IV) de Karl Marx, em 1905; *Socialismo e Política Colonial*, em 1908; *A Origem do Cristianismo*, em 1908; *Ética e a Conceção Materialista da História*, em 1909; *A Estrada do Poder*, em 1909. Deste panorama inicial na transformação da obra de Karl Marx em marxismo, o que é facto é que, pese embora as dissensões já existentes no seio do marxismo, Karl Kautsky pela sua produção teórica e militância no partido social-democrata alemão era o líder incontestado do marxismo à escala universal, desde finais do século XIX até à eclosão da 1.ª guerra mundial, sendo considerado por muitos o “Papa” dessa ideologia, inclusive por Lenine até ao advento da revolução russa de 1917.

Quer em termos teóricos, quer em termos práticos, é a partir desta base genealógica do marxismo (Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Kautsky) que Lenine estrutura as bases específicas da instauração do marxismo-leninismo no contexto da revolução russa de 1917. Para esse efeito, basta-nos perceber que a militância de Lenine no final da década de 1890 no Partido Social-Democrata Russo (POSDR), criando pouco tempo depois o Partido Bolchevique, em 1902, através de uma cisão no seio do POSDR. Durante o período histórico que precede a revolução russa de 1917, em consonância com a sua militância marxista, importa referir entre outras: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, em 1899; *Que Fazer?*, em 1902; *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, em 1904; *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, em 1905; *As Lições da Revolução*, em 1910; *Três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo*, em 1913; *Marxismo e Revisionismo*, em 1914.

O conteúdo analítico destas últimas obras de Lenine que culminaram com a ocorrência da 1.ª guerra mundial foi, basicamente, elaborado com os ensinamentos das teses defendidas por Karl Kautsky e o Partido social-Democrata Alemão, aquando do seu exílio na Europa, desde princípios do século XX até à eclosão da revolução russa de 1917. Pese embora os níveis do desenvolvimento do capitalismo na Rússia revelarem-se bastante inferiores daqueles que eram visualizáveis na Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos da América, etc., isso não obstou a que a inexistência de condições objetivas e subjetivas para realizar a revolução socialista na Rússia condicionasse os desígnios revolucionários de Lenine e do Partido Bolchevique. Não obstante a situação caótica que se vivia, no que concernia os princípios e práticas revolucionárias, persistia uma total identidade de Lenine e do Partido Bolchevique para com as premissas básicas do marxismo. Desse modo para que se desenvolvesse no seu máximo a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no seio do capitalismo russo, prevalecia a necessidade intrínseca de criar as condições objetivas e subjetivas históricas para instaurar o socialismo nesse país. No fundo havia que criar uma classe social revolucionária que nas circunstâncias só poderia ser protagonizada pelo proletariado. Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas revelava-se essencial, razão pela qual o setor industrial deveria ser potenciado como fator estratégico de criação de riqueza social e do fator de produção trabalho.

Em síntese, no meu entendimento, não obstante a estruturação teórica, prática e ideológica do marxismo-leninismo só tenha ocorrido após o sucesso histórico da revolução russa em 1917, as suas bases essenciais tiveram uma precedência histórica que em termos de causalidades e efeitos tiveram o seu início em Karl Marx e Friedrich Engels, tiveram continuidade em Karl Kautsky e culminaram com Lenine. A consistência analítica dos pressupostos do marxismo-leninismo assenta em três factores determinantes: 1) o papel estratégico do proletariado e da luta de classes na consecução da revolução socialista; 2) a função crucial do progresso e da razão no processo de industrialização de modo a fomentar as contradições e os conflitos conducentes à extinção do capitalismo; 3) finalmente importa referir o trabalho vivo enquanto capital variável produtor de mais-valia, essência de exploração do proletariado por parte do capital, mas também do desenvolvimento da composição orgânica do capital e da queda tendencial da taxa de lucro.

Tendo por base estes pressupostos, facilmente, chegamos à conclusão que só a classe operária ou o proletariado, no sentido revolucionário do termo, podem assumir a condição-função de classe social revolucionária, na medida em só ela pode exercer uma ação coletiva privilegiada no contexto das forças produtivas e das relações sociais produção, ao ponto de assumirem plenamente as contradições e os conflitos que daí emergem no modo de produção capitalista e, por esta via, evoluir no sentido da revolução socialista. A luta de classes nas suas múltiplas facetas permite que o proletariado ganhe a consciência revolucionária de classe social com um papel histórico privilegiado na liderança do movimento social mundial que o transformaria de classe social em si em classe social por si.

No quadro das premissas do materialismo histórico e dialético, as hipóteses históricas de formação de uma classe social revolucionária identificada com os interesses e objetivos de um proletariado consciente e revolucionário, prevalecia sempre a inevitabilidade do capitalismo pautar-se pelo desenvolvimento das forças produtivas, sempre estrangidas aos ditames do progresso e da razão e induzidas pelo estruturante do setor industrial. Os setores da economia reportados ao setor agrícola e ao setor de serviços embora tivessem uma relativa importância para as necessidades de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, não preenchiam as bases objetivas e subjetivas que se identificavam com as necessidades revolucionárias do proletariado. Esta dissintonia entre o proletariado, o campesinato e os trabalhadores de serviço resulta de os primeiros privilegiarem a abolição da propriedade privada dos meios de produção e da extração de mais-valia no processo de produção de riqueza social. Estes aspectos levaram Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Kautsky, e Lenine a privilegiarem uma revolução socialista a nível nacional e mundial, tendo como pressupostos básicos a instauração da ditadura do proletariado e a nacionalização e a socialização dos meios de produção e da riqueza social subsistente em cada país. A polémica e a essência ideológica e analítica encetada por Lenine na obra *O Estado e a Revolução*, em 1918, relativamente à natureza do modelo de transição para o socialismo instaurado pela revolução de 1917 são bastante elucidativas a este respeito.

Nas análises de Karl Marx, o trabalho foi sempre considerado como um elemento vital de produção e de reprodução de qualquer sociedade. No caso específico do modo de produção capitalista, enquanto trabalho vivo, ele assume um papel extremamente relevante, não só porque é o sustentáculo de produção de mais-

valia ou lucro, como enuncia e constringe o capitalismo para a realização de mudanças no processo de trabalho e na organização do trabalho. A diminuição drástica da ação coletiva do trabalho vivo nas fábricas, oficinas e campos, também é enunciadora da crise de morte que atravessa o capitalismo através do desenvolvimento da composição orgânica e das suas leis de acumulação, nomeadamente, com a inevitabilidade da queda tendencial da taxa de lucro para zero e a criação de um exército industrial de reserva, que hoje denominamos por desemprego.

No sentido amplo do termo, quando alguns marxistas puristas radicais procuram dissociar os pressupostos teóricos e práticos das obras de Karl Marx e Friedrich Engels ou até com maior facilidade de Karl Kautsky daquela que foi personificada por Lenine desde finais do século XIX até à revolução de 1917 e lhe deu continuidade desta até à sua morte em 1924, na minha opinião, estão bastante equivocados. Até à 1.ª guerra mundial, Lenine, no exílio, nada mais fez que reproduzir os ensinamentos dos teóricos vivos mais representativos do marxismo, com especial relevo para Karl Kautsky. A guerra mundial veio baralhar as proposições teóricas, práticas e ideológicas da ação revolucionária do proletariado a nível mundial e, como consequência, em todos os partidos como o Partido Bolchevique que eram apologistas da revolução socialista. A situação de pobreza e miséria, desemprego e deserção generalizada no exército russo foram, por outro lado, as causas que vão dar origem à revolução socialista na Rússia. É fundamental ter presente que quando Karl Kautsky é fustigado criticamente por Lenine como renegado do marxismo-leninismo e apologista do imperialismo capitalista, ele foi dos poucos que se apercebeu das perversões burocráticas e despóticas que a construção do socialismo soviético enformava. Neste aspeto a clarividência de Karl Kautsky é muito original, escrevendo para o efeito 4 livros muito importantes, com um grande significado político e ideológico: *A Ditadura do Proletariado* (1918); *Terrorismo e Comunismo* (1919); *A Revolução Social* (1921) e *O Bolchevismo num Impasse* (1930).

Os imperativos do progresso e da razão da revolução de 1917 conjugados com os processos históricos de industrialização e de urbanização das sociedades

Quando ocorre a revolução russa, em Outubro de 1917, estamos em presença de um contínuo de convulsões sociais, económicas, políticas e culturais que tinham sido iniciadas sob batuta do governo moderado de Kerensky, em Fevereiro de 1917. Embora este governo provisório tenha dado início ao desmantelamento do czarismo, no entanto, revelou-se incapaz de controlar a generalização das excrescências e perversões causadas pela 1.ª guerra mundial no capítulo das deserções do aparelho militar e do desemprego subsistente na Rússia. Não se conseguindo eliminar ou condicionar a pobreza e a miséria, o desemprego e a deserção no seio da estrutura militar provocada pela guerra, não admira que os bolcheviques através de um golpe militar se tenham apoderado do Palácio de Inverno e, conseqüentemente, progressivamente do poder de governação do Estado nas suas várias latitudes.

A instauração de um regime político que desde o seu início se auto-denominou de comunista, confrontou-se com três grandes desafios: a) a continuidade ou não no contexto da 1.ª guerra mundial; b) dinamização de uma guerra civil interna contra os exércitos identificados com os privilégios do czar; a nacionalização e a socialização dos meios de produção para manutenção do Partido Bolchevique no poder e, como corolário lógico, da ditadura do proletariado; c) a compatibilização histórica entre desenvolvimento das forças produtivas, relações sociais de produção e formação histórica de um proletariado revolucionário. As contradições e os conflitos gerados pela implementação do socialismo soviético identificado com os princípios e práticas do marxismo-leninismo foram também um dos elementos cruciais que estão na origem da guerra civil, posteriormente conhecido como implementação do comunismo de guerra na Rússia.

Num contexto de emergência histórica de guerra civil interna e de guerra mundial em várias frentes, para o Partido Bolchevique sobreviver enquanto ditadura do proletariado, a urgência estratégica da criação de um Exército Vermelho liderado por Leon Trotsky revelou-se vital para a sobrevivência e manutenção do poder de Estado. Os antagonismos eram tantos e a urgência de eliminar os inimigos internos e externos que a prática do Exército Vermelho não olhava a meios para atingir os seus desígnios, cometendo atrocidades inimagináveis de todo o tipo. Internamente, a guerra foi dirigida contra os exércitos dos *generais* brancos Kornilov, Denikine, Yudenich e Wrangel. Externamente, tornava-se imperioso parar as perversões que levavam à deserção de soldados e marinheiros e, por outro lado, minimizar as consequências de uma guerra que provocava a pobreza, fome e a miséria. Para os bolcheviques foi fulcral estabelecer tréguas na guerra mundial em que a Rússia participava desde 1914. O Tratado de Brest-Litvoski,

em Março de 1918, vem resolver o problema que o Exército Vermelho tinha na frente externa, sobretudo se tivermos presente que o mesmo foi assinado com os impérios alemão, austro-húngaro, otomano e com a Bulgária. A paz, permite que o governo bolchevique e o exército canalizem as suas forças para desenvolverem internamente o período do “comunismo de guerra” que se prolonga até 1921. Diga-se de passagem que os inimigos do Exército Vermelho não foram só os exércitos dos brancos. Para além destes, todos os que se opunham aos objetivos da instauração do socialismo eram na maioria dos casos chacinados. A razão deste fato é que a nacionalização e socialização dos meios de produção nos setores industrial, comercial e agrícola levaram a que o Exército Vermelho tivesse de enfrentar a oposição de camponeses, capitalistas, comerciantes e nobreza. A necessidade premente de alimentar a máquina do Estado preenchida com uma multidão de burocratas revolucionários e a manutenção de um exército gigantesco sediado em várias frentes geraram a necessidade de extorsão e requisição forçada de riqueza social, sobretudo de bens alimentares.

A nacionalização e a socialização dos meios de produção dos setores fundamentais da economia implicavam a expropriação das grandes empresas do setor industrial e dos grandes latifúndios que eram propriedade da nobreza fundiária russa. Todavia, em termos da estrutura da população ativa aquando da revolução russa de 1917, no cômputo geral, 5% estava integrada no setor industrial, cerca de 85% no setor agrícola e os restantes no setor do comércio e dos serviços burocráticos do Estado. Esta estrutura económica indicia uma enorme contradição entre o exercício do poder pelo Partido Bolchevique em articulação ideológica com a ditadura do proletariado e os interesses e objetivos da nobreza fundiária, dos camponeses denominados kulacks e dos capitalistas inseridos no setor industrial. Para socializar e nacionalizar a riqueza social produzida por estes setores foi necessário enveredar pela expropriação generalizada, ao ponto de se tornar fundamental desenvolver a guerra civil que resultou em milhões de mortos de seres humanos e de outros seres animais. Mas logo aqui se denotam contradições fulcrais. Como é que é viável instaurar uma ditadura do proletariado, quando a base da estrutura económica de riqueza social, do progresso e da razão não o permite. Por esta via, apercebemo-nos das incongruências analíticas e ideológicas do marxismo-leninismo. Na essência do período do “comunismo de guerra” em vez de utilizar o conceito “ditadura do proletariado”, dever-se-ia ter utilizado o conceito “ditadura do Partido Bolchevique”

O período do “comunismo de guerra” foi um teste de avaliação histórica inestimável em relação aos pressupostos utópicos de uma revolução socialista que tinha por objetivos fundamentais abolir, de vez, a exploração do homem pelo homem, extinguir o Estado e generalizar a igualdade económica, social, política e cultural entre todos os seres humanos. Não foi isso que ocorreu desde o início da revolução russa de 1917. As múltiplas antinomias e contradições no processo revolucionário, a inexistência de identidade entre a teoria e a prática e a ideologia preconizadas pelo Partido Bolchevique primavam por situações anómalas gritantes, sobretudo se tivermos presentes os atropelos à liberdade e aos cerceamentos das hipóteses de sobrevivência humana num espaço-tempo cerceado pelo terror, mentira, miséria e pobreza endémicas e, por outro lado, pela ascensão de uma classe burocrática despótica e tentacular que exercia o poder nas diferentes instituições do Estado soviético e que se permitia, *despudoradamente*, assenhorear-se de uma série de privilégios económicos, sociais, políticos e culturais.

Não podendo no âmbito deste texto expor de forma exaustiva, é possível, no entanto, especificar algumas das contradições e dos conflitos gerados pelo regime instaurado pelo Partido Bolchevique. Em variadíssimas situações quando este através do Exército Vermelho não conseguia realizar os seus objetivos, recorria, sistematicamente, ao crime, ao assassinato, ao desterro ou à prisão e à delação de uma polícia política em formação para silenciar qualquer manifestação crítica ou de oposição ao regime instaurado pelo Partido Bolchevique. Este dilema ditatorial do Partido Bolchevique é de tal modo gritante que desde início e pese embora as diferenças ideológicas subsistentes entre marxistas-leninistas e anarquistas em 1917, estes últimos não tiveram problemas através do exército de camponeses liderado por Nestor Makno, na Ucrânia, de juntar-se ao Exército Vermelho para derrotar os exércitos dos generais brancos Denikine, Viktor Belash e Wrangel. Em 1920, depois de terem ajudado o exército vermelho a expulsar os exércitos dos brancos da Ucrânia, o exército liderado por Nestor Makno é objeto de uma perseguição feroz, tendo para o efeito uma parte dos mesmos sido assassinado e Nestor Makno constrangido a exilar-se em França. Um outro exemplo, não menos significativo, reporta-se aos soviets de operários, soldados e marinheiros que estiveram na base da realização da revolução russa nas fábricas, na marinha e no exército, insurgindo-se contra a guerra, a exploração nos locais de trabalho e o czarismo em Moscovo, São Petersburgo [Petrogrado] e outras cidades

da Rússia. Se bem que alguns destes tenham chegado ao poder através da ditadura do proletariado, não é menos verdade que uma parte substancial continuou a evoluir numa situação de opressão e exploração. Como consequência, importa referir um acontecimento que culminou num banho de sangue, em 1921, em Cronstadt. Ironia do destino: os marinheiros de Cronstadt que tinham sido grandes obreiros na instauração do poder soviético foram passado algum tempo assassinados e massacrados pelas baionetas do exército vermelho de Leon Trotsky.

Quando referimos a composição da população ativa dos trabalhadores russos em 1917, é notória a desconformidade objetiva e subjetiva que subsiste entre as bases teóricas e práticas do marxismo e a realidade do desenvolvimento das forças produtivas e as suas contradições com as relações sociais de produção no capitalismo russo. Assim, para além de uma incapacidade manifesta em produzir a riqueza social necessária para nacionalizar e socializar os meios de produção fundamentais da economia, as forças produtivas não estavam suficientemente amadurecidas no sentido da criação de uma classe social maioritária identificada com os objetivos e interesses revolucionários da ditadura proletariado.

Depois de percebermos as contradições e conflitos gerados pela revolução russa de 1917, é possível opinar no sentido em que o marxismo-leninismo nada mais é do que o prenúncio da inexistência de um capitalismo desenvolvido e, como consequência do desenvolvimento de um proletariado forte capaz de objetiva e subjetivamente gerar a revolução socialista no contexto da luta de classes. Dando continuidade a este desiderato histórico, não admira que depois da morte de Lenine, em 1924, que as figuras mais proeminentes do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), como foram os casos de Estaline, Trotsky, Bukarine, Zinoviev e Kamenev, se tenham envolvido em grandes controvérsias teóricas e ideológicas e em lutas pelo poder, sempre configuradas em prole de decisões estratégicas ligadas ao processo de industrialização e à coletivização forçada da agricultura na URSS.

Após ter enunciado os aspetos mais pertinentes da revolução russa de 1917, importa, ainda, destacar um fenómeno de ação coletiva baseada num tipo de ideologia e de prática, cuja estratégia essencial é não olhar a meios para atingir determinados fins. Estamos variadíssimas vezes perante um dilema de ação individual e coletiva voluntarista baseadas em pressupostos subjetivos, na ausência de condições objetivas para prosseguir a revolução socialista desejada. O Partido Bolchevique perante estas contradições limitou-se a instrumentalizar as ações individuais e coletivas do proletariado em seu benefício, quer para tomar e exercer o poder de Estado num contexto de situação social caótica, quer para fazer uma guerra civil assente no terror. Como corolário lógico de tudo isto, no período do “comunismo de guerra” só poderia emergir um Estado despótico, caminhando a passos largos para a decadência, articulado a uma sociedade civil repleta de miséria e pobreza incomensuráveis. Não se pense que estas probabilidades ou razoabilidades interpretativas decorrem, exclusivamente, da revolução russa de 1917; tudo já tinha, em grande parte, sido concebido por Lenine na sua obra *Que Fazer?* (1902). Digamos que a base essencial da cartilha do marxismo-leninismo no que concerne os ditames da realização dos fins em relação à instrumentalização dos meios já era uma prática comum, entre 1902 e 1917, no seio do Partido Bolchevique.

A natureza revolucionária da luta de classes e a sua materialização histórica na revolução russa de 1917 e na construção de sociedades comunistas

Desde o momento que a revolução russa de 1917 se tornou vitoriosa e conseguiu superar as contradições e conflitos gerados pelo período do “comunismo de guerra”, permitiu-se historicamente projetar-se interna e externamente como um modelo socialista soviético positivo e, por outro lado, tornou-se, facilmente, exportável como modelo mundial de construção de sociedades comunistas. Mais do que raciocinar ideologicamente sobre as manifestações e repercussões da revolução russa a nível mundial em 1917, revela-se crucial analisar, desde então, como foi concebida a exportação internacional desse modelo socialista soviético.

Por detrás desta singularidade política e ideológica que consistia em exportar um modelo de revolução socialista realizado num só país, subsistia sempre uma frase emblemática de Karl Marx e Friedrich Engels extraída insistentemente de uma leitura do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848: proletários de todos os países uni-vos. No caso específico da nossa análise, na ausência de uma revolução mundial que permitisse objetivar este desiderato histórico, o partido bolchevique sentiu-se com a legitimidade revolucionária única para criar e liderar essa grande finalidade histórica através da ditadura do proletariado russo e, logicamente, do Partido Bolchevique.

No intuito de materializar o referido modelo socialista soviético, no período do “comunismo de guerra”, são realizados dois congressos determinantes: o primeiro em Março de 1919, com o intuito explícito de fundar a Internacional Comunista e, como consequência, delinear das necessidades de exportação do modelo da revolução russa de 1917; o segundo, em Agosto de 1920, para sistematizar as 21 bases programáticas que qualquer Partido Comunista teria que, imperativamente, adotar para poder aderir à Internacional Comunista. Na mesma senda, no III Congresso da Internacional Comunista realizado em Junho de 1921, é criada a Internacional Sindical Vermelha. Esta decisão é perfeitamente compatível e coerente com a necessidade histórica de integrar a luta de classes do proletariado, em que a função exclusiva dos sindicatos é tornarem-se correias de transmissão dos partidos comunistas, como aliás já o eram na Rússia através da ação do Partido Bolchevique. Neste sentido, todos os objetivos programáticos do modelo socialista soviético eram mundialmente instrumentalizados em função da identidade dos partidos comunistas com a Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha. A crença e a fé inabalável nas grandes realizações da revolução russa de 1917 propagaram-se por todos os países da Europa ocidental, sobretudo nos países capitalistas mais desenvolvidos, assim como no Japão, Estados Unidos da América, Canadá, países da América Latina, China, Austrália, etc. Todos os que defendiam ideologias mais centradas em pressupostos revolucionários utópicos, como foi o caso de muitos anarquistas, a partir de 1921 seguindo a instrumentalização e a orientação da Internacional Comunista sediada em Moscovo, criaram, em quase todos os países, partidos comunistas em obediência às 21 condições impostas no 3.º congresso. O mesmo ocorreu com a criação de sindicatos associados aos ditames da Internacional Sindical Vermelha. Em consonância com os ditames de ação coletiva revolucionária, os sindicatos funcionavam também na liderança das bases em articulação estreita com vanguarda revolucionária da ditadura do proletariado assumida pelo Partido Bolchevique, ou por qualquer partido comunista de outro país que tivesse a capacidade histórica de liderar e realizar uma revolução socialista de tipo soviético.

Esta plausibilidade revolucionária programática tem razão de ser, tendo presente o sucesso do processo revolucionário russo liderado pelo Partido Bolchevique. No caso das opções e mudanças ideológicas de muitos anarquistas que estiveram na base da criação e militância política em muitos partidos comunistas a partir de 1921, percebe-se até que ponto o realismo das transformações económicas, políticas, sociais e ideológicas da revolução russa de 1917, os induziram a criar uma mitologia artificial sobre uma miragem real passível de reproduzir em todos os países, em função da eficácia e eficiência da luta de classes no panorama mundial de realização de revoluções socialistas.

Em qualquer circunstância da realização de revoluções socialistas subsiste sempre o fator estruturante da luta de classes, na medida em que é instrumentalizado pela ditadura do proletariado. Este, por sua vez, é estrategicamente liderado e baseado nas decisões dos partidos comunistas e dos respetivos sindicatos que funcionam como correias de transmissão dos partidos comunistas. Não admira, assim, que na essência e origem do processo histórico que despoletou a revolução russa de 1917, em termos de causalidades e efeitos, esteja sempre presente a luta de classes como base de construção de sociedades comunistas, sendo estas sempre precedidas por uma fase histórica intermédia de transição para o socialismo.

A revolução russa de 1917 ao abrir um precedente histórico de realização de uma revolução socialista num só país demonstrou, historicamente, da impossibilidade da luta de classes sob a égide da ditadura do proletariado em se construir uma sociedade comunista a nível mundial. A primeira guerra mundial veio demonstrar que o internacionalismo do proletariado era um grande equívoco histórico, na medida que as baionetas dos soldados e marinheiros dos diferentes países envolvidos nessa guerra em vez de se orientarem contra os capitalistas voltaram-se contra os soldados e marinheiros desses mesmos países. Mais tarde, o proletariado, marinheiros e soldados da Alemanha (1918-1919), Itália (1920), Hungria (1918-1920) e China (1927) que tentaram, mimeticamente, seguir as pegadas da revolução russa de 1917 soçobraram de forma inglória, perante o poder militar dos exércitos desses países. Nestas condições, tornava-se impossível exportar o modelo socialista soviético para os países que tinham um tipo de capitalismo desenvolvido e onde existiam partidos comunistas suficientemente fortes para desencadear o processo histórico da luta de classes conducente à construção de um tipo de sociedade comunista. Estes condicionalismos obrigaram o Partido Bolchevique a evoluir para um tipo de cartilha programática da construção do socialismo num só país. Daqui decorre, que era impossível pelas razões sublinhadas construir o comunismo como sociedade finita, sem contradições e conflitos. Como consequência, era necessário uma fase histórica de transição para o socialismo, antes de poder pensar-se em sociedades comunistas perfeitas e finitas. Em função desta

postura constrangedora que o Partido Bolchevique assumiu, tratou-se, antes de mais, de desenvolver as forças produtivas com incidência no setor industrial, de forma a criar um proletariado estrategicamente revolucionário e, desse modo, permitir a nacionalização e a socialização dos meios de produção e de riqueza social de forma eficiente.

Quando, hoje, assistimos a um conjunto de querelas ideológicas no seio da esquerda, muitas delas, se não a totalidade, estão impregnadas de uma mitologia ideológica decorrente dos princípios e das práticas do marxismo-leninismo e estão completamente desfasadas da problemática da centralidade da luta de classes nos processos revolucionários e, por várias razões, descaram os conteúdos analíticos e ideológicos contraditórios e antagónicos que atravessaram as análises de marxistas-leninistas, com especial incidência para os casos de Karl Kautsky, Lenine, Leon Trotsky, Joseph Stalin, Preobrajensky, Rosa Luxembourg, Bukarine, Zinoviev, Kamenev, etc. É evidente que a luta de classes sempre foi um meio revolucionário de ação coletiva do proletariado para extinguir o capitalismo, mas sobretudo também como instrumento de tomada do poder por parte do marxismo-leninismo. Seguindo a linha de pensamento do marxismo-leninismo se nos situarmos no contexto da revolução russa de 1917 nos seus primeiros anos, não existiam muitas situações anómalas ou contraditórias em relação ao período histórico de instauração do comunismo de guerra (1917-1921). Verdade seja dita que além de algumas observações de Rosa Luxembourg, só Karl Kautsky teve a coragem de criticar, a seu modo, as incongruências negativas da ditadura e do terrorismo do Exército Vermelho e do Partido Bolchevique nesse período. Todos os autores, sem exceção, desde que verificaram da impossibilidade de exportarem o modelo socialista soviético, a partir da década de 1920, opinaram e agiram no sentido da transição para o socialismo num só país, escamoteando, adulterando e mentindo sobre a essência da revolução russa de 1917. Desde então, o internacionalismo proletário ficava reduzido às orientações da III Internacional Comunista e do socialismo soviético que, hoje, nada mais é que um simulacro de realizações económicas, sociais, políticas e culturais frustradas em todos os países em que foi testado, sobretudo se tivermos presente a plenitude dos seus objetivos históricos de emancipação social do proletariado.

Considerações finais

No meu entendimento, mais do que restringir-me a uma análise positiva ou negativa da revolução russa de 1917, interessa-me sobremaneira extrair a essência causal e os seus efeitos mais importantes dos conteúdos e formas dos fenómenos económicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que atravessaram a referida revolução russa no seu período mais conflitual e contraditório denominado “comunismo de guerra”. Ressalve-se que não fiz e que dispensei de analisar as transformações que se seguiram a este período e que culminam com a queda do muro de Berlim em 1989. Recuso-me, por outro lado, em entrar na análise do repertório clássico habitual da “comemorativite” aguda que consiste em deificar ou em diabolizar os heróis da revolução russa de 2017: Lenine, Leon Trotsky, Joseph Staline, Kamenev, Bukarine, Zinoviev, Kirov, etc.

Em primeiro lugar, no sentido amplo do termo, não é possível tratar o bolchevismo e o partido operário social-democrático russo como os únicos progenitores do leninismo. Pese embora a especificidade destes no teatro da revolução russa de 1917, antes de mais na sua génese teórica e prática é precedido pelas causas e efeitos estruturantes do marxismo. Este induziu Lenine para uma evolução teórica e prática no sentido de uma revolução mundial, mas não tendo hipóteses objetivas e subjetivas para esse efeito, Lenine adaptou e integrou o leninismo da realidade russa aos princípios e práticas que antes tinha vivido no âmbito do marxismo, dando azo, depois da instauração da revolução russa de 1917, à criação de um modelo ideológico denominado marxismo-leninismo. Diga-se em abono da verdade que após a morte de Lenine em 1924, todos os partidos comunistas que existiam nos vários continentes adotaram os princípios e as práticas do marxismo-leninismo, fundamentalmente, centrando a sua ação nos pressupostos de tomada do poder político com base no parlamento, da construção do comunismo num só país, tendo por base uma fase histórica de transição para o socialismo e, por último, transformando os sindicatos numa correia de transmissão dos partidos comunistas.

Em segundo lugar, não se pode analisar a revolução russa de 1917 como um momento histórico muito importante para os desígnios de emancipação social do proletariado, dos marinheiros, soldados e campesinato pobre. Estes ao ficarem confinados às vicissitudes da guerra, da estatização da economia e requisição forçada de riqueza social, viram-se constrangidos a usufruírem salários de miséria e a

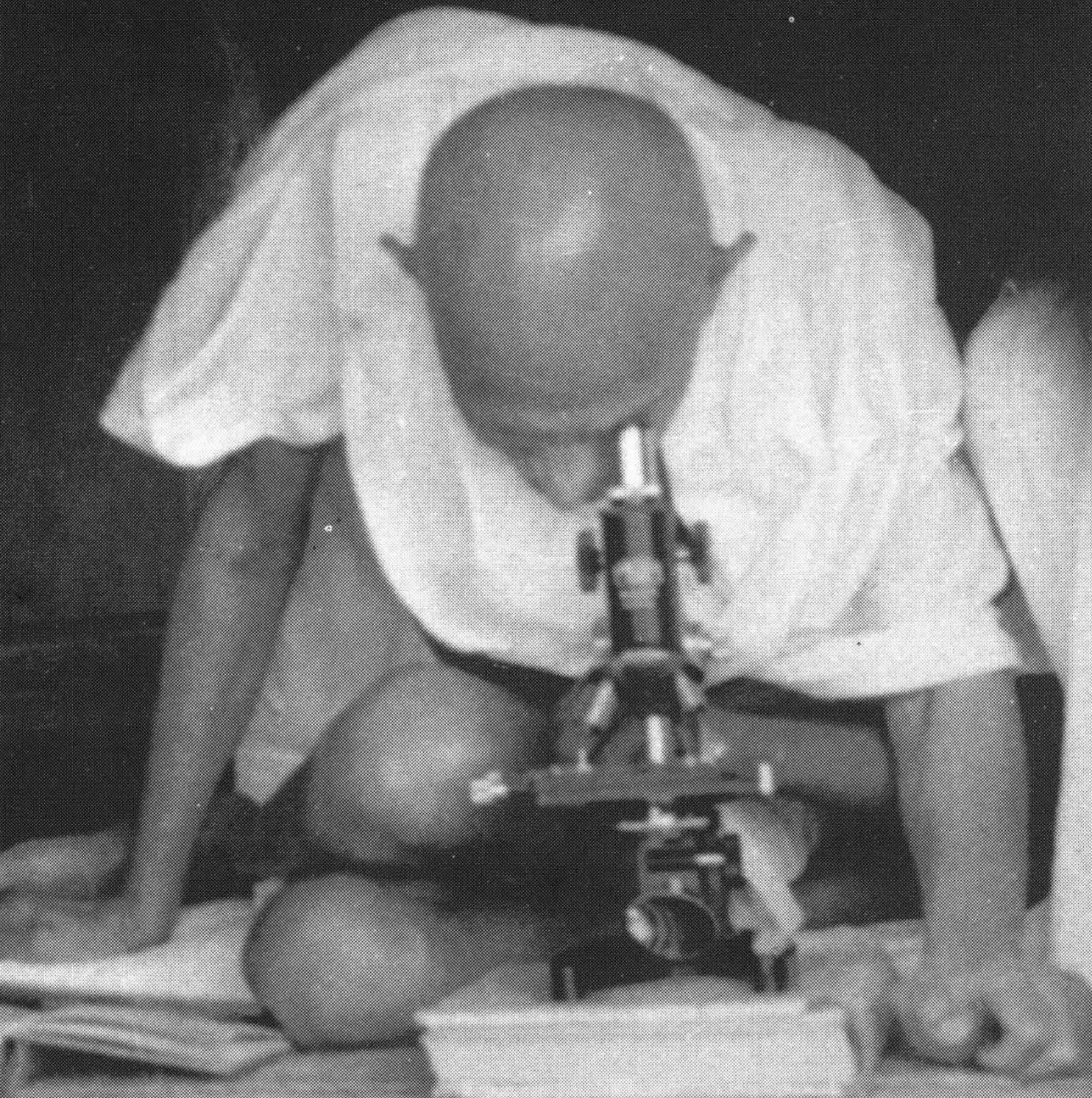
trabalharem em condições paupérrimas, muitas vezes na iminência de morrerem à fome, serem presos ou assassinados. A este respeito o exemplo da greve geral dos marinheiros de Cronstadt é sintomático. Como consequência, milhares de mortes e estropiados no caso específico da intervenção do Exército Vermelho e, por outro lado, milhares de mortes e presos nas hostes dos marinheiros de Cronstadt. De qualquer forma as reivindicações revolucionárias desenvolvidas pelos marinheiros de Cronstadt personificam o canto do cisne de alguma coisa que se inseria no quadro da emancipação social do proletariado e era também uma remota hipótese de luta contra o terrorismo e a ditadura do Partido Bolchevique. Não obstante a decadência da nobreza czarista e das várias classes sociais possidentes fossem obrigadas ao exílio, subsistem aqueles que passaram a usufruir de um conjunto de privilégios. Entre eles, podem contar-se, em primeiro lugar, o Partido Bolchevique, a imensa casta burocrática que tomou as rédeas do poder de Estado e, por último, uma parte do proletariado que ascendeu a posições estratégicas no seio das empresas, no Estado, no aparelho militar e na polícia política secreta, a Tcheka, criada em Dezembro de 1917. O primado da condição função de igualdade, fraternidade, solidariedade e liberdade e a consequente inexistência de privilégios e de classes sociais foi sempre uma panaceia ou uma miragem ideológica que na prática da vida real nunca existiu no processo da revolução russa de 1917: no início, durante e depois.

Em terceiro lugar, o marxismo e o marxismo-leninismo sempre criaram um mito à volta da luta de classes. A plausibilidade desse mito resultava e resulta de dois aspetos essenciais: a) tendo um lugar privilegiado na criação de riqueza social na sua condição/função de trabalhador assalariado, o proletariado é a matriz que pode resolver, historicamente, as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção do modo de produção capitalista. Não tendo mais nada a perder que a venda da sua força de trabalho, ao proletariado interessa-lhe liderar a luta de classes que lhe permita realizar a revolução socialista e ascender ao patamar histórico da sua emancipação social. Por outro lado, a luta de classes nos seus sucedâneos revolucionários levaria à tomada do poder de Estado e, por esta via, seria instaurada a ditadura do proletariado e, conseqüentemente, dar-se-ia o processo histórico da transição para o socialismo. Este modelo foi tentado em vários países no período histórico subsequente ao início da instauração da revolução russa em 1917. Na generalidade dos casos, a exportação deste modelo de luta classes com repercussão na construção de sociedades comunistas não teve a eficácia devida, se tivermos em atenção o papel estratégico na liderança e decisão da ação coletiva por parte do proletariado. Os exemplos da China em 1949 e de Cuba em 1959 não se enquadram nos ditames da ação revolucionária do proletariado.

Finalmente, as dicotomias prevalentes entre reforma e revolução, entre capitalismo e comunismo, entre esquerda revolucionária e direita conservadora, entre ideologia e teoria, entre teoria e prática, são cada vez mais ténues e, por outro lado, revelam-se, cada vez mais, interdependentes e complementares. Os conflitos, contradições, atropelos e as vicissitudes na consecução da revolução russa foi plasmada pelo arbítrio despótico do Partido Bolchevique, do Exército Vermelho e da Tcheka, mas também porque eles julgavam que personificavam o bem contra o mal inscritos nas dicotomias que enunciei. Os bolcheviques sempre julgaram que eram os únicos e os verdadeiros revolucionários, sendo que consideravam os outros (mencheviques, socialistas, democratas, etc.) reformistas e contra-revolucionários. Os capitalistas de toda a espécie eram tiranos e exploradores históricos a abater; o comunismo era o paraíso terrestre a glorificar e a construir. A direita conservadora era a negação ideológica e teórica que urgia suprimir, o marxismo-leninismo a ideologia de esquerda revolucionária que era forçoso desenvolver no processo revolucionário da construção do socialismo. A separação entre a teoria e a prática faz com que estejamos em dois mundos espaço/temporalmente independentes e que se possa, como os bolcheviques o fizeram, afirmar que existem uma teoria e prática revolucionária que é a deles e que, em contrapartida, as que eram diferentes e se lhe opunham eram denominadas obsoletas e de contra-revolucionárias.



Desenho Délio Vargas (2016)



Gandhi

G A N D H I

Socialismo é uma bela palavra, e tanto quanto sei no socialismo todos os membros da sociedade são iguais, nenhum é mais alto e nenhum mais baixo. No corpo humano a fronte não tem mais valor por se encontrar no cimo do corpo, nem as plantas dos pés têm menos valor por tocarem a terra. Tal como são iguais os diversos órgãos do corpo humano, também são iguais os membros da sociedade. É isto o socialismo.

Para se alcançar esta condição não devemos olhar as coisas com uma atitude sofisticada e dizer que não é necessário fazer nada até que todos se tenham convertido ao socialismo. Se não mudarmos a nossa vida e nos limitarmos a fazer discursos e a fazer partidos, ficamos à espera como os abutres de ferrar a presa quando ela surgir a jeito. Mas isto não é socialismo. Quanto mais considerarmos o socialismo como uma presa a abocanhar, mais nos distanciamos dele.

O socialismo começa com o primeiro exemplo. Se houver um homem que acredita e pratica o socialismo, podem juntar-se zeros à direita dessa unidade e logo o primeiro zero contará por dez. Depois, cada novo zero terá sobre o anterior um valor dez vezes superior ao anterior. Se em lugar da unidade, a progressão se iniciar com um zero, por outras palavras se ninguém a começar, a multidão dos zeros dará sempre como resultado zero. Tempo e papel gastos a somar zeros serão desperdiçados.

O socialismo é transparente como um cristal. Logo para se chegar ao socialismo são necessários meios também transparentes. Meios espúrios produzem um fim adulterado. O príncipe e o camponês não se tornam iguais pela decapitação do primeiro, nem as decapitações servem para tornar iguais trabalhadores e patrões. Não se pode chegar à verdade com a falsidade. Só por meio dum comportamento livre de qualquer falsidade se pode chegar à verdade. A não-violência e a verdade [ética] são ou não são duas coisas semelhantes mas distintas? A resposta é um categórico “não”. A não-violência está compreendida na verdade e vice-versa. Por isso já foi dito que são as duas faces da mesma moeda. São inseparáveis uma da outra. Se olharmos as duas faces duma moeda, veremos figuras e inscrições diversas, mas o valor da moeda é sempre o mesmo. Este estado de felicidade é inalcançável sem uma perfeita transparência. Se no espírito e no corpo existem escórias, desenvolvem-se dentro do ser falsidade e violência.

Logo apenas os socialistas amantes da verdade ética, não-violentos e lúcidos estão em condições de edificar uma sociedade socialista na Índia e no mundo. Tanto quanto sei não há nenhum país no mundo no qual exista um verdadeiro socialismo. Sem o recurso aos meios de acção não-violenta, a criação duma semelhante sociedade é impossível.

CONVERSA COM ANA DA PALMA

[*Dez dias que abalaram o mundo*]

Ana da Palma, uma das responsáveis pela revista *Erva Rebelde* (Porto), é a mais recente tradutora portuguesa do livro *Ten days that shook the world* [*Os dez dias que abalaram o mundo*], publicado pelas Edições Combate, Outubro de 2016, com prefácio de Francisco Louçã. Conversámos com a tradutora a propósito da tradução do livro. A conversa podia chamar-se: *uma anarquista traduz um bolchevique*.

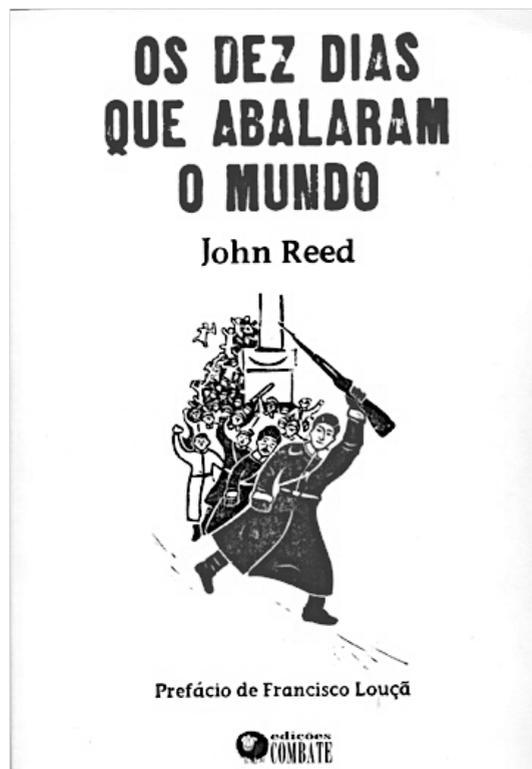
Como surgiu esta tradução?

Surgiu por telefone. Fui contactada por um amigo que pertence ao colectivo das Edições Combate. Foi uma “encomenda” apresentada com uma dupla urgência, por um lado, ter tudo pronto em Outubro e, por outro lado, a angariação de fundos para ajudar um companheiro.

Fala-nos da experiência que foi para ti a tradução deste livro, das condições, das dificuldades, dos prazos, das revisões, da eventual consulta de outras traduções portuguesas ou brasileiras do livro, da língua do original e de outros aspectos técnicos e formais que tomes por relevante para a tradução e para o teu trabalho.

Foi uma experiência do Outro. Sabes, para mim a tradução de um texto é uma aventura na intimidade da língua e da linguagem do Outro. Por língua, neste caso, trata-se do inglês e, quanto à linguagem, refiro-me às características próprias da pessoa que escreve, as suas fórmulas, escolhas lexicais, a pontuação, a respiração do texto. Em suma, a vida do texto é um prolongamento do ser do autor.

Agora, como me fazes perguntas muito práticas, passo a explicar como procedi. Em primeiro lugar, fiz uma leitura atenta na língua original. É importante ler o texto completo antes de traduzir. Esta leitura permite-me registar e perceber o estilo do autor, identificar os pequenos tiques da escrita, as expressões repetidas, as preferências vocabulares e consequentemente as atenções particulares a ter para que não haja incongruências. É algo como perceber a essência da linguagem do autor. Em certos casos, uma das coisas que me preocupa é não impor o meu estilo na tradução ou na revisão de textos. É uma tarefa difícil para quem tem uma formação literária com



várias línguas no baralho e uma língua estrangeira por língua materna. Num texto em prosa é relativamente fácil permanecer perto do estilo do autor, mais difícil é não me render totalmente ao meu próprio estilo. Isto não quer dizer que seja contra a ideia da tradução como uma possibilidade de uma nova criação, como Mário Cesariny ou Samuel Beckett quando traduzem Rimbaud. A fórmula “*traduttore traditore*” funciona perfeitamente, é sempre uma dupla traição, porque implica as rasuras das linguagens.

No caso desta tradução, procurei não sobrepor a minha ideologia à do autor. Creio que toda a linguagem é ideológica. As nossas escolhas sintácticas e o nosso léxico estão impregnados de quem somos, reflectem não só o nosso percurso educativo, o que nos foi e continua a ser inculcado, como a experiência de vida, que nos permite questionar ou não os nossos pensamentos sobre todas as coisas. Para mim, quando se trata de traduções longas, preciso de formular um método de trabalho para todo o processo de tradução. Preciso de construir uma espécie de guião. Em primeiro, organizei em ficheiros os capítulos do texto original, depois fiz a contagem das palavras de cada capítulo e as respectivas notas. Com a contagem das palavras estabeleci um “mapa”

tendo em conta o meu débito de tradução, isto é, o número médio de palavras que consigo traduzir por dia, e defini aproximadamente os dias necessários para a tradução de cada capítulo. Procuro respeitar o meu plano, organizando o tempo em função de outros trabalhos, simplesmente porque, em termos laborais, não consigo sobreviver só com as traduções. Enfim, acaba por ser um desafio comigo mesma. Depois é preciso conciliar a urgência – neste caso o prazo de entrega era final de Julho – com o método de tradução.

Após a leitura integral, peguei no primeiro capítulo e, parágrafo a parágrafo, fiz o que chamo de “primeira tradução”, solta, corrida, espontânea, assinalando as interrogações ou as dúvidas. E assim seguidamente para todos os capítulos e notas referentes a cada capítulo. Depois vem a parte mais longa, mais trabalhosa, mas também a mais estimulante a que chamo de “segunda tradução”, ou a “limpeza” do texto. Trata-se de conferir a “primeira tradução” com o original, parágrafo a parágrafo, palavra a palavra, procurar a justeza da tradução, a busca das palavras exactas, significados, expressões, sinónimos. Nesse momento, trabalhei com dicionários de inglês, de português, dicionários de sinónimos e dicionário de inglês/português. No final deste trabalho, já só fica o texto na língua de chegada (neste caso o português). A seguir, antes de enviar cada capítulo para a revisão, vem uma terceira leitura e correcção concentrada no texto na língua de chegada; nesse momento, trabalhei com o dicionário de português, a gramática, o dicionário de regência dos verbos, o corrector ortográfico. Devido ao facto de conviver com várias línguas, tenho sempre muitas dúvidas, estou sempre a questionar a língua e a minha linguagem. Uma vez prontas as provas, ainda fiz mais uma leitura atenta às gralhas.

Como avalia a importância deste livro e a recepção mundial que teve?

Qualquer avaliação que possa fazer será sempre especulação, porque não tenho dados para fazê-la. Então, só posso especular com os resultados quantitativos que aparecem ao fazer uma busca na internet com o título do livro em algumas línguas, o que fica muito aquém da totalidade das línguas existentes, do número de exemplares publicados ao longo dos anos, do tipo de suporte e das leituras. Com quatro línguas, obtive a seguinte resposta por ordem decrescente: *Aproximadamente 2.950.000 resultados (0,94 segundos)* em inglês; *aproximadamente 1.730.000 resulta-*

dos (0,75 segundos) em português; *aproximadamente 152.000 resultados (0,80 segundos)* em castelhano e *aproximadamente 16.200 resultados (0,65 segundos)* em francês. Por um lado, estes resultados são assustadores, porque relembram-nos que os nossos hábitos de leitura são espiados por multinacionais que os enformam e exploram (ver excerto de *L’homme nu*, na revista *Erva Rebelde* n.º1, Abril 2017) e, por outro lado, são pouco reveladores, porque a única conclusão a que posso chegar é que, passados 100 anos, o título do livro aparece numa simples busca, pelo menos em quatro línguas, entre os cerca de 3,5 bilhões de utilizadores da internet. Não me parece suficiente para uma avaliação da recepção mundial do livro, porque não tem em conta as consultas em bibliotecas, nem os empréstimos entre amigas, a velha edição encontrada num alfarrabista ou até o livro roubado. Posso contudo, voltar-me para a teoria da literatura, tendo em conta a evolução dos géneros literários, e retomar alguns conceitos da teoria da recepção (Jauss/Isser) para me ajudar a perceber a recepção deste livro. Segundo Gadamer em *Verdade e método* (1960) “a obra não é o conjunto de sentido acabado, depende da situação histórica do intérprete”. De um modo geral, o público escolhe o(s) seu(s) género(s) literário(s) predilecto(s). O género literário a que pertence este livro define o seu público e este evolui de acordo com o momento histórico (o contexto social, político, económico). Creio que a pertença ideológica do autor define uma parte do seu público, ainda que, tratando-se de um testemunho que se enquadra no género histórico dentro da literatura factual, poderá ser lido por quem quer que esteja interessada pelo momento histórico retratado. Para mim, o livro de Reed aproxima-se de textos como *Six red months in Russia* de Louise Bryant, *A Esperança* de André Malraux, *Homenagem à Catalunha* de George Orwell (ambos testemunhos vividos da guerra civil espanhola) e até certo ponto de *La Révolution Inconnue (1917-1921): documentation inédite sur la révolution russe* de Voline e de *My disillusionment in Russia* e *My further disillusionment with Russia* de Emma Goldman. Então, na verdade, podemos dizer que *Os dez dias que abalaram o mundo*, para além do momento das comemorações, é um livro que teve e tem repercussões sobre o público e que tem um impacto, já que deu lugar a outra tradução e a outras criações, tal como *Reds*, o filme realizado por Warren Betty em 1981.

As jornadas descritas no livro têm lugar entre o final de Outubro e o final de Novembro (no calendário Russo) e têm por centro a tomada do Palácio de Inverno em Petrogrado na madrugada de 8 de Novembro. A impressão que tenho é que tudo se passa em instâncias superiores onde uma elite discute e dá ordens. O enfoque sobre as movimentações nas ruas, tirando algumas exceções, como no capítulo X a viagem de comboio entre Petrogrado e Moscovo ou as exéquias populares na Vala da Fraternidade, é muito pequeno e sempre secundário. Concordas?

Não sei. Roland Barthes, numa pequena iguaria literária chamada *O prazer do texto*, diz-nos que o texto, tal como a madeira em que o prego resiste de forma diferente, não é isótropo. Cada leitura é única, varia cada vez que lemos o mesmo texto, varia de pessoa para pessoa e envolve as nossas pequenas percepções. Isto deveria e talvez até seja o melhor pacto de leitura. Algo orgânico, tão belo e flexível que podemos simplesmente parar de ler, saltar umas passagens, assinalar umas partes, riscar outras ou indignar-nos nas margens. Eu, gostei da honestidade de Reed, no sentido em que se afirma abertamente pró-bolchevique e que nos indica claramente, no prefácio, que o seu relato passa-se essencialmente em Petrogrado e consiste em experiências próprias ou relatos de fontes que ele considera fiáveis. Portanto, a limitação no espaço e nas fontes são declaradas e a posição ideológica abertamente assumida e, para mim, isto permite uma leitura mais esclarecida. Não havendo zonas cinzentas, não há desilusão ou manipulação possíveis. O relato, por vezes apenas factual, é acompanhado por transcrições de diálogos, descrições de pessoas, espaços e paisagens numa profusão de adjectivos que, apesar de poderem ser considerados como embelezamento propagandístico, também revelam a percepção do autor. Sabes, a verdade é que tive a preocupação de me assumir como anarquista a traduzir um comunista. E fazia escárnio de mim própria, dizendo que tinha dor de bolchevique no pescoço ou acolhendo cada pessoa que chegasse a nossa casa levantando o punho com um grito: “Todo o poder aos soviets!”

A impressão geral que tive foi que havia uma grande confusão, nem dava para perceber quem era ou não bolchevique e até, em certos casos, não era o facto de ser ou não bolchevique que importava, mas a pertença a um todo e a validade da igualdade. Isto aparece no delicioso e revelador momento em que Trotsky não é reconhecido (capítulo III, 94-95); ou quando um coronel pede

autorização para acompanhar os soldados (capítulo IX, 280). Reed descreve vários momentos de assembleias em que as pessoas discutem assuntos importantes, mas, sim, a nível das decisões finais nem sempre é bem claro como foram tomadas. Sabemos que, quando havia um desacordo, grupos políticos saíam da assembleia; não sabemos se os assuntos eram discutidos no sentido de encontrar um consenso ou procurar outra solução. Não sabemos se Reed omitiu propositadamente esses momentos, se não os presenciou ou se não os percebeu como relevantes. Se me transporto para os dias de hoje, gosto da postura ideológica assumida por parte dos jornalistas, não acredito na imparcialidade tão afirmada, dissimulada ou imposta aos jornalistas dos nossos dias. Gosto de ler os jornais próximos da minha opinião, quando quero aprofundar a minha opinião e gosto de ler artigos contrários à minha posição ideológica para formular a minha opinião, mas para isso temos de ter jornalistas que além de relatar factos sujeitando-se às “normas” editoriais dos seus jornais, possam transmitir livremente a sua percepção. Neste sentido, costumo acompanhar-me de um aforismo de Eric Satie: “Je ne lis jamais un journal de mon opinion, celle-ci serait faussée”.

As mulheres parecem ausentes do livro. Têm raras intervenções e sempre num plano de subordinação (telefonistas, costureiras, batalhão feminino desmobilizado e desarmado). Não recordo uma única intervenção decisiva. É possível uma revolução social nestas condições?

Pois, não sei. Acho que sim, parecem ausentes, mas não estão ausentes, mesmo se as vozes individuais das mulheres, seguindo uma ordem masculina mais ou menos cronológica, sempre foram ora bíblicas, ora poéticas, ora pontuais, ora musas inspiradoras, ninfas perseguidas, ora guilhotinadas (Olympe de Gouge), ora deportadas (Louise Michel) ora abafadas com nomes masculinos (George Sand) ... Para mim, permanecem as vozes anónimas mais importantes, é o canto deleitoso das sereias ouvido por Ulisses, mas que ele, pela voz de Homero, nunca chega a desvendar. Bem, também depende do que queres dizer com “intervenção decisiva”. O que é? Algo que vem registado de forma individualizada nos anais da História? Com nomes? Como aqueles que Louise Bryant anota no seu testemunho da revolução de Outubro, no livro intitulado *Six red months in Russia*, como Katherine Breshkovsky, Panina, Alexandra Kollontay e Marie Spirodonova? Há

mulheres presentes no livro de Reed, há mulheres presentes e activas nas massas, nas filas, carregando pão preto, há mulheres armadas de força e de espingardas, de pás e de coragem, de lágrimas e de palavras. Há uma mulher em particular na luz vacilante e ausente do Outono russo de 1917, num cruzamento perto de Romanov, onde a chaminé de uma pequena casa de madeira fumegava vagarosamente no silêncio, carregando uma promessa de vida. Nessa casa vivia uma mulher baixa e robusta que sabia ler. Não é preciso conhecer o nome dela, nem de que cor eram os seus olhos assustados para saber que ela teve uma intervenção decisiva para que este livro fosse publicado em 1919 (capítulo IX, 286-287). Sem ela, e a leitura em voz alta do salvo-conduto, o corpo de John ou Jack Reed teria sido encontrado sem vida aos pés de um muro. Cruzo os espaços e os tempos. Passo a ideia de repetição. E pergunto-me se é uma ausência das mulheres ou uma consequência da época. Tal como hoje, é possível a escolha deliberada que fez com que, em vez de se traduzir Louise Bryant ou Emma Goldman, se faça uma nova tradução de John Reed? Com nomes completos inscritos nos monumentos e nas ruas, ou uma massa anónima forte, solidária e organizada mas ingovernável, que nos resta da ideia de revolução social?

Os libertários parecem também os grandes ausentes do livro. Tirando uma referência que se pode considerar simpática no capítulo X, no desfile popular que antecede as exéquias da Vala da Fraternidade, o que existe é o retrato no capítulo V (p. 169) dum anarquista, discípulo de Kropotkine, amigo ou conhecido de Krilenko. Trata-se dum retrato objectivo, real, capaz de traduzir a realidade dos libertários russos dessa época, ou uma simples caricatura sem correspondência com a realidade?

Sim, os libertários como as mulheres e outras “minorias” parecem os grandes ausentes do livro. Volto à voz predominantemente anónima, a massa de mulheres e homens que se envolveram na frente, na luta, na construção e nas discussões. Emma Goldman, deportada dos EUA para a Rússia, a 21 de dezembro de 1919, no capítulo V de *My disillusionment in Russia* menciona uma conferência dos anarquistas de Moscovo que teve lugar a 1-3-1920, onde foi referido que os anarquistas participaram em todas as frentes e que foram os mais activos na reconstrução. Em suma, os anarquistas ajudaram os bolcheviques a tomarem o poder. Tenho a sensação que Reed descreve os caminhos que trilhou, o espaço do Smolni, das

assembleias, do Palácio de Inverno e as pessoas com quem se cruzou, observou, com quem falou ou não. Em qualquer circunstância, não me parece que a descrição de uma única pessoa nos possa dar um retrato exacto e completo de todas as pessoas com a mesma ideologia, ou com uma característica em comum. Seria validar que todos os soldados analfabetos matam uma pessoa, porque não conseguem ler o seu salvo-conduto, ou que todos os muçulmanos são terroristas, ou ainda que todos os ciganos são ladrões, etc. Portanto, o retrato do capítulo V é apenas um retrato entre muitos outros que não descreve a totalidade dos libertários russos da época, porque não pode ser traduzida por um único retrato num texto de 378 páginas. Para termos uma ideia do envolvimento dos anarquistas na revolução russa como um todo, isto é desde 1825, há que consultar outras fontes. Por outro lado, a descrição que é dada de Reed por outros autores da época, Victor Serge ou Emma Goldman, é simpática: “Nas primeiras semanas, outro comunista com quem estive foi John Reed. Conheci-o na América. (...) Para ele como para Shatov, os lados tenebrosos do regime bolchevique eram inevitáveis. Ele acreditava fervorosamente que o governo soviético emergiria das suas estreitas linhas partidárias e que iria estabelecer a Comunidade Comunista. Passámos muito tempo juntos, discutindo as várias fases da situação.” Portanto não sei bem. Não posso afirmar decisivamente que a intenção de Reed foi de fazer um retrato caricatural dos anarquistas.

Gostava de te perguntar se a obra de Reed, depois do convívio intenso que com ela tiveste, te parece uma reportagem verídica, viva e objectiva, ainda que condicionada pelas simpatias pessoais do autor por alguns acontecimentos, ou antes uma obra indiscutível de propaganda ao serviço dum partido e dum regime, que se obriga a retocar e até a alterar a realidade das personagens e dos factos em função dos seus interesses e estratégias?

A verdade não é um conceito totalmente universal, sobretudo quando se trata de assuntos que dizem respeito aos seres humanos. Assim, podemos lembrar o chamado “Efeito Rashomon” que vem do filme de Kurosawa, uma adaptação de um conto de Akutagawa Ryunosuke, que é uma adaptação de dois contos da colectânea *Konjaku Monogatari*. A mesma experiência contada com perspectivas totalmente diferentes. Gosto, adiro e não receio esta ideia de que temos percepções diferentes do mesmo acontecimento, damos mais

importância a certas coisas do que a outras. Isto não quer dizer que umas pessoas estejam mais perto da verdade do que outras. É bom estarem, tanto umas como as outras, a várias distâncias da verdade. O falso não passa de uma verdade disfarçada. O testemunho de Reed é vivo? Sim! Objectivo? Como exterior à consciência? Espero bem que não! Assente na observação imparcial? Impossível! Relatando factos observáveis? Sim, não tenho dúvidas. Temos a linguagem pelo meio, temos a sensibilidade e a percepção atravessadas. É um testemunho e como tal carrega as marcas e as preferências do autor. Que isso nos possa incomodar, é perfeito porque só reforça o desejo de saber mais, pesquisar mais e formar uma opinião mais próxima daquilo que podemos chamar uma possibilidade de verdade quando precisamos dessa certeza.

As estruturas políticas de governo que saíram da revolução de Novembro (Outubro no nosso calendário) de 1917 foram estruturas de auto-governo das populações (ao menos da larga maioria desta) ou, ao invés, tornaram-se desde logo estruturas autoritárias, duma minoria política que se apropriou do poder em seu benefício? No fundo, o que te pergunto é se os dez dias que abalaram o mundo foram uma revolução ou um mero golpe de Estado?

Se tenho em conta um comunista como Gorky, que foi afastado por ser demasiado crítico, e que escreveu a 7-12-1917 que “os bolcheviques colocaram o Congresso dos Sovietes diante do facto consumado da tomada do poder por eles próprios, não pelos soviets. (...) Trata-se de uma república oligárquica, a república de alguns comissários do povo”; se retomo as palavras de Piotr Archinov, num texto escrito em Outubro de 1927, onde nos diz que “o Partido começou a infiltrar os Comités de Fábrica e os Sovietes de Delegados Operários, fazendo o possível para obter o maior número de mandatos nestes órgãos de autogestão para poder controlar as suas acções”; se cruzo com o que me ensinaram na escola – no 12.º ano no Liceu Victor Duruy, onde tive uma professora nitidamente de esquerda – e completo com leituras que fiz ao longo dos tempos ou com a ida a Berlim em 1989, aquando da queda do muro, e as conversas e discussões que surgiram nessa altura, então, sim, foram logo estruturas estatais autoritárias que se erigiram. Lenine preparara-se para isto muito antes de Outubro. A ideia promissora de revolução social perdeu-se nos meandros ditatoriais de um Estado no qual

Lenine acreditava profundamente. O auto-governo das populações foi uma ilusão, um engodo que acaba por virar o retrato do anarquista no capítulo V do avesso e atribuí-lo à elite bolchevique.

A revolução russa de Novembro de 1917 acabou mal. A Rússia é hoje um país pior do que muitos outros. Queres comentar?

Sim, a revolução de Outubro carregou promessas que não foram cumpridas. O poder corrompe e a repressão foi violenta. Segundo Voline, por volta de 1918, os anarquistas já constituíam um perigo para o poder dos bolcheviques e uma violenta repressão começou. A partir de 1921, já não se podia falar de movimento anarquista na Rússia. Não sei comentar o que é pior ou melhor. A Rússia é um território vasto, com muitos povos. A sua história social está cheia de coragens, dores, mortes, loucuras e repressões. Depois da leitura do livro de Reed, fiquei com uma série de perguntas. Será que a experiência da longa ditadura soviética, seguida da perestroika, da imersão no capitalismo, do autoritarismo belicoso e nacionalista de Putin, tudo isto enformando a memória colectiva, mudou a forma de estar e pensar dos povos da Rússia? Como e em que sentido? Num momento de pura especulação e deslize utópico até me perguntei, será que isto tudo definiu uma forma de estar no mundo? Será que isto pode configurar uma sociedade mais solidária? Mas, que sei eu de uma pessoa, ou grupo de pessoas, que vive nas margens do rio Amor, junto à Mongólia, ou junto ao Mar de Barents, ou no coração dos Montes Urais, ou junto ao Mar Negro?

Em nosso entender a revolução russa foi a maior tragédia da história política recente. Essa tragédia não foi apenas a do estalinismo nem mesmo a da repressão sangrenta da Maknovshina e dos marinheiros sublevados de Cronstadt (1921). Foi muito mais grave do que isso. Estamos a falar duma tragédia política sem precedentes – tragédia ética de todo o movimento socialista internacional, que dum dia para o outro perdeu todos os seus avanços anteriores a favor dum novo e impiedoso sistema de dominação e exploração, a que maior parte das forças vivas e emancipadoras do passado se renderam, genuflectindo e beijando-lhe a mão. O mais dramático é que ao fim de 100 anos de terríveis fracassos e de horrores inimagináveis não temos nenhuma garantia de que isso seja em toda a extensão reversível.

A QUESTÃO CAMPONESA [DA REVOLUÇÃO RUSSA AOS NOSSOS DIAS]

Por ter sido um acontecimento histórico extraordinário, a Revolução Russa é um infundável filão de conhecimentos, por vezes esquecidos ou ignorados. Um deles é a questão camponesa. As particulares condições da Rússia no período revolucionário, em que mais de 80 % da população eram camponeses, e o facto de uma grande parte do campesinato ter instituições próprias de autogoverno, de tipo comunitário (“comunismo primitivo”), levaram a que se considerasse a possibilidade de nesse vasto país se passar directamente para o socialismo com base nas comunas camponesas, rejeitando o industrialismo e o capitalismo de Estado. Essa questão foi alvo de grandes debates, em que participaram figuras centrais, entre as quais Lenine. Um dos mais abalizados intervenientes na disputa entre colectivização estatal e cooperativismo foi o economista agrário (não bolchevique) Aleksandr Chayanov (1888-1937), que após a Revolução de Outubro chegou a ter funções governativas. Mas o estalinismo nascente acabou por eliminar essa perspectiva e os seus defensores. A obra teórica de Chayanov, designadamente os ensaios Sobre a Teoria dos Sistemas Económicos Não Capitalistas (1924) e Teoria da Economia Camponesa (1925), foi ferozmente censurada, e só a partir de 1966, graças à sua tradução em inglês, passou a ter circulação universal, tornando-se muito influente, inclusive entre antropólogos como Marshall Sahlins. Na América do Sul foi parcialmente traduzida em castelhano e, mais tarde, em português. No Brasil passou a incorporar-se nas orientações do Movimento dos Sem Terra, e o seu alcance revela-se cada vez maior no período actual, em que se avolumam, em diversas regiões do mundo, os ataques lançados contra o campesinato e os povos indígenas por grandes empresas do agronegócio, da mineração ou do plantio de monoculturas arbóreas destinadas à indústria. Os textos aqui trazidos à colação pretendem apenas lembrar uma história que não só chegou aos nossos dias como se mostra hoje potencialmente luminosa. [JÚLIO HENRIQUES]

CHAYANOV E A ECONOMIA CAMPONESA

Aleksandr Vasilievich era um jovem brilhante. Aos vinte anos publicou o seu primeiro livro de poesia, *O Livro de Lyalina*. Tinha as paredes de sua casa repletas de gravuras que colecionava, mas a sua paixão era outra. O que ocupava o seu tempo era o estudo das formas de cooperação agrícola. Aos vinte anos apresentou o seu primeiro trabalho sobre cooperativas italianas e três anos depois participou em Moscovo no Congresso da Agricultura. Não era membro do partido bolchevique, mas não podia ocultar a sua inclinação pelo socialismo. Durante a explosão revolucionária de 1917, tinha ele vinte e nove anos, publicou um opúsculo em que exigia a devolução das terras que os latifundiários haviam usurpado ao campesinato. Como era de esperar, a solução que propunha para a situação dos camponeses russos era o cooperativismo agrário.

Era economista, mas sabia que a miséria em que viviam as pessoas do campo não era causada por razões de carácter técnico. Não eram o clima rigoroso da estepe nem os arcaicos meios de produção os causadores dessa pobreza. Ou não o eram em exclusivo. Era um problema de ordem social. E por isso não hesitou em colaborar activamente com o nascente governo do povo.

Era bom conhecedor dos debates que a questão agrária suscitara no período pré-revolucionário. Em 1911 aderira à Escola de Organização e Produção, corrente que mantinha uma distância crítica perante a doutrina agrária do marxismo ortodoxo arvorado por Kautsky e Lenine.

A partir do congresso inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores (Genebra, 1866) impusera-se a convicção de que o campesinato era um vestígio do Antigo Regime e que devia ser erradicado. Em prol da revolução e dos operários, mas também dos próprios camponeses e trabalhadores rurais.

No segundo congresso (Lausanne, 1867), Marx impôs as teses da colectivização da terra nas mãos de um Estado socialista, contra a utopia camponesa de pequenos proprietários familiares defendida por Proudhon (v. Werner Rösener, *Los campesinos en la historia europea*, Crítica, Barcelona, 1995).

As contribuições teóricas de Bakunine e Kropotkine também não tinham sido do agrado da elite intelectual do movimento revolucionário. O primeiro estava convencido de que uma revolução impulsionada pelas classes populares camponesas, em aliança com outros sectores, podia evitar na Rússia a dominação industrial que levava ao desenvolvimento do capitalismo nos países ocidentais. Baseava-se para isso na natureza rebelde e socialista da cultura camponesa russa. A comuna rural e as suas formas de organização colectivista eram a fonte natural de que emanava um sistema de “valores humanos”. A solidariedade que no passado havia propiciado tantas revoltas seria capaz, no futuro, de estimular um processo de cariz revolucionário (v. Eduardo Sevilla Guzmán, *Desde el pensamiento social agrario*, Universidade de Córdoba, 2006).

Kropotkine foi o mais destacado discípulo de Bakunine. Partilhava a visão que o seu companheiro de luta tinha do campesinato russo, mas levou mais longe esse argumento. Naquele que é provavelmente o seu livro mais conhecido, apresenta-nos o apoio mútuo como o motor da história humana. No seu intento de refutar o

darwinismo social, eleva as relações de mutualidade a factor determinante da evolução biológica e, por conseguinte, social. A aldeia camponesa constitui um estágio deste processo; e se desapareceu na Europa não foi por morte natural. Não foi por não ter sabido adaptar-se às leis económicas modernas que a forma tradicional do campesinato sucumbiu. A razão dessa extinção reside no interesse do Estado burguês em destruir a sua soberania assente na assembleia, a sua jurisdição e administração independentes e os seus bens comunais (v. Piotr Kropotkine, *El apoyo mutuo*, Madre Tierra, Móstoles, 1989; ed. em português: *Ajuda Mútua: um fator de evolução*, A Senhora Editora, São Sebastião, Brasil, 2009).

Durante os primeiros anos da Revolução tudo estava por fazer. Nascia um mundo em que os velhos debates tinham perdido sentido. Os economistas soviéticos já não se preocupavam com as consequências que o avanço do capitalismo podia gerar na agricultura. Não tinham interesse nenhum em averiguar se o campesinato russo era essencialmente revolucionário ou não. O capitalismo fora afastado; o campesinato e o proletariado haviam demonstrado as suas capacidades como sujeito histórico. Do que se tratava agora era de construir o socialismo. De pôr em prática o ideal que acabava de abrir uma brecha na história da humanidade.

Por méritos próprios, Aleksandr Vasilievich foi nomeado director do Instituto de Investigação Científica da Economia Agrícola. O trabalho era ingente, as discussões acaloradas. O objectivo consistia em conceber a política agrária da nova União Soviética. O jovem director não podia estar de acordo com a proposta de Lenine de socializar a terra e organizar a produção em grandes explorações. Lera atentamente a obra de Marx e dava-se conta que certos pormenores estavam a ser esquecidos ou desprezados pelo pai da Revolução.

Em 1871 Marx conheceu Piotr Lávrovich Lavrov. Durante anos manterão uma correspondência fluida de que o alemão extrairá novas interrogações. É de supor que nas suas cartas tenham falado do campesinato russo. Lavrov era um dos intelectuais mais influentes do movimento *Zemlia i Volia* [*Terra e Liberdade*] (v. Eduardo Sevilla Guzmán, *op. cit.*). Uma hipótese não comprovada mas plausível.

Nos seus últimos escritos, Marx reconheceu a possibilidade de um desenvolvimento multilinear da história. A evolução da economia inglesa que tanto havia estudado não tinha necessariamente que ocorrer num contexto como o da Rússia. O dogma do inevitável desaparecimento do campesinato não podia aplicar-se de forma universal.

A este argumento se aferrava Aleksandr Vasilievich. A Rússia, como o resto da Ásia e a África, não se encaixavam numa teoria económica criada *ad hoc* para o contexto da Europa Ocidental. A lei que vinculava de forma necessária a expansão do capitalismo à erradicação dos modos de produção anteriores não se ajustava à realidade empírica. Aleksandr Vasilievich vira-o com os seus próprios olhos. Na Rússia conviviam unidades de trabalho familiar camponês juntamente com explorações integradas na lógica capitalista. O campesinato compreendido como modelo económico não desaparecera. E não era um dado adquirido pretender que devia desaparecer em prol da Revolução. Com um misto de tristeza e ambição, em meados dos anos 20, escrevia: “O modo camponês de produção tem as suas próprias leis económicas; descobri-las e formulá-las é uma tarefa ainda não realizada pela teoria marxista.”

A partir desse momento, Chayanov dedicou o seu trabalho a colmatar essa carência. A sua vida e o seu nome ficariam ligados de forma permanente ao estudo do campesinato. Chayanov estava convicto de que a nova agricultura socialista tinha que alicerçar-se na agricultura camponesa. Numa política de desenvolvimento que tivesse em consideração as condições sociais e ambientais dos diferentes territórios do país. Que não se limitasse a apresentar receitas baseadas no aumento da escala produtiva e na homogeneização técnica das explorações. A sua proposta teórica para o “progresso da agricultura russa” baseava-se numa rede de cooperativas locais que se coordenariam de forma vertical sem perder a sua autonomia e peculiaridade. Pequenas associações de camponeses que se transformariam em núcleos de democracia de base.

Esboçou também os princípios do que chamou *Agronomia Social*. Segundo Chayanov, “o conjunto de práticas e o conhecimento camponês constituem um valor profundo para a agronomia”. A extensão agrária levada a cabo pelos técnicos devia converter-se no fermento que impulsionasse a produção camponesa. Não na sua exterminadora. Era necessário ultrapassar a ruptura entre o povo e a *intelligentsia* através de um diálogo entre o saber camponês e o científico. Baseado na pedagogia e não na imposição. Queria transformar, em suma, a comuna aldeã numa cooperativa moderna. Cujos membros aderissem de forma voluntária, mantendo a sua individualidade económica a uma organização dirigida por eles próprios e de forma democrática. Quase um século depois, o seu modelo cooperativista surpreende nos pela sua relativa vigência. Mas o facto de Chayanov ter ficado na História deve-se sobretudo à sua análise do modo de produção camponês.

O pensamento económico está atravessado por um rasto de hostilidade para com o campesinato. François Quesnay, em meados do século XVIII, fez uma defesa da agricultura. Esta era a única actividade humana capaz de gerar verdadeira riqueza. Mas Quesnay tinha aversão à pequena empresa camponesa. Era necessário reformá-la integralmente e aumentar o seu tamanho, para estabelecer as bases duma agricultura mais eficiente (Marc Martí, *Ciudad y campo en la España de la Ilustración*, Milenio, 2001). O próprio Karl Marx escreveu que a empresa camponesa familiar era “o mais corruptor dos costumes e com o máximo irracionalismo” (v. Werner Rösener, *op. cit.*). Argumento partilhado por muitos economistas liberais do século XX.

Segundo eles, a produção camponesa apresentava características incompreensíveis. Como trabalhador explorado, o camponês devia ser enquadrado no proletariado. Como proprietário do capital e dos meios de produção, no da classe empresarial. Em determinadas ocasiões fazia esforços titânicos para obter ganhos irrisórios. Noutras, desprezava com displicência boas oportunidades de negócio. A sua lógica económica era absolutamente irracional.

A este comportamento bipolar chamou-se pejorativamente “passividade económica camponesa”. Mas talvez não fossem os camponeses que tinham problemas de disfunção cognitiva. Os economistas precisam de entender e explicar a natureza dos processos económicos. Vivem disso. Tal como os restantes cientistas sociais, elaboraram robustos corpos teóricos, mas sofrem de um profundo complexo de inferioridade. As suas disciplinas dão-se mal com a transparência apolínea das suas irmãs mais velhas. A física, a matemática. Além disso, transitam por um terreno muito mais pantanoso. Para eles, os princípios quânticos de dualidade e indeterminação têm consequências mais imediatas. Ninguém deve lembrar-lhes que o modo de ver do cientista engendra o objecto estudado. E no seu caso não se trata de saber se detectaram uma partícula ou uma onda. Ou se são capazes de calcular ao mesmo tempo a velocidade e a posição de um electrão. O que está em jogo é a posição que eles próprios ocupam. A velocidade com que sobem ou descem na hierarquia académica.

Constroem artefactos teóricos com que possam antecipar-se aos factos. As suas bolas de cristal devem estar bem calibradas para não defraudarem o cliente. Introduzem melhorias no plano e utilizam as últimas tecnologias. Dispõem de orçamentos e de pessoal, mas os seus inventos continuam a fracassar. Fabricam binóculos para se aproximarem da realidade, mas das suas oficinas saem apenas confusos caleidoscópios. Continua a ser um enigma saber por que teimam em conceber o seu trabalho como uma actividade científica. Ou talvez não. A ciência é o novo dogma da fé.

Bastaria que erguessem os olhos da mesa em que dissecam a realidade. Que se deixassem surpreender por simples obviedades. Como as que iniciam o trajecto da teoria chayanoviana. O objecto económico do campesinato é a reprodução do grupo doméstico. O seu trabalho não tem em mira o lucro, mas sim a sobrevivência. A manutenção e a melhoria do estatuto adquirido.

Nas economias camponesas, o capital invertido ou as horas de trabalho efectuadas não têm uma relação directa com o benefício obtido. A retribuição da força de trabalho não tem um salário ou um vencimento fixo. Quando trabalham em casa, as famílias camponesas cobram sempre em espécie. O seu vencimento não depende do muito ou pouco que tenham trabalhado, depende de como o celeiro e a despensa estejam cheios ou não.

O que confundia os economistas era a impossibilidade de separar a esfera produtiva da reprodutiva. Vínculo que explica por que razão uma família, ao intuir que a escassez espreita, pode considerar oportuno dar tudo por tudo para obter uma colheita insignificante. Ou, pelo contrário, ao perceber que as suas necessidades estão cobertas, pode repelir esse mesmo trabalho. A toma de decisões depende de um equilíbrio fácil de entender para quem tenha trabalhado a terra. Num lado da balança está a “medida da satisfação das necessidades de consumo”. No outro, “a fadiga e a dureza do tipo de trabalho” (v. A. Chayanov, *La organización de la unidade económica campesina* [1925], Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1985).



fotografia de Dominique Labaume (1977)

Em finais dos anos 20, Aleksandr Vasilievich estava preocupado. Não lhe faltavam motivos para isso. As teses que defendia com vista ao desenvolvimento da agricultura russa não tinham o apoio do Comité Central. Lenine morrera em 1924 e o seu sucessor estava disposto a empreender quanto antes a reforma agrária. E esta não iria basear-se no cooperativismo de Chayanov.

A União Soviética necessitava de um modelo agrícola fundamentado na colectivização da terra e numa planificação centralizada. A arcaica produção camponesa nada tinha que fazer ao lado das modernas explorações. Os cereais escasseavam e o aumento de escala e a racionalização da produção iriam alimentar o povo russo. Os trabalhadores rurais e industriais, e também, certamente, o crescente corpo de funcionários.

No Outono de 1929, coincidindo com a sementeira dos cereais, inicia-se a grande colectivização. Nessa altura, as terras colectivas da URSS representavam aproximadamente 7 %. Em 1936, segundo dados oficiais, 90 %. As novas quintas geridas colectivamente pelos camponeses ou directamente pelo Estado (*kolkozes* e *sovkozes*) personificavam a política agrária soviética. Os trabalhadores do campo esforçavam-se nessas quintas por cumprir os objectivos dos planos quinquenais. Tinham uma missão: mostrar ao mundo do que o povo é capaz quando toma as rédeas do seu destino.

Chayanov enganara-se. Pouco importa que recentemente as suas contribuições teóricas se tenham tornado uma referência iniludível para quem pretenda estudar a economia camponesa. O seu erro residia em ter defendido um tipo de exploração agrária que perante a *indiscutível* superioridade do *kolkhoz* e do *sovkoz* se desacreditava por si mesma. Muito mais grave ainda: ao postular as bondades do modo de produção camponês, mostrara a sua simpatia pelos *kulaks*. Por aquela classe de pequenos burgueses rurais contra-revolucionários que procuravam minar a recuperação agrária, a qual, com tanto esmero, o Comité Central estava a empreender, e em primeiro lugar Estaline em pessoa.

Os camponeses da União Soviética resistiam à colectivização das suas terras. A desprenderem-se das suas propriedades e dos seus privilégios. Era o que dizia a versão oficial, que falava de campos e armazéns incendiados, de colheitas deitadas a perder intencionalmente, de desobediência às ordens governamentais.

Nunca saberemos o que aconteceu. Nem quantos camponeses perderam a vida.

Deportações em massa para campos de trabalho, execuções em série e deslocações forçadas para as novas quintas colectivas. O processo foi muito rápido e o seu momento culminante ocorreu nos primeiros anos da década de 1930.

Não se sublevaram apenas os camponeses acomodados. A palavra *kulak* deixou de identificar essa franja superior do campesinato. Agora todos os camponeses eram *kulaks*. Os desprezíveis *kulaks*.

O maior número de mortos, no entanto, foi causado pelo *Holodomor*. *Holod*: fome, fome extrema. *Morytyr*: induzir sofrimento, morrer. O *Holodomor* da Ucrânia.

1932 foi um ano de más colheitas, mas o problema não foi a seca. Os alimentos estavam racionados e os últimos a comer seriam as pessoas que os tinham produzido. Antes delas comeriam os burocratas e as classes médias de Moscovo. E também os soldados do Exército Vermelho, que vigiavam a colheita do trigo e a sua distribuição pelos centros de poder da União. Entre 1932 e 1933, o celeiro oriental da Europa viu morrer entre sete e dez milhões de pessoas. Assim o reconheceu a Assembleia Geral da ONU por ocasião do 60º aniversário dessa mortandade.

Aleksandr Vasilievich Chayanov não pôde seguir de perto o drama do campesinato ucraniano. Encontrava-se um pouco mais a leste. Num campo de prisioneiros no Cazaquistão. Cinco anos de condenação a trabalhos forçados. Fora acusado de ser o fundador do Partido dos Camponeses Trabalhadores. De ser um dos instigadores das revoltas camponesas anti-colectivistas.

Em 1930, Chayanov é preso, juntamente com outros intelectuais. São acusados de fazer parte de um partido político contra-revolucionário pró-camponês. Conseguem, coisa insólita, ganhar o processo. Foi relativamente fácil porque o chamado Partido dos Camponeses Trabalhadores era o partido político fictício que aparece na novela *Viagem de Meu Irmão Alexei ao País da Utopia Camponesa*. Publicado em 1920 e escrito por... Chayanov.

A NKVD acusava-o de ter fundado o partido político que, com efeito, criara dez anos antes na sua novela. Tão absurdo como acusar Delibes de instigar Azarias a enforcar Iván, o jovem rico e ocioso (Miguel Delibes, *Los santos inocentes*, Planeta, Madrid, 2001). Tão absurdo como a história do século XX.

Em 1932 seriam novamente julgados. Desta vez secretamente e, agora sim, sentenciados. Depois, cumprida a pena no Cazaquistão, a 3 de Outubro de 1937 voltaram a prender Chayanov. Julgaram-no nesse mesmo dia e logo a seguir fuzilaram-no.

MARC BADAL

[trad. J.H.]

A CLASSE INCÓMODA

Em 1972, o sociólogo britânico de origem lituana Teodor Shanin publicou um livro, *The Awkward Class* [*A Classe Incómoda*] (1), em que retoma a discussão, ocorrida na Rússia revolucionária logo após 1917, sobre a continuidade da economia camponesa ou a sua dissolução com vista à emergência de um proletariado agrícola ou à organização de cooperativas agrárias. Nesse debate destacaram-se figuras como Aleksandr Chayanov e o próprio Lênine. A tradução em inglês, em 1966, do livro de Chayanov *A Organização da Unidade Económica Camponesa*, deu início a um grande aumento de estudos sobre o campesinato; na América Latina, um dos seus mais importantes difusores foi a revista *Estudios Rurales Latinoamericanos*.

Esse grande interesse provinha não só da existência de um campesinato numeroso e funcional, mas também do facto de o debate político na esquerda latino-americana sobre o papel dos camponeses ter tido um antecedente precoce na década de 1920, quando o pensador peruano José Carlos Mariátegui lutou contra a ortodoxia sustentando que a destruição do latifúndio e a atribuição de terras a indígenas e camponeses era uma tarefa obrigatória dos socialistas (2).

A incomodidade que os camponeses suscitam entre todos os autores ortodoxos provém da sua condição particular de serem donos de terra (sem importar que o sejam em pequena escala) e de instrumentos de trabalho, e de terem uma suposta tendência para o individualismo e o conservadorismo, o que para os ortodoxos os torna classificáveis como “pequena burguesia”.

A permanência do campesinato, contra todos os prognósticos históricos, é um desafio e um incómodo para a direita e para os sectores mais ortodoxos da “esquerda desenvolvimentista”, que os encara como um estorvo do passado e os associa a uma imagem de “atraso”. A definição de camponês também fez gastar rios de tinta e deu lugar a extensas controvérsias que nunca chegaram a conciliar-se, salvo no tocante a algumas generalidades que hoje parecem suficientes para não obrigar a reiniciar polémicas, tal como a de se ter em conta que o importante não é a sua condição ou não de donos de terra, mas sim o facto de serem trabalhadores directos, que mesmo quando ocasionalmente contratam mão-de-obra não o fazem para substituir a sua própria mas sim como complemento.

Desde finais da década de 1980, o interesse de universitários e políticos pelo campesinato decaiu, talvez porque os sucessivos fracassos das tentativas de reforma agrária e o amplexo do ultraliberalismo tenham acabado por esgotar a crença de que a modernização e o desenvolvimento deviam passar por um sector rural funcionalmente adstrito ao capital local, como produtor de matérias-primas e alimentos baratos. A ideia de que as reformas agrárias são empobrecedoras porque cerceiam possibilidades às economias de escala ao fraccionarem a terra, acabou por ser aceite por gregos e troianos, e a imposição das monoculturas para exportação transformou-se numa nova religião. Mas a obstinada realidade diz-nos hoje, não só que a eficiência das monoculturas de grande escala não parece tão real quando se analisam o médio e o longo prazo, mas também que os pequenos produtores não desapareceram e que sobre eles recai uma boa parte da segurança alimentar, presente e futura, do planeta.

O pequeno, mais do que belo, é necessário

O Grupo de Acção sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (Grupo ETC) (3) tem mostrado como a agricultura de pequena escala produz, pelo menos, 70 % dos alimentos da população mundial. Na América Latina, 17 milhões de unidades camponesas produzem 51 % do milho, 77 % do feijão e 61 % da batata consumida na região. Do mesmo modo, estima-se que 80 % da terra usada em agricultura é cultivada em pequenas unidades, uma amostra clara da persistência do campesinato na estrutura rural.

Mas talvez o mais importante, e que escapou a todas as discussões sobre a economia camponesa, tanto na década de 1920 como nas décadas de 1970 e 1980, foi o papel de guardião da diversidade biológica que este tipo de economia desempenha, a qual, como se tem entretanto demonstrado, representa um seguro futurível, porque a tendência uniformizadora e simplificadora do capitalismo exerce pressões no sentido de se cultivar um número muito limitado de espécies. De 5000 espécies de plantas que segundo o Grupo ETC os agricultores tradicionais domesticaram, produzem-se hoje no mundo, comercialmente, apenas 150, e destas apenas 12 [milho, arroz, trigo, soja, batata, batata-doce, banana, sorgo, iúca, trigo-mole, girassol e colza (4)] concentram a quase totalidade do volume produzido. Das 40 espécies de gado domesticado pela economia tradicional, que dispõe de 7616 variedades, só 5 espécies são produzidas de forma comercial, e destas somente 5 variedades são predominantes.

Não é pois difícil imaginar o que aconteceria se a agricultura comercial acabasse por eliminar o campesinato. Há vinte anos, a Índia tinha 30 mil variedades de arroz, hoje sobrevivem apenas uma dúzia, porque as de alta

produtividade substituíram as outras. Segundo estimativas, no século XX havia nos Estados Unidos 7000 variedades de maçã, hoje calcula-se que estão apenas disponíveis 2500, das quais se comercializam tão-somente 100. Talvez por preverem o pior, as entidades multilaterais criaram em 2004 o Fundo Mundial para a Diversidade de Cultivos (GCDT na sigla em inglês), com 100 milhões de amostras e capacidade total de 2000 milhões. Os cálculos efectuados desde o início da década de 1990 consideram que a perda de diversidade genética nos principais cultivos do mundo é de cerca de 2 % por ano.

A erosão genética, nome atribuído à perda de biodiversidade, apesar do grau de conhecimento existente sobre esta problemática e dos esforços feitos, não parece inverter-se; segundo a FAO, a soma dos dados mundiais parece assinalar que a capacidade de fitomelhoramento não se alterou de forma significativa durante os últimos quinze anos.

Da “revolução verde” ao modelo Monsanto

Embora o desígnio de submeter a agricultura aos princípios que regem a industrialização se tenha iniciado a partir da segunda década do século XX, foi na década de 1940 que se deu o salto definitivo para o modelo industrializador, com a chamada “revolução verde”. No essencial, esta consistiu em alcançar altos níveis de produtividade física através da mecanização de processos como a sementeira e a colheita, uso de agroquímicos, “melhoramento” das sementes (selecção das de maior rendimento físico) e uso intensivo de água. Os padrinhos dessa ideia foram o vice-presidente dos Estados Unidos, Henry Wallace, e o presidente da Fundação Rockefeller, Raymond Fosdick, em 1941; o cérebro executor foi o engenheiro agrônomo Norman Borlaug.

Por “acaso”, o mencionado vice-presidente era dono da empresa Pioneer Hi-Bred, firma dedicada à exploração e investigação agrícola que tinha como principal produto o milho híbrido. Não parece pois ter sido uma simples coincidência que graças ao acordo Wallace-Rockefeller o primeiro passo dado na extensão da visão dos EUA sobre a agricultura tenha sido a fundação do Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT), a que actualmente se juntaram, como novos patrocinadores, a Fundação Bill e Melinda Gates, Carlos Slim (5) e o Banco Mundial.

De início, os aumentos na produtividade física foram inegáveis, o que facilitou a penetração do modelo nos países da periferia. Com o tempo, porém, as “pragas”, ou seja, insectos ou plantas que competem com os cultivos, tornaram-se resistentes aos produtos químicos de síntese, obrigando a um uso cada vez mais intenso destas substâncias, o que não só as tornou mais dispendiosas mas também contamina os ecossistemas e ameaça a saúde dos consumidores. Em 2012, segundo a Organização Mundial de Saúde, um número aproximado de cinco milhões de pessoas por ano sofriam de elevados níveis de intoxicação devido a diversos agrotóxicos, com um saldo de 900 mil pessoas falecidas em consequência disso.

Notas do tradutor: 1.) Teodor Shanin, *The Awkward Class: Political Sociology of Peasantry in a Developing Society. Russia, 1910-1925*, Oxford University Press, 1972. Sociólogo, Shanin é considerado uma referência nos estudos sobre o campesinato. Passando a viver na Rússia, fundou ali, em 2007, a Escola de Ciências Sociais e Económicas de Moscovo. 2.) José Carlos Mariátegui (1894-1930), escritor, jornalista, sociólogo e activista político, foi um dos primeiros e mais influentes pensadores do marxismo latino-americano. Alguns dos seus livros estão publicados em português, designadamente: *Por um Socialismo Indo-Americano* (antologia), selecção e prefácio de Michael Löwy, Editora UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; *Teoria e Prática da Reacção*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1976. 3.) A criação do Grupo ETC remonta a 1990 e surgiu por causa dos perigos que rodeavam as sementes. Organização da sociedade civil, tem sede no Canadá. 4.) A colza (*Brassica napus* L. e *Brassica rapa* L.), planta da família das crucíferas (como o repolho e as couves), pertence ao género *Brassica*. 5.) Empresário mexicano, um dos indivíduos detentor de mais dinheiro no mundo, primeira ou segunda fortuna mundial.

ÁLVARO SANABRIA DUQUE [trad. J.H.]



fotografia de Dominique Labaume (1977)



desenho Délio Vargas (2016)

DOIS POEMAS

JOËLLE GHAZARIAN

Crânios furados

Sem a sinfonia de um modelo rutilante que corra como fonte roçando a opacidade dos nossos espectros futuros, estigmatizando o presente, o inadequado duma revelação afasta-se do mistério da obscuridade, a fatia de água boa expande-se nos limites do vento, que se ergue sem problemas e em transe na maneira de apagar os sentidos — tão pesada e surdamente que o fogo crepita sem duplicidade. Esta casada estatela-se então num recanto, sem fundir pedra, onde o silencioso se alia ao ponto final. O outro rosto estira-se, petrificado, fixo como a dor. E então, da lonjura de onde vem a exactidão, aproxima-se um cabelo rachado que arde a esta temperatura sem lógica, cujos fundamentos se encontram no murmúrio. De onde os reflexos quebrados provêm aproxima-se uma cavalgada. Esta animosidade decorre do perfume, sem a morta gesticulação dos contornos das letras e dos outros. O caminho percorrido isola devagar, aflora aos olhos obscurecidos cujas pestanas tentam apagar o saber, o limite. Apanhado como um tronco, abandonado numa imagem zoófila. Porquê até ali? Passinhos para trás, para tentar agarrar esta parede transparente que de nós faria outra coisa: um tempo, um vazio, uma presença sem definição — bem como o buraco do olho, que não pode fechar-se com o betume que ao seccionar-nos nos silhueta.

O dedo no movimento inscreve-se num círculo, momentaneamente estreitado e voluntário, sem se preocupar ou actualizar, sem sequer aguardar. Precisar-se-á o avesso das palmas das mãos de uma razão social? Imagina-se a multidude como um leque, mas ela é uma unidade de hexágonos profundos e paralelos. Parece-me uma infinidade de percepções, de migrações que tecem na invisível espessura do ar fios em que me prendo. Sem ridículo, sem mistério real, mas no inconsciente. Ferido no eclipse, claro, tendo em conta a angústia,

A parede, esta forma

Instalar a vida numa pequena poltrona, num sol de espelhos, numa enciclopédia sem falhas. Ordenar a preparação de uma conjuntura, de uma música minúscula, de um episódio crepitante. O fogo verde no cenário: a palha apenas fumeja e volutas de sombras adensam-nos, apanham-nos na nossa separação sem que nos entreguem ao nosso dualismo. O efémero é um desporto que faz feridas. Andar de mota também. O triunfo apoia-se nos seus braços amputados, esgota-se no contraplacado. Está desfigurado, e no entanto bestialmente sempre presente e até parece que esqueceu a lembrança das medalhas e agora vive nos vocábulos. Sem memória de além-túmulo. Sem refrão de além-país. Sonolência adquirida, sem passo nenhum a dar. Os lábios esgotam-se na prostituição e o véu não incha com suor. Um ventre a transpor. Uma sepultura a desabrochar. Palavrinhas caídas, que não deveriam aclimatar-se, não deveriam ter qualquer elo com os transportes, as fábricas, os usos e costumes, embora resultem do que criaram estas paredes. *O fundo está magnetizado pela parede, esta forma.* O fundo está aniquilado, equívoco, esbatido.

[extraído e traduzido por JÚLIO HENRIQUES
in Sakarina, *L'eau troublée*, Paris, 1985]

A REVOLUÇÃO RUSSA

NA IMPRENSA OPERÁRIA e LIBERTÁRIA DA 1.ª REPÚBLICA

ANTÓNIO BAIÃO

[pesquisa e montagem]

Apresenta-se de seguida um elenco bibliográfico não exaustivo sobre os ecos da revolução russa em alguma imprensa operária da primeira república em Portugal. As publicações consultadas foram A Sementeira (1908-1919), fundada e dirigida por Hilário Marques, A Batalha e respectivo suplemento literário ilustrado e ainda o complemento cultural deste jornal, a revista Renovação. Os textos da revista A Sementeira – dizemos “revista” mas o subtítulo é “publicação mensal ilustrada – crítica e sociologia” – têm o interesse de terem sido escritos a quente, em cima dos acontecimentos, com uma carga emocional muito viva, mostrando por isso uma expectativa que os outros, mais distanciados no tempo, mais conhecedores da situação, menos expectantes, já não apresentam com o mesmo grau de intensidade e até de adesão. Textos não assinados, todos aparecem na primeira página, funcionando como editoriais. A sua responsabilidade pertence pois à pena do seu director, o operário arsenalista Hilário Marques, autodidacta de boas capacidades expressivas, muito actualizado do ponto de vista informativo – a revista permutava com as mais importantes publicações sindicalistas e libertárias europeias e americanas – e com um amadurecimento teórico de várias décadas, já que nascera em 1877 – tinha 40 anos no momento da revolução russa – e estava ligado à propaganda libertária desde os tempos da monarquia, que ajudara mesmo a derrubar. Com uma formação teórica sólida e actualizada, a sua revista (fundada em 1908), os seus editoriais, as suas traduções e notas tiveram um papel hoje indiscutível na formação do escol operário que fundou a C.G.T. em 1919 e o seu órgão A Batalha, jornal diário. [A Ideia]

“O Momento Russo”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 24, Dezembro de 1917, pp. 369-370.

“A Nova Grande Revolução”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 25, Janeiro de 1918, pp. 1-2.

“A Revolução Russa. Documentos (Uma carta de Trotsky)”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 25, Janeiro de 1918, pp. 5-8.

“Os Rurais na Revolução Russa”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 27, Março de 1918, pp. 33-35.

“O Escolho”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 27, Março de 1918, pp. 35-36.

“A Questão da Paz”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 27, Março de 1918, p. 41.

“As Condições de Paz”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 27, Março de 1918, pp. 41-42.

“A Revolução Social Russa”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 28, Abril de 1918, pp. 49-50.

“A Revolução Russa. Depoimento de um socialista suíço”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 29, Maio de 1918, pp. 65-66.

“A Queda da Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 30, Junho de 1918, pp. 81-82.

“A Revolução Russa. Documentos (Duas entrevistas: I – Fala Zalkine; II – Fala Kamenef)”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 30, Junho de 1918, pp. 84-87.

“Pela Joeira”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 30, Junho de 1918, pp. 89-90.

“A Revolução Russa. Documentos”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 32, Agosto de 1918, pp. 113-114.

“O que Vai pela Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 33, Setembro de 1918, pp. 129-130.

“Máximo Gorki”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 33, Setembro de 1918, p. 130.

“As Infâmias dos Sociais-patriotas Alemães”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 34, Outubro de 1918, pp. 145-147.

“Os Checoslovacos na Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 34, Outubro de 1918, p. 147.

“O Pacto Fundamental da República dos Sovietes”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 34, Outubro de 1918, pp. 148-149 & *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 35, Fevereiro de 1919, pp. 170-171.

“A Intervenção na Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 34, Outubro de 1918, pp. 149-150.

“Pela Joeira”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 34, Outubro de 1918, pp. 153-155.

“Um Ano Depois” [a revista esteve sem se publicar entre Novembro de 1918 e Fevereiro de 1919 devido à censura sidonista], *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 35, Fevereiro de 1919, pp. 161-164.

Jacques Sadoul, “Um Juízo sobre a Revolução Russa”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 35, Fevereiro de 1919, pp. 165-167.

“Notícias da Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 35, Fevereiro de 1919, pp. 169-170.

“Pela Joeira”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 35, Fevereiro de 1919, pp. 172-173.

“A Social-democracia no Poder”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 36, Março de 1919, pp. 179-180.

“Pela Joeira”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 36, Março de 1919, pp. 186-187.

- “A Educação na Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 38, Maio de 1919, pp. 218-219.
- “Na Rússia Revolucionária”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 38, Maio de 1919, p. 222.
- “Na Hora da Luta”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 39, Junho de 1919, pp. 225-226.
- “Manifesto dos Comissários do Povo Russo”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 39, Junho de 1919, pp. 230-233.
- “A República Socialista Federativa dos Sovietes da Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 39, Junho de 1919, pp. 233-234.
- “Sindicato ou Soviete. Simples enunciação de problemas formidáveis”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 40, Julho de 1919, pp. 241-243.
- “Um Depoimento”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 40, Julho de 1919, pp. 250-251.
- Léon Thoyot, “A indústria russa antes do bolchevismo”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 41, Agosto de 1919, pp. 258-259.
- “Na República dos Sovietes da Rússia”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 41, Agosto de 1919, pp. 262-263.
- “Pela Joeira”, *A Sementeira*, 2.ª série, n.º 41, Agosto de 1919, pp. 264-266.
- João Campos Lima, “A Europa em ebulição: ditadura do proletariado? Ditadura da burguesia?”, *A Batalha: suplemento literário e ilustrado*, n.º 1, 3 de Dezembro de 1923, p. 3.
- “Na Rússia dos Sovietes: Museu Pedro Kropotkine”, *A Batalha: suplemento literário e ilustrado*, n.º 7, 14 de Janeiro de 1924, p. 2.
- “A Revolução em Marcha”, *A Batalha: suplemento literário e ilustrado*, n.º 7, 14 de Janeiro de 1924, p. 6.
- Juliano Quintinha, “Vladimiro Lenine”, *A Batalha: suplemento literário e ilustrado*, n.º 9, 28 de Janeiro de 1924, pp. 1-2.
- “O Sucessor de Lenine”, *A Batalha: suplemento literário e ilustrado*, n.º 13, 25 de Fevereiro de 1924.
- Ferreira de Castro, “Sadoul e Wrangel”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 55, 15 de Dezembro de 1924.
- “Um livro discutidíssimo: Máximo Gorki e as suas teorias sobre o camponês russo”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 66, 2 de Março de 1925, pp. 4-5.
- “Tarde falaram...”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 70, 30 de Março de 1925, p. 2.
- Jaime Brasil [J. B.], “A Rússia dos Sovietes, por J. Carlos Rates” [recensão a livro de Carlos Rates], *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 74, 27 de Abril de 1925, p. 2.
- Ferreira de Castro [?], “O 9.º Aniversário da Revolução Russa”, *Renovação*, n.º 10, 15 de Novembro de 1925, pp. 153-154.
- Federico Urales, “Conservar a Revolução”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 102, 9 de Novembro de 1925, p. 7.
- “A Nova Política Económica da Rússia” [A NEP como recuo económico da revolução], *Renovação*, n.º 14, 15 de Janeiro de 1926, pp. 223-224.
- Rocha Martins, “O Apostolado de Lenine no Exílio”, *Renovação*, n.º 18, 15 de Março de 1926, pp. 274-275.
- Volf Bronner, “A Prostituição na Rússia dos Sovietes”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 119, 8 de Março de 1926, p. 4 & *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 120, 15 de Março de 1926, pp. 6-7.
- César Porto, “Da Revolução Soviética”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 120, 15 de Março de 1926, p. 3; n.º 121, 22 de Março de 1926, pp. 3-4; n.º 122, 29 de Março de 1926, pp. 5-6; n.º 123, 5 de Abril de 1926, pp. 3-4; n.º 124, 12 de Abril de 1926, pp. 3-4; n.º 125, 19 de Abril de 1926, p. 3; n.º 126, 26 de Abril de 1926, pp. 3-4.
- Ferreira de Castro, “A Literatura Social e os Valores Literários na Rússia”, *Renovação*, n.º 24, 15 de Junho de 1926, pp. 369-370.
- Repórter X, “A História e os efeitos da Imprensa Clandestina”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 134, 21 de Junho de 1926, p. 4.
- “Como na Lenda de Golias: o triunfo dos pequenos jornais sobre a grande imprensa, corrompida e venal”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 135, 28 de Junho de 1926, pp. 1-2.
- Jean Grave, “Para Preparar a Sociedade Futura”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 141, 9 de Agosto de 1926, pp. 4-5.
- Nogueira de Brito, “O Teatro na Rússia”, *A Batalha: suplemento semanal ilustrado*, n.º 141, 9 de Agosto de 1926, p. 5.

UM ANO DEPOIS

[um editorial d'A Sementeira]

HILÁRIO MARQUES

A agonia do bolchevismo ou maximalismo, tantas vezes anunciada, prolonga-se demasiadamente, e a revolução socialista russa completa o seu primeiro ano, trabalhoso e doloroso embora. Parece, pois, tratar-se de uma força bem mais apegada à vida do que, por exemplo, o luso pimentismo, o afonsismo e outros *ismos* caseiros, caídos com os solavancos das balbúrdias políticas. [...]

Uma revolução social, mesmo num país industrial e num período normal do capitalismo, havia de encontrar dificuldades enormes de reorganização económica e atravessar uma longa série de lutas dolorosas. Estava previsto. Previu-o Marx, previram-no anarquistas, especialmente os italianos. À suposição absurda da produção superabundante, em regime capitalista, permitindo a pronta vitória da greve geral pacífica e milagrosa; à utopia da revolução panaceia, resolvendo tudo por espontânea harmonização das massas e produzindo de chofre a abundância e a anarquia, opôs-se a concepção mais realista duma produção insuficiente a remediar através de mil dificuldades e mil reacções, a previsão dum período de transição e dum demorado embate de tendências. Quem outra coisa esperou, andou a sonhar.

A ditadura maximalista! Os censores pseudo-revolucionários da revolução russa estarão, na verdade, convencidos de que, por trás da ditadura leninista, nada mais há na Rússia? De que não houve nenhuma espécie de realizações socialistas? De que tudo se reduziu a declarações e a “decretos”? Pensarão, na verdade, que não há revolução socialista popular, mas apenas ditadura feroz dum grupo que milagrosamente se conserva no poder pela violência, a despeito dos poderosos inimigos internos e externos que o cercam? Ou, admitindo a existência simultânea da revolução e da ditadura acham deusas que os Estados burgueses russos pretendem apenas destruir a segunda e conservar a primeira? Que é possível neste instante derribar os maximalistas sem ferir a revolução?

Certamente, nós preferiríamos a revolução social sem a ditadura; mas temos que a defender, tal como está, contra a reacção. Defendemo-la, a revolução, como tal, pelo que ela tem já de anarquista, nas realizações directas do povo e nas suas possibilidades futuras.

A ditadura não. Essa, lamentamo-la. Quanto ao *Terror*, nem sequer o procuraremos justificar como imposto pelas circunstâncias. Pelo contrário: é por isso que mais o deploramos. Se se mostrasse inteiramente supérfluo e sem explicação, então fácil seria combatê-lo e derrubá-lo; mas perante a necessidade de defesa contra o inimigo supremo, os próprios anarquistas se sentem coactos.

O perigo dessa necessidade criar e justificar aos olhos do povo a ditadura e o terror estava também previsto.

Esse perigo pode acabar por ameaçar a existência da própria revolução gerando um militarismo e um governo forte, cada vez mais semelhante aos outros. Pode a própria revolução degenerar ou retrogradar, por acção do vírus interior da autoridade, depois de porventura ter escapado aos golpes dos inimigos exteriores. Mas quanto mais estes a atacarem, mais se desenvolverá aquele vírus. A revolução russa será tanto mais socialista e libertária, quanto mais se difundir pelo mundo, quanto menos inimigos exteriores tiver, quanto mais a ajudarem as forças do socialismo internacional.

Mas será ingenuidade discutir com o sectarismo cego e com opinião antecipada. Os que combatem a ditadura na Rússia são os mesmos que aceitam ou não vêem a terrível ditadura militar que impera em todos os países beligerantes e que, apesar dela, colaboram com um grupo de Estados e lhe enaltecem a obra libertadora! São os mesmos que publicamente deploram não ter sido a ditadura de Kerenski bastante enérgica para reprimir o movimento maximalista!

Menos socialista foi a Comuna de Paris. Apesar disso, apesar do seu jacobinismo, apesar de se não ter generalizado, não se havendo sequer estendido à França — hoje glorificamo-lo pelos seus frutos, pelo seu exemplo, pela sementeira imensa que fez. Detestamos os que a traíram, lançamos o opróbrio aos que a hostilizaram e condenaram, mesmo quando se trata de homens de alto valor moral, como Mazzini, que aliás não passava dum patriota republicano, deísta e unitário. Basta que se trate duma revolução de carácter social e popular.

Uma revolução não pode realizar duma vez o nosso programa. Cada partido tem o direito e o dever de lutar pela realização integral e imediata dos seus fins, e uma revolução é um campo aberto a todas as actividades e iniciativas, é a hora fecunda das lutas supremas. Mas é também um cadinho em que se fundem todas as energias. Não nos dá um metal puro: dá-nos uma liga em que têm maior parte os elementos que mais souberam afirmar-se. A hora de justiça há-de soar para a revolução russa.

[A Sementeira — publicação mensal ilustrada, crítica e sociologia,
Fev. de 1919, ano 4.º, 2.ª série, n.º 35 (87)]

A RÚSSIA DOS SOVIETES

JAIIME BRASIL

De todos os terrantezes de cá que se atreveram a jornadas até à Rússia misteriosa dos soviets, Carlos Rates (1) foi o único que deu conta do seu recado. Honra lhe seja por isso; pois começava a entrar com muitos a dúvida, sobre se a Rússia tinha o condão de emudecer os que a visitavam, idos do extremo Ocidente.

O livro de Carlos Rates, a *Rússia dos soviets*, que o autor poderia ter escrito no remanso da sua casa de Campolide, pois de observação directa só tem umas escassas 20 páginas das 250 que encerra o volume, é um valioso trabalho do ponto de vista didáctico — é um compêndio. Um compêndio que podia ser adoptado nas escolas... comunistas.

Numa linguagem sempre fluente e precisa como convém a obras de tal natureza, o autor, depois duma introdução de sumária crítica dos velhos sistemas do socialismo, entra na exposição e no comentário do marxismo, fazendo desse estudo o primeiro capítulo do seu livro. Depois, dedica um capítulo ao leninismo, confessando que a sua tese é decalcada do estudo de Ltaline, *Le leninisme théorique et pratique*. Analisa seguida e sumariamente “Os precedentes da revolução bolchevique” e traça no capítulo imediato os perfis dos revolucionários, que dominaram ou estão dominando a Rússia actual.

Todas estas partes do livro não podem considerar-se dum alto interesse; é no capítulo “O momento decisivo” que a obra começa a corresponder à sugestão do título, correspondência que exuberantemente se afirma no capítulo “A Rússia soviética” — completo estudo sobre o actual momento político do antigo império dos czares. O capítulo final, “Em terras da Rússia”, é constituído pelas impressões do viajante, sinceras e despreziosas.

Com este enunciado das diversas partes da obra de Carlos Rates, teríamos dado aos leitores deste “suplemento”, as indicações necessárias sobre o interesse dos assuntos versados, assuntos que o autor documenta, já com opiniões autorizadas, já com dados estatísticos valiosos.

Se juntássemos mais algumas palavras de justiça às notáveis qualidades de publicista de assuntos económicas que concorrem em Carlos Rates, estaria feita a notícia do aparecimento do livro.

Sem querermos discutir todavia determinadas afirmações da obra “A Rússia dos soviets”, discussão de que o limitado espaço de que dispomos nesta folha não comportaria, não queremos deixar de reparar em certos conceitos, escritos mais pelo chefe do Partido Comunista Português do que pelo economista e jornalista distinto que é Carlos Rates.

Em todo o livro se nos depara o conceito — comum a outros teóricos de questões sociais — que considera só proletários os trabalhadores manuais. Isto que se nos afigura errado, desde o remoto sentido etimológico até ao recente sentido social do termo, é fruto dum preconceito, muito acentuado no autor — o desprezo pelos chamados intelectuais. Esse velho prejuízo do desprezo e da desconfiança face aos que trabalham mais com o pensamento do que com o músculo, é coisa cedida e que vai sendo já banida, e ainda, entre os elementos avançados e os operários conscientes.

O seu quase rancor pelos intelectuais consubstancia-o Carlos Rates na forma depreciativa como trata os anarquistas. Para homens eminentemente práticos, como são os chefes do comunismo, os anarquistas constituem a espécie vil dos idealistas, párias — na sociedade proletariana. No capítulo que Carlos Rates consagra ao momento decisivo da eclosão do movimento bolchevique, a acção dos anarquistas resume-a o autor a um minguido parágrafo de duas páginas e meia, onde relata um episódio sem relevo, terminando por acusar os anarquistas de se aliarem com os burgueses e os mencheviques numa conspiração armada contra a “intangibilidade das instituições soviéticas”. O papel dos anarquistas antes e durante a Grande Revolução é, assim, diminuído por aqueles mesmos que à propaganda anarquista devem muitas das possibilidades do triunfo de que hoje infelizmente gozam.

A despeito de não perder ocasião de dirigir remques à ingenuidade e ao fantasioso idealismo dos anarquistas, Carlos Rates cansa-se de lhes dar razão quando faz o elogio da violência; quando descreve a complicada máquina estatista da Rússia; quando traça o elogio do espírito militarista das tropas vermelhas; quando fala dos salários, das horas de trabalho e das cooperativas; quando se perde em complexos cálculos

sobre o poder de aquisição e o valor cambial do *tchervonetz*, a nova moeda russa; quando deixa entrever quanto de burguesismo se oculta na Nova Política Económica; quando confessa que o roubo, a mendicância, a prostituição existem na Rússia; quando refere as lamentáveis relações entre a Igreja e o povo e o culto macabro deste pelo cadáver embalsamado de Lenine. Tudo isso e muito mais, fruto da incapacidade do Estado comunista, da impotência do regime soviético, é a confirmação plena do “ingénuo idealismo” dos anarquistas, que aspiram e lutam por uma sociedade onde a violência e a desigualdade social, onde o crime, a dor e o erro estejam reduzidos ao mínimo possível.

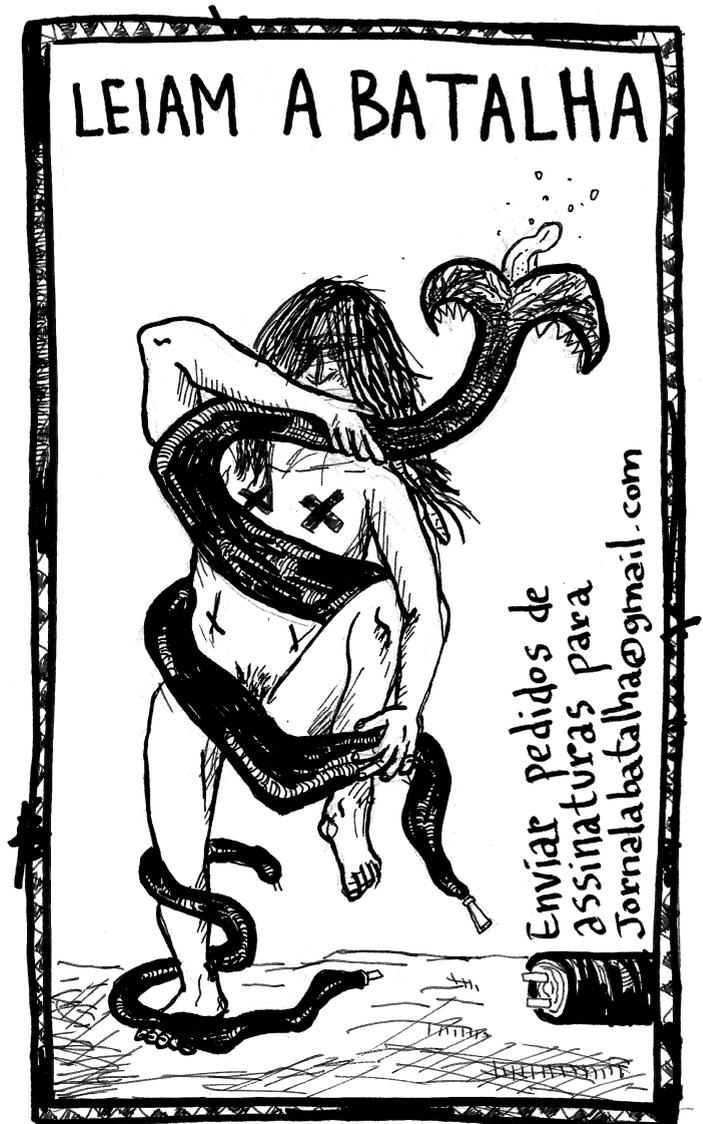
Repetimos o que dissemos de início: o livro de Carlos Rates é um belo compêndio sobre a Rússia socialista, para quem a quiser conhecer através das opiniões dum comunista convicto e dos dados estatísticos fornecidos pelo governo de Moscóvia. É portanto um belo compêndio para ser adoptado nas escolas... comunistas e nunca um livro capaz de fazer prosélitos entre homens livres.

[*A Batalha: suplemento semanal*
ilustrado,
n.º 74, 27-4-1925]

Nota da redacção:

José Carlos Rates (1879-1945), antigo sindicalista libertário, foi o responsável pela criação da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, membro fundador do Partido Comunista Português (Março de 1921) e seu primeiro secretário-geral (Novembro de 1922). Aderiu em 1932 à União Nacional e ao salazarismo.

A BATALHA CONTINUA



O NONO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA

A guerra era mais um martírio imposto à Rússia. Os sacrifícios exigidos eram cada vez maiores e os chicotes da tirania laceravam o povo, aumentando a velha opressão. As tentativas

de Kerenski tinham resultado infrutíferas. A revolta, largos anos sufocada, estuara agora nas gargantas populares, como uma grande torrente contra um açude. Raspoutine era um fantoche que as mãos régias animavam perante a angústia do povo. Nos quartéis, as cornetas chamavam sempre mais escravos, para dá-los em holocausto ao czar. E nas noites silentes faziam-se sortidas, assassinando-se às esquinas os suspeitos de rebeldes. Entretanto nos palácios sumptuosos iam-se realizando os últimos festins, entre um esplendor milimnoitesco e um grande desdém por tudo que aos oprimidos dissesse respeito. Um dia, porém, a torrente rompeu o açude e a revolta cacheou fortemente. E uma bandeira revolucionária desfraldou-se sobre os destroços das velhas instituições. Foi em 7 de Novembro de 1917. Fez há poucos dias nove anos. Não queremos que esse aniversário passe sem algumas palavras da nossa parte.

Evidentemente que a actual situação russa não satisfaz aqueles que, como nós, amam a liberdade sem restrições e querem a desapareição das classes e não o predomínio de uma sobre outra. Mas esse regime foi já um grande passo no caminho da emancipação. Criou um grande ambiente internacional para revoluções mais avançadas, para regimes mais perfeitos. Sentindo esse ambiente, a burguesia universal encarniçou-se em combater o regime nascente, bloqueando o povo russo, fechando-lhe suas comunicações com o resto do mundo, guerreando-o por intermédio desse sinistro e venal personagem que é Wrangel, procurando, enfim, destruir pela metralha e pela fome a população da Rússia. Com isto coincidia um período de más colheitas, que logo os inimigos do novo regime aproveitaram para atribuir a este aquele fenómeno da natureza, esquecendo-se que em 1891 e noutras datas anteriores, o mesmo caso se tinha dado, embora a Rússia estivesse então sob o domínio czarista... Mas, o mais curioso ainda é que, mostrando-se a burguesia universal indignada com os bolcheviques, a quem atribuíam a fome reinante na Rússia, sempre que se tratou de salvar os famintos, os burgueses fecharam a sua bolsa e deixaram que o sábio Nausen percorresse o mundo quase inutilmente, apesar das fotografias que ele apresentou e da conferência que fez no Trocadero de Paris, evidenciarem como e quanto era terrível o estádio daqueles a quem faltava o pão.

E foi esse bloqueamento que o mundo fez à Rússia que em parte obrigou esta a transigências que não estão de acordo com o próprio espírito da revolução. Essas transigências levaram o regime a cristalizar e por vezes a recuar, quando o ideal seria que ele fosse progressivo, que ele marchasse sempre para uma perfeita solidariedade humana. E é isso que nos faz discordar do estado actual da Rússia. Mas esta discordância significa que a actual situação da Rússia é pior que a antiga? De maneira alguma. O czarismo esgotou todas as atrocidades possíveis e imagináveis, par que qualquer outro regime o possa igualar. Quanto a ultrapassar as barbaridades cometidas pelo czarismo isso é coisa inconcebível. A Rússia chegou a ser durante muitos anos uma vergonha para a Europa civilizada, tantas e tão cruéis eram as perseguições, os assassinatos e as chacinas ali cometidas. Alguém disse, e com verdade, se todo o sangue derramado na Rússia durante os últimos cinquenta anos do czarismo houvesse caído sobre as estepes, estas ficariam totalmente cobertas por um incomensurável tapete vermelho. A Sibéria era a grande vala onde o poder russo sepultava vivos milhares e milhares de homens por ano — todos aqueles que não comungavam com a opressão reinante. O próprio Dostoievski lá esteve, em longo suplício. Nas prisões flagelavam-se, martirizavam-se, esquartejavam-se os rebeldes, e muitos inocentes pagaram com a vida intenções e actos que nunca tiveram. A Bastilha ficou muito aquém da fortaleza de São Pedro e São Paulo. A Santa Inquisição tinha muito que aprender na Rússia — ainda na Rússia do século XIX... O assassinato estava perfeitamente legalizado, uma vez que fosse realizado pelos Cossacos, pela polícia, por todos os celerados ao serviço do czar. Inventavam-se os mais estranhos martírios, tão estranhos que o célebre “Jardim dos Suplícios” de Mirbeau, apesar da grande fantasia do seu autor e da requintada crueldade dos orientais, era na Rússia um livro ingénuo. A heróica Maria Spiridonoff foi despida e seu corpo queimado em todas as partes com os charutos que os oficiais do exército fumavam. Ana Smirnoff foi também despida, violentada por inúmeros oficiais, açoitada em seguida e por fim entregue aos soldados para que eles saciassem sua brutal sensualidade. O verdadeiro ceptro do czar era um chicote. A farda era o símbolo do amo, o símbolo da escravidão. A liberdade era uma palavra vã. E aí daqueles que desejassem dar-lhe sentido! Não era necessário que um homem revelasse a sua discordância com a tirania dominante; bastava que suspeitassem dessa discordância, para que ele tivesse uma bala a atravessar-lhe o coração ou as neves eternas da Sibéria para cenário da sua vida. Os judeus não tinham direito de o ser — a soldadesca assaltava-lhes a casa, roubavam-nos, massacravam-nos, seveciando-lhes as filhas. Tudo o que era feito pela polícia ou pelos soldados ficava impune. E os oficiais do exército, os grandes da corte, cínicos e cruéis, chacelavam e fomentavam essas atrocidades — graças às quais era possível a vida faustosa que levavam.

Não. Entre o regime actual e o czarismo todo o confronto será favorável ao primeiro. Só os obcecados, os fiéis da tirania podem afirmar o contrário.

(não assinado; atribuído por Ricardo A. Alves a FERREIRA DE CASTRO, in Renovação, n.º 10, 15-11-1925, pp. 153-154)

MANUEL RIBEIRO, EDUARDO METZNER E A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

GABRIEL RUI SILVA

A revolução russa de 1917 teve em Portugal múltiplos heraldos, entre eles importa destacar o trabalho de proselitismo desenvolvido pelo romancista Manuel Ribeiro (Albernoa, 1878 - Lisboa, 1941) e pelo poeta Eduardo Metzner (Lisboa, 1886-1922). Ambos de proveniência anarquista virão a desempenhar destacados papéis na fundação, em Março de 1921, do Partido Comunista, ou, mais explicitamente, como o acrescento da época tornava claro, Secção Portuguesa da Internacional Comunista.

Para se perceber o modo tantas vezes acrítico como a revolução russa foi recebida em Portugal, ocorre recordar esse epítome romântico que foi Victor Hugo quando afirmava ser possível viver sem pão, mas não sem esperança. A afirmação, convenhamos, é um tanto exagerada e elucidativa da tendência para privilegiar o abstracto em detrimento do concreto, que é como quem diz denegrir Sancho Pança perante o nefelibatismo de D. Quixote.

Seja como for, verdade é que entre 1916 e 1921 as condições de vida da população portuguesa se agravaram exponencialmente. Lembrar que em 1916 entramos na linha da frente da guerra europeia e que em 9 de Abril de 1918 Portugal se vê confrontado com o maior desastre militar depois de Alcácer Quibir, onde, numa única batalha, La Lys, praticamente se sacrificaram mais vidas que em 13 anos nas três frentes da guerra colonial, acrescentar que após o final da Grande Guerra a Europa se viu assolada por uma epidemia de gripe espanhola que destruiria mais vidas que aquelas que foram aniquiladas durante os quatro anos da guerra, lembrar tudo isto parece-nos importante para compreender como em Portugal se ansiava ou precisava de esperança como de pão para a boca. E a esperança veio para tantos na forma dessa Parúsia que foi a revolução russa de 1917, ou, para outros, projectada nas visões/aparições, ou o que se quiser chamar, do fenómeno de Fátima. Lembrar ainda que a esperança é uma das três virtudes teológicas, mas que, antes de assim ser considerada, tinha sido, pelos avisados deuses, selada na caixa que encerrava todos os males do mundo, não parece despidendo, se atentarmos no tempo que decorre entre a promessa messiânica da revolução russa de 1917 e como esta rapidamente se transforma no terror e burocracia estalinista.

Se há autor que mais viveu a esperança, o messianismo da revolução russa enquanto promessa de um mundo novo em que a justiça triunfaria, esse autor foi Manuel Ribeiro. Aquando das revoluções na Rússia em 1917, a de Fevereiro e a de Outubro, Ribeiro tem entre mãos a escrita do seu primeiro romance, *A Catedral*, romance que, aquando da sua publicação, em Maio de 1920, mereceu assinalável recepção pela polémica proposta de uma síntese cato-comunista. Mas, mais do que a inesperada proposta do romance inaugural de Ribeiro, importa aqui assinalar o esforço do escritor na divulgação e defesa dos ideais da revolução russa na imprensa portuguesa. A primeira abordagem surge sob o título “A Revolução Russa”, e está presente na primeira página do jornal *A Greve*, II série, nº 62, de 10-11-1918. Trata-se de um longo artigo cujo único propósito é defender a Rússia daquilo que por muitos foi considerado uma traição, a negociação de uma paz separada com a Alemanha. Seria, no entanto, no jornal que ajudou a fundar, *A Batalha*, que Ribeiro iria prosseguir o seu trabalho de difusão da revolução russa e das repercussões desta nos mais diversos âmbitos. Em 23 de Fevereiro de 1919, na coluna “Na Linha de Fogo”, coluna que retomou de *O Sindicalista*, Ribeiro afirma no artigo intitulado “A Sociedade das Nações”: *É duma evidência esmagadora que o triunfo da política russa lavra a sentença de morte do régimen capitalista e mais da burguesia que ele gerou. [...] a revolução era até aqui uma aspiração platónica, mais ou menos irrequieta, é verdade, mas em suma, aspiração, teorização, ideia [...] Mas a Revolução é hoje um estado.*

Em 6 de Março de 1919, na primeira página, o autor prosseguia na sua coluna habitual de *A Batalha* com um artigo, “Em face da Revolução”, onde era taxativo no que entendia serem os efeitos da revolução russa: *Não é já só a revolução russa, não é o sovietismo confinado, localizado na Rússia – que não é ainda assim uma boceta. É a revolução europeia. É o movimento transbordando dos países eslavos e lavrando na Alemanha, na Áustria, na*

Hungria, e em todos os povos de esfera da acção russa, desde os Balcãs à Escandinávia. Que tempo levará ele a chegar cá?

No domingo de 23 de Março de 1919, Ribeiro publica, em duas longas colunas, um artigo intitulado “Bolchevismo”. O artigo pretende desmontar o que considera serem calúnias recorrentes a propósito da revolução dos soviets que o autor considera *um dos mais belos e audazes impulsos libertadores que a história dos povos regista*.

“Na Linha de Fogo” de *A Batalha*, de 27 de Março de 1919, Ribeiro subscreve um artigo que bem poderia ser entendido como peça de pura propaganda, atente-se no título: “Um ano de trabalho sovieta A Obra do Soviete Superior de Economia Social”, um trabalho que, na sua maioria, reproduz o artigo de um jornalista francês que habitaria em Moscovo.

A revolução russa continuava a ser motivo das mais desencontradas opiniões entre aqueles que nela viam o paraíso e outros que a davam como personificação do inferno. Ribeiro vai achar revoltante o facto de se ter impedido a realização de um inquérito, no âmbito da conferência socialista de Berna, efectuado por uma missão internacional, constituída por militantes sem afinidades bolchevistas, que se deveria dirigir à Rússia para verificar a situação daquele país. “Atitude revoltante”, assim intitula mais uma sua peça de “A Linha de Fogo”, n.º *A Batalha* de 30-3-1919.

“A Obra dos Sovietes”, artigo presente n.º *A Batalha* de 6-4-1919, é mais um exemplo do fervor proselitista de Manuel Ribeiro em prol da revolução russa. Ribeiro elenca aqui um *conjunto de realizações que depõem esmagadoramente a favor dos bolchevistas e da sua inteligente e fecunda actividade*. Por sua vez, e constatada a situação de fome que se vivia na Rússia soviética, Ribeiro responde “Na Linha de Fogo” de *A Batalha*, em 17-4-1919, procurando evidenciar com “O crime dos aliados” que a *angustiosa situação económica dos russos* [seria] *resultante do bloqueio desumano da Entente e não do regime dos soviets*. Entretanto, em 29-4-1919, o autor de *A Catedral* lamenta, na sua habitual coluna do jornal de Alexandre Vieira, num artigo intitulado “A nossa imprensa e a Revolução mundial”, só se publicarem entre nós *notícias sistematicamente hostis ao bolchevismo*.

A escolher-se o trabalho mais acrítico de Ribeiro relativamente à revolução russa seria o artigo de *A Batalha*, publicada na p. 2, de 1-5-1919, intitulado “O que é o exército vermelho russo”, onde o autor vê a *disciplina férrea que reina no exército russo como expressão de revolucionários disciplinados com a consciência do que fazem* [...] *uma organização que deve ser seguida em todos os países onde vingue a Revolução*. Em contrapartida, “O inevitável soviétismo onde estão os organismos da nova acção revolucionária”, presente “Na linha de Fogo” de *A Batalha*, de 18-5-1919, p. 1, é uma peça de síntese das reverberações que a revolução russa produziu em Portugal. Trata-se de um artigo que pode ser lido como antevisão da criação da Federação Maximalista Portuguesa, embrião do futuro Partido Comunista, e que teve Manuel Ribeiro como protagonista. Diz Ribeiro: [...] *a revolução russa* [...] *despertou em Portugal, como em toda a parte, impaciências febris de preparação e organização. Esboçaram-se programas, controverteram-se táticas, todos concordando à uma que é preciso agir e actuar junto do povo e orientar os espíritos para o novo estado social em gestação*. O artigo é elucidativo se tivermos em conta que o manifesto inaugural que afirma a realidade de uma nova organização, a Federação Maximalista Portuguesa, cujo conteúdo é da responsabilidade do escritor, data precisamente de Maio de 1919.

Em 7 de Outubro do mesmo ano, Ribeiro prossegue “Na Linha de Fogo” de *A Batalha* o seu fervor divulgador com o artigo, em primeira página, “O que é o soviétismo”. Diz o autor na convicção *dos tempos messiânicos que correm*: [...] *O soviétismo é hoje na Rússia um regime de facto posto em prática por um partido socialista avançado, e apoiado em todo o mundo por legiões de socialistas, anarquistas e sindicalistas*. Para esclarecer o leitor sobre o que era o soviétismo, Ribeiro vai transcrever um longo trecho de Bukarine em que este faz a apologia da ditadura do proletariado e onde afirma que *a forma precisa dessa ditadura é a República dos Sovietes*. Ribeiro, que já tinha entrado em polémica com Emílio Costa a propósito de tão espinhoso tema, conclui o seu artigo afirmando ser um dos grandes méritos do bolchevismo o de *reivindicar o valor social e o carácter revolucionário do sindicalismo* [que teria andado] *aos pontapés dos socialistas*.

Diga-se que Ribeiro já não estava em dedicação total ao jornal *A Batalha*, o seu incansável labor dividia-se entre o quotidiano de amanuense nos caminhos-de-ferro portugueses, onde era funcionário, as tarefas organizativas da Federação Maximalista e no empenho na criação do seu porta-voz, o jornal *Bandeira Vermelha*, que dirigirá formalmente a partir do quinto número e que, com uma mais ou menos regular saída ao domingo, se apresentara aos leitores em 5 de Outubro de 1919 tendo sido de imediato apreendido. O romance *A Catedral*, entretanto, entrara em composição pelos prelos da editora Guimarães.

Será pois no *Bandeira Vermelha* que Manuel Ribeiro, esse *enamorado da Revolução*, como a dado momento se auto-definiu, proclamará, num verbo extasiado e místico aquilo que a seus olhos e alma era a grandeza da revolução russa. Logo no segundo número do semanário da FMP se afirma na primeira página em reprodução da “Saudação da República Russa dos Sovietes ao Proletariado organizado de França”: *o capitalismo desmorona-se. O sol vermelho do proletariado levanta-se rutilante*. Por sua vez, no primeiro número sob direcção de Ribeiro, que corresponde ao 5º número do jornal, de 1-11-1919, as três colunas constitutivas da primeira página dizem: “Sovietismo o sindicalismo revolucionário é o mesmo que soviétismo”; “Ânimo! Petrogrado resiste! Salve, bolchevistas russos! E, para lembrar que havia uma ferida em aberto, “Agitando Ideias os anarquistas e a Ditadura do Proletariado”. *A Batalha*, entretanto, ia dando conta das dificuldades da impressão e de divulgação do jornal da FMP, o jornal que mais empolgadamente defenderá o ideal da revolução russa de 1917 em Portugal (1), como o atestam múltiplos artigos que, embora não assinados, ostentam a marca do inconfundível estilo de Ribeiro. Como exemplo veja-se a primeira página da edição de 7 de Dezembro de 1919 (por gralha surge a data de 7-10-1919) relativa ao número 10 do periódico que se apresentava como semanário comunista: *“Proletários!” A Revolução Social triunfou enfim na grande e gloriosa Rússia. Vencemos nós os que tivemos fé, os que nos declaramos logo bolchevistas desde a primeira hora da instauração dos soviets no poder. O reconhecimento da República Sovietista [...] será um facto dentro em pouco, ficando aberto precedente do reconhecimento dum governo revolucionário-comunista de carácter bolchevista em qualquer país. Camaradas, toda a Europa estremece já nos inícios da convulsão redentora. Lufadas vermelhas ensangüentam os horizontes abrasando de esperanças os corações. Vai soar enfim a hora suprema das reparações em que será feita justiça a todos.*

Na mesma primeira página, assinado por Manuel Ribeiro, o artigo “As novas tendências sociais” ostenta a respiração épica que o escritor imprimiu ao jornal, nele fala do *soviétismo como fórmula eslava do sindicalismo operário ocidental*, elogia a *vontade calma de Lenine e o pulso de ferro de Trotsky* e afirma que *um novo direito se cria*, para terminar: *outros ideais flamejam nos olhos ansiosos das multidões [...] a Revolução social concretizada na Ditadura do proletariado, expressão política da nova fórmula governativa, provisoriamente adoptada como uma solução irremediável a que não pode fugir-se. [...] É doloroso mas é necessário./ Todo o poder aos proletários, tal deve ser pois o lema inscrito na nossa bandeira, o grito de guerra das hostes vermelhas na hora suprema do novo arranço.*

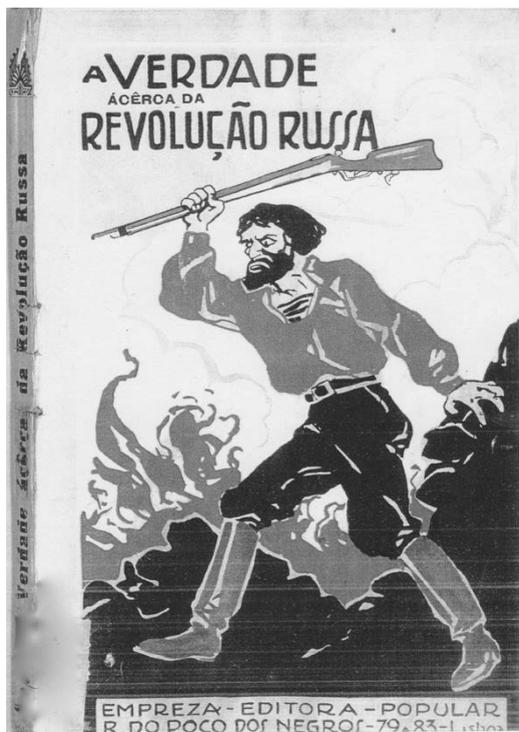
Por fim, indicar ainda a peça que Ribeiro apresenta no 41º número do *Bandeira Vermelha*, edição de 8-8-1920, já após a publicação do seu controverso primeiro romance, intitulada “Porque somos bolchevistas”, onde declara ser o *bolchevismo uma fase nova da civilização*.

Parece evidente como o exemplo colhido no triunfo da revolução russa dos soviets foi determinante no aparecimento da Federação Maximalista Portuguesa, Manuel Ribeiro, aliás, seria a esse respeito explícito: *A Rússia era um incitamento, um deslumbramento. Organizámos o bolchevismo em Portugal. Através de todas as perseguições, formou-se a Federação Maximalista* (“O Momento Europeu Não creio numa revolução social depois do resultado da experiência russa”, *Diário de Lisboa*, 5-9-1925, p. 5).

Acrescentaria ainda, numa entrevista a um outro jornal: *O bolchevismo, que surgiu como uma vaga ardente, empolgou-me porque veio sacudir o torpor em que tudo jazia. Que loucura! Que febre! Eu e mais alguns camaradas lançámos as bases duma vasta organização soviética no país. [...] Era uma dessas epidemias de carácter místico, que alastram por si e bastava a “Bandeira Vermelha” para comunicar o contágio com a retumbante vibração que nós lhe dávamos* (“O Depoimento de um Alto Espírito”, *Novidades*, 1-1-1926, p. 3.)

Entretanto, o processo de radicalização de Ribeiro conduzi-lo-ia à prisão e, na sequência do encarceramento, ocorreria o fim da FMP e a criação do Partido Comunista, em Março de 1921. Mas, esta é uma outra história, agora, importa destacar um outro dos fundadores, Eduardo Metzner, uma personalidade muito diferente de Ribeiro, mas que pugnou pela vitória da revolução russa e que em Portugal foi um dos seus primeiros e mais consistentes divulgadores. Em Dezembro de 1919, o *Bandeira Vermelha* assinalava o aparecimento de um trabalho de Metzner da seguinte forma: *Esta obra pelo exame imparcial dos factos e sua documentação, é indispensável a todos os que se interessam pelo movimento proletário e aos que põem na fórmula soviética a esperança de uma nova reorganização social.* (“Publicações recebidas”, *Bandeira Vermelha*, nº 10, 7-12-1919, p. 3)

A obra de Eduardo Metzner, que o *Bandeira Vermelha* apresentava em Dezembro de 1919 como *indispensável*, intitulava-se “A Verdade acerca da Revolução Russa – Notas e impressões, factos-documentos” e era editada, em Lisboa, pela Empresa Editora Popular. O mesmo jornal, na p. 4 da edição de 14-12-1919, em talhe



publicitário, adiantava tratar-se de uma *novidade sensacional e a melhor e mais completa obra sobre a Revolução Bolchevista*.

O recorte desta obra e o sentir do autor podem ser entendidos pela epígrafe de E. Enderiz escolhida para abertura: *A Revolução Francesa salvou ideologicamente a França e a Europa. Todos os povos sentiram a sua benéfica influência que foi como a chuva quando cai em terras sedentas. A Revolução Russa, maior que a Revolução Francesa, salvará o mundo.*

Este pioneiro trabalho de 136 páginas, do antigo casapiano e poeta Eduardo Metzner, é constituído por quatro partes: *Advertência; Prólogo; A Revolução Russa – primeira fase; A Revolução Russa – segunda fase*, composta por: *Os dias Vermelhos; A República dos Soveti (sic); Orgânica política; Lenine e a sua obra; Constituição; Declaração; A socialização das mulheres; Nota final.*

Desde já uma particular atenção à “Advertência” pois ela permite circunscrever muito precisamente o objectivo e os cuidados que Metzner punha no que era, no seu entender, a verdade, tanto mais que, se afirma, logo no início, que o livro não é, como à primeira vista parece, uma obra de propaganda a favor do bolcheviquismo é para logo acrescentar: *É claro que simpatizamos com esse esplêndido movimento revolucionário que está operando na Rússia a mais*

espantosa transformação social de todos os tempos. / O nosso objectivo, porém, ao escrevê-lo, foi iniciar uma campanha ‘pro veritate sublata’, coligindo factos e documentos históricos. Estas páginas escritas a correr, quase num relâmpago, foram concebidas à vista de apontamentos verídicos. São expressão da verdade acerca dos acontecimentos que convulsionam o antigo império moscovita e cuja repercussão através do globo é duma altíssima importância política e social. Adianta ainda que fazendo a apologia da Revolução Russa não queremos dizer que somos estritamente partidários da aplicação das fórmulas socialistas que pôs em prática, nem do seu sistema governativo. / Anarquista comunista que somos e, oportunamente, intervencionista, a nossa visão é diversa.

Metzner encontra aqui oportunidade para exprimir algumas discordâncias: *[...] pensamos que o sistema de governação actualmente em vigor na Rússia, não sendo impraticável nos países ocidentais, é, todavia, de difícil adaptação. O Sindicalismo conquista dia a dia, prodigiosamente, o campo em que há-de bater e derrotar definitivamente o Capitalismo, origem da miséria dos povos. As nações latinas e anglo-saxónicas estão mais preparadas para proclamar as repúblicas sindicalistas federativas do que para o sovetismo, inovação hodierníssima do espírito revolucionário. Além disso, achamos de uma terrível inconveniência a instituição dos soviets ou conselhos de soldados, operários e rurais, porque, existindo fundamentalmente um antagonismo na divergência de formação entre esses organismos e os sindicatos profissionais, este facto pode vir [...] a dar azo a dissensões com que só podem lucrar os reaccionários, prejudicando a Revolução em marcha. ‘Soviete’ ou sindicato – eis o problema. Optemos pelo segundo, conjurando um perigo que nos ameaça.*

Se a “Advertência” situa Metzner num preciso campo ideológico, também é lugar para exprimir uma explícita repulsa, que sempre manifestou na sua vida, pela demagogia, motivo para declarar a sua oposição a excessos da Revolução Russa: *[...] simpatizamos com a Revolução Russa. [...] não significa que sancionemos, achando-os lógicos, todos os seus actos. / Não. Abominamos a demagogia. E esse movimento revolucionário teve, infelizmente, logo na sua eclosão, excessos que reprovamos. [...] os dirigentes [...] foram, a princípio, duma condenável negligência, não coibindo as exorbitâncias de uma turba ignorante e perversa que desconhecia o significado e escopo da Revolução; por vezes, também, alienando o discernimento, desceram á prática de abusos contra a Liberdade.*

No “Prólogo”, Metzner acrescenta que *a difusão e a divulgação das ideias bolcheviquistas em Portugal se deve mais à imprensa burguesa do que aos folículos, aos periódicos e aos panfletos ou aos livros estrangeiros que tratam imparcialmente o assunto* (p. 16). Mais à frente, afirma: *Na Revolução Russa [...] ao lado de Lenine, Trotsky, Noghine, Zinoviev, Lunatcharsky, Kamenev, etc., trabalha com decisão e ânimo uma plêiade de homens cuja têmpera é de aço fino e diamante* (p. 28) para declarar que *a obra administrativa dos bolcheviques é um modelo de equilíbrio e honradez*

(p.29) e que *Lenine e Trotsky são, ninguém o pode contraditar, as duas maiores celebrações políticas do mundo civilizado* (p. 30).

Depois de historiar parte dos motivos que conduziriam à revolta na Rússia, o poeta, galvanizado na própria potência do seu estro afirma, já no terceiro momento do livro: *A Revolução, bela e feroz, era um facto. [...] A Rússia ia, enfim, quebrar os grilhões seculares, ia ser livre* (p.45).

Em boa verdade, Metzner, ao falecer em Fevereiro de 1922, vitimado pela tuberculose, não teve tempo de ver que os seus desejos não iriam corresponder à verdade que sempre procurou, como uma frase de sabor clássico, certamente recolhida nos seus tempos de seminarista em Coimbra, indicia ao pontuar, a espaços, este seu trabalho de divulgação da revolução de Outubro: *amicus Platus, sed magis amica Veritas*.

Em “A República dos Sovietes”, Metzner exprime a sua oposição ao sistema parlamentar, que considera *uma ficção*, e dá o *sufrágio* como *uma burla* (p. 75) vendo a solução na ditadura do proletariado: *A ditadura do proletariado que surgiu dessa revolução emancipadora há-de ser, dentro em pouco, embora como fórmula governativa transitória de governo, um facto real em toda a Terra. / As hostes proletárias, erguendo bem alto os seus guiões rubros, cantam o hino internacional da Era Nova.* (p. 81).

O trabalho de Metzner, se evidencia o fascínio que nele a Revolução de Outubro produziu, é tanto mais notável quanto se vê nele um esforço sincero de apresentar pontos de vista que tem como verdadeiros, assim, em “Lenine e a sua obra”, afirma (p.85): *Lenine é hoje, na Rússia [...] o que foram Sólon e Licurgo, na Grécia, Numa, em Roma, D. João II, em Portugal, Cromwell, na Inglaterra*, mais à frente transcreve o seguinte trecho de um trabalho que reputa de imparcialíssimo: *Lenine é um mestre na propaganda. [...] Gorky descreveu-o como um químico que, em vez de trabalhar com elementos químicos, trabalha com material humano, operando a sangue frio e tão desinteressadamente – como se não ligasse importância alguma à vida humana. [...] Possui todas as qualidades para chefe, incluindo a absoluta indiferença moral.* Metzner inclui uma nota da autora em que se diz (p.88): *Lenine discursando no 3.º congresso dos soviets a propósito da dissolução da Assembleia Constituinte, disse [...] “Os senhores exprobram-nos as violências que praticamos, mas nós não fomos nunca discípulos de Tolstoi.”*

O livro de Metzner inclui ainda a “Constituição da República Socialista Federativa dos Sovietes”, um capítulo que já tinha merecido tradução do poeta que a tinha apresentado num folheto, ainda em 1919, editado também pela Empresa Editora Popular e com prefácio de Leon Trotsky, “A Constituição Política da República dos Sovietes”, número inaugural da colecção “Biblioteca de Propaganda Social”.

O escrúpulo pela verdade leva Metzner a incluir uma “Declaração” dirigida, em 12-12-1918, à Liga Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão pelos delegados do partido socialista revolucionário e dos camponeses russos, onde se dá conta do regime de supressão das liberdades essenciais na Rússia dos soviets, liberdade de imprensa, liberdade de falar, de reunião, de associação, da destruição dos órgãos de autonomia local, entre outros atentados à liberdade.

Quase a finalizar, o autor dedica um capítulo a desmontar a calúnia de que na Rússia se praticava a socialização das mulheres. Acrescenta ainda, em “Nota final”, o seguinte (p. 135): *Reconhecemos a imperfeição do nosso trabalho escorçado num relâmpago, mas estamos na convicção – e isso nos basta para regozijar a consciência – de que prestámos um serviço de valor à causa sagrada da emancipação popular.*

Eduardo Metzner foi, em Portugal, um dos primeiros divulgadores da Revolução Russa e, em Dezembro de 1920, o seu nome figura entre os que compõem a Comissão Organizadora dos Trabalhos para a Construção do Partido Comunista, vindo, após a fundação deste partido, em 1921, a fazer parte dos seus corpos directivos, ao lado de Manuel Ribeiro. O seu espírito, a sua extraordinária determinação e coragem levaram-no a aprender russo, embora estivesse consciente que a tuberculose que o minava não lhe permitiria muito mais tempo vida, vindo a falecer, com 35 anos de idade, num quarto do Hospital de São José, em Lisboa, corria, ainda no início, o ano de 1922.

Notas: 1.) João G. P. Quintela, em *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido (1º Período 1919-1929)*, Afrontamento, Porto, 1976, assinala, na p. 21, que num total de 323 textos presentes no *Bandeira Vermelha*, 151 referem-se a textos de propaganda bolchevista (informações internacionais, artigos teóricos, polémicas, informações).

O ICONOCLASMO ACRATA E A CRISE DA CONSCIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA EM PORTUGAL NOS ANOS 20

PAULO EDUARDO GUIMARÃES

A revolução russa de Novembro de 1917 foi vista pelos contemporâneos como sendo o resultado direto do conflito mundial (1). Contrariamente ao que todos esperavam, a guerra total prolongou-se durante mais de quatro anos, pondo à prova a resiliência das sociedades europeias e as estruturas de poder dos Estados. Da desagregação dos velhos impérios na Europa central nasceram novas unidades políticas republicanas patrocinadas pelas potências vencedoras e apoiadas pelas burguesias nacionais. Entre os revolucionários sociais, a expectativa de um colapso generalizado da civilização burguesa deu lugar à frustração quando se percebeu que as sociedades capitalistas avançadas tinham sido capazes de reagir com sucesso às múltiplas ameaças internas e externas. Assim, ao contrário do que Marx defendera na sua teoria da História, sacralizada pelos partidos socialistas e sociais-democratas, as ameaças revolucionárias à ordem burguesa não emergiam nos países de maior desenvolvimento industrial, técnico e científico mas encontravam-se nas *periferias* onde uma estabilidade precária fora alcançada no quinquénio subsequente ao fim da guerra, entre 1918-1922 (2).

O processo revolucionário que conduziu à dissolução do Império czarista, que tornou inviável a república burguesa parlamentar saída revolução russa de Fevereiro e, que, finalmente, levou à construção do Estado soviético decorre e estrutura-se ao longo desse período conturbado, marcado pela violência extrema gerada pelas guerras imperialistas e, depois, pela hostilidade aberta das elites nacionais e das grandes potências à revolução social que triunfa na Rússia. São elas que patrocinam e cooperam com as forças reacionárias que saíram vitoriosas por toda a Europa, embora derrotadas na guerra civil russa (1917-1922). Em 1919, com o malogro da insurreição espartaquista na Alemanha (Janeiro de 1919), das repúblicas soviéticas na Hungria e Eslovénia, com a guerra civil na Finlândia e, no ano seguinte, com o desenlace fascista na Itália, na sequência do *Bienio Rosso* (1919-1920), enfim, com a incoerência do *Triénio Bolchevista* em Espanha (1919-1921), o Estado soviético russo teve de lidar militarmente com as crescentes dificuldades resultantes do seu isolamento internacional e com insurreições de vários tipos nos territórios do antigo Império, algumas delas bem-sucedidas como aconteceu na Polónia entre 1919 e 1921.

A criação da U.R.S.S. em 1922 sob direção do Partido Comunista que, desde cedo, controlou os soviets e impôs um regime de “ditadura do proletariado”, deve ser vista num quadro analítico mais geral, considerando a complexa estabilização da nova “ordem internacional” entre as duas guerras mundiais. Esta ordem foi responsável simultaneamente pelo isolamento do novo Estado e pela sua emergência como Estado líder revolucionário. Nesse processo, os bolcheviques criaram o Comintern – a Internacional Comunista ou III Internacional (1919-1943) –, e desenvolveram uma nova ideologia de combate e mobilização social: o marxismo-leninismo.

A fome de 1921-1922 que atingiu de forma aguda as regiões cerealíferas do Volga e o sul da Ucrânia, como resultado direto das secas, das perturbações da guerra civil e das exações violentíssimas levadas a cabo pelo Exército Vermelho no período do “comunismo de guerra”, desembocou no regresso ao capitalismo de mercado. Em Março de 1921, o Partido Comunista russo sob proposta de Lenine, aprovava a Nova Política Económica no seu 10º Congresso que vingaria até à sua abolição por Estaline em 1928.

Em Portugal, a clarificação sobre a natureza do regime soviético, até então perturbada pela falta de informação devido à guerra que se prolongava no distante Leste europeu e às barreiras linguísticas e culturais, ocorre nos meios operários nestes anos (3). Em 1919, a opinião veiculada nos meios operários era favorável à ação dos bolchevistas russos e acreditava-se que a revolução social na Europa e nas Américas estaria próxima. O anarquista Eduardo Metzner (1886-1922) escreveu nesse ano *A verdade sobre a revolução russa* depois de ter traduzido *A Constituição política da República dos Sovietes*, prefaciado por L. Trotsky, texto que parecia materializar os ideais do federalismo libertário (Silva-2014). A Biblioteca de Propaganda Social anunciava esses dois títulos sobre a nova Rússia e outro intitulado *Os Precursores e Caudilhos da República Social: Bakunine, Kropotkine, Trotsky, Lenine e Gorki* na contracapa do folheto de divulgação da música e letra do hino revolucionário *d’A Batalha*, o órgão confederal saído do 2.º Congresso Operário Nacional (Coimbra, Setembro de 1919): *Surgindo vem ao longe a Nova Aurora*. Não surpreende, por isso, que o *Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista, tomasse então como sinónimos bolchevismo, anarquismo e sindicalismo.

Os dois anos seguintes seriam decisivos para estabelecer uma atitude de oposição crítica face ao novo regime. A campanha de solidariedade para com os “famélicos russos” levada a cabo pelo jornal da C.G.T. revela a atenção que era dada àquela região do mundo mas constituiu um ponto de viragem crítico no debate sobre a revolução social a Oriente. Um dos folhetos do explorador e humanista Fridtjof Nansen (1861-1930) foi publicado pelo *A Batalha* com o título *A Fome na Rússia: causa e efeitos* (1922), o qual deixava de fora a parte da responsabilidade que cabia aos bolcheviques sobre a

fome extrema que atingiu cerca de 37,5 milhões de camponeses do Volga, devido às requisições violentas levadas a cabo pelo Exército Vermelho nos anos de guerra que precederam e acompanharam os dois anos de secas (4). Não parecem ter sido produzidos ou publicadas as fotografias chocantes que Nansan capturou e que circulavam noutros países ocidentais na forma de postais (5). Seja como for, a campanha internacional de angariação de fundos obteve em Portugal magros resultados, apesar das orientações enviadas por Prefeito de Carvalho a partir de Paris. Este militante, que tinha sido enviado em delegacia sindicalista à Rússia com a missão de relatar os acontecimentos naquele país e avaliar sobre a natureza revolucionária e emancipadora da nova ordem social, manteve-se em Paris, defendendo a “ditadura do proletariado”.

Contudo, logo em Janeiro de 1922, *A Batalha* publicava com destaque as resoluções aprovadas do Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim. Os anarquistas declararam-se então “contra toda a ditadura quer seja ela exercida pelos da «direita» quer pelos da «esquerda»” (*A Batalha*, n.º 980, 31-1-1922) e reiteraram os seus princípios de organização anticapitalista com base no federalismo. Demarcavam-se também da burocracia sindicalista, defendendo a profissionalização dos funcionários administrativos e separando-a dos cargos sindicais para afastar o perigo do controlo faccioso pelas direções (“os donos dos sindicatos”). Manifestavam-se, enfim, contra a Internacional Sindical Vermelha (ISV), identificada como organização de fachada da Internacional Comunista (IC), defendendo a independência dos sindicatos. A ação dos sindicalistas deveria ser orientada para defender as aspirações operárias e não para obedecer a diretrizes superiores. Os mesmos princípios levaram-nos a criticar os organismos filiados na Internacional de Amesterdão (1919-1945) bem como a Federação Americana do Trabalho, chefiada por Samuel Gompers (1850-1924), que alinhava então na ofensiva patronal contra os *Wobblies* da IWW (*Industrial Workers of the World*). Essas duas organizações estavam “corroídas pelo vírus colaboracionista e reformista” (*A Batalha* n.º 980, 31-1-1922).

Em finais de 1921, os anarquistas não tinham já ilusões sobre a natureza contrarrevolucionária do Estado comunista russo e da sua estratégia de subordinação e controle do movimento operário a Ocidente. No entanto, a assunção plena desta visão irreconciliável com o bolchevismo nos meios sindicais encontrava-se já patente no Congresso Operário da Covilhã (1922) no debate aceso sobre a proposta de adesão da C.G.T. à I.S.V. e tornar-se-ia irreversível nos anos que antecederam o golpe militar das direitas em 1926. Tratava-se agora de defender posições junto dos trabalhadores, de responder à propaganda sedutora que mitificava os sucessos da nova sociedade, temida e vilipendiada pelas forças conservadoras e liberais. A publicação da obra que relata o papel dos anarquistas na Revolução soviética russa e a forma como foram aniquilados ou presos, a *Repression de l'Anarchisme en Russie Soviétique* pelo Grupo de Anarquistas Russos Exilados na Alemanha, aparece apenas em 1923. A lista nominal e biográfica de 181 anarquistas russos “vítimas do poder comunista, fuzilados, assassinados ou mortos na prisão” surge graças à tradução de Voline (Vsevolod Mikhailovich Eikhenbaum, 1882-1945) como denúncia na altura em que a C.G.T.U. francesa decide aderir à I.S.V.

Ora, esta reação combatente dos sindicalistas revolucionários e dos anarquistas face aos comunistas partidários no seio das organizações operárias constituiu um epifenómeno da crise da consciência revolucionária que emergiu no final da guerra. Três elementos estruturantes e interdependentes se destacam nessa crise decorrente da I Guerra Mundial: o primeiro diz respeito às representações sobre a revolução, em especial, sobre o momento em que ela poderia ocorrer; o segundo refere-se ao modo em como ela decorreria e ao papel da violência nesse processo; o terceiro diz respeito à hipótese libertária, às referências culturais e à representação do anarquista, por um lado, e ao destino do credo leninista, por outro.

Em Fevereiro de 1920, a instabilidade política e agitação social em Portugal e por toda a Europa pareciam indiciar que a revolução social estaria iminente. Sobral de Campos, escrevia no órgão confederal um artigo com o título esclarecedor “Preparemo-nos!”, onde defendia o que muitos acreditavam: “a Revolução Social é inevitável, e avizinha-se. Cada dia que decorre, cada hora que passa, faz galgar distâncias enormes, galga estradas que nos parecem infundáveis. Os acontecimentos precipitam-se, as etapas ardem.” (*A Batalha*, 13-2-1920). A C.G.T. preparava então a Liga Operária de Expropriação Económica e, nesta altura, o sindicalista José Carlos Rates (1879-1945), que iria fundar o Partido Comunista, falava da necessidade imperiosa duma ditadura se “se pretendesse levar por diante um programa de socialização da economia”. Também no I.º Congresso das Juventudes Sindicalistas realizadas em Lisboa em 1921 proclamava-se, como princípio, “a violência como único meio de ação para destruir a sociedade burguesa” e preconizava, “os princípios sindicalistas revolucionários como meio de luta económica e de ação adentro da atual sociedade, educando-se e preparando-se para receber um novo regime social que, tendo por sistema político o anarquismo, e como regime económico e social o comunismo-anárquico, satisfaça os princípios ideológicos concebidos pela juventude proletária de hoje, almejando pela verdadeira Pátria Proletária dum amanhã muito próximo.” (*A Batalha*, n.º 657, 31-1-1921, p.1). A ideia de que a Nova Aurora estaria iminente era então inquestionável para muitos militantes sociais. De tal forma que, na mesma conferência, o núcleo juvenil dos Metalúrgicos achou por bem registar o seu repúdio pelo “caminho seguido de se discutir muito entre militantes operários de como será a sociedade amanhã e não darem um passo para preparar o proletariado para essa revolução”. (*A Batalha*, n.º 658, 2-2-1921, p. 1).

Em breve, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, tal como os socialistas e sociais-democratas europeus, seriam vistos pelos comunistas/bolcheviques como parte integrante da falência intelectual dos teóricos da emancipação humana, materializada nas organizações que produziram e nas ações que desenvolviam. Fascinados pelas vitórias do Exército Vermelho e pelas novas experiências sociais, viam que as ‘velhas táticas’ da social-democracia e do socialismo não tinham sido capazes de impedir o holocausto levado a cabo pelas aristocracias e burguesias europeias, nem de transformar a guerra imperialista numa guerra de classes. O debate aceso desencadeado em torno da adesão da C.G.T. à I.S.V. pelos subscritores do manifesto *Berlim ou Moscovo*, liderados pelos sindicatos arsenalistas, atravessou o Congresso Operário da Covilhã (1922) e refletia as frustrações com um movimento que parecia atolado na estratégia da ‘greve geral’ insurrecional como meio de levar a cabo o seu programa revolucionário.

A evolução dos acontecimentos na Europa, a derrota dos anarquistas italianos e a ascensão do fascismo, o reconhecimento crítico da nova sociedade soviética, obrigou os anarquistas a repensar as suas representações. Na Conferência Anarquista da Região Portuguesa, realizada em Março de 1923, os anarquistas reconheciam a necessidade desse grande momento violento que iria derrubar a ordem burguesa mas afirmavam-se contra toda a espécie de Estado, mesmo que seja transitório, de partidos ou de classe (“Conceção do Anarquismo perante a Revolução Social e a Ditadura do Proletariado”, *A Comuna* II, n.º 2, 25-3-1923). A sua posição constituía um ataque violento aos leninistas. Diziam eles, “devemos desmascarar estes hipócritas e maus neomarxistas que ousando levantar o grito de revolta contra a sociedade capitalista, não querem afinal mais do que implantar um novo regime de opressão que, como na Rússia, encarcerará os anarquistas que se rebelarem contra o seu nefasto poder”. Em face da Ditadura do Proletariado, os anarquistas manifestavam “a sua franca hostilidade, combatendo-a pelos mesmos processos e com as mesmas armas usadas contra a presente sociedade”. Os anarquistas afastavam-se igualmente da forma como os bolcheviques atuavam contra os “inimigos de classe”. Em Março de 1924, o Grupo Comunista Libertário “O Universo”, de Évora, ao mesmo tempo que preconizava, através da ação revolucionária, a criação de comunas e a extinção de todo o tipo de privilégios, desde logo recusava admitir nesse processo “a eliminação física dos antigos opressores”. No princípio desse ano, *A Comuna* tinha já clarificado a posição da União Anarquista Portuguesa (UAP) relativamente à “Atitude dos Anarquistas perante a Revolução Social” (*A Comuna*, n.º 43, 6-1-1924). Nele se afirmava perentoriamente que “o erro fundamental dos revolucionários consiste em considerar a Revolução Social como um facto decisivo”. Pelo contrário, “os anarquistas consideram que a revolução social marcará diversas fases tendentes ao aniquilamento de todas as formas de governo”. Os anarquistas eram agora considerados como utópicos e irrealistas: “os partidários da revolução imediata afirmam que pela propaganda do ideal anarquista só ao fim de muitos séculos talvez se conseguirá atingir o nosso fim” (A. P. Matos, “A Revolução Imediata e a Revolução Social”, *A Comuna*, II, n.º 16, 1-7-1923).

Essa nova imagem dos anarquistas aparece na obra de Rates em que relata a sua viagem à Rússia em 1924. A sua visão crítica não era tributária desse folheto escrito por Lenine em Abril 1920 sobre a “doença infantil do comunismo”, que foi distribuído aos delegados do II Congresso da Internacional Comunista, mas resultava provavelmente de ideias estereotipadas correntes nos meios bolcheviques, confirmada pela sua leitura da obra do anarquista Victor Serge (1890-1947), *La ville en danger, Petrograd Van II de la révolution* que foi publicada em Paris pela Librairie du Travail no ano da sua viagem (Rates, 1976: 111-12) (6). Reconhecia ele que os libertários tiveram uma parte muito ativa na Revolução Russa mas que o seu “espírito é dado a perpétuos voos, e as suas habituais consequências desastrosas”, não abdicando dos seus valores mesmo contra o bom senso em situações quotidianas. No essencial, para Rates a Revolução Russa tinha demonstrado que ser revolucionário pressupunha a disponibilidade para exercer a violência extrema contra outros seres humanos, como eram as execuções sumárias contra inimigos e traidores, em nome de um bem superior. A Revolução Russa, a grande revolução proletária, enfileirava nas grandes revoluções violentas do passado: a Francesa, a Americana, a Inglesa. Ele não tem, por isso, outro comentário quando se depara com um funcionário da tenebrosa Tcheka que não seja o de notar o seu impecável e distinto trajar. E não deixa de se maravilhar com as generosas ofertas (sic) que os camponeses ucranianos dão aos funcionários do Partido nas suas *tournées* de propaganda (Rates, 1976: 212-13). Nessa obra destinada a formar militantes comunistas, Rates relatava em poucas páginas o que lhe tinham contado e mostrado. Enfim, pelos seus princípios sublimes e humanistas, os anarquistas não estariam assim preparados para lidar com esta realidade imposta pela História. E como resultado dessa revolução proletária, ele via nascer uma nova civilização e um país em curva ascendente, embora cercado de baionetas, e objeto de calúnias e insultos. A Rússia “romperá inexoravelmente o círculo de ferro que a estreita e imporá a sua civilização”. Seriam assim as realizações soviéticas que iriam redimir os erros e os excessos próprios duma ditadura do proletariado e que dariam alento aos militantes comunistas, nos países capitalistas, a estratégia de participação parlamentar, e de infiltração e conquista dos sindicatos por dentro.

Nos anos que antecedem a ditadura militar, Manuel Joaquim de Sousa, na qualidade de secretário-geral da C.G.T. desenvolverá uma luta ideológica notável na defesa dos princípios do anarcossindicalismo, na reorganização do movimento segundo essas bases saídas do Congresso de Coimbra (1919) e contra as forças dissolventes internas, nas quais se destacavam a ação dos “moscovitários” dentro dos sindicatos e dentro das Juventudes Sindicalistas (7). Em Abril de 1926,

nas vésperas do 2.º Congresso das Juventudes, o Partido Comunista é considerado “contrarrevolucionário e prejudicial à luta revolucionária dos trabalhadores em prol da sua emancipação” e o Partido Socialista “um partido burguês e portanto incapaz de conduzir os trabalhadores à sua libertação.” A simples ideia de colaboração com os comunistas é rejeitada. Afinal, para os libertários, a Revolução Russa tinha enganado muito boa gente (v. documento anexo).

Notas: 1.) O social-democrata alemão Paul Lensche (1873-1926) oferece-nos uma visão da transformação social que a guerra prometia à escala mundial, iludindo-se sobre o papel de liderança que a Alemanha iria desempenhar no desenlace do conflito (Lensche, 1918: 1/2). Os socialistas Paul Vandervelde (1866-1938) e John Reed (1887-1920), tal como o jornalista americano Albert Rhys Williams (1883-1962) observaram os acontecimentos na Rússia de forma favorável aos bolcheviques ainda no período do “comunismo de guerra” (Reed, 1919; Williams, 1921). Na obra de Vandervelde, que seria traduzida para português e publicada pela editora Spartacus em 1925, a violência revolucionária é tratada compreensivamente, invocando o lastro histórico das grandes revoluções sociais dos séculos XVIII e XIX (Vandervelde, 1918: 237). Para uma leitura académica da evolução histórica da revolução russa feita nos anos 20 veja-se a obra de James Mavor (1928) e, posteriormente, a obra de Carr (1958). Uma síntese historiográfica recente encontra-se em Figes (1996). 2.) Uma análise histórica deste período na Europa encontra-se, por exemplo, em Maier (1988). 3.) Sobre o impacto da Revolução Russa na opinião pública em Portugal, as diferentes leituras dos acontecimentos e dos poucos relatos de militantes enviados em missões à Rússia veja-se Ventura (1981), Ferreira (2011), Vilhena (2013) e Leal (2017). 4.) Os problemas da política coletivista levada a cabo pelo Partido Comunista Russo na Ucrânia foram tratados na 8.ª Conferência (2-4 Dezembro de 1919). Jakovliv, Secretário do Conselho dos Comissários do Povo, atribuía ao fracasso ao facto de não se terem considerado as condições dos camponeses ucranianos que, depois de sofrerem a ocupação alemã, não viam nenhuma melhorias face ao período czarista. A região do Volga e da Ucrânia foram esgotadas para salvar a Rússia soviética que enfrentava a fome. Em breve, os camponeses levantaram-se contra o poder soviético (Nakai, 1981). O conhecimento entre os meios anarquistas portugueses sobre a revolução maknovista não é anterior a 1926 (Makno, 1926). 5.) A ação de Nansen e a ajuda da americana através da A.R.A. (*American Relief Administration*, constituída pelo Congresso dos E.U.A em Fevereiro de 1919) tinha sido decisiva para salvar da fome milhares de europeus até 1922. Nansen, que criou o Comité Internacional para Ajuda à Rússia (1921), defendia a integração do país soviético na ordem internacional e a necessidade de investimento externo para a reconstrução da Eurásia, apesar do governo russo se recusar a assumir a sua dívida externa. A ação da A.R.A., liderada por Hoover (futuro presidente dos E.U.A.) estendeu-se na U.R.S.S. até 1923 e, em conjunto com outras organizações, terão livrado da morte 10 milhões de pessoas. A estimativa dos mortos pela fome e doenças associadas varia entre 5 a 10 milhões de indivíduos. Muitos camponeses recorreram ao canibalismo para sobreviverem. 6.) Sobre o percurso militante de V. Serge veja-se Price (2007). 7.) Sobre a evolução organizacional e os problemas internos da C.G.T. veja-se Teodoro (2013), Guimarães (2007) e Freire (1997).

Referências bibliográficas:

Carr, Edward Hallett (1958) - *An History Of Soviet Russia Socialism In One Country 1924-1926*. Nova Iorque: The Macmillan Company; Ferreira, Pedro Soares (2011) *Entre o terror e a esperança. A Revolução Russa na sociedade portuguesa, 1917-1921*. Casal de Cambra: Caleidoscópio; Figes, Orlando (1996) *A People's Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924*. Londres: Jonathan Cape; Freire, João (1992) *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento; Guimarães, Paulo Eduardo “Cercados e perseguidos: La Confederação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario em Portugal (1926-1938)”. In Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (eds.), *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 199-241; Leal, Ernesto Castro (2017) “A Revolução Russa de Outubro de 1917 e os primórdios do regime comunista: aspectos da recepção pública e da dinâmica política em Portugal (1917-1926)”, *Historia Crítica*, Bogotá, 64: 39-60; Lensche, Paul (1918) *Three Years of World-Revolution*. Londres: Constable & Company Ltd.; Maier Ch. S.: (1988) *La refundación de la Europa burguesa. Estabilización en Francia, Alemania e Italia en la década posterior a la Primera Guerra Mundial*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social; Makhno, Nestor (1926) *The Russian Revolution in Ukraine (March 1917-April 1918)*. The Anarchist Library; Mavor, James (1928) *The Russian Revolution*. Londres: George Allen & Unwin Ltd.; Nakai, Kazuo (1982) “Soviet Agricultural Policies in the Ukraine and the 1921-1922 Famine”, *Harvard Ukrainian Studies*, VI (1), Cambridge, Harvard University; Ukrainian Research Institute; Rates, José Carlos (1976) *A Rússia dos Sovietes (1925)*. 2ª Edição - Lisboa: Seara Nova, 1976 - prefácio de César de Oliveira; Silva, Gabriel Rui (2014) *Eduardo Metzner – Vida e Obra de um Sem-abrigo*, Editora Licorne; Teodoro, José Miguel de Jesus (2013) *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. 2 vols. Lisboa: UL/FL - Diss. doutoramento em História Contemporânea; Valdervelde, Emile (1918) *Three Aspects of the Russian Revolution*. 1.ª ed., Londres: George Allen & Unwin Ltd.; Ventura, António (1981) “Os primeiros contactos. Portugal e a Rússia soviética”, *História*, 30: 44-46; Vilhena, Marcos Nunes de (2013) *Recepção e Percepção da Revolução Russa na Crise do Sistema Demoliberal Português. Uma Análise de Imprensa*. Lisboa: ISCTE-IUL; Wayne Price (2007) *Victor Serge and the Russian Revolution*. The Anarchist Library; Williams, Albert Rhys (1921) *Through the Russian Revolution*. New York: Boni & Liveright.



Folhas de rosto e contra-rosto do hino *L'A Batalha* (BNP - Arquivo Histórico-Social, cx. 63AHS 6785)

Empreza Editora Popular

OFICINAS GRAFICAS

| | |
|--|--|
| <p>• Obras sociológicas editadas por esta empreza</p> <p>Resurreição, por Emilio Zola, 500 rs.</p> <p>Ultimo dia dum condenado, por Victor Hugo, 200 rs.</p> <p>Na prisão, por Massimo Gorki, 200 rs.</p> <p>Jesus na Guerra, por Adrian del Val, 500 rs.</p> <p>O sr. Ministro, por Emilio Zola, 500 rs.</p> <p>Biblioteca de Propaganda Social:</p> <p>• A constituição politica da Republica dos Sovietes, com um prefacio de Leon Trotsky, 100 rs.</p> <p>• Russia Nova, 100 rs.</p> <p>• Necessidades da Associação, por José Prêt.</p> <p>• Do Trabalhador Indiferente, por Pinto Quartim, 60 rs.</p> | <p>• Os precursores e os fundadores da Republica Social: Bakunin - Kropotkin - Trotsky - Lenin - Stali</p> <p>Quem é a União Operaria Nacional.</p> <p>Com prefacio:</p> <p>A verdade sobre a Revolução Russa</p> <p><small>Esta brochura e grande manifestação de solidariedade que todos os trabalhadores e operários devem ler e distribuir em suas localidades.</small></p> <p>PAPÉLARIA</p> <p>LIVRARIA</p> <p>TIPOGRAFIA</p> <p>EM JADERNIZAÇÃO</p> <p>Carimbos de borracha</p> <p>Especialidade em</p> <p>BILHETES POSTAIS ILUSTRADOS</p> <p>e</p> <p>LIVROS ESCOLARES</p> |
|--|--|

Poco dos Negros, 79, 81, 81-A, 83 e 83-A

TEL. 4009 C. LISBOA



UM DOCUMENTO EBORENSE DE 1921

No dia 14-8-1921 o quinzenário eborense Avante! [com subtítulo “Precursor da sociedade Igualitária”, Ano I, n.º 2], propriedade do Grupo Editor “Avante!”, publicava [em tradução não assinada] um apelo dos anarco-sindicalistas russos para a defesa da revolução russa, mas já muito crítico do regime implantado pelo partido bolchevique. Em Portugal os ecos da revolução russa ainda estavam muito vivos entre os trabalhadores mais conscientes, embora muito deles já se comesçassem a aperceber de que a nova ditadura “do proletariado” era cada vez mais uma ditadura dos bolcheviques sobre o restante movimento operário e popular. Em Agosto de 1921 já tinha sido esmagada com mão de ferro, por Lenine e Trotsky, a revolta dos marinheiros revolucionários de Cronstadt; as prisões já estavam cheias de anarquistas e a maior parte das suas sedes e jornais fechados; é também em Agosto de 1921 que o movimento revolucionário ucraniano liderado por Nestor Makno é esmagado pelos bolcheviques e os seus principais dirigentes obrigados a deixarem a Ucrânia. Apesar deste contexto, os anarquistas russos tentam ainda salvar a revolução da sua deriva autoritária e pedem apoio internacional. Não o vão conseguir. A ditadura “soviética” reforça-se nos meses e anos que se seguem e muitos milhares de anarquistas e anarco-sindicalistas pagam com a liberdade e com a vida a sua fidelidade aos ideais revolucionários. Uma ditadura que se manterá de pé durante várias décadas, mantendo sempre características imperialistas, que levaram o “comunismo de Estado” a implantar-se em diversos países. Já decadente e com menos vigor ideológico e repressivo do que em décadas anteriores, a ditadura dita “soviética” implodiu em finais da década de 80 deixando apenas saudades a alguns sectores mais extremistas e radicalizados do marxismo-leninismo para quem a “União Soviética” era “o sol do mundo”. [CARLOS JÚLIO]

PELA LIBERDADE CONTRA A DITADURA

Um apelo dos anarquistas russos ao proletariado de todos os países

Camaradas: a guerra imperialista de quatro anos e a guerra civil que dura quasi três reduziram o nosso país a um estado de completa miséria.

A guerra civil, que tem esgotado todas as energias da Rússia revolucionária, não é motivada somente pela contra-revolução interna, nem somente pela burguesia russa; os maiores responsáveis desta guerra são os governos rapaces da entente, que não perdem ocasião, por pequena que seja, de procurar esmagar a nossa revolução.

A Entente atacava-nos e continua a atacar-nos, directa e indirectamente. Ela apoderava-se há pouco do norte da Rússia; ela sustentava abertamente, as legiões tchecoslovacas na Sibéria; ela mantinha Koltchak, Denikine e Yudenitch; ela ajudava contra nós os pequenos estados vizinhos, e ela, com o seu infame bloqueio, impunha a fome a nossos filhos. Mas todos esses ardis e ainda muitos mais, fracassaram ante a resistência e o heroísmo do proletariado revolucionário. Contudo, a Entente, poderosa, dona do mundo, não depôs as armas, não perdeu a esperança de aniquilar a nossa revolução e de restabelecer a pútrida democracia.

Além disso, ajudou o general do antigo império, o barão Wrangel, a congregar as forças contra-revolucionárias; lançou contra nós a Polónia; incitou a Roménia, a Hungria e outros países, e continua ainda fornecendo oficiais, armas e dinheiro a todos os inimigos da Rússia revolucionária.

Companheiros: o nosso heróico povo tem-se extenuado na luta, morre de fome, carece de medicamentos e aspira à paz e à normalização da sua vida económica. Para isso necessita do vosso apoio, do vosso energico socorro revolucionário.

Ajudai-nos, quanto antes!

Nós, anarquistas-sindicalistas da Rússia, mau grado as perseguições que sofremos da parte do governo socialista, apesar do nosso completo desacordo com a política do partido governamental,

apesar da nossa negação da ditadura do proletariado, quanto mais da ditadura dum partido, ditadura que é um dos grandes factores da desorganização económica e da ausência de vida política no país, ditadura que mata o espírito de iniciativa e a força criadora deste, nós vos dirigimos um veemente apelo para que nos ajudeis a sustentar a Rússia na sua luta contra a burguesia do mundo inteiro.

Companheiros: Cumprí com-nosco o dever de solidariedade internacional dos trabalhadores, acabando com a denominação da vossa burguesia, como nós acabámos com a nossa.

Mas não repitais o nosso erro: não introduzeis o comunismo de Estado.

Vinde em nosso auxílio!

Não deixeis partir comboios com munições e víveres para os inimigos do proletariado russo, iniciador da revolução mundial; suspendei a produção de armas e munições que a vossa burguesia manda fabricar para os cães danados que lança contra a Rússia, foco da revolução mundial; obrigai os governantes a tratar connosco a troca de produtos, enviando-nos máquinas, medicamentos, víveres e vestuários. Mas, o mais completo, o mais decisivo auxílio que podeis prestar-nos, consiste em fazer a revolução nos vossos respectivos países!

Urge o vosso socorro!

Viva a revolução social do mundo!

Abaixo a burguesia e o Estado, incluindo o Estado proletário!

Viva o regime comunista-sindicalista que conduz à comuna anarquista e repele a ditadura!

Viva a Internacional operária e a Internacional Anarquista!

Avante! O espírito do comunismo livre desenvolve-se sobre a terra!

O Conselho Provisório Executivo da Federação Russa dos Anarquistas-Sindicalistas.

G. MAXIMOFF, E. JARIETOUSE, S. MARKUS.

PELA LIBERDADE CONTRA A DITADURA

[Um Apelo dos Anarquistas Russos ao Proletariado de todos os Países]

Camaradas: a guerra imperialista de quatro anos e a guerra civil que dura [há] quase três reduziram o nosso país a um estado de completa miséria.

A guerra civil, que tem esgotado todas as energias da Rússia revolucionária, não é motivada somente pela contra-revolução interna, nem somente pela burguesia russa; os maiores responsáveis desta guerra são os governos rapaces da Entente, que não perdem ocasião, por pequena que seja, de procurar esmagar a nossa revolução.

A Entente atacava-nos e continua a atacar-nos, directa e indirectamente. Ela apoderava-se há pouco do norte da Rússia; ela sustentava abertamente as legiões tchecoslovacas na Sibéria; ela mantinha Koltchak, Denikine e Yudenitch; ela ajudava contra nós os pequenos Estados vizinhos, e ela, com o seu infame bloqueio, impunha a fome a nossos filhos. Mas todos esses ardis e ainda muitos mais, fracassaram ante a resistência e o valor do proletariado revolucionário. Contudo, a Entente, poderosa, dona do mundo, não depôs as armas, não perdeu a esperança de aniquilar a nossa revolução e de restabelecer a pútrida democracia.

Além disso, ajudou o general do antigo império, o barão Wrangel, a congregar as forças contra-revolucionárias; lançou contra nós a Polónia; incitou a Roménia, a Hungria e outros países, e continua ainda fornecendo oficiais, armas e dinheiro a todos os inimigos da Rússia revolucionária.

Companheiros: o nosso heróico povo tem-se extenuado na luta, morre de fome, carece de medicamentos e aspira à paz e à normalização da sua vida económica. Para isso necessita do vosso enérgico socorro revolucionário.

Ajudai-nos, quanto antes!

Nós, anarquistas-sindicalistas da Rússia, mau grado as perseguições que sofremos da parte do governo socialista, apesar do nosso completo desacordo com a política do partido governamental, apesar da nossa negação da ditadura do proletariado, quanto mais da ditadura dum partido, ditadura que é um dos grandes factores da desorganização económica e da ausência de vida política no país, ditadura que mata o espírito de iniciativa e a força criadora deste, nós vos dirigimos um veemente apelo para que nos ajudeis a sustentar a Rússia na sua luta contra a burguesia do mundo inteiro.

Companheiros: Cumprí com-nosco o dever de solidariedade internacional dos trabalhadores, acabando com a denominação da vossa burguesia, como nós acabámos com a nossa.

Mas não repitais o nosso erro: não introduzeis o comunismo de Estado.

Vinde em nosso auxílio!

Não deixeis partir comboios com munições e víveres para os inimigos do proletariado russo, iniciador da revolução mundial; suspendei a produção de armas e munições que a vossa burguesia manda fabricar para os cães danados que lança para a Rússia, foco da revolução mundial; obrigai os governantes a tratar connosco a troca de produtos, enviando-nos máquinas, medicamentos, víveres e vestuários. Mas o mais completo, o mais decisivo auxílio que podeis prestar-nos, consiste em fazer a revolução nos vossos respectivos países!

Urge o vosso socorro!

Viva a revolução social do mundo!

Abaixo a burguesia e o Estado, incluindo o Estado proletário!

Viva o regime comunista-sindicalista que conduz à comuna anarquista e repele a ditadura!

Viva a Internacional operária e a Internacional Anarquista!

Avante! O espírito do comunismo livre desenvolve-se sobre a terra!

MAXIMOFF, E. JARIETOUSE, S. MARKUS

[Conselho Provisório Executivo da Federação Russa dos Anarquistas-Sindicalistas]

OS ANARQUISTAS PORTUGUESES FACE À REVOLUÇÃO RUSSA E AOS PARTIDOS COMUNISTAS

[declaração de 1926]

O aparecimento dos partidos comunistas cuja criação é influenciada primeiramente pela revolução russa e actualmente pela III Internacional, nas mãos do governo russo, enganou muito boa gente.

Estes partidos encontraram toda a sua força nas cisões dos partidos socialistas desacreditados pela sua cumplicidade com a burguesia durante o conflito europeu.

Não compreendemos a razão por que se dá a estes partidos a designação de revolucionários e se considera que a sua orientação ideológica seja dum carácter social. Os partidos comunistas são partidos de governo, de predomínio, de força. Valem o mesmo que todos os partidos burgueses, com a diferença de que possuem uma direcção internacional, à qual têm de se submeter.

No princípio da sua constituição estes partidos eram acessíveis a todas as adesões. Actualmente, porém, a III Internacional (de Moscóvia) ordena uma cuidadosa selecção em todos os partidos aderentes, sob vários pretextos. Esta determinação não foi bem aceite por elementos do partido francês, que protestou, resultando cisões no mesmo partido. A Internacional Comunista pretende tornar os partidos comunistas umas delegações políticas e diplomáticas, espécie de secções do ministério dos Negócios Estrangeiros russo, e, ao mesmo tempo, focos de agitação em cada país.

A III Internacional comete o erro de impor uma política igual a todas as organizações aderentes, sem querer saber da psicologia de cada país. Um dos objectivos principais dos partidos comunistas é a infiltração nos sindicatos, trazendo-os para a causa comunista. Dada a natureza do sindicalismo, que nunca ingressaria numa Internacional política, constituiu-se em Moscóvia uma Internacional Sindical Vermelha que não é mais que um secção da Internacional Comunista e um chamariz aos sindicatos revolucionários que, apesar de tudo, com raras excepções, não se sentem atraídos para lá. E neste facto, os anarquistas, tão odiados por aqueles partidos, têm uma influência preponderante.

Os anarquistas, os sindicalistas revolucionários, têm sido admiráveis no combate a estes partidos intrusos, que têm feito uma obra de destruição, de dispersão de forças, não conseguindo, apesar das perseguições do governo russo e apesar das traições nos outros países, aniquilar, manchar e diminuir o ideal anarquista. E nas ruínas do movimento revolucionário, os anarquistas lutam, repelem esses partidos comunistas que pretendem subor[di]nar tudo ao seu poder.

Somos a facção mais revolucionária, mais aguerrida e mais preste do movimento português. O nosso sentimento de independência é tão forte que nenhum partido político, nem mesmo o comunista, cujo embate fomos os primeiros a sofrer, conseguiu absorver-nos. A grande parte dos revolucionários presos são Jovens Sindicalistas. Mas falta que a Juventude Sindicalista afirme a sua vontade, defina o seu pensamento, em meio do confusionismo que na falange revolucionária lavra.

Em face do PC devemos afirmar a nossa aberta hostilidade, negando-lhe a qualidade de revolucionário porque é um partido de dissolução, de predomínio, e de governo. Combatê-lo-emos, como combateremos os partidos burgueses, como desmascaramos todos os traficantes da ideia revolucionária. Nada de entendimentos com semelhante partido que pretende absorver-nos e asfíriar-nos.

“Tese de princípios a apresentar no II Congresso Nacional
das Juventudes Sindicalistas pela sua Comissão Organizadora”, Lisboa, Março de 1926
[BNP/Arquivo Histórico-Social/Colecção João Freire – Caixa 204]

AS PRISÕES

E A LIBERDADE COMO VALOR ABSOLUTO

MANUEL HIPÓLITO ALMEIDA DOS SANTOS

“A liberdade concreta supõe que esteja garantido ao indivíduo o direito de se desenvolver, enquanto tal, num mundo cuja razão de ser seja para ele evidente e, portanto, sensata.” [Joël Wilfert, *La liberté* (O Estado: Realidade Efectiva da Liberdade)] Vivendo um tempo em que a liberdade é posta à prova frequentemente, devemos ter em conta esta reflexão do filósofo contemporâneo Joël Wilfert que coloca a sensatez do meio como uma das condições necessárias para o exercício da liberdade.

Assim sendo, importa analisar se neste início do século XXI se verifica a existência de sensatez na aceitação de instituições criadas para decidirem e executarem penas e medidas privativas da liberdade.

Para o número 64 de *A Ideia* (Março de 2008), escrevi um artigo intitulado “Prisões: Que esperança?” onde desenvolvi o meu entendimento sobre a realidade de então. Passados estes anos importa actualizar esta problemática, nomeadamente no atropelo ao valor da liberdade.

A consideração de poder ser a liberdade um valor absoluto tem vindo a merecer reflexões que apontam neste sentido, acentuando-se um crescendo na sua abordagem. E como poderemos alargar a reflexão com a inclusão das instituições onde se cumprem medidas privativas da liberdade, de que as prisões são um exemplo, como instituições perigosas para a afirmação desse valor? Certamente que esta discussão trará as objecções semelhantes às verificadas quando se discutiu o direito à vida como valor absoluto, mas em 2017 a pena de morte já foi abolida na maioria dos países do mundo e o próprio catecismo da Igreja Católica retirou a sua admissibilidade nos finais do século passado.

Muitas personalidades relevantes têm, nos últimos anos, tomado posição sobre os múltiplos aspectos negativos das prisões, desde o filósofo Michel Foucault e outros filósofos até muitos conferencistas presentes em variadas intervenções públicas. Relembremos algumas das frases mais significativas.

– *Habrà que tener la valentia de denunciar la injusticia social como la primera y más grave delincuencia, geradora de otras muchas delincuencias (...)* – Conferência Episcopal de Espanha, Padre José Sesma León

– *A cadeia é um lugar injusto. (...) Parte de um tipo de Estado que, com ela, busca fins de repressão e submissão (...) A cadeia tal como a conhecemos não foi inventada para curar ou reabilitar (...)* – P. António Correia, Capelão do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

– *O sistema penitenciário clássico falhou os seus propósitos* – Ex-Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa

– *A experiência dos últimos 200 anos tem sido um fracasso. (...) A prisão não reinsere; por vezes fomenta a própria criminalidade.* – Dr. Germano Marques da Silva, Professor de Direito Penal

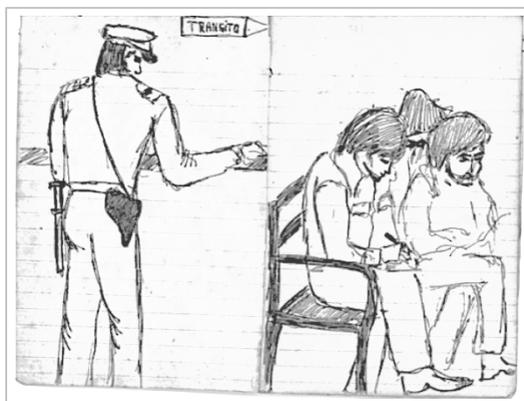
– *Todo o ser humano é maior que o seu erro! (...) Mais policiamento? Maior vigilância? Mais meios de controle de indivíduos e grupos? Mais grades nas nossas janelas? Mais alarmes nas nossas entradas? Mas o mundo não pode transformar-se numa enorme cadeia onde todos nos vigiamos uns aos outros e de todos desconfiamos... Que mundo?! Assim, ninguém lá querará viver!* – Padre João Gonçalves, Coordenador Nacional da Pastoral Penitenciária de Portugal

– *As nossas prisões não cumprem as condições mínimas relativamente à alimentação, saúde, higiene, privacidade e liberdade religiosa.* – Comissão Nacional Justiça e Paz

– *O actual sistema de justiça está fora deste tempo e deste modelo de sociedade* – Ex-Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Dr. António Cluny

– *O condenado que entra numa penitenciária é como uma mercadoria que se arrecada num armazém e, pouco a pouco, vai entrando no abismo dos malditos, dos ex-homens, com os seus conflitos e farrapos de tragédia (...)* – Emídio Santana (in *Onde o homem acaba e a maldição começa*)

– *(...) nos últimos dois séculos o sistema de justiça tem mantido características de desumanidade de forma permanente.* Michel Foucault (in *Vigiar e Punir*)



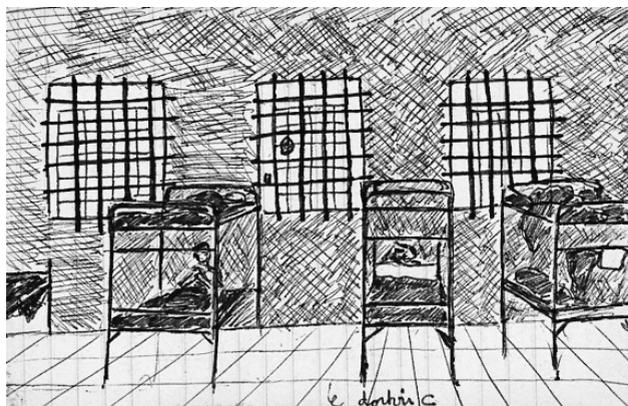
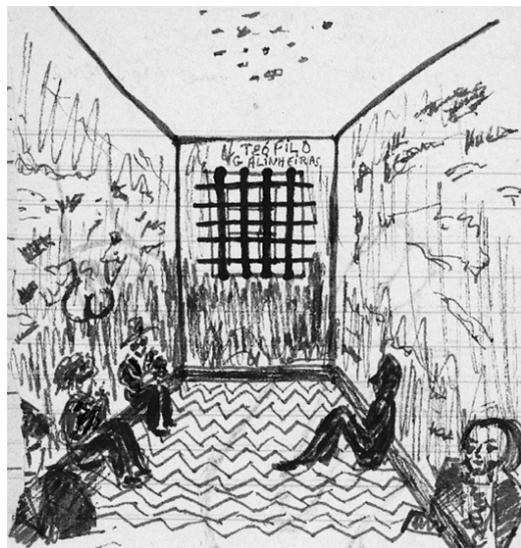
[Este trabalho e os seguintes são desenhos de prisão de Dominique Labaume (1976)]

O sistema penal vigente não tem obstado a que as prisões sejam instituições violentas, opressoras e violadoras dos direitos humanos. Situações no interior das prisões como tráfico de drogas e bens, homossexualidade, violações, roubos, chantagens sobre as famílias, autoritarismo, prepotência, penas longas e injustas, retenção indevida de bens, etc..., têm necessariamente de provocar a alteração deste sistema penal, reforçando a consideração da liberdade como valor absoluto. Este sistema continua a ser autista perante a condenação reiterada pelas Nações Unidas de que Portugal continua a negar aos seus cidadãos o direito à autodefesa, consignado no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, sendo os reclusos particularmente injustiçados com tal negação.

As prisões são cada vez mais instituições opacas de que um exemplo é o facto dos relatórios anuais de cada estabelecimento prisional terem deixado de serem publicados desde 2010, sendo a opacidade inimiga da liberdade. Os dados conhecidos já nos dão uma ideia da dimensão aterradora duma política punitiva que se tem vindo a agravar, estando ausente qualquer dinâmica de prevenção no sentido duma sociedade mais humana, pacífica e fraterna.

Vejamos alguns dados sobre Portugal, relativos a 31 de Dezembro de 2016.

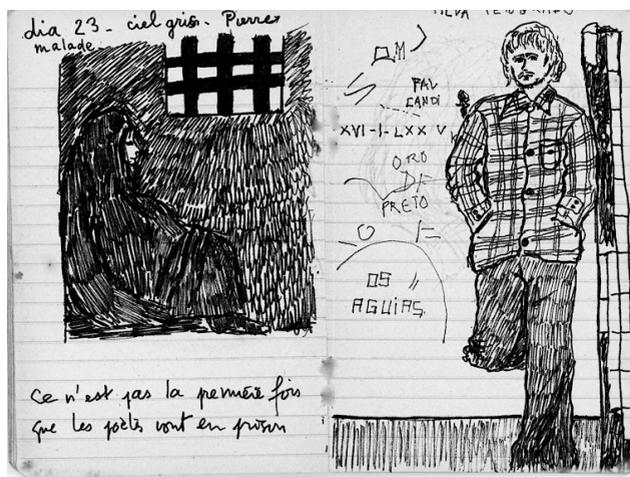
Durante esse ano cerca de 600.000 processos de inquérito foram registados e movimentados nos serviços do Ministério Público dos Tribunais Judiciais, tendo sido julgados cerca de 150.000. Temos sobrepopulação prisional, com o total de reclusos de 13.779 (a lotação máxima é de 12.600), sendo 94% homens e 6% mulheres (os estrangeiros são 15%), representando a faixa etária dos 30 aos 40 anos 30% do total (havia 191 reclusos com idades entre os 16 e os 20 anos e 5% têm mais de 60 anos), com 16% do total de reclusos em prisão preventiva, sendo 75% das penas aplicadas superiores a 3 anos (havia 310 reclusos com penas indeterminadas ou medidas de segurança). O tipo de crimes estava distribuído entre: Contra as pessoas (homicídios, ofensas à integridade física, etc.): 25%; Contra os valores e interesses da vida em sociedade (incêndio, associação criminosa, condução perigosa, etc.): 10%; Contra o património (roubo, furto, burla, etc.): 28%; Estupefacientes (tráfico, consumo, etc.): 19%; Contra o Estado (desobediência, corrupção, etc.): 6%; Outros (fiscais, condução sem carta, etc.): 12%; (Deve-se ter em conta que muitos dos crimes contra as pessoas e contra o património destinam-se a obter meios para a problemática das drogas, pelo que os estupefacientes têm o peso mais relevante no condicionamento para a prática de crimes). O número de mortes por suicídio representou, em 2015, cerca de 30% do total de mortes



nas prisões. A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens divulga, no seu relatório apresentado em 2016, que foram acompanhadas, durante o ano de 2015, nas CPCJs, mais de 73.000 crianças e jovens. Dos jovens internados nos Centros Educativos 95% sofrem de patologias psiquiátricas, com uma taxa de reincidência superior a 50% (o tratamento psiquiátrico nos Centros Educativos é de grande debilidade). Em 2016, as equipas de reinserção social da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) executaram um total de 54.600 pedidos de relatórios e audições na área penal. Em 31 de Dezembro de 2016, a DGRSP apoiava a execução de um total de 31.269 penas e medidas na comunidade, na área penal. No âmbito do apoio à

execução de penas e medidas, foram registados, entre Janeiro e Dezembro de 2016, um total de 41.852 novos pedidos, 39.763 dos quais no âmbito penal. Em 2016, a DGRSP recebeu das entidades judiciais, relativamente à atividade de assessoria técnica à tomada de decisão e penas e medidas de execução na comunidade (Suspensão Provisória do Processo, Trabalho a Favor da Comunidade, Suspensão da Execução da Pena de Prisão, Liberdade Condicional, Medidas de Segurança relativas a Inimputáveis e outras), um total de 110.151 pedidos, dos quais, 101.861 no âmbito penal e 8.290 no âmbito tutelar educativo. Quanto ao tipo de atividade, 68.299 pedidos respeitaram a relatórios e audições e 41.852 pedidos à execução de penas e medidas na comunidade. Em 2016, foram recebidos

1.203 novos pedidos de apoio à execução de penas e medidas fiscalizadas por vigilância electrónica (Medida de Coacção de Obrigação de Permanência na Habitação com Vigilância Electrónica (VE), Pena de Prisão na Habitação, Adaptação à Liberdade Condicional, VE em contexto de violência doméstica, Modificação da Execução da Pena de Prisão, VE em contexto de Crime de Perseguição). No âmbito da jurisdição tutelar educativa, a DGRSP registou, em 2016, um total de 2.089 novas solicitações para o apoio à execução de medidas (Suspensão do Processo com e sem Mediação, Tarefas e Prestações Económicas a Favor da Comunidade, Obrigações e Regras de Conduta, Acompanhamento Educativo e Programas Formativos, Internamento em Centro Educativo e Outras). Aumentaram as restrições ao fornecimento de bens aos reclusos (incluindo alimentação). Há menos trabalho nas prisões, apesar de mal pago (alguns centimos por hora), assemelhando-se à escravatura. Piorou a alimentação (tendo-se alargado a privatização do fornecimento das refeições nas prisões – o valor diário para alimentação, por recluso, é de cerca de € 4,00 para as quatro refeições diárias fornecidas por empresas com fins lucrativos). Continua a haver muitos reclusos sem possibilidade de estudar, sendo que 58% têm o 6º ano ou menos de escolaridade, dos mais de 86% dos reclusos que não tinham passado do ensino básico na sua formação escolar. Houve uma degradação do apoio psicológico e de reinserção, com o crescendo de recurso a psicólogos com vínculo precário e em número manifestamente insuficiente. Houve um reforço do securitarismo, apesar da insuficiência de recursos humanos nos estabelecimentos prisionais. Persiste-se nas penas mais longas da União Europeia (o tempo médio de cumprimento de pena em Portugal é o triplo da U.E.), incluindo a prática de penas sucessivas e de medidas de segurança que leva à permanência de reclusos nas prisões por períodos que ultrapassam os 25 anos. Continuou a retenção indevida do dinheiro dos reclusos, infringindo o direito constitucional do direito de propriedade. Mantem-se a fragilidade do apoio judiciário, insistindo-se na impossibilidade do direito à própria defesa violando o direito internacional (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos) de que Portugal é Estado-Parte; etc., etc., etc. Como aspeto positivo evidente assinala-se o desaparecimento do balde higiénico, existência sintomática do medievalismo deste modelo de sistema prisional.



Serão precisos mais indicadores para qualificar o actual sistema prisional e de justiça de aterrador, frio, desumano e tecnocrático, menorizando e desconsiderando os arguidos, os reclusos e os mais frágeis, ignorando que na sua frente estão pessoas e não autómatos? Será preciso ter em conta que cerca de 600.000 famílias estão sob ameaça de processo executivo por não conseguirem pagar as prestações dos créditos que lhes foram concedidos, num valor total de cerca de 6 mil milhões de euros (havia, em 2016, cerca de 4,4 milhões de pessoas/famílias com créditos concedidos)? Será preciso acrescentar que as dívidas fiscais atingiram, em 2016, o valor de € 15.000.000.000 e que as dívidas à Segurança Social ultrapassaram os € 7.000.000.000, sendo que muitas destas dívidas originam processo-crime? E os processos nos Tribunais Cíveis, Administrativos e

Fiscais? E os processos instaurados pela ASAE, pelos Centros de Arbitragem, pelos Julgados de Paz e outras instâncias? E as execuções por dívidas que levam, muitas vezes, sem culpa propositada do devedor, à perda da habitação e de bens de grande valor afetivo? Como é possível viver num país, Portugal, com pouco mais de 10 milhões de habitantes e com este nível de litigância? Como é possível evitar que muitas pessoas tenham de seguir vias ilegais como razão de sobrevivência? As insuficiências, arbitrariedades, incompetência e desleixo das estruturas e pessoas que suportam o sistema não nos dão esperança de alteração deste quadro catastrófico. A destruição das famílias provocada pelo medo e terror do que lhes pode vir a acontecer e pelo espectro da prisão não pode continuar.

As prisões são instituições retrógradas, arcaicas, medonhas, medievais e violentas. Não reinserem e são desumanas na punição. Têm-se mostrado ineficazes na reincidência e na prevenção dos atos anti-sociais. A população prisional tem crescido de forma constante em Portugal e no Mundo, demonstrando a ineficácia deste sistema de justiça punitiva. As estruturas de direitos humanos das Nações Unidas têm recomendado a substituição da via punitiva pelas vias da reabilitação e justiça restaurativa. As prisões constituem uma violenta agressão ao exercício da liberdade e à consideração desta como valor absoluto. Quem defende a liberdade não pode admitir a coexistência de prisões numa sociedade civilizada.

Esta situação continua a persistir devido a um patente autismo da sociedade em geral, e do poder político em particular, perante as denúncias, quer da própria Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (através dos seus relatórios de actividades), quer de algumas ONGs. Infelizmente, o trabalho destas ONGs não tem levado a mudanças significativas, assistindo-se, inclusivamente, ao apagamento de algumas delas por inclusão no aparelho e funcionamento de Órgãos do Estado, num colaboracionismo reprovável cujos resultados se traduzem na manutenção da desumanidade do sistema prisional. Por outro lado, o passo positivo dado há já muitos anos, de descriminalização do consumo de drogas, não foi acompanhado duma nova filosofia não punitiva para esta problemática das drogas e sua comercialização, continuando-se uma política de combate que se tem revelado infrutífera e negativa, ao invés de encarar a realidade enquadrando legalmente a sua comercialização e dinamizando uma política de sensibilização para as consequências da dependência (vejam-se os exemplos já conhecidos do tabaco e do álcool que podem servir de guia para uma nova política sobre as drogas).

Chegados a 2017, não resta outra alternativa que não seja a continuação do combate a este sistema, desajustado dos valores civilizacionais construídos na segunda metade do século XX. É gritante a necessidade de descongestionamento das prisões portuguesas e de diminuição da duração das penas, enquanto não se abolirem as prisões. A alteração profunda do código penal e a aprovação duma amnistia são atos urgentes que só a ausência de coragem política impede de concretizar.

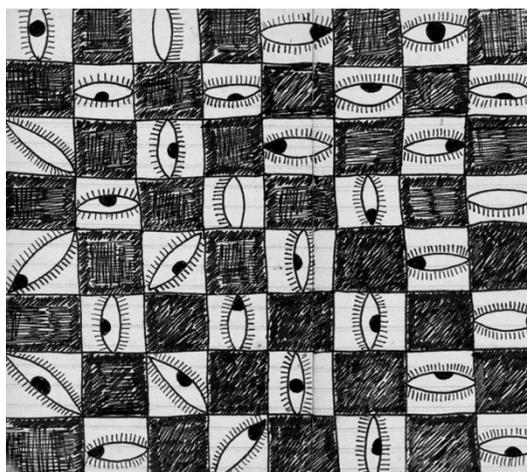
Temos de nos empenhar na construção dum outro sistema, humano, belo, solidário, fraterno, cristão. Temos de derrubar as prisões como a última instituição medieval que subsiste neste início do século XXI, abrindo caminho para a consideração da liberdade como valor absoluto. A crescente aceitação da justiça restaurativa, em que o foco se desloca do perpetrador do crime para o ato e a sua reparação, pode constituir um passo para a abolição das prisões.

Temos de centrar a atenção nas implicações concretas das prisões na vida dos reclusos, nas suas famílias, nas vítimas dos crimes e na ineficácia no ressarcimento dos danos provocados pelo crime, mas sem nos deixarmos arrastar pela análise pseudo-científica, pretensamente realista, que se traduz, muitas vezes, numa masturbação intelectual ineficaz para a resposta sobre a consideração da liberdade como valor absoluto. Fiódor Dostoievsky constatou que *“O criminoso, no momento em que pratica o seu crime, é sempre um doente”*. Ora, os doentes precisam de ajuda para o tratamento e não de serem enterrados em prisões.

Atentemos na reflexão que nos foi legada por Sophia de Melo Breyner Andresen: *“A civilização em que estamos está tão errada que nela o pensamento se desligou da mão.”*

Na construção das bases duma sociedade justa e pacífica e na convicção de que a felicidade humana está ligada, umbilicalmente, à existência em paz duma consciência esclarecida, importa intervir para que o trilhar do caminho da vida seja feito sobre pilares de ética e cidadania, ao arpejo dos caminhos assentes em valores primários de base repressiva que, infelizmente, são o suporte das políticas que actualmente governam o Mundo, apesar das declarações hipócritas de muitos governantes que nos querem fazer crer o contrário, assim influenciando o comportamento das pessoas que acriticamente os escutam. A via para a liberdade como valor absoluto passa por cada pessoa interiorizar o seu compromisso com essa liberdade. Já Agostinho Silva nos dizia num dos seus ensaios filosóficos: *“A primeira condição para libertar os outros / É libertar-se a si próprio.”*

(Abril de 2017)



desaforismos

PAULO BORGES

Imaginámos haver caminho. E perdemo-nos.

Trazes em ti tudo o que temes, pões em teu encaço tudo o de que foges, alimentas tudo o que negas.

Que despertar faça parte do teu mais alto sonho.

É tremendo que renunciemos a ser tudo pela pretensão de sermos alguém. Trocar o real pelo impossível...

A cada instante estamos a tempo de ver que nunca houve tempo.

Torna-te noite. Serás o sol precoce que ilumina o ventre da Terra.

A vida é morte que ressuscita a cada instante.

Um dia despertaremos deste sonho medíocre e veremos que nunca deixámos de rodopiar — alguns ou todos de sexo no sexo, coração no coração, olhos nos olhos e boca na boca — em torno do Fogo estranho e íntimo do mundo. Um dia despertaremos de ter nome e pátria, forma, origem e destino. E morreremos vivendo disparados e imóveis em todas as direcções. Salvos e perdidos como um riso sem boca, um túmulo em chamas, uma fúria de rosas, pasmos e guizos atónitos, saltimbancos e vagabundos.

Escasseiam os verdadeiros mortos, aqueles que, ao entrar nos túmulos, se transmutam em cânticos de triunfo, irrompem em ventos de fogo e incendeiavam toda a terra.

Já não há mortos. Apenas cadáveres, mumificados em trabalho, distrações, calmantes e antibióticos. Porque não há cursos de silêncio, deslembrar e desaprender?

A nação que se fantasia como portuguesa tem um vasto oceano onde abandonar o Estado ao

naufrágio e recuperar-se como povo e terra sem território, espaço livre da comunidade cósmica. Se fores luz, verás tudo iluminado.

O sol brilha entre as nuvens como a consciência entre os pensamentos.

Modo não-dual de ver futebol: aplaudir os golos de todas as equipas e celebrar apenas a vitória do jogo.

Um dia o rosto de todos os nossos encontros se cruzará com o de todas as nossas despedidas, o de todas as recordações com o de todos os esquecimentos, o de todos os berços com o de todos os túmulos. Verão que são o mesmo, acenar-se-ão mutuamente e passarão um pelo outro como almas-gêmeas que se fingem ignorar. Para que a Vida, a dor e o esplendor jamais cessem.

O hábito não faz o monge... Há quem vista fato e gravata como se pusesse umas jeans e quem ponha umas jeans como se vestisse fato e gravata.

As flores são anjos com saudades da Luz.

Um minuto, um minuto apenas, de Vida nua, sem filosofia, ideologia, religião, arte, ciência, ética, moral, espiritualidade ou cultura. Vida nua, nem humana, nem animal, nem divina. Choraremos de alegria e jamais quereremos outra coisa.

Só admito um governo que em vez de ter ministérios celebre mistérios. E esse demitir-se-ia a cada instante.

Dormir é morrer, mas só os vivos dão por isso.

A distância entre o mundo e a nossa percepção chama-se sofrimento.

O tremendo e incerto caminho do mundo para a justiça é o teu tremendo e incerto caminho para não julgar.

Justo é o que não julga.

No coração da floresta, no cume da montanha, no fundo da gruta, na vastidão do oceano, na vertigem do deserto, no tumulto da cidade, o mundo sem cessar recita, no infinito silêncio de cada som, o nosso nome secreto.

Se já te arrepiaste de alegria ou dor beijaste a intensidade nua do que não nasce nem morre. Que a possas reencontrar nas coisas mínimas da vida e amá-la mais do que a própria vida. Pois ela é a Vida.

Gostamos de pensar que somos senhores de nós mesmos, mas esquecemo-nos que isso significa sermos escravos de nós próprios.

Não desprezemos o apenas ser e estar aqui, sem mais nada. É o que faz, sem nada fazer, o inteiro e infinito e esplendoroso universo.

Tudo o que se escreve passa. Só não passa o que se não escreve.

O desejo anseia uma boca que o devore.

Não leias nem ouças notícias. Nem as do pensamento. Então tudo saberás, porque verás que és tudo o que acontece.

Se “eu” não existo, tudo é possível.

A boa notícia é que só temos o que somos e o que somos é ilimitado. A má notícia é não darmos por isso, iludidos pelo mito da carência. Outra boa notícia é podermos despertar.

Os pensamentos são os sonhos da consciência.

Se corres, o caminho dilata-se. Se vais a passo lento, encurta-se. Se paras, já chegaste.

Passamos a vida, ou outros por nós, a tentar orientar a mente. Mas ela não tem Oriente nem Ocidente.

Não faças amor sem que nele te desfaças. Vê bem o que queres da cama: regressar ao instante antes da concepção, em oferenda desse Apocalipse para a libertação de todos os seres, ou renovar o cordão umbilical, para continuares a berrar e fazer birras por não saberes viver sem ele até

que a cova te não trague e venhas de novo ao mundo para chatear tudo o que vive.

Um dia o corpo volta a ser o que sempre foi: espaço luminoso. A maioria dos humanos chama a isso morte e teme a boa nova.

Perdemos um não sei quê que nos persegue por todo o lado.

Mal do vento que corre atrás da poeira que levanta

Mal do espírito que se afadiga a perseguir pensamentos

Mal da lua sedenta de beber o seu reflexo no lago

Bom vinho bebe o bebedor

Bom poema silencia o leitor

Boa ideia liberta do pensamento

Pensas que acordou o mesmo que adormeceu?

Estás a sonhar.

Bates à porta. Ninguém atende e sempre esteve aberta. Chegaste a casa.

Amar é ver o sol nascer nos olhos do mundo

Olha para estas palavras

Olha para ti

Vê quem está a olhar.

Tudo o que já vivemos desapareceu como os sonhos desta noite. O mesmo está a acontecer com o que vivemos no presente e acontecerá com o que vivermos no futuro. A vida é um sonho onde nos sonhamos reais. Reconhecer isto é despertar. Sem o sonho de haver quem desperte.

Num mundo onde toda a gente tem mais que fazer, o caminho é ter mais que não fazer.

Quanto mais te vês como real, mais és ilusório. Quanto mais te vês como ilusório, mais és real.

O centro do mundo é uma criança que dorme de olhos abertos

Que ao adormeceres não a acordes.

O mundo é uma floresta de sonhos. Os que o reconhecem despertam. Os que se sonham reais tendem a converter-se em pesadelos.

Habituosos a perceberem objectos com forma,

limites e localização, pensamos que a mente também os tem e chamamos a isso "eu". Mas se levarmos a mente a olhar para si mesma vemos que não os possui. Vemos que não há nada a ver. Descobrimos o espaço-consciência ilimitado onde surgem e se dissolvem pensamentos, emoções, sensações e percepções. O que não nasce nem morre.

Ver é encontrar em tudo uma transparência.

Não é tanto o trabalho, as preocupações ou as injustiças do mundo: o terrível fardo que nos pesa aos ombros e nos esmaga é a fonte invisível de tudo isso — o acumular do esquecer e adiar a nossa vida eterna.

O essencial de nós já chegou, por nunca haver partido, ao lugar para onde desde sempre corremos e aonde por isso jamais chegaremos.

Há céu e terra

Há tudo

Grato

Primeiras e Últimas Notícias: seja qual for o

resultado de todas as eleições e das voltas e reviravoltas da política e da economia mundiais, continuaremos a nascer, a envelhecer e a morrer e a correr insatisfeitos de prazer para dor e de dor para prazer enquanto nos agarrarmos à ideia pateta de existirmos separados do mundo e de todos os viventes.

Queremos libertar-nos de tudo, menos de nós próprios. Todavia, se nos libertarmos de nós próprios, estaremos livres de tudo.

Ganhe quem ganhar em todas as eleições, o mundo é governado por um único regime: o das ilusões da mente. O que temos por realidade não é mais do que a versão humana do sonho universal de todas as consciências sonâmbulas. Que não nos assuste ou entusiasme o estado do mundo mais do que os sonhos ou pesadelos que se desvanecem ao despertar. Que este seja possível é tudo quanto basta. E tudo quanto importa.

Como será o mundo real, experimentado sem a perspectiva do "eu" e do "meu", sem centro nem território? Real.



Walden Pond,
fotografia de Margarida Vale de Gato (9-2-2017)

4 dilúvios de bolso

Fátima Vale

prometo-me desagrilhoada

Estou em greve geral desde que amputei os órgãos desartificantes. Ser mecenas de si mesmo é o fio mais estreito do trapézio desta viola. O equilibrismo libertário tem-me financiado as asas assim como as garras. Afinal de contas para quem trabalhamos? Um mundo suicida e suicidado só me dá mais motivo de sobre_viver fora do esterco capitalista.

Em quantas escravaturas te moldas? A que desejos te submetes? Quais os valores da tua conduta? A quanto te rejeitas? Em que nevoeiro habita o teu espírito? Qual será a tua rupestríade?

Da vertigem causada pela opressão o esvaziamento adiado pela catadupa da autoridade patronal verso falsa criação artística verso cultura protocolar ao serviço e submissa ao poder localizado o autismo d'alma a identidade ao serviço do colectivo sem unidade a desertificação da verdade do prazer que passa ao provisório estando a liberdade onírica do futuro testemunhar a perversão de todos os valores a cosmética social é violação consentida.

Da saúde como fio de navalha querer algo de inteiro por inteiro entorna o acumulado e para que te não espalhes na fervura para que o sangue se não derrame dentro de ti nem fora amputa o órgão cancerígeno de forma radical

abdica do seio para salvar o corpo abdica da segurança ilusória para salvar a vida

Da terapia em baixa médica ou fora dela reencontro com o próprio solto diverso contacto absoluto com a natureza limpeza da individualidade pesquisa de Si moldagem dos sonhos estética da liberdade fisiologia das emoções preservação da espécie

O que sobra de ti para além da formatação? Que trilhos segues? Qual o teu contributo para a era em que vives?

Da segurança básica à independência o lugar onde tudo floresce sem mutilação social possível pensamento fluvial a consciência como bússola investir incessantemente no conhecimento desdobrando as formas desformatando o rasto empírico alfabetizar a memória matar os medos despir a mente maravilhar-se com a generosidade do universo incompatibilizar-se com a obesidade social

Ou te enfrentas ou te atrasas. O tempo está sempre de partida.

Já reparaste na quantidade de mortos que te rodeiam?

Ouve-los gritar ou engoles o eco na masmorra do teu silêncio precário?

O Novo é tudo o que há de mais Antigo. Em todo o desejo dorme uma Antígona.

[in folha de sala do espectáculo “elogios da embriaguez”, teatro de vila real, 2011.]



o peso da gramática

já não querem o peso da gramática os poetas. soltam-se como aves miúdas pela atmosfera. endurecem o sangue nas veias uns dos outros, atravessam a escuridão derramada pela noite até que a língua os separe na erupção cristalina das mãos instintivas. rebenta-lhes o corpo com a palavra. implodem por falta de uma voz que os oiça. têm anéis de metal em torno do corpo. são planetas fora da órbita árdua da música dos mundos. escrevem-se dolorosamente na seda que queimam.

[in *O Colostro das Vitórias*, 2016.]

estar vivo pode ser ilegal

*Ó século sem crença! Ó Fausto
Que pretendes vender-te em holocausto
Por um raio de luz!"*

Gomes Leal
[do poema *Trevas*]

expor o código sináptico na noite absoluta
ermo da cegueira
onde a voz é o falo pluriforme
que instiga à formulação dos corpos
à fertilidade do fogo novo

tropeçar na fuga clandestina ao cosmos
e cair na tina lamacenta do sistema
onde se rasga a tortura do código
no escuro do abismo
na vertigem do rodopio desintegrado
o néon diz que a vida é humilhante

lavar o betão nas ruas desertas
implorar a camisa e a força
o fruto e a semente
condenado à vida pela lei da escória
tudo punível pelo princípio da raiva
grito alienado do vadio sem abrigo

arrancar a pele no precipício do desejo
e arrastar-se envolvido pelo sol
por entre contentores de cadáveres
por entre modas estranguladoras
do impreciso
lugar incerto da inocuidade empreendedora
sólida aleatoriedade

olimpíada do cárcere encoberto
que serpenteia a inexistência
lambendo o vinho que verte do cálice
lambendo a ferida perpétua
do sempiterno rumo
à poeira cósmica
ao rodopio sem fome
na ausência quebrada da luz
resguardo no túnel da noite
sob o cartão do abandono

desvio perseguido pela miséria
catastrófica da massa obesa
que apodrece fausta sobre a terra

o néon afirma o esmagamento do cárcere
que habita no cadafalso restante
corpo cela solitária
adormecido pelo gelo da morte
no cemitério urbano
psicopata umbilical
no telegrama de barro
da segurança social
incompatível com o sangue
coagulado na memória do futuro
sincopado dentro da ferrugem
de um cofre submerso

estar vivo pode ser ilegal

[in *spabilanto*, 2012.]

solaris

existe um oceano que nos entra pelo pensamento
quando as estrelas se tornam dentes
e se mergulha no mundo dos mortos vestido

[de branco sol

esse desejo ou medo pensado
realiza-se

nada se acrescenta senão a inferioridade do corpo
em relação à telepatia
instalada por qualquer outro planeta
stanislaw lem e georges bataille
estão na mente destes corpos
que a vegetação domina
nenhuma propriedade se encerra
porque a mesma não existe
assim como a liberdade

a transgressão cumpre o deslumbre libertário
[do passo dado

estar entre o carvão e a terra cria minas de ânsia
[ao animal

pensar ou ser pensado
pode agitar a mente oceânica de outro lugar
toda a novidade é bem vinda
a quem espera sem medo

[in *O Colostro das Vitórias*, 2016.]

O ANARQUISMO ESTÁ DE VOLTA?

JOSE PEDRO ZÚQUETE

O Tirano é a pior doença e a causa de todas as outras.
William Blake

Para Lá do “Caos”

Quando se ouve a palavra “anarquia” rapidamente nos vêm imagens de confusão, balbúrdia, desorganização, e ausência de qualquer rumo definido, qualquer princípio orientador, numa aterradora desordem sem fim. A sua raiz etimológica tem origem na antiguidade clássica, derivando do grego *anarkhos*, que significa “sem governantes”.

A palavra precede a doutrina política denominada de “anarquismo,” que irá aparecer pela primeira vez em meados do século XIX, nos textos de Pierre-Joseph Proudhon, visto como o “pai histórico” do movimento anarquista, e que se esforçou por contrariar a má fama da palavra anarquia. Para este pensador francês as razões do caos e da desordem social residiam, e eram continuamente agravadas, pelo autoritarismo das instituições e pela desigualdade económica. A anarquia, pelo contrário, seria fomentadora da justiça, do mutualismo, e da igualdade, e em suma de uma sociedade livre; uma sociedade que, através da anarquia, alcançaria a ordem. Nas palavras do geógrafo anarquista Elisé Reclus, a anarquia seria, portanto, “a máxima expressão da ordem” (Marshall 2010, p. 339). Não obstante os esforços dos anarquistas clássicos, e dos seus diversos sucessores, a associação da palavra anarquia, e paralelamente de anarquismo, com o caos permanece ainda hoje nos dicionários e no imaginário colectivo.

Essa visão babélica do anarquismo tem o seu gérmen numa antropologia pessimista (ou realista, de acordo com as preferências), da natureza humana, segundo a qual, na ausência de autoridade o homem é o lobo do homem. Foi a partir desta perspectiva que Thomas Hobbes legitimou, no século XVII, o poder do Estado. Foi o filósofo inglês que, no seu *Leviatã* do século XVI, contrapôs a ordem e a autoridade do Soberano (com o qual os súbditos se encontram numa espécie de convénio da obediência) aquilo que ele chama de “estado da natureza”, ou seja, um estado de desordem, que deve ser evitado a todo o custo: sem uma autoridade superior, sem um estado soberano, a vida dos indivíduos seria sempre miserável, brutal, e muito curta (Ryan 2012, pp. 165-172). Na visão anarquista, a ideia de que a única maneira de atingir a ordem deriva da imposição de uma autoridade exterior e punitiva assenta numa visão fatalista da natureza humana; a potencialidade existe, dentro dos seres humanos – comprovada por experiências históricas – de se organizarem as relações humanas sem uma dependência mecanicista de dinâmicas de exploração e dominação. O anarquismo – no âmbito desta hipótese de um “anarquismo eterno” (Baillargeon 2012, p. 17) – seria assim uma característica permanente do espírito e da história humanas, algo aliás defendido no período clássico do anarquismo por Peter Kropotkine, para quem a ajuda mútua e a cooperação foram desde cedo o combustível da evolução da espécie humana. Algo que ele tentou demonstrar de maneira científica. De forma mais geral, mas na mesma linha, um anarquista do século XXI refere que “os teoristas que ajudaram a formar o anarquismo como um movimento político não pensaram que estavam a inventar algo de novo. Eles falavam em auto-organização, ajuda mútua e democracia directa – conceitos tão velhos como a humanidade.” Expressões, portanto, “de um senso comum radical e insurgente” (Grubacic 2013, p. 198). Esta ideia de atar o anarquismo ao senso comum, e a práticas enraizadas que nunca foram teorizadas como “anarquistas”, mas que sempre se manifestaram ao longo dos tempos, é recorrente em narrativas anarquistas (Milstein 2010, p. 136). Fê-lo, por exemplo, Colin Ward, no seu “Anarchy in Action,” ligando-a umbilicalmente à experiência do dia-a-dia, porque “uma sociedade que se organiza a si mesma sem autoridade está sempre em existência, como uma semente debaixo da neve, enterrada debaixo do peso do Estado e da sua burocracia” (Ward 1973, p. 11). Da mesma maneira, o académico James C. Scott, no seu elogio ao anarquismo, nota a ubiquidade de redes informais e transitórias de coordenação, livres de hierarquia e organização formal, na experiência quotidiana da maior parte das pessoas. A questão, para Scott, é saber se séculos de Estados fortes e economias liberais “socializaram-nos de tal maneira que perdemos em larga parte o hábito do mutualismo e corremos o risco de nos transformarmos precisamente nos predadores perigosos que Hobbes pensou que povoavam o estado da natureza” (Scott 2012, pp. xxi-xxii). Não estranha, portanto, dentro deste paradigma do anarquismo “eterno,” que se vejam antecessores em períodos históricos

distantes. Por exemplo, os Cínicos costumam ser exaltados e entre eles a vida de Diógenes porque na antiguidade clássica, defendiam e praticavam a autonomia individual, a auto-suficiência e criticavam todas as convenções sociais, regendo a sua vida pela virtude e não pelas leis da cidade (Marshall 2010, pp. 68-9; Baillargeon 2012, p. 12).

Esta incursão pelo anarquismo conjecturado como “eterno”, nas suas manifestações históricas e nos costumes, ajuda a enfatizar uma ideia-chave que percorre a teoria política do anarquismo, ou seja, a sua ligação entranhada à realidade; de um modo geral, em vez de se enclausurar em grandes e sofisticadas construções teóricas, o anarquismo é visto, e sentido, acima de tudo como uma filosofia prática — uma convicção moral, uma disposição ética que se expressa na prática e como prática. O anarquismo é uma forma diferente (alternativa) de conceber e estabelecer as relações sociais entre as pessoas: esta é uma das definições de anarquismo que mais ajuda ao entendimento das suas dinâmicas coevas. E nessa forma alternativa essas relações não são definidas pela autoridade do Estado, da lei, da polícia, mas através de hum acordo, livre, não-coercivo (voluntário), entre os indivíduos. E, na sua essência, os objectivos dos anarquistas, de ontem e de hoje, podem ser definidos desta forma: substituir o Estado por uma sociedade não-autoritária, não-hierárquica e não-coerciva baseada na associação livre, na autonomia, na ajuda mútua e na democracia directa (Marshall, 2010, p. 3; Critchley 2013, p. 4). É este o ideal de sociedade, e, para os seus defensores, a única forma de acabar com uma sociedade que, de acordo com a visão anarquista, é uma sociedade baseada na dominação, onde uma maioria de “escravos” se encontram debaixo do jugo de uma minoria de “senhores”. “Porque é que esta minoria dos possesores é mais forte do que a maioria dos despossesores?” perguntou na sua carta-testamento Octave Garnier, um dos propagandistas pelas armas do ideal anarquista, na Paris do início do século XX (Parry 1987, p. 146) numa interrogação indignada que desde sempre ecoou no movimento anarquista. Tendo como derradeira finalidade a criação de uma sociedade liberta da maligna dicotomia entre exploradores e explorados, o anarquismo, assume a sua condição de “filosofia da liberdade” (Milstein 2010, p. 12). Ainda que o anarquismo seja naturalmente e inevitavelmente heterogéneo — concedendo sempre espaço à improvisação e experimentação, em detrimento da rigidez de planos pré-definidos — existindo (como sempre existiram) divisões, quer relativamente à forma (individualista, ou social), quer à escolha do melhor caminho (violento ou não-violento, por exemplo) para atingir uma nova ordem social e humana, este horizonte final é largamente partilhado pelos seus militantes.

A “Revolta do Fazer”

Hoje em dia, é relativamente comum ouvir-se falar em vários fóruns, académicos e activistas, do “renascimento” do anarquismo — ou seja, o anarquismo, terá voltado em força ao palco da História, num novo ciclo irresistível (Amster 2012: *ix*). Embora não seja este o lugar para um olhar prolongado ao anarquismo histórico, é importante saber que, realmente, a evolução histórica do anarquismo obedece a ciclos. Existe um período clássico que vai de meados do século XIX até à primeira guerra mundial. Nesta fase surgem as grandes teorizações do anarquismo, quer como anarco-individualismo (na senda de Max Stirner), quer sobretudo como anarquismo social (que por seu turno se divide em federalistas, comunistas e sindicalistas, passando pelo anarquismo cristão). Também foi neste período que, particularmente no seguimento do esmagamento da Comuna de Paris pelas autoridades francesas (visto como o símbolo máximo da opressão e da violência do Estado contra o povo), se popularizou, primeiro na Europa e depois nos Estados Unidos, a propaganda pelo facto, ou seja, pela força das armas, dinamite e assassinatos de altos dignitários, em detrimento da propaganda pela palavra, persuasão e educação (Miller 2013, pp. 98-136). Escrevendo de Paris para o jornal *Gazeta de Notícias*, Eça de Queirós denunciava esta “seita de doentes”, cuja violência se tinha tornado rotineira: “As bombas anarquistas ... vão entrando lentamente na classe dos acidentes naturais, onde tomam um modesto lugar, logo depois das inundações e dos incêndios” (Queirós 2002, p. 451).

No período entre as duas guerras mundiais, irão surgir dois grandes movimentos de esperança num avanço anarquista. Primeiro através da emergência espontânea dos sovietes, conselhos de operários e camponeses, na Rússia revolucionária que, no entanto, foram progressivamente esvaziados e controlados pelos bolcheviques, levando Peter Kropotkine a lamentar as tendências ditatoriais que de facto acabaram com a revolução socialista. Depois, nos anos 30, e fruto da influência do anarco-sindicalismo (que desde o final do século XIX se tinha vindo a expandir no movimento operário europeu e da América Latina), a Espanha conheceu, através da acção conjunta da *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) e da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a experiência anarquista de maior sucesso até à data. Na zona republicana, durante a guerra civil, assistiu-se nomeadamente

na Andaluzia e na Catalunha (cujos anarquistas receberam os louvores de George Orwell), à colectivização das terras e da indústria, e à constituição de comunas, numa espécie de federação livre de povos. A revolução social acabou, contudo, por tombar face à ascendência dos comunistas e ao próprio cenário de guerra em que ela se desenvolveu. Na realidade, depois desta experiência, o anarquismo passou por um período de maior apagamento até sensivelmente aos anos 60 e 70, onde renasce com os movimentos de contracultura, até romper no período actual, desde a passagem do século XX até ao século XXI, que é visto como um novo período de “ressurreição” do anarquismo (Gordon 2007; Williams 2007).

E este aparente “triunfo” do anarquismo está intimamente ligado ao movimento da anti-globalização, que depois se chamou a si próprio de alter-globalização, ou seja, a esse activismo global, multifacetado, que ataca a globalização capitalista contemporânea e procura novas formas alternativas de entender e agir no mundo. A face mais visível e mediática deste movimento, principalmente na viragem do século, foram as grandes manifestações de rua aquando de encontros dos “poderosos” do mundo, como, por exemplo, o Grupo dos Sete (G7), ou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Este movimento, que nasceu no final dos anos 90 (simbolicamente com a famosa “Batalha de Seattle” de 1999), tornou-se, contudo, e de uma forma gradual, uma rede difusa de indivíduos e grupos, transnacional, fluida e descentralizada, baseada numa solidariedade dinâmica e voluntária, e essencialmente sem lideranças formais. Esta combinação de autonomismo, horizontalismo e anti-hierarquismo, dá ao movimento uma imagem (ou para alguns uma “sensibilidade”) anarquista, mesmo que muitos activistas não se denominem como tal (a designação anarquista, como já foi dito, ainda é malvista em muitos sectores da sociedade). A “velha” esquerda rígida, hierárquica, com as suas marchas sonolentas e os seus slogans já gastos, na opinião entusiasmada do antropólogo anarquista David Graeber, estava a ser finalmente desafiada por um anarquismo pragmático que emergia finalmente como o “centro espiritual” da “esquerda revolucionária” (Graeber 2012, p. 425).

E qual é o fio condutor que percorre todo este imaginário de protesto e política radical? É a ideia de que a fim de se chegar a uma sociedade mais humana o Estado e o capitalismo têm que ser confrontados através da associação livre, da ajuda mútua e da democracia directa. Esta tríade terá que ser o motor para qualquer eventual “emancipação” relativamente a uma globalização escoriada como desumana. E é exactamente deste ponto de partida que deriva o autêntico fascínio que a *acção directa* exerce para o activismo global em busca de uma globalização alternativa. A acção directa pode ser expressa de várias formas, mas ela reflecte sempre a vontade dos activistas de deter o controlo sobre a sua própria existência. É acção sem mediação, seja de partidos, sindicatos, ou de agentes e instituições do Estado. É uma filosofia de acção que, em princípio, serve para aumentar a sensação de poder (o “empoderamento” no português do Brasil) dos que a ela aderem, e praticam-na.

Esta filosofia tem consequências amplas, e dela advém o desejo e a tentativa, ilusória ou não, de fazer e criar uma nova política, e de experimentar práticas políticas e modos de vida alternativos. Em vez de um amontoado estéril de teorias e mais teorias, o filósofo John Holloway define este comportamento como uma “revolta do fazer”, ou a política de “viver e experimentar hoje o mundo que nós queremos criar”. E, na realidade, desta forma, ele descreve o *modus operandi* de muitos movimentos de protesto contemporâneos. Para o pensador irlandês, “Nós não pedimos permissão a ninguém e não esperamos pelo futuro, mas rompemos com o tempo e estabelecemos uma nova forma de fazer, uma outra forma de relações sociais... É o fazer que está no centro, não é um novo discurso, não é uma nova forma de pensar, não é um novo *ismo*: é fazer” (Holloway 2010: 241-9). Isto é o que se chama de *prefigurative politics* (em português, política prefigurativa, política que antecipa, que anuncia o que está para vir) ou seja, é plantar as sementes da nova sociedade dentro da “casca” da velha sociedade. Esta expressão, embora formulada pela primeira vez no início do século XX, no âmbito do movimento operário americano, reflecte, contudo uma ambição que desde cedo esteve presente na visão anarquista: a de antecipar, e de viver no presente (em comunas, por exemplo), o modelo desejado de sociedade.

E esta é uma força motora de muitas experiências de mobilização colectiva, e anti-sistema, dos nossos dias. Esta maneira de fazer a política não clama por um choque frontal com o sistema, visto como autoritário, dominador e hegemónico, e detentor de um aparelho repressivo capaz de esmagar qualquer assalto frontal. O que ela implica é a sua subversão progressiva através da criação de “zonas de liberdade”, onde o tal mundo diferente é posto em prática, fora dos tentáculos do Estado. Eis um exemplo supremo de acção directa, ou da criação (pelo menos a *tentativa* de criação) de uma alternativa sem intermediários.

São esses espaços, por exemplo, que o filósofo anarquista Peter Lamborn Wilson chama de TAZ (zonas autónomas temporárias). Inspirando-se no exemplo histórico da criação de enclaves de piratas e corsários em

séculos passados, ou seja, ilhas em que se vivia fora da lei, livre das hierarquias e dos poderes dominantes, Hakim Bey (o pseudónimo que Wilson usa) vê nesses espaços zonas de verdadeira liberdade, porque livres da dominação do Estado (Bey 2001). Hoje em dia esses espaços de convívio surgem episodicamente durante a efervescência de festivais, protestos, ocupações, revoltas – mas a esperança é que possam ser eventualmente expandidos no tempo e no espaço tornando-se assim um modelo duradouro de uma sociedade livre, descentralizada e horizontal. Na prática, portanto, uma sociedade anarquista. Não é de estranhar que o nascimento, desde os anos 90, da comunidade Zapatista no México – como uma rede descentralizada, e baseada no autogoverno – seja uma fonte de inspiração para muitos anarquistas (Marshall 2010, p. 70; Milstein 2010, pp. 117-8). Nesse caso a experiência “durou”, e a autonomia temporária tornou-se “permanente” (ou ZAP, “zona autónoma permanente”), embora essa “permanência” dependa, claro, também da vontade do opositor (o Estado Mexicano).

As ocupações como embriões do Mundo a Vir

Não obstante estas raízes históricas (as “utopias piratas”), a ideia de criar espaços livres de autonomia pode ser vista, para os mais cépticos, como fruto de uma interpretação delirante da realidade, fantasiosa, sem aplicação real no mundo de hoje. Mas o que é um facto é que em muitas narrativas de activismo contemporâneo, o movimento das ocupações, desde a Primavera Árabe, passando pelos Indignados da península ibérica, até ao movimento *Occupy* na América do Norte e na Europa, foi visto exactamente como uma demonstração dessa “revolta do fazer”, desse experimentar de uma democracia real, e de novas formas de fazer política que se supõe avançar irresistivelmente pelo mundo. Muita da inspiração veio dos movimentos da Primavera Árabe, como um exemplo de emancipação e liberdade populares contra o despotismo do Estado e das elites. Esta imagem de poder popular, do momento singular em que as pessoas tomaram o seu destino nas suas próprias mãos, transformou-se, segundo o colectivo norte-americano anarquista *Ruckus Society* numa vitória do espírito e da prática da acção directa. Quer o movimento dos Indignados, quer o *Occupy*, criaram espaços de autonomia onde formas alternativas de fazer política foram experimentadas – o processo de decisão foi feito em assembleias populares, as decisões foram através do consenso e da participação de todos – de forma a “mostrar” como é que a “verdadeira” democracia funciona, contrastando-a com o sistema representativo, visto como injusto e opressivo e onde o poder, ao contrário do que proclama, não está, de todo, nas mãos do povo. Só assim se entende as palavras do manifesto do movimento *Occupy Wall Street*: as pessoas que chegarem ao acampamento vão “experimentar algo que nunca experimentaram na vida: um espaço verdadeiramente e realmente democrático” (OWS 2011). Pelo menos era essa a expectativa.

Na verdade, a crítica sobre a falta de foco nos protestos, ou seja, que os manifestantes não diziam exactamente ao que vinham, ou quais as queixas concretas que tinham, ou exigências que faziam, acaba por ser algo tangente, e secundário. O acampamento em si mesmo (ou um outro qualquer espaço geográfico de luta), essa experiência, essa vivência daquilo que é visto e sentido como uma alternativa ao status quo, é, em si mesmo, o foco, o núcleo duro, dos protestos anti-sistema. O teorista político Benjamin Arditi chama a esses espaços “performances políticas” – os manifestantes vivem aquilo pelo qual estão a lutar (autonomia, liberdade, ajuda-mútua, anti-autoritarismo) não como consequência da sua luta, mas como uma parte intrínseca dessa luta (Arditi 2012). Mais uma vez, a revolta do fazer.

Mas a mensagem a reter é esta: cada vez mais esta ligação entre revoltas populares e a *tentativa* (muitas vezes transitória) de criação de espaços alternativos se tornou uma narrativa dominante do activismo global no tempo histórico que vivemos. Veja-se, como mais um exemplo desta dinâmica protestatária, a proliferação em território francês, desde a segunda década deste século, das chamadas ZAD ou *Zones à Défendre*. Em espaços rurais, mas também urbanos, os activistas formam campos de protesto, comunitários, contra projectos vistos como destruidores (como a construção de uma barragem, por exemplo), reivindicando a soberania do povo, e a reapropriação dos territórios perdidos para o Estado. Nestas “zonas em luta”, onde “o povo comanda e o governo obedece” as decisões pelos *zadistes* são tomadas em assembleia, sem atenção a hierarquias, dominando o princípio da autogestão (Cantamessi 2015, p. 92).

Em vez de grandes manifestos ideológicos o foco é em experimentar, na prática, esse mundo a vir, esse mundo desejado. Daí a importância de “re-imaginar”, em conjunto, como é que uma “verdadeira” sociedade deveria funcionar (Premo 2013: 321). Já não se trata de conquistar o poder, mas de consolidar e espalhar o autonomismo; e através da constituição de comunidades, gerar um outro tipo de poder – é aí que está a revolução, e essa vai ser progressiva, detonando aos poucos o poder do Estado. Veja-se como o lema “mudar

o mundo sem tomar o poder” tornou-se central no activismo contemporâneo. A revolução já não é um único acontecimento, abrupto, mas uma série de actos revolucionários onde as pessoas, através dos espaços autónomos “agem como se já fossem livres” (Graeber 2011; Newman 2010, p.170). É como se a lição do mártir anarquista alemão do início do século XX Gustav Landauer fosse, quase 100 anos depois da sua morte, finalmente apreendida: o triunfo sobre o Estado requer uma transformação espiritual, porque enquanto o desejo de dominação e hierarquia estiver presente nas pessoas o Estado tem sempre a capacidade de se reinventar (Landauer 2010: 214). Só “mudando” as pessoas, portanto, é que se pode desestabilizar, de uma vez por todas, o Estado.

O poder encantatório da praxis prefigurativa faz mesmo emergir nalgumas narrativas anarquistas, como a do académico Richard Day, a defesa do “êxodo”, por parte dos activistas, da sociedade actual, onde a criação dos tais territórios livres é acompanhada por uma cada vez menor participação, e interacção, com o sistema dominante (Day 2005, pp. 210-214). Esta atitude, contudo, é censurada pelos riscos que comporta de marginalização e isolamento para o activismo radical. Para estes críticos, a política prefigurativa só faz sentido, enquanto possuir dentro de si uma lógica mais vasta de confrontação: “só é genuinamente transformativa, enquanto for parte de movimentos que lutam para um novo mundo” (Dixon 2014, p. 105). Simultaneamente, este tipo de mentalidade e activismo prefigurativo pode ser criticado porque em vez de enfrentar o poder do Estado, passa ao lado desse poder, e age como se ele não existisse quando, a realidade é que estas zonas de autonomia só existem porque o Estado as tolera, preferindo em muitos casos esperar pela sua exaustão, em vez de reprimi-las (Farber, 2014, p. 82).

A Insurreição

Os tigres da ira são mais sábios que os cavalos da instrução – William Blake

O ideal último do anarquismo é de harmonia social e de paz. A própria definição do anarquismo como, fundamentalmente, uma “filosofia prática” e uma “disposição ética”, implica não apenas a promoção dos seus valores, mas a sua vivência, a encarnação desses mesmos valores, na sociedade e no mundo. Isso supõe, portanto, em teoria, a consonância entre os meios e os fins da doutrina anarquista (o tal horizonte de paz). Na prática, e ao longo da história a relação entre anarquismo e violência tem sido mais complicada, e desde cedo que houve uma tensão no anarquismo – e no interior dos próprios anarquistas – entre a violência ou a não-violência como caminhos legítimos de atingir essa meta final (Marshall 2010: 636; Kinna 2005: 164). De tal forma que, ao longo da história do anarquismo, embora tenha havido uma ala terrorista (a já referida “propaganda pelo facto”), e uma ala pacifista (nomeadamente através de Tolstoi e da sua “irmandade cristã”), “os defensores do uso de um mínimo de violência têm predominado” (Marshall 2010, p. 636).

Mesmo tendo em conta esta realidade – ou seja, a ausência de uma dicotomia rígida entre violência e não-violência em muitos autores e militantes anarquistas – existe, no entanto, uma escala de prioridades. Enquanto muitos dos actuais movimentos de protesto contemporâneos, de inspiração ou sensibilidade anarquista, são primariamente não violentos, ao mesmo tempo existe um anarquismo que reivindicou para si – como a sua prioridade – a missão de confrontar fisicamente as forças que vê como opressoras (O Estado, o Capital), e que vê a violência como a principal arma contra a dominação, a hierarquia e o autoritarismo. É o anarquismo de insurreição, e nos nossos dias, ele manifesta-se de duas formas:

Em público. Ou seja, fazendo parte de protestos colectivos contra os poderes estabelecidos – ou seja, a tática dos Black Blocs. Os grupos que executam essa tática fazem-no de forma frontal, e chocam de frente com os símbolos que, para eles, na sua perspectiva, são de opressão (agências do governo, bancos, multinacionais), e fazem-no muitas vezes debaixo dos holofotes dos media.

Em privado. Secretamente, e clandestinamente. Permanece escondido e age através de actos de subversão e sabotagem, através de campanhas bombistas e de ataque a indivíduos. A Federação Anarquista Informal (também conhecida como Frente Revolucionária Internacional) é o maior exemplo dessa rede de militantes anarquistas que juraram fazer uma guerra global contra o que chamam de “tirania do Estado e Capital”.

A fronteira entre estes dois tipos de anarquismo de insurreição não é rígida. Ambos estão empenhados em fazer actos que são criminosos e até terroristas na perspectiva da cultura dominante e hegemónica (não são rivais, mas complementam-se na sua guerra anti-sistémica). E ambos têm um alcance global: os Black Blocs expandiram da Europa para os Estados Unidos, para a América do Sul (México e Brasil, sobretudo) e até para o Médio Oriente (no Egipto durante um tempo funcionaram como uma frente anti-islâmica), enquanto a Frente

Revolucionária Internacional (como o nome indica) está presente na Europa, mas também na América do Sul, e na Ásia.

Mas antes de detalhar aquilo que é específico a cada um destes tipos de anarquismo de insurreição é importante ter em conta que eles partilham da mesma filosofia de acção em que a violência é reconceptualizada (ou seja, a sua definição de violência é mais alargada). Eles não aderem a uma definição restrita da violência (como os usos da força física que estão proibidos pela ordem normativa e formalmente legítima, ou seja, pelo sistema estabelecido). A sua definição de violência é outra: violência é toda e qualquer violação de direitos sociais e humanos básicos. E empiricamente, se prestarmos atenção aos integrantes destes grupos de contrapoder e anti-sistema, verificamos que esta é a sua definição de violência. Por isso é comum ouvir dizer, ou ver em grafitis, frases como “violento é o Estado, violento é o capitalismo, etc.”. E por isso a violência é uma escolha, baseada numa decisão, e obedecendo a uma lógica. E essa lógica da insurreição não é fortuita, nem arbitrária.

A visão que impera no anarquismo de insurreição é a visão da violência anarquista como um mal necessário contra uma violência maior, estrutural e generalizada, do Estado. Estas ideias, obviamente, não nascem no vazio, têm antecedentes e uma genealogia. Apenas como um exemplo, Errico Malatesta, o propagandista e agitador italiano do período clássico do anarquismo, escreveu em 1920, “A revolução tem que ser violenta porque uma violência transitória, revolucionária, é a única maneira de pôr um fim na muito maior e permanente violência que mantém a maior parte da humanidade em servidão” E concluiu com esta frase, “Para nós os oprimidos estão sempre num estado de autodefesa legítima” (Malatesta 2014). E esta ideia da violência como autodefesa (em que o critério para a violência não é nem a legalidade, nem a ordem constitucional, mas a “opressão”), não só torna a violência contra o agressor legítima, como moralmente válida, justa e honrada. E, dentro deste contexto mental, a violência quase que se torna obrigatória e inevitável. Não é possível entender estes grupos sem entender isto. É o seu ADN.

E o oposto desta filosofia da violência é o pacifismo e a não-violência. Claro que esta visão da violência libertadora não é exclusiva do anarquismo de insurreição. Existe toda uma linha de pensamento de autores contemporâneos (por que é do século XXI que estamos a falar), como por exemplo Ward Churchill ou Derrick Jensen (autores muito citados nos círculos anarquistas e da esquerda radical em geral) que vêem o pacifismo como uma “patologia”. Para eles nem toda a violência é igual, e ela pode ser empregue quer para a subjugação como para a emancipação. Um argumento semelhante é feito por Peter Gelderoos para quem a não-violência protege o Estado: “Eles [capitalismo, Estado, imperialismo] declararam-nos guerra, e nós temos que levar a guerra a eles ... A questão essencial é saber qual a violência que nos assusta e que nos indigna mais, e saber de que lado nós vamos estar” (Gelderoos 2007: 92). Desta forma, a não-violência é vista como pouco mais do que colaboração com o inimigo.

De qualquer forma, as entrevistas, depoimentos, e literatura ligada a estes movimentos de insurreição mostram bem como o seu mapa mental é de crise e catástrofe. E existem colectivos (grupos difusos de indivíduos), muito activos na Internet que expressam bem esta visão. *CrimethInc*, por exemplo, é um desses grupos, de produção anónima, e com os seus materiais traduzidos em várias línguas. Um dos seus textos fundadores começa assim: “Nós (os militantes) não vivemos na zona de Desastre, mas em acampamentos à margem. Sim vivemos num estado de grande dificuldade. Mas isso não é nada comparado com a miséria do dia-a-dia na zona do Desastre [a sociedade]” (Harbinger 2004). Ou então ler o texto do *Comité Invisível*, um colectivo francês, cujos membros, aliás, chegaram a ser presos pelas autoridades francesas numa comuna na vila de Tarnac, sob a acusação de terrorismo. No seu já célebre manifesto (embora nunca tenham confirmado a sua autoria) *A Insurreição que Vem* afirma-se: “É inútil esperar – esperar por uma mudança, pela revolução, o apocalipse nuclear ou por um movimento social. Continuar a esperar é uma loucura. A catástrofe não vem a caminho, ela já chegou. Nós já estamos dentro do colapso da civilização. É dentro desta realidade que nós temos que escolher as barricadas. Não esperar significa, de uma maneira ou de outra, entrar numa lógica de insurreição” (*Comité Invisível* 2010: 99). Não há, portanto, subentendidos.

Mas o que importa reter é que esta crise para estes grupos não é de circunstância, de conjuntura ou dependente de boas ou más políticas públicas, ou de mudanças cosméticas. A crise é estrutural, de paradigma, e de civilização. A raiz do mal é um sistema visto como autoritário e explorador que tem como símbolos máximos o Estado e o Capital. É isso que justifica o seu estado de rebelião permanente. E é também essa a razão da sua intransigência – da sua aversão ao compromisso com poderes que, em última análise, são ilegítimos e que só servem para perpetuar a miséria existencial e social que a todos rodeia.

Na visão do anarquismo de insurreição existe *de facto*, uma separação rígida, sem nuances, entre reforma e revolução. Em última análise, o reformismo não só não faz sentido (porque os detentores do poder não vão ceder o seu poder voluntariamente) como é contrário a uma lógica que é revolucionária, que visa abolir o Estado, e não simplesmente influenciá-lo. E este anti-reformismo significa a rejeição do diálogo “civilizado” e da busca “respeitável” por plataformas comuns orientadas para pequenas mudanças. E porquê a intransigência? Porque essa forma de agir deixa a infra-estrutura autoritária e repressiva intacta. O conflito, portanto, não é racionalizado em termos de uma disputa entre aqueles que governam e os governados (algo que poderia ser solucionado politicamente, através de eleições, por exemplo), mas como uma luta entre opressores e oprimidos, (e algo a ser solucionado fora da política “normal”, “liberal” ou “civilizada”). E naturalmente que, no seguimento desta lógica, a democracia representativa é desprezada como um instrumento que uma minoria usa para perpetuar o controlo sobre a esmagadora maioria que vive subjugada.

Black Blocs, ou a guerra de baixa intensidade

Os Black Blocs são a parte mais visível e mediática do anarquismo de insurreição no mundo contemporâneo. A presença de mascarados, geralmente de negro, que se dedicam entre outras coisas à confrontação com a polícia, à destruição de propriedade, e à defesa de manifestantes da actuação policial, não deixa ninguém indiferente, nem a comunicação social, nem a opinião pública. É importante estabelecer desde já que os Black Blocs não são um grupo, ou um movimento. Eles são uma tática (relativamente velha, surgiu na Alemanha nos anos 70, como forma de defesa de espaços ocupados por diversos grupos). Os participantes de Black Blocs defendem a diversidade de táticas na luta contra o status quo. Passeatas pacíficas, desobediência cívica, ocupações, são formas de activismo às quais eles não se opõem. Mas a sua tática é outra. E é uma tática de acção directa que consiste em confrontar fisicamente o Estado, as suas instituições, assim como os símbolos da opressão capitalista e a polícia – a polícia, ou o “Blue Bloc”, os “gangues vestidos de azul” que são uma “ameaça à liberdade de quase todos” (Z. 2014, p. 68-g), frequentemente descrita como os ‘cães de guarda’ dos ricos e poderosos

Ao mesmo tempo, não é correcto dizer que todos os activistas de Black Blocs são anarquistas, mesmo que eles sejam o grupo primário. Os indivíduos que participam da tática dos Black Blocs são susceptíveis de terem motivações diferentes. Existe heterogeneidade. Para alguns existe o fascínio da acção, a excitação do confronto, da luta, e é isso que predomina e não tanto ideias grandiosas de transformação. E existem também aqueles que vão por rebeldia, transgressão e por anti-conformismo, mas que não necessariamente para a destruição ou práticas ilegais e violentas. E também, nalguns casos, verdade seja dita, estão presentes polícias à paisana. Existe, portanto, uma mistura de motivações e sentimentos, o que não invalida a hipótese (confirmada por observação empírica) que grande parte de participantes sejam de facto politizados e militantes. Por outro lado, a presença masculina é superior à feminina, embora essa dominação masculina também dependa dos países e dos contextos. De qualquer forma, o peso do anonimato nos Black Blocs ajuda à indiferenciação de género neste tipo de acções directas.

Dito isto, da mesma forma que a lógica da insurreição não é arbitrária, a formação dos Black Blocs como uma forma de fazer guerra ao sistema, também não é arbitrária. E a preparação para o combate é pensada e organizada. Existem manuais (que são circulados internamente, e que também estão disponíveis online) que estabelecem as regras que os militantes devem seguir. É que não basta pôr um lenço a tapar a cara, e começar a destruir vitrinas, e agências bancárias, para fazer parte de um Black Bloc. Na verdade, e embora não pareça para quem vê apenas as consequências dos actos dos Black Blocs nos media, eles são relativamente complexos e obedecem a regras de conduta para uma rebelião bem-sucedida. Um desses manuais tem por título “*fashion tips for the brave*” (“dicas de moda para os bravos”), e diz quais as precauções que os militantes devem ter. Exemplos: “se você vai usar uma máscara, vista a máscara sempre”, “vista diferente vestuário, e tenha uma roupa diferente para que você possa parecer um civil inocente depois da acção”, ou “não deixe impressões digitais ou evidência de ADN. Ponha luvas de tecido (não use cabedal ou látex, elas podem preservar impressões digitais)”. Veja-se como existe uma grande preocupação com a segurança. E o manual acrescenta, “tenha a certeza que você conhece e confia nas pessoas com as quais está a trabalhar, especialmente no caso de actividades de risco alto” (CrimethInc 2008). Esta questão da confiança é importante e é uma das razões que faz com que geralmente os Black Blocs sejam organizados através de grupos de afinidade, entre 5 a 20 pessoas e, idealmente, compostos por amigos, ou pelo menos pessoas que conhecem o passado de cada uma e sentem confiança uma na outra.

E nunca devemos esquecer que esta é uma guerra contra o Estado. E um outro manual, chamado *What Is Security Culture* (“O que é uma cultura de segurança?”), mostra bem esta preocupação de proteger as células de activistas da interferência, infiltração e espionagem por parte do Estado. Por exemplo, na preparação de uma acção de combate (seja ela qual for) os militantes devem obedecer a níveis de segurança. No nível 1, que é o mais alto em termos de segurança, “apenas as pessoas que estão directamente envolvidas na operação sabem da sua existência”. Neste nível “não existe comunicação sobre a acção excepto em pessoa, em locais distantes das casas dos militantes, e num ambiente livre de vigilância” (*CrimethInc* s.d). Veja-se como a comunicação pessoal, face a face, é vista como muito mais segura do que qualquer comunicação digital.

Existe, portanto, racionalização (por que lutar, e contra quem), existe organização (como lutar para que a missão seja bem-sucedida) e existe também, nas acções de rua, emoção (que é bem visível em depoimentos de participantes). Ou seja, benefícios emocionais e psicológicos que advêm da experiência de combate urbano. Uma espécie de “efervescência colectiva” (para usar a expressão de Émile Durkheim), em que a ocupação de ruas, a destruição de propriedade, e o confronto com a polícia, são momentos em que os militantes experimentam um mundo virado ao contrário, em que são eles, nem que seja por breves momentos, a terem o poder. Nesses momentos existe uma espécie de euforia contagiante e são momentos de revitalização individual e colectiva. Este catalisador emocional não deve ser desvalorizado em muitas acções de Black Blocs.

E finalmente, os Black Blocs não são fixos, inalteráveis, até porque os momentos de combate são confusos e imprevisíveis, e os combates urbanos não obedecem a regras de conduta, lineares e bem definidas. Muitas vezes o que se assiste é a fusão de grupos, em que no calor do combate outros indivíduos e grupos juntam-se aos Black Blocs. Por exemplo, na Europa ou nos Estados Unidos é comum ver a presença de imigrantes ou minorias agindo com e ao lado dos integrantes dos Black Blocs. Ou mesmo indivíduos com outras motivações (por exemplo em Barcelona em 2012 muitos independentistas juntaram-se aos Black Blocs). E no Brasil, em algumas ocasiões, viu-se jovens das periferias, das comunidades, moradores de rua, a agir ao lado, e paralelamente, aos Black Blocs. Assiste-se na prática a esta fusão de grupos muitas vezes derivada da interacção com as autoridades nas ruas para os mais militantes essa fusão é o melhor dos mundos porque significa a expansão do espírito e das tácticas radicais pelas massas. Para eles isso acentua, portanto, o potencial revolucionário dos Black Blocs. Mas o que é um facto é que essa mistura de indivíduos e grupos torna visível as dinâmicas de “resistência sem liderança” dos Black Blocs, como um espaço que pode acolher vários indivíduos e grupos, unidos no anonimato contra um inimigo comum, e mais independente de hierarquias do que um grupo “convencional” com membros fixos. Nesse caso a insurreição é potenciada, e expandida.

Guerrilhas Urbanas, ou a guerra sem tréguas

Existe, contudo, um outro tipo de anarquismo de insurreição, que se manifesta através de uma Frente Revolucionária Internacional (ou Federação Anarquista Informal, como também é chamada). Esta é uma rede horizontal, sem um comando central, e constituída por um grupo difuso de indivíduos e células dedicado a tácticas clandestinas de guerrilha urbana e apelando a uma guerra revolucionária contra o Poder e o Capital. E dessa guerra fazem parte actos regulares de sabotagem, ataques à bomba, e ataques a indivíduos. A Frente Revolucionária Internacional é uma espécie de Internacional Negra de Anarquistas. Esta Frente é acima de tudo uma rede de apoio: ou seja, de partilha de crenças, solidariedade, e até de meios e instrumentos para melhor atacar as infra-estruturas do sistema. Mas cada indivíduo ou célula escolhe o seu alvo de acordo com as suas circunstâncias locais ou nacionais. No fundo, estão envolvidos numa guerra assimétrica no interior de cada Estado. E no início do século XXI, com a bênção da Frente, um número razoável de ataques foram levados a cabo em países europeus (como a Grécia, Itália ou Rússia), na América do Sul (no México e no Chile) e no Sudeste Asiático (na Indonésia).

Um dos primeiros ideólogos deste tipo de anarquismo de insurreição foi sem dúvida o italiano Alfredo Maria Bonanno, um defensor de ataques contra as estruturas do Estado e do Capital, nomeadamente no seu panfleto *O Prazer Armado* (1977) realçando sempre a necessidade de o fazer informalmente, através de unidades autónomas e baseadas em grupos de afinidade e promovedor de uma nunca criada “Internacional Insurrecionalista anti-Autoritária” (Marone 2015, pp. 195-8). Hoje em dia, o maior fomentador desta Frente Internacional Revolucionária é o grupo anarquista grego a *Conspiração das Células de Fogo* que desde 2008 lançou um ataque coordenado contra o Estado Grego, e contra a sociedade capitalista, atacando símbolos, mas também seres humanos. Os seus comunicados foram disseminados por toda a internet, e traduzidos em várias línguas. Eles auto-descrevem-se como “niilistas” dedicados à “insurreição anarquista” permanente no interior

da detestada “civilização do Domínio”; mas uma insurreição que não espera por nenhuma classe social, ou pelo “despertar” das massas para lançar os seus ataques ao sistema opressor. As massas são descritas como apáticas, e anestesiadas pelo espectáculo e pelo consumismo e delas não há muito a esperar. Muitos dos seus membros ao longo dos anos foram presos, embora já tenha sido neutralizado um elaborado plano de fuga da prisão “escapar da prisão só pode ser o único objectivo de uma guerrilha urbana anarquista em cativeiro” (CCF 2015) mas mesmo empriionados, eles têm sido os mais fortes apoiantes da Frente Revolucionária Internacional.

Este grupo de insurreição grego deixa duas coisas claras. Primeiro, a necessidade de divulgar manuais para levar a cabo guerras assimétricas ou seja, “a transmissão de conhecimentos e experiências para o fabrico de instrumentos incendiários, explosivos, cartas-bomba assim como outras formas de sabotagem” (325 2012). E, em segundo lugar, eles dão uma justificação para incluir alvos humanos nessa guerra de “permanente insurreição”: “As escolhas de cada um de nós definem a nossa vida. Existem opções que são hostis e aqueles que as escolhem transformam-se em alvos legítimos. Os actos da guerrilha anarquista urbana têm como fim multiplicar os riscos de vida para os inimigos da anarquia e para os agentes do Estado” (325 2013). O ataque de uma célula italiana ao CEO de uma agência nuclear, por exemplo, foi exaltado nos meios ligados a Frente. Um dos seus apoiantes viu nele “um acto de liberdade que infelizmente não acontecem com frequência. Temos que fazer mais. Essas acções são uma parte fundamental de qualquer insurgência anarquista” (*The Anarchist Library* 2013). A vontade é de atacar mais vezes aqueles que representam, ou personificam, o inimigo dos anarquistas. Numa das publicações das “edições Internacional Negra,” criada pelo grupo, o “terrorismo anarquista” é exaltado: “para nós, o terrorismo anarquista é a superação do derrotismo e do medo ... com o terrorismo anarquista passamos primeiro ao ataque” (CCF 2013, p. 29).

Assim, ao longo dos últimos anos, embora ainda sem a frequência que os militantes mais empenhados desejariam, esta filosofia de violência retaliatória incluiu:

A sabotagem das infra-estruturas capitalistas. E esta também é, se quisermos, uma das lições do manifesto francês já referido, “A Insurreição que Vem” - Ou seja, não é na produção que o sistema capitalista deve ser atacado. É na circulação, atacando as suas linhas, as suas intersecções. É subvertendo e minando essa infra-estrutura que se interrompe o fluxo capitalista, a sua mobilização, os seus recursos, os seus transportes, o seu consumismo. Num texto posterior, de 2014, esta ideia é reafirmada: o poder deixou de ser pessoal, mas impessoal, imanente, estando em todo o lado e residindo nas infra-estruturas (físicas, materiais, tecnológicas) deste mundo. E, numa alusão que também se pode aplicar aos Black Blocs, afirma-se que “a destruição indiscriminada nos motins urbanos expressa, ao mesmo tempo, a consciência deste estado de coisas, e uma relativa impotência face a isso” (*Comité Invisível*, 2014, pp. 28-30). De qualquer forma, esta visão abre o caminho, por exemplo, à sabotagem, (sabotagem das linhas ferroviárias, das rodovias, da electricidade, das telecomunicações). Em 2011, por exemplo, o sistema ferroviário de Berlim na Alemanha foi atacado, e estes foram os argumentos utilizados.

Ataques contra agentes do Estado: polícias, agentes penitenciários, magistrados, agentes dos serviços de segurança.

Campanhas de carta-bomba contra capitalistas, financeiros, governantes.

E ataques contra agências de notícias e dos grandes médias (a Microsoft, como uma companhia que serve o “complexo tecno-industrial”, foi por exemplo alvo de um ataque à bomba em Atenas, em 2012)

A Frente Internacional Revolucionária criou toda uma rede comunicacional, de promoção da sua ideologia, que é facilmente acessível através da Internet, por quem quer que seja, a qualquer hora, e em qualquer lugar. E muitos dos seus materiais são traduzidos em dezenas de línguas (exactamente dentro da perspectiva que o terreno da luta é global). Existem *sites* como *War on Society*, ou *Contra Info*, que se dedicam a traduzir um número imenso de manifestos, comunicados, notícias sobre prisões e julgamentos de anarquistas, assim como depoimentos daqueles que estão presos (vistos como ‘irmãos’ e ‘irmãs’ nesta rede anarquista de rebelião). Esta questão da martirologia desde sempre presente na história do anarquismo é importante: estes presos são celebrados como exemplos de virtude revolucionária, como modelos de conduta, e inspiração para os outros anarquistas insurgentes. Por isso cada acção militante, cada destruição de propriedade, cada ataque a indivíduos, são geralmente dedicados aos “camaradas da praxis” que estão atrás das grades. Também “atrás das grades” ficaram, em 2014 e 2015, anarquistas chilenos e espanhóis presos na Catalunha e acusados de pertencerem aos *GAC* (*Grupos Anarquistas Coordinados*), uma suposta franchise espanhola da Frente Revolucionária Internacional. Para os detidos esta filiação foi uma “construção” da polícia para facilitar o

enquadramento do grupo no anti-terrorismo. Entre os pertences confiscados pela polícia num dos raides encontrava-se uma cópia do “Prazer Armado” de Bonanno (*La Tercera*, 2014; *Efecto Pandora*, 2015).

É importante salientar que, embora partilhem da mesma filosofia da violência, existem diferenças entre os dois tipos de anarquismo de insurreição. A Frente Revolucionária Internacional obedece a um modelo de violência política mais elitista, e de vanguarda “iluminada”. A prioridade é combater pela causa independentemente do que as massas (vistas como desprezíveis) pensam. Nem eles agem ao lado das massas. Já as operações dos Black Blocs, em princípio, estão ligadas a protestos de rua mais amplos, mais de massa – eles são vistos como parte da diversidade de táticas contra o sistema – e vêm benefício em estabelecer laços com grupos mais amplos – imigrantes, minorias ou excluídos. Por outro lado, para a Frente Revolucionária Internacional a violência política é mais expansiva, e atacam alvos humanos (enquanto os integrantes dos Black Blocs atacam agentes de autoridade, verdade, mas salvo raras ocasiões, esse é o seu limite). Para a Frente a violência é algo mais total e destrutivo, numa guerra sem tréguas.

A Contra-insurreição, ou a resposta do Estado

Na radicalização política existe sempre um processo de interacção. E no caso do anarquismo de insurreição, esta interacção dá-se sobretudo com o Estado. É que os mecanismos de radicalização são também reactivos, e em dinâmica oposição com outro pólo de acção (McCauley e Moskalenko 2011: 222-3). Daí advém a psicologia da vitimização – os indivíduos têm a percepção de que eles, ou o grupo a que eles pertencem, estão a ser marginalizados, ou atacados pelo Estado, ou por grupos malévolos que se apoderaram do Estado.

Particularmente desde o 11 de Setembro de 2001 os países (na América do Norte e na Europa isso é claro) intensificaram a repressão, e os mecanismos policiais e jurídicos, sobre grupos considerados extremistas. Alargou-se o conceito de terrorismo (que passou a incluir a destruição de propriedade privada); as sentenças passaram a ser muito mais pesadas; e os agentes de segurança passaram a ter muito maior autonomia, e liberdade de movimentos para lidar com possíveis ameaças. Os anarquistas são um dos grupos atingidos. O FBI, por exemplo, define anarquistas como “criminosos à procura de uma ideologia para justificar as suas actividades” (FBI 2011). E como estratégia de prevenção, o monitoramento e a infiltração de grupos anarquistas tornou-se uma estratégia comum. Nos Estados Unidos, nos últimos anos, foram presos, e condenados a penas pesadas, anarquistas devido ao trabalho de agentes infiltrados.

Por outro lado, cada vez mais se espalha a ideia que o terrorismo contemporâneo está a viver uma “onda tecnológica” (Simon, 2013: 245). A Internet facilita a radicalização individual (ideologias extremistas estão à distancia de um *click*) e ajuda na divulgação de estratégias de resistência ao status quo (os meios e instrumentos para fazer guerra ao sistema estão disseminados no mundo virtual). Mas, da mesma forma, as tecnologias de comunicação aumentaram imenso a capacidade do Estado de vigilância de indivíduos ou grupos vistos como subversivos – e as autoridades usam redes sociais exactamente para isso. *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Whatsapp*, por exemplo, são intensamente vigiados para identificar indivíduos vistos como violentos e encontrar provas de crimes.

E isto tem uma consequência: aumenta a necessidade de maior secretismo e clandestinidade de muitos indivíduos e grupos. E, exactamente para escapar a um Estado que tudo vê e tudo controla, eles desligam-se das redes sociais, do digital e da tecnologia. E, como nos bons velhos tempos, é a comunicação interpessoal, face a face, que verdadeiramente conta. E nesses ambientes, de células subversivas e clandestinas, podemos deduzir que a radicalização individual, mas também de grupo, é acelerada – porque esse isolamento desconecta ainda mais as pessoas das suas rotinas e redes sociais normais, e torna concreta no dia-a-dia, a sensação de cerco; aumentando a urgência de agir antes da captura, assim como o desespero de quem sente que não tem mais nada a perder.

São precisos dois para dançar o tango. E este entrelaçado dinâmico entre a radicalização violenta de indivíduos e grupos, por um lado, e o Estado, por outro, tem que fazer parte de qualquer análise mais profunda sobre grupos radicais, e violentos, sejam eles anarquistas ou não.

Em jeito de Conclusão: os caminhos do Anarquismo no sec. XXI

Chegados a este ponto, e para finalizar esta reflexão sobre o estado do anarquismo no século XXI, e o seu papel no actual ciclo global de protestos, importa reforçar aquelas que são as quatro grandes consequências do anarquismo no activismo global contemporâneo:

Existe uma tentativa de *reinvenção da política*

E isso é feito através da rejeição da democracia representativa e da defesa de formas e mecanismos de participação popular assentes na democracia directa. O princípio democrático-liberal que associa democracia com eleições é visto como insuficiente, e, em última análise, é criticado como a fonte do mal que afecta as sociedades contemporâneas, porque perpetua a dominação das elites sobre o povo (mais uma vez a ideia da tirania da minoria sobre a maioria). E muitos activistas falam em regressar ao “espírito original da democracia”, ou seja, o sistema tem que ser renovado a partir de baixo, através da descentralização, da participação radical, e da democracia directa (Zúquete 2012).

Por outro lado, esta renovação da política, também é simbolizada através da tal “política prefigurativa” (presente nas ocupações) em que os activistas confrontam o mundo tal-como-ele-é (as suas instituições, e símbolos), mas ao mesmo tempo promovem e experimentam o mundo tal-como-ele-deveria-ser (em “espaços” vistos como de liberdade). Aliás, este ênfase na liberdade, e na singularidade de cada pessoa, abre uma linha de crítica a esta suposta “nova política”, como se, na prática, ela não fosse mais do que uma “revolução libertária”, menos preocupada com projectos colectivos do que com a primazia do indivíduo (Krastev, 2014: 21, 61). Esta crítica, contudo desconsidera a influência do liberalismo e da importância da liberdade pessoal na filosofia do anarquismo, embora os anarquistas se afastem dos liberais na primazia que estes dão ao Estado como protector das liberdades individuais e direitos (como o de propriedade). De qualquer forma, foi exactamente por causa dessa afiliação à tradição liberal que o movimento libertário e anarco-capitalista que propõe estender a liberdade a todas as áreas, e nomeadamente no campo da economia, sem interferências se pôde reivindicar como anarquista, para horror de todos os anarquistas que vêm na luta contra o poder opressivo do capital, e contra a desigualdade e injustiça sociais por ele provocada, um dos pilares do anarquismo (Baillargeon, 2013, pp. 126-133). De qualquer forma, as ambições e as expectativas relativamente à construção dos tais espaços de “liberdade” são geralmente altas. No fundo, como se através deles o potencial redentor da democracia (o poder para o povo) fosse preenchido, e fosse satisfeito. A democracia, para muitos activistas, hoje em dia, consiste na invenção e reinvenção desses espaços.

À segunda grande dinâmica pode dar-se o nome de *recreação da revolução*

Esta lógica de activismo político tem óbvias consequências para o conceito de revolução. Assim, a proliferação de espaços de libertação (mesmo temporários) é a confirmação para muitos que a revolução *já está em marcha*. É como se esses espaços fossem actos revolucionários nos quais o futuro é moldado e experimentado no presente. Já não é uma lógica de assalto ao poder, nervosa e repentina, mas da sua subversão, paciente e contínua. É através dessas fendas na sociedade dominante que uma nova sociedade, ainda que incipiente, está a ser construída (pelo menos é esta a esperança). É como se o “novo mundo” (essa ideia-chave de muitos movimentos) não fosse apenas possível, mas existe de facto, na prática, em múltiplas formas, dentro do velho e decadente mundo. O resgate da palavra revolução, nas palavras de um geógrafo anarquista, significa assumir em pleno o “potencial insurreccionário” no presente, no imediato, no dia-a-dia (Springer 2014, p. 262).

Assiste-se também ao desejo de *redefinição de utopia*

E porquê? Exactamente porque o mundo alternativo já não é algo imaginado ou adiado para um outro lugar, ou para o futuro, mas é atingível, e experimentado, de várias formas no presente. Os planos detalhados que iriam levar a uma sociedade imaginária ou imaginada, típicos das ideologias “ortodoxas” de outras eras, como as marxistas-leninistas, estão fora de moda; aliás o caminho para o futuro não tem um mapa – neste novo radicalismo, os activistas em vez de se guiarem por um mapa, estão a construir os seus próprios caminhos, individualmente e colectivamente, enquanto agem, enquanto caminham. Por isso é que, em muitos desses espaços de rebelião, a utopia (a sociedade alternativa) já não é sentida como transcendente, mas como imanente: um espaço criativo, fluido, muito ligado à experimentação, ao fazer e ao refazer, e não um estado fixo, inalterável, como as utopias do passado. “Utopia agora”, poderia ser o slogan do espírito e da prática de muitos destes movimentos contemporâneos de emancipação.

Finalmente, a quarta grande dinâmica é a diversidade de táticas no activismo, e isso inclui a possibilidade da violência política.

Existe no activismo contemporâneo não só a opção deliberada pela não-violência (muito presente e tende a ser maioritária) mas também, como vimos, uma acção directa mais assertiva que usa a violência contra os poderes vistos como “hegemónicos” e “ditatoriais”, quer através de acções de rua, quer através de acções de guerrilha urbana.

O “regresso” do anarquismo no século XXI, portanto, é como uma árvore que cresce com várias ramificações e direcções. Por isso, a sua influência nos protestos globais de hoje, de uma maneira dissimulada

ou consciente, faz-se sentir também de diversas formas. São vários os caminhos e são vários os caminhantes, em busca de uma nova sociedade, sem opressão, sem desigualdade e, esse é o seu desejo, livre do jugo dos poderosos de hoje.

Abstract: *Is anarchy coming back?* As a political vision and an alternative social order, anarchy has seen a sharp come-back since the end of the 20 th century, through the thoughts and practices of social movements responding to globalization pressures. This article examines the panorama of contemporary anarchy – first its many manifestations in popular protests and “occupations”, and second – the main focus of the study – the fascination in philosophy and acts of anarchy pertaining to “insurrection”, the influence of which is seen in mass public protests against seated powers and in clandestine “international dark activism”. **keywords:** anarchy; occupations; utopia; insurrection

Bibliografia: 325. 2012. Número 10, Novembro, pp. 42-3. Disponível em <http://325.nostate.net/library/325-10.pdf>; 325. 2013. “Statement by Conspiracy of Cells of Fire about being charged with 250 attacks,” 2 de Agosto. Disponível em <http://325.nostate.net/?p=8428>; Amster, Randall. 2012. *Anarchism Today*, Santa Barbara, CA: Praeger; Arditi, Benjamin. 2012. “Insurgencies don’t have a plan – they are the plan: Political performatives and vanishing mediators in 2011,” *JOMEC: Journalism, Media and Cultural Studies*, volume 1, número 1; Baillargeon, Normand. 2013. *Order Without Power. An Introduction to Anarchism: History & Current Challenges*, translated by Mary Foster, New York, NY: Seven Stories Press; Bey, Hakim. 2001. *TAZ – Zona Autónoma Temporal*, tradução de Patrícia Decia & Renato Resende, São Paulo: Conrad Livros; CCF. 2013. *La Nueva Guerrilla Urbana Anarquista*, Atenas, Grécia: Internacional Negra; CCF. 2015. ‘Our day will come’ *The CCF escape case*, organizado por Sin Banderas Ni Fronteras, Anti-Authoritarian Agitation Group, October, Chile; *Comité Invisible*. 2010. *A Insurreição Que Vem*, Lisboa: Edições Antipáticas; *CrimethInc. Ex-Workers’ Collective*. 2008. “Fashion tips for the brave”, 11 de Outubro. Disponível em: <http://www.crimethinc.com/blog/2008/10/11/fashion-tips-for-the-brave/>; *CrimethInc Ex-Workers’ Collective*. “What is security culture”. s. d. Disponível em: <http://www.crimethinc.com/texts/atoz/security.php>; Gelderoos, Peter. 2007. *How Nonviolence Protects the State*, Boston: South End Press; *Efecto Pandora*. 2015. “Statement from Pandora II Arrestees”, #Pandora, 6 de Novembro, disponível em <https://efectopandora.wordpress.com>; Farber, Samuel. 2014. “Reflexiones sobre la política prefigurativa”, *Nueva Sociedad*, número 251, Maio-Junho, pp. 70-86; *FBI – Federal Bureau of Investigation*. 2011. “Anarchist Extremism Overview”. Washington, DC.; Graeber, David. 2012. “Afterword (or why this whole book should be read as a preface)”, em *We are Many: Reflections on Movement Strategy from Occupation to Liberation*, Oakland, CA: AK Press, pp. 425-35; Grubacic, Andrej. 2013. “The Anarchist Moment”, in *The Anarchist Turn*, edited by Jacob Blumenfeld, Chiara Bottici and Simon Critchley, London: Pluto Press, pp. 187-201; Harbinger. 2004. “Fifth Communiqué – The End of the World”, número 5. Disponível em: <http://www.crimethinc.com/tools/downloads/pdfs/harbinger5.pdf>; Holloway, John. 2010. *Crack Capitalism*, London: Pluto Press; Kinna, Ruth. 2005. *Anarchism: A Beginner’s Guide*, Oxford: Oneworld publications; Krastev, Ivan. 2014. *Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press; Landauer, Gustav. 2010. “Weak Statesmen, Weaker People”, in *Revolution and Other Writings: A Political Reader*, Oakland, CA: PM Press, pp. 213-4; *La Tercera*. 2014. “Espana traza el mapa de la insurrección”, 28 de Setembro, disponível em <https://latercera.com>; Malatesta, Errico. 2014. *The Method of Freedom: An Errico Malatesta Reader*, organizado por Davide Turcato, Oakland, CA: AK Press; Marone, Francesco. 2015 “The rise of insurrectionary anarchist terrorism in Italy”, *Dynamics of Asymmetric Conflict*, vol. 8, n. 3, pp. 194-214; Marshall, Peter. 2010. *Demanding the Impossible: A History of Anarchism*, Oakland, CA: PM Press; McCauley, Clark e Sophia Moskalenko. 2011. *Friction: How Radicalization Happens to Them and Us*, New York: Oxford University Press; Newman, Saul. 2010. *The Politics of Postanarchism*, Edinburg: Edinburg University Press; OWS. 2011. NYC General Assembly# Occupy Wall Street, Disponível em: <http://www.nycga.net/resources/faq/>; Parry, Richard. 1987. *The Bonnot Gang*, London: Rebel Press; Premo, Michael. 2012. “Unlocking the Radical Imagination” em *We are Many: Reflections on Movement Strategy from Occupation to Liberation*, Oakland, CA: AK Press, pp. 315-23; Simon, Jeffrey D. 2013. *Lone Wolf Terrorism: Understanding the Growing Threat*, New York: Prometheus Books; Springer, Simon. 2014. “Why a radical geography must be anarchist”, *Dialogues in Human Geography*, Vol. 4(3), pp. 249-270; *The Anarchist Library*. 2013. ‘Fragment: Violence’ escrito por L, 24 de Junho. Disponível em: <http://theanarchistlibrary.org/library/l-fragment-violence/>; Z. Mickey. 2014. *Occupy this Book: Mickey Z. on activism*, Sullivan Street Press; Zúquete, José Pedro. 2012. “This is What Democracy Looks Like”: Is Representation Under Siege?” *New Global Studies*, volume 6, número 1, pp. 1-17

[(2016) *Análise Social*, 221, li (4.0), pp. 966-989]



Desenho Délio Vargas (2016)

A ACÇÃO ANARQUISTA HOJE E HÁ UM SÉCULO

[da revolução russa aos *black bloc*]

JOÃO FREIRE

A Revolução Russa foi há cem anos. Os revolucionários de então lideraram massas populares importantes contra o regime do Czar, enfraquecido pelo esforço de guerra contra os alemães. Na prossecução deste objectivo, Lenine e o seu partido *bolchevik* lançaram-se ousadamente ao assalto do poder político através da mobilização de soldados, operários e camponeses pobres para a obtenção da paz e o estabelecimento de um regime socialista federal com base em “soviets”, que eram assembleias de delegados das unidades produtivas e militares, supostas representar uma modalidade inovadora de democracia popular. Na realidade, foram o trampolim para o estabelecimento da “ditadura do proletariado” teorizada por uma parte dos partidos marxistas de então e que na Rússia teve a sua oportunidade de concretização através da confiscação absoluta do poder político por parte daquele partido. Em tais condições, naquele extensíssimo país, uma profunda transformação ocorreu nos anos subsequentes tocando o regime económico e de propriedade, o sistema social e o direito civil, a informação e a cultura, a projecção externa do marxismo comunista — além da estrutura e da dinâmica da acção política e as práticas de violência estatal. Mas a resistência interna e internacional (das principais potências da época) a tais medidas foi importante. A isto, o “Partido” soube responder com genial oportunismo táctico: uso sem reboço da “boleia alemã” para que Lenine chegasse em 1917 a Petrogrado; “paz separada” com Berlim, traíndo os aliados da “triple entente”; luz verde para a criação da *Tcheka* (a primeira polícia política, fundada por Djerzinsky, a que se seguiram mais tarde a GPU, o NKVD e o KGB); mobilização ditatorial de todos os recursos para vencer a guerra civil; e, finalmente, face aos desastres socioeconómicos do “comunismo de guerra”, reviravolta política com a NEP advogada desde 1921 por Bukarine, melhor conhecedor do país real e da apetência dos camponeses pela posse da terra.

Com a morte do chefe indiscutível Lenine (1924), a “máquina trituradora” do bolchevismo começou a exhibir a sua lógica interna mortífera e implacável da qual saiu vencedor o mais astuto e amoral de todos os ambiciosos candidatos: Estaline. O livro que lhe dedicou Simon Sebag Montefiore (de 2003, há pouco distribuído em fascículos pelo *Expresso*) é um repositório de horrores que só pode desqualificar definitivamente qualquer tentativa para desculpar estes “excessos revolucionários” com o cerco económico e ideológico que o Ocidente lhes fazia ou as “inevitáveis derrapagens” de qualquer mudança profunda na sociedade. Estas, são razões ponderosas, mas que evitam confrontar-se com a pergunta de base: nestas condições, porquê insistir numa revolução que trai e contradiz todos os objectivos a que se propunha? A resposta parece simples: porque esse caminho é o que melhor serve os interesses e os propósitos dos revolucionários, independentemente das razões humanitárias ou de “alcance histórico” a que estes recorram como argumentação.

Com Estaline e os seus sucessores, o “realismo táctico” e a “razão de Estado” continuaram a timbrar toda a política de Moscovo: colectivização forçada da agricultura; a linha “classe contra classe” imposta à III Internacional, em breve contraditada pela orientação dada aos partidos comunistas ocidentais para as “frentes populares”; a actuação na guerra civil de Espanha; os julgamentos de Moscovo dos velhos bolchevistas (em 1936-37); o Pacto Germano-Soviético de Agosto de 1939, a que Hitler estupidamente pôs fim em Junho de 1941 ao invadir a URSS; o aproveitamento desta terrível guerra para a afirmação do poder pessoal de Estaline; a criação da ONU, o “bloco de Leste”, a “guerra fria” e a ameaça atómica; a infiltração no movimento dos não-alinhados e anti-coloniais; a corrida aos foguetões e satélites espaciais; o fracasso da política agrícola (que só nos anos 50 recuperou a produção de 1913 e levou à importação de trigo americano); o “desanuviamento” kruscheviano e o conflito sino-soviético; o erro da intervenção no Afeganistão e a tentativa reformista tardia de Gorbachev; etc.

Se é verdade que o comunismo foi talvez a ideologia que mais marcou o século XX, forçando o capitalismo e as democracias ocidentais a oportunas concessões de direitos sociais, o balanço das suas próprias realizações é arrasador. A leitura de *O Livro Negro do Comunismo* (de S. Courtois *et al.*, trad. port. 1999) é ilustrativa a este respeito. E multiplicou os governos ditatoriais em países periféricos segundo a mesma bitola. Iluminada pelo suposto cientificismo da crítica de Marx à economia liberal capitalista e pela sua convicção

do Estado como principal “instrumento de dominação de classe”, esta linha ideológica aplicou à risca as instruções operacionais de Lenine sobre o “partido do proletariado” (dirigido e animado por revolucionários profissionais mas sempre com eficazes ligações às massas trabalhadoras assalariadas e aos camponeses pobres) mas acabou por ter o seu principal e mais duradouro impacto sobre a *intelligentsia* de quase todos os países do mundo, configurando aquela “classe dirigente/dominante” que já Mahkaïsky havia antecipado no início do século (*Le socialisme des intellectuels*, 1979) ou que Orwell veio mais tarde a caricaturar dramaticamente com a utopia negativa intitulada *1984* ou o sarcasmo de *Animal Farm*.

Renegados e trânsfugas, houve-os e haverá sempre, movidos pela sede de protagonismo e de poder, mas alguns surpreenderam nesses tempos, embora hoje já não tanto, porque os olhamos como actores movendo-se no espaço da demagogia revolucionária: Nicola Bombacci em Itália (além do próprio Mussolini), Jacques Doriot em França ou José Carlos Rates em Portugal, são três casos sintomáticos deste fenómeno. O italiano (ver Silvio Bertoldi, *Salò: Vita e morte della Repubblica Sociale Italiana*, 1977: 26 et al.) fora companheiro socialista do futuro *Duce*, estivera na fundação do PCI, vivera na Rússia até 1927 (donde fora expulso por trotskismo ou anarquismo) e integrara tardiamente o movimento fascista mas procurara compensá-lo com radicalismo verbal e apologia da violência, sendo dos fiéis que lutaram até ao fim, em 1945. Doriot é o dirigente do Partido Comunista Francês que em 1934, perante a ameaça fascizante das Ligas Patrióticas, tenta empurrar o PCF para uma acção dura, que poderia ir mesmo até à tomada do poder por meio de “golpe”. Derrotado internamente e expulso, a sua evolução foi rapidíssima, só parando do outro lado do espectro político: vem a ser fundador e dirigente do *Parti Populaire Français*, apoiante do governo de Vichy e colaboracionista assumido dos alemães ocupantes. Quanto a Carlos Rates, o seu itinerário político é menos espectacular mas, mesmo assim, sendo antigo marinheiro da Armada, distinguiu-se no início da República como sindicalista revolucionário e anarquista, depois como jornalista próximo de Machado Santos (e adversário de Afonso Costa), foi um dos fundadores do Partido Comunista em 1921 e seu inicial secretário-geral, para depois se afastar e, ainda como redactor de imprensa, ser visto como apoiante, ou mesmo adepto, da Ditadura Militar instaurada em 1926. O “anti-comunismo primário” do Estado Novo não foi só resultado do conservadorismo ultramontano dos seus principais dirigentes, mas igualmente devido a alguns destes “adesivos”, que o foram por convicção, oportunismo ou ressentimento.

A Rússia fora também a terra natal de três dos mais significativos doutrinadores do anarquismo, Bakunine, Kropotkine e Tolstoi, curiosamente todos eles homens de origem aristocrática mas que consagraram o fundamental das suas vidas a proporem, pelo escrito e a acção social ou revolucionária, uma emancipação social dos trabalhadores e dos oprimidos, mas agora pela via da dissolução dos governos e da abolição de todos os privilégios e instrumentos de poder. Uma tal visão utópica e radical pareceu então credível a significativas minorias em quase todas as regiões mais evoluídas do globo, as quais procuraram pôr em prática estas ideias de variadas maneiras: tentativas revolucionárias, bombismo e tiranicídios, sindicalismo de acção directa, educacionismo, vivência em comunas libertárias, etc. Na Rússia isso também aconteceu, mas deve reconhecer-se que a sua acção pouco pesou no decurso do processo revolucionário de 1917-1923, se atendermos a uma análise historiográfica séria como a feita por Paul Avrich em *The Russian Anarchists* (1967). É certo que as gerações de anarquistas que se formaram na segunda metade do século XX se habituaram a conhecer a Revolução Russa através da leitura dos testemunhos de actores da cena social russa como Voline (*La révolution inconnue*, 3 v., 1972) ou Archinov (*Le mouvement makhnoviste*, 1969) ou ainda pela recolha de Ida Mett sobre a revolta dos marinheiros de Cronstadt e as recordações de Makno, protagonista principal que foi do exército camponês ucraniano que lutou simultaneamente contra o Exército Vermelho de Trotsky, contra as forças nacionalistas de Petliura e contra os generais “brancos” Denikine e Wrangel, então auxiliados por ingleses e franceses. Mas essas leituras, para além de divulgarem aspectos históricos que de outro modo teriam sido silenciados, serviram também para consolidar uma visão heróica dos combatentes anarquistas, do agrado dos seus mais recentes adeptos, mas que nem sempre correspondeu à realidade dos factos, e sobretudo a um balanço objectivo que uma avaliação histórica deve ser capaz de proporcionar.

Depois desta experiência e especialmente da complexa situação vivida durante e após a guerra civil em Espanha, o anarquismo, como movimento político-social, praticamente desapareceu de cena. Em ocasiões excepcionais (como no Maio de 68 francês), alguns identificaram comportamentos de minorias alargadas e significativas assimiláveis às motivações e formas de expressão do anarquismo histórico, mas nada de perdurável restou dessas mobilizações como forma organizada e permanente de contestação ao poder com tal marca ideológica. Também alguns dos novos movimentos sociais que surgiram nos países de capitalismo

avanzado (de jovens, estudantes, mulheres, anti-militaristas, ecologistas, etc.) traziam obviamente no seu bojo sentidos, reivindicações e formas de acção tipicamente libertários, mas nem por isso o anarquismo se voltou a reconfigurar como possuidor de uma alternativa de mudança política, sequer semelhante àquela que ainda parecia existir até aos anos 30 do século passado. E no clima libertador do nosso 25 de Abril, o chamado “anarco-populismo” foi pouco mais do que o epíteto que o dr. Mário Soares e outros democratas deram às movimentações “selvagens” estimuladas por uma extrema-esquerda que era marxista a 95%, e não anarquista.

Nestas condições, as grandes questões estratégicas mundiais que se foram colocando a partir da II Guerra Mundial, passaram-lhes quase ao lado, não enquanto indivíduos (e minorias) despertos, actuantes e libertos dos constrangimentos disciplinares partidários que, pelo contrário, muitas vezes funcionaram como “avisadores do que aí vinha” , mas sim como movimento e ideologia política capaz de apresentar perspectivas realistas de mudança perante as largas massas populacionais, fossem os eleitores dos países desenvolvidos ou os desgraçados vítimas da pobreza e da miséria que continuaram a persistir em largas partes da América Latina, Ásia e África. Assim, os elementos mais irrequietos e esclarecidos das sociedades foram-se desviando para outros quadrantes, mais ou menos radicais (à esquerda e à direita), ou deixando-se integrar nas maiorias silenciosas que quase tudo aceitam, por pragmatismo pessoal.

Foi talvez a primeira vez que uma circumspecta revista académica portuguesa se debruçou num exercício analítico sobre o anarquismo político contemporâneo, através do artigo nela publicado por José Pedro Zúquete [*Análise Social*, 221, LI (4º), 2016 ISSN ON LINE 2182-2999]. São 22 páginas ao longo das quais o autor expõe a sua abrangente revisão de literatura académica sobre aquilo que considera ser, com os autores recenseados, um “‘renascimento’ do anarquismo”, o qual poderia ter “voltado em força ao palco da história, num novo ciclo irresistível” (p. 969).

Analisando o seu texto, encontro nele uma virtude e dois defeitos principais. Em primeiro lugar, é de destacar e apreciar o interesse do autor em pesquisar um tema como este, e da revista em o sancionar, quando o interesse público por tal matéria está longe de ser evidente e os próprios protagonistas se furtam as mais das vezes a verem-se no papel de cobaias dos cientistas sociais. E, em complemento disto, pudemos ter acesso à produção de um acervo razoavelmente alargado de autores estrangeiros que nos últimos dez anos publicaram sobre este tema, uns em ambiente académico (talvez uma vintena), outros na área da liberdade de expressão e da propaganda. Se verificamos uma novidade, ela situa-se para nós sobretudo nisso, com a observação relevante de que se trata, na sua maior parte, de escritos saídos nos Estados Unidos da América, também em Inglaterra, na América Latina e na “terra de ninguém” que é a Internet. *A contrario*, salta à vista a ausência de qualquer publicação dada à estampa em França, na Itália, em Espanha ou na Alemanha, países onde o anarquismo tradicional sempre teve os seus mais importantes núcleos editoriais. Este facto é significativo e deixa desde logo no ar uma interrogação: será o “renascido anarquismo” um produto essencialmente americano, que se expande no resto do mundo por via do ciberespaço (ou é por ele alimentado)? Ou serão americanos os principais visados e os mais interessados no conhecimento do fenómeno?

Vejamos agora as observações críticas mais significativas a que a leitura do texto de Zúquete pode dar lugar. A mais importante que queremos apontar é a provável parcialidade das variedades de militismo anarquista que foram consideradas, em relação às que de facto existem hoje no mundo. Confesso que há muito deixei de seguir com atenção as publicações mais conhecidas deste movimento e as suas principais realizações internacionais mas, pelos contactos que ainda mantenho em Itália, França e Portugal, ressalta claramente a ideia de que a propaganda anarquista se mantém sensivelmente nos mesmos moldes que registou no último meio século, isto é, com a repetição ritual dos feitos do passado, uma atenção particular a lutas de trabalhadores que transbordem o enquadramento sindical e embarquem os governos, e referências a movimentações reivindicativas autónomas de mulheres, jovens, pacifistas e quaisquer grupos sociais explorados que se rebelem, bem como a novos desafios lançados contra o modelo económico, industrial e financeiro hoje dominante no mundo, contrapondo-lhe nomeadamente uma orientação mais respeitadora do ambiente natural e de soluções mais ecologicamente sustentadas. Deste modo, à parte a posterior emergência do uso maciço da *Internet* e das novas tecnologias da informação e comunicação (ntic) para fins militantes e de propaganda que aliás viu mesmo um esboço de teorização da sua suposta natureza libertadora (e libertária), assente nas análises de um sociólogo como Manuel Castels acerca do conceito de *rede* no mundo globalizado de hoje , emitimos as maiores reservas quanto à novidade que constituiria o contributo da *praxis* deste “anarquismo renascido”, e ainda mais quanto à hipótese de ele corresponder ao

início de um “novo ciclo” da sua expansão e capacidade para influenciar a marcha das sociedades do século XXI. Pelo contrário, dos referidos ténues contactos que tenho mantido com núcleos activos de militantes estrangeiros vem-me geralmente a referência da quebra quantitativa de indivíduos associados e de leitores da sua imprensa, da sua capacidade de iniciativa e de mobilização de simpatizantes, e, talvez mais importante do que isso, do baixo nível de conhecimento e cultura que tradicionalmente eram transmitidos por essas vias e agora seriam fundamentalmente captados pelos jovens activistas nos dispositivos informáticos, de forma fragmentada e sem qualquer suporte ético, emocional ou convivial.

No texto, que subscrevi com outros, de apresentação do livro *Anarquismo Moderno mas não Pós-Moderno* (Colibri, 2017) ficou bem clara a diferenciação ideológica entre o anarquismo clássico que vigorou até à II Guerra Mundial e aquele qualificado por nós de “moderno” que se foi afirmando no Ocidente desde então até finais dos anos 80, isto é, até ao fim do modelo de socialismo estatal corporizado pela URSS e do confronto de blocos Leste/Oeste. Nessa época, os principais centros produtores de referências teóricas e doutrínarias anarquistas continuaram a respeitar e homenagear alguns dos “actos heróicos” do passado e o sacrifício das antigas gerações de operários anarco-sindicalistas mas deixaram de perseguir o objectivo de uma revolução social, por (prudentemente) considerarem tal desígnio como irrealista para os tempos actuais. Referiam-se antes a mudanças sociais estruturais capazes de fazer aumentar os espaços de liberdade e autonomia dos indivíduos e das comunidades de base (produtiva, de habitação, cultural, etc.), fossem elas obtidas por reformas progressivas ou por transformações mais traumáticas (mas insusceptíveis de preparação prévia), conforme então definiu liminarmente o inglês Colin Ward (cito de memória: “construir uma nova sociedade nos ‘talhões vagos’ da actual”) e foi corroborado pelos americanos Paul Goodman ou Murray Bookchin. Também deixaram de considerar o operariado como o agente principal dessas mudanças, fazendo antes referência aos movimentos sociais que à época se vinham afirmando autonomamente (e que já acima identificámos). Para alguns, esta fase da história do anarquismo pode ser caracterizada como *libertária*, devido à acentuação posta sobre as condições e exigências de alargamento da esfera de liberdade dos indivíduos, nos planos civil, económico, cultural, educativo, sexual, viajante, urbano e de cidadania política.

Esta procura de *aggiornamento* do pensamento e da praxis anarquista terá sido porventura inglória ou sem resultados substantivos no curto/médio prazo. Mas talvez não tenha sido um esforço totalmente inútil e isso venha a ser reconhecido no futuro, dada a necessidade de actualização de uma filosofia política naturalmente envelhecida pelo progresso do último século, estonteante em tantos domínios, embora dentro dos mesmos princípios de sempre. Isto porque é patente a insuficiência do pensamento anarquista tradicional em matéria de teoria económica (actualizada, em relação àquela que Proudhon e Kropotkine conheceram nas suas épocas), de teoria jurídica (que os pensadores anarquistas sempre menosprezaram) e mesmo de teoria política (muito para além do federalismo que, no entanto, continuará a ser o seu conceito base), não tanto no que toca à essência do poder (crítica que permanece insuperável) mas sobretudo às modalidades do seu acesso e exercício, onde será preciso conjugar as funções de legitimação e escolha directa das grandes opções sociais por parte das populações eleitoras com a exigência iniludível de órgãos decisoriais executivos, por um lado, e mecanismos de controlo permanente destes representantes ou delegados para que eles não façam passar os seus interesses próprios à frente e no lugar do *interesse comum* das comunidades políticas de que emanam e devem ser fiéis representantes.

Que conceitos nos revela Zúquete existirem a guiar a acção dos activistas de que fala? “[...] o Estado e o capitalismo têm que ser confrontados através da associação livre, da ajuda mútua e da democracia directa” diz-nos o autor, acrescentando “o autêntico fascínio que a *acção directa* exerce para o activismo global em busca de uma globalização alternativa” (p. 97r). Pelo que se percebe, é uma elocução muito pobre e de “nível um”, ou apenas o necessário para justificar as suas atitudes combatentes. Estas atitudes parecem ignorar qualquer identificação mais precisa do actor social (em termos de classe social, comunidade étnica, etária, profissional, cultural, comportamental, etc.) em nome do qual eles combatem. Quanto ao adversário que pretendem derrubar, para além dos alvos concretos que por vezes conseguem atingir, não se vislumbra algo de mais concreto do que “o Império” (à moda do que foi teorizado pelo filósofo italiano Toni Negri) ou expressões mais consagradas mas hoje sem contornos concretos muito definidos como sejam: o “Estado”, o “capitalismo internacional” ou o “neo-liberalismo”, restando-lhes, por isso, alguns dos agentes activos destas entidades, como sejam as forças policiais, os escritórios ou instalações de grandes empresas multinacionais, a maior parte da comunicação social ou as grandes “cimeiras” de dirigentes estatais. Assim, sendo escassa ou limitada a identificação “de si” e do adversário, resta-nos procurar detectar o *projecto político* que eles teriam

em mente, capaz de resolver as antinomias que determinariam a sua acção. Mas, neste aspecto, a busca não se revela mais prometedora. As antigas fórmulas do “município livre na federação livre”, do “comunismo libertário” ou mesmo do “Estado sindicalista” (que chegou a ser teorizado por anarquistas cultos como Campos Lima e foi, em certa medida, ensaiado pelo fascismo italiano, sobretudo na sua desesperada República Social de Salò) perderam qualquer laivo de viabilidade prática, mas nenhum outro esquema teórico-ideológico os substituiu no universo mental dos anarquistas pós-II guerra mundial, a despeito de alguns esforços interessantes tentados por intelectuais (v. o holandês Thom Holterman) ou por infrutíferas tentativas de levantar um Partido Libertário capaz de apresentar ao eleitorado um programa alternativo com essa orientação, numa época em que o parlamentarismo já não é um exclusivo das elites sociais como acontecia no séc. XIX. Resta pois a “acção directa” que, de metodologia de intervenção crítica e oposta ao eleitoralismo e delegação de poder sem controlo que caracterizava os regimes democráticos de então, passou, pelos vistos, a “filosofia de acção” destes anarquistas violentos que fazem falar de si sob a mediática etiqueta de *Black Bloc* (porém apenas quando a “sociedade do espectáculo” das grande cimeiras e conferências mundiais ou alguma situação conflitual nacional/urbana lhes proporciona as convenientes condições de actuação).

É óbvio que o movimento anarquista sempre arrastou consigo o problema da violência e sempre teve de conviver com minorias ou fracções para quem a “propaganda pelo facto” fazia obnubilar os seus objectivos e valores morais. Pode-se-lhe talvez recriminar que, mesmo discordando, tenha concedido tolerância para com esses violentos, cujos actos (sejam os atentados, os “atracos” ou o “desvio apache”) tantas vezes prejudicaram o movimento aberto e legal que se ia desenvolvendo – um pouco como agora se verbera aos líderes das comunidades islâmicas que não denunciem os *jihadistas* que matam inocentes em nome de Alá. Naquelas épocas ainda se podia argumentar com a natureza tirânica de muitos governos, além de que sempre seria difícil pedir que libertários denunciasses gente que dizia acreditar nos mesmos ideais. (Contudo, é bom lembrar que em 1914 Sébastien Faure cessou a propaganda anti-guerra quando o ministro o advertiu do destino que seria dado aos jovens conscritos que desertassem no *front*.)

Mas existem (e quem são) os *maître-à-penser* desta nova geração de anarquistas? Poderíamos arriscar pensando no linguista norte-americano Noam Chomsky ou no filósofo francês Michel Onfray. Mas do primeiro, que se tem constituído desde há décadas como referência de legitimação de tudo o que se oponha ao “imperialismo *yankee*”, não tenho notícia que alguma vez se pronunciasse favoravelmente a este tipo de violências. E do segundo, não é difícil perceber que as suas formulações hiper-abstratas nunca tenham sequer aproximado os universos mentais destes activistas. Nestes termos, é de crer que, no caso vertente a que se referem privilegiadamente as fontes utilizadas por Zúquete, estejamos perante jovens e pessoas menos jovens que, da ideologia e história do anarquismo, retiveram apenas alguns traços identitários menores e superficiais (para não os qualificar de ridículos) como o “ser contra” ou a embriaguês do “ilegalismo”.

Um ponto de detalhe que merece ainda a nossa atenção é a maneira significativa como estes radicais encararão o “pacifismo como uma *patologia*”, sendo “a não-violência vista como pouco mais do que colaboração como o inimigo” (p. 977). Não tenho ideia de ter visto algo de semelhante em toda a história do anarquismo.

Zúquete refere já na parte final do seu escrito o nome e a acção do anarquista italiano (do sul) chamado Alfredo Maria Bonanno (p. 981 e 983). Na década de 1970, este sujeito fez-se notar pela legitimidade que concedia à luta armada; e ainda há pouco outros anarquistas (do norte), activos e bem titulados, me referiam que ele (des)encaminhara vários jovens para aventuras pouco gloriosas. Mas estava-se então na época da *Röte Armee Fraktion* e das *Brigate Rossi* (marxistas), do IRA e da ETA (nacionalistas) ou ainda do grupo anarquista *Action Directe* (francês-espanhol), que compunham uma certa sensibilidade comum às extremas-esquerdas políticas. Hoje, parece ser largamente consensual considerar como um avanço civilizacional o facto de, além dos movimentos sociais que conseguem alguns significativos avanços para as suas causas, mesmo desafios políticos que confrontam directamente governos (sejam verdadeiramente democráticos ou menos, ou mesmo abertamente autoritários), como é o caso de Espanha, Reino Unido, Hong-Kong, Brasil ou Venezuela – e foi também o início das Primaveras Árabes nos países árabes mediterrânicos – se exprimam através de exigências democráticas de apuramento da vontade do povo, seja por via de referendos ou de eleições que renovem os detentores das rédeas do poder, em vez de optarem pelos caminhos da violência armada.

Sem sustentação ideológica forte e agindo antes de mais por impulso próprio, emocional ou mesmo roçando o marginalismo patológico, resta-nos exprimir a opinião – mera opinião porque não estribada em

qualquer estudo científico sério de psicologia, sociologia ou ciência política de que este violentismo assim difundido sob a égide do anarquismo não será, afinal, senão um retrato de uma realidade muito parcial que está longe de corresponder àqueles que ainda se referem e actuam na sociedade em nome de valores anarquistas ou libertários.

Por último, num plano (para nós) secundário, deve mesmo assim assinalar-se alguma falta de cuidado na revisão final do texto de Zúquete, com catorze das referências bibliográficas assinaladas no texto que não figuram na lista final (casos de Ryan, Milstein, Scott, Critchley, Miller, Eça de Queirós, Gordon, Williams, Cantamessi, Day, Dixon, Churchill, Jensen e Bonanno), uma na situação inversa (Simon), três más alfabetações, uma expressão mal transcrita (Federal Bureau of *Investigation*) e, no corpo do texto (p. 970), uma errada referência à Andaluzia como região de economia colectivizada pelos anarquistas durante a guerra civil de 1936-39. Numa publicação científica como a *Análise Social*, não é habitual tal descuido.

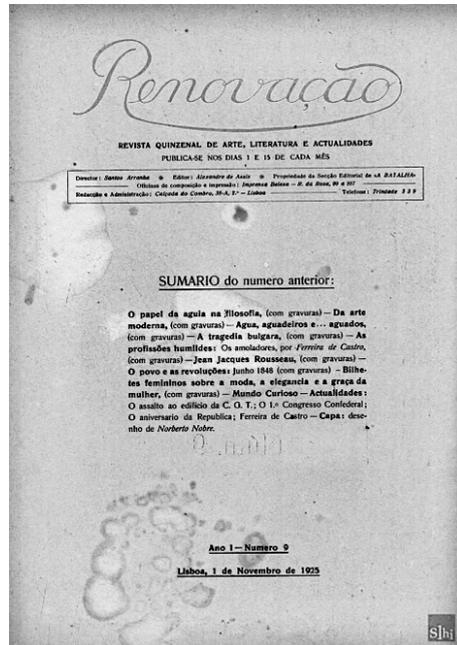
Por uma oportuna e feliz casualidade, chegou-me às mãos pela mesma altura um artigo inserido no *New York Times* (<https://nyti.ms/2r1IPQj>) intitulado “Anarchists Fill Services Void Left by Faltering Greek Governance”, da autoria de Niki Kitsantonis e datado de 22 de Maio de 2017. Neste artigo, como o título o indica, refere-se que “Greece’s anarchists are organizing like never before. Seven years of austerity policies and a more recent refugee crisis have left the government with fewer and fewer resources, offering citizens less and less”. De facto, o autor faz o levantamento de um certo número de iniciativas, em Lesbos, Salónica e sobretudo em Atenas, em que grupos anarquistas instalaram em imóveis desocupados centros de alojamento e de apoio a desempregados, pobres e refugiados, sem recursos para melhor sobrevivência, oferecendo-lhes alimentos, educação e apoio médico, na base do voluntariado e da solidariedade. As autoridades têm tolerado estas violações de propriedade e da lei pela dificuldade política em que o governo do Syriza se encontraria caso mandasse a polícia desalojá-los. Mas é frisado no artigo que os anarquistas gregos se dividem em várias tendências pois, ao lado destas iniciativas, existem diversos grupos que continuam empenhados em combater as autoridades com “acts of vandalism and street battles with the police”. E existem outros que praticam ambas as estratégias.

Eis como este exemplo nos apoia na ideia de que a via da violência é apenas a mais perseguida pelos anarquistas a nível mundial e decerto a mais minoritária, se acreditarmos que se mantêm os dados estatísticos por nós citados em 2009 (*A Ideia*, 66) referindo ser negligente o número de acções violentas praticadas no mundo por anarquistas comparado com os de todas as outras ideologias políticas, em particular as nacionalistas.

Junho de 2017



A Batalha (suplemento ilustrado, Abril - 1925)



Capa da revista Renovação, Novembro de 1925

Não reprovos Simone Weil de ter colocado [na carta a Georges Bernanos de 1938] o problema da violência revolucionária. Há muito que eu próprio o coloco. Questionei-me sobre o triunfo revolucionário do proletariado armado e cheguei a conclusão negativa, não apenas porque tecnicamente o proletariado não pode hoje vencer os meios do Estado moderno — Bakunine já o previra um ano antes da sua morte — mas porque não consigo moralmente aceitar que se chegue à justiça, se é que justiça podemos alcançar, pelo caminho da barbaridade.

GASTON LAVAL (1954)

Do mesmo modo que nunca atingimos a linha do horizonte que se afasta sempre mais à medida que para ela avançamos, também a anarquia é um ideal que poderá não se realizar nunca. O anarquismo é um método de vida e de luta e deve ser praticado hoje e sempre pelos anarquistas no limite das suas possibilidades que variam segundo os tempos e as circunstâncias.

Não se trata de fazer a anarquia hoje, amanhã ou daqui a 10 séculos, mas de avançar para a anarquia hoje, amanhã, sempre. Se para vencer for preciso tomar o poder eu prefiro ser vencido!

ERRICO MALATESTA

Se me provassem que fazendo a guerra o meu ideal tinha hipóteses de ganhar corpo, eu diria mesmo assim não à guerra. Porque não se elabora uma sociedade humana sobre um montão de cadáveres.

LOUIS LECOIN

Ele, Malatesta, não podia compreender como é que tantos anarquistas que tinham apreciado a sua *vontade de consciência* não a tomavam por orientação para dar à anarquia essa forma de expressão adequada, razoada e pensada que é timbre de todo o trabalho acabado e bem feito.

A anarquia constrói-se tendo por imagem a própria vida, que se torna coexistência necessária entre os homens. A autonomia e a solidariedade conferem um máximo de vantagens mútuas e um mínimo de desentendimentos e de esforços em vão perdidos.

A anarquia deve tomar por modelo a marcha dos astros e não o jogo, na aparência inesgotável, dos cometas e dos meteoros. O sistema celeste é sobretudo constituído por astros, ao passo que os bólides são a exceção — e se os astros são suficientes a tal sistema, com razão acrescida a pequena sociedade humana sobre a casca do planeta Terra deve ambicionar uma coexistência harmoniosa em vez duma vida amorfa, dispersa, semelhante à rota dos bólides, que são faíscas efémeras.

MAX NETTLAU (1934)

Creio poder dizer que para Malatesta — e não apenas para ele — a anarquia não é senão a realização progressiva duma ordem social baseada no amor.

PAOLO FINZI (2016)

**WELCOME TO
WALDEN POND BEACH** dcrc

**OPERATING SEASON
MEMORIAL DAY - LABOR DAY**
WATER QUALITY IS NOT MONITORED OUTSIDE
OF THE OPERATING SEASON
**FOR MORE INFORMATION CONTACT
617-626-1250
DPH PERMIT # MAFW4604-18**

Walden Pond,
fotografia de Margarida Vale de Gato (9-2-2017)

FORJAR O REGRESSO DO ANARQUISMO

JORGE LEANDRO ROSA

Há ainda uma acção anarquista?

O texto de José Pedro Zúquete pergunta se “o anarquismo está de volta”, [*Análise Social*, n.º 221, Outono, 2016]. Colocando a questão desse modo, o investigador manifesta a sua preocupação em tornar observável e caracterizável uma multitude de posições e situações. Espinhosa tarefa, já que sabemos quanto o anarquismo corre nos interstícios das situações e aí reinventa a sua história restrita (1), o que torna dificilmente atribuível uma herança que possa vir a ser legitimada pelos “novos anarquistas”. Esse regresso, sustentado como parece estar por uma concepção bipolar de ordem e caos, parece-nos difícil de sustentar, já que não se diz aqui uma única palavra sobre as mutações dessa polarização na anarquia, sobre a sua inoperância. A reinvenção intersticial do anarquismo só muito fragmentariamente está contemplada nesse texto, e em grande medida tal deve-se ao pressuposto contido no seu título. Pedindo que algo regresse para que a sua existência possa voltar a colocar-se, a pergunta toma o signo “anarquismo” como uma entidade moral e metafísica. Perguntas como esta foram adequadamente descritas por Baudrillard como modos de uma “ressurreição total do real” (2), processos pelos quais podemos intuir facilmente qual será a autenticidade de um significado colocado para além das vicissitudes que os significantes sofreram. O “regresso” é sempre um meio para fixar um sentido que subsiste através das peripécias semiológicas e históricas que atravessa. Algo transborda, reconhece Zúquete, mas será preciso que um marcador original acompanhe esse derrame. Veremos como o problema dos marcadores acabará por ser parte do problema da identificação dos anarquistas, a marca de uma tentação genética na sua identificação.

Seria caso para nos interrogarmos mais longamente sobre a curiosa construção do “voltar”. O que está de volta e esteve “onde” durante a sua ausência? põe sempre o problema da identidade de forma agudizada: que transformações sofreu durante a sua ausência? Que exercício de rememoração ou de reabilitação foi necessário para que continuasse a ser o mesmo de antes? Mas a pergunta pelo regresso não denota apenas a metafísica do sujeito, mas também a própria metafísica do tempo político. Subsiste uma convicção de que toda a política recobre um fundo simbólico resiliente, que está sempre pronto a tomar as rédeas dos acontecimentos. Hoje, há uma notória instabilidade na hipertrofia das reconstruções simbólicas, o que explica a proliferação de regressos a que assistimos, e a que Zúquete vem reunir o anarquismo. A sua pergunta implica a colocação do anarquismo no fundo habitual (se não supostamente eterno) do discurso sobre o poder. Ela é colocada neste tempo de pequenas e grandes proclamações de regressos, este que é, paradoxalmente, um tempo em que os regressos são constantemente fabricados pela maquinaria comunicacional e entram no fluxo do consumo quotidiano. E esse fluxo de coisas e ideias que voltam é uma parte da cadeia de consumo simbólico, como se aí houvesse uma fonte significativa da nossa situação e uma funcionalização constante do nosso sistema sócio-simbólico. “Tudo o que se apresenta sob a forma do regresso está, em princípio, fechado sobre si mesmo” (3), disse Jean-Luc Nancy. Esse fechamento pressupõe um princípio de identidade subsistente, mas também uma resistência ao mundo a que o regressado vem. Daqui decorre, parece-nos, a insistência de Zúquete na caracterização da violência anarquista.

Longe de se constituir como organização de uma produção/consumo do simbólico, a experiência libertária sempre foi feita de práticas e ideias regressadas, mas quase sempre inapercebidas como tal, diluídas no quotidiano em virtude da sua fraca resistência aos contextos. Havendo uma dimensão violenta na anarquia, esta não parece tornar-se o movimento simbólico da reconstrução de uma situação. Partindo dessa asserção, verificamos que os regressos mais favoráveis à anarquia parecem ser sempre aqueles que, pela sua aparente banalidade, são apropriados por movimentos informais, grupos e indivíduos, transfigurando a sua própria historicidade: é acidentalmente que regressam até nós, mas não é acidental a sua reatualização, processo fulcral do anarquismo, já que recorre aos materiais heteróclitos que a vida em comum disponibiliza. A violência anarquista pode ser entendida como uma fisicalidade, mas não segundo

o modelo daquela que serve uma ideia que dela se possa desligar: a acção directa anarquista “é uma política [...] em favor de intervenções físicas contra o poder do Estado, numa forma que por si mesma prefigura uma alternativa” (4). A anarquia lança-se *na* situação, o que significa que é em direcção à carência que um projecto pode aí ser descortinado, não pela preservação de um núcleo patrimonial que seja vertido sobre as situações.

Tal como é evocada no artigo de Zúquete, a anarquia perde de vista a dificuldade que é inerente ao seu questionamento do valor, incluindo o valor do regresso que aí lhe é atribuído; aí, ela arrisca perder-se na valorização absoluta de uma acção directa que parece estar assim de regresso. Dizê-lo não significa que não vejamos a pertinência do *confronto* táctico dos *Black Blocs* por ele evocados: afrontar os guardiões da ordem social e económica tem e sempre terá uma verdade própria. Destruir a propriedade corresponde a uma longa linhagem de combates contra a dominação, algo a que o anarquismo nunca virou costas, e que teve um papel fundamental quer no anarquismo anabaptista do século XVI, quer no anarquismo luddita da Revolução Industrial. *Mas a possibilidade da destruição é hoje demasiado extensa e difundida para que a acção destrutiva não deva ser urgentemente repensada e mesmo reinventada* num imaginário libertário que se desloca velozmente nas novas circunstâncias. Quem pode concluir que é o anarquismo que está de regresso assistindo à coreografia de batalhas campais nas cidades europeias, norte-americanas e, por vezes, asiáticas? Conviria ter discutido antes se essas são as acções em que o *ethos* e a *praxis* anarquistas se reconhecem melhor hoje. Um Erri de Luca foi acusado pelo Estado italiano de apelo à sabotagem do estaleiro de construção da linha do TGV Lyon-Turim: o seu julgamento, que incidiu numa longa discussão sobre a semântica e a história da sabotagem, deveria interessar sobremaneira aos anarquistas e àqueles que tentam caracterizar o anarquismo de hoje.

Conviria que os anarquistas não caíssem na tentação da *necessidade* de um regresso, do seu regresso, imaginário guerreiro que destruiu as lutas sociais ao longo do último século. O movimento do regresso é politicamente um modo de assombrar e capturar as escolhas. Os regressos necessários estão tomados pelo seu desejo de ponto de vista, desejam, a todo o custo, poder “ver” a inteira sequência do seu movimento. É verdade que é necessário apoiar gestos de afrontamento indomável que venham perturbar a mercantilização imparável dos espaços de vida. Mas trata-se aí de uma dinâmica determinada pelas próprias linhas de espaços que resistem à apropriação, não de uma convocação do destino histórico e das suas escalas de sentido, algo que marca a natureza temporal da guerra. Aí, o anarquismo recupera a subversão do ordenamento espacial da dominação, incluindo a perturbação do tráfego, a ocupação das casas devolutas, a destruição de automóveis, a destruição de culturas OGM, a sabotagem do turismo, a irrupção em espaços do poder, etc. A linhagem histórica é o fio do poder, e é esse que é urgente cortar cerce. Provocando “acidentes” públicos sucessivos, a acção directa, não-violenta ou violenta, situa-se no campo da espacialidade e contribui para dar a perceber quão falsificada é a estruturação das nossas existências. Mas o acidente nunca é uma fatalidade identitária nem é determinado por algum valor absoluto, como tende a ser aquele da guerra. Transformar a acção directa numa guerra é já substituir a dimensão libertária da acção colectiva pelo tacticismo e dirigismo. Ao contrário, a acção directa deve retirar ao opositor os meios para transformar o confronto num estado de guerra, ele que é, enquanto parte do Estado, instrumento permanente da declaração de guerra interna.

É o suposto regresso do anarquismo uma necessidade do tempo e da situação em que vivemos? Tratar-se-ia, nesse caso, de um renovado recurso a uma “forma diferente de conceber e estabelecer as relações sociais entre as pessoas” (5)? É grande a tentação de ler historicamente o anarquismo, quer como uma longa cadeia de práticas de resistência que reemergem aqui e ali, quer como uma construção epocal que teve um certo apogeu e agora se retirou para as margens da história. Zúquete prefere definir historicamente o anarquismo como uma realidade cíclica, que reaparece agora no mundo ocidental sob as roupagens da “alter-globalização”, e que tem mesmo o seu renascimento simbólico na “batalha de Seattle” de 1999 (6). A partir daí, a visibilidade do anarquismo teria sido sustentada por acções directas que colocam na ordem do dia o “anarquismo de insurreição” (7). Permita-se-nos questionar essa visão através de duas ordens de ideias: em primeiro lugar, Zúquete limita-se a descrever a acção insurreccional mais pontual, mediatizada e dependente da produção da acção directa; em segundo, resume o debate estratégico dos anarquistas ao dilema histórico entre violência e não-violência, descartando inúmeras dimensões fundamentais desse debate. Estamos em crer que essa não terá sido a sua postura, mas não podemos deixar de notar, ao lê-lo, que Zúquete parece assumir o ponto de vista do espectador televisivo que vê os anarquistas entrarem-lhe

em casa sempre que se dão certas reuniões do G7 ou do G20. Ou seja, esse espectador, completamente focalizado na “verdade visual”, integra a mimese geral dos rituais do poder, esses rituais em que o poder político vai reiterando a sua aliança com o poder económico, financeiro e tecnológico inerentemente invisíveis através do seu dispositivo de encenação da ordem/desordem. O anarquismo socialmente interventivo dos nossos dias não tem espaço nos *media*: é aquele que participa activamente nos movimentos de renascimento rural, nas cooperativas urbanas, nos movimentos pelo decrescimento, na recusa da escolarização, na resistência ao comércio global, na contestação à sociedade carbónica e em inúmeros outros movimentos.

Tal como é descrita no artigo de Zúquete, a anarquia aparece como um dispositivo combatente, com as suas táticas e técnicas (embora nada seja dito sobre Ted Kaczynski, conhecido como o Unabomber, a carta-bomba é aí citada), apostado em abrir um estado de guerra com a “detestada civilização do domínio” (8). Já escrevemos noutra lugar (9) sobre a urgência que há em compreender e integrar a detestação que circula e se espiraliza ininterruptamente nas nossas sociedades. Mas a dominação é uma forma plástica da qual o anarquismo não tem uma teoria fundadora, ao contrário do marxismo, que possa ser inequivocamente relançada como representação da essência do sistema. A militarização da utopia é sempre problemática no anarquismo, como o provou a história da Guerra Civil em Espanha e a recusa da revolução social por parte dos republicanos não anarquistas. O texto de Zúquete ignora totalmente essa dimensão, não sublinhando que a “subversão paciente e contínua” (10) de que fala congrega, antes do mais, dimensões existenciais, culturais, económicas e sociais. São essas que podem dar sentido à produção de “acidentes” no espaço público.

É portanto contra a natureza acidental de certos regressos que os poderes estabelecem a sua doutrina dos “regressos necessários”. Os regressos triunfais, que sempre acumularam toda a espécie de monstruosidades sobre as nossas existências, esmagando-as e reduzindo-as à impotência, renovam-se através do extermínio dos acontecimentos singulares, casuais, diferenciados e irrelevantes, tudo o que é irreconhecível para os projectos de ordenamento social. O triunfo de *um certo* regresso é a aniquilação do que poderia acontecer como *artesanía* das nossas vidas, a forma manufacturada em que o regresso – por ser inevitável que algo regresse continuamente – se assume como uma técnica entretecida na criação. Tudo o que regressa – seja o comunismo, o império, Deus, o sentido, a ordem, a igualdade, etc. – regressa de um lugar onde o devir havia sido contraído, como se fosse originalmente uma narrativa sumarizada da criação que possa ser de novo desdobrada e revisitada.

A simbologia do regresso pertenceu, antes da modernização do político, a uma ordem do mundo onde a indecisão social teve o seu papel na (des)ordem das coisas, por outras palavras, onde o jogo foi possível, inclusive nos seus movimentos contraditórios. O indecível pode ocorrer nas sociedades que pensam de acordo com alguma “visão do mundo” que teima em permanecer incrustada nas práticas antropológicas fundamentais, sempre colocadas diante de limites bem precisos, a que o anarquismo responde, não pela fundação de uma outra “visão do mundo”, mas pela junção de vozes dissemelhantes que falam a partir do interior das sociedades. A sociedade contemporânea, na medida em que reflete uma generalização técnica do poder, está antes apostada em erradicar essas representações e, conseqüentemente, os seus limites; rasura todas as suas incertezas inerentes, substituindo-as pela estruturação das previsibilidades, essas que só podem ser afectadas por aquilo que todos os *media* designam como “crises”, enquanto um outro conjunto de processos indutores de estabilidade as vai monitorizando e integrando. Aí, arrisca-se o anarquismo a ser convocado de cada vez que o dispositivo necessita de atribuir uma previsibilidade absoluta ao inimigo. O “terrorismo islâmico” tem vindo a cumprir esse papel, mas a sua disponibilidade é limitada quando se trata de retratar o inimigo interno.

Onde estão as necessidades do anarquismo?

Um dos anarquistas mais decisivos e menos reconhecidos enquanto tal, Jacques Ellul, escreveu nos anos 1950: *Todos os movimentos revolucionários são representações burlescas da coisa ela mesma, mas isso não deve ser imputado à actividade de bonecreiros maquiavélicos. Esse fenómeno aparece naturalmente na interacção das técnicas humanas com os movimentos sociais que procuram exprimir instintos sociais básicos. A nossa análise poderia repetir-se para o pacifismo, o comunismo e todos os variados movimentos construídos para assegurar a paz ou a justiça social. Todos cabem no mesmo padrão e cumprem as mesmas funções. Alguns são deveras mais autênticos e mais “verdadeiros” do que outros porque expressam melhor a revolta humana, são portanto mais bem sucedidos a mostrar*

os dentes dos instintos sociais agressivos e a integrá-los na sociedade técnica [...] Com a integração final do instintivo e do espiritual por meio dessas técnicas humanas, o edifício da sociedade técnica ficará completado. (11)

Sendo certo que participa de muitos deles, o anarquismo não é um movimento social. É importante afirmá-lo. Não é sequer uma federação de movimentos sociais ou o seu corolário ideológico. O anarquismo é antes uma contínua desarticulação da tecnicização dos processos e das necessidades sociais. Nessa perspectiva, o anarquismo não cabe numa categoria sociológica que possa integrá-lo entre os movimentos sociais que lutam por liberdades e direitos positivos. Pelo contrário, a grande tradição da liberdade negativa que o anarquismo transporta consigo retira-o a um conjunto de leituras morais e progressistas, no sentido tipificado do termo, o que torna maior a responsabilidade intelectual dos anarquistas, já que se colocam diante de ponto cego da soberania. Neste, a soberania deve abrir uma lucidez aberta ao esgotamento das construções significativas: diante da história do poder, a anarquia não se posiciona como esteio de uma das suas valências em detrimento de outras. Na era da técnica – e sobretudo na fase da antropogenia planetária em que a sociedade humana, em vez de encontrar alguma finalidade, vai de encontro ao seu limite energético e ambiental, o anarquismo deve continuar longe dos jogos das finalidades, prestando antes uma atenção redobrada ao modo como os poderes vão, a partir daqui, tentar utilizar os limites de toda a ordem, para os quais nos haviam tentado cegar nos últimos 200 anos, a fim de novamente erguerem dispositivos que reorganizarão a prevalência do poder e dos poderosos. O trabalho teórico, mas também social, do anarquismo é um trabalho sobre a ilimitação do limite: como destruir o poder ilimitado que será reconstruído sobre a escassez, por um lado, e como abrir o limite planetário à ilimitação da persistência.

Tal como é representado no artigo de Zúquete, o anarquismo não terá tido uma história intelectual relevante, se excluirmos Réclus e Kropotkin, tendo antes andado tomado por muitas reflexões tácticas e estratégicas. Essa impressão não é verdadeira, mas pode ser explicada pela forma teórica do anarquismo: a teoria anarquista não visa fornecer modelos que favoreçam a previsibilidade das situações, já que privilegia a singularidade destas. A história do anarquismo é eminentemente descontínua, tal como Georges Woodcock a caracteriza. Mais equívoca nos parecerá a sugestão de uma ciclicidade do anarquismo, o que favoreceria um seu entendimento segundo categorias de fluxo e refluxo que determinariam o acesso do movimento à actualidade. O anarquismo espacializa aquilo que os movimentos de matriz dialéctica remetem sistematicamente para a história, dando à anarquia uma configuração extensiva e não cumulativa. Daí que a permanência do anarquismo não possa ser apresentada como o prolongamento de uma história começada algures no passado: a anarquia é criadora, não de soluções de continuidade que preservam uma lógica inicial, mas de hiatos que funcionam como as irregularidades da superfície terrestre, já que nessas cesuras se produzem fenómenos diferentes, correntezas que vão transportando e caldeando os fenómenos. O hiato temporal torna-se, nele, uma geografia de istmos. O mesmo pode ser dito da tradição intelectual dos anarquismos, utilizando aqui um plural necessário. Aquilo que passa de um lado a outro dos debates são tanto processos visíveis para todos como processos subterrâneos que fazem parte de um dialogismo a várias vozes: é a sua interligação que vai definindo o percurso do anarquismo.

Zúquete leu Colin Ward, dele citando uma passagem bem conhecida onde este compara a auto-organização da sociedade a uma semente debaixo da neve (12). Contudo, o artigo não chega a reflectir essa metáfora botânica nem o que nela transparece de várias dimensões do pensamento anarquista sobre os seres e a sua ontologia, começando pela capacidade de sustentar a subversão pela própria resiliência do existente. De igual modo, também não encontramos nenhuma referência ao debate entre o anarquismo do indivíduo e o anarquismo social. Ele é, contudo, essencial e define algo importante sobre as representações individuais e colectivas do anarquismo. Um texto muito conhecido de Murray Bookchin, *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*, tentou, no contexto dos anos 1990, recolocar a questão, criticando o que ele designava, então, como *individualist anarchism* (13). As posições de Bookchin parecem estar longe de representar com suficiente amplitude esse debate, já que haveria que confrontá-las com pensadores como Godwin e outros. Mas, pelo menos, não ignoram inteiramente essa linha de discussão, o que, por si só, revela bem a caracterização caricatural do anarquismo que o artigo de Zúquete transporta consigo.

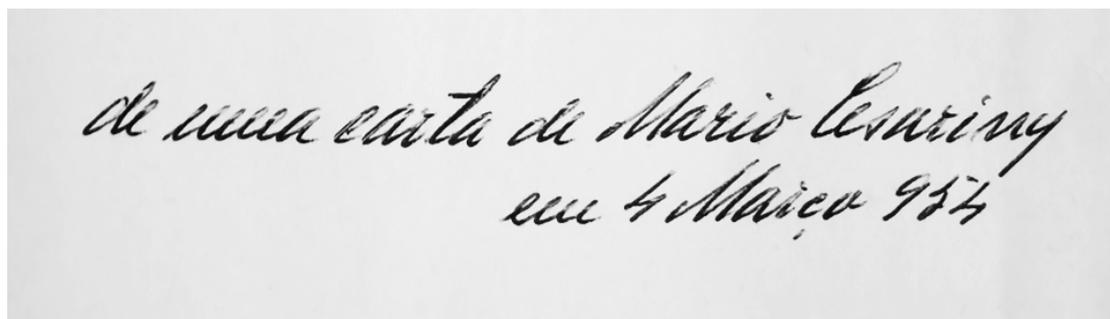
O texto de Bookchin é um sintoma do encontro do anarquismo com a entrada da civilização industrial num novo estádio do seu desenvolvimento, criando novos alvos da intervenção tecno-científica e novos mercados daí derivados. Não que um tal tema fosse estranho a Bookchin, já que ele era detentor de uma longa obra sobre a ecologia social e os limites da tecnologia. Mas Bookchin estava ainda muito próximo das

posições de Mumford sobre a civilização tecnológica, construídas em torno da necessidade de a preservar, cerceando o seu impulso prometeico e desligando-a da sua vertente orientada para o domínio. Daí que ele dirija a sua crítica a anarquistas que, nesses anos, começam a pensar um “anarquismo ontológico” que se preparava já para dar resposta às novas dimensões do capitalismo. Epítetos como “pós-modernistas”, “nihilistas” e “neoprimitivistas”, que no seu texto abundam, por muitos equívocos que transportem consigo, não deixam de referenciar um conjunto de posições incontornáveis no anarquismo contemporâneo.

Tornou-se evidente que Bookchin confundiu a ramagem com a floresta. “O anarquismo enquanto estilo de vida anticivilizacional [...] que marca as últimas décadas do século” (14) era, afinal, algo mais do que isso. Hoje, uma situação ecológica a tal ponto entrelaçada com a aceleração do mundo industrial torna manifesta a necessidade de um anarquismo capaz de pensar em profundidade as súbitas modificações das condições de vida partilhadas pelos humanos e não-humanos. Precisamos de um anarquismo capaz de ultrapassar a oposição entre escolha social e escolha existencial, já que a situação em que estamos joga intensamente com essa separação. A noção de escolha, ela mesma, está aqui em questão, já que a circulação capitalista chegou a um estádio onde o que é proposto é o auto-movimento generalizado, quer dizer, o estabelecimento de um *perpetuum mobile* em todas as actividades, incluindo a política; onde o movimento seja, simultaneamente, produção e consumo de mais movimento. Daí que o anarquismo necessite de integrar o gesto do activismo – que é sempre um movimento de resistência – com o gesto em que ele mesmo se liberta do movimento geral. Essa integração, que já se situa para além do anarquismo, abre a anarquia.

Precisamos de uma anarquia decididamente pós-industrial, assim como o anarquismo necessita de sujeitos que se tornam participantes de processos ditos “naturais”, já que considerados sem sujeito. Precisamos de uma anarquia capaz de resistir à “heteromobilidade catastrófica” (Hans Jonas), assim como o anarquismo necessita de reconhecer e associar-se a inúmeras e diversas imobilizações. Precisamos, finalmente, de uma anarquia que não esteja dividida entre violência e não-violência – enquanto o anarquismo necessita de continuar a recusar a espectacularização da violência, seja a do poder ou seja aquela que lhe querem imputar.

Notas: 1.) Seja ela, para só darmos dois exemplos, a herança proudhoniana ou a herança anarco-sindicalista. 2.) Cf. Baudrillard, *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. 70, 1995, p. 163. 3.) Nancy, *L'Oubli de la philosophie*, Paris, Galilée, 1986, p. 15. 4.) David Graeber, “The New Anarchists”, *New Left Review*, n.º 13, 2002. 5.) Zúquete, “O Anarquismo está de volta?”, *Análise Social*, n.º 221, 2016, p. 969. 6.) Cf. Zúquete, p. 971. 7.) Zúquete, p. 975. 8.) Zúquete, p. 981. 9.) Rosa, “A Posição Detestável. O Comunitarismo da Catástrofe”, *Nanocadernos*, n.º 1, Porto, Universidade do Porto, 2017. 10.) Zúquete, art. cit., p. 986. 11.) Ellul, *The Technological Society*, Nova Iorque, Vintage Books, 1964, p. 426. 12.) Cf. Zúquete, p. 968. 13.) Bookchin, *Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*, São Francisco, AK Press, 1995 (disponível online em PDF: <https://libcom.org/library/social-anarchism-lifestyle-anarchism-murray-bookchin>). 14.) Bookchin, p. 48.



fotograma de Cláudia Rita Oliveira

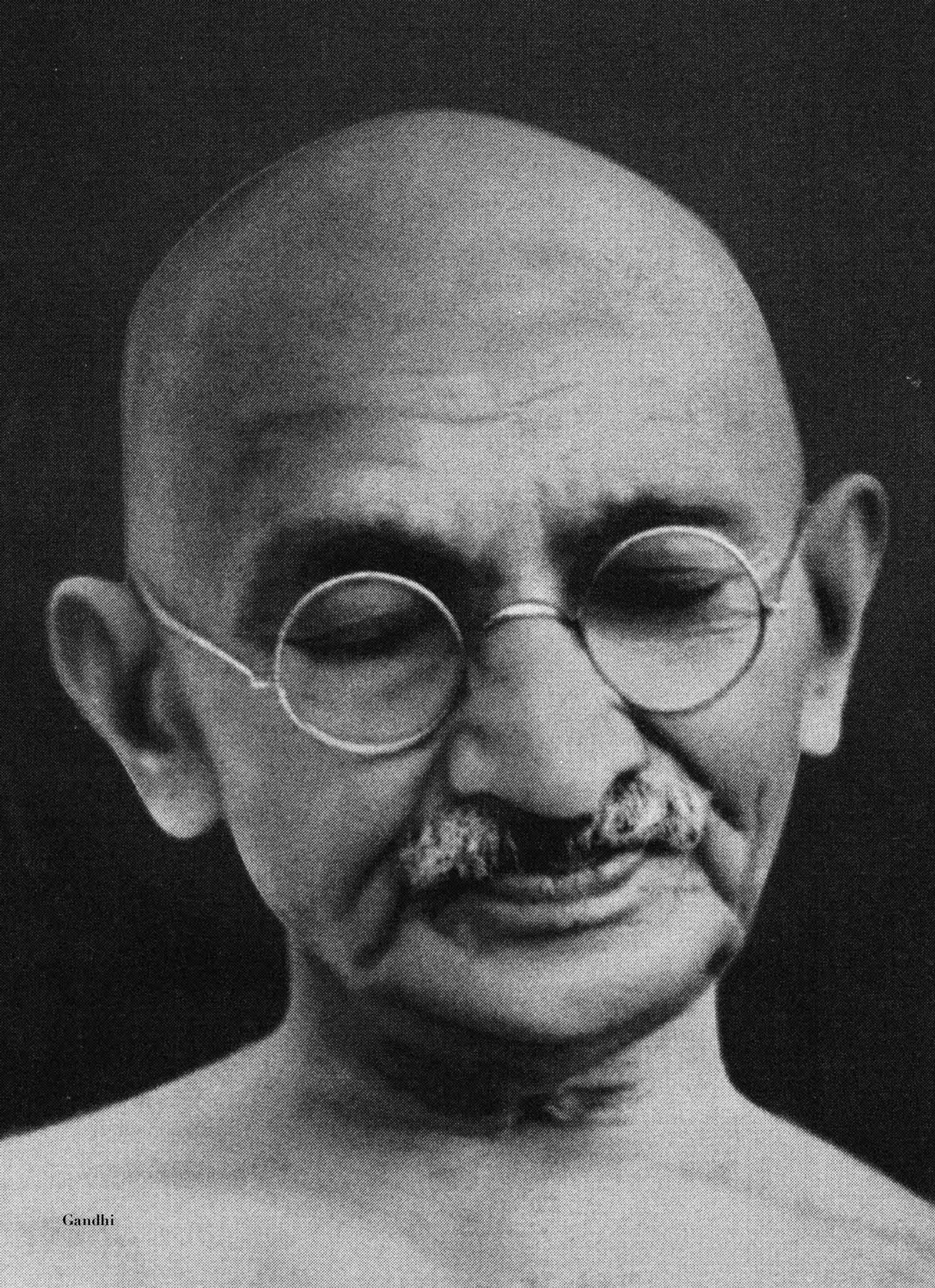
GANDHI

Permiti-me apresentar à Índia a antiga lei do auto-sacrifício, a lei da dor. Os Rishis antigos que descobriram a lei da não-violência no meio das piores violências eram gênios superiores a Newton e guerreiros maiores do que Wellington. Eles perceberam a inutilidade das armas que eram então conhecidas. A prática da não-violência não é apenas para santos — ela diz respeito ao mais vulgar dos homens. É a lei da espécie humana, como a violência é a lei do bruto. A dignidade humana vale uma lei mais alta — a força do espírito. Desejo que a Índia pratique esta lei, que tenha consciência do seu poder. Ela tem uma alma que não pode morrer. Essa alma pode desafiar todas as forças materiais do mundo.

**

Sei que não-violência é infinitamente superior à violência e que o perdão muito mais viril do que o castigo. O perdão é a armadura do soldado. Porém abster-se de punir não é perdão a não ser quando existe o poder de castigar. Esta abstenção não tem qualquer sentido numa criatura impotente. Não acredito na impotência Índia. Cem mil ingleses não podem amedrontar trezentos milhões de seres humanos. De resto, a força não está nas proporções físicas; ela reside numa vontade indomável. Não-violência não é submissão benévola ao malfeitor poderoso. A não-violência opõe toda a força da alma à vontade física do tirano. Um único homem pode assim desafiar um império e provocar a sua queda.

Cultivo a coragem serena de morrer sem matar. Mas quem não possuir esta coragem, desejo que cultive então a arte de matar e de ser morto, em vez de fugir vergonhosamente ao perigo. Aquele que foge comete uma cobardia mental: foge porque não tem a coragem de ser morto, matando. Eu arriscaria mil vezes mais a violência que a emasculação de todo um povo. Preferiria muito mais ver a Índia levantar-se em armas para defender a sua honra que ficar passivamente a testemunhar a sua desonra.



Gandhi

UNIÃO PACIFISTA DE FRANÇA

Secção francesa da Internacional dos Resistentes à Guerra (IRG), a União Pacifista de França (UPF), nascida em 1961, opõe-se a todas as formas de guerras, a qualquer exército e a todo o comércio de armamento. Ficar à espera do desarmamento simultâneo de todos os países é impossível e por isso a União Pacifista reivindica o desarmamento unilateral da França. Para divulgar o seu combate pacifista, edita o mensário Union Pacifiste, que exibe no cabeçalho uma citação do anarquista Louis Lecoïn: “Se me provassem que fazendo a guerra o meu ideal tinha hipóteses de ganhar corpo, eu diria mesmo assim não à guerra. Porque não se elabora uma sociedade humana sobre montões de cadáveres”. Apresentamos de seguida uma entrevista do jornal Le Monde libertaire com a UPF.

Como se materializaria o desarmamento unilateral? Quais são os seus fundamentos ideológicos?

A França pode ser militarizada dum ponta à outra com um simples toque de corneta, aplicando as prescrições de 1959. Porquê o inverso — a desmilitarização total — seria impossível? Há já no mundo uma trintena de países que suprimiram o seu exército (1). Saem-se melhor do que os outros no que diz respeito à educação, à saúde, etc., com modos de vida mais conviviais e fraternos. O desarmamento unilateral, inventado por Sébastien Faure e que ele desenvolveu nas suas palestras dos anos 20, aparece como uma necessidade urgente no interesse das populações — o contrário afinal de um doce sonho. Ele motiva não somente a cabeça, sobretudo nas sociedades em mutação (em que a violência está fadada ao fracasso), tanto mais que, como escrevia Georges Braque, “as provas fustigam a verdade”. O desarmamento unilateral motiva o coração e até as tripas (onde há mais neurónios que no cérebro!). O desarmamento unilateral representa mais que uma reflexão ideológica; concretiza um processo interno, que obriga a mudar a maneira de viver, como uma vibração no mais fundo de si. Obriga ao confronto com o essencial: construir o nosso futuro e dar um sentido solidário à vida. Eis uma questão de percepção menos coarctada, em que todos podem dar os seus contributos! A UPF pediu a cinco senadores socialistas (dos quais Franck Sérusclat, eleito pelo Rhône, fiel admirador do grande romancista pacifista Bernard Clavel, que tinha apoiado Louis Lecoïn na sua campanha pelo desarmamento) para

apresentarem uma proposta de lei que tinha sido gravada sob o n.º 271-93 de 22-4-1993 e que, como tínhamos previsto, dorme desde então nos arquivos do Senado. Estes cinco parlamentares marcaram porém a história do humanismo. Mesmo que a UPF não tenha ilusões sobre a política partidária, isso ilustra uma possibilidade real de poder aplicar legalmente o desarmamento unilateral, impedindo o Estado de alimentar exércitos e armas. Pelo que diz respeito aos fundamentos ideológicos desta ideia, os membros da UPF assinam uma declaração de princípio (idêntica à da IRG): *A guerra é um crime contra a humanidade e por esta razão resolvemos não ajudar qualquer guerra e lutar pela abolição de todas as suas causas.* Desarmar dando o exemplo é uma atitude de bom senso: uma espécie de seguro de vida a subscrever pelos humanos que recusam submeter-se à força brutal dos Estados e dos seus militares, polícias ou milicianos. Como se pode preparar a paz planificando a guerra, quer dizer, fazendo tudo ao contrário do desarmamento unilateral?

Por definição, a União pacifista opõe-se ao militarismo. Como o definiria? Que lugar ocupa na sociedade?

O militarismo assenta na religião do patriotismo, que, nos nossos dias, exige ainda sacrifícios humanos. É um culto fundado sobre relações de forças “heroicizadas”, sobre a submissão à autoridade e às ordens absurdas (para quebrar qualquer espírito crítico). É também estar condicionado à obediência cega, que permite conduzir voluntariamente carneiros aos matadouros (Octave Mirbeau sublinhava que pelo

menos os animais não volavam no seu carnicero), mesmo se em 2017 os civis são mais massacrados que os soldados! Com o banho contínuo dos *mass media* (mais ou menos controlados pelos nacionalistas e traficantes de armas), o militarismo ocupa um lugar preponderante na sociedade: é um tabu que representa grandes interesses capitalistas e imperialistas, explorando sem freio a miséria dos humanos. Como dizia o nosso aderente Théodore Monod: *É tempo de sair da Idade das cavernas!* O militarismo implica uma hierarquização disciplinada entre os indivíduos, o direito de alguns comandar os outros, obrigados a obedecer automaticamente e depressa. Isso traduz uma desigualdade de princípio e de entrada supõe-se sempre que um chefe nunca se engana

daí os erros que ele possa cometer sejam muitas vezes irreversíveis! É a negação do trabalho solidário de equipa, que se completa e corrige reciprocamente. Na educação, o ensino do púlpito é menos eficaz do que as práticas pedagógicas em que alunos e estudantes procuram e se exprimem, a maior parte das vezes, por si próprios, aconselhados, criticados e orientados apenas pelos seus professores. Quando as estudantes ou os estudantes expõem diante dos outros os seus propósitos, aprendem melhor; os erros ou imprecisões são mais facilmente identificados e rectificadas. Na universidade a pedagogia pelo erro estimula a atenção porque os alunos sentem-se menos submetidos e passivos, mais activos e co-responsáveis. Os poderes militares são geralmente tentados a impor-se pela força, golpes de Estado ou repressão, restringindo todas as liberdades, impondo uma dominação local ou exterior. Há legiões de exemplos! A independência argelina foi transformada em redução drástica das liberdades por uma oligarquia militarista. O golpe de Estado de Pinochet destruiu um governo eleito, que tinha ousado recuperar as riquezas nacionais em desfavor das pressões exteriores. Em Cabinda (enclave de Angola, na foz do rio Zaire), a extrema militarização (um soldado por cada sete habitantes – recorde mundial) permite a Chevron Texaco explorar os recursos de petróleo, destruindo a natureza e arruinando os pescadores. O general putochista Franco destruiu a república espanhola com a ajuda do fascismo e do nazismo, massacrando ou exilando. Os kmers vermelhos, mesmo mal armados, cometeram um genocídio e internamentos massivos! Um

raro contra-exemplo em Portugal: uma revolta de sub-oficiais abateu a ditadura de Salazar.

Federação de grupos locais e de indivíduos aderentes, de que meios se dota a vossa união para popularizar as suas ideias? E em relação aos que decidem? Quais são os vossos parceiros?

Como todos os movimentos estritamente independentes, a UPF só conta com as iniciativas tomadas pelos seus membros. Para maior impacto, formam-se grupos locais. E como é preciso suportes para exprimir as ideias em favor da não militarização (a UPF não quer reforçar o militarismo por uma oposição estéril ao exército, mas aboli-lo, por técnicas de resistência à guerra, que deram provas em todas as latitudes), a UPF dispõe de uma publicação mensal e de um site. Em relação aos que decidem a UPF não tem “estratégia”, procura de preferência trabalhar com “pessoas comuns na obra” segundo a bela expressão de Jean Dubuffet. Ao invés, a nossa associação desenvolve parcerias no seio de numerosos colectivos (que muitas vezes só apresentam medidas muito parciais contra a guerra). A UPF está em ligação com os libertários (entre os quais, evidentemente, a Federação Anarquista), os livres-pensadores (reabilitação social dos fuzilados e dos refractários), o Movimento Internacional para a Reconciliação, a Liga Internacional das Mulheres pela Paz e pela Liberdade, o Movimento da Paz (que evoluiu muito desde que o PCF perdeu força), a Liga dos Direitos do Homem, etc. Com a criação da Rádio Libertária, a UPF estabeleceu uma parceria muito forte com a Federação Anarquista, só comparável com a que tem com os esperantistas. A emissão “Si vis pacem” é muito escutada todas as quintas-feiras às 18 horas (ou em qualquer momento no site da rádio).

A União Pacifista reagrupa pessoas de horizontes diferentes: pacifistas de obediência espiritual/religiosa, não-violentos, mas também anarquistas. Para os primeiros, tenho a impressão – mas posso enganar-me – que o pacifismo é antes de tudo uma posição moral: “a recusa de matar os seus semelhantes”. Louvável por certo! Mas pode rejeitar-se o militarismo sem pôr em causa o aparelho de Estado? Não se encontra no Estado a estrutura hierárquica dos exércitos? Pode ser-se pacifista sem se ser libertário e revolucionário? (Eu creio ter lido no vosso jornal que alguém pensava que frente à revolta fascista de Franco contra a República em Espanha, as organizações operárias e camponesas não

deveriam talvez ter pegado em armas mas organizar em seu lugar uma greve geral, uma grande recusa ao trabalho como maneira de resistência).

Sim, nós focalizamos nos indivíduos convicções muito diversas. Reencontram-se todas nas nossas lutas para neutralizar a militarização da juventude (o exército na escola e nas universidades), o recrutamento dos profissionais do assassinato, os beneficiários da guerra (fabricantes e vendedores de armas), as alianças militares (como a Organização Terrorista do Atlântico Norte, que não pára de produzir guerras para tentar justificar a sua existência) e, mais largamente, pela desmilitarização total e imediata. A generalização da objecção de consciência, da insubmissão e da deserção implicam a recusa do porte de armas. Estas só servem para matar ou forçar à obediência. O direito à recusa de matar é realçado pelos pacifistas do mundo inteiro sem este direito a viver em paz, todos os outros direitos humanos são postos em causa. É evidente que as ficções estatais e os delírios paranóicos de quem as alimenta começam a oscilar quando se contestam as suas veleidades de engendrar sempre mais guerra e/ou terrorismo. Concentrando-se sobre este aspecto inofensivo e universal da recusa do porte de armas em qualquer circunstância, nós dispomos de uma alavanca extraordinária para sabotar e abolir as estruturas opressivas. Nesta óptica temos por natural não encorajar as insurreições armadas que, regra geral, conduzem a sangrentas repressões (as armas dos ricos são mais mortais do que as dos pobres). Louis Lecoin, que fez passar comboios de armas aos anarquistas espanhóis, reconhecia, com o passar dos anos, que não tinha senão ajudado a produzir mais mortos e feridos. É verdade que em situação de guerra, cada um faz o que pode. Mas a generalização das tomadas de consciência na opinião, os boicotes, a não colaboração, as sabotagens e as greves podem só por si fazer estalar os sistemas opressivos. Podem ainda ser reforçadas pelo recurso às técnicas de resistência da IRG (utilizadas aquando das primaveras árabes).

Nesta mesma ordem de ideias, secções inteiras da economia assentam no armamento. Pode denunciar-se o fabrico e a venda de armas sem se tocar no próprio capitalismo?

O sector mais corrupto da economia é o do armamento, à frente da energia, das minas, do BTP... É claro que este devorismo forma a

essência do capitalismo. Aquando das acções para fechar as feiras de venda de armas (terrestres em Eurosatory; aeronáuticas em Bourget; globais em Londres) nós pudemos constatar quanto os nossos testemunhos podiam danificar a sua imagem de impunidade. M. Dassault (Rafale) e Lagardère (Airbus M e mísseis), ícones franceses do armamento, apoiam e financiam as campanhas eleitorais de numerosos candidatos, pondo à disposição deles os seus jornais (2). Uma vez eleitos, estes não podem fazer outra coisa senão votar orçamentos militares colossais. Dividendos embolsados, os beneficiários da guerra multiplicam os subornos, assim como os investimentos nos jornais, nas rádios, nas televisões para condicionar ainda mais a opinião. O círculo está fechado! Um Estado, mesmo socialista autoritário, continua a ser o instrumento piramidal de uma oligarquia, com níveis intermédios de controlo das populações: polícias, militares, forças de manipulação ideológica (aparelhos religiosos, informativo, escolar ...). É verdade que estas forças de controlo ideológico podem também subverter o poder, tornar-se mais ou menos emancipadoras. Assim a aliança do trono e do altar a que se opôs a do sabre e da escova. Graças a educadores militantes, os movimentos educativos investiram contra a militarização. O movimento dos mestres e das mestras incentivado pelo sindicalismo revolucionário afrontou a repressão hierárquica, juntando-se às Bolsas do Trabalho que eram também lugares de luta e de educação (bibliotecas, universidades populares...). Mas em 1914 esta prática foi varrida pela propaganda militarista. Os povos mataram-se uns aos outros nas trincheiras, enquanto as suas classes dirigentes se deleitavam na opulência! As vendas de armamento permitem antes de mais massacrar e submeter as populações e portanto manter as opressões. Pôr fim ao fabrico e venda de armas prejudicaria os hiper-lucros das oligarquias capitalistas. Substituir a espiral armamentista, fonte de destruição massiva e de desperdícios enormes, é uma prioridade. Caso assim não seja, o suicídio colectivo não estará para breve? O desarmamento dum país permite destruir menos, investir em comida, alojamento, equipamentos socialmente úteis.

Pode apresentar-nos brevemente as actividades da Internacional dos Resistentes à Guerra (IRG) por um lado e as da Secretaria Europeia da Objecção de Consciência (BEOC) por outro?

A IRG (3), de que nós somos a secção francesa, é uma rede transfronteiriça que dispõe de grupos em cerca de 40 países. Aquando da sua constituição em 1921 por objectores de consciência, tratava-se de tirar da prisão todos aqueles que tinham recusado fazer a guerra. Continua a ser esse o fundamento da nossa internacional (jornada de prisioneiros pela paz no 1 de Dezembro). Desde 1926 (ano do estatuto da objecção no Reino Unido) foi preciso porém adaptar as nossas acções a desenvolver a desmilitarização. Reuniões anuais, seminários sobre vários temas e assembleias de três em três ou de quatro em quatro anos permitem coordenar as acções a nível mundial, graças a duas pessoas permanentes trabalhando a tempo inteiro e que a partir de Londres fazem um trabalho notável. Esta rede permite dispor de informações imediatas em primeira mão sobre situações trágicas. *Le fusil brisé (A espingarda partida)*, versão francesa do periódico da IRG, reproduz muitas vezes testemunhos que anulam os propósitos dos *mass media*.

O vosso jornal aborda assuntos graves, contudo numerosos artigos são dotados de humor, um pouco à maneira de Maurice Maréchal, fundador do Canard enchaîné “O meu primeiro movimento quando vejo algo de escandaloso é indignar-me; o segundo é rir-me”. Pode falar-nos das vossas eventuais ligações com o Canard enchaîné?

A capacidade de sobrevivência dos humanos mede-se pela distanciação de que são capazes relativamente ao horror. Resulta daí que o humor é consubstancial à expressão do pacifismo. Pierre Desproges, Raymond Devos, Boris Vian foram, entre outros, grandes nomes da resistência à militarização. Numerosíssimos artistas sustentaram e ajudam a nossa associação (porque a criatividade nasce da insubmissão). A 7 de Janeiro 2015, a UPF perdeu com Cabu, Charb, Wolinski, Honoré... uma boa parte do seu “estado-maior”. Desde 1961 que as ligações foram constantes entre a UPF e o *Canard enchaîné*. Em 1987, Bernard Baissat deu a conhecer o documentário *Aux quatre coins du canard pour les 70 ans du volatile [Nos quatro cantos do jornal pelos seus 70 anos]*. Este jornal satírico representa uma particularidade cultural francesa, sem publicidade e independente. As suas investigações insolentes e inconvenientes permanecem em todas as memórias (diamantes de Bokassa, HLM de Paris, falsas facturas do Carrefour, colocação de micros pela DST nos locais do jornal...). Desde o seu primeiro número a 10 de Setembro de 1915, o *Canard enchaîné* não se desviou da sua linha editorial tomando por alvo o exército e o obscurantismo religioso. É o único semanário a publicar uma rubrica de charadas burlescas (*O álbum da condessa*): o general “serve a amêndoa” e passa fome na messe dos oficiais...

Notas: 1.) C. Barbey, *Catálogo dos países sem exército*, disponível na UPF. 2.) Lembramos que o grupo Dassault é o feliz proprietário do *Figaro* e que a lista dos *mass media* de que dispõe Lagardère é demasiado importante para esta nota de rodapé. Na verdade, nós podemos citar *Europe 1, O JDD, Elle, Paris Match, RFM*... E ainda jornais gratuitos de qualidade, cadeias de televisão, etc., com o fim confessado de fazer viver o pluralismo, noção rainha da paisagem mediática francesa... 3.) Ver para mais informações: www.wri-irg.org.

Le Monde Libertaire
[n.º 1785, Fevereiro, 2017]



AMIZADE

HENRY DAVID THOREAU

[Nota do tradutor (JÚLIO HENRIQUES): Título original: *Friendship*. Publicado pela primeira vez na revista *The Dial: A Magazine for Literature, Philosophy, and Religion* (n.º 2, Julho, 1841), então o órgão principal da corrente transcendentalista. Traduzido de *Collected Poems of Henry Thoreau*, ed. Carl Bode, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1974 (1.ª ed. 1943, Chicago). Ao contrário do original, esta versão não tem rima; foram eliminadas as capitais no início de cada verso e alterou-se a cesura de alguns deles. Trata-se pois de uma versão. Thoreau, menos conhecido como poeta, teve uma relação particular com a poesia escrita. Como declara em *Uma Semana nos Rios Concord e Merrimack*: “Para o poeta, a importância da poesia reside naquilo em que este se tornou através da sua obra.” Sendo a vida superior à arte, segundo os transcendentalistas, Thoreau pôde afirmar, num outro poema confessional: “A minha vida foi o poema / que teria escrito, / Mas não podia vivê-la / e ao mesmo tempo preferi-la.”]

Penso por instantes no amor,
e enquanto penso
o amor é para mim um mundo,
carne única, a mais doce bebida,
íntimo e comunicante
elo de união
entre o céu e a terra.

Sei apenas
que é a minha maior felicidade,
não sei como nem porquê;
por mais que tente,
nem que estivesse a morrer
lograria explicá-lo.

Ao meu amigo bem perguntaria
como pode isso ser,
mas chegado o momento
o amor é para mim mais amoroso
que tudo o resto
e fico mudo.

Pois se a verdade fosse conhecida,
o amor não pode falar,
pode apenas pensar e actuar;
embora por certo isso transpire
sem ajuda do grego
ou qualquer outra língua.

Um homem pode amar a verdade
e praticá-la,
admirar a beleza,
não omitir a bondade,
tanto quanto isso possa convir
à reverência.

Mas só quando estas três se conjugam,

como elas sempre predis põem
e dão lugar a uma só alma
e a um refúgio favorito
da beleza;

quando sob forma afim, quais amores e ódios
e afim natureza,
elas proclamam que sejamos amigos
a iguais destinos expostos
eternamente;

e que cada qual pode o outro ajudar,
e auxílio prestar,
entrançando faixas de amor mais apertadas,
de tal nunca esse homem se arrependerá
enquanto um mais um forem dois
e dois forem um;

com isso só demonstra o homem por inteiro,
tão plenamente quanto o possa fazer,
o poder que há no amor.
E a sua alma mais íntima faz avançar
irresistivelmente.

Dois robustos carvalhos,
ou seja, ao lado um do outro,
enfrentam a tempestade da invernia,
e apesar do vento e da maré
o orgulho da campina cresce
porque ambos são fortes.

Por cima mal se tocam, mas escavando
até à sua fonte mais profunda
admirados veremos
que as suas raízes estão entrelaçadas
inseparavelmente.



HENRY DAVID
THOREAU
E A MODERNA TRADIÇÃO LIBERTÁRIA

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

O escritor estadunidense Henry David Thoreau, cujo bicentenário de nascimento se celebra este ano, não podia, pela idade, pelo ano de nascimento, pelo quadro cultural, fazer parte dum movimento anarquista organizado. Na verdade, um tal movimento só toma lugar, e de forma embrionária, a partir do final da década de 60 do século XIX, depois da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em especial no momento em que uma tendência anti-autoritária, assim se designou então, se polarizou dentro desta associação, nunca antes de 1868, em torno da figura de Miguel Bakunine, dando origem a uma corrente de grande visibilidade na cultura finissecular europeia e americana, o anarquismo, cuja caracterização exacta, nos seus distintos graus e níveis, está fora do âmbito desta síntese.

O que temos antes da década de 60, e Thoreau pela idade e pela época em que deu a lume as suas obras faz parte desse grupo, é um conjunto de pensadores isolados, que na Europa e nos Estados Unidos, quase sempre no desconhecimento uns dos outros, criaram um pensamento político/jurídico inovador e disruptivo — quer à direita quer à esquerda, marcada a primeira por tendências autoritárias e monocráticas, a segunda por inclinações liberais e democráticas —, pensamento de definição difícil, furtivo que é a esquematizações lineares, contraditório até nas suas muito variadas expressões, mas que apresenta porém um denominador comum, capaz de funcionar como uma identidade instável — a novidade de socializar a política e a riqueza, retirando-as das mãos do Estado ou dos monopólios e entregando-as à sociedade e ao indivíduo.

Pela ousadia das ideias, pela firmeza dos escritos, mas também pela aura de escritor e de panfletário vigoroso que marcou larga influência nas gerações mais novas, gerando uma admiração sem limite em figuras mais jovens, entre elas Bakunine, Baudelaire, Tolstoi, que lhe deve o título da sua epopeia, *Guerra e Paz*, Flaubert,

Antero ou Eça de Queiroz, que o citou e parafraseou na Conferência do Casino Lisbonense, destaca-se entre todos Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), o primeiro que reabilitou de forma positiva e dinâmica, logo em 1840, na introdução ao seu livro *O que é a propriedade?*, a palavra “anarquia”, fazendo a primeira profissão de fé anarquista, que depois desenvolveu e alargou num livro já final, que pode ser avaliado como o seu testamento de ideias, *Do princípio federativo* (1863), que tanto significado veio a ter no surgimento da tendência anti-autoritária dentro da AIT.

As décadas de 40 e de 50 do século XIX foram fecundas em escritores e pensadores que, perto ou longe, nos Estados Unidos ou na Europa, seguiram itinerário paralelo e idêntico ao do grande mestre francês e se bateram por uma ideia política que deixava de lado o governo do Estado, insistindo na nociva inutilidade deste e na capacidade de auto-governo da sociedade, transferindo assim o princípio de soberania do povo (ou de Deus) para o indivíduo. Basta apontar esse caso curioso que se chama Anselme Bellagarrigue, de quem pouco se sabe, a não ser que, regressado dos Estados Unidos em 1848, admirador confesso de Thomas Paine e de William Godwin (de quem logo em 1796, três anos após a edição inglesa, se editou nos Estados Unidos uma edição do *Political justice*), publicou em Paris, no quadro da revolução contra a monarquia de Luís Filipe, um jornal de nome fulminante, *A Anarquia – jornal da ordem*, que apresentava como legenda a desarmante frase, “a anarquia é a ordem; o governo é a guerra civil”. Daí talvez um pensador anarquista actual como Normand Baillargeon – canadiano de língua francesa – ter usado como título para a sua interessante síntese o seguinte título: *L'ordre moins le pouvoir – histoire & actualité de l'anarchisme [A ordem sem o poder]*.

Pela idade, pelo espírito, pela obra escrita que legou ao futuro, Thoreau faz parte desta cintilante constelação de escritores, publicistas, panfletários, conferencistas e pensadores que na transição da primeira metade do século XIX para a segunda metade levaram a peito renovar as ideias político-sociais, passando ao lado, melhor, deixando para trás as principais escolas de pensamento político-jurídico então em voga. Estranhos embora a qualquer movimento e a qualquer organização, são eles na verdade os fundadores daquilo que se chama anarquismo e é no seu pensamento que se encontram as raízes da moderna tradição libertária, das quais resultaram as muitas e variadas escolas que ao longo das décadas foram dando braçadas e ramos a esta árvore hoje frondosa sob tantos aspectos.

Thoreau viveu uma vida curta e deixou uma obra escassa, que se veio todavia a revelar de grande significado, quer para o ulterior desenvolvimento das ideias e das práticas libertárias, quer para uma literatura norte-americana ainda na adolescência e que aí encontraria um dos pilares estruturantes do seu imaginário. O seu texto mais conhecido e com certeza o mais decisivo no âmbito que aqui nos importa, *Do dever de desobediência civil*, palestra inicialmente proferida na sua cidade natal, Concord, no Massachusetts, em 1848, e publicada no ano seguinte numa antologia de Elisabeth Peabody, foi gizado a partir dum motivo autobiográfico. Retirado desde 1845 numa cabana por si construída em Walden, nos arredores de Concord, Thoreau recusou, por imperativo moral, pagar os seus impostos no ano de 1846, atitude que lhe valeu o cárcere. Apresentou então como razão para a sua recusa o destino do seu dinheiro: financiar um sistema abjecto e um governo injusto, se não corrupto, que aceitava a escravatura e empreendia uma guerra desumana contra o México.

Fundado neste episódio autobiográfico, Thoreau, através dum estilo eloquente e interpelante, pensa a relação do indivíduo com o governo e do governo com a sociedade. A divisa de Jefferson, “o melhor governo é o que menos governa” [the government is best wick governs least] é aceite com entusiasmo e desenvolvida até se tornar “o melhor governo é o que não governa de modo nenhum”. Este anti-estatismo, com o perecimento natural do governo de Estado, é uma meta ideal, à qual se chegará inevitavelmente através da vontade de todos e a colaboração de cada um mas só no futuro, à imagem do que sucede no *Political justice* de Godwin, que foi com certeza a sua fonte de inspiração. Thoreau aceita porém que no imediato o que importa é estabelecer o melhor governo possível. Que governo é este? O que aceita a dissidência jurídica do indivíduo, dando-lhe um alto grau de soberania individual e reconhecendo-lhe o direito a viver à margem, que um mau governo, um governo autoritário, não permite, tratando os seres humanos como um rebanho e obrigando-os ao cumprimento rígido das leis e das normas, mesmo as mais iníquas, o que se torna do ponto de vista do autor uma forma de escravização humana e razão bastante para o afastamento, a dissidência ou desobediência do ser humano moral, preocupado com a justiça e a liberdade.

A noção de “desobediência civil”, que parece ter antecedentes no ensaio de Étienne de la Boétie, *A servidão voluntária*, e pode também aqui ter como fonte Godwin, que foi a ponte entre a tradição humanista anterior e a mundo moderno, é encarada por Thoreau como uma arma colectiva. Justamente célebre é a passagem do seu discurso, que tanto marcaria o Gandhi da década de 20 quando optou pela não-cooperação, pelo boicote

e pela desobediência civil em massa, em que ele assinala que bastariam 1000 homens determinados a não pagarem impostos para fazerem uma revolução pacífica, derrubarem um governo e pararem uma guerra tão injusta e desumana como a do México. O ditame da recusa de obedecer a um governo que não permite a dissidência ou a objecção e que se empenha em violentar outros povos através da guerra ou em violentar a consciência moral do indivíduo mantendo regras moralmente inaceitáveis como as do escravagismo acaba por pôr em causa a eficácia da ciência política contemporânea de Thoreau. Não menos indelével é o passo final do grande ensaio de 1848 em que o autor se interroga se a democracia, tal como a conhecemos será mesmo a última palavra em termos de governo. A resposta é não. A democracia tal como existe, quer dizer, fruto das instituições políticas estadunidenses e das ideias francesas setecentistas, é apenas um fragmento, um esboço primário e imperfeito daquilo que é possível e desejável conceber e concretizar. A democracia pode ser aperfeiçoada no sentido da soberania individual, matriz da identidade libertária, o que está de acordo com a ideia que no início do ensaio ele avançou – o melhor governo é o auto-governo.

Outros textos de Thoreau podiam aqui corroborar estas linhas fortes do seu ensaio mais sólido e desenvolvido. O mais conhecido, “Um apelo a favor do capitão John Brown”, de 1859, é menos um afinamento ou uma evolução das noções antes criadas a partir da experiência autobiográfica vivida no Concord que uma tentativa de as aplicar a uma tragédia, a de John Brown, um dissidente com um perfil moral acima de qualquer suspeita e que por desobediência às leis fora condenado à forca. Tendo empreendido uma enérgica acção directa visando os potentados escravocratas, Brown encarnava a desobediência civil tal como Thoreau a teorizara. Daí o veemente apelo que fez para lhe salvar a vida, no que não foi bem sucedido. Mas talvez o texto mais significativo do ponto de vista que aqui nos move seja “A vida sem princípio”, em que o problema moral toca a sua tensão máxima e em que a ideia duma vida gratuita, vivida para os prazeres mais simples e humildes, parece ser a expressão literal do que espontaneamente, literalmente até, a anarquia é – a vida sem princípio (nem fim). A palavra anarquia, a não confundir com “acracia”, quer dizer à letra “sem princípio”.

A recepção de Thoreau nos Estados Unidos, se não foi quase imediata, foi ao menos progressiva e as suas ideias acabaram por ser bem recebidas até aos dias de hoje entre minorias activas e expressivas. Já a penetração das suas ideias na Europa foi mais demorada e espaçada, com ausências e hiatos, se bem que um sábio tão empenhado e desinteressado como Max Nettlau (1865-1945), que alguém chamou o Heródoto da anarquia, tivesse tido contacto directo com as ideias do grande solitário norte-americano logo no início do século XX, manifestando por elas grande apreço e simpatia e integrando-as na monumental história do anarquismo a que dedicou as últimas décadas da sua vida e de que uma síntese viu a luz no final da década de 20. Lá se encontra um curioso e bem documentado capítulo dedicado ao “espiritualismo libertário americano” do século XIX em que se diz de Thoreau: *A mais bela figura deste meio é, do ponto de vista libertário, Henry David Thoreau (1817-1862), autor de Walden: my life in the woods (1854) e do célebre ensaio On the duty of civil disobedience (1849).*

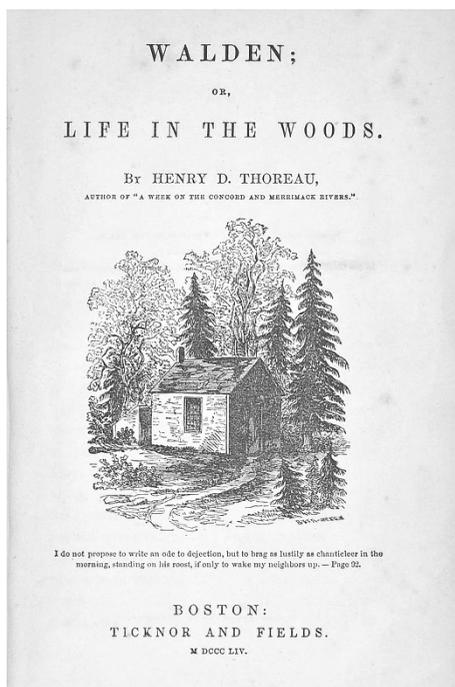
Não obstante a enorme recepção que a obra de Nettlau teve nos meios anarquistas europeus das primeiras décadas do século XX, o seu caso não significou a entrada imediata das ideias de Thoreau no património libertário europeu. Foi preciso esperar pela segunda metade do século XX para Thoreau sedimentar de forma definitiva neste cabedal. Talvez o caso de Henri Arvon seja representativo. Quando escreveu a primeira síntese sobre as ideias e as práticas libertárias para a colecção “que sais-je”, *L’anarchisme* (1951), e o livro foi escrito e seguramente pensado na segunda metade da década de 40, não consagrou a mais pequena alusão aos ensaios e à figura de Thoreau. No final da década de 70 Arvon interessou-se pelas novas ideias libertárias que estavam a surgir em torno da obra de Murray Rothbard, o libertarianismo e o anarco-capitalismo, e encontrou Thoreau, a quem passou a dedicar a melhor atenção, nunca mais deixando de o referir e estudar nos múltiplos trabalhos que ainda dedicou ao assunto. Não há hoje história do anarquismo, nos dois lados do Atlântico, que não contemple e acarinho a figura e a obra de Thoreau.

O caso português decalca o que acabamos de dizer. Se bem que Nettlau fosse então conhecido entre nós e desde o início da década de 30 existisse em Espanha uma tradução acessível da sua síntese historiográfica, as alusões a Thoreau são entre nós tardias. Nas mais representativas publicações libertárias portuguesas das primeiras décadas do século XX não se dão conta de referências a Thoreau ou às suas ideias. O investigador António Baião, a quem aqui deixo a minha gratidão, fez a meu pedido uma pesquisa exaustiva em revistas como *Germinal* e *Sementeira* e no jornal diário *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, e dentro dele no seu suplemento ilustrado semanal, e ainda na bela revista *Renovação* que este jornal publicava, não encontrando em qualquer deles o nome de Thoreau ou o das suas obras. Conquanto o jornal tenha consagrado atenção às lutas anti-coloniais gandhianas da década de 20, nem sequer a expressão “desobediência civil” nele

surge. Mesmo tendo ficado ainda por peneirar algumas publicações importantes, como *A Aurora* (Porto, 1910-19; 397 n.º) e *A Comuna* (Porto, 1920-27; 276 n.º), já que a imprensa libertária portuguesa foi neste período numerosíssima e variada – João Freire e Maria Alexandre Lousada só em Lisboa e apenas para o primeiro terço do século seleccionaram 53 títulos (2013: 130-138) – não cremos que a pesquisa final e completa venha alterar, ao menos de forma decisiva, o quadro.

Para o virar de página, foi necessário esperar pela segunda metade do século XX, em especial pelos anos 70 e pela Revolução dos Cravos. À revista *A Ideia*, fundada em Paris em 1973/4 por um desertor da marinha portuguesa, João Freire, coube talvez a primeira alusão a Henry David Thoreau e às suas ideias na imprensa libertária portuguesa. O número de estreia da publicação apareceu em Abril de 1974, manifestando logo nesse momento atenção à tradição libertária americana, através de tradução dum trecho de Murray Bookchin, um dos mais heterodoxos libertários da segunda metade do século XX. No seu número 9, Outono de 1977, consagrado às relações da ecologia com a anarquia, a revista apresenta uma página dedicada ao pensador e activista da desobediência civil, uma curta nota biográfica não assinada mas da autoria de Maria Teresa Campos Silva, com retrato à pena alusivo à sua figura, também não assinado mas da autoria de Maria Alexandre Lousada, já então ligada à revista, em que o autor de *Walden* é dado como exemplo maior da luta do ser humano “contra todas as formas de poder” e as suas ideias encaradas como um contributo decisivo à formação e ao desenvolvimento do anarquismo de sentido individualista, o que nos parece certo, se bem que lhe tenha cabido a ele, até antes de Tolstói, conceber e testar pela primeira vez métodos de resistência social, como a recusa em pagar impostos e integrar exércitos ou instituições moralmente lesivas, que se tornariam no século seguinte nas mãos de Gandhi e de outras portentosas armas de combate colectivo.

bibliografia sumária: ARVON, Henri, *L'anarchisme*, colecção “que sais-je”, Paris, Presses Universitaire de France, 1951. *L'anarchisme au XXème siècle*, Paris, Presses Universitaire de France, 1979. *Les libertariens américains – de l'anarchisme individualiste à l'anarcho-capitalisme*, Paris, Presses Universitaire de France, 1983. ELTZBACHER, Paul, *O Anarchismo*, tradução de Agostinho Forte, Lisboa, Francisco Luíz Gonçalves, 1909. FREIRE, João, *Anarquistas e operários*, Porto, Afrontamento, 1992. FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana, Lisboa – marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2013. NETTLAU, *Histoire de l'anarchie*, Paris, Éditions du Cercle, 1971. PRÉPOSIET, Jean, *História do anarquismo*, tradução Pedro Elói Duarte, Lisboa, Edições 70, 2007. PROUDHON, Pierre-Joseph, *Du principe fédératif*, Paris, Éditions Romillat, 1999. THOREAU, David Henry, *A desobediência civil*, tradução de Júlio-António Salgueiro, Lisboa, Estúdios Cor, 1972. *A desobediência civil e outros ensaios*, selecção, tradução, prefácio e notas de José Paulo Paes, São Paulo, Editora Cultrix, 1978.



1ª edição de *Walden; or, Life in the Woods.* (1854), gravura da autoria de Sophia Thoreau, irmã do autor.

A CONTRADIÇÃO É UMA LIBERTAÇÃO

[homenagem ao espírito livre de Henry David Thoreau]

MARIA ANTÓNIA LIMA

Raramente a obra de um grande autor e pensador, como Henry David Thoreau [1817-1863], se compadece com desejos de circunscrevê-la a certas tendências de abordagem mais em voga. Isto apesar de muitos dos seus pensamentos poderem ser associados a várias ideias liberais do séc. XXI, por terem tido origem na mente brilhante de um indivíduo facilmente designado como pro-ambientalista, anti-racista, anti-imperialista, feminista, reformista, activista racial, etc. Num autor que tanto prezou os conceitos de liberdade e de integridade individual, e que tão profundamente determinou o pensamento do seu tempo e o de gerações vindouras, seria totalmente inadequado aplicar etiquetas de análise muito redutoras. Não se cairá, então, aqui na tentação fácil de ligar somente o pensamento de Thoreau às actuais propostas dos movimentos ambientalistas, interessados na sua devoção à Natureza, nem de associá-lo directamente a qualquer ideologia política fascinada pelo seu slogan de que “o melhor governo é o que não governa”.

Existe suficiente complexidade e até ambiguidade nos escritos deste pensador americano para evitar estas abordagens, pois houve já desde muito cedo quem o tentasse sistematizar no período da Renascença Americana em que ele se integra. Dos que o fizeram com maior pertinência, poder-se-á nomear F. O. Matthiessen que, em *American Renaissance* (1941), incluiu Thoreau no grupo de escritores do séc. XIX denominados “yes-sayers”, do qual constavam também Emerson e Walt Whitman, por oposição ao grupo dos “no-sayers”, onde se incluíam Edgar Allan Poe, Nathaniel Hawthorne e Herman Melville. Esta perspectiva, que coloca em oposição visões optimistas e pessimistas da natureza, é ainda hoje partilhada por autores actuais americanos que, como Joyce Carol Oates, se identificam mais directamente com os “no-sayers”. Oates escreveu mesmo um ensaio intitulado “Against Nature” (1986), onde critica a limitação da visão mística de Thoreau, por este considerar a Natureza demasiado inocente e benigna, fazendo eco da doutrina Transcendentalista. No entanto, em “Spring”, um capítulo de *Walden*, Thoreau prova não desconhecer esse lado mais negro da Natureza ao referir-se a um abutre sacrificando as suas presas, e que necessariamente o faz referir-se a um sofrimento capaz de abalar toda a inocência universal.

Como se sabe, Thoreau mudou-se para uma cabana junto ao lago Walden, a sul de Concord, Massachusetts, a 4 de Julho de 1845, com a intenção de “to live deliberately to front only the essential facts of life” (“viver deliberadamente para apenas se confrontar com os factos essenciais da vida”) (*Walden*). Esses factos incluíam encontrar comida, vestuário e abrigo necessário à sobrevivência. Mas ao mesmo tempo, parte do esforço de Thoreau em viver deliberadamente incluíam também a sua procura pela auto-suficiência espiritual, pela via de uma sabedoria transcendental ganha pelas atentas observações do mundo natural, como símbolo de verdades espirituais e transcendentais seguindo a filosofia de Emerson apresentada em *Nature* (1836). Na primeira página de *Walden* (1854), Thoreau listou uma série de questões que lhe colocaram sobre os dois anos que passou no Walden Pond. Entre elas incluíam-se perguntas sobre o que ele comia, se se sentia solitário e também se não tinha medo. Contudo, para muitos leitores contemporâneos, esta última questão não seria a mais importante, pois a sua vida era vista como modelo de convívio espiritual contemplativo com a Natureza. Quando os académicos e críticos falam actualmente de *Walden*, o medo não é um dos “factos essenciais da vida”. Nem a menção ao medo entra numa discussão séria acerca das interacções de Thoreau com o mundo natural da Nova Inglaterra.

A anterior omissão justifica-se pelo facto de Thoreau, como pensador e como autor, ser principalmente conhecido como membro do movimento literário e filosófico denominado Transcendentalismo, que se iniciou nos Estados Unidos da América nos anos trinta do séc. XIX, a partir de um grupo de amigos que frequentemente se encontravam em Concord e Boston para discutir assuntos intelectuais e



Henry David Thoreau

literários. Em parte baseado nas ideias do filósofo alemão, Immanuel Kant, e influenciado por poetas românticos ingleses, como Wordsworth e Coleridge, o Transcendentalismo caracterizou-se pela noção de que a divindade de Deus é imanente tanto ao indivíduo como à Natureza. A forma de aceder a esta divindade é através da intuição e da introspecção, como defendia Emerson ao acreditar que a Natureza era símbolo do espírito, fomentando a consciência da identidade pessoal através da exortação “trust thyself” (“confia em ti próprio”). Neste aspecto, o Transcendentalismo era uma filosofia revolucionária, indo contra os ditames da teologia Calvinista e rejeitando toda a autoridade excepto a localizada em cada indivíduo. O conceito emersoniano de autoconfiança (“self-reliance”) personificou o optimismo deste movimento, e Thoreau, seu discípulo, expôs alguns dos pensamentos centrais desta filosofia em *Walden*, particularmente aqueles que defendiam verdades espirituais através das observações da Natureza.

Apesar de todo o optimismo desta visão do mundo natural, pode-se encontrar na escrita de Thoreau muitos momentos de ansiedade e incerteza, e, por vezes, medo do natural em todas as suas manifestações. Alguns estudiosos de Thoreau têm procurado estes indícios na sua colecção póstuma *Cape Cod* (1865), e certamente que a ideia de Thoreau ser ocasionalmente dado a visões mais sombrias da Natureza não é nova. Contudo, grande parte dos académicos da literatura e do ambiente evitam encontrar em Thoreau estas concepções problemáticas e temíveis da Natureza, preferindo focar-se noutros temas. Ou simplesmente esquecem estes aspectos mais negros a favor da imagem mais popular de Thoreau como ambientalista. Segundo Richard Bridgman, em *Dark Thoreau*, é muito difícil dar um sentido coerente a toda a escrita deste pensador, pois os seus textos têm frequentemente muitas contradições. Se a escrita de Thoreau é dominada por uma profunda visão transcendental da natureza, a sua obra ainda possui momentos de dúvida muito significativos, permanecendo a ideia de que a natureza pode ser uma força indiferente ou potencialmente hostil. Thoreau é frequentemente considerado um historiador da Natureza do séc. XIX, mas alguns aspectos mais sombrios dos seus textos revelam outras perspectivas, que por vezes subvertem essa visão.

Na memória cultural da América, as guerras com os índios e a violência selvagem desses tempos funciona como uma ressurgência de um passado assombrado. A percepção de Thoreau de uma paisagem pastoral agradável foi, por vezes, contrabalançada pela memória cultural persistente do medo e da violência indubitavelmente ligada a essa paisagem. Em “A Walk to Wachuset”(1843), por exemplo, Thoreau exprime o seu sentido do lugar afirmando a autoridade da Natureza sobre a História, destacando-se a sua capacidade de cancelar e ultrapassar o passado, contemplando esse mesmo passado, mas não deixando de evocar a sua violência e tragédia. Aqui ele afirmou a inocência da paisagem Edénica, lembrando simultaneamente a história trágica deste local particular. A tensão entre estas duas visões e o paradoxo criado por esta tensão constitui o cerne de muitos textos de Thoreau.

Embora o seu individualismo radical o aproximasse por vezes de uma certa misantropia, a sua atenção não deixou de ser dirigida aos aspectos mais problemáticos da existência humana pela sua preocupação com a violência política e a desigualdade de direitos por si frequentemente denunciados, como *Civil Disobedience* (1849) bem comprova. Tal como a sua família, Thoreau defendeu os direitos dos escravos, muitos dos quais ajudou a escapar para o Canadá, o que bem exemplifica a sua crença suprema no poder da consciência e da liberdade pessoal. O seu activismo contra a escravatura proveio também do seu grande interesse pelas culturas indígenas que permaneciam na Nova Inglaterra, tendo estabelecido diálogos e amizades com muitos desses Americanos Nativos.

Para Thoreau, o político era pessoal e daí que tivesse resistido às formas mais convencionais de solidariedade política. Os filantropos, os abolicionistas e os reformadores de todos os tipos provocavam-lhe uma espécie de desagrado assustador, como se, ao reivindicar uma elevada base moral, eles estivessem tentando apoderar-se da sua alma. Prova da sua grande independência de pensamento, sentido de liberdade, rebeldia e recusa na aceitação de imposições e pressões grupos de influência encontra-se resumida numa célebre frase de *Walking* (1862): “I would say to the Society for the Diffusion of Useful Knowledge, sometimes, go to grass.” Ele acreditava que a maior força de transformação social seria o indivíduo extraordinário, que, ao alcançar um novo nível de liberdade moral e psíquica, poderia mostrar aos outros como viver. A sua política não era, no sentido comum, política ou mesmo intervenção social, mas sim moral, e o seu radicalismo sempre visava as condições de integridade, até mesmo a pureza. Em *Walden*, ele escreveu que “our whole life is startlingly moral” (“toda a nossa vida é surpreendentemente moral”).

Tendo sido tomado por eremita, sabe-se no entanto, pelos seus diários, que Thoreau não buscava obsessivamente a solidão, mas muitas vezes confessava que se sentia mais isolado na presença de pessoas. “Será que existe maior milagre do que aquele momento em que alguém nos olha com seus próprios olhos por um instante?”, perguntou em *Walden*. Contudo, morreu deixando esta pergunta sem resposta. É de realçar que, mesmo o local na Natureza, que lhe serviu de refúgio por algum tempo, não foi por si simplesmente imaginado como um idílio arcaico, mas como parte de um mundo sempre em mudança. Para si, este não representava somente um espaço exterior, mas estava também dentro dele, tocando sua vida e provocando-lhe sensações tão maravilhosas quanto de sofrimento e morte. O seu descontentamento com o mundo em que vivia seria sempre uma forma de amor. Thoreau soube, então, conciliar muitas contradições através da sua sensibilidade, dos seus princípios éticos e da sua visão integradora, onde toda a diversidade confluía em plena harmonia e união, por desejo democrático de inclusão. A este propósito apetece citar Walt Whitman: “Do I contradict myself? Very well, then I contradict myself, I am large, I contain multitudes” (*Song of Myself*).



Walden Pond,
fotografias de Margarida Vale de Gato (2017)



AS FULGURAÇÕES DO REAL

MANUEL NETO DOS SANTOS

para Pedro Sánchez Sanz, com grande amizade

I

CISÃO

Abro brechas no tempo. Sou demiurgo de um mundo por vir, uma alma cheia de urgências inventadas nesse lugar de onde tomo voo pelo salto do instinto. Trabalho as palavras, os ritmos e os sons; sou a cadência melódica do susto e a custo encosto a cabeça ao encosto de todas as epifanias, no formigueiro dos dedos. Sou a poético-caligrafia do real, um mar avistado, pela última vez, da torre da igreja do lugar do berço.

Abro brechas no tempo, no tempo da pequenez dos dias, e vou pelas noites de bruma com a concha da mão junto à orelha para que o búzio seja o meu coração inseguro no batimento da cadência de um tambor para olhar o vazio de quem anda às voltas no areal de uma ilha deserta. Outros mares existem, agora, por dentro do meu corpo, sem areias nem rochedos, apenas essa euforia das águas, na rebentação da espuma, purificando o rumor dos meus passos silenciosos.

Abro brechas na cadência melódica da marginalidade da solidão decretada a mim mesmo, neste vagar constante das vagas de palavras, nesta vertigem que nos acontece antes de planar. Plano é o ar a despedir-se da mágoa por saber que habito uma língua, habitada pela sombra, no frenesim da chama que me chama para voltar a chamejar das cinzas.

II

ÓPTICA

Àvoe hedonismo, que me apontas o excesso e a concisão do olhar. Tudo inscrito em mim; memórias que se desfazem pelas carícias da chuva e as vergastadas do vento.

III

ESPAÇO

Fixo o imediato e a percepção do espaço; a morada exacta dos gestos para as nómadas viagens, ainda por fazer. Sobejos de um diário de ritmos e de tempos, na constelação de influências, desde sempre, existentes em mim. Sou a errância do lume, em noite escura. Nada existe para além do corpo da obra. Descubro, na epiderme das frases, o mito pessoal de quem sou; o errante regressado ao sedentarismo da escrita. Fixo os espaços vazios e deambulo pelas paisagens interiores de um corpo, como sentença por travessia. Eis a evocação da carne pelo tempo, enrugando a perda da inocência, como ruínas de todas as paisagens interiores nesta compulsão das letras sobre a folha...

Fixo o imediato, no movimento sinuoso do olhar fazendo dos vocábulos, em voz alta, a sua escolha.

[Monte Boi, 4 de Junho de 2017]

A FACE DA LUZ

JOSÉ PAIS DE CARVALHO

Caminhava pela vereda da escuridão imersa por uma noite de luar. Os altos muros das quintas em redor, as árvores e as frondosas copas dessa noite tomavam a noite como suas. A rua tornava-se então escura, distanciando-se no reflexo e no luar.

Um eco surgia na calçada. Sentí os meus passos e uns outros, a espaços. Indefinidos, difusos, intermitentes. Alguém atrás de mim, por uma réstia de luz, revelava-se fugidio e sorrateiro. Uma sombra, pensei, mas mesmo assim olhei para trás.

Uma ave piou.

Os sons confundem-se e a noite não é noite.

O estalido de um ramo de uma árvore ouviu-se. E do dia é o que conhecemos, mas não da noite, e tudo o que não sabemos dos outros mundos.

As formas das pedras da calçada, dos muros e das copas, as formas projetadas e delineadas das árvores não eram os muros, nem as pedras ou as árvores. Outro mundo manifestava-se. O da noite. O que tinha este mundo tão real que o podia negar, mas não ignorar?

Uma brisa envolveu-me, mas a noite era amena, imutável, e no intento, só a brisa se tornou vento e me levou. Mas ali não havia sombras, texturas ou transparências, e mesmo assim a sombra o tempo levou.

Um calafrio percorreu-me a espinha, o meu couro cabeludo retraiu-se. Pensei como só a minha ignorância me permitia ter medo.

Lá longe um pato grasnou, talvez de algum lago no mundo que conhecia e diferente daquele que ouvi. Umbras, presumi, acompanhavam-me num outro movimento. Num bailado, irradiavam da negritude da noite. Sibilavam sons aos meus ouvidos. Reconheci alguns, mas não foi mais do que buscar nas referências do mundo que conhecia o mundo como o construíra.

No mundo da noite a noite não é noite. Quando o breu, me envolvia, o silêncio era mais silêncio. Formas e sons rejubilavam enquanto caminhava. Os ecos. As batidas compassadas dos meus sapatos sobre as reentrâncias e relevos da calçada. Os meus passos, o meu corpo, a minha respiração.

Sentí o movimento do movimento dos pés, dispar das pernas, das ancas, da ondulação da minha coluna enquanto me movia. E serpenteava. Os músculos balanceavam. O pescoço, os ombros, o peito, moviam-se uniformemente. Os músculos abdominais laxavam-se. Sentia o rosto, as orelhas e o nariz. O maxilar oscilava em momentos alternados, o da tensão das mandíbulas perante o desconhecido e a distensão, no prazer.

O meu corpo não era o corpo, como a sombra que se projetava não era o corpo, mas também não eram a sombra. Uma mariposa transportava nas asas pequenos grãos de ouro. Por entre os espectros, um raio de luz passou por mim. Qualquer percepção ou sensação de um “eu” ou de um outro nunca existiram.

Na noite nada havia além do que não é noite. O que via ou sentia era talvez o que não via ou sentia. E o silêncio não era o silêncio tão como os sons são os sons, os do silêncio, e as formas, as formas, as do dia. Um cão ladrava lá longe. Um uivo distinguiu-se. Qualquer coisa em mim sabia que o uivo não era de um ser do mundo do dia. Depois, o som dos meus passos. Foi quando surgiu alguém que partiu de mim, e depressa se expandiu.

A noite iluminada dava agora ao céu um azul acinzentado. Uma imensa esfera cor de fogo manifestara-se na meseta através da matéria que não é matéria e a que não tem nome, um intento. E isto foi no crepúsculo.

Passaram algumas horas desde aí. A claridade lunar de uma noite de lua cheia, tal como os ecos e os sons, fragmentou-se. Pela rua, um homem de corpo retilíneo difundia-se na calçada. De repente, a escura figura afastou-se quando o céu expandiu o seu luar. No silêncio recorrente, só as compassadas palavras e a minha respiração se faziam ouvir.

Quis a noite, através da penumbra, que eu olhasse o homem e o procurasse. Percebi então que este não era outro senão eu.

DOIS POEMAS

FRANCISCO CARDO

Retrato contemporâneo

O frenesim do sucesso é um acepipe succulento
que servido à alma faz salivar a consciência
arquivados os escrúpulos ao virar do sentimento
é mister penetrar nos umbrais da concorrência

A ciosa volúpia posta pelo dilema ao prestígio
obriga a aparência a ufanar-se da sua grandeza
oleando a engrenagem sem deixar qualquer vestígio
do préstimo utilitário próprio da sua natureza

E assim em tais trabalhos se acham os predadores
por peripécias atribuladas de um vil tempo venal
cavaleiros de colar filhos do poder e dos amores
entre os castos dissolutos do trono e do capital.

Ode circumspecta

Longa e áurea vida para os ínvios e maus caminhos
que os oligarcas do reino por hercúleos sacrifícios
trilham penitentes em imaculados brancos colarinhos
por estas ruas cruzadas pela inveja e iguais ofícios

Assinaladas são as obras já entregues à eternidade
pelas quais se fazem probos comendadores sequiosos
do pecúlio e do poder amealhados na gulosa idade
desta democracia de camarote e aplausos orgulhosos

E da vasta galeria de bustos que a vista alcança
se farão crónicas e décimas destas elites cativas
que por raros caprichos de tão cuidada governança
nos puseram de tanga como na selva as almas nativas.

BAPTISTA-BASTOS

VIVO E INDISPENSÁVEL

MANUEL DA SILVA RAMOS

Há homens que não deviam morrer porque nos fazem uma falta tremenda. O Baptista-Bastos é um deles e depois da sua morte já sentimos que o mundo não é o mesmo, oscilou mais para a direita, para o lado do politicamente correcto e no sentido das agulhas do relógio liberal. Perdemos uma voz jornalisticamente insurrecta que fustigava os poderes estabelecidos e os homens comprometidos. E mais que isso, perdemos um escritor autêntico e grande pela invenção, poesia e magia da sua escrita. O menino que nasceu na Calçada da Ajuda e que aos dezanove anos abraçou o jornalismo despediu-se de nós sem poder acabar o seu livro de memórias que já ia bastante avançado. Esperemos que a editora Parsifal, a editora do nosso escritor, publique o que existe pois mesmo uma página só de Baptista-Bastos tem um valor indiscutível, tanto do ponto de vista socio-político como do ponto de vista literário. Convidei o Baptista-Bastos, em 10 de Março de 2009, para o Café Literário da Covilhã onde ele foi, mais a sua bela e simpática esposa. Foi uma sessão memorável com perto de oitenta pessoas, num café do centro da cidade, pleno até às costuras. A palavra luminosa, cáustica e sábia de Baptista-Bastos, manejada a grandes golpes de machada, entusiasmou os presentes. Desse convívio pude admirar a sua sabedoria e as suas grandes leituras, assim como a sua assertividade afectiva e a sua frontalidade em relação às pessoas. E o facto de ele se chamar Armando (como o meu pai), mais me aproximou dele. Disse-lho e ele sorriu do alto da sua estatura de guerreiro intelectual. O Baptista-Bastos é um formidável escritor e um extraordinário cronista. Dessa célebre noite, abro as páginas que escrevi sobre estas duas facetas de um escritor, que pela sua postura corajosa, não deixava ninguém indiferente.

Viagem de Um Pai e de Um Filho pelas Ruas da Amargura foi publicado em 1981 e Óscar Lopes, sempre clarividente, considerou-o “o romance português que mais se aproxima de um poema”. Estamos perante um livro mágico, uma obra-prima da literatura portuguesa. Desde o princípio até ao fim do livro, somos subjugados pela beleza das palavras, pelo ambiente de sonho, fantasia e estranheza que o texto nos impõe. A trama é muito simples. Um velho sonhador, que veio do lado esquerdo da noite e que esteve em muitos países sem ter estado, dialoga com o seu filho, um homem de quarenta anos, frustrado e reprovado, numa taberna entre a colina da Ajuda e a zona ribeirinha Tejo. E os dois evocam o passado, a vida deles, a mãe e esposa morta, que tinha um feitio terrível. O pai que inventa histórias e viagens (esteve em muitos países do mundo, diz ele, no Nepal, em Madagáscar, em Samarcanda, etc.) nunca se deu bem com a mãe que detestava sexo e a inutilidade do marido que só pensava em sonhar para escapar à realidade. Esta mãe levou a exasperação a tal ponto que convocou uma campa anónima de cemitério para se vingar da vida. Matou o seu marido em pensamento e enterrou-o. E, de luto, ia ao cemitério como uma viúva qualquer. Mas o seu marido andava pela cidade. Continuava a andar e a sonhar pela cidade. A certa altura, o filho, na taberna, entre mil evocações, pergunta: “Seria Portugal, esse país de que estava a falar?” E o velho responde: “Creio que nunca vivi nesse país!” Aqui compreendemos que a atitude do velho é consciente (a sua geração foi amordaçada pelo fascismo) enquanto a do filho, do pós-25 de Abril, mergulhou



Manuel Silva Ramos e Baptista-Bastos, "Café Literário", Covilhã, 2009, fotografia de António Rosendo.

no álcool, nas casas de prostitutas e no desespero. E o diálogo entre o velho e o filho continua em capítulos magníficos. Por exemplo, o capítulo 16 onde o velho fala do tempo em que as raparigas comiam rosas, “em que o país estava petrificado na mais álgida nudez”, e que é uma revisão de uma beleza ímpar do país desgraçado. E antes de terminar e de se perder na noite, o velho fala da vaga de estrangeiros que assolou o país e, vaidosamente, pela última vez, clama que já esteve em todos os países desses estrangeiros. Raramente se encontra num romance português um tal clímax de poesia, de lucidez política e de constantes vertigens mitológicas. Esta obra é, finalmente, um retrato impiedoso da nossa frustração sexual e política e um maravilhoso hino de amor às tabernas, aos bairros próximos do rio Tejo (principalmente à Ajuda) e aos sonhos – esses frutos essenciais da condição humana. “A grande literatura tem uma grande dose de lirismo” diz Baptista-Bastos no seu livro de crónicas *A Cara da Gente*. Em a *Viagem...*, esse lirismo é contínuo, o que faz dele um verdadeiro clássico da nossa literatura. Dizia Calvino, que “são clássicos os livros que servem para compreender quem nós somos e onde chegámos.” Desde o título até à última frase, esta obra dá-nos uma profunda emoção estética.

Já sabíamos desde *As Palavras dos Outros*, *Cidade Diária* ou *Capitão de Médio Curso* que Baptista-Bastos é um extraordinário cronista. Com *A Cara da Gente* ele excede-se e leva-nos por caminhos que só ele consegue desbravar. Não há ninguém melhor que ele para nos falar de Lisboa. As suas crónicas sobre a nossa capital são únicas. Da “desobediência cultural” exprimida em *As Palavras dos Outros*, ele passou à desobediência dos sentimentos. Emociona-nos. Diz-nos coisas, por exemplo, sobre a velhice que nunca tínhamos visto em nenhum livro português. O autor avisa-nos logo na capa que as crónicas que vamos ler são prazeres, devaneios, invenções e passeatas. Porém, o livro é mais que isso: é um formidável repositório com perto de setenta histórias todas brilhando com o mesmo quilate. Veja-se a crónica “O Rosto do Espelho”, em que o autor se desnuda e afirma que já não tem gosto em sair de casa: “A tristeza é uma forma de estar quieto” São páginas de uma grande emoção sobre o amor perene, sobre o bairro da Ajuda com as suas figuras típicas, ciganos e famosos futebolistas, etc. São páginas sublimes sobre a velhice, sobre escritores, actores de teatro, pintores, guitarristas, etc. E a certa altura o autor da famosa frase “Onde estava você no 25 de Abril?” confessa: “Escrevo sobre pessoas: creio que nunca escrevi sobre outra coisa senão pessoas.” Este é um fantástico Evangelho ateu, cheio de calor humano e de compreensão pelo outro.

Temos que continuar a ler o grande escritor que é Baptista-Bastos. Ele não pode morrer nas nossas bibliotecas e nas nossas vidas. Como a sua voz rouca que está no nosso ouvido, façamo-lo presente na morosidade deste país ingrato. E porque ele é um clássico: pela acuidade do seu olhar sobre a sociedade portuguesa, pela sua constante preocupação humana e ética, e pela beleza que soube chamar ao seu território criativo.



Manuel Silva Ramos e Baptista-Bastos. "Café Literário", Covilhã, 2009.
fotografia de António Rosendo.

DOIS CONTOS INÉDITOS

MARIA NATÁLIA DUARTE SILVA

[1930-1971]

Fim-de-semana

Começou a descer a rua estreita e serpenteante até casa. O sol desaparecia palidamente nas nuvens, e que cansaço, santo Deus! A classe tinha estado barulhenta e distraída e não conseguira prender-lhe a atenção. Agora, a garotada ia também rua abaixo: os rapazes aos saltos, eles e as bolas; as raparigas, todas de braço dado, aos risinhos.

Boa tarde, senhora professora. (Uma carita redonda e travessa).

Adeus Celeste. E vê se aprendes melhor a leitura, ouviste?

Tinha estado uma manhã de sábado tranquila e tépida. Mais uma semana de estudos e trabalhos que terminava e nesses dias era difícil, muito difícil, tê-los na mão. E a verdade é que eles estavam tão fartos como ela. Pois é. Que coisas aborrecidas ela tinha para lhes ensinar. Se ao menos pudesse ir com a classe para o campo e mostrar-lhe coisas bonitas. Mas cheios de campo estavam os seus alunos e lá era ela que teria de aprender. Aprender com os seus alunos. Filha da cidade, para ali a tinham mandado ensinar e seriam eles a levá-la pela mão, iniciando-a nos seus segredos e nos daquela terra. Uns e outros não se deixavam penetrar facilmente.

Senhora professora, quer atirar com a minha físga?

Senhora professora, por aí não, que chega lá abaixo e não pode subir. Vamos por ali.

E era assim. Como poderia ela começar a perguntar a tabuada ou os nomes complicados das plantas que todos eles conheciam, mas com outros nomes muito mais simples e íntimos? Não fazia sentido, sabia-o. Mas não. Também não era bem isso. Ela andava era sem paciência para ensinar. E isso estava mal. Era errado, profundamente errado. Erro que estava nela. Já fizera os trinta anos e não via jeitos de se vir a casar. Isso tinha ficado para trás com muitas outras coisas. E o certo é que ela gostava de ter a sua casa, a sua gente. Queria, enquanto estivesse na escola, poder pensar no marido, no que faria para o jantar, nas mil e uma coisas em que se ocuparia quando à tarde regressasse. Nos seus filhos. Não. Não ficaria assim tão farta da pequenada se soubesse que em casa era esperada, ansiosamente esperada pelos seus. Que novas fontes de energia e de paciência não arranjará para eles, para os seus filhos? Pois era isso que estava mal e quando chegava ao fim duma semana de trabalho estava já farta dos filhos dos outros. Às segundas-feiras ainda a coisa ia bem, mas a pouco e pouco ia-se formando aquela espécie de raiva surda, todos os dias aumentada com o chegar a uma casa vazia e estranha; com os serões preenchidos a ver cadernos, a rever exercícios.

Um domingo se estendia já à sua frente sem perspectivas. Sempre as mesmas conversas com os donos da casa onde vivia, onde o interesse e o carinho nunca entravam.

Ah, mas não. Desta vez é que ela não aguentava. Não aguentava outro dia assim, naquele sentimento de ser uma estranha em toda a parte. Uma estranha respeitada e suportada, porque era a senhora professora e ensinava os filhos de todos eles. E é que não seria mesmo. Pronto. Ia-se embora. E por que não havia de se ir embora e fazer uma escapada até à cidade? Lá, também ninguém a esperava mas passearia nos parques, percorreria com os olhos as bonitas montras da Baixa, talvez fosse mesmo a um cinema. Lá, não seria a senhora professora com todos os passos, gestos e palavras contados e medidos. Ainda tinha tempo de apanhar o comboio

das sete e meia. Era só pôr umas coisas na mala, comprar o bilhete, dar uma desculpa qualquer com razões fortes e suficientes e passaria aquele domingo vazio em Lisboa, livre como um pássaro. Talvez lhe fizesse bem.

pronto. Estava resolvido. Iria mesmo.

Entrou no hotel com os olhos no vago e um sorriso de medo. Como fora ela parar ali? Bem, não interessava agora. Estava ali.

Enquanto seguia o criado, toda a sua atenção ficava presa nos casais que iam e vinham dum lado para o outro. Nem davam por ela. Talvez uma certa estranheza nos olhos das senhoras enquanto no canto da boca lhes transparecia um leve sorriso de superioridade ou comiseração.

Os homens, os homens sós, esses sim. Esses olhavam. Sorriam mesmo.

Fechou as mãos com força para continuar de cabeça erguida. O que se passara uma hora antes, logo que desembarcara na estação, ainda estava presente nela como carne viva que não sara e tirava-lhe toda a possibilidade de raciocínio. (O carro às voltas a andar muito devagarinho sempre que chegava ao pé dela e o homem lá dentro a dizer coisas, a dizer, a dizer). E ela meio tonta, não sabia onde se meter. Andava, andava, sem destino certo. A mala pesava-lhe, e na cabeça dolorida as palavras continuavam, sempre iguais, num ritmo cadenciado de disco riscado. E quando ela pensava que o homem já tinha desistido, quando começava a respirar fundo e a coordenar ideias, lá aparecia ele novamente e tudo se embrulhava outra vez. Até lhe parecera que ia desmaiar, tal o pânico que começara a invadi-la. Por fim ele tinha desistido mesmo e ela conseguira meter-se num táxi e dizer o nome do primeiro hotel que lhe tinha vindo à cabeça. Pensara ser um hotel modesto (pelo menos estava certa de que fora assim em tempos) mas afinal era um grande hotel de luxo. Não tivera coragem de voltar para trás depois de já ter entrado e agora, enquanto percorria o grande hall, via através dos espelhos a sua figura insólita, pensando na sua imprudência. Ia gastar uma fortuna. Meses e meses de economias, com certeza.

Finalmente. Quarto 18. Fechou a porta e deu uma volta à chave. Respirava agora.

Olhou em volta. Tudo lhe era estranho como num sonho. A grande cama de casal fê-la sentir um sobressalto e desejar estar no seu triste quarto onde tudo era à medida da sua solidão. Que fazer, agora que ali estava? O melhor era deitar-se e dormir. No dia seguinte, domingo, talvez então tudo fosse mais claro e ainda conseguisse passar um bom dia. Amanhã, amanhã se veria.

Preparava-se para arrumar as suas poucas coisas, mas em cima duma elegante escrivadinha sobressaía um longo bloco de papel para escrever com os seus envelopes. À vista daqueles simples objectos sentiu uma estranha sensação. Até que conseguiu perceber: é que ela não tinha a quem escrever. Ninguém, ninguém. Nem o quê.

Não. Isso talvez tivesse. Dentro de si ferviam tantas coisas que lhe faziam mal por estarem presas, sempre presas, sem nunca saírem cá para fora. Era só. Pertencia agora ao pequenino mundo da aldeia onde ensinava, da sua escola. Mas lá, ninguém lhe era nada. Era só à mesma e sempre rodeada de gente para quem era uma estranha e com quem se sentia como uma estranha. E isso aumentava a solidão. Quisera escapar-se naqueles dois dias mas continuava presa e isso porque a prisão estava em si. Nunca conseguiria libertar-se. Ela, uma prisão disfarçada a andar pelas ruas. Por caminhos conhecidos ainda se aguentava, mas levar uma prisão para o ignorado, à procura de novos ares e de novas ideias, dava mau resultado, aí estava.

Aí estava ela mais só, mais perdida do que nunca na sua prisão. Para se libertar era preciso que desejasse qualquer coisa com força e principalmente com razões. E ela não tinha razões.

Força tivera para dar aquele salto até ali, mas razões não. Razões concretas. Não sabia o que queria nem o que esperava, posta de lado há muito a esperança de poder vir a casar-se.

Aquele quarto estranho começava a fazer-lhe mal. Ir lá abaixo beber uma limonada? Ver gente, conversar até. Por que não? Ah, mas não poderia. Mil vezes não. Com todos os olhos postos nela como conseguiria ter voz para pedir uma limonada? Tinha o telefone ali ao lado. Bastava levantá-lo e mandar vir o que quisesse. Tinha dinheiro. As suas economias, mas tinha dinheiro. O que não tinha era coragem para sofrer o olhar curioso e o sorriso cheio de subentendidos do criado.

Lá estava a sua figura no grande espelho. Despenteada e de olhos fundos e apagados; o fato mal feito, amarrotado, e os sapatos pesados que lhe faziam doer os pés. Descalçou-se. Não valia a pena desfazer a mala. O melhor mesmo era deitar-se e não pensar mais.

Mas ficou-se a olhar o bonito bloco de papel e um desejo infantil de o usar sentou-a ali e começou a escrever.

Durante muito tempo encheu folhas e folhas de papel com aquela letra miudinha com que corrigia as cópias dos seus alunos.

Não era uma carta nem um diário. Não era uma história nem considerações sobre a sua realidade. Não era nada e era tudo ao mesmo tempo.

“Uma rapariga descia do comboio sem destino certo (era ela) e quando aquele homem se lhe dirigiu com um sorriso insinuante, apontando para o seu luxuoso automóvel, ela tinha inclinado graciosamente a cabeça num agradecer de consentimento (e isto não era ela). E havia receio nos seus gestos, mas firmeza nas suas atitudes. E foram passear. Ver a cidade à noite? Sim, podia ser. E assim a linda rapariga que não era ela fora ver a cidade à noite. Por que não? E ele era um cavalheiro, correcto e conversador; ela uma rapariga que sabia o que queria. Foram a um dancing. E dançaram. Viu gente. Gente diferente. E as ideias e os sonhos, na rapariga que não ela, eram cheios de clara firmeza. Não havia sido para isso que tinha decidido ir à cidade? Mas a sua linda boca (porque ela, a rapariga que não era ela e era um pouco ela, tinha toda a beleza que se pode ter dos pés à cabeça) não fora beijada nem o seu corpo tocado”.

Quatro horas da manhã. Continuava a encher as folhas com a sua letra miudinha. Àquela hora, a rapariga que poderia ter sido ela levantou-se da mesa numa boíte qualquer e disse tranquila: “ Vou-me embora. Boa noite. Obrigada mas posso tomar um táxi para o hotel. Qual? Não interessa. Amanhã parto novamente para uma longa viagem. Mais uma vez obrigada. Foi uma noite encantadora”.

E foi-se embora, levemente, airosoamente, com um sorriso de vencer nos lábios. Nos seus lindos lábios que nunca foram beijados. Vestira com um ar desprendido o magnífico e elegante casaco e partira como uma rainha. Logo a seguir, como por encanto, chegara ao hotel, atravessando a sumptuosa entrada com um passo seguro e tranquilo. Quarto 18. Fechada a porta, encontrou-se com uma rapariga parecida consigo, mas feia e amarfanhada, que escrevia, escrevia.

Estavam as duas e olharam-se frente a frente.

Esfregou os olhos. A rapariga que ela construía e trouxera até ali esfumou-se de repente. Como era tarde! Ninguém tinha entrado e estava só, continuava só. Por umas horas tinha esquecido aquela sensação de ser sempre só, mas a outra estava apenas no papel. No papel e dentro de si, porque fora quase real enquanto escrevera. E era agora uma espécie de luta entre as duas. De confronto. Sim, os seus lábios nunca tinham sido beijados também, mas eram feios. Sem vida e sem graça. E sofriam a vida. Não passavam por ela com aquele sorriso vitorioso, seguro e calmo da outra.

Levantou-se e tentou andar, leve e airoso, mas os seus pés pesavam como chumbo e conduziram-na à cama onde se estendeu. Por muito tempo, sem dormir, esteve acordada para uma realidade que existia só em sonho. E umas vezes era ela entre aquelas paredes desconhecidas, outras era a rapariga que, no papel, ela tinha posto a andar, leve e airoso, de fino sorriso nos lábios. A rapariga que sabia o que queria e que tinha vindo não se sabia donde, acabando a noite naquele quarto 18, tal como ela. Ali se deitava também na longa cama onde um sono pesado a unia já.

Acordou na manhã seguinte admirada por dar consigo assim vestida em cima da cama. Ao tentar mexer-se todo o seu corpo doído lhe gritava um misterioso acontecimento no cansaço desfalecido que a tomava toda.

Olhou longamente o telefone à cabeceira da cama, mas não pediu o pequeno-almoço: não sabia bem como ligar e sentia a sua voz tão insegura... Penosamente levantou-se e logo o largo espelho lhe devolveu uma figura amarrotada e olheirenta. A mala que não chegara a ser desfeita

e a manhã cinzenta tão cinzenta como ela não a chamavam para nada. Que fazer senão sentar-se na borda da cama, admirando-se com o facto insólito de ali estar? Com as mãos aparentemente calmas pousadas sobre os joelhos olhou durante muito tempo lá para fora sem que uma centelha de desejos a tocasse.

Um sobressalto e a campainha do telefone a chegar-lhe lenta e longínqua.

Bom dia, madame. É da recepção.

.....?

Está?

Sim, sim. Faz favor de dizer.

V. Ex. fica ainda esta noite?

Não, não!

O tom gritado de susto soou estranho aos seus próprios ouvidos.

Bem, devo partir hoje mesmo para fora de Lisboa. Foi só por uma noite.

Então, madame, queira desculpar, mas temos de ocupar o quarto. Até ao meio-dia, como sabe, o quarto é de V. Ex. Muito bom dia, queira desculpar...

Ficou ainda um pouco com o auscultador na mão, surpreendida. Tinha contado com o quarto toda a tarde. Enfim, para se arranjar, recompor-se e depois veria: talvez um cinema ou um pequeno passeio pela Baixa. Viu as horas. Onze e meia. “Meu Deus, meu Deus... que vou fazer desde o meio-dia até à partida do comboio... e a mala... e estou neste estado... ao meio-dia... ao meio-dia tenho de sair... oh, meu Deus!”.

E os soluços começavam a subir pelo corpo todo, desde os pés, as pernas, os braços e as mãos até ao seu magro peito que parecia rebentar-lhe de tanta angústia e desamparo acumulados. Mas um pensamento prático reteve-os ali, no seu coração, antes que subissem à garganta e aos olhos. Como poderia ela, depois, sair do hotel com os olhos inchados? Pagar a conta e tudo o mais... Ah, não, isso não!

E ali ficou imóvel com toda a desorientação do seu espírito baloiçando entre ela e aquelas quatro paredes, centrando-se no enorme espelho que começava a tomar umas proporções monstruosas. E parecia-lhe por vezes ver reflectida nele a imagem fugidia da linda rapariga que partilhara com ela algumas horas daquela noite sem história. Parecia-lhe vê-la, como num sonho, ao canto do grande vidro, com o seu ar tranquilo, seguro e sóbrio.

Umhas pancadas na porta, que mais lhe pareceram as pancadas do seu próprio coração, despertaram-na outra vez.

Quem é? perguntou agarrada à porta, na firme decisão de não deixar ninguém entrar.

Ah, desculpe, madame. Era para arranjar o quarto.

Um momento, um momento.

Muito bem, madame. Desculpe incomodá-la. Voltarei mais tarde.

Era já meio-dia. Febrilmente arranjou-se enquanto tirava e punha coisas da mala sem se dar conta do que fazia. Ao pegar nela para sair, evitou olhar mais uma vez o espelho e deu com os papéis de carta todos rabiscados em cima da elegante escrivania. Com uma espécie de raiva acumulada juntou-os todos e rasgou, rasgou, rasgou. Ia deitando no cesto de papéis os bocadinhos miudinhos enquanto a linda e segura rapariga que não era ela ia ficando distante, cada vez mais distante.

A sua cabeça estalava com violência enquanto atravessava o hall e pedia a conta. A espera de alguns minutos pareceu-lhe interminável e sentia que todos os olhos a fixavam com ironia. Pagou. O sorriso do empregado dizia-lhe:

V. Ex. deseja um táxi?

Sim, sim. Se faz favor.

E o porteiro bateu com uma mesura a porta do táxi, enquanto ouvia o chauffeur perguntar:

Para onde?

Não respondeu. Estava tão cansada, tão cansada... Mas o homem voltava-se para ela:

Para onde?

Por favor, para a estação. [s./d.]

Pausa

Àquela hora o café estava vazio. Lá fora um inverno ameno e doce em que até a chuva era uma carícia.

Mário sentou-se e chamou o criado. Os seus ombros descaíam de cansaço.

Um café e um brandy.

Tirou o sobretudo e pô-lo nas costas da outra cadeira. Ali dentro estava quente e agradável.

O criado trouxe o café e serviu o brandy.

Um maço de cigarros Aviz, também.

Despejou o açúcar na chávena e mexeu o café vagarosamente. Aquilo ajudava a pensar, e ele precisava de pôr as ideias em ordem.

Uma voz surpresa ao seu lado:

Olá Mário. Por aqui?

Viva! Por que não?

Silêncio. Ouvia-se o tilintar dos copos no bar e a conversa dos criados. Para lá da porta, as ruas molhadas e o feérico das luzes e dos anúncios a reflectirem no chão. Os ardinias gritavam os jornais a correr e deixavam-se cair pontas de cigarros. Tudo era húmido e incerto como febre.

Em frente de Mário o outro brincava com o maço de cigarros.

Dás-me um cigarro?

Serve-te, homem.

Mário deu-lhe lume e continuaram calados.

Alguma novidade? perguntou Mário.

O Cabral foi esta manhã. Levaram-no para Caxias.

Foi rápido.

Foi. Desta vez levaram uma semana. O Sousa foi na terça-feira.

E agora, é a minha vez. Daqui vou para casa e espero por eles.

O próximo assino eu, o Almeida e o Melo. Vamos juntar-nos todos lá. Nós, os homens conscientes.

Conscientes. Ora adeus. Diabos levem tudo isto. Estou farto. Conscientes... Se ao menos soubéssemos o que andamos a fazer.

O outro sacudiu reflectidamente a cinza para o chão.

Eu sei.

Sabes? Não me parece. Pensas que lutas pela liberdade, não é? Não era isso que dizia o manifesto? Cantigas. Eles também diziam isso e depois foi o que se viu.

O que é que te aconteceu? Não é agora altura para dúvidas.

Dúvidas. Claro que as tenho e sempre as tive. E tu também, embora digas que não. Todos temos, todos. E tu sabes isso. Por dentro sentimos uma coisa e por fora, falamos de liberdade e doutras coisas no género. Nos direitos do homem. Mas nas nossas palavras e gestos há ódio. E pensamos em matar.

O outro disse com uma voz fria:

É um pouco tarde agora. Pena, que não te tenhas arrependido mais cedo.

Julgas-me com medo, não é?

Não respondeu. Fazia bonecos num papel.

Há pouco era teu camarada. O teu camarada Mário Silva.

E agora?

Agora não sei. Mas sinto raiva nas tuas palavras. Só sabemos odiar e isso não é culpa nossa. Falei verdade.

Verdade? Talvez. Mas cada qual tem de ter as suas convicções e viver com elas. Penso que há em tudo muita falta de equilíbrio e de justiça. É nisso que eu creio. E é por essa harmonia que não existe que eu luto. Os homens precisam dela.

Pensas então que em ti existe essa harmonia?

A harmonia só existe quando é total. Aquilo que em mim não bate certo é por culpa dos outros.

É um ciclo vicioso. Acredita, o que todos queremos no fundo, é criar um mundo novo, totalmente novo e belo. Mas as nossas armas...

As nossas armas, o quê?

São aquelas que nós não queremos no mundo pelo qual lutamos. Nesse mundo queremos um lugar para todos. Mas no presente falamos em destruir e damos lugar só para os nossos. Foi assim que aprendemos. Foi o que nos ensinaram. E é o que se ensina ainda hoje.

Se tivesses filhos, que é que lhes ensinavas?

Filhos? Não tenho direito a eles.

Não tens direito? Quando casares vais tê-los como toda a gente.

Isso é futuro. E nós não podemos pensar no futuro. Vivemos o presente e do presente.

Não acreditas que vai haver um futuro? Um futuro criado por nós?

Não, não creio nisso. Bagatelas. Há uma hora tive-o diante de mim, de carita magoada a perguntar-me se eu não queria casar com ela. Fui bruto e grosseiro. Acabei com isso.

A Maria da Luz?

Sim.

Acabaste com tudo?

Acabei. Estou errado. Estamos todos errados, mas só nos resta seguir para a frente. Ela era o meu futuro com filhos e tudo o resto. Mas nós não podemos pensar em futuro nem em filhos. Tinha de ser assim. Ela hoje vai para casa e chora. Passados uns tempos pensei-me um malandro e por fim esquece. Terá filhos e eles aprenderão dela aquilo que eu não sei ensinar. Amor e compreensão. E será deles o mundo que nós não soubemos agarrar.

Calou-se. Na sua frente o outro olhava para as mãos.

Ela não sabe que vais ser preso?

Não.

Lá fora já não se ouviam as vozes gritadas dos garotos dos jornais. Os carros eléctricos passavam vazios. Era a hora de todos estarem em casa. Mário pensou em Maria da Luz. Como ela fora corajosa e digna. Ele tinha preferido que houvesse cenas. Tinha desejado que ela o insultasse. Mas não. Pequeninina e frágil dentro da sua gabardine, tinha fugido a correr e agora devia ter chegado a casa com os olhos inchados e a pensar que a vida era falha de equilíbrio e de justiça.

Pagou e levantou-se para sair. Pegou no sobretudo.

Até à vista, Menezes.

Qualquer dia estou lá contigo. Até à vista. [Julho, 1950]



O nosso pensamento anarquista, como aliás o da maioria dos e das anarquistas, é naturalmente ateu. Mas não é “obrigatoriamente” ateu, já que “obrigatoriamente” é um advérbio que se concilia mal com o pensamento anarquista e libertário. E a História, até mesmo recente, mostrou figuras que à sua maneira souberam conciliar religião e filosofia de vida com anarquismo.

revista anarchica,
editorial, n.º 416, Maio de 2017

Que o meu gesto signifique
a razão que o animou
e o meu sorriso clarifique
a razão que de pronto não entendo

Que o fundo de nós mesmos
seja a relação
com o fundo das coisas

E se o cerco nos aperta
larguemos os braços
quebrems as amarras
sejamos movimento

MARIA NATÁLIA DUARTE SILVA

Obra Poética, 2011, p. 155

CONTRIBUTO PARA A LEITURA DA OBRA POÉTICA DE MARIA NATÁLIA DUARTE SILVA

MARIA BRAGA & MARIA PAIVA

Faria este ano 87 anos, Natália Duarte Silva. Morreu com 40, em 1971. A *Obra Poética* (1), editada postumamente em 2011, não foi reeditada e reúne poemas que vão de 1949 a 1970. Esta coletânea quase completa está organizada em quatro partes: *Dispersos I*, poemas considerados da juventude (seis datados de 1949 e vinte e quatro sem data); *Mão Aberta*, o único livro de poesia publicado em vida, em 1963; *Nó ao Centro*, conjunto já preparado pela própria para publicação; e *Dispersos II*, poemas da fase final da sua vida (são registadas somente duas datas nos últimos textos: Dez. 70 e 8/12/70).

Não é nossa intenção apresentar um estudo exaustivo nem tão pouco uma análise pormenorizada da sua obra poética; esta leitura, entre as múltiplas possíveis, é uma tentativa de penetração, de desnudamento, de compreensão do “interior/centro” escondido, dos sentidos opacificados nas elipses, nas metáforas e nos paradoxos.

A beleza e a dádiva

A busca da verdade e da beleza serão o “modus faciendi”, ou os vetores que orientarão a construção desse universo poético onde tenta salvar o mundo e a si própria. De que forma se propõe fazê-lo? (...) *todo o cuidado/ de criar o sentido exacto/ numa forma simples e perfeita* (...) (p. 39). Há, pois, um saber técnico que a autora aplica conscientemente: poemas, em geral, com poucas estrofes sintetizando reflexões e sensações, versos predominantemente curtos, onde vários tipos de rima contribuem para pontuar o ritmo ondulante, compondo uma partitura quase repetitiva, quase uma oração.

Sobressaindo da linearidade imagística aliada a um ritmo singular repetição de palavras ligadas à natureza: *pedras, raízes, flor, sol, vento, mar, céu,* surgem brilhando, metáforas e imagens inesperadas. A métrica é irregular, mas abundam os versos de 5 a 9 sílabas. Logo no terceiro poema de *Dispersos I*, com apenas 19 anos, anuncia (p. 17): *Eu quero só escrever aquilo que sinto/ E quando digo que sou amor por toda/ a gente,/ Não minto.*

Na página seguinte, posiciona-se ao centro na busca da beleza, para atenuar a dureza da dupla razão/ coração e seus associados, que assume com clareza (p. 18): *Há em mim uma duplicidade dura./ Razão, com lógica e certeza/ Coração, com sonho e aventura./ E no meio, eu, buscando em tudo um/ pouco de beleza.*

Logo depois avança com a sua concepção de poesia (p. 38): *Ser poeta/ Não é uma evasão da realidade/ É a sempre mão aberta/ - quer se queira ou não - /E que dói de verdade.* (...) Ser poeta implica dar, transmitir a beleza que se descobre, pois a beleza é uma semente a cuidar até “*que um sopro a faça florescer*”; e mais (id): “*o que sentimos foi tão vasto: / escrevê-lo tem a força de um gesto / a dizer - irmãos, é vosso.*” E é porque tem o mágico poder / de entrar dentro da beleza / de a sentir por dentro / e conhecer / seu ponto único / e mais fundo ao centro (...) (p. 178), que a poesia não é um entretenimento vão, antes dádiva e compromisso.

A mão e a palavra

Numa abordagem aos temas, destacamos, por estarem desde sempre presentes nos seus poemas, a vontade de dar-se, de abraçar qualquer “natureza viva”, a fraternidade que se revela na coerência entre pensamento e ação, a procura do eu e da plenitude, a esperança de renovação do Homem e a dor de não conseguir as transformações desejadas, bem como a superação dessa dor através da razão, da verdade e da beleza.

São muitos os poemas que referem o amor fraternal e a necessidade de dádiva (pp. 25, 53): *Lança ao largo o teu abraço fraternal; Aqui vou. / Solidariamente eu, / Com tudo o que dos outros/ possuo em mim, fraternal* (...) / *Sou com os que passam, / o que é deles é meu.* (...) / *A quem desconheço/ interiormente dou a mão.* Vocábulos e expressões do campo de sentido de *irmão* abundam igualmente: *irmãmente, dadas as mãos, ... como irmãos, ... demo-nos recíprocas, ... dar tudo ao mundo/ sentindo tudo o que ele sente,* etc. Relevante é o facto de a 1.ª parte de *Mão Aberta*, dedicada ao pai, acabar com esta metáfora (p. 75): *Porque a mão, o passo/ da palavra/ não mais se fechou.* Sendo a mão o passo da palavra, dizer é encontrar o caminho para fazer. E a autora não se coíbe mesmo de criticar a Igreja católica, quando escreve (p. 73):

Já ninguém acredita. / As palavras são umas / – sempre as mesmas / há quase dois mil anos – / porém o gesto, / a atitude. / (...) Que diferente / como o frio do calor // O sol, a miséria / moscas, porcaria / – estagnação – / e a palavra da verdade / reduzida a um sermão.

Os movimentos interiores vividos na conversão a um catolicismo, também ele dividido entre a obediência cega à hierarquia da Igreja, o pensamento crítico sobre a dura realidade da ditadura e o silêncio, se não mesmo a conivência, da maioria dos servidores laicos e clericais, – recorde-se o que Bénard da Costa escreveu sobre este assunto: “ (...) os católicos progressistas (...) deram ainda que falar (...). Mas a luta (...) passou a incluir entre os adversários a própria Igreja, tornou-se numa luta interna, quase tanto como numa luta externa.” (2) todos esses problemas são matéria de reflexão, de dúvida, de exortação à unidade entre *palavra* e *ação*, de auto e hetero-encorajamento, visíveis no uso reiterado de verbos no imperativo e no conjuntivo (p. 66): *Mistura-te sonho / ao dia a dia. / Informa os nossos gestos / realiza / aquele contido passo (...)/ Dá-te, vida com Vida / num reparar de horas; Que saia a palavra / (...) e se inflame de sol, / de luz, de amor.* (p. 74); e mais (p. 155): *Que o meu gesto signifique / a razão que o animou // Que o fundo de nós mesmos / seja relação / (...) / larguemos os braços / quebremos as amarras / sejam movimento.*

Atente-se na proposta programática deste poema, onde *gestos*, *vozes* e *motivos* devem ser repensados para encontrar o caminho para *um mundo feito por nós* (p. 171, sublinhados nossos): *Reinventemos nossos gestos / para serem no mundo toda a força / das manhãs claras // Clarifiquemos nossas vozes / para que estejam no mundo pela força / das palavras simples // Recriemos nossos motivos / para romperem à boca das praças / um espaço de liberdade // E por fim cantemos / um mundo feito por nós / no lugar exacto dos nossos passos.*

Com luz na sombra

A busca de si própria, da limpidez e da plenitude gira à volta de repetidos conceitos e problemáticas: o visível e o invisível, *Este o invisível mundo sob as coisas / submerso e renitente* (p. 133), o movimento e a permanência, a verdade e o fingimento, a construção de um mundo novo. Embora a luminosidade perpassasse por toda a sua poesia, *Que a nossa voz / seja apenas a voz do dia* (p. 103), várias vezes nos dá conta de uma parte obscura que tenta exorcizar; contudo, nem sempre o consegue e refere esses momentos em versos como (p. 118): *Coração vazio / inútil pedra de consumo (...)/ flor aberta / consumindo-se.* Ou em *Que as sombras deste dia claro / são de mim, não de fora. De tudo o que mais caro eu pagarei, chegada a hora.* (p. 37), ou ainda no texto abaixo transcrito (p. 153): *Sem raiz avanço pelos dias / tomando conta das horas / ao acaso // Nada me liga ao espaço / de habitar aqui / e a angústia é chão que piso / no tempo de aqui estar.*

Porém, desde muito cedo soube de um “dentro” – um mundo interior marcado aqui pela negatividade, do qual se pode sair através da partilha de vivências (p. 40): *Não há desengano / que não procure saída. / Solidão / que por fim / não queira ser / com os outros vivida.*

Movimento e permanência

Sendo o eu um *centro imóvel* e em movimento dentro de *um buraco na paisagem*, tudo nele – e nos outros também – *se encontra / desvanece e reconstrói e a luz é / cintilante no negro da abertura* (p. 149). A consciência da sua individualidade em constante mutação e em *tranquila permanência* para os outros, revela-lhe também que *perceptíveis apenas por dentro / são inocentes as superfícies lisas das coisas.* (id) O dentro não é o fora, afinal: dentro está o fundo das coisas e o fundo de si mesma, por isso o eu poético enuncia as ações necessárias à descoberta de si e do mundo, sempre varandas a dar para outras varandas, que vão *do gesto à razão que o obriga* (p.152): *Olhei as coisas / e no fundo de mim mesma / no encontro fundo / com o fundo das coisas / Vi / E no espanto desse encontro / pleno como uma raiz / que sabe o seu motivo / Li // Leitura da serenidade primeira / que vai do gesto à razão que o obriga / assim o mundo o entendi // E do meu entendimento / inventei um novo ser as coisas / Que de novo as inventei / ao dar-lhes outro nome / nova vida / as criei.*

Olhei (...), vi, (...) li, (...) entendi (...) E do meu entendimento (...) inventei um novo ser as coisas / (...) e ao dar-lhes outro nome nova vida / as criei – a intertextualidade com Sophia é aqui evidente, e nomear é já alterar o mundo. É o olhar, a leitura e a reflexão que a levam a uma *nova vida*, expressão repetida, com maiúsculas e com inversão do substantivo (p. 151): *e realizemos desde já / a Vida Nova.* De notar que o adjetivo *novo* é repetido vinte e nove vezes, sobretudo nos últimos poemas.

O poema mais longo dos *Dispersos II*, constituído por duas partes, descreve, na primeira, uma *cidade velha* onde qualquer forma de vida foi lentamente morrendo, para dar lugar ao lucro e à desumanidade; na segunda incita à fuga levando, como bens preciosos, o que dela ainda resta, para, junto ao mar e ao “*lume que nos congrega*”, construir uma *cidade nova* (p. 169): *juntos vamos construir / aquela que será a nossa cidade / edificada com a memória que ainda nos resta / e a esperança que não largamos / de ainda sermos capazes”.*

Tempo e desejo

O instante é a forma mínima de tempo que melhor se adequa à plenitude da sensação-emoção, em poemas curtos e concentrados: breve e fulgurante, atualiza num momento o sonho que, logo depois, se esvai ou é racionalmente apagado. *O sol, a chuva e o vento/ tudo pode ser grande/ na eternidade de um momento./ Momento vivo e quieto/ do mundo escutando./ Morto, o ruído incerto/ de gente sem pensar, falando.* (p. 29)

Entre as manifestações de desejo do mundo na sua poesia contidas, deter-nos-emos um pouco naquela que se nos afigura ser a necessidade de um espaço só para ela (p. 91): *que aqui e ali/ quando a realidade aperta, / fugi. Então vou, / e no isolar de um espaço/ que me chama, sou;* um lugar onde, em liberdade, responda a esse apelo, onde consiga ser, ou imaginar (idem): *e os barcos, que se não há/ o meu sempre querê-los/ os pode pôr lá. (...);* onde consiga viver (p. 105): *Sempre ao norte/ longe e perfeito/está o sítio que escolhi/ e onde me deito (...); Aqui me encontro/ na proa deste barco de granito / Aqui me sonho / que todos partem e só eu fico (...)* (p. 123); onde se relacione: *Larguemos/ irmã que nunca tive/ (...)* dêmo-nos recíprocas *nosso pensar diferente,/ nossa visão do mundo, feminina, delicada/ porém nossa – divergente (...)* (p.61), *De mim conto-te/ o que cabe dentro/ de um parêntesis de luz/ Nem antes nem depois pensemos/ Existimos agora e apenas / no meu parêntesis de luz* (p. 161); ou onde, igualmente, se não lhe aprover, se possa ocultar: *Eis aqui o meu recanto/ o meu segredo de lume/ fogo de noite retardada* (p. 143) num tempo que, apesar de coletivo, *Tempo de todos, / a cada um de nós pertence* (p. 54), é exponeciado individualmente em vivências-relâmpago, momentos tão breves quanto belos: *Longo, longo/ o minuto plenamente vivido e sentido* (p. 90). Esse instante alarga-se, distende-se *à hora explodindo* (p. 140) ou, sendo essa hora construída *em apetências* (p. 130), ao dia, ao fim de tarde, a um *tempo de tudo possível/ e atingido no dedo/ de um tocar sensível/ Esperança maior.* (p.145)

Na teia, nós

Há, em *O Nó ao Centro* (pp. 103-145), uma maior elaboração que oferece resistência a uma imediata apropriação pela leitura. “A razão pela qual o poeta criou a sua poesia e como a criou nunca se esclarece nem elucida senão por si própria.” (3) há muito o sabemos. “O poema é o lugar de encontro entre o trabalho oficial, a busca do rigor, a composição paciente e o brusco surto do acaso, o pequeno fogo da visitação. (4) (...) A intenção psicológica, digamos assim, ou a sugestão que se pretende surpreender (...) podem muitas vezes ser só produto da disposição momentânea – para não dizer da fantasia – de quem as põe em evidência pela análise.” (5)

*Não é construir a teia do silêncio
sobre uma evidência silenciosa*

*Antes, possuir o nó
ao centro
esse silêncio inexistente* (p. 120)

Que nó é esse? Deus?

Embora comece e acabe com poemas de cariz positivo, esperançoso, há um núcleo de tristeza, desânimo, desamparo às vezes (p. 142): *Atiremos pedras / ao bucólico desespero deste dia;* mostra uma consciência crescente de que *crescem lado a lado / papoilas e searas / sangue e corpo / do mesmo mistério revelado* (p. 107). Há breves apontamentos sobre a morte e a palavra *distância* repete-se em diferentes ecos (p. 108): *Todos seremos distância; Onde a terra existe, serena de distância* (p. 109); *Flor de pedra mergulhada/ nas raízes da distância* (p. 139); *um ferro te marca de distância/ na distância dos limites* (p. 141).

O sujeito é um ser em mudança, em renovação (pp. 104 e 134): *Porque de novo um sonho me possui/ de novo nasci/ (...) de novo existo,* com *Fome de verde e de raízes/ Sede em habitar o espaço exacto.* Aspira à realização do “eu”, mas há *Coisas erguidas em nós / impávidos videntes* (p. 127); *A palavra existe submersa / o gesto aguarda a explosão/ na eminente descoberta do real.* (p. 129) A singeleza aparente dos poemas revela-se uma mais complexa construção de sentidos, deliberadamente entretecidos pela desarticulação da sintaxe, pela supressão de elementos gramaticais, pela instauração de ambiguidades. Veja-se, por exemplo, estes versos (pp. 123 e 122): *Longe duma terra que eu vim / nunca secou; com raízes nos gestos /caule nas horas // dorida em veludos;* e a beleza de imagens ou metáforas nestes (pp. 125, 132 e 117): *Vem sombra apetecida / dedilhar nas trevas as gargantas / possíveis; (temos pássaros como asas/ nos nossos dedos fingindo); Desfaça-se o sol / em paredes.*



Maria Natália Duarte Silva, 1950.



Maria Natália, em 1957.



Maria Natália, em 1967.

Transcrevemos o poema graficamente mais inovador que, para além disso, nos permite também aceder ao seu processo de escrita (p. 126):

| | |
|--|--|
| <p><i>Espaço</i> <i>tentação expressa</i> <i>no branco das paredes</i></p> <p><i>gota pingo</i> <i>palavras</i></p> <p><i>surgindo</i></p> | <p><i>Ritmo</i> <i>Invasão nascente</i> <i>no imóvel dos dedos</i> <i>possíveis</i> <i>torrente gesto sorriso tempo</i> <i>poemas</i> <i>possíveis</i> <i>nascendo</i></p> |
|--|--|

Conclusão

Nos dias de hoje, em que o ruído e a falsa comunicação, a palavra desvirtuada e reduzida a *slogans* publicitários de toda a sorte dominam, mais imperioso se torna o contacto com linguagens que, como a de Maria Natália, se desviem dos caminhos do imediatismo das trocas comerciais e afins, proporcionando uma pausa no ritmo frenético das nossas sociedades que, ruidosamente, interditam a reflexão.

Nem talento nem tempo nos consentiram um trabalho mais consistente. Tentámos exemplificar as qualidades de um espírito vivo, fraterno, amoroso que quer unificar pensamento e ação, gesto e palavra, que advoga verdade inteira entre irmãos. Sentindo que a injustiça e o autoritarismo feriam profundamente os indivíduos, pretendeu participar na sua cura. E é Seamus Heaney quem, já no século XXI, afirma: “O objetivo da arte, da poesia, é de alguma forma reparar o que está danificado.” (4)

Após um período sobretudo a primeira metade do séc. XX de estéticas de transgressão: o modernismo, o futurismo, o dadaísmo, o surrealismo, etc., podemos hoje ler a sua *Obra Poética* à distância do tempo, da História e do contexto literário, estando mais capazes de a apreciar e acolher. Pequena pedra, exíguo *postigo* no edifício da divulgação e do conhecimento das mulheres portuguesas que poetas são, eis o que podemos oferecer. Julgar, julgue quem ler.

Notas: 1.) Natália Duarte Silva, *Obra Poética*, Ed. Afrontamento, Porto, 2011 (esgotado); 2.) João Bénard da Costa, *Nós, os Vencidos do Catolicismo*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2003, p. 92; 3.) E. M. de Melo e Castro, *Essa Crítica Louca, 1955-1979*, Moraes Editores, Lisboa, 1981, p. 81; 4.) Manuel Gusmão, *Tatuagem & palimpsesto, da poesia em alguns poetas e poemas*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2010, p. 147; citado *ibid*; 5.) Paulo Quintela, *Obras Completas*, vol. I, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 524.

[Maio /Junho de 2017]



Maria Natália Duarte Silva, 1949.

O SONHO E A MORTE

MÁRIO BROCHADO COELHO

Sei, agora, que, apesar dos perigos e dificuldades da ditadura e do fascismo, vivi tempos de felicidade lado a lado com muitos amigos e em especial com a Maria Natália.

Lutávamos dia a dia por um sonho bem definido que nos parecia, além do mais, viável. A segunda parte dos anos 60 não era para nós um tempo de dúvidas. Estávamos conscientes da dureza das tarefas mas estávamos sobretudo convictos do sentido justo e correcto do nosso combate.

Sentíamos que as nossas ideias, apesar de minoritárias, estavam a desabrochar e por todo o lado surgiam as aberturas necessárias. Tínhamos perdido o respeito/medo pela instituição "Igreja" e abraçávamos a grande liberdade e a não menor esperança nascida com João XXIII.

Nunca me senti tão certo do rumo da minha vida e vibrei com a premência surgida com o Vaticano II. O sonho era possível e era necessário avançar com entusiasmo e rapidez.

Éramos poucos, é certo, mas víamos o futuro à nossa frente sem qualquer nuvem. Lutar contra o colonialismo, fugir ao abraço medíocre do fascismo, centrar a acção na coragem da defesa dos oprimidos, construir um mundo novo baseado no amor ao ser humano e à natureza, na liberdade de pensar e agir e na democracia dos povos sem ditadores.

A Maria Natália e o Nuno eram simultaneamente uma fonte de convicção e uma garantia de pureza de intenções e amizade perfeitas. Vivi debaixo desta influência, bebendo as suas palavras e aprendendo com os seus actos. A seu lado, senti-me útil e justificado. Um feliz e disponível aprendiz.

Como eles havia ainda alguns mais: o Bento Domingues, o José Carlos Marques, o Vitor Wengorovius, o Nuno Bragança, o Luís Moita, o Joaquim.

E desta felicidade e deste sonho nasceram frutos que ainda hoje servem de algum alicerce real à vida que vivemos e ao país que somos.

Surgiu, porém, a brutalidade da morte e a Maria Natália desapareceu do meu/nosso esquema de vida. Recordo que a dedicatória que inscrevi no meu livro

sobre Joaquim Pinto de Andrade, meu irmão, espelhou bem o que senti com esta amputação.

Foi um grito de revolta:

"A todos quantos contribuíram para esta defesa, mas em especial à Maria Natália Teotónio Pereira, a quem, entretanto, vimos morrer sem que as nossas lágrimas fossem suficientes para impedir tão grande injustiça."

Senti/sentimos, então, que o nosso sonho tinha, afinal, limites injustos e inesperados. Nunca tínhamos posto tal hipótese nos planos que desenháramos...

A partir de aí passei a saber que a morte tal como a vida é algo de absurdo e brutal.

A morte marca a vida e faz parte dela.

Alguns, então, fizeram-me saber que a minha reacção é que seria injusta e que o meu protesto era, afinal, juvenil e imaturo.

Fiquei assim a saber que havia quem achasse que a Maria Natália não tinha direito a ter o seu quarto filho e a continuar a sua luta por um mundo melhor. Fiquei a saber que, além de Salazar, havia ainda mais uma ditadura, a da morte.

Foi assim que comecei a melhor entender as palavras/ideias/sinais de Camus, que até hoje me acompanham e explicam.

Ficaram as recordações de uma mulher persistente e corajosa que transbordava de idealismo e espírito de combate por um mundo com paz, igualdade, dignidade, solidariedade, felicidade...

Um mundo de irmãos.

Ainda hoje a revejo na sua cama hospitalar provisoriamente colocada num canto da sala de sua casa, onde habitualmente se faziam as reuniões esperando um parto que se sabia difícil mas mantendo participação activa no que se ia conspirando...

A sua morte foi, pois, um marco fundamental na minha vida.

Tal como a sua vida.

(Apesar de, por tão pouco tempo, termos podido conviver.)

Uma tentativa para dar um sentido ao mundo.

«Je comprends ici (Tipasa) ce qu'on appelle gloire, le droit d'aimer sans mesure».

Uma imensa saudade.

[6-4-2017]

Querido Miguel

Quem sou eu para pôr em questão a iniciativa em curso sobre a sua Mãe?

Acontece que, se bem me lembro, vi-a apenas uma vez, quando o seu pai me apareceu clandestino em Macieira da Lixa, no início da década de setenta, quando a PIDE me rondava a porta da residência paroquial. Ela vinha com ele. Tomei conhecimento mais tarde da publicação do Livro dela e alegrei-me sobremaneira.

Como escrever um testemunho sobre alguém que preciso de conhecer e que quero muito conhecer?

É só por isso que compreenda a minha postura e não me peça o que eu não posso dar.

Este é um dos casos em que eu preciso de ler/escutar testemunhos, mais do que escrever/dizer um testemunho. O meu emocionado abraço.

Padre Mário de Oliveira

MARIA NATÁLIA DUARTE SILVA MÃE E MESTRA

JOSÉ DIAS

A galeria de mulheres católicas que, durante o Estado Novo, ousaram lutar contra a Vã Glória de mandar, está pouco estudada na sua individualidade, quando muito é referida a par do respectivo conjugue ou como seu apêndice, na linha de que por detrás de um Grande Homem está sempre uma Grande Mulher...

Mas, porque não pela frente?

Vivi com minha mãe, em Braga e no Porto, nos primeiros 20 anos da minha vida. Assim como com o meu pai, irmãs, irmãos, avô e tia. Numa significativa comunidade patriarcal. Católica, conservadora, temente a Deus e a Salazar.

O dissenso católico medrava tímido, maioritariamente entre a classe média e média alta, do Porto e de Lisboa. Trabalhos de investigação, publicados nos últimos anos, a par de colóquios e debates, têm-nos iluminado sobre a extensão e a intensidade desse dissenso, noutras cidades e territórios, junto de outras camadas sociais menos abastadas.

Comunistas, republicanos, anarquistas e outros, viram chegar até eles católicos, chamados progressistas, a partir dos anos 60, mais jovens, oriundos das três universidades, alimentados pelo temor da guerra colonial e dos apelos à Paz.

Com os Católicos acordados e em movimento de resistência, o regime tremeu, não caiu e deu-lhes um tratamento semelhante aos demais. Perseguições, prisões, torturas, exílios!

Desde jovem, militante da Acção Católica Operária e Universitária, nas cidades do Porto, de Coimbra, de Lisboa, onde estudei e vivi, pude integrar o *pipeline* norte-sul, que permitia a circulação clandestina de documentos, de grupos de dissidentes católicos, entre as cidades de Lisboa e do Porto, com área de distribuição e recolha em Coimbra.

No biénio 68-70, circulei regularmente entre Porto, Lisboa e Coimbra, onde estudava, residindo numa das em casa do CADC. Em Lisboa, por indicações seguras de quem não recorro, passei a frequentar, primeiro a espaços e depois recorrentemente quando já em Lisboa (Novembro de 70), a casa do Bairro de S. Miguel, onde vivia a Maria Natália Duarte Silva e o Nuno Teotónio Pereira, mais novos do que os meus pais, bem mais velhos do que eu. Aí conheci os seus 3 filhos



Maria Natália
Nuno Teotónio Pereira
Joaquim Pinto de Andrade
(1970)

Luísa, Miguel e Helena. E muitas e muitos que frequentavam a casa, num corrúpio diário de conspirações anti-regime.

A líder desta família era a Maria Natália. Uma senhora muito culta e austera. De trato duro. Lia, escutava, falava, escutava, decidia, doutrinava, pedia contas. Organizadíssima! Sempre disponível! Sempre presente!

À mesa sempre mais que os 5 da casa. Empregada como de família. Em muito pouco tempo tornei-me freguês neste colectivo de cidadania activa. Era jovem, circulava bem entre a capital e as cidades universitárias, trazia curriculum político de confiança, alargava o círculo que já frequentava a casa para novos públicos.

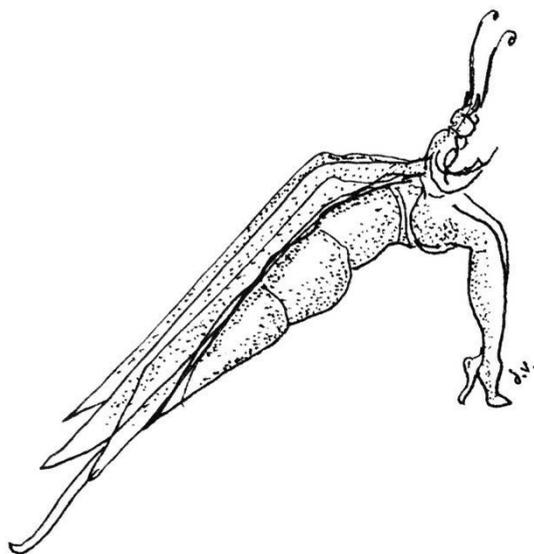
Neto do primeiro carteiro rural do Minho, tornei-me um carteiro deste *pipeline* em construção. A sua casa em Marvão tornou-se um refúgio de paz, conspiração e “salto”. A gravidez de risco diminuiu-lhe as saídas, que não as visitas e o vigor intelectual.

Embora por pouco tempo, lamentavelmente, a Maria Natália foi a minha *mater et magistra* celebrada pelo Papa João XXIII com uma encíclica que levou esse nome. Num momento da minha vida tão importante, foi a pessoa certa que me acolheu e tratou como se fosse um seu filho mais velho. Obrigado Querida Natália!

No dia da sua morte encontrava-me no centro do Portugal continental a distribuir os sete Cadernos Contra a Guerra Colonial, de um colectivo católico que ambos integrávamos.

Ainda pude assistir, já no cemitério, à parte final das muito participadas cerimónias fúnebres, suas e de sua filha [*Maria Natália morreu de parto em 23-4-1971*]. Sem me poder despedir de si e de saudar a família, amigas e amigos. Porque, sabendo da presença de agentes da PIDE, tive que tomar adequadas precauções! A Intersindical nascera há pouco tempo. O MES – Movimento de Esquerda Socialista, clandestino, igualmente. A luta por Abril acelerava!

Breve tributo à Maria Natália e a sua filha Catarina!
do cidadão muito amigo Zé Dias, Coimbra Junho 2017



Desenho Délio Vargas (2016)

ATRAVESSANDO AS IDADES

JOSÉ CARLOS COSTA MARQUES

*em memória de Maria Natália Duarte Silva
e Nuno Teotónio Pereira*

Ao espaço podemos nós atravessá-lo, voltar atrás,
e de novo à frente percorrê-lo de lado a lado,
senti-lo ano após ano na continuidade do tempo
ou seja um dia.
Outro porém é o tempo marcado pela distância,
pelo que para trás ficou mas sem remédio,
outro é o tempo aquela seta que perfura o coração
desprevenido.
A esse só a memória nos leva atrás, e de novo
à frente, percorrendo-o em todas as encruzilhadas
e imaginando rumos que nunca foram.
Estão no tempo e não no espaço as queridas
paisagens – isso aprendemos com *Ciro dos Anjos*.
Mas nele estão também as faces queridas,
os rostos refulgindo na amizade serena, acolhedora,
em volta de uma mesa,
quando ainda adolescente, poucos anos mais
[que os filhos
dela, teus anfitriões apenas o dobro da tua idade,
adultos ainda jovens mas que sabias bem à frente,
porém sobre ti atentos e debruçados como se
[foras um igual.
Mas que pode a memória mais que debater-se
com os seus esfarrapados limites,
que pode ela senão gritar-nos a ausência,
a crueldade de o tempo não ser já?
Ainda lá está Lisboa aonde tu rapazinho
[provinciano
descias em busca de um chamado,
de um modelo, de alguma vastidão.

Mas nada dessa cidade verdadeiramente resta,
a que amaste e ainda amas,
por ela raras vezes deambulas
e nada encontras, ou o vazio encontras
que afinal te dá quanto pode dar-te
a lembrança do que nunca verdadeiramente foi
e estás seguro e certo que houve
e há ainda ao alcance tão próximo do que
não podes
reaver.
Presença-ausência, lembrança-esquecimento,
saudade que te leva ao futuro que há muito
[é já o presente
dessa Mãe que rememoras,
que é já o desse Irmão ainda há pouco a nosso
[lado,
tudo porém igualado no impossível calendário
[da recordação.
E contudo tão próxima, tão próximos
tão mais próximos que o tumulto e o ruído
[que agora ouves
bem mais estridentes que os de outrora.
E porque só dos vivos o coração vive
ele que suprime todas as falsas fronteiras
[entre vida e morte
tu diante de ti a vês tu tão próximo o vês ainda
como se estivesses nos teus dezassete anos
ao lado dos doze nove sete dos filhos de ambos
tu que eras como eles tão criança ainda
e o não sabias.

*Falhada, Marco de Canaveses,
4 de junho de 2017*

* *Ciro dos Anjos*, escritor brasileiro,
autor do romance *O Amanuense Belmiro*



Maria Natália e Nuno Teotónio Pereira, anos 60.

PRIMEIRO POEMA, CASO SEJA 1 POEMA

MIGUEL TEOTÓNIO PEREIRA

O Cândido pediu-me 2 poemas. Para a revista.

(ao Cândido costume tratar por António. Gosto de tratar as pessoas pelo primeiro nome; talvez 1 dia explique porquê, agora não cabe neste poema. Mas neste poema, caso seja 1 poema, trato-o por Cândido. As amigas e os amigos que conheço que conhecem o Cândido tratam-no por Cândido, e ó António num poema fica melhor Cândido, Cândido é mais poético que António)

Bem, dizia eu então que o Cândido me pediu 2 poemas, para a revista. Pois, ao Cândido não lhe bastava 1,

tinham que ser 2.

e acrescentou: à tua escolha.

Problemas. Foi o que logo pensei.

problemas.

há dias, uma colega da biblioteca pediu-me 1 € para uma rifa do infantário da filhinha.

e acrescentou: o prémio é 1 jantar para duas pessoas no Djony.

(o Djony é 1 por assim dizer restaurante lá do sítio);

uma outra colega, que escutava a por assim dizer conversa,

genialmente antecipando-se ao meu próprio pensamento,

logo disse:

problemas.

(creio que Vossas Senhorias, hipotéticas/os leitoras/es, não ignoram que não residiriam esses

problemas

no €)

entreguei o € à minha colega, felizmente não me saiu o prémio, problemas a menos.

Variadas derivações poderia a partir daqui operar, mas,

mas,

é melhor não, porque se isto quer ser 1 poema,

é melhor não divergir muito.

que diabo alguma disciplina não fará mal ao por assim dizer poema;

mesmo que ao seu redor tudo divirja,

e nenhuma disciplina haja só caos.

hoje amanheceu o dia como uma noite

(dentro de mim, lá fora o dia estuava de sol);

lá fora,

lá fora passou a procissão dos passos,

coisa habitualmente silenciosa, vagamente ladainhada,

desta vez com uma variação insólita e suponho que suponho, apenas, não são contos do meu rosário algo herege: desta vez, uma fanfarra encabeçava a procissão, tocando o que mais parecia serem marchas militares.

enfureci-me a procurar em meio do caos da casa umas pinturas da minha irmã Helena que ela me havia oferecido, para serem expostas num jantar do seu aniversário, e não encontrei as pinturas,

e a casa mais caótica ficou,

se é que pode haver 1 caos maior do que outro caos.

e a mim mesmo me tinha prometido lavar roupa hoje,

para no quintal à noite estender a roupa

(gosto de estender a roupa à noite)

diz que amanhã vai estar sol;

não lavei a roupa

porque após ter desistido de procurar as pinturas da minha irmã

gastei as restantes horas do meu dia sentado no meu caos a olhar para a minha gata diabética

e a pensar no desgosto que iria dar à minha irmã

(desgosto esse que seria provocado por esta minha mania – sim, porque não é senão uma mania, não é 1 Princípio, uma Convicção, 1 Assumido Modo de Vida, é apenas uma mania, por aqui se pode ver que amiúde as manias são mais fortes do que os Princípios, etc

por esta minha mania, dizia, de constantemente abrir as portas ao caos, de me deixar tomar por ele) e a pensar nos poemas que o Cândido me pediu.

(quanto à roupa, talvez que depois de amanhã faça sol, e então amanhã lavarei a roupa, amanhã tem mesmo que ser, porque quase já não há roupa lavada, compreendem Vossas Senhorias os problemas que poderão ocorrer se não lavar a roupa, ainda por cima no próximo fim-de-semana vou a Lisboa, para o jantar de aniversário da minha irmã, e para o lançamento do livro e da revista do Júlio, e para o cozido em casa da Dulce, e é indiscutível que será de toda a conveniência levar roupa lavada.

pronto, hoje, naquela hora de trânsito para o amanhã, adormecerei com a terna esperança de que faça sol depois de amanhã.

e eu penso: nem tudo está perdido quando, na hora de adormecer, se pode sonhar com uma esperança.

porque nada há de pior, nada há de mais horrível, de mais desesperante, do que adormecer sem nenhuma esperança para sonhar.

sei-o bem, horas terríveis tenho vivido adormecendo sem nenhuma esperança para sonhar

o vazio a somar-se ao vazio

a cabeça hirta por fora e vazia por dentro

ainda que uma dor ténue e persistente tudo agrida.

agora estou calmo. terei uma esperança para adormecer)

Bom, já me fartei de divergir

(apesar daqueles belos planos iniciais),

e é então melhor retomar o fio da meada.

O que eu ainda queria dizer, é o seguinte:

(ó Dulce, não comeses já a esperar por causa dos tempos verbais, e da sua concordância, porque eu *queria* lá em cima, no início deste por assim dizer poema – dizer, mas não disse, *digo* agora no presente –, certo? talvez não, talvez me digas que mais correcto seria escrever *era*, mas eu quero por força escrever *é* e faço-o com a tranquilidade de me saber respaldado num argumento definitivo: se a poesia, em querendo, não servir para transgredir regras gramaticais e/ou outras –, para que servirá então?)

o seguinte: o Cândido acrescentou: à tua escolha.

nunca ao Cândido lhe assentou tão bem o nome, porque só por candura ao Cândido lhe poderia passar pela cabeça que eu teria poemas para escolher.

é verdade que em tempos muito idos escrevi umas cenas; mas: como encontrá-las?, dispersas por cadernos vários, cadernos esses dispersos sei lá por onde; e ainda que os encontrasse, aos cadernos, duvido que me assistisse presunção suficiente para chamar a essas cenas de poemas; de modo que o melhor mesmo é esquecer essas cenas e esses cadernos, foi o que aliás já fiz, ponto final quanto a isto.

em casa tenho ½ dúzia de arcas, atulhadas; mas, muito infelizmente, não é de poemas que estão atulhadas.

recentemente escrevi o Trinta. Nele inclui ½ dúzia de poemas. Acontece (aconteceu?) que o Cândido publicou 1 deles, na revista, e o Zé Carlos quer publicar outros, noutra revista; do que se segue que, se por pura bondade alguém me pedir 1 poema, para publicar, já não poderei recorrer ao Trinta, os poemas do Trinta estão por assim dizer esgotados.

(o Trinta foi uma febre que me deu, febre que durou pouco mais de ano e meio; dada a possibilidade de as febres poderem servir para mais alguma coisa para além de nos consumirem corpo e alma, usei a febre para escrever o Trinta, de tal modo que às tantas febre e Trinta se encontraram indissociáveis, às tantas eu próprio não sabia se era a febre que produzia o Trinta, se era o Trinta que provocava a febre. Seja como tivesse sido, ao cabo de ano e meio eu estava farto, fartíssimo, quer da febre, quer do Trinta, e decidi pôr 1 ponto final em ambos. Num derradeiro esforço enleei as túnicas da cebola – coisa que dificilmente alguém descortinará, de tal modo estão escondidas as túnicas mais profundas, ocultadas por aquelas mais visíveis, mas lá que estão enleadas, estão – e, concluída essa última tarefa, acabei com a febre e acabei com o Trinta)

Fui então cuidar da minha gata surda e anarquista.

Mas. O Vazio Total apoderou-se de mim.

empregues no Trinta os farrapos que me restaram da minha alma estraçalhada, falecido aquele e arrefecida a temperatura, vi-me imerso num buraco negro composto de ausência e de aridez.

consolei-me, e tranquilizei-me, com 1 excerto da 3ª carta de Rilke ao militar-poeta Kappus; assim reza esse excerto (versão de Fernanda de Castro):

“É preciso deixar cada impressão, cada gérmen de sentimento amadurecer em si, no obscuro, no inexprimível, no inconsciente – essas regiões fechadas ao entendimento. Espere com humildade e paciência a alvorada de uma nova claridade. Aos simples fiéis a Arte exige tanto como aos criadores. O tempo, neste caso, não é uma medida. Um ano não conta, dez anos não são nada. Ser artista é não contar, é crescer como a árvore que não apressa a sua seiva, que resiste, sem temer que o Verão possa não vir. O Verão vem. Mas só vem para aqueles que sabem esperar, tão calmos como se tivessem na frente a eternidade.”

fiquei, pois, calmo, sentado no meu caos a olhar para a eternidade, à espera do Verão.

verões vieram, e invernos também, mas eu continuei imerso no buraco composto de ausência e de aridez.

e vem agora o Cândido pedir-me 2 poemas, *à minha escolha!*

Problemas – entendem agora Vossas Senhorias?

Que fazer?

a resposta é simples: terei que me forçar a sair do meu buraco e a fabricar 2 poemas (poética da poesia; quem estiver interessado em compreender esta frase é consultar a 1ª lição de Stravinsky aos estudantes de Harvard), para dar ao Cândido.

bem, talvez que 1 já aqui esteja – no caso de ser isto 1 poema.

e, visto que neste momento este por assim dizer poema conta com: 1454 palavras, 6802 caracteres (sem espaços), 83 parágrafos e 134 linhas, talvez, por pura bondade, o Cândido aceite esta cena no lugar de 2 poemas.

ou talvez me entre uma febre – quem tem a mania de constantemente abrir as portas ao caos a isso sempre estará sujeito – e me dê para fabricar outro poema.

veremos o que acontecerá.

Termino com 1 agradecimento: obrigado, ó Cândido, por me encurtares a eternidade.

porque,

na verdade,

a eternidade é uma coisa chata; chata demais.

e uma pergunta (ou antes, duas): ó Cândido, isto é 1 poema? o que é 1 poema?

Agora,

agora vou-me deitar; há uma terna esperança que espera por mim para eu a sonhar.



ENTREVISTA DE RAQUEL DE BARROS: Jaime Salazar Sampaio – os bastidores do dramaturgo [conduzida por Risoleta C. Pinto Pedro]

Raquel de Barros, fiel companheira de Jaime Salazar Sampaio até praticamente à última respiração, dispôs-se, gentilmente, a subir o pano de uma parte do percurso a dois, no vívido e no partilhado, na confiança, na intimidade do dia-a-dia e na memória. Cúmplice de todos os momentos, dores e alegrias, no ócio e na criação, conhecendo-o de toda a vida, acompanhou intensamente os últimos dezassete anos de vida de Jaime Salazar Sampaio. Percurso que agora conosco generosamente partilha e cujo privilégio e confiança com o coração agradeço.

Raquel, quando e onde se conheceram?

Praticamente desde sempre. O Jaime conheceu-me antes de eu o conhecer a ele [sorriso]. Era amigo da família. Foi em Benfica, onde vivi com os meus pais e os meus irmãos até aos treze anos. Ele ia lá dar explicações de matemática à minha irmã, sete anos mais velha do que eu. Não me recordo dele dessa altura, tinha mais dezassete anos que eu, mas o Jaime recordava-se dos meus joelhos [sorriso]. Era muito competente a dar explicações de matemática. Mais tarde, daria explicações a todos os outros meus irmãos. O Jaime morava na Avenida Casal Ribeiro, e os meus avós viviam na Avenida 5 de Outubro, onde os meus outros irmãos tiveram as explicações.

E depois?

De Benfica fomos viver para Pedrouços e foi aí que os meus pais chamaram novamente o *explicador de matemática*, dessa vez para mim, então no 5º ano do liceu. As explicações aconteciam no escritório do meu pai. Eu tinha quinze anos e não estava nada interessada na matemática, queria era que ele me ensinasse *argot*, porque tinha vivido em Paris. Mas ele sempre recusou o pedido. Levava muito a sério o trabalho para que fora contratado. Nesta altura não aconteceu nada entre ambos, nem eu pensava nisso. Tinha um namorado com quem viria a casar-me. O Jaime fora casado com Maria Natália. Este casamento durou muito pouco. Viveram na Casal Ribeiro, em casa da prima Elisa, que acolhera o Jaime e a mãe. Jaime e Maria Natália viriam a separar-se pacificamente e ela casaria com Teotónio Pereira, católico, tendo-se Maria Natália convertido ao ca-

tolocismo. Muito mais tarde, já vivíamos juntos, numa das vezes em que fui com o Jaime a Portalegre assistir à representação de uma das suas peças, encontrámos lá um rapaz que vivia ali perto e que estava muito feliz por conhecer o Jaime, de quem a mãe, Maria Natália, lhe falara muitas vezes em termos muito elogiosos. Nunca senti que o Jaime tivesse tido um grande desgosto de amor com esta separação, ou então ter-lhe-ia passado, de alguma forma esquecido. Ainda sobre a prima Elisa é importante referir que na infância o Jaime costumava passar as férias grandes em Monte Santos, perto de Sintra, num chalé que também pertencia a esta prima. Adorava ir ver o pôr-do-sol no miradouro em frente. Era um lugar mítico para o Jaime. Foi aí que deitei as cinzas dele, não tive a mais pequena dúvida.

Raquel, registas algum episódio importante sobre a vida em Paris?

Apesar de nessa altura o Jaime não ter muito dinheiro, tinha acesso a uns bilhetes baratos que lhe permitiam ir assistir a espectáculos. Gostava especialmente de Brel, Piaf, Léo Ferré, Barbara... Há uma canção de Léo Ferré, “Avec le Temps”, que faz parte de uma das suas peças. Houve também outro encontro importante. Estava hospedado na mesma pensão que o Gabriel Garcia Marques, e aí se conheceram. O Jaime estudava na Sorbonne e o Garcia Marques trabalhava como jornalista. Conviveram bastante.

Depois da Maria Natália e antes de ti, houve mais alguém

A segunda mulher chamava-se Manuela, foi a

mãe do seu único filho, Fernando. O Jaime ia muito a casa dos meus pais e a Manuela acompanhava-o. Por isso, eu conheci a Manuela, o Jaime nunca deixou de os visitar. Continuou sempre amigo da minha família. A minha mãe e o meu pai sempre gostavam muito do Jaime e o meu pai conversava imenso com ele.

E os pais do Jaime?

O Jaime nunca conheceu o pai, dizia frequentemente, e até escreveu, algo do género: *Não me deixou nem o buraco da sola do sapato*. A mãe casou tarde e engravidou imediatamente. O pai tivera uma grande atracção por uma prima e quando a mãe percebeu que essa história não tinha terminado, pediu o divórcio. Isto aconteceu antes de o Jaime nascer e o pai não chegou a conhecê-lo nem fez nada para que isso acontecesse. A mãe foi apoiada pela família, nomeadamente, como já referi, pela prima Elisa. Felizmente, um médico pediatra, Jaime Salazar de Sousa, que foi quem assistiu ao parto e tinha, também, uma relação muito próxima com a minha família, acompanhou-o ao longo da vida, quase como figura paternal. Foi a pessoa que o Jaime mais admirou na vida, para além de o considerar muitíssimo inteligente. Este médico era casado com uma minha tia-avó, chamada Teresa. A irmã dele, Elisa, a quem o Jaime chamava prima Elisa e a quem dedicou, tal como à mãe, o I volume do *Teatro Completo*, foi quem o acompanhou, apoiando muito a mãe, como já contei. Foi a sua encarregada de educação.

Que idade tinham ambos quando começaram a viver juntos?

Eu tinha enviuvado em 1990. Nasci em 1942, ia fazer 48 em Julho. Fui viver com o Jaime aos 49 anos. O Jaime tinha-se separado da primeira mulher, Maria Natália, depois viveu com a mulher que seria a mãe do seu filho, Manuela, e por esta altura vivia com uma rapariga muito mais nova do que ele, chamada Madalena, e que eu conheci porque também o acompanhava nas visitas a casa dos meus pais. A relação era algo tumultuosa. Neste contexto houve um pedido de ajuda mútua, eu pedi-lhe para me ajudar a arrumar os livros e o Jaime pediu-me ajuda para transcrever um texto do português antigo com muitas palavras em latim, para português actual. Entretanto, fui com uma amiga a Itália, e quando regresssei foi esperar-me ao aeroporto com o José Mascarenhas. Já se tinha separado da Madalena e passámos a viver juntos. O Jaime tinha 66 anos. Temos, como já

disse, 17 anos de diferença e vivemos juntos 17 anos. Até ele partir.

E filhos, Raquel?

Teve com a Manuela, com quem foi casado, um filho: o Fernando. Que lhe deu dois netos: a Ana Rita, a mais velha, e o Nuno Miguel.

Como era o quotidiano do Jaime? Às vezes ligava-me quase de madrugada.

Levantava-se muito cedo, era logo pela manhã que trabalhava mais. [sorriso] Sim, ligava cedíssimo às pessoas, eu fartava-me de lhe dizer que os outros não tinham os mesmos horários que ele... Levantava-se pelas seis da manhã (o banho de imersão, que não dispensava, era ao fim da tarde, antes do jantar), tomava o pequeno-almoço, fazia a barba e ia para o escritório escrever. Precisava de estar sozinho para escrever. Muitas vezes era a meio da noite que se levantava, quando as palavras lhe surgiam. Podia ser às duas ou às quatro da manhã. Quando arranjámos uma casa perto de Torres Vedras tinha uma máquina de escrever em cada lado. Uma delas era do meu pai, mandada arranjar. Mais tarde, eu frequentei um curso de computadores e aprendi *word*. Passei a ser eu a escrever-lhe os textos no computador. Ele ditava-mos.

Queres dizer que ele passou a escrevê-los à mão?

Não. Ele limitava-se a tomar notas e depois ditava-me os textos, enquanto improvisava. Praticamente deixou de utilizar a máquina. Num aniversário dei-lhe um *site* de presente. Foi o Daniel Dias que criou a imagem do *site*. Muito bonito. Ele ficou contentíssimo.

Recordo-me disso. E o resto do dia, como o passava? O que lia?

Depois da escrita íamos dar um passeio, ainda durante a manhã, a seguir ao segundo pequeno-almoço. Fazia sempre questão de que eu fosse com ele. Normalmente íamos até ao jardim da Gulbenkian, porque é perto. Andava, conversava, às vezes sentava-se um pouco. Depois do almoço dormia a sesta e dava mais um passeio. Depois ia para o escritório, mas para ler. O jornal, sem o qual não passava, era *O Público*; e [lia] policiais; tinha a colecção *Vampiro* completa. Costumava dizer que quem nunca leu um policial não sabe o que perde a nível de boas páginas literárias.

Que autores abundavam na sua biblioteca? Escrevia mais ou lia mais?

Muitos escritores franceses, uma grande colecção de poetas franceses que adquiriu enquanto

esteve em Paris, mas também uma grande coleção de poetas portugueses e brasileiros e uma igualmente considerável coleção de teatro, principalmente português, mas também dramaturgos estrangeiros, aliás traduziu-os, Beckett, Joyce, traduziu a Molly Bloom do Joyce, etc, etc... Tinha muitos outros autores, mas também os policiais, muitos em francês. Andávamos sempre a acrescentar prateleiras, de acesso só com escadote, mas os livros continuavam desarrumados. Escrevia mais do que lia. Mas também gostava muito de ir ao cinema, conhecia todos os filmes antigos, os clássicos, e gostava de os rever. “Ter e não ter” era o seu preferido. Considerava-o muito superior a “Casablanca”.

E o resto do dia?

Gostava de ir às compras, principalmente de comida. Não prescindia e dava a sua opinião. Muitas vezes era ele a decidir. Íamos frequentemente à Costa da Caparica e aproveitávamos para ir à praça. Deitava-se muito cedo, antes das dez já estava a dormir. Eu gravava os filmes para ele os ver no dia seguinte, porque às horas a que passavam os filmes estava sempre a dormir. Para além de que a tecnologia não era com ele, eu é que lidava com essas coisas, telemóvel, vídeos, computador. Tal como conduzir o carro ou lidar com o dinheiro. Era eu que fazia tudo isso. Ainda praticou *aikido* durante muitos anos, foi o primeiro cinturão negro dos discípulos de mestre Stobbaerts. Mais tarde, quando já não praticava, o mestre Georges Stobbaerts convidou-o para integrar um espectáculo de artes marciais (*aikido*) no CCB. Em todos os ensaios, tanto na Várzea de Sintra, como no CCB, eu acompanhei-o sempre, levando-lhe muitas vezes as refeições.

*Sim, percebia-se que era algo importante na vida dele, às vezes a forma de me cumprimentar era fingir que me ia fazer um golpe de *aikido* para me atirar ao chão [riso].*

Sim, gostava de fazer isso às pessoas. Também viajámos, fomos várias vezes a Paris, onde víamos sempre teatro. Cá também íamos muito ao teatro e não só ver as peças do Jaime. Íamos muito à Cornucópia e depois aos Artistas Unidos, onde foi representada a peça *Pescador à Linha*. Na Cornucópia assistiu a muitos ensaios, ele dizia-me que o deixavam ir assistir, mas eu acho que o convidavam. O Jaime dizia que esses ensaios lhe permitiram aprender muito relativamente à sua própria escrita. Fomos também a Antuérpia. Passou lá uma peça do Jaime em português, *Jardim Público*, pelo Teatro de Portalegre. Na véspera

houve uma conversa entre o Jaime e os actores com o público. Eram estudantes de português. Uma vez, num festival de teatro de Edimburgo, vimos três peças dele, mas traduzidas para inglês. Uma delas foi *Magdalena* e a outra *O Homem da Gravata de Lã*. Por actores de uma Companhia Inglesa residente em Portugal, os *Lisbon Players*.

Como reagiu ele, em privado, aos prémios que lhe foram atribuídos?

Ficou contente. Mas também não falava muito sobre isso. De certo modo, não se sentia merecedor. Da segunda vez, recebeu uma estatueta, que até foi o Artur Ramos que transportou, porque o Jaime já não podia pegar em pesos. Não ligou grande coisa à estatueta, que ficou lá para um canto. Não se vangloriava. Até se desvalorizava. Interrogava-se por que razão tinha de escrever tantas peças e dizia que se realmente fosse muito bom, bastar-lhe-ia escrever uma.

E profissionalmente?

A mesma coisa. Eu soube, recentemente, que os seus trabalhos publicados continuam a ser uma referência importantíssima, mantêm-se actuais dentro da área, a economia da cortiça. O Jaime era engenheiro silvicultor. Mas ele dizia que como não sabia fazer mais nada, tinha de fazer alguma coisa para ganhar a vida e era aquilo. Mesmo em relação ao doutoramento na Sorbonne, falava disso sem grande entusiasmo ou convicção. Toda a gente dizia que era muito difícil e ele resolveu fazer, segundo dizia, para ser como os outros. Por fazer. Apesar de não se valorizar, era muito competente e dedicado. Por isso, quando se reformou, ao início não foi fácil. Embora se sentisse mais liberto para a escrita, estranhou a falta da rotina do trabalho. Não dava valor àquilo que fazia, tinha sempre dúvidas, apesar de, ainda hoje, como referi, o que deixou escrito ser uma das referências maiores.

O Jaime conversava sobre o que estava a criar no momento?

A partir de certa altura, como te disse, eu estava tão envolvida, tão por dentro, que era quase redundante o falar, embora antes de começar a ditar falasse um pouco. Por essa época passei a saber praticamente tudo sobre a sua criação. Mas o Carlos Paniágua, do Teatro Independente de Loures, era a quem ele lia primeiro o que tinha escrito. A maior parte das vezes, ao telefone. Foi o seu grande ouvinte. Quando o Jaime morreu, o Paniágua não voltou a ser o mesmo. O Jaime era o seu grande inspirador. E muito amigos. O Jaime dizia-me frequentemente que quando partisse,



Jaime Salazar Sampaio (s/d)

tudo, incluindo os seus livros de teatro, passaria para as mãos do Carlos Paniágua. Nos tempos a seguir ao 25 de Abril, o Jaime foi dispensado dos Serviços Florestais para ir com o Carlos Paniágua e o grupo de teatro para Trás-os-Montes em acções de dinamização cultural. Gostou muito desta experiência, que dizia ter sido muito importante para ele. Foi uma aventura. Às vezes eram mal recebidos, outras vezes eram os próprios latifundiários que lhes ofereciam grandes banquetes e era difícil manterem os actores sóbrios, pelo que os jantares passaram a ser depois dos espectáculos.

A última grande aventura ou... viagem do Jaime... como foi para ele... e para ti?

A minha maior mágoa é não me terem deixado ficar com ele até ao fim. Acompanhei-o durante todo o tempo, dia e noite, excepto quando estava nos cuidados intensivos. Assim, estava com ele na véspera de partir, quando vieram buscá-lo durante a noite e não me permitiram acompanhá-lo. Só no dia seguinte me disseram que ele tinha morrido. Pensei que nesta clínica, onde acabou por morrer, me permitiriam estar sempre com ele, mas tal não aconteceu. Fui privada, e ele também, desse momento. O Jaime já não conseguia falar, estava muito deprimido. Mas sempre falou da morte, tinha um convívio muito próximo com a ideia de morrer...

Sim, recordo-me que dizia, a propósito de cada peça que estava a escrever, que era a última... Várias não o foram. Como foram os últimos meses, o último ano do Jaime?

Quando deixou de escrever, foi fatal. Depois da operação, de hospital para hospital, com fisioterapia pelo meio, foi um calvário. Já aos 66 anos tinha sido operado à hérnia e a anestesia não tinha corrido bem. Não percebi por que razão quis voltar a ser operado. Partiu a 13 de Abril, ia fazer 84 anos em Maio. Há um episódio marcante. O Jaime tinha um iPod onde ouvia Léo Ferré e outros cantores franceses dessa geração. Normalmente, enquanto esperava pelo jantar. No último ano ouvia obsessivamente uma canção de Léo Ferré relacionada com a morte, não consigo recordar-me do título.

Já falámos de um amigo, Carlos Paniágua, outros grandes amigos tinha, Jaime sabia fazer amigos, mas um se destaca, pela antiguidade e não só: Luiz Pacheco. Como encarava ele a figura e a obra do amigo?

Sobre a obra, dizia que se não tivessem sido os desregrados hábitos de vida poderia ter sido um dos maiores escritores da literatura portuguesa.

Sobre a figura, considerava-o um importantíssimo amigo da fase da juventude. Conheceram-se no Liceu Camões. Jaime nas Ciências, Luiz nas Letras, que acabou por não seguir. Tinham uma relação muito próxima. Conta o Jaime que, como não gostava de frequentar cafés (e continuou a não gostar, aliás, recusava-se a entrar...), quando o Pacheco estava com o grupo dos surrealistas no café Gelo, o Jaime ficava à espera, porque moravam relativamente perto, para ele lhe contar o que por lá tinha sido dito e o que tinha acontecido. Quando evocava Luiz Pacheco era normalmente o dessa fase. A vida encarregou-se de espaçar os contactos. Mas falava sempre dele com amizade e admiração. Quando o Jaime, por razões profissionais, esteve durante nove meses em Roma, a trabalhar na FAO e só não ficou por causa da língua, porque sem o português como língua envolvente não conseguiria escrever, Luiz Pacheco escreveu-lhe a censurá-lo por ter uma vida de trabalho, com um salário, uma vida normalizada. O Jaime não falava sobre esta carta. Numa dada altura zangaram-se. Falavam ao telefone e o Jaime não gostou da crítica que o Luiz Pacheco fez a uma peça. Desligou e estiveram anos sem se falar. Mais tarde retomaram a amizade, mas com encontros já mais rareados. O Luiz Pacheco tinha, para comigo, um comportamento muito delicado. Uma vez ofereceu-me uma caixa de bombons e noutra ocasião em que fomos visitá-lo a Setúbal e jantámos juntos, ficou ofendido porque eu, que era quem lidava com os dinheiros (o Jaime não queria saber de nada disso), paguei a despesa. Escreveu ao Jaime a manifestar a sua desaprovação. Luiz Pacheco valorizava muito o facto de eu ser filha do ex-presidente da Assembleia da República Henrique de Barros, coisa que nunca compreendi. Fomos mais do que uma vez visitá-lo a Setúbal e a um lar em Palmela.

Os encontros eram calorosos? Visitava o Jaime?

O Luiz Pacheco nunca se mostrava caloroso. A partir de certa altura, não [visitava]. Viram-se muito, apenas enquanto o Pacheco esteve em Lisboa. Quando o Jaime morava na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, ele costumava aparecer por lá com um dos filhos.

O Jaime tinha outras memórias do amigo?

Sim, dos tempos em que o Luiz Pacheco esteve na prisão. Contava também que o que L. Pacheco descreve [v. *Comunidade*] é rigorosamente autobiográfico, porque viu com os seus olhos, como as crianças dormiam em gavetas. Fazia-lhe muita

confusão. É também de assinalar algo muito importante: é a ele que [o Jaime] deve a amizade com o Paniágua. Foi o Luiz Pacheco que lho apresentou. Um dia foi à casa da Columbano na altura em que o Jaime ainda vivia com a Manuela e o filho, depois de o avisar que ia lá aparecer com uma pessoa. Assim foi. Era o Carlos Paniágua.

O Jaime tinha mágoas? Falava sobre elas? Como o descreverias, enquanto sua companheira?

A grande mágoa foi não ter conhecido o pai. Pensava e falava muito sobre isso: o facto de o pai não ter querido conhecê-lo. Foi criado e educado por mulheres, daí a quantidade de personagens femininas no seu teatro e uma grande compreensão em relação à mulher. Com a minha mãe, por exemplo, tinha uma relação completamente empática. Bastava o olhar para se entenderem.

Por outro lado, estas personagens do seu teatro representam, dizia ele muitas vezes, o seu lado feminino pelo facto de ter sido educado e ter vivido tanto tempo só com mulheres. Costumava dizer que o que escrevia era auto-biográfico e que se perdesse a memória deixaria de escrever. O Jaime era bastante impulsivo e tão depressa estava bem, como estava mal. De manhã estava, invariavelmente, bastante bem disposto. À noite entrava em depressão. Ele próprio mo dizia. Tinha um temperamento obstinado, chegava mesmo a ser teimoso, mas ao mesmo tempo era muito meigo. Relativamente à teimosia, dizia que se não fosse tão teimoso nunca teria conseguido fazer o que fez na vida.

Abril de 2017



Jaime Salazar Sampaio, em 1964 numa leitura particular de *As Sobrinhas*

UMA QUESTÃO DE COR

[um inédito de Jaime Salazar Sampaio]

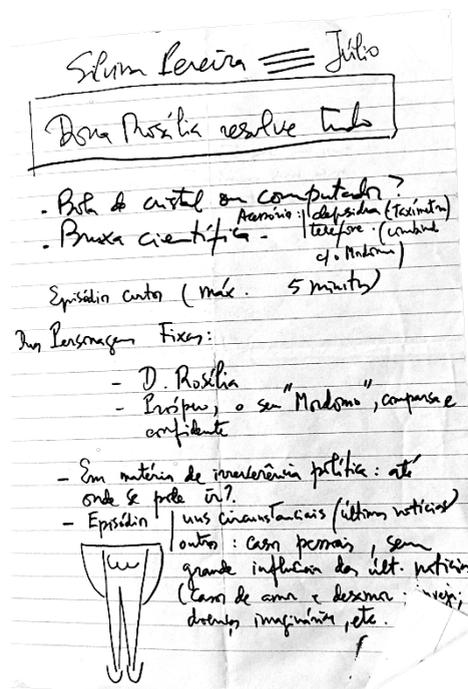
24/07/99

Do cenário, ainda sei pouco. Ao fundo, um ciclorama, com uma certa (incerta?) curvatura, parece, neste momento, indispensável. No “miolo do palco” sinto a necessidade de dois cestos de verga de apreciável dimensão; acredito em “zonas recônditas”, contendo os mais diversos objectos, a manipular por certas personagens; se o “palco” tiver uma teia, “antevejo” objectos a aparecerem e desaparecerem na vertical. E canos de água. Uma rede de canos, bem à vista, parece indiscutível.

Pressinto a existência de duas “famílias” de personagens: as “residentes” no “palco” (por exemplo: as duas raparigas de cinzento) e as que se encontram “de passagem”, algumas delas podendo “cruzar” o palco mais de uma vez.

Quando a peça começa, não há ninguém em cena. Um tempo. Entra, por um dos lados, um Homem de Fato de Trabalho com uma caixa de ferramentas a tiracolo.

(A., nas rubricas.)



Nota de Risoleta C. Pinto Pedro

manuscrito de J. Salazar Sampaio

Este início de peça é ainda do tempo em que Jaime Salazar Sampaio usava a máquina de escrever. Encontra-se dactilografada e com algumas rasuras. Para além do interesse de se tratar de uma peça inacabada (ou nem isso, na verdade está apenas iniciada, se bem que Jaime conseguisse escrever uma peça numa página, fê-lo em menos ainda, e genialmente), com todas as possibilidades em aberto (sê-lo-ão?) este inédito mostra, com muita clareza, o modo como *aconteciam* as peças a Jaime Salazar Sampaio. Um ambiente, uma personagem, um nome. Neste caso ainda não existe o nome, mas uma inicial (A.), o que também sucede em outras peças.

Neste começo ainda só temos notas cénicas, o que não é espantoso no teatro de Jaime Salazar Sampaio, poeta ficcionista escondido atrás de um dramaturgo. As falas são os diálogos, as didascálias são as descrições do narrador. Com a vantagem de estas *novelas* dispensarem o trabalho de dramaturgia, se tiverem de subir a um palco. Estando o seu teatro recheado de notas cénicas, não as considera uma forma encapotada de encenação. Escreve, mesmo, que “o Teatro é para pessoas livres que respeitam a liberdade dos outros. Que nenhum encenador venha pois a sentir-se acorrentado às rubricas que acompanham os diálogos [...] são meras sugestões. Compete ao encenador estudá-las.”

Estamos, então, no início de uma narrativa cénica e como em qualquer narrativa canónica (não esqueçamos, este autor é um *clássico*; cheio de arrojo, como todos os bons clássicos) começa por nos dar a descrição do ambiente. Segundo ele, dá-nos o que ele próprio recebe. As coisas vão-lhe chegando aos

bocados e ele vai partilhando connosco (literalmente, porque arranjava sempre alguém com quem pudesse fazê-lo). A prová-lo, isto é, a verificação da certeza de que sabe que está a ser observado (ele é o primeiro actor do seu teatro, o espectáculo começa no início do trabalho da criação ou ainda antes, quando o *anuncia*) é o humor com que nos desafia. Esta peça ainda está a nascer e já sorri, pelo meio do cinzento. Como não há-de o cinzento cintilar no nevoeiro da melancolia?

Como pode parecer indispensável um ciclorama com uma curvatura que ainda não se sabe se certa se incerta e que até ainda pode vir a desaparecer? Logo aqui começa o diálogo com o ouvinte/espectador/leitoeiro (é muito curioso que este dramaturgo que gostava de ler a alguém o que ia escrevendo (muitas vezes pelo telefone) tenha, entre o seu espólio, três versões de uma peça radiofónica! Tudo está ligado. Ainda na análise do humor, a necessidade que sente de dois cestos de verga e o carácter indiscutível da presença de canos de água. Bem à vista. Obviamente. Mas alguém duvida dessa imprescindibilidade? É lá possível passar sem dois cestos de verga neste palco que ainda não se sabe como será! Teia e ciclorama são, ainda, um mistério. Mas os cestos, ai!, os cestos são uma alta probabilidade.

“Ainda sei pouco, “parece”, “sinto a necessidade”, “antevejo”, “pressinto” e “indiscutível” são marcas claríssimas da subjectividade do dramaturgo. Subjectividade que pode ser provisória, como um material que se coloca na primeira fase de uma construção, para a sua sustentação, e depois, no final, se retira, mas que também poderia ficar. Porque, afinal, como ele próprio admite, é de si que fala através das raparigas cinzentas e dos Homens das Caixas de Ferramentas. E dos outros... Logo, será que se pode retirar? Talvez apenas recuar... um pouco... para detrás do cenário. Pronto a saltar para cena à mínima necessidade. Ou desejo.

É um autor cujo provisório não saber está cheio de *antevisões* e *pressentimentos*. As coisas já lhe aconteceram tantas vezes assim que não é difícil saber *algumas* coisas. Mas por causa do jogo teatral melhor é que se finja que não se sabe. Por outro lado, a minha interrogação acerca de alguma limitação nas possibilidades em aberto é porque alguns *clássicos* do Teatro de Jaime Salazar Sampaio aqui estão a apontar caminhos. Vagos, mas com algumas direcções. As duas raparigas de cinzento, o Homem da Caixa de Ferramentas (reparem nas maiúsculas) são aquilo que poderíamos designar como personagens tipo com uma dupla valência. Porque são suficientemente sintéticos para poderem ser tipos, e são suficientemente clássicos de entre os tipos deste teatro para serem o que se poderia chamar tipos de tipos.

O cinzento é uma não cor aparentemente adequada a um autor discreto. Só que este dramaturgo não é, realmente, discreto, apesar da timidez. Porque domina as leis da alquimia e com o cinzento cria tons brilhantes. E depois diz que não sabe como foi que isso aconteceu. Ele é tímido, mas não na sua bancada de trabalho que é a criação. Por isso, faz entrar o Homem da Caixa de Ferramentas com a caixa a tiracolo. Para ficar com as mãos livres para os jogos de prestidigitação. Com que nos encandeia. E ilumina. Não nos esqueçamos que domina a arte dos projectores. Ou da *projecção*. Ele há lá melhor cenário do que o cinzento para fazer resplandecer a cor?

15 de Junho de 2017



Jaime Salazar Sampaio
com Raquel de Barros.

JAIME SALAZAR SAMPAIO

JOÃO CARLOS RAPOSO NUNES



Jaime Salazar Sampaio, auto-retrato.

jogava com o teu filho à bola
e tu fazias de árbitro no campo
(não de futebol) mas de terra dura
onde as ovelhas pastavam perto
lá para as bandas do Freixial
terra de saloios de boina preta
e botelha de carrascão à cintura
rostos vincados que eram livros abertos
que os burros transportavam com doçura
eras um dramaturgo
o povo dizia
olhem lá vai o engenheiro escritor,
home bom...
eras tão simples e humano
que até os cães te lambiam as botas de couro
abanando as caudas felizes e excitados
ias comigo e o teu filho
ordenhar as vacas da Ti Rosa
e bebíamos o leite morno com sabor a poesia

era em Ribas de Baixo
e a vida sabia a dramaturgia

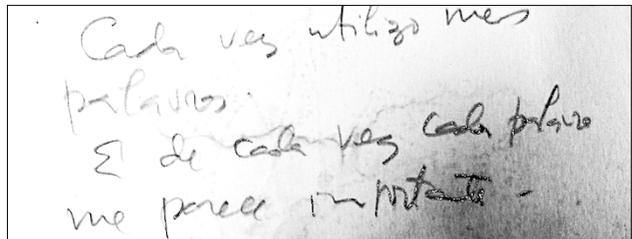
JAIME SALAZAR SAMPAIO O HOMEM DRAMA

RISOLETA C. PINTO PEDRO

“Não vale a pena fingir/ que não reparámos, /
o Teatro não foi feito / para esconder os factos”
Jaime Salazar Sampaio

Jaime Salazar Sampaio [JSS] é um dramaturgo que granjeou o reconhecimento, patente em prémios (Grande Prémio de Teatro APE e Consagração de Carreira SPA), publicação e expressiva representação. Em entrevistas, no teatro e na vida, o humor discreto, elegante, mesmo quando o tema é negro. No liceu, o futuro engenheiro silvicultor apaixonado pela escrita teatral já escrevia poesia e ficção. Dessa produção, uma menção honrosa nos Jogos Florais Infantis da Emissora Nacional: “Por que será que o meu gato/ Tem bigode grande e farto/ E eu que nasci primeiro/ Só tenho um buço ligeiro?”.

Apresenta *cenicamente* (cinicamente?) a profissão como “A ilha dos problemas económicos do sobreiro e da cortiça. Em Portugal e no mundo”, refúgio escolhido por pouco frequentado, protegendo-o da competição. Permitiu-lhe, afirma, ser um dramaturgo a meio gás até 1988, data da aposentação. Esta conciliação é solução feliz, conforme Relatório de Orientação Profissional de 1942 (17 anos), lembrando ao examinando



Apontamento
de Jaime Salazar Sampaio

que “deve ponderar sobre a maior possibilidade de satisfação que a carreira das letras oferece às suas tendências espirituais”. É visível, nas entrevistas, que prefere não desenvolver temas biográficos. Mas é particularmente apaixonante, aí se demorando, falar da criação teatral, que não vê como resultado de um método, mas mistério que designa como *acontecimento* antecedido de um saber esperar.

Tendo atravessado dois regimes, apesar da experiência de apreensão e proibição, enaltece a aprendizagem que fez para dar expressão às entrelinhas e ambiguidades. Este modelo de escrita adequa-se ao temperamento introvertido das personagens, criadas à imagem do autor: “As minhas relações com o mundo exterior são pálidas. E prudentes”. Não fala pelos cotovelos, transfere a loquacidade para as notas cénicas, ocupando espaço significativamente maior do que as falas.

Sobre ser *o dramaturgo português mais representado*, afirmava não haver estudo que o provasse. Tinha sempre dúvidas e necessitava, não de reconhecimento, mas que o que escrevia fosse conhecido. Não sendo homem de respostas, no teatro encontrou espaço para perguntas. Em criação e no diálogo com as personagens, tão como ele, no fechamento. Observando-as, observa-se. Talvez nada defina tão bem o modo como se vê ou sente, como a caracterização que faz de uma personagem tipo, em várias peças com nomes diferentes e traços distintos, numa estrutura comum: *um homem de meia-idade. (...) que envelhece – devagarinho. (...) isolado, tolerando apenas a presença de um ou outro comparsa. (...) à pesca de recordações ditando a uma Dactilógrafa alguns fragmentos das suas memórias. (...) Por vezes, e contra a corrente, parece ter ainda um pouco de esperança. Mas logo se arrepende (...) lá vai seguindo o seu caminho, (...) à despedida ainda murmura; ‘A vida de um homem... Coisa absurda e maravilhosa!* Segundo JSS este homem “não é um herói”, “não é completamente parvo nem hipócrita”, o “medo é a [sua] doença” e viveu sob “o signo da falta de coragem”. Não é homem de acção, “não enfrenta os outros e raramente toma uma atitude”. Solidão como condição; personagens como companhia em diálogos *monologais*; lucidez como modo de olhar, a

existência e o seu final como temas. *O Homem da Gravata de lã* fala pelo criador recuando às origens: *Tinha eu sete anos e ia partir para uma grande viagem... O meu Pai... (...) Não falemos do meu Pai. Pai: partida, ausência e ferida.*

Nem sempre terá sido tímido. Comunicativo na infância, lugar acerca do qual *Jacinto* reflecte: “Uma pessoa atravessa a infância (...) E de súbito... (...) O navio fez-se ao largo com outros passageiros”, até à adolescência, quando se tornou: “opaco e monossilábico”. A ponto de Artur Ramos o incentivar à escrita de poesia, desencorajando-o do teatro. Luiz Pacheco moía-lhe o juízo pela “reserva mental”, incentivando-o a “furar a barreira do silêncio”. E na *Contraponto* publica-lhe uma parte do que escreve durante 16 anos depois da primeira tentativa, frustrada pela ditadura.

Na idade adulta tardia em que o conheci, a primeira imagem era um irradiante sentido de humor e simpatia escondendo uma enorme timidez. Também aí se espelhava a essência do seu teatro: expressão e máscara. Não encara a sua dificuldade de comunicação como obstáculo à escrita teatral, mas como adjuvante. As personagens são “porta-voz”. Um estóico triste recusando a ilusão, resistindo. Também na obra, mais melancólica do que cruel, como dramaturgo e personagens.

Alguns amigos, como Luiz Pacheco [LP], vêm da antiga idade, é amizade incontestável, por vezes dolorosa, em jeito de *obra ao negro*. Nas cartas, LP censura-o por lhe escrever à pressa, por não responder ou demorar; é evidente a intimidade, conselhos e críticas vão ao âmagô. Amizade à prova das balas desferidas por ambos: palavras seta de LP; silêncios e ausências de JSS. Relação habitada por verdades amargas e lucidez aguda até à agonia. LP é um agulhão picando-o implacavelmente, colocando-lhe à frente, alternadamente, o espelho invertido e o retrato. Focados na preocupação com a obra mútua. LP recordando ao amigo uma espécie de recorrente grito que Jaime lhe dirige: *o que preciso é de escrever*.

Para Jaime ele devia ter um trabalho, LP achava que Jaime deveria não ter, por lhe cortar o voo criativo. Interessa-se genuinamente pela produção literária de JSS. Se está a escrever, se terminou, se publicou, comenta em cartas a amigo comum: *a produção vai num crescente; Junto do Poço melhor que Nesta hora grave e As sobrinhas ainda acima das outras duas (...) quanto à forma, ao domínio de uma linguagem teatral, disso não me restam dúvidas. Por outro lado, ele vai num emburguesamento progressivo de que será muito difícil salvar-se*. Em 65, anuncia: *estou a magicar (...) editar as peças do Jaime (...) Para ele (...) era um empurrão no moral*. Por seu lado, Jaime escrevia-lhe com “dúvidas sobre o mérito” da obra. LP dedica ao “irmão de jornada”, com quem diz ter em comum “uma mola partida ou a funcionar mal”, o próximo livro.

JSS fugia aos meios literários, mas necessitava, e assim se manteve até ao fim, de um público antes de a peça subir ao palco, antes de estar escrita, antes de começar, ainda que o público fosse uma pessoa. O autor é o primeiro actor: *A conversa do costume: falta de apoio (nosso) e que decidiu escrever outra peça, mesmo que a gente (vocês, diz ele) não o queiramos ler. Eu quero. (...) O que importa é ir à cena ou ele publicá-la ou haver quem lha publique; O Jaime escreveu há dias um S.O.S. (...) tomou decisões e pede socorro. Não voltar a França (...) o querer agora escrever, e pedir-me que o ajude...*

Entre 57 e 66, por via da profissão, Jaime desloca-se, com frequência, ao estrangeiro, onde chega a viver durante períodos: Bolseiro na Sorbonne (onde faz doutoramento) e em Oxford; trabalho na FAO em Roma; em 61, diploma de *Élève Titulaire* pela *École Pratique des Hautes Études*; entre 62-66, Montpellier no *Institut des Hautes Études Méditerranéennes*, como assistente e professor residente. Aí escreve *A Batalha Naval* e as cenas são enviadas, uma a uma, a Luiz Pacheco.

Em 62 uma carta da Inspecção dos Espectáculos informa que a peça *Nos Jardins de Alto Maior* foi reprovada. Eram difíceis os tempos para a edição. Mas JSS admite que “mais intensamente a partir de

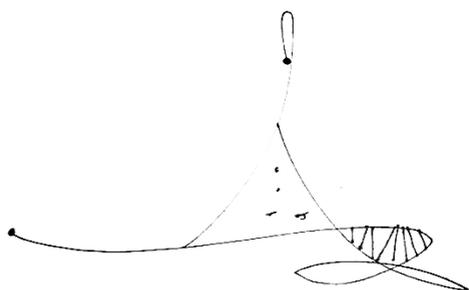


Manuscrito de Jaime Salazar Sampaio.

1997” foi muito bem tratado pelos editores, escolhendo os que lhe publicaram mais do que um livro de teatro: Plátano, Hugin, SPA, Prelo, Dom Quixote e em particular a IN-CM (*Teatro Completo*). JSS dirá, em 2005, a Sebastiana Fadda: *O que eu sou (...) é um profissional do compromisso, entre uma actividade que me garantia a sobrevivência e nada tinha a ver com as teatradadas, e uma outra, onde, com intenso labor mas em regime de amorismo, lá ia escrevendo as minhas peçazitas, espreitando, sempre que podia, para dentro dos palcos. Faltou-me a coragem para ir mais longe, mandando às urtigas a economia florestal... Mas, neste curioso país (...) haverá dramaturgos a tempo inteiro?*

As peças vão sendo cada vez mais curtas: “Cada vez utilizo menos palavras. E de cada vez cada palavra me parece importante.” Pelos 39 anos conhece Georges Stobbaerts, mestre de aikido que no seu teatro vê “um pessimismo perpassado de poesia”. O aikido foi dissolvendo alguma timidez. Pela importância que tiveram na sedimentação do seu teatro, encenadores que JSS elencou pelo critério do número de encenações: Carlos Paniágua, 18; João Lázaro e José Mascarenhas sete; Fernando Oliveira, quatro; Artur Ramos e Rogério de Carvalho, três; e mais cerca de meia centena de encenações. Jaime encenou dois monólogos. Importante, também, Braz Teixeira que lhe publicou o *Teatro Completo* em cinco volumes, na IN-CM e refere a “generosa e tímida fragilidade que a dúvida existencial não tolhe (...) antes alimentando uma força criadora”. Aos 77 anos, declara: “A última peça [*mas seria a última?*] acabei de escrevê-la há poucas semanas”. Várias se seguiriam. Todas, *definitivamente* com o provisório estatuto de *últimas*. Ouvi-lhe sucessivamente dizer que estava a escrever uma última peça. Cheguei a acreditar que não haveria a *única* última. Que o “ligeiro sorriso” vencesse a implacável lei.

O teatro do absurdo a que é, frequentemente, associado, aparece diluído na sua originalidade. Para JSS o absurdo está na realidade, escreve um teatro da absurda realidade. Os temas, universalmente humanos e por vezes localmente urgentes, são recorrentes e poliédricos. Fantasmas que se nos tornam familiarmente... surpreendentes. Um encenador da psicologia humana, em economia de recursos com que opera milagres de... desilusão. Hábil desconstrutor, olhar único de excesso de lucidez: “chamamos a esta alcateia de patuscos a Humanidade”. Nem a ilusão do teatro o habita, sabe que não altera a realidade, mas ilumina-a: “Num palco tudo é verdadeiro porque tudo é falso. Genuinamente falso”. Domina a arte do paradoxo entre o cinismo e a lucidez: “Os espectadores só aprendem aquilo que já sabiam. E nem sempre”.



Desenhos
de Jaime Salazar Sampaio

Nas peças, o triunfo do adereço, mas não em luxuriante uso, é de sobriedade que se trata; vitória da didascália e da acção sobre a palavra, sendo que a palavra, na sua máxima contenção e síntese, vale mil discursos. Verbo breve numa poética aforística e paradoxal, com que abre sentidos no máximo da economia vocabular. A poesia antecedeu e entremeou o drama. Pertencem à mesma família. Vê no Teatro um outro caminho para dizer Poesia. Quem leu as peças e assistiu à representação, quem o conheceu, sabe que tendo cumprido ou não quem era, não poderia ter deixado de fazer o que fez.

Contudo, muitos episódios ou cenas num tempo recuado, foram de importância decisiva para que os cinco volumes do *Teatro Completo* viessem a existir, nomeadamente *Bloco – Teatro, Poesia e Conto*, iniciativa e publicação de Luiz Pacheco [e de JSS] nos 20 anos de ambos. Colaborou JSS com poemas e uma peça de teatro, *Aproximação*, que não subiu à cena. *Bloco* foi apreendido pela polícia política. Este episódio, que o levaria a considerar ter começado como “dramaturgo marginal”, conduziu a que estivesse quase 20 anos sem escrever teatro (até 61, com *O Pescador à Linha*), mas não esteve parado, escreveu e publicou poesia e ficção, e ainda que inconscientemente, acumulou “matérias-primas” para as futuras peças.

Em 2002, com a publicação do III volume do *Teatro Completo*, achava-se, com sua atávica severidade, um “indecoroso privilegiado”. Numa importante entrevista a Ana Maria Ribeiro, refere as personagens como uma família, reconhecendo que em quase tudo o que escreve há muito de pessoal; exemplifica com *O Veredicto*, problematizando se o julgamento não será o seu e não o das personagens. Frequentemente mostra um olhar de criança que abre os olhos e vê o mundo a cru: “Como é possível tanta hipocrisia, tanta ganância, tanta frieza?”. Congelado o olhar, aberto em ferida.

Quanto ao método é mais um *não método*. A escrita de uma peça vem directamente do mistério (...) *não sou um dramaturgo premeditado (...) as peças acontecem-me*. A escrita é a sua ferramenta de conhecimento, com todas as reservas do céptico: *quando nos conhecemos um pouco melhor, não estaremos a forjar uma ferramenta para também conhecermos os outros... um bocadinho... ‘menos pior’? Mas será assim mesmo ou é uma ilusão?* A dúvida, não metódica, mas interpondo-se, compulsiva e sábia: *Foi tudo inútil, mas valeu a pena; como dramaturgo – e como homem – sempre desconfiei das soluções infalíveis*.

O baptismo da personagem já contribui para a sua *espessura*. Segue-se o erguer das peças. Foram muitas as construções, embora pelo menos duas dúzias tenham ficado pelo caminho, como uma análise demorada do espólio poderá confirmar. Vejamos a importância da escrita como redenção: *– Em regra – e há mais de meio século! –, aqueles períodos em que não consigo escrever são os mais dolorosos./ – Alguns dos momentos – ou dias, ou meses – mais agradáveis e exaltantes da minha vida, ocupei-os a escrever teatro*. Daí ser fácil compreender a relação de sinceridade que tem com a criação: *nunca escrevi uma linha sem obedecer a um critério de necessidade*. Não há nele sinal de superficialidade. Apesar da quase inutilidade funcional da escrita: *nunca – ninguém! – pode perceber tudo. Nem no teatro (o meu ou o dos outros)... nem fora do teatro. (...) O que nós vemos das coisas são as sombras (...). É uma ou outra fagulha da Grande Fogueira da Realidade, acrescento eu, neste Portugal dos Pequeninos*.

Em leituras e estudos que fui fazendo a partir do momento em que o conheci e durante os anos da nossa amizade até que desapareceu de onde os olhos podem alcançar, foi claro o quão determinante poético e filosófico é este teatro. As peças, minimalistas, apenas o são em extensão, no número de personagens e nas falas, mas não no alcance. Fui tocada pela originalidade, na aparente simplicidade, dos seus aforismos: “Quando eu nasci já o mundo estava feito e era preciso começar tudo de novo. Eu não tive coragem”. Axiomas ou peças de teatro no máximo de concentração?

Os desenhos, isolados ou integrados em textos dramáticos ou notas de dramaturgia poderão ser ainda... esboços de peças...

JSS é a personificação da essência teatral, um concentrado, pelo facto de todos os seus textos testemunharem um forte sentido da representação em sublimado estado de síntese; é neles muito visível o carácter subsidiário das falas em relação à situação dramática. Textos para a representação: “- O texto é o motor de arranque. O espectáculo é que é a viagem”. As *pequenas enormes* peças centralizam os paradoxos que se vão desenhando ao longo do seu teatro, assim se construindo uma espantosa unidade.

Em Maio de 2009 assisti a uma leitura pública encenada de *A Cavalgada*, peça final do último volume do *Teatro Completo*, interpretada pelo autor e sua mulher, Raquel. A leitura durou três minutos. Teve, em mim, o impacto emocional de uma vida. A peça ocupa o centro de uma página. Há um cavalo e um homem. Som de portas e o galope. Talvez seja a mais complexa peça de Jaime Salazar Sampaio. Tem duas únicas falas e meia dúzia de notas cénicas. É ele o autor que afirma ser desonesto criar uma peça que pudesse ser escrita em menos palavras. A economia é a sua ética estética e arte poética. Termina com indicação para a luminotecnia: “*ESCURIDÃO*”. O teatro de Jaime Salazar Sampaio dispensa luz forte, é escrita com centelha, poderoso projector virado para o futuro.

poema de comboio #69

JOÃO DE SOUSA

as cabeças rebentam sem mestre
rápidas como um comboio
velozes como tudo aquilo que mostra ser demasiado rápido

chovem elegias e elogios e coisas
que nunca suscitariam entusiasmo
porque não compete ao serviço

as palavras como comboios atravessam as linhas
em choque, em colisão veloz com o mestre,
os serviços estão feitos, terminados em hora certa
sem horário para cumprir,
mas em hora certa

não terás louvores para além das rápidas palavras
saídas das cabeças do comboio
rompendo as férreas linhas velozes e elegíacas

escreverei quantas linhas quiser
numa tímida arrogância que me aponta
o sentido cascais, o sentido cais-do-sodré, o sem-sentido
o sem-velocidade, poucos momentos que não chego a tocar

está frio
está demasiado frio para quem escreve
as explosões tardam e as taras abominam qualquer um
que sem serviço se propõe a chocar com o comboio

as coisas voltam ao seu ovo
quebrando cascas como se quebram as cascas dos ovos
dentro do ovo estava o mestre
sem cabeça, um h nela tatuado, dois,
veloz como tudo aquilo que tem de ser veloz
demasiado veloz

ANDRÉ ALVES

Que o teu nome fosse o tempo
O espaço dum antenna aqui perdida
Neste vale em que eu espero que o vento o diga
Sussurre entre as rochas, seja lábio duplicado seja água eterna
Sábio o momento que espero neste carro aqui avariado
Cinco portas para lugar nenhum

Não tenho relógio, tenho: não funciona, comprei a pilha em Vladivostok e fui enganado
Foi um prémio disse o shaman ao passar os Urais
saborear assim o tempo ao vento o teu nome lírico soprado
respirando na paisagem que vibra
sob um violino de duas cordas

O volante antes dos óculos. Do para-brisas: vejo a brancura da neve
A tua pele vermelha do frio, a carne quente das mãos
na textura do silêncio
o chá acinza-se sobre
o mistério

O vento beija-o, o trigo beija a terra e eu beijo as fibras do teu cabelo
Relembrando
O ar rarefeito que poderia sedar
E em seda selvagem navegaríamos entre sombras num cone de faróis
sozinhos
Fodendo sobre um capot
vistos por cavalos ao fundo que correm

O sol é branco e todo o cheiro é estio pó
Nua tu fumas o encantamento
Que arde por dentro numa folha de ópio,
Resina desta fotografia
Impressa em trinta minutos em Yasnyy

É um postal antigo que trago no tabeliet
Um amuleto uma poesia desconhecida
Entretanto aprendi e consigo ler o escrito
É letra dum música
E a família faz um pic-nic, faltava eu,
um cão come os restos

vários dias desta viagem sou eu o cão
solto na liberdade
perdido neste tempo de sol, noite fria
e sobretudo deserto sem vozes
a absurda planície

andar centenas de kilometros para comprar cigarros
para poder falar, e abastecer este carro avariado

BEATRIZ DE ALMEIDA RODRIGUES

as meninas de foucault giram e giram
nas antecâmaras de um palácio caído em ruína
sob um céu imenso preenhe de obscenas figuras
com bocas comunicantes e um emaranhado
[de órgãos
descobertos e cintilantes
sinuosos astros fervendo por dentro
alguém um dia os terá pintado
para assinalar ao viandante os obscuros
[caminhos da carne
as meninas de foucault giram entre
[os escombros
desenham neles calcinados rostos
com a boca a transbordar
de vocábulos ásperos
que entregam ainda incompletos
ao febril espasmo das rodas dentadas
[de uma máquina
a máquina consome-se em incêndio espontâneo
das labaredas se evola uma profusão
[de imagens turvas
trémulas e indefesas como aranhas
as meninas torcem-nas nos dedos e lambem
dos fragmentos a ferrugem
as meninas riem e riem e refazem os rostos
através de um complicado processo
de perpetuação da angústia
as meninas dissecam borboletas
[sobre os joelhos
e os filamentos das asas dissecadas
vibram
na garganta
as meninas giram as meninas ardem
alguém lhes terá cosido a agulha os cabelos
para que eles não caíssem de susto
[no instante do voo

as finas penas estão presas à carne por alfinetes
[e cerceiam
levemente
as sombras inquietas dos cantos
essas serviçais secretas
dos estranhíssimos desejos que as meninas têm
quando de noite a temperatura arrefece
e do tecto alguém se desprende
abate-se sobre elas com um grito tremendo
um vulto alto e esguio
com genitais em forma de flor
com que tacteia furiosamente as coisas
como se estivesse possuído por uma fome imensa
[de claridade
será porventura um espírito do palácio
[que assim se revela
exigindo carne
exigindo alimento para a chama ininterrupta
as meninas ardem
por entre as labaredas elas giram
como as ruínas do palácio elas resistem à voragem
do fogo e do tempo
à infiltração do fumo
nos corredores dos seus pequenos corpos
[de menina
como se a dança não fosse senão um artifício
montado para alguém cuja vinda foi anunciada
ainda te lembras do nome da terra onde fica
[este palácio
repetimo-lo tantas vezes que receio
[que nos esqueçamos
de como é belo o nome
não passes por ela desatentamente
demora-te um pouco
talvez as meninas cessem de girar quando
[não as vemos

EMANUEL MADALENA

NO FIO DA RARIDADE

Há um embaraço rigoroso e paciente
no rosto daqueles que se preparam
para a sorte,
que entram a salto no território clandestino
da coragem, trocando a modéstia da voz
pelo contrabando da língua.

Essa coragem é a primeira lição desses que procuram
desenhar com mão de cego
as artérias do mundo,
não temer o lobo, o fogo, a água,
e aprender na rouquidão dos outros
uma forma de falar sozinho.

Só então começam a cortejar o mero acaso da verdade,
a tentar ver através do reverso do silêncio
a índole desse mesmo silêncio,
e por fim estudam-lhe as feições,
reconhecendo nelas a beleza
das coisas indizíveis.

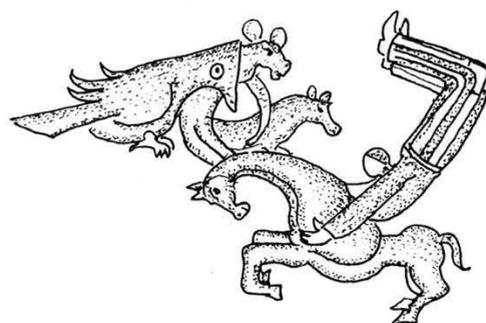
PURGA

Por outro desejo me congrego
à pedra nas igrejas quase vazias,
por outra penitência me acendo
na sevícia da penumbra,
e se não sou fiel ao gesto
da vergonha ou à planura
da luz nos vitrais, se tento
a contradição e me ajoelho na laje
aos pés da piedade, é porque
hei-de levantar o rosto e ferir
o peito feito contra a solidão,
e talvez calar a sorte
no adultério do silêncio.

 INÊS FRANCISCO JACOB

SALVÉ

Brônquios do meu pomar
 aurora acesa com vagar
 raízes azedas dispostas em mancha funda
 nódoa de bolso e mácula de algodão
 a ti peço ânimo de verdura sensata
 cordeiros trespasam o meu rebanho
 azuis e brancos e castanhos os milhafres
 terrina de caldo açucarado e mioleira de pão
 cozido a lenha fresca
 a ti peço o meu osso redentor
 a escanção sem dentes da copa dos pinhais
 a ti entrego
 a coroa de espinhos dos reais devotos
 enxutos milagres
 da minha tenra clareira de artérias.
 A ti
 a minha oração
 proclamada sem voz.



MARTA ESTEVES

I.

Rasga-se a consciência fenoménica
do impensável
espaço exclusivo de uma ausência
que só me é
no entanto a solidão, ritmo breve
simples e somente
à cadência imperceptível dos dias vagos
doce à surdez catatónica
do incomensurável

II.

Há um céu inteiro a cair na luz
helénica das árvores antigas
as oliveiras cristalizadas
e as crianças falam imitativas
sobre o seu trabalho de paciência
desapercebido
à velocidade cega de uma vontade que se sabe transcender
a falta do rosto reflectida
na inércia alheia:
a consciência de que a idade
não lhe trouxe o que esperava:
A calma só de saber cantar o tempo

SETEMBRO : AS SUAS CABEÇAS

NUNO MANGAS-VIEGAS

vimos nas lâmpadas as cabeças, o seu manifesto.
eram estrelas invertidas, intensas
feriam-se na sua noite insaciável
e era bela a sua canção, o seu querer dizer.
eram de uma espuma férrea, afiada
azulejos finíssimos forrando a sua atenção focada.
tinham nas coroas o rigor da guerra,
e o garfo espetado no sonho rápido da ressurreição.
era assim a noite nos sistemas:
uma anatomia tensa,
um júbilo perverso escorrendo lento no peito,
uma linha fria dificultando a aprendizagem:
“Sumário: Abordagem teórica ao domínio do fogo.
Continuação da aula anterior.”
por vezes tentava acordar,
batia nos olhos e na boca as cidades reais
chamava os meses, as mãos, o aroma novo do teu sexo só lembrado:
as pétalas rubras de um amor muito antigo,
os morangueiros, a horta: a sua porta assustada.
mas tudo flutuava, o que vinha era o seu inverso.
nada me falava à escala.
vimos as cabeças, como gerberas rodando...
eram ilhas aleijadas
e os braços que se eslicavam eram de uma madeira escura,
soldavam sinos aos animais rápidos da noite,
esporeavam: amavam dolorosamente.
eu desconhecia ainda que as âncoras
eram leis peregrinas, que migravam
como migram os cisnes no teu cabelo
...e dançava aquele prodígio
como o fogo na lareira: uma técnica translúcida.
eram cabeças como lâmpadas
e renovavam nos vidros desta noite
as proporções migratórias da respiração.
o medo chegava invertido:
era um círculo seguro.

cabeças de Setembro crescendo na mão o seu ardil,
e os estalidos do seu nascer pareciam querer dizer:

Há que lançar coisas à imaginação!
Há que irritar o infinito...

TEMPO DA SEPTUAGÉSIMA

VASCO MACEDO

a madrugada agita-se e escurece
[a sua profundidade opaca
os déspotas atiram-lhes tochas
querem afirmar a sua soberania
[nos subúrbios
e nossos olhos ardendo com ela
já invadidos por uma legião de irrigações
procuram as imagens escondidas
[por detrás das facas

nós queríamos morder de volta
tal era a nossa raiva pré-orgiástica
de fecundar o mundo à imagem
[do nosso sémen
que aceitámos a vigia púdica do farol
sobre o além mar que se contorcía
[furioso

vai pela noite fora aquele
que ouve as labaredas da liberdade
a urrar desesperadas a sua claustrofobia
tenta decifrar com os seus dentes a carne
[frígida de sua mãe
e acorda afogado no seu próprio leite
vendo longe e desinteressado
o seu corpo indo na direcção
[do matadouro

uma criança deita-lhe sal e ele ainda
[treme com a fricção
os seus músculos agitam-se em gritos
[mudos
mas a criança tem fome a criança precisa
[de sustento
sempre a porra da criança
com os seus pedagogos atrelados
[a discutir metafísica

a chuva lava a cara das casas
e elas recitam a tabuada do medo
para expulsar das redondezas o feiticeiro
[macabro
que jurou transgredir todos os objectos
para que eles possam ser dados a beber
na sua última réstia de enigma

porque em todas as roldanas do que
[nos rodeia
há o engenho de uma humanidade
[já morta
a reclamar o seu mérito na construção
[da prisão
onde já nem um raio de luz tem
[a coragem de pôr o pé
por temer a paranóia dos discursos
[oficiais
incorporados pelo narcisismo de um
[povo
que se olha ao espelho com um sorriso
[proselitista
e considerações sobre cosmopolitismos
ainda que a estação nunca mude
as bestas seguem os relógios
[pendurados
confiando que não é preciso dar à corda
porque aguardar refastelados a chegada
[do profeta

e o Saint-Saenz desta merda toda
[comendo açorda
com os dentes obscenamente brancos
[e limpos
escutando a bola passando as mãos
[numa puta
enfadado como um felino

LEITURAS & NOTAS

EDITORIAIS D' A SEMEITEIRA [1918-1919]

HILÁRIO MARQUES

O Que Vai Pela Rússia: Mais tarde poderemos saber — ou procurar saber — a parte que nas dificuldades actuais da revolução russa tem cada uma das séries de factores adversos: a crise económica multiforme causada pela guerra; a hostilidade e a boicotagem da parte de todos os governos; o escasso desenvolvimento industrial do vasto país; os erros e desvairamentos dos próprios revolucionários, ou daqueles que se apoderaram da força mais representativa aos olhos do mundo. Todos estes factores, aliás, se encadeiam e determinam reciprocamente, mas o que neste momento sobressai, através das escassas e contraditórias notícias da imprensa amordaçada ou parcial, é o empenho posto pela burguesia mundial em extinguir o perigoso foco incendiário. São de um lado os impérios centrais, em nome duma hipócrita “independência nacional”, acudindo ao pelo das burguesias fronteiriças finlandesa, lituana, polaca, ucraniana, romena instalando protectorados seus, e procurando circunscrever, assediar, estrangular a revolução. São do outro lado os Aliados, os Estados Unidos, o Japão, apoiando francamente a contra-revolução em nome da Liberdade e jurando sobre os Evangelhos da Democracia que não intervêm nos negócios internos da Rússia: vão apenas... endireitá-los, salvando a “ordem”! A revolução russa está, pois, cercada por todos os lados, tem inimigos em todos os pontos do horizonte. Esperemos que ela não merecedora das idas dos dirigentes, por ser uma verdadeira revolução — saiba suscitar as energias necessárias para a defesa, não tomando à letra nem seguindo à risca a doutrina escorregadia sustentada por Lenine perante os soviets, no discurso do qual reproduzimos um trecho no número passado. A retirada e o oportunismo, para evitar a morte, podem conduzir ao suicídio de facto, e pior ainda, ao suicídio moral, que destrói uma fecunda influência muitas vezes multiplicada por uma morte heróica. Os soviets parecem ter compreendido isso perfeitamente, repelindo a ideia duma aliança com quaisquer imperialistas e proclamando que a revolução se baterá sozinha, na “nova frente da revolução mundial”, contra todos os imperialismos e burguesias, como outrora os *sans-culottes*, contra os “reis conjurados”. Mas há outro perigo, e mais grave ainda. A ameaça do inimigo exterior e da contra-revolução, se a revolução não se estende a outros países, favorece o desenvolvimento do militarismo e do jacobinismo internos, no seio da própria revolução, como sucedeu em 1793. O novo “governo revolucionário” tornar-se-á cada vez mais um governo como os outros, por mais sincera que seja a paixão renovadora dos seus membros; a oposição fiscalizadora sentir-se-á coacta perante o perigo iminente e a urgente necessidade da defesa; o Terror criará ódios, cansaços e revoltas. A resolução adoptada, em fins de Julho, na última sessão da Comissão Central dos Sovietes de Moscóvia e organizações operárias, à qual assistiam 2000 delegados, pode bem causar apreensões. As suas conclusões são as seguintes: “1.º A pátria socialista está em perigo. 2.º A grande tarefa da hora actual é a defesa contra os checoslovacos e a importação de trigo. 3.º Deve fazer-se a organização mais poderosa possível das massas operárias para aclarar a situação presente. 4.º Renovar a vigilância sobre a burguesia contra-revolucionária, evitando que o governo dos soviets se veja ameaçado pelas costas, devendo para tal fim praticar-se contra a burguesia o regime do terror. 5.º A divisa de todos tem que ser: vencer ou morrer; a importação de farinha para ter pão; a instrução em massa das tropas, e a união de todos os esforços para a luta contra a burguesia contra-revolucionária.” O perigo externo das burguesias de todos matizes; o perigo interno da



A Sementeira (Set. 1918 e Fev. 1919)

contra-revolução; o perigo mais interno mais ainda, íntimo, do jacobinismo, manejando o terror, arma de dois gumes, em geral aplicada tanto à contra-revolução como aos que pretendem empurrar a revolução para mais frente aos herbetistas, aos Cloots, o “orador do género humano”, aos Babeuf – todos esses perigos, seria pueril ocultá-lo, são sem dúvida enormes. Mas não desesperemos. Sem necessidade de forjar grandes ilusões, afoitamo-nos asseverar que os inimigos da revolução não marcham tão pouco sobre tapetes de rosas, nem se acham livres de preocupações intestinas. Na Ucrânia, por exemplo, há uma revolta aberta de camponeses. E esperemos que a revolução caminhe sempre e saiba encontrar sempre novos entusiasmos, sempre novas energias. Contra os jacobinismos há felizmente um antídoto em acção; é o próprio movimento íntimo, directo, popular da revolução, essa força indomável que, uma vez em liberdade, cresce, e se expande, e se multiplica. Em 27 de Janeiro, publicava a imprensa um telegrama significativo: “Das conversas que um correspondente teve com vários delegados ao congresso de todos os soviets da Rússia depreende-se que os próprios povos, por meio duma verdadeira rede de municipalidades, soviets provinciais e sociedades cooperativas, é que estão tratando de resolver o problema da terra; e outros soviets, sem fazer caso de quem governa em Petrogrado, só aceitam os decretos e ordens do governo maximalista quando se adaptam a necessidades locais. Os povos da Rússia tentam agora constituir um governo de baixo para cima. Não há nenhuma autoridade central capaz de ditar, nem sequer de inspirar um princípio.” E fechamos com este insuspeito depoimento sobre a grande força criadora nas revoluções. O “governo maximalista” não é a revolução russa. [in *A Sementeira – publicação mensal ilustrada, crítica e sociologia*, Setembro de 1918, ano 3.º, 2.ª série, n.º 33 (85)]

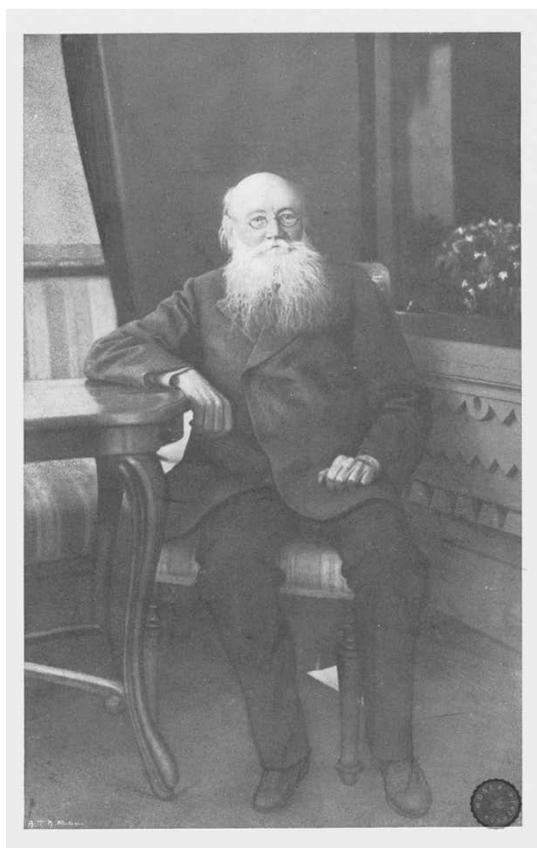
A Queda da Rússia: A revolução socialista russa não é certamente o *non plus ultra* das revoluções, e nós, se vivéssemos na Rússia fariámos, como os anarquistas russos, oposição ao governo maximalista e a todos os jacobinismos, mesmo socialistas, procurando contribuir para o alargamento das liberdades ganhas. De longe, o que sobretudo nos cumpre é o estudo dos factos, coligindo documentos e tratando de ver por eles, até nos ser possível um conhecimento mais claro e mais completo da situação, qual o caminho percorrido e quais as perspectivas de futuro. E as conclusões por enquanto tiradas, não perdendo de vista as relatividades tão apreciadas pelos espíritos realistas, afiguram-se-nos bastante satisfatórias e consoladoras. No meio das imensas dificuldades da hora presente, rodeada de terríveis inimigos internos e externos (aliados para o caso), a revolução social fez-se e mantém-se na Rússia, tendo destruído com os factos muitas calúnias e incompreensões, tendo aberto no mundo um sulco que é desde já indestrutível e do qual hão-de brotar sem dúvida messes abundantes. Certamente uma grande revolução popular, um profundo movimento de massas é um vendaval desencadeado de paixões formidáveis, umas belas e purificadoras, temíveis e maléficas outras. Mas, se não confiamos na capacidade educativa do Estado, nas ditaduras iluminadas e fadoras de progresso, nos governos que preparam... a emancipação das massas, isto é, se somos anarquistas, força nos é aceitar a necessidade da revolução, com os seus inconvenientes ao lado das suas enormes vantagens, e combater nela todas as tendências para a constituição dum novo poder, capaz de ludibriar ou deter a emancipação dos homens. E assim pesa-nos ver alguns, que dizem conservar ideias libertárias, reunirem casos de destruição e violências inúteis, jacobinismos de chefes de ocasião e suspeitas acusações de corrupção individual, para nos darem dos grandiosos e complexos acontecimentos russos um quadro pueril, esboçado com os traços sombrios duma deplorável paixão sectária. [...] [in *A Sementeira – publicação mensal ilustrada, crítica e sociologia*, Junho de 1918, ano 3.º, 2.ª série, n.º 30 (82)]

Sindicato ou soviete: [...] “Que é pois a revolução russa – perguntava *La vie ouvrière* – se não uma revolução de carácter sindicalista?” E no seu primeiro número, o conhecido militante inglês Tom Mann dava a seguinte definição: “Bolchevismo, espartaquismo, sindicalismo, tudo isso significa a mesma coisa sob nomes diferentes: a direcção completa da indústria inteira pelos próprios trabalhadores, sobre a base duma cooperação verdadeira, a da integral administração de toda a riqueza assim criada.” Assim seja! Assim seja sinceramente desejado, concebido e executado! Lá por causa das palavras, não seja a bulha. Soviete ou sindicato, por exemplo, pouco importa, tanta mais que, na Rússia, se chama ao sindicato soviete económico. Mas a questão toda está no modo de conceber o soviatismo ou mesmo o sindicalismo, e foi por isso que, sindicalistas antes e depois da letra, nunca largámos o necessário qualificativo de anarquista. Respondendo a uma objecção contra a importação do bolchevismo, Monatte pergunta: “O soviete é porventura coisa muito diversa da União local dos sindicatos? Acaso a República federativa dos soviets é coisa muito diferente do que poderia ser uma República federativa sindical?” Nós, porém, temos receio de certas contrafacções políticas, resultantes do dualismo da organização económica (soviete económico ou sindicato) e da organização política centralizada (soviete político). Nós tememos a formação duma nova burocracia, incompetente e estranha à produção, e no entanto ditando leis e regras sobre todas as coisas, por mais que se afirme, como faz Emílio Chauvelon em *L'école de la fédération*, que a nova estrutura política suprime ou neutraliza o burocratismo. Certamente, nós admitimos e sempre propugnámos uma organização de combate, estranha aos sindicatos, mais ágil e maleável do que eles, a qual, durante o longo período revolucionário, assegure a defesa da revolução. Mas a isso se deve restringir o seu papel. Se fosse só isso a ditadura proletária, tratar-se-ia apenas duma palavra antipática e equívoca, mas que, no fim de contas, não nos causaria susto. Mas o pior é quando essa ditadura vai até à intrusão na vida económica, moral

e intelectual, na reorganização educativa e técnica da sociedade. “Esta *ditadura de classe*, ou antes de *partido*, não passaria, no manejo dos homens e na prática das coisas, de um novo Estado burocrático, cuja ingerência impertinente, superintendência inquisidora e implacável centralização em breve subordinariam pela força as associações de produtores a um novo *credo* político-económico. E os produtores só teriam pão, vestuário, alojamento e meios de produzir com a condição de dar garantias completas de ordem, de disciplina, isto é, de obediência ao novo Estado e seus funcionários.” Tal é o perigo, como vê o camarada socialista Chantesais, ao examinar algumas afirmações de Lenine no *Problemas do poder dos soviets*. [...] Trata-se em todo o caso dum imenso problema que desafia o estudo e que o estimado militante sindicalista de Zurique, Brupbacher propõe à discussão, na *Vie Ouvrière*, nestes excelentes termos: “O grande perigo derivado da psicologia actual do operário é ele querer deixar o trabalho para se tornar alguma no Estado ou no soviete. Resulta daí uma hipertrofia enorme da burocracia, a formação duma nova camada de dominadores e de parasitas. Um novo partido centralista. É pois necessário estabelecer o princípio de que não deve existir governo for a da produção. Nada de burocracia, mas única e exclusivamente produtores.” Na ocasião em que isto se publicava, dizíamos nós aqui o mesmo (ver o nosso número de Maio). E ajuntávamos: única obrigação o trabalho útil e produtivo. Em troca, o direito de todos e de cada um ao pão, ao vestuário, ao abrigo, aos meios de produzir, sem nenhuma restrição de seita. E pois que, por ora, se trata apenas de sugerir temas de reflexão e de lançar advertências, queremos fechar este artigo com o enunciado de problemas que o mesmo camarada oferece ao debate: “Bolsa, bancos e troca numa sociedade sindicalista. A fábrica constitucional. A organização dos diferentes misteres numa sociedade nova. As relações da indústria com a agricultura. A administração por turnos. O comércio de exportação. As leis e contrapós na sociedade futura. A agricultura industrial. O sistema Taylor na sociedade nova. A escola sem mestre.” De entre estas questões, destaquemos a “administração por turnos”, que seria a solução do problema burocrático. Várias vezes, em conversa com militantes sindicalistas, temos chamado a sua atenção para os sistemas novos a introduzir desde já, como experiência e preparação do futuro, no funcionalismo sindical. Seria preciso, contra todos os obstáculos, ensaiar desde este momento a renovação frequente *automática e parcial* dos corpos gerentes sindicais, não por eleição, como até aqui, mas por turnos, por ordem de inscrição ou alfabética. O sindicato tem, entre os seus fins, a educação dos seus membros, tornando-os *sindicados* a valer, aptos para o desempenho de funções sociais, desde as mais modestas às mais complicadas. Cumpre-lhe chamar *todos* os seus membros à *acção sindical* sob todos os seus aspectos, começando por onde for preciso começar, como se adestram recrutas. Sem isso, o sindicato tenderá sempre para o grupo burocrático e parasitário, e a gerência colectiva da produção será mais uma função, por mais moderna que seja a fraseologia revolucionária com que encubram. Mas todos estes problemas são vastíssimos e o seu estudo exige a cooperação de todos que a nossa contribuição seria sempre ridiculamente insignificante, ainda que nos sobejassem vagues, espaço e competência. [in *A Sementeira* – publicação mensal ilustrada, crítica e sociologia, Julho de 1919, ano 4.º, 2.ª série, n.º 40 (92)]

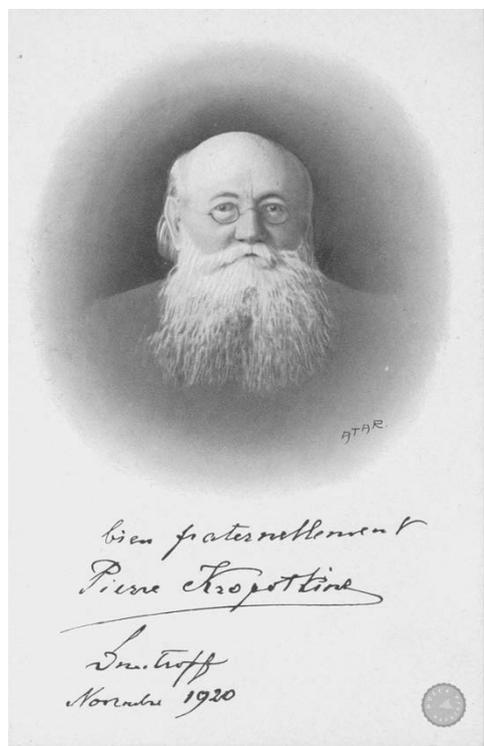
MUSEU PEDRO KROPOTKINE

Realizou-se no dia 9 de Dezembro em Moscovo a inauguração do Museu Kropotkine, instalado na própria casa em que ele nasceu na Rua Chatny. Nesse museu estão já recolhidos manuscritos e desenhos, edições das obras de Kropotkine em todas as línguas, algumas mesmo em japonês, trabalhos de geologia e de geografia, objectos pessoais, entre quais o relógio dentro de cuja caixa recebeu o plano da sua célebre evasão da prisão de Pedro e Paulo. O museu ainda não está definitivamente constituído, pois lhe faltam muitos objectos que se encontram ainda em Londres e que dali vão ser transportados para completar a colecção de todas as recordações do grande propagandista revolucionário.



Kropotkine (1842-1921),
BNP (Arquivo Histórico-Social), N61, Caixa 117-8-0

Um tal facto não seria possível em qualquer outro Estado. Kropotkine, libertário, um dos revolucionários que mais contribuiu para a propaganda do anarquismo em todo mundo, combatente irreductível do princípio da autoridade, origem de todas as opressões e violências, só podia ser glorificado num país que realizou a maior das revoluções e se propõe segundo o proclamam os bolchevistas que tomaram revolucionariamente o poder realizar a sociedade libertária, isenta de toda a coacção. O enterro de Kropotkine foi um enterro nacional e ao lado da representação do governo dos soviets erguiam-se as bandeiras negras dos anarquistas. Decorreu já um certo tempo desde a morte do célebre revolucionário russo; por isso a criação do Museu Pedro Kropotkine, sendo-lhe atribuído o antigo palácio dos príncipes de que descendia, significa que o culto pelo homem que maiores ataques dirigiu contra a sociedade capitalista e maior número de adeptos obteve continua o mesmo, por maiores que tenham sido ultimamente as divergências entre o governo dos soviets e os libertários militantes.



Kropotkine (1842-1921), BNP

Está presente ainda no espírito de todos a prisão em massa dos anarquistas russos que, coerentemente com as suas ideias, procuraram conformar os seus actos com os seus princípios, não se adaptando ao figurino que lhes impunha o governo bolchevista. E o caso de Makno, tendo conseguido organizar e federar várias comunas libertárias e sofrendo por isso a perseguição do governo central, é por demais concludente.

No entanto, todos esses anarquistas, primeiro pela sua acção combativa contra o csarismo e contra a república de Kerensky e depois tomando parte na própria revolução bolchevista e auxiliando o seu triunfo, não podiam de modo nenhum ser tomados na conta de contra-revolucionários e serem perseguidos como se o fossem. Makno, esse, cuja organização comunal estava proibida, bem como os congressos de comunas que conseguiu ver realizados, prestou com um exército voluntário de camponeses importantes serviços à Rússia invadida e não pouco contribuiu para que a república dos soviets não fosse esmagada pelos seus inimigos.

Porque se não permitiu na Rússia, que dispõe dum vastíssimo território, que os libertários fizessem as suas experiências comunistas? Não seria esse o melhor laboratório sociológico para experimentar a verdade duma doutrina cuja realização os próprios leninistas declaram ser o seu objectivo final? Pois se se transigiu com os camponeses consentindo-lhes a divisão das terras, sem se procurar fazer a cultura em grande, o trabalho colectivo, com maior aproveitamento e economia, e isto num sentido anti-revolucionário e contra as aspirações do próprio governo dos

soviets, porque não se permitiu, e numa escala afinal bem reduzida, a criação de comunas libertárias, se este era o objectivo último da revolução? E tendo sido tudo isto assim, porque se glorifica então Kropotkine, que foi durante a sua vida inteira, acima de tudo, um libertário convicto e militante?

Kropotkine não foi apenas o filósofo delineando uma nova moral, concebendo uma sociedade futura e aguardando a sua realização duma catástrofe mundial. O propagandista revolucionário foi muito mais longe: não só tomou parte no ataque contra todas as instituições burguesas, como precaver-nos a todos nós contra o perigo dum *governo revolucionário*, cuja crítica tão admiravelmente formulou. Não foi apenas um apóstolo idealista, mas um consciente combatente de toda a autoridade organizada, fosse qual fosse o seu rótulo. É notável a sua crítica à influência dos políticos na revolução francesa e o seu desacordo com os elementos que tomaram parte no movimento da Comuna de Paris, cujas hesitações revolucionárias e cujas superstições autoritárias impediram que esse movimento tivesse uma mais ampla expansão sob o ponto de vista económico, como já havia sucedido em 89. Quer isto tudo dizer que Kropotkine, mesmo sob o ponto de vista dos processos para se conseguir a transformação económica, divergia completamente dum critério de autoritarismo, fosse ele qual ele fosse. E por mais momentâneo que se afigurasse.

Mas há mais: Kropotkine, que chegou a escrever, relativamente à revolução em que se transformou uma greve geral na Rússia, ao tempo ainda do csar, que uma coisa tinha ficado de útil dessa revolução por fim esmagada a recordação das comunas libertárias estabelecidas no Cáucaso que os montanhesees haviam de conservar saudosamente na sua memória e que, por se tratar de locais quase inacessíveis, se tinham mantido durante uns seis meses, vivendo e persistindo sem nenhuma autoridade, não podia deixar de discordar da forma como o governo dos soviets se

conduzia para com todas as manifestações de libertarismo, que eram afinal o próprio espírito da revolução procurando triunfar. E de facto Kropotkine, duma maneira bem clara, neste sentindo se pronunciou lamentando o estreito centralismo do actual regime político da Rússia, ao qual atribuiu a lentidão com que se encaminha para a sociedade futura.

Todos estes factos inverosímeis – a perseguição de anarquistas, a destruição de comunas libertárias e a glorificação de Kropotkine e ao mesmo tempo a recente transigência com o capitalismo, não passam afinal de contradições da grande revolução. Factos absolutamente inevitáveis, embora consequência dum sectarismo estreito uns e de necessidades de ocasião outros? Por certo. Mas não deixa isso de valer como lição para os libertários de todos os países, onde venha a tentar-se uma revolução proletária, para se precaverem contra os percalços dum demasiado entusiasmo por um governo mesmo de operários e camponeses. Entretanto, apesar de tantos erros, contradições e hesitações escusadas, a revolução russa nem por isso perde a sua grande importância, pelo que já destruiu e pela sua aspiração, embora por enquanto bem platónica, e de que é uma afirmação o museu Pedro Kropotkine, em Moscovo. [texto não assinado; in *A Batalha, suplemento literário e ilustrado*, n.º 7, 14 de Janeiro de 1924, p. 2]

OLHOS DE LUZ ACESA (NO PLANO)

[notas sobre o princípio do cinema e *O fim de São Petersburgo*]

JOSÉ MANUEL MARTINS

Conta-se que, a dado ponto, as equipas respectivas de Pudovkin e de Eisenstein – os dois cineastas comissariados oficialmente para realizarem películas celebrativas do décimo aniversário da Revolução de Outubro – se encontravam cada uma em seu fortim, de um lado ao outro do Neva, a bombardearem ao mesmo tempo a mesma posição fronteira com cuja tomada, em ambos os casos, os seus filmes haveriam de culminar, tal como dez anos antes culminara esse troço decisivo de implantação da Revolução: o Palácio de Inverno imperial, hoje, o Museu Hermitage. Caso raro de ‘montagem paralela’ entre... duas filmagens! Neste caso, rivais. Como se uma terceira câmara-testemunha pudesse cortar alternadamente, num terceiro filme, para dois contracampos em simultâneo, defronte de um mesmo campo.

E não apenas rivais, *Outubro* e *O Fim de São Petersburgo*, Eisenstein e Pudovkin, ao nível da produção e dos seus prazos: rivais, também (por muito que partilhem o mesmo ponto de chegada), ao nível do recorte ideológico de mundo, de história e de humanidade que os seus planos cinematográficos, e as suas opções de montagem, nos oferecem em imagem. Mas – será ele exactamente o mesmo ponto de chegada?

Sem querermos intentar aqui um estudo comparativo (mas já lá voltaremos), constatemos antes ainda, e desde o início, que aquilo que, hoje, para nós irmana estes dois filmes, não é tanto essa convergência deles sobre o mesmo alvo, mas a sua pertença a um tempo que se nos afiguraria anacrónico, o tempo desse cinema de antes do cinema, desse cinema desajeitado e antiquado a caminho de o ser, que é a era dos ‘filmes mudos’. Dele se poderia dizer, porém, o mesmo que da música de Bach: ela é nossa contemporânea precisamente pela sua *historicidade*. Um passado é-o para um presente e nesse presente (pois, senão, *quando* teria ele o *carácter* de ‘passado’?), e o que essa pertença a um tempo *largo* nos traz é a coexistência (nessa largueza) de tempos diferenciados: por isso, Bach não é nem ‘de agora’ nem ‘do século XVIII’, ele pertence à amplitude *presente* da nossa *história*, do mesmo modo que o cinema mudo pertence, não ‘aos anos 10 e 20’, mas àquela unidade mais intensa e mais íntima, que é a de um *arco de tempo* que torna o cinema *cinematograficamente* contemporâneo do cinema, tal como a música é *musicalmente* contemporânea da música.

Aqueles para quem o cinema pertence mais depressa às décadas rolantes da moda e do consumo, do que a si próprio (e as multidões ávidas de outrora voltam as multidões enjoadas de hoje, com a mesma inerte abulia de multidões tocadas a unísono), aqueles para quem a imagem de Murnau ou de Pabst não forma caleidoscópio indissociável com a de Lucas ou a de Cameron, talvez lhes escape justamente a imagem de Cameron e de Lucas, da qual se julguem próximos por um efeito que é mais de época ou de pipocas do que de cinema: lhes escape aquilo que ela tem – no seu âmago – de ‘imagem de Pabst e de Murnau’, quer dizer, de *imagem cinematográfica*.

Porque quem não consiga enxergar nos ‘filmes mudos’ o extraordinário cinema que eles são (por um critério de intrínseco cinema, não por uma perfeição do consumível), não é decerto a cinema que assiste num filme de Tarantino ou de Michael Haneke – apenas a ‘um outro tipo de filmes’. E é de um amoroso e fascinante trabalho de imagem que é confeccionado este filme, *O Fim de São Petersburgo*, o segundo de uma trilogia de consagração da ideia de revolução, ou mais propriamente, da tomada de consciência da situação revolucionária por parte dos protagonistas da acção (juntamente com *A Mãe* [1926] e *Tempestade sobre a Ásia* [1928]), obras de uma complexidade e de uma autoconsistência que desafia épocas.

Pudovkin foi, juntamente com Kuleshov, seu mentor na Escola de Cinema de Moscovo em 1920, o primeiro grande teórico-prático do cinema como montagem e da montagem cinematográfica como pensamento da realidade. Por outro lado, a influência de Dovzhenko, um realizador que aqui é o montador, e figura central do cinema soviético

oficial, prolongará esta genealogia e chegará a nomes capitais da modernidade tardia e heterodoxa, como o ‘rebelde’, poético e desafortunado Sergei Paradjanov (activo entre 1950 e 1990).

Quer dizer, esta é a década em que os criadores dos filmes são também os criadores do próprio cinema, e em que ser realizador implica necessariamente ser ao mesmo tempo um teórico. A palavra de ordem dessa intensa produção teórica fundadora é: ‘montagem’, sinónimo de ‘cinema’. Mais: teorias e processos proliferam polemicamente uns a partir dos outros e uns contra os outros a um ritmo estonteante, de modo que esta não é uma década ‘experimental’ e de meras tentativas-e-erro, mas de galopantes aquisições definitivas dos meios de cinema e da sua plasmação em outras tantas obras-primas plenamente acabadas.

Tudo começou, na Rússia, com o famoso ‘efeito Kuleshov’, que todos conhecerão, e do qual Pudovkin foi uma espécie de ‘assistente de realização’ e *co-equipier* teórico.

A experiência de Kuleshov-Pudovkine (a saber: a alternância i.e., a ‘montagem’ do mesmo plano do rosto inexpressivo do célebre actor Mosjoukine com planos banais de *found footage* de diversos objectos e situações, convidando-se o público a interpretar o olhar e os sentimentos interiores de Mosjoukine relativamente a cada um desses objectos que, pelo simples facto de ele ter os olhos abertos, é suposto estar a olhar, embora o plano não o mostre a olhá-los), essa experiência com o público destina-se a mostrar que o cinema começa *com* o público (ou *com* o seu *para-o-público*) e *na* montagem, não no plano, elemento ainda indeterminado ao qual só esta dá, pela primeira (e definitiva) vez, forma. Porque, na verdade, a leitura, pelos espectadores, desse plano do rosto do actor, que é sempre o mesmo, diferencia-se a cada relação com cada plano alternante de um novo objecto ou situação (e eles maravilham-se, relata Pudovkine, ora com o ar gravemente meditativo do genial actor, ora com a pungência da sua dor, ora com a lascívia que chispa da sua mirada...), de tal maneira que se deve dizer que a montagem não resulta de uma agregação de planos, nem sequer apenas que ela ‘excede a soma das partes’, por um sobressalto gestaltista, mas que, inversamente, são os próprios planos a serem constituídos na sua individualidade e na sua ‘identidade’ cambiante a partir da montagem.

O plano resulta da montagem, e não, a montagem, dos planos: o *mesmo* plano de Mosjoukine é, de cada vez, *outro*, consoante aquele que lhe serve de contracampo. *É isto não é uma ilusão psicológica, mas uma verdade cinematográfica*, e mesmo um princípio fundamental da percepção: pois que a percepção não se engana, porque o que a percepção apercebe primariamente são justamente *todos* gestálticos, agregados complexos de elementos inter-significativos, ‘montagens’ e não unidades avulsas abstractas que uma suposta racionalidade desmistificadora quereria impingir-lhe. A apreensão da unidade significativa formada por dois planos, desindividualiza cada um deles, e a sua percepção conjunta sintetizada leva as forças plásticas e expressivas que se geram da sua concatenação a recobri-los simultaneamente a ambos. Não há um rosto idêntico, depois o mesmo plano desse rosto idêntico, e em seguida uma combinação desse plano com outros: pelo contrário, nós olhamos e seguimos o dinamismo da concatenação e, a partir dela, vemos o *plano-concatenado* (do rosto de Mosjoukine) e, nesse plano-concatenado e enquanto concatenado (diferente perceptivamente desse plano enquanto não-concatenado), nesse plano-concatenado avistamos um rosto-nesse-plano (e não simplesmente ‘um rosto’).

Mas falta dar ainda um passo mais, e a definição especificamente cinematográfica (e não meramente psicológica) do que aqui sucede já nos porá na pista do pensamento específico e distintivo de Pudovkin a este respeito: não se trata, então, da projecção psicológica, sobre o *rosto* de Mosjoukine, da sua reacção a uma *cena* por ele observada, mas da projecção do conteúdo de uma *imagem* cinematográfica (a *imagem* de uma cena supostamente observada, segundo o pacto de sequência de planos ‘objecto visto’ / ‘olhar que vê’) sobre outra *imagem* cinematográfica (a *imagem* do rosto de um observador que está a olhar). É o plano o quadro gestáltico no medium cinemático, e não o rosto, que se altera.

Assim, se podemos dizer que os olhos luminosos, irradiantes, magnéticos do personagem de Chuvelyov transportam o filme inteiro e quase o enunciam na primeira pessoa (‘as massas’, e Lénine, não aparecem!), imediatamente devemos corrigir: transportam-no *no plano*. Chuvelyov não é os seus olhos: ele é o grande plano dos seus olhos e a ‘montagem de construção’ pudovkiniana que transporta esses planos nos seus contrapontos ‘kuleshovianos’ com o grande contracampo deles todos, que Chuvelyov a princípio não compreende e ao qual ele leva todo o filme para plenamente assimilar em todas as suas nuances e implicações: o grande, o imenso contracampo da Revolução.

Esse bom gigante benévolo Chuvelyov, de face entre o grosseiro e o sublime, e cujos olhos parecem exprimir todas



as gradações que vão da ingenuidade à ira, da bondade à compaixão, do desalento à esperança, da inocência à inteligência, e do camponês ‘retirante’ ao proletário urbano, é uma espécie de rosto-de-Mosjoukine que (I) todavia só comparece como ‘rosto’, ‘personagem expressiva’, ‘psicologia’, no quadro formal do plano cinematográfico (isto é, do plano contextualizado pela sua inclusão numa construção de visualidade e de sentido, *v. g.*, numa montagem); (II) e que, para além disso, é um rosto e um olhar em evolução que ‘sofre história’, ou ‘sofre História’, e se torna naquilo que é, unicamente à escala do filme inteiro.

Quanto ao primeiro aspecto (I): é doutrina reiterada de Pudovkin que – contrariamente por exemplo aos procedimentos de um Griffith, que veicula junto do espectador os conteúdos emocionais dos acontecimentos através da sua *personificação*, da sua vivência expressiva pelos personagens, *i.e.*, das qualidades expressivas dos actores que os filtram, interpretam e projectam enquanto conteúdos psicológicos vividos – deve ser o valor plástico do plano no contexto de montagem a produzir um efeito emocional mais amplo.

Assim, um rosto pudovkiniano, ou um ‘olhar aceso’ nesse rosto, mesmo quando formando um grande plano, nunca são o foco absorvente dessa imagem, mas um elemento plástico-cinematográfico no seio da mesma, e é a esse valor plástico da ‘psicologia’ que se vão ligar, pela montagem de construção, os elementos-valor plásticos dos outros planos que, em concatenação com o primeiro, desenvolvem a cena (a memorável sequência da chávena de café e da tentativa de prisão do cabecilha da greve, alternando o rosto da mulher e o dos polícias com planos da sala e desse objecto em particular, mais a montagem ‘simultânea’ do operário que regressa pelas ruas fora, e o surpreendente desfecho dessa acumulação de elementos e de tensão de ‘suspense’, hitchcockiano *avant la lettre*, é um dos exemplos mais eloquentes desse processo de fazer cinema).

E, do mesmo modo que um rosto não esgota um plano mas é, neste, um elemento contributivo (quando Josef von Sternberg declarava ‘Marlène Dietrich, sou eu!’, num sentido oposto ao que Flaubert exprimia acerca da Bovary, e cercava a diva de uma proliferação barroca de adereços que tornavam o seu rosto fatal num elemento mais entre as



pululantes cornucópias de uma plástica triunfante centuplicando as célebres pestanas, não estava a fazer muito diferente do preceito de Pudovkin), e um rosto aparece frontal *porque o plano é frontal*, próximo *porque o plano é grande*, de perfil *porque o plano capricha em exprimir um ângulo* (uma perspectiva sobre a realidade), e é um rosto oblíquo *porque o plano é um ‘Dutch shot’*, um rosto em grande-grande plano do duplo-queixo em contrapicado *porque o plano está a caricaturar de baixo para cima (em ‘uppercut’) o poder grotesco e disforme dos corretores de bolsa e a assimilá-los à estatuária imperial-romana do czarismo*, que durante muito tempo identifica a São Peteresburgo do Poder por contraposição à futura Leninegrado das usinas; do mesmo modo também, e em geral, o princípio pudovkiniano de articulação entre o plano e a montagem reside no esquema seguinte: em escolher os elementos precisos da realidade que devem entrar na composição sintáctica do plano, simplificado e essencial ao mesmo tempo, e montar os planos contíguos por encadeamento com esses elementos seleccionados (do mesmo modo que num jogo de dominó o acerto se faz, não entre as superfícies das pedras, mas entre o número de pintas nessas superfícies).

Montagem mais entre elementos condutores no seio de um plano, do que directamente entre planos, daqui resulta a construção de um espaço e de um tempo especificamente fílmicos, mas que todavia se instilam como se naturais para o espectador graças a uma montagem clarificadora da realidade por um método ‘de construção’, e não por choque dialéctico (como em Eisenstein), nem por auto-enunciação metalinguística (como em Vertov; em que a montagem aparece ao mesmo tempo que os elementos montados, e a câmara aparece

‘industrialmente’ no meio do filme ao mesmo tempo que o faz a ele aparecer). Da importância dessas ‘pintas na peça de dominó’ desses objectos selectos, metonímicos mais que metafóricos, da realidade clarificada: o pêndulo, a estátua equestre, a pose patronal, o silvo da chaminé de fábrica, a chama da lamparina, a chávena de café, os olhos de Chuvelyov... que a montagem *vai buscar* ao meio dos planos, atrelando-os uns aos outros pelas suas entranhas, nos ocuparemos na análise cena a cena que empreenderemos mais adiante.

Quanto ao segundo aspecto (II): aquele ‘tornar-se (de um olhar, de uma consciência, de um ‘actante’) naquilo que é, face a uma Situação total com a qual se enfrenta’ designou-o Gilles Deleuze, nos seus volumes sobre cinema, ‘pequena forma narrativa’, e grafou-a ASA’ (acção-situação-acção modificada), por oposição à ‘grande forma’ narrativa, SAS’ (situação-acção-situação modificada).



Digamos que a distância que vai de uma forma à outra é tipificável pelas mundividências fílmicas respectivamente de Pudovkin e de Eisenstein, e lididamente exprimida nos seus dois filmes concorrenciais, *O Fim de São Petersburgo* e *Outubro*. Em ambos os casos, é a Situação que prepondera sobre a acção; o mundo, sobre os personagens; a História, sobre os seus actores. Mas, enquanto num caso a Situação é dada como revelada e desafia o herói/protagonista a medir-se com ela, modificando-a (repondo a lei, no Western americano, fazendo triunfar a revolução, no filme soviético), no outro, é o empreendi-

mento de um curso de acção pelo herói/protagonista que revelará aspectos de uma Situação só confusamente presente, de início, e é essa acção que, revelando progressivamente o perfil verdadeiro e total da Situação, sairá modificada no final: o camponês migrante Chuvelyov não percebe, a princípio, a estrutura objectiva da relação entre trabalho, greve, família e fome, como não percebe a relação entre indústria, contrato de estado, capital e 1ª Guerra Mundial, nem a relação histórica entre czarismo, capitalismo e revolução, etc., e por isso começa por agir por instinto imediato (furar a greve, e denunciar, para alimentar o bebé com fome), em seguida movido por um furor de justiça (ainda parcelar e insuficiente), separando cabecilhas da greve e grevistas ‘inocentes’, só mais tarde e após as duras provas da guerra e da luta podendo vir a coincidir reconciliadamente com o todo perfazido da situação histórico-social revolucionária (em processo paralelo ao da mulher do operário, que, expressando a oposição entre preservação do núcleo familiar e consagração à causa colectiva que a transcende, passa da acção egoísta pré-revolucionária de guardar a comida como ‘propriedade privada’ para a acção altruísta de partilhar as batatas do seu pobre pote de latão, porque todos os ‘operários e marinheiros’ são seus maridos, no grande casamento colectivo da Revolução).

Digamos que, enquanto Eisenstein, em *Oktober*, eleva à sua plétora o fresco monumental do *olhar da revolução*, a imagem, em Pudovkin, corresponde essencialmente à *revolução do olhar*. Do que não resulta, porém, e por tudo quanto já dissemos, uma psicologização do processo histórico, mas em todo o caso, não obstante, uma via lírica para a expressão do épico que, retirando de cena toda aquela entumescida retórica militarista e até propagandística do ‘grandioso’ mito colectivo das massas e da figura inflamadamente condottiera de Lénine (a de Trotsky seria à última hora eliminada das bobines do cinema e da História) que panfletariza de algum modo a película ideológica de Eisenstein, logra uma tal mostraçãõ do cumprimento da Revolução na figura singular de cada homem, um tal apaziguamento poético do desenlace, uma tal abdicação enfática de ostentar a glória das massas (pelo contrário, filmando de costas pequenos grupos simplesmente humanos), que melhor cumprirá os ideais pacifistas de um ‘mundo socialista’ até por isso concebido mais como *construção* do que como *dialéctica*, mais como *cumprimento* do que como *enfrentamento*. E, nisso, a opção de montagem é uma opção de pensamento político total, expressão estrutural de uma interpretação doutrinária de fundo em que a diferença de filmes é uma diferença de realidades porque, nos dois casos, ela é uma diferença de processos.

Compreende-se o paradoxo de um cinema dos primórdios que alimenta a sua criatividade a partir dos próprios constrangimentos técnicos a que está sujeito: a imagem tem apenas uma outra imagem para se apoiar (assim como na ‘montagem’ ou construção de uma abóbada todas as peças se apoiam em todas), sem a caução de um mundo sonoro que por assim dizer perfaça o sortilégio da sua realidade e a deixe repousar tranquilamente nela própria: e esta realidade, travada de mudez, amputada de ‘realismo’, vê-se obrigada a tornar-se eminentemente mostrativa. Aquilo que é mostrado o plano concorre então para mostrar além do que é mostrado pela montagem. A imagem ultrapassa a imagem.

É neste contexto que se compreende um outro momento de convergência dos dois filmes rivais e de três dos cineastas neles envolvidos: Alexandrov e Eisenstein, da parte de *Outubro*, e Pudovkin, da parte de *O Fim...*, que co-assinam em 1929 a célebre peça teórica em que se pronunciavam em tom de manifesto sobre o futuro do cinema, ameaçado pela chegada do sonoro, numa lição que consiste em propor o uso do som, não como redundância intradieética (ex.: ouvir as palavras da boca que se está a ver falar), mas como elemento acrescido de complexificação do engendramento de significação pela montagem. O que tenderia a implicar a relativa independência da pista acústica relativamente à visual, e a recombinação inventiva de ambas numa unidade-síntese n-dimensional de possibilidades inesgotáveis. Pudovkin realizou-o corajosamente (e fracassadamente) em filmes dos anos 30, Marguerite Duras, ‘os Straub’, e Jean-Luc Godard, cada um a seu modo e para grande desespero dos cinéfilos mornos, recorreram ao implacável rigor dessa liberdade para refundarem o cinema e o relançarem em direcção a um futuro que saberá reencontrar a virtuosidade ‘intermedial’ da técnica como *modo de pensar*.

Bernardo Bertolucci evocou um dia o episódio de como passou a colaborar com Sergio Leone na escrita do argumento de *Aconteceu no Oeste* (1969). Encontrando pela primeira vez o realizador sénior, e inquirido por este sobre o que tinha a dizer sobre o seu cinema, retruca Bertolucci, ao fim de muitos monossílabos de parte a parte: Bem, é a maneira como filma o traseiro dos cavalos. A convenção é dá-los na elegância do perfil, no garbo dos três-quartos, mas o senhor escolhe mostrar-lhes os rabos: a solidez, o élan dos quartos traseiros. E foi contratado.

‘São Petersburgo’, logo à chegada do camponês faminto [5’ 50’’], abre com um traseiro equestre de uma estátua em contrapicado. São Petersburgo é aquele rabo da estátua, aquele rabo final histórico de um regime hirto, é a nobreza da pose virada do avesso, a escatologia suja e os fundilhos das fachadas. Subtil ambiguidade: a irrisão e o desrespeito do *cu do cavalo* não anulam por completo o centauro solene, mas o contrapicado, ali, tanto significa o gesto da elevação como uma espreitadela licenciosa, camponesa.

Antes do contrapicado dos equestres, o dos moinhos. Para os que se habituaram a celebrar nos planos dos vasos, em Ozu, ou nos das nuvens em *Elephant*, de Gus van Sant, a imagem-tempo por excelência, o puro fluir da duração, eis aqui um precursor.

E que precursor! Há nele céus de diversos tipos. Os planos de céu de nuvens fixas e brilhantes põem o ciclo do campo e fecham cosmicamente a Natureza, como uma concha de terra e de azul. Os planos de nuvens volantes (numa inesperada solução de *fast motion*) não apenas indiciam o passar de um tempo *mais longo do que esse movimento*: essas nuvens *são* esse tempo perpassante. Mas não é a duração meditativa nem uma ontologia do tempo (que melhor seriam servidas por uma pensatividade branca e gasosa das nuvens lentas, e pela sensação de nada mais haver senão o tempo do haver), aquilo que Pudovkin busca: é o transcurso dos lapsos de tempo, que ele resume ostensivamente *enquanto tempo*, mas não experimenta enquanto *sensação* do tempo que passa enquanto passa. Digamos que estes lapsos traduzem o transcurso do tempo e o evoluir da situação, mas que o modo contraditório como o fazem (o de uma brevidade longa) introduz já uma tensão entre espera e impaciência que, na viagem do campo para a cidade, se fará, de Natureza, em História – o tempo da polis, o tempo politizado do aguardar e do agir.

O cosmorama faz signo: algo está para se passar: um ‘fim’, e um início (num filme que começou com um nascimento que força a Natureza a tornar-se História).

Um terceiro tipo de plano de céu recorre a uma combinação que se repetirá amiúde e que entra na assinatura estilística de Pudovkin, a combinação periclitante, formalista, de um contrapicado íngreme, caindo de costas, com um ‘plano holandês’ (esse idiomático esquinhar do plano que o converte numa espécie de losango empinado e desequilibrado inscrito no quadrado ortogonal do caixilho). Nesta particular armação de espaço, vai figurar então um elemento com múltiplas funções, a primeira das quais é a de instalar o *axis mundi*, confirmando os anteriores planos alternantes de ‘concha’ céu/terra delimitadores do mundo campesino, e unindo agora num só plano vectorial esses dois quadrantes do espaço: são os moinhos de vento. É agora um duplo movimento que se acrescenta aos anteriores e às primeiras nuvens lentas, ‘sonhadoras’, que avistamos: o da câmara, lateral e muito lento, e os das pás giratórias, que um ângulo agudo e muito próximo, após uma canónica tomada de vistas frontal-central, transforma em lâminas irregulares de um tempo segador. O nosso moinho é agora um relógio, e mesmo um sincronizador – dos tempos da natureza e da história. Esse girar é o tempo que passa, não o que os ponteiros estáticos anunciam que passou; o mostrador de relógio montado nessa coluna vertical da torre de moinho torna-se, ao olhar da câmara, expressivo como todos os objectos em grande plano, que devêm rostos. Deleuze explica como um rosto funciona a dois tempos *por tendência matriz sobre placa imobilizada*, num acontecimento intransitivamente cinematográfico extensível de humanos a objectos, desde que constituídos, estes, em grandes planos. Moinho, mostrador de relógio, rosto do Tempo: e bem o via e bem o dizia Cervantes, tendo-o escondido dos tolos de Pança cheia através do personagem ilusório de um delirante extra-lúcido.

Estes planos onde se vão acumular quatro mobilidades descompassadas intersectam aqueles outros que descrevem a vida de camponês, os planos do estado de coisas e da estabilidade, e urgem a ruptura. Mas uns e outros manifestam

movimentos lentos num tempo longo, e a cadência da montagem segue o mesmo padrão do que se passa em cada plano.

No momento seguinte, caminhando por uma vereda, os camponeses são apanhados pela névoa baixa da poeira da terra seca, apenas para essa neblina material regressar ao plano do grande moinho, pela primeira vez ultrapassado por uma panorâmica à esquerda numa imagem que a pouco e pouco fica desfocada, enevoada, e que se transforma num movimento de translacção, substituindo, sobre a terra, o movimento das nuvens e dos ‘ventos da História’ por um travelling de viagem da direita para a esquerda (uma estrada, um caminho de ferro) que avista ao fundo um enfileiramento de moinhos esbracejantes (para contrastar tempo histórico e tempo cíclico), depois, da esquerda para a direita, e finalmente jogando com a ilusão gestáltica do movimento aparente e deixando correr as nuvens sobre uma câmara estática: ensinando com Einstein (não com Eisenstein) que uma viagem é uma deslocação de um móvel relativamente a um referencial fixo, em que móvel e imóvel são reversíveis de facto e de direito; e, quando o movimento que se regista na imagem não é o de *coisa nenhuma*, mas apenas o da *relação*, reversível, do móvel com o imóvel (já não como num mostrador ou como num rosto, em que *algo* se move), a imagem que temos diante de nós (ou a imagem em que nos encontramos) não é uma imagem-movimento: é uma imagem-tempo.

E é uma imagem-tempo, insistindo no horizonte do campo raso e despedindo-se de um mundo em silhuetas — e não um comboio ou um carro de bois —, que nos leva a São Petersburgo. Essa direcção é a do Palácio de Inverno, e, em 1917, será a da Revolução. Nuns olhos um momento acesa era também essa a direcção da História, que um século adiante, retrospectivamente, olha, tal como o seu anjo de 1927 arrastado pelo vento, uma vez mais para trás: para os planos montados, para o seu cinema. Sim, o filme prossegue ainda, até à vitória. Mostra o caminho hegeliano da consciência até si própria e daí até ao acontecimento do mundo. Depois, acaba — e começa o futuro. Que é onde ainda hoje nos encontramos.

SOBRE UM LIVRO DE CARLOS TAIBO

CARLOS JÚLIO

Nos cem anos da Revolução Russa de 1917 vários autores assinalaram a data com novos estudos e novas abordagens sobre o movimento social e político que esteve na origem de uma das maiores transformações revolucionárias dos tempos modernos.

Carlos Taibo, um especialista na História da Rússia (tema que leccionou na Universidade Autónoma de Madrid durante vários anos) e de quem acaba de sair uma reedição do seu livro *Historia de la Unión Soviética. De la revolución bolchevique a Gorbachov*, publicou um estudo sobre a actuação dos anarquistas durante o período revolucionário de 1917-1921, *Anarquismo y revolución en Rusia (1917-1921)* (Editorial La Catarata, Madrid, 2017, 288 pp.).

Apesar de haver muita bibliografia sobre esta época, e também sobre o anarquismo militante — que sempre foi prolixo na edição de jornais e outros órgãos impressos —, Carlos Taibo apresenta uma obra de grande fôlego, sistematizando a informação disponível e situando o movimento libertário no contexto mais geral do populismo russo e, sobretudo, no papel do *mir*, a comuna russa, que tem similitudes com a “comuna libertária” defendida pelos anarco-comunistas em geral.

Anarquismo e Revolución en Rusia, 1917-1921 divide-se em nove capítulos e num prólogo em que o autor traça em revista, embora de modo sucinto, as origens do anarquismo na Rússia e a sua evolução até aos primeiros dias da revolução russa, dando especial destaque ao período compreendido entre 1917 e 1921 e, sobretudo, a movimentos como o dos soviets e conselhos de fábrica; a revolta de Kronstadt ou a *machnovitchina*.

Partindo dum posicionamento libertário que não esconde, Carlos Taibo destaca que “com excepção dos casos da revolta de Kronstadt e da *machnovitchina*, em relação com os quais há, certamente, algum esforço de descrição de factos, o meu maior propósito foi analisar em traços gerais o anarquismo russo, determinar a sua relação com a galáxia dos diferentes movimentos populistas e, sobretudo, avaliar o confronto entre bolcheviques e libertários que teve lugar entre 1917 e 1921. Neste sentido, mais do que situar os anarquistas na sociedade russa e de descrever a sua confrontação com o capital e o Estado, o meu objectivo principal consistiu em envolvê-los no magma dos movimentos de vocação emancipatória”.



Segundo Carlos Taibo, o movimento especificamente anarquista teve altos e baixos entre as revoluções de 1905 e 1917, aumentando progressivamente a sua influência, logo a seguir, nos primeiros meses de 1917, e cita dados apresentados por Archinov segundo os quais, nesse ano haveria “entre 30.000 e 40.000 anarquistas no conjunto do país”, enquanto em princípios de 1918 os anarquistas “estavam presentes em 73 cidades russas – entre 1917 e 1921 viram a luz, no total, uma centena de periódicos e revistas libertárias”.

O autor salienta que, entre os principais traços da presença anarquista na Rússia, “o primeiro foi, sem dúvida, a debilidade organizativa, resultado, antes de tudo, da ausência de uma organização libertária unificadora, como foi a Confederação Nacional do Trabalho (C.N.T.) no caso espanhol, e a falta de um programa compartilhado pela maioria dos militantes e grupos. Esta dupla circunstância contrastava poderosamente com a férrea organização dos bolcheviques, dotados de um programa mais ou menos claro, aplicado a maior parte das vezes sem contemplações”.

Carlos Taibo refere que, rapidamente, após Outubro o poder bolchevique começou a controlar a sociedade no seu conjunto e a reprimir fortemente todos os focos de contestação, concebendo-se os bolcheviques a si próprios como uma “vanguarda omnisciente que devia guiar as massas ignorantes e que, por isso, era portadora de uma sabedoria que garantia certezas” e levando à destruição daquelas que tinham sido as principais bandeiras dos revolucionários russos: “os soviets, os conselhos de fábrica, os sindicatos e as comunas rurais”, paulatinamente substituídos pelo aparelho partidário bolchevique.

É neste contexto, a que se associa a fome e a miséria, que surge a revolta de Cronstadt, a velha base naval que esteve sempre associada aos movimentos revolucionários desde 1905. Carlos Taibo reconhece ser “evidente que houve anarquistas na revolta de Cronstadt. Mas é preciso reconhecer, no entanto, que ela assentou num movimento sobretudo espontâneo, e heterogéneo, de carácter anti-autoritário. Nele encontraram-se, junto aos anarquistas, socialistas revolucionários de esquerda e – como se sabe – muitos dos bolcheviques locais”.

O fracasso da sublevação de Cronstadt e a violenta repressão bolchevique, dirigida por Trotsky, marcam também “o fracasso das iniciativas que tentavam recuperar, na Rússia e nos países limítrofes, o horizonte de uma revolução social articulada desde baixo, sem burocracias nem dirigentes, acompanhada do desígnio de devolver aos proletários e aos camponeses o protagonismo que lhe tinha sido tirado. Ida Mett defendeu, a este respeito, que a insurreição se produziu na fronteira de duas épocas, já que, por um lado, pôs fim à fase espontânea e popular da revolução, carregada de esperança e, por outro lado, seguiu-se-lhe a consolidação de um regime marcado por imposições. Que Cronstadt, apesar da prudência do que reivindicava e da valentia dos que o faziam, foi um fracasso, testemunha-o um facto preciso: longe de abrir caminho ao autogoverno popular permitiu que se consolidasse a ditadura que era o objecto da contestação. Esta última instalou-se em plenitude dentro do próprio partido bolchevique. Para Anweiler, em suma, “Cronstadt foi um último sinal da agonia de um país esgotado, e não a bandeira da *terceira revolução*”, escreve Carlos Taibo.

Um dos capítulos deste livro é também dedicado a Makno e à *makhnovitchina*, que se desenvolve na Ucrânia entre os Verões de 1918 e 1921, “numa permanente confrontação bélica, primeiro com o invasor austro-alemão, mais à frente com os exércitos brancos e depois com os bolcheviques” e que Carlos Taibo define também como um movimento que teve um “carácter genericamente mais libertário do que uma condição estrita e doutrinariamente anarquista”.

Depois do esmagamento de Cronstadt e da *makhnovitchina*, da morte e da prisão de milhares de revolucionários, muitos deles anarquistas, e do exílio de muitos outros, o poder bolchevique consolida-se, ainda que surjam motins, revoltas e levantamentos populares em diversas regiões, em que participaram os libertários que ainda restavam, como é o caso das revoltas agrárias destacadas por Carlos Taibo.

Já no final do livro, o autor sintetiza os principais elementos abordados na obra, referindo, nomeadamente, entre outros aspectos, que a propalada revolução socialista de Outubro na Rússia nunca o foi. *Tal como sugere Rabinowitch, do dia para a noite, [os bolcheviques] deixaram de ser rebeldes para se converterem em governantes. E nessa mutação deixaram para trás aquilo em que acreditava uma boa parte dos que apoiaram a revolução de Outubro, incluindo muitos bolcheviques: o desejo de instaurar uma democracia socialista plural e igualitária* – escreve Taibo.

Carlos Taibo sublinha também que “o formidável talento táctico de Lenine contrastava poderosamente com o seu escasso talento estratégico, e (...) é legítimo afirmar que esta última carência tinha algo que ver com uma leitura muito polémica e marcada da obra de Marx. Acrescento, em segundo lugar, que a consideração da conduta de Trotsky nos anos que foram objecto de atenção neste livro leva a concluir que os fluxos autoritários que permitiram exaltar Estaline foram desenvolvidos, em boa medida, pelo próprio Trotsky (e por outros, claro). Enquanto apostava no fim da autonomia dos soviets e comités de fábrica, e se inclinava para instaurar fórmulas de inquietante militarização do trabalho, nesses anos Trotsky não teve quaisquer dúvidas em silenciar as reivindicações das oposições que se revelavam dentro e fora do partido bolchevique. O importante, segundo parece, não era o que se fazia, mas quem o fazia...”

Sobre a actuação dos anarquistas na Rússia durante este período, Carlos Taibo assinala que, embora influentes, “nunca deixaram de ser uma minoria”. Ainda que a maioria dos trabalhadores partilhasse a necessidade de “uma

direcção operária nas fábricas e que na maior parte dos casos tenham apoiado o desaparecimento dos seus antigos proprietários”, “não era a maioria dos trabalhadores que partilhavam, ou pelo menos que partilhavam na totalidade”, as propostas anarquistas.

Estes, divididos em inúmeros grupos, tinham também dificuldade em imporem-se ao bem organizado partido bolchevique, o que deu lugar a acesas polémicas sobre a necessidade e a imperatividade da organização no campo anarquista. Carlos Taibo não a esconde e diz que esta discussão “permanece ainda hoje em aberto”.

Se, por um lado, há os que ratificam o diagnóstico como verdadeiro [a falta de uma organização que unisse os anarquistas russos], por outro lado há quem afirme que uma organização tipo guarda-chuva era literalmente inviável e, por isso, indesejável, num cenário em que o risco de burocratização, e de integração numas ou noutras instituições, era muito forte. A esta divisão se associou outra, se se quiser: a que nascia da recordação das divisões, em geral graves, que separavam anarco-comunistas dos anarco-sindicalistas – conclui Carlos Taibo.

ADRIANO BOTELHO [um anarquista açoriano desconhecido na sua terra]

TEÓFILO BRAGA

No dia 26 de julho de 1989, o jornal *Correio dos Açores* noticiou o surgimento de uma nova edição da Secretaria Regional da Educação e Cultura, da Região Autónoma dos Açores: o livro *Adriano Botelho – Memória e Ideário*, uma antologia de textos organizada e prefaciada por Carlos Abreu e João Freire. A notícia referida, talvez a única num jornal açoriano em que o nome de Adriano Botelho (1892-1982) é mencionado, e uma pequena nota biográfica, da autoria de Carlos Enes, inserida na *Enciclopédia Açoriana* (1), são a prova de que os poderes instituídos estão mais interessados em dar a conhecer intelectuais amorfos, políticos retrógrados, pretensos fidalgos e quejandos, esquecendo-se de gente séria, modesta e boa e de quem perfilha ideias progressistas e/ou age para acabar com uma sociedade injusta.

Nesta pequena nota, pretende-se por um lado homenagear o anarquista açoriano que não traiu os seus ideais e dar a conhecer um pouco da sua vida e obra para que não caiam no esquecimento e sirvam de exemplo às novas gerações.

Adriano Inácio Botelho nasceu em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, a 12 de setembro de 1892, tendo lá residido até 1907, ano em que foi viver para Ponta Delgada, ilha de São Miguel, onde completou o curso dos liceus, em junho de 1909.

Embora tenha ouvido falar, por volta dos seus 12 ou 13 anos, através do seu professor de História, Geografia e Francês do liceu de Angra do Heroísmo, onde frequentou os primeiros cinco anos, de socialismo que era segundo aquele “a doutrina da igualdade económica” e se ter sentido “entusiasmado por esse sociedade, em que não haveria pobres e ricos”, até 1909, ano em que saiu de São Miguel não tinha “ideias político-sociais assentes”.

Chegou a Lisboa em outubro de 1910, onde se matriculou na Escola Politécnica com o objetivo de concorrer à Escola de Guerra. Como os estudos não correram bem, foi para Coimbra pouco depois da instauração da República, tendo aí acompanhado a agitação que “reclamava os cursos livres e a criação duma faculdade de Direito em Lisboa”. Foi nessa ocasião que aderiu ao anarquismo, tendo lido “o livro do Dr. Eltzbacher sobre as doutrinas anarquistas” bem como vários livros de Pedro Kropotkine que adquiriu e que Aurélio Quintanilha lhe emprestou.

Em junho de 1914 abandona Coimbra sem ter terminado a licenciatura em Ciências e foi para Lisboa. Como encontrou dificuldades em conseguir um emprego pensou ir para Paris e depois para os Estados Unidos da América, onde tinha familiares, tendo para tal regressado nos fins de 1914 para os Açores para dali seguir para a América do Norte.

Terminada a Guerra e cansado de esperar pela ida para os Estados Unidos, regressou a Lisboa em setembro de 1919. Foi aí que, através de Aurélio Quintanilha, também natural de Angra do Heroísmo e seu colega no liceu e na Universidade de Coimbra, contactou com Alexandre Vieira, diretor do jornal *A Batalha*, tendo passado a colaborar com aquele jornal numa secção sobre o movimento sindical e libertário estrangeiro.

A sua maneira de ser fazia com que tivesse dificuldade em manter relações sociais e mesmo conversar só o fazia e pouco com quem se entendia bem. Além disso, a sua entrada para organizações libertárias, onde segundo ele “a principal colaboração foi dada por escrito, atirando como o sementeiro com o grão à terra, mas deixando que este se desenvolvesse por si, onde encontrasse terreno propício”, deu-se forçando-se um pouco a si próprio.

Após a Primeira Conferência Anarquista da Região Portuguesa que se realizou em maio de 1923, em Alenquer, e onde foi constituída a UAP – União Anarquista Portuguesa, foi constituído um grupo de que Adriano Botelho fez parte, por sugestão de outro açoriano, também natural de Angra do Heroísmo, António José de Ávila, que mais tarde se designou “O Sementeiro”. Adriano Botelho, também, fez parte do C. R. (comité de relações) da Federação Anarquista da Região Centro, uma das federações regionais em que a UAP estava organizada.

Em 1926, Adriano Botelho foi nomeado para o Conselho Confederal da CGT – Confederação Geral do Trabalho, organização anarco-sindicalista criada a 13 de setembro de 1919, onde se manteve até 1931, ano em que pediu a demissão e escreveu o folheto *Da Conquista do Poder*.

Francisco Quintal, na nota introdutória à reedição do folheto feita, em 1979, pelo grupo “Cultura e Ação Libertária” (2), justifica a mesma pelo facto de constituir “uma demonstração clara e eficiente da inutilidade do Estado” e pela sua atualidade então, e dizemos nós ainda hoje, pois vivia-se “numa época em que o corpo do Estado, em plena decomposição, está a ser assaltado por uma multidão de necrófilos constituída por aqueles que, hoje mais assanhados do que nunca e ostentando rótulos que não correspondem às suas ambições, pretendem conquistá-lo [...] procurando assim reviver o estafado lema de que o poder é necessário como guia orientador dos povos”.

Em 1932, Adriano Botelho, a pedido de Mário Castelhana voltou para o Comité Confederal, sendo este responsável pela criação do comité que preparou a Greve Geral de 18 de janeiro de 1934, que não contou com a sua presença.

A entrada de anarquistas espanhóis para o governo, durante a Revolução Espanhola de 1936-1939 causou, em Adriano Botelho, “uma profunda revolta, cheia de ódio contra os prevaricadores e seus defensores” que se convenceu “de que o que era mais necessário era a divulgação das doutrinas anarquistas” e convencido que não assistiria ao derrube do regime fascista começou “a distribuir jornais e folhetos, entregando alguns a camaradas de Almada e enviando outros para Edgar Rodrigues, no Brasil”.

Embora sempre dissesse que não queria voltar a participar na atividade da CGT, acabou por aceitar pertencer ao grupo que tentou a sua reconstituição, quando os resultados da Guerra de 1939-1945 começaram a ser favoráveis às “democracias”, tendo feito parte dos comités confederais até ao seu desaparecimento por volta de 1965.

Adriano Botelho, que sempre preferiu o movimento específico anarquista, dedicou quase toda a sua vida a divulgar os ideais em que acreditava, tendo sido, segundo Correia Pires (3), um “excelente jornalista e não houve nenhum jornal anarquista no tempo que não colaborasse e até nos jornais operários como *A Batalha*, *A Comuna*, *A Aurora* e muitos outros”.

Depois do 25 de abril de 1974, Adriano Botelho continuou a sua labuta, tendo colaborado com a *Voz Anarquista* e em maio de 1974 escreveu o texto “Ao Povo Português”, onde mostra alguma esperança na construção da sociedade que ele tanto almejou, uma “sociedade baseada na completa liberdade dos indivíduos, simplesmente limitada pela liberdade igual dos restantes.” Segundo ele, na sociedade pretendida haverá a “socialização (não nacionalização) de todos os meios de produção (terras, fábricas, minas), entregues aos próprios trabalhadores, para serem utilizados em benefício da coletividade e não de minorias parasitárias” e onde “será abolido o escravizante regime do salariado e cada um produzirá segundo as suas forças e consumirá segundo as suas necessidades. Aliás esta é a forma praticada no seio de todas as famílias moralmente constituídas.”

Nos seus escritos, Adriano Botelho abordou os mais diversos temas de que são exemplo a história do movimento operário e anarquista em Portugal, a luta contra o salazarismo, os acontecimentos no estrangeiro, nomeadamente os associados à Revolução Russa e à Guerra de 1936-39 em Espanha, a organização e a propaganda anarquista, o sindicalismo, a religião e a ciência, os espetáculos imorais, etc., etc.

Sobre as touradas de praça, um dos espetáculos imorais referidos, Adriano Botelho escreveu, a 10 de agosto de 1925, no suplemento ilustrado d’*A Batalha*, o seguinte: “...fazem-se por outro lado reclames entusiastas de espetáculos, como as touradas de praça onde por simples prazer se martirizam animais e onde os jorros de sangue quente, os urros de raiva e dor e os estertores da agonia só podem servir para perverter cada vez mais aqueles que se delectam com o aparato dessa luta bruta e violenta, sem qualquer razão que a justifique” e acrescentou: “E caso assombroso! já se chegou até ao arrojo de se condecorar por atos de filantropia um toureiro qualquer, digno filho da Espanha fradesca e reacionária, como se na arte de atormentar barbaramente animais – quase sempre colocados em desigualdade de circunstâncias para a defesa – pudesse haver algo de generoso e altruísta”.

Tendo vivido apenas cerca da quinta-parte da sua vida nos Açores, Adriano Botelho escreveu muito pouco sobre a sua terra natal. Com efeito, sobre os Açores apenas conhecemos o texto “Independência dos Povos” que foi publicado pela primeira vez no n.º 24 da *Voz Anarquista*, de Agosto de 1977.

No texto mencionado, depois de mencionar que a situação dos Açores é diferente da “dos outros povos colonizados por Portugal, na África, Ásia e América”, onde os seus habitantes foram escravizados e alguns vendidos “como animais de carga”, Adriano Botelho afirmou que “nas camadas populares não existem, em geral, ideias de integração na república norte-americana e muito menos aspirações separatistas”.

Segundo Adriano Botelho, apenas “alguns magnatas da ilha de S. Miguel, preocupados sobretudo com a situação que lhes possa melhor garantir a sua privilegiada posição”, sem muitos seguidores nas outras ilhas, terão aspirações separatistas. O povo, por seu turno, escreve Adriano Botelho “continuará explorado e oprimido, evidentemente enquanto estiver sob o domínio de qualquer Estado: açoriano, português ou norte-americano, pois só com o desaparecimento desta instituição, como aliás em todo o mundo, é que ele conseguirá libertar-se integralmente”.

Notas:

1.) <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/?id=7376>

2.) http://moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/components/com_library/texts/14_BNP_AHS38r3.pdf

3.) Introdução ao folheto “Ao Povo Português”.

Bibliografia: Abreu, C., Freire, J. (1989). Adriano Botelho memória e ideário (antologia de textos). Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais; Botelho, A. (1974). Ao Povo Português. Almada: Delegação de Almada do Movimento Libertário Português.

CARLOS DA FONSECA [1940-2017]

JÚLIO HENRIQUES

O historiador Carlos da Fonseca faleceu em Paris, no dia 9 de Maio, na sequência de uma doença com que se debatia, quase secretamente, há muitos anos, e que a partir de certa altura muito debilitou a sua actividade de autor.

Historiador do movimento operário e do anarquismo em Portugal, lega-nos, em particular neste domínio, uma obra considerável, das reedições comentadas de “textos esquecidos” aos quatro volumes, essenciais, da sua *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* (Europa-América), passando por volumes como *Integração e Ruptura Operária* (Estampa). Os seus últimos livros conhecidos, *Para uma Análise do Movimento Libertário em Portugal* e *O 1º de Maio em Portugal*, foram publicados pela Antígona, editora em que participou à distância, ao longo dos anos, como atento conselheiro.

Carlos da Fonseca nasceu em Peniche, onde começou a trabalhar aos 11 anos de idade, passando por diversos e provisórios ofícios. Nos anos 60, refractário ao exército colonial, exilou-se em França, onde fez sérios estudos universitários, primeiro na Universidade de Paris VIII (Vincennes), depois na École Pratique des Hautes Études, onde se acentuou a sua vocação investigativa. Foi professor de história e cultura portuguesa na Universidade de Paris VIII e investigador na Sorbonne. Juntamente com Américo Nunes, António José Forte, Francisco Alves e outros amigos, fez parte da primeira tentativa de organização de um círculo português inspirado nas teses da Internacional Situacionista.

Personalidade de uma obstinada discrição, pode aplicar-se-lhe o verso *programático* de Luiza Neto Jorge: “Não me quero com o tempo nem com a moda”. A sua veia satírica, embora pouco exposta, surgiu por vezes em textos não assinados, como “Desratização”, publicado na *Pravda – Revista de Malasartes*, em que investe contra os “fabricantes de opinião”: *Subindo pelos canos de esgoto do vedetariado servil, invadiram a imprensa, instalando-se nas redacções, para daí contagiarem, com visível perigo sanitário, as crédulas populações através de doses de informação mercenária.*

A sua obra de historiador rigoroso e influente está a necessitar de uma atenção redobrada. Nestas toscas linhas, daqui saudamos a sua memória de homem inteiro.

DUAS NOTAS DE LEITURA

JÚLIO HENRIQUES

I. [Marc Badal, *Vidas a la intemperie – Notas preliminares sobre el campesinado*, Ediciones Campo Adentro, Madrid, 2014]

Não parece ser frequente encontrar-se uma tão profunda apreensão da cultura camponesa em textos de aparência sucinta. Nesta obra de duzentas páginas, redigida com esmerada pluma e em que à limpidez do estilo se associa uma visão de grande acuidade, Marc Badal Pijuan percorre um mundo que conhece por dentro e de que faz parte: participa desde há anos em diversos colectivos e movimentos sociais agroecológicos na Catalunha e noutras partes do Estado espanhol, e tem publicado trabalhos relacionados com a prática destas experiências e com a situação do meio rural, designadamente o Archivo de Semillas da Fundación Cristina Enea, de Donostia (San Sebastián), no País Basco.

Este livro, constituído por uma ponderosa sequência de textos curtos, divide-se em dois capítulos: “Os outros e os camponeses” e “Os camponeses e o mundo”. O seu prefaciador cita um significativo passo da trilogia dedicada por John Berger ao desaparecimento do mundo camponês na Europa, *Into Their Labours*, em que este diz, no volume *Pig Earth*: [...] *despachar a experiência camponesa como algo que pertence ao passado e é irrelevante para a vida moderna; imaginar que os milhares de anos de cultura camponesa não deixam nenhuma herança para o futuro, simplesmente porque esta quase nunca adquiriu a forma de objectos perduráveis; continuar a sustentar, como se sustentou durante séculos, que é algo*



em baixo: Maria de Lurdes Afonso e Luís Oliveira;
em cima: Eduarda Feio, Carlos da Fonseca e Júlio Henriques.

marginal à civilização: tudo isso é negar o valor de demasiada história e de demasiadas vidas. Não se pode apagar uma parte da história como quem traça um risco sobre uma conta saldada.

É com esta consciência bem presente que Marc Badal persegue o fio de uma história soterrada, que faz remontar à comuna camponesa preexistente à Rússia soviética e se estende às arruinações nossas contemporâneas, visíveis a olho nu. Mas a sua abordagem, recorrendo a muitas fontes além das suas próprias, directamente vivenciadas, não é a de uma narratologia historicista que vai seguindo uma cronologia convencional. É mais a de uma imersão sensível e lúcida nos contraditórios meandros de que esta história é feita, incluindo as funestas miragens modernizadoras que se apoderaram da agricultura concebendo-a como uma extensão da indústria.

Em muitas das meditadas páginas deste livro, arquitetado como um *opus* musical cujos temas se revisitam uns aos outros em diferentes compassos, andamentos e cromatismos, há passagens que são de índole aforística, como quando o autor aborda “o olhar do camponês”, que podia registar um número imenso de significações imperceptíveis para os outros, mas não via aquilo que mais chama a atenção do cidadão quando este se desloca ao campo: a paisagem. “O mundo do camponês desapareceu. Deu lugar ao mundo de que procedem os turistas. Mudámos de um mundo sem paisagens para paisagens sem mundo.”

Não se julgue, porém, que este livro é um nostálgico cântico a finados. A sua razão de ser e a sua energia são o contrário disso. *Os camponeses foram-se da Europa, mas podemos encontrá-los noutras terras. São a maioria dos que nadam em redor do bote salva-vidas de [Garrett] Hardin. Os que alimentam os restantes nadadores. Trabalham a terra que não foi usurpada pela agro-indústria. Os seus sistemas agrários continuam vivos e chamaram a atenção de distantes discípulos de Chayanov. [...] A agricultura industrial encontra-se num beco sem saída. Ineficiente, tóxica e dependente de recursos cada vez mais escassos, a sua trajectória é uma contínua fuga para a frente. Por isso, [os discípulos de Chayanov] procuram novos caminhos para a produção agrária e estão convencidos de que os camponeses lhes podem dar pistas. Foram ao seu encontro para aprender com eles.*

É para aprender que este livro foi escrito; para criar o que se impõe criar num universo político cuja decadência, disfarçada de dinamismo, se vê no barómetro dos seus insistentes e infundáveis desastres, tanto exteriores como interiores.

Marc Badal lembra um *pormenor* essencial: “O triunfo histórico do Estado moderno não podia completar-se enquanto permanecessem as comunidades aldeãs.”

II. [Horácio Martins de Carvalho (org.), *Chayanov e o Camponato*, Editora Expressão Popular, Clássicos de Estudos Agrários, São Paulo, 2014, 304 pp., 12 €]

A obra de Aleksandr Chayanov, que em Portugal, segundo cremos, é apenas conhecida entre investigadores das questões agrárias, passou a ter em língua portuguesa um livro essencial para o seu conhecimento e discussão, colmatando assim uma grande lacuna. O livro em questão foi publicado pela Expressão Popular, importante editora militante, de difusão nacional, criada no Brasil no final da década de 1990 como plataforma de pedagogia política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Organizado pelo engenheiro agrónomo e activista social Horácio Martins de Carvalho, este volume está dividido em duas partes: “Uma iniciação a Chayanov” e “Textos sobre o camponato brasileiro inspirados na obra de Chayanov”, conjunto de notáveis estudos em torno da sua obra (que no Brasil não é desconhecida) de nove autoras e autores brasileiros e de um autor argentino, estudos estes inicialmente editados entre 1974 e 2010.

Vale a pena citar na íntegra o sumário, que inclui também três textos introdutórios: “Apresentação” do organizador”, “Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na Revolução Russa” (Eduardo P. Archetti) e “Biografia sumária de Chayanov” (Paulo Afonso Francisco de Carvalho).

Na I parte incluem-se dois textos importantes de Chayanov (*Viagem de Meu Irmão Alexei ao País da Utopia Camponesa*, novela herética publicada em 1920 sob o pseudónimo de Ivan Kremnev, traduzida por Lourdes Grzybowski, e o ensaio *Teoria dos Sistemas Económicos Não Capitalistas*, de 1924, traduzido por Manuel Villaverde Cabral).

Na II parte, sete estudos de autores brasileiros: “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov” (Maria Nazareth Baudel Wanderley), “Para entender o camponato: a contribuição de A. V. Chayanov” (Lúcia H. O. Gerardi e Giancarla Salamoni), “O admirável mundo novo de Alexander Chayanov” (Ricardo Abramovay), “Chayanov e a especificidade camponesa” (Francisco de Assis Costa), “Chayanov e a teoria do cooperativismo” (Paulo Afonso Francisco de Carvalho), “O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins” (Klaas Wortmann), “Paralelo entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade” (André Souza Martinello e Sérgio Schneider).

Lembramos que o autor russo, principalmente conhecido como agrónomo e economista, foi também poeta e ficcionista, contemporâneo e amigo de Mikhail Bulgakov. Os seus contos fantásticos, de inspiração “gótica”, foram reeditados em russo nos anos 70; três desses contos, traduzido em inglês, encontram-se numa antologia recente, *Red*

Spectres [colectânea de autores russos do século XX que inclui Bulgakov e Zamiatine, Maguire (Overlook Press, Nova Iorque, 2013)].

A bem-humorada e visionária novela de Chayanov sobre a República Camponesa é um texto literário que contribuiu para a sua condenação à morte pelo regime estalinista, em 1937, aos 49 anos. Com efeito, nessa ficção ele situa no futuro [em 1984 (1), 63 anos depois] uma sociedade em tudo distinta das perspectivas políticas e da prática do estalinismo: a revolução vencera, a comuna camponesa russa implantara-se em todo o território, o sector produtivo mais importante passara a ser a agricultura, as cidades haviam diminuído de importância, reduzindo-se muito a sua



fotografia
de Dominique Labaume

população, e em seu redor ou mesmo no seu interior havia campos cultivados, extensos parques e jardins. O tema forte desta novela é a regeneração da sociedade pela agricultura, a grande ideia de Chayanov que irá transitar do seu tempo para o nosso – sendo este um dos assuntos muito presente nos citados ensaios brasileiros. Vale a pena lembrar que George Orwell formulou essa mesma ideia no seu país, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando milhões de crianças e adolescentes, entre 1938 e 1944, foram deslocados das cidades bombardeadas pela aviação nazi para regiões rurais da Grã-Bretanha.

A obra ensaística de Chayanov só foi reabilitada na URSS em 1987, ano a partir do qual se reeditaram os seus trabalhos censurados nos anos 30. Aleksandr Vasilievich foi um autor precoce e muito activo, com múltiplas relações internacionais estabelecidas com cientistas de outros países. Entre os seus trabalhos mais importantes (deixou mais de duzentos trabalhos científicos), os seus estudiosos destacam *A Organização do Trabalho Camponês* (1925) e *Ideias Básicas e Formas de Organização da Cooperação Agrícola* (1919-1927), nenhum deles publicado em português.

Nota: 1.) A relação desta data com a do romance de Orwell é pura coincidência; é possível que ambos se tenham inspirado, para escolher essa data, num pormenor do romance de Jack London, *O Tacão de Ferro* (1908).

PARADOXOS DA LUTA DO POVO CURDO

JANET BIEHL

Em 2014, activistas independentes de esquerda e operadores humanitários atravessaram o rio Tigre para conhecer melhor o que acontecia no Rojava, o enclave multiétnico independente, na Síria setentrional. Aí o povo curdo, cujas aspirações foram calcadas durante gerações em todo o Médio Oriente, está a construir uma sociedade com uma estrutura institucional baseada na democracia de assembleia conciliar e com um empenho pela paridade de género. O facto mais relevante é tudo ser realizado num estado de guerra brutal – a sociedade defende-se contra os jihadistas do Daesh – e sob um embargo económico e político, a Norte, por parte da Turquia.

Quem aspira a uma utopia na Terra está destinado a acabar desiludido, dada a natureza dos seres humanos. Mas os observadores chegados ao Rojava, simpatizando embora com as importantes conquistas realizadas naqueles lugares, notam de imediato um aspecto inquietante: todos os espaços interiores (com a relevante excepção dos edifícios do auto-governo) expõem nas paredes uma imagem de Abdulah Öcalan, o líder na prisão do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). O desconforto nasce das recordações dos vários ditadores do século passado – Estaline, Hitler, Mao-Tse-Tung –, cujos retratos estavam por todo o lado nos vários países que atormentaram. Sobretudo os visitantes que tinham vivido pessoalmente a tirania sentiram desconforto. Um delegado de origem cubana, no decurso da minha visita em Outubro de 2015, disse que aquelas imagens lhe recordavam os retratos de Castro, enquanto os delegados líbios tinham em mente as ubíquas imagens de Khadafi.

Aquele desconforto pode aumentar porque aos convidados se exalta frequentemente Öcalan. Um dos dirigentes do Tev-Dem (Movimento da Sociedade Democrática de Rojava), Aldar Xelil, declarou: “A filosofia da nossa administração baseia-se nas ideias e filosofia do nosso líder Öcalan. Os seus livros são uma referência fundamental para nós.” Pamyar Berri, co-director da Academia da literatura e da língua curda de Qamishli, disse à minha delegação: “Öcalan é a personalidade mais importante. Nós recorremos aos seus livros para ensinar a História, a língua, tudo.” Os seus textos fazem parte do plano de estudos daquela e de outras academias, como chamo aqui aos institutos escolares. O calendário escolar nestas escolas prevê só poucas semanas ou poucos meses de frequência – insuficientes para uma pesquisa aprofundada e uma avaliação crítica, mas suficientes para inculcar um sistema fideísta. Trata-se de instrução ou de doutrinação? Começa-se a temer. Um dos delegados continuava a chamar às numerosas citações das ideias de Öcalan “proclamações emitidas”.

Esta geral reverência surpreende antes de mais por causa do empenho para com o auto-governo democrático de Rojava. O pai daquela democracia de base é o mesmo Öcalan que a concebera no cárcere e a propusera ao movimento curdo, que depois de vários anos de debate a aceitou e a começou a realizar tanto na Síria como na Turquia. Trata-se dum sistema de gestão de base gerado a partir de cima: é um paradoxo sem solução na cabeça dos observadores.

Mas o idealismo sincero das gentes desta pequena comunidade sitiada oferece também aos visitantes um momento de esperança. Não se vê nenhum sinal tangível de ditadura, de gulag; o ideário prevalecente, o prescrito por Öcalan, abomina o Estado enquanto tal. No “Vértice do Novo Mundo”, em Derik em Outubro 2015, a governadora de Cizire, Hadiya Yousef, sintetizou assim, para nós, o ideário geral: recusa da modernidade capitalista que faz prevalecer o dinheiro e o poder sobre o povo, porque a elite financeira escraviza a maioria e desagrega a comunidade com a exploração e o domínio. A mensagem desta elite é “contra a comunidade, pelo individualismo, o dinheiro, o sexo e o poder”. É o Leviatã, diz ela, o monstro.

Em seguida, continuou explicando como partindo do facto de que a vida humana é indelevelmente social, o Rojava procura construir uma alternativa. Contra o Leviatã, mobiliza-se o povo a gerir-se sozinho; contra o individualismo e o anonimato do Ocidente, valoriza-se a solidariedade comunal; contra o colonialismo e o racismo, defende-se a autodeterminação dos povos e a inclusão; contra o Estado, incluindo as repúblicas constitucionais e a pretensa “democracia” representativa, ensina-se a prática da deliberação colectiva e da escolha democrática; contra a competição capitalista, ensina-se a cooperação económica; contra a “escravização” (como é chamada) capitalista das mulheres, advoga-se a paridade dos sexos.

E com efeito as mulheres desempenham um papel extraordinário na revolução, no campo social, político e organizativo; a chefia é sempre dupla, um homem e uma mulher, em todos os papéis e as assembleias têm os 40% do quórum de género. Os centros das mulheres nas aldeias e nos centros urbanos mostram como todas as mulheres nesta sociedade não estão sujeitas ao domínio patriarcal; o sistema (que tem três línguas oficiais – curdo, árabe e assírio) acolhe muçulmanos e cristãos, árabes, curdos, sírios e outros. O outro governador do cantão de Cizire, o sheik Humeydi Denham, que leva na cabeça a keffiah branca e vermelha, no decurso da cimeira declarou aceitar a “diversidade cultural e religiosa” e que “esta administração é a salvação para nós e para todas as regiões”.

Todas as raízes desta gestão emancipadora numa sociedade muito circunscrita têm por base o ideário proposto por Öcalan, que é a força motriz da revolução. Dado que o Rojava está completamente fora do mundo por causa do embargo e da guerra, essa mesma revolução é um triunfo da vontade sobre as circunstâncias. É um atestar do que é possível realizar só com a força de vontade. O que falta a Rojava em termos económicos é compensado pela

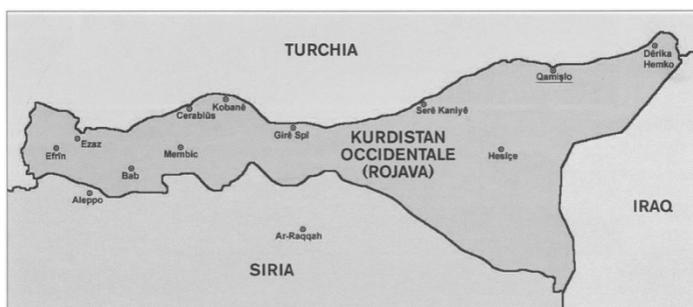
consciência, pela vontade e pelo ideário ou pela “filosofia”, como lhe chama Yousef.

A imagem, as fotografias do inspirador do ideário e da filosofia do povo curdo encarnam o empenho compartilhado da sociedade nos confrontos do novo sistema. “Os retratos nos outros países não são como os nossos” explica Yousef. “Para nós não são um vínculo com ele como pessoa e como indivíduo. São um vínculo com a filosofia, a mentalidade para refundar a sociedade.” Respeita-se a luta pessoal de Öcalan, mas, mais importante, foi graças a ele “que conseguimos fazer progredir a nossa sociedade e conseguimos defender-nos, a nós e à nossa autonomia. Isto foi possível só graças às suas ideias.”

A firme convicção ideológica da sociedade, observou recentemente um investigador de Cambridge, Jeff Miley, dá força à mobilização militar. O comandante da Unidade de Protecção Popular (YPG), Hawar Suruc, afirma que na defesa de Kobane em 2014-15 os ataques aéreos da aliança guiada pelos Estados Unidos “foram de ajuda, mas a filosofia e o espírito do líder Apo (sobrenome de Öcalan) é a expressão mais alta da resistência de Kobane.” Foi a lealdade dos mártires para com o movimento e para com Apo que fez com que as forças da defesa resistissem ao Daesh.

Assim, a consciência é um pré-requisito de todas as revoluções. Não inevitável, porém, para as sucessivas vagas de marxistas, para quem são as forças sociais historicamente certas a empurrarem para a frente as mudanças fundamentais, enquanto o resto das pessoas se sentam e esperam. “Os mais importantes desenvolvimentos históricos”, como observou Öcalan, “são o fruto de ideias e de mentalidades eficazes.” A consciência que torna

possível a revolução de Rojava é além disso uma consciência ética, que procura reformar o modo de pensar e o comportamento das pessoas, tendo em conta as elevadas aspirações sociais e políticas. O ideário é assim também uma força moral, como disse Yousef, e indica “os critérios com base nos quais se devem decidir todas as questões.” Nisto ressoa o pensamento de Öcalan, que na edição inglesa do seu livro de título *Roots of Civilization*, escreveu (p. 256): “Uma nova ética serve para um novo começo. Reformulam-se novos critérios morais, que são



depois institucionalizados e fixos por leis.”

O aspecto mais interessante é que esta filosofia é uma força moral contra o capitalismo. Murray Bookchin, o teórico radical americano que influenciou Öcalan, opôs uma “economia moral” à economia de mercado, identificando ética e socialismo. Öcalan concorda: “O socialismo deve ser encarado como algo para aplicar no momento como estilo máximo ético e político de vida [...]. O socialismo é a ideologia de uma liberdade ética e colectiva.”

Por isso no Rojava, como explica Yousef, “a vida comum e comunitária constitui a base moral da sociedade.” O sistema escolar, foi dito, “visa estabelecer um espírito comunitário”. Na academia curda de Qamislo, vi um livro de textos, de há oito ou nove anos, que instilava os valores comuns: a importância da consideração recíproca, o valor da natureza, o respeito pelas mulheres. Obviamente, para reformar um povo segundo linhas morais é necessário começar pelas crianças.

Poucos dias depois da minha partida de Rojava, enquanto estava em Londres, conheci Boris, um jovem da Bielorrússia, e falei-lhe daquele livro de textos. Boris disse-me que no último decénio do século passado tinha crescido com textos escolares de cariz moral como aquele. A educação no país permanecia a mesma desde os tempos da União Soviética. Ora esses textos tinham-no convencido a ser o oposto exacto do que defendiam.

Na verdade, a natureza humana é intrincada e complexa e uma vontade consciente não se submete facilmente a imperativos morais exteriores. Programas com as melhores intenções de reformar o povo naufragaram contra as rochas das consequências não intencionais, como me recordou a história de Boris. Na realidade, ordens sociais construídas segundo ideologias políticas afastaram-se ao máximo da visão original, transformando-se quase sempre no contrário. Atestam-no as várias experiências práticas, todas elas tirânicas, da visão emancipadora do marxismo; atesta-o a ideia individualista, que era uma ideia de libertação no tempo de John Locke, e que hoje toma a forma de um egoísmo voraz e amoral; atesta-o o ideal de Adam Smith de um mercado livre dentro de limites morais que produziu um enorme abismo entre ricos e pobres.

Quanto a ensinar a ética, não me parece que seja uma proposta fácil. Um aceitá-la-á com entusiasmo, como verdadeiro crente; outro avaliá-la-á; outro recebê-la-á passivamente; outro ainda não estará de acordo mas permanecerá silencioso; outros exprimirão abertamente o seu desacordo. Mesmo numa sociedade utópica é isto que acontecerá se não se quiser optar por forçar o consenso. É isto que sucederá se o meu direito de discordar for reconhecido. Uma sociedade organizada na base duma ideologia comunitária deve enfrentar a questão da autonomia

individual com respeito. Uma sociedade colectiva não se pode impor à livre vontade e ao desacordo individual. Sociedades edificadas segundo ideologias emancipadoras revelaram-se pouco liberais e tolerantes. Um filósofo polaco do século passado, Leszek Kolakowski escreveu mesmo (*Modernity on Endless Trial*, p.189): “O diabo inventou os Estados ideológicos, isto é aqueles cuja legitimidade se funda sobre o facto de que os seus governantes são detentores da verdade.” De facto, se tu te opões a um Estado do género e ao seu sistema, passas a ser um inimigo da verdade.

No Rojava, se a ideologia de Öcalan é considerada a verdade, o que sucede a quem não está de acordo? Yousef, por exemplo, põe a comunidade à frente de tudo, presumivelmente antes da autonomia individual. “Na vida humana não há nada de mais importante que a comunidade” afirma, com um tom que parece o dos verdadeiros crentes. “Renunciar à comunidade significa renunciar à própria humanidade.” Por lei, “os indivíduos aderem ao comum com a própria livre vontade na medida em que há um valor moral.” Segundo ele, “livre vontade” significa escolher livremente submeter-se à comunidade.

Houve um outro momento de dúvida no decurso de uma discussão sobre a actividade editorial, que está apenas começando no Rojava. O novo editor publicou no ano passado um livro de poesia em curdo que nunca teria visto a luz sob o regime antigo. Estão em curso de impressão outros dois títulos, disse a ministra da cultura de Cizire, Berivan Xalid, e um outro está no programa para o próximo ano, com tiragem de um milhar de cópias cada.

Lendo um livro que continha as normas recentes (encontrado na sede do conselho legislativo de Cizire), foi-me possível ler uma norma sobre a edição, que diz que todos os editores devem ter uma autorização, que uma comissão do ministério da cultura deve decidir que livros publicar, e que a comissão decidirá “a idoneidade dos livros para difusão e a compatibilidade com as normas das leis e a adequação à moral da sociedade.” Que quer dizer “moral da sociedade”? pergunto-me, recordando que o ideário na base do Rojava é uma filosofia moral.

Eu estava ao lado do ministro Xalid e então perguntei-lhe o significado daquela frase. Respondeu-me que não se podia publicar nenhum livro que favorecesse o sexo entre adolescentes antes do matrimónio. “É a nossa cultura” explicou-me. Mas a frase não fala explicitamente de sexo entre adolescentes, e assim perguntei-lhe se qualquer um poderia publicar um livro em que defendesse que “o Estado é bom” ou que “o capitalismo é bom”. Respondeu-me (através do intérprete, obviamente): “Nós devemos respeitar as tradições da nossa sociedade. Os adolescentes não podem ir juntos para a cama. Não se promove o sexo entre menores antes do matrimónio.”

Deixando para trás a questão do sexo entre menores, penso que a revolução do Rojava se reforçaria esclarecendo o significado daquela norma ou eliminando-a. É potencialmente uma escapatória para suprimir a autonomia individual dos escritores e em seguida a dos solteiros e a dissidência. Na minha opinião, dever-se-ia deixar espaço à crítica. Deixemos que se publiquem livros sobre o capitalismo tal como outros livros que o criticam. Deixemos que a dissidência seja admitida e autorizada. O paradoxo é que a via para a solidariedade democrática passa pela legitimação da dissidência. Deixemos que Rojava aceite o pluralismo e a diversidade, não só no plano étnico, mas naquele mínimo tão importante que é o indivíduo.

Mas talvez o meu seja um juízo presunçoso e a minha preocupação exagerada. O mesmo Öcalan quando escrevia na prisão declarou-se favorável ao individualismo. No seu texto citado, lamenta-se que desde tempos imemoriais as religiões perseguissem e assassinassem quem pensava livremente (p.191): “Reforçar a individualidade e assim afirmar um justo equilíbrio entre indivíduo e sociedade pode libertar notável energia. Esta pode ter um papel revolucionário e libertador nos tempos que correm, nos quais os empreendimentos conservadores e reaccionários, que sufocam o indivíduo, se estão desagregando. A posição do individualismo, como progresso na história, justifica-se assim”.

Nem sequer a filosofia de Öcalan é sempre coerente. Nos anos que passou na prisão, mudou de opinião em muitos aspectos. No seu livro, por exemplo, ainda elogiou o capitalismo (p.197): “Apesar das características negativas, devíamos admitir a superioridade da sociedade capitalista. O seu contexto ideológico e material superou todos os sistemas do passado”. E ainda (p. 238): “Apesar de todos os seus vistosos defeitos, o capitalismo foi claramente superior ao socialismo, entenda-se o socialismo real, em razão da sua atenção aos direitos das pessoas e aos critérios da liberdade individual”.

Eu penso que a presença desta incongruência na filosofia de Öcalan é vantajosa para o Rojava como sociedade. Uma ideologia que se contradiz mais dificilmente se transformará na perversão de que falou Kolakowski. Havendo opiniões diferentes, nenhuma delas se pode transformar em verdade e as pessoas são obrigadas a reflectir a partir de pontos de vista diferentes, discutindo e examinando as diferenças como indivíduos autónomos.

Não posso deixar de notar que alguns dos importantes expoentes do auto-governo democrático de Rojava não estão de acordo com o ideário como o apresenta Hadiya Yousef. No decurso das minhas duas visitas, ouvi duas personalidades oficiais falar da economia em termos que não são de todo anti-capitalistas. Em Dezembro de 2014 Abdur Rahman Hemo, consultor para o desenvolvimento económico de Ciriza, declarou à delegação escolar que os cantões tinham necessidade de investimento exterior para sobreviver. Explicou, que o investimento deveria

restringir-se às normas da economia social e chegar à cooperativa. Mas funcionaria na prática? Tenho algumas dúvidas.

Em Outubro passado Akhram Hesso, o primeiro ministro de Ciriza, declarou às delegações que o Rojava tem uma economia “mista”, “com actividade privada e pública ao mesmo tempo”. É como a economia “social de mercado” na Alemanha disse com um tom de aprovação com formas de paridade entre proprietários de fábricas e operários. Estranhamente esta economia ideologicamente anti-capitalista tem pelo menos um dirigente que não está de acordo com o programa contra o capitalismo. Que Hesso fazia parte do ENKS (Assembleia Nacional Curda da Síria), a coligação da oposição, e não do PYD, este em linha com a filosofia de Öcalan, é uma outra prova da diversidade política de Rojava.

Sem dúvida nos próximos anos a economia do Rojava e muitas outras questões estarão meses em discussão, no interior e no exterior. A minha esperança é que a estima da sociedade nas lutas de Öcalan seja também a estima por afirmações como esta (idem, p. 260): “Um dos elementos importantes da democracia contemporânea é a individualidade o direito de viver como indivíduo livre, livre do dogmatismo e da crença”. E espero que a gente do Rojava, bem como aqueles que visitam esses sítios, repensem as imagens de Öcalan nas paredes e retomem o seu apelo para “uma discussão aberta sobre as contradições entre indivíduo e sociedade” sem a qual “não é possível resolver a crise em curso na civilização” e a sua afirmação da necessidade de “encontrar um equilíbrio entre estes dois pólos” (p.207). Citar Öcalan a favor da liberdade individual na dissidência: é um dos mais desconcertantes paradoxos do Rojava. [in *revista anarchica*, n.º 411, Nov., 2016]

A VERDADEIRA HISTÓRIA DO “A” DENTRO DUM CÍRCULO

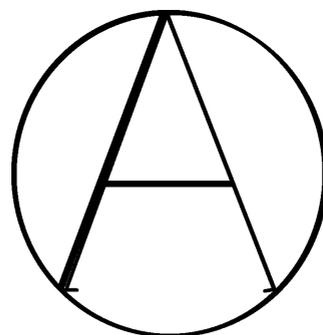
AMEDEO BERTOLO

Está hoje universalmente difundido e é hoje mundialmente conhecido e reconhecido o “A” dentro dum círculo a tal ponto que se tornou um símbolo anarquista tradicional, dando a impressão de ter existido desde sempre. Assim por exemplo a revista americana *Fifth estate* (1997) acreditava ver um “A” dentro dum círculo num capacet de um miliciano anarquista na revolução espanhola. Chegou-se mesmo a atribuir a sua paternidade a Proudhon (v. N. Baillargeon, *L'ordre moins le pouvoir* Marseille, 2001). Na realidade o símbolo é um recém-chegado da iconografia libertária: o “A” dentro dum círculo nasceu em 1964 em Paris e dois anos depois em Milão. Duas datas e dois locais para um único parto? Sim e veremos como.

Foi em Abril de 1964 que no boletim interno das Juventudes Libertárias os jovens anarquistas franceses eram então meia dúzia, como de resto acontecia em Itália ou no resto do mundo aparece a proposta dum sinal gráfico para o conjunto do movimento anarquista, para lá das diferentes tendências e dos diversos grupos e federações. Porquê esta proposta? Eis a resposta dos promotores. “Duas motivações estiveram na sua base: antes de tudo facilitar e tornar mais eficaz a identificação das manifestações murais do movimento e depois assegurar uma presença mais visível e unida do movimento anarquista aos olhos das pessoas vulgares. Tratava-se, segundo nós, de encontrar um meio prático que pudesse por um lado reduzir ao mínimo o tempo empregado no acto de assinar os nossos murais e por outro escolher um sinal suficientemente geral para poder ser adoptado sem problemas pelos anarquistas de todas as tendências. O sinal proposto por nós responde a estes dois critérios. Associado às expressões verbais anarquistas acabará, por um automatismo mental, só por si, a ser associado ao anarquismo.”

O sinal em causa foi um “A” maiúsculo inscrito dentro dum círculo. Porquê? Porventura por derivação do símbolo pacifista o pé de galinha já então divulgado e conhecido. O “pé de galinha” foi substituído pela letra inicial da palavra “anarquia”, a mesma em todas as línguas europeias. E talvez por outras sugestões e interferências. Por exemplo o secretário da Aliança Operária Anarquista, uma minúscula federação anarquista de língua francesa, Raymond Beaulaton, escreveu-me em 1984 que no final de 1956-57, os primeiros membros do grupo usavam entre si, na correspondência que trocavam, depois da assinatura, um “A” maiúsculo dentro dum círculo que por sua vez estava dentro dum segundo “A”, letras que correspondiam às iniciais da federação, AOA. Este primeiro sinal, algo complicado, terá depois sido simplificado pelos aderentes num duplo “A” inscrito num círculo e por fim num único “A” circulado. Certo, certo é que o primeiro uso público que este grupo fez do “A” dentro dum círculo foi apenas em Junho de 1968 no seu boletim em estênsil “A Anarquia”.

Regressemos ao ano de 1964. A proposta das Juventudes Libertárias não deu naquele momento grandes resultados. Em Dezembro desse ano o “A” dentro dum círculo reaparece num artigo de Tomás Ibañez no jornal *Action Libertaire* editado por alguns jovens, a maioria espanhóis, entre os quais alguns que oito meses antes haviam proposto o sinal



no boletim interno das Juventudes Libertárias francesas. De novo nenhuma resposta se seguiu da parte do movimento anarquista francês nem tão pouco do internacional.

Foi preciso esperar pelo início de 1966 para que o sinal de identificação proposto no início de 1964 fosse retomado e usado, primeiro de forma experimental e depois regular, pela Juventude Libertária de Milão, um grupo de jovens anarquistas, do qual eu fazia parte, que mantinha relações de amizade fraterna com os parisienses, com quem havíamos constituído uma efêmera mas altissonante Federação Internacional das Juventudes Libertárias. Foi então que o sinal gráfico iniciou a consagração pública. Primeiro, pontualmente, em Milão, onde se tornou o modo de assinar habitual dos jovens anarquistas, e depois no resto da Itália, regressando depois a França, a partir da qual se difundiu pelo resto do mundo. Marianne Enckell, responsável hoje pelo CIRA [Centre International de Recherches sur l'Anarchisme] de Lausanne, diz não haver prova do uso do "A" circulado nas jornadas de Maio de 68; segundo ela, a presença do sinal é muito escassa fora de Itália até 1972-73, altura em que se generalizou em França, passando daí para o resto da Europa. Na minha memória a explosão do "A" circulado aconteceu logo no início dos anos 70. Houve uma espontânea apropriação mimética por parte dos jovens anarquistas um pouco por todo o mundo. Foi um sucesso tão estrondoso que alguém disse então que se o "A" dentro dum círculo pagasse direitos de autor o seu autor ficaria riquíssimo.

Qual a causa de tão rápida e sólida fortuna? Seguramente as razões expressas em 1964 pela Juventudes Libertárias, em Paris. Por um lado, a grande simplicidade que faz dum "A" circulado um sinal gráfico tão imediato e impressionante como outros a cruz, a foice e o martelo, a suástica e por outro um movimento de jovens em desenvolvimento rápido que procurava um signo unificante. Deste modo, diante da ausência dum símbolo gráfico internacional que identificasse o movimento, e diante do uso a nível local e nacional duma simbologia inadequada em Itália era muito comum por exemplo o uso da "chama", o "A" dentro dum círculo impôs-se, sem que para isso nenhum grupo ou federação jamais sonhasse decretar a sua aplicação.

Eis a verdadeira história do "A" circulado, feita por um misto de vontade sábia e de imprevisibilidade uma mistura tipicamente libertária. Toda a documentação relativa à questão da origem do "A" circulado encontra-se nos arquivos do Centro de Estudos Libertários/Arquivo G. Pinelli de Milão e no CIRA de Lausanne. [in *Rivista anarchica*, 413, Fev. 2017]

CAMUS LIBERTAIRE

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

L'engagement libertaire d'Albert Camus (1913-1960), dont on a célébré récemment le centenaire, est aujourd'hui bien connu, après les recherches et les écrits de Lou Marin. On pourrait même dire, s'il y avait à peine un peu plus d'attention à ce sujet, que cet engagement est finalement reconnu. En tout cas, il est impossible dorénavant de le méconnaître, encore moins de le mépriser, aussi bien en milieu libertaire, ou politique, que dans les études, plus littéraires, sur l'écrivain.

Lou Marin, chercheur allemand très attentif, journaliste au mensuel de langue allemande *Grazwurzelrevolution*, découvrit l'œuvre de Camus dans les années 70 et fit depuis un long travail sur les textes de l'écrivain français publiés dans la presse anarchiste des années 40 et 50 aussi bien qu'une réflexion originale et personnelle sur quelques aspects essentiels de l'œuvre de l'écrivain, à savoir, le problème de la violence, la question de la valeur de la vie humaine et du rôle de l'État dans le relâchement de cette valeur. Il a pu ainsi rassembler un recueil décisif d'Albert Camus, *Écrits libertaires (1948-1960)*, qui connut un premier tirage en 2008 et vit une deuxième édition en 2013 (Éditions Égrégores & Indigènes éditions, Marseille-Montpellier, pp. 337), au moment même du centenaire de la naissance de l'écrivain. Déjà en 2016 il ya eu une quatrième édition, cette fois-ci de la seule responsabilité des Indigènes éditions (Montpellier, 318 pp.) Le sous-titre du livre est bien expressif de son contenu : *Albert Camus et Maurice Joyeux, Louis Lecoq, Gaston Leval, Rirette Maîtrejean, Jean-Paul Sanson...*

Ces textes, rassemblés et présentés par Lou Marin, nous réservent bien des surprises. A partir d'eux on prend conscience qu'Albert Camus eut une connaissance assez familière des milieux libertaires français, surtout après la deuxième guerre mondiale, où il était reçu comme un compagnon de *doute*, disait Fabrice Magnone, rigolant avec l'expression beaucoup plus sévère de « compagnon de route » utilisée par les communistes français à la même époque. Camus partagea avec ce milieu, et de plusieurs façons, un engagement précis et constant.

La collaboration de Camus dans la presse libertaire est assez copieuse et les trois cent dix-huit pages du volume de la réédition de 2016, sont là pour en témoigner irrémédiablement. Cette collaboration nous prouve la proximité de Camus avec le mouvement libertaire, ses camaraderies dans ce milieu, en même temps qu'elle nous signale un aspect singulier, et d'après quelques-uns majeur, de l'œuvre de l'écrivain.

Même si la sympathie de Camus pour les libertaires remonte bien loin, peut-être au temps de la guerre civile en Espagne, où il était encore en Algérie, exclu déjà du parti communiste, avec un court passage d'à peine de deux ans entre 1935 et 1937, l'engagement dans la presse libertaire commence seulement après la Libération, en 1948, au temps

de la guerre froide, dans le journal pacifiste de Louis Lecoin *Défense de l'homme*. À partir de ce moment, la signature de Camus se trouve dans un amas de publications libertaires, qui vont de *La Révolution Proletarienne au Monde Libertaire*, en passant par *Le Libertaire*, *Contre-courant*, *Liberté* et la revue *Témoins*, fondée en Suisse par un anarchiste pacifiste, réfractaire de la première guerre mondiale, Jean-Paul Samson, avec le concours d'Albert Camus et quelques autres.

Cette collaboration va au-delà de la presse francophone et on peut trouver l'honorable signature de Camus dans des publications libertaires en espagnol, comme dans le mythique *Solidaridad Obrera* (1953), et en italien, comme la vieille et prestigieuse revue *Volontà*, fondée par Malatesta et refondée après la guerre de 39-45 par la veuve de Camilo Berneri, exégète de la pensée anarchiste et militant italien assassiné à Barcelone par les stalinien, en Mai 1937, dans les affrontements sanglants déclenchés par des agents russes. Même si la défaite militaire des fascistes était de l'intérêt géopolitique de l'URSS et contre l'or de la Banque d'Espagne Staline est devenu un allié de taille des républicains l'objectif des communistes n'était que le rétablissement d'une démocratie favorable aux partis politiques et aux mesures répressives contre la révolution sociale. La défaite de l'expérience autogestionnaire en Espagne était très favorable aux intérêts de l'Union Soviétique, qui resterait ainsi dans le monde la seule société so-disant « socialiste » et son modèle centraliste et autocratique le seul valable.

Un mot encore pour la revue *La Révolution Proletarienne*, où Camus signa presque une dizaine de textes, entre Avril de 1951 et Février de 1960. Cette publication fut fondée en 1925 par Pierre Monatte (1881-1960), en tant qu'organe d'un renouveau du syndicalisme révolutionnaire en France, c'est-à-dire, à une époque où existait déjà à partir de Moscou l'Internationale des Syndicats Rouges, de l'anarcho-syndicalisme. Monatte était un correcteur d'imprimerie avec un long parcours dans le syndicalisme français. Il fit partie du comité confédéral de la C.G.T. d'avant 1914, adhéra même au parti communiste français en 1923, pour en être très vite exclu, puis revint au syndicalisme révolutionnaire, que j'appelle ici l'anarcho-syndicalisme, et fonda dans ce cadre *La Révolution Proletarienne*.

Plus tard, au temps de l'après guerre, à partir de 1945, avec le retour dans les kiosques de la presse libertaire, Monatte et son entourage Louzon, Nicolas Lazarévitch, sa compagne Ida Mett, et Louis Mercier Vega jouèrent un rôle important auprès d'Albert Camus, qui publia dans la revue de Monatte, en Janvier 1958, une causerie faite dans une bourse de travail sur les correcteurs du livre, classe professionnelle où le syndicalisme révolutionnaire avait toujours des adhérents. Georges Navel, lui-même correcteur, livra après la mort de l'écrivain à la revue *Témoins* (Mai 1960) un émouvant témoignage où l'on apprend que Camus, qui avait fait pendant une bonne partie de sa vie du journalisme professionnel, d'abord en Algérie, puis en France, se sentait plus à l'aise avec les correcteurs d'imprimerie et les ouvriers du livre qu'avec ses camarades de rédaction ou de profession journalistes et écrivains.

Déjà à la fin des années 30, Camus déclara ses sympathies pour les *syndicalistes à la Pelloutier* dans *Alger Républicain*, son premier journal, en tant que rédacteur professionnel. Ceux-ci, les *syndicalistes à la Pelloutier*, sont en effet les créateurs, entre 1895, moment où Fernand Pelloutier (1867-1901) devint secrétaire de la Fédération des Bourses du Travail, et 1906, l'année de la charte d'Amiens et de l'aboutissement de la campagne pour les huit heures de travail, du syndicalisme révolutionnaire. Pour *Alger Républicain*, Camus livra une note sur le roman *Forêt Vierge* du romancier portugais Ferreira de Castro, lui aussi un important collaborateur de la presse libertaire au Portugal, dans la traduction française de Blaise Cendrars, qui parut à Paris en 1938. Camus eut, au début de la guerre, déjà en France, des contacts avec une engagée du syndicalisme révolutionnaire, son aînée de vingt cinq ans, Rirette Maîtrejean (1887-1968), ancienne compagne de Victor Serge et correctrice du journal *Paris Soir*, où Camus travailla dans les premiers mois de 1940 comme secrétaire de rédaction.

On ne doit pas non plus négliger l'importance du syndicalisme dans l'Espagne républicaine, avec un mouvement ouvrier anarcho-syndicaliste de premier plan. Si on tient compte de la sympathie de Camus pour l'Espagne républicaine, et pour les exilés et les réfugiés espagnols après la défaite de 1939, on comprendra mieux l'attraction qu'il sentit pour le syndicalisme à la Pelloutier et qui le mena à collaborer avec le journal de Pierre Monatte. Au moment de l'attribution du prix Nobel de littérature à Camus, en 1957, sans surprise, et même à contre-courant, *La Révolution Proletarienne* seconda l'écrivain, en lui rendant hommage. Louis Mercier y publia un texte, sans signature pourtant, « Albert Camus, un copain », qui est d'ailleurs un des meilleurs témoignages des amitiés de Camus en milieu libertaire. Voilà un passage, pour tout éclairer: *Ce que nous savons de Camus, c'est la solidarité mille et mille fois manifesté(e), envers les militants d'Espagne, de Bulgarie, de Hongrie. (...) Ce que nous savons de Camus, c'est le billet glissé au 'déchard' et la souscription à la liste qui circule de main en main, c'est le refus des estrades et des présidences et la préférence pour l'action limitée mais utile, à mesure de l'homme. Ce que nous savons de Camus, c'est sa démission de l'Unesco lorsque l'Espagne de Franco y est entrée (...). Ce que nous savons encore de Camus, ce sont des articles, des manifestes, des appels, des préfaces (...) donnés sans compter, et qui ont alimenté tant de brûlots non conformistes, tant de publications hérétiques, tant de campagnes d'agitation sans le sou. (La Révolution Proletarienne, n° 422, Novembre, 1957)*

Malheureusement cet aspect de l'auteur du *Mythe de Sisyphe*, la relation qu'il eut avec la presse libertaire, très significative pourtant, ne fut pas toujours pris en considération. Il fallut attendre le travail de compilation et le

commentaire de Lou Marin, tous les deux assez récents, si on pense que l'écrivain décéda en 1960, pour pouvoir lire un livre comme les *Écrits libertaires* de Camus et avoir une idée précise de son engagement en milieu anarchiste. Et même avec ce livre, qui rassemble un vaste ensemble d'articles, de lettres, de précisions et d'allocutions, prouvant en définitif les forts croisements entre Camus et le milieu anarchiste français de l'après guerre, on est encore loin de pouvoir dire que ce territoire de l'écriture de Camus a toute l'attention qu'il mérite. En dehors du milieu libertaire, les notes ou les articles sur le travail de Lou Marin sont aussi rares que restreints. En général ils sont très éloignés de la complexité de l'enjeu. Toutefois, même pour les insouciant, une chose est désormais claire. Albert Camus ne signa jamais de son nom des articles dans *L'Humanité* d'Aragon et d'autres. Il choisit la presse libertaire pour s'y exprimer. Sur cette presse, bien que très minoritaire par rapport à l'action des communistes ou des socialistes, il écrivit une bonne poignée d'articles et de notes, couvrant les douze ou treize dernières années de sa vie, la période la plus créatrice et fleurissante du point de vue philosophique.

Camus ne refusa même pas de polémiquer dans cette presse avec des exégètes ou historiens de la pensée anarchiste sur des questions apparemment ne concernant que les anarchistes les plus stricts. C'est le cas de Gaston Leval (1895-1978), un éminent publiciste libertaire, qui, après la lecture de *L'homme révolté*, livra quatre longs textes doctrinaux au journal *Le Libertaire*, contestant de façon érudite, non sans quelques sévères critiques, la vision d'Albert Camus sur Mikhaïl Bakounine, le révolutionnaire russe du dix-neuvième siècle. Les quatre exégèses sont désormais rassemblées dans le volume présenté par Lou Marin.

Camus répondit très sagement, admettant humblement ses erreurs dans le domaine bakouninien, mais en faisant appel au jalon essentiel de son texte, c'est-à-dire, le dépassement de la contradiction propre à la pensée révoltée, entre nihilisme meurtrier, où à la limite la vie humaine ne vaut rien, et liberté sans meurtre, ni répression, où la vie humaine devient valeur absolue, jalon toujours valable, même sans magistère bakouninien, du point de vue de Camus. Le texte réponse, publié le 5 Juin 1952 (*Le libertaire*, n° 318), est un des plus curieux d'un auteur qui, ne se disant à aucun moment anarchiste et ne faisant jamais profession de foi dans l'anarchisme, termine pourtant son écrit en affirmant que la société de demain ne pourra se passer de la pensée libertaire. Je cite (2016: 125): *En ce qui vous concerne, vous gardez le droit de penser, et de dire, que j'ai échoué dans mon propos et qu'en particulier je n'ai pas servi la pensée libertaire dont je crois pourtant que la société de demain ne pourra se passer. J'ai cependant la certitude qu'on reconnaîtra, lorsque le vain bruit qu'on fait autour de ce livre sera éteint, qu'il a contribué, malgré ses défauts, à rendre plus efficace cette pensée et du même coup à affermir l'espoir, et la chance, des derniers hommes libres.*

Je reviens au texte de Louis Mercier dans *La Révolution Proletarienne*, qui nous renseigne aussi sur l'enrôlement militant d'Albert Camus. À vrai dire on y trouve des curieux renseignements sur le militantisme de l'écrivain. D'abord la solidarité envers les exilés anarcho-sindicalistes d'Espagne mais aussi de Bulgarie et de Hongrie, ceux-ci persécutés par des régimes de parti staliniste et les autres par un régime de parti fasciste. Puis, finalement, les meetings où Camus participa, les manifestes et les souscriptions qu'il signa, les campagnes qu'il alimenta, les billets de banque qu'il glissa. Une grosse partie des livraisons de Camus à la presse libertaire tient place à ce moment: discours à la salle Wagram contre les chars soviétiques en Hongrie ; lettre au directeur-général de l'Unesco, démissionnant, lorsque l'Espagne y entra; causeries sur la liberté comme valeur crucial dans des meetings syndicaux. À nouveau, à propos de ce militantisme, une chose me paraît désormais claire. L'enrôlement militant de Camus s'exprima en champ libertaire. Dans ce milieu, très minoritaire sûrement, mais où il se sentait tout à fait à son gré, il trouvait sa propre conscience d'homme libre.

À part le Rassemblement Démocratique Révolutionnaire (RDR), qui vit le jour en 1948, essayant de réunir la gauche non communiste, auquel Camus prêta quelque bref concours, cependant sans y militer, on ne connaît pas d'autres enrôlements militants significatifs au Camus de la maturité. C'est en milieu libertaire qu'il trouve l'expression de ses inquiétudes. C'est-à-dire, les idées anarchistes, en particulier leur défense acharnée en toutes circonstances de la liberté, croisent de façon naturelle les préoccupations les plus profondes de Camus et lui donnent les raisons et les motifs d'un engagement quotidien.

Au moment du centenaire de la naissance d'Albert Camus, après les efforts très sérieux de Lou Marin pour exhumer toutes ses livraisons à la presse libertaire, on est dorénavant en condition de dire que l'héritage libertaire de Camus, son arrière-garde d'engagement politique, n'est pas une circonstance méprisable dans la vie de l'écrivain mais par contre une donnée fondamentale de son parcours. Aucun doute, aujourd'hui, qu'il faut le prendre très au sérieux.

Pourtant une chose est l'engagement politique libertaire de Camus, avec ses livraisons à la presse anarchiste, ses participations aux meetings syndicaux, ses actes de solidarité anonymes envers des militants en manque de service ; une autre, tout à fait différente, c'est l'œuvre littéraire et philosophique qu'il écrivit. Autrement dit, Camus pouvait aller à la salle Wagram de Paris défendre les anarchistes espagnols ou hongrois sans pour autant écrire *La peste*, *La chute* ou *L'exil et le royaume*. Le contraire, cela va sans dire, est aussi vrai. Il pouvait être dans son temps – et encore aujourd'hui, dans le nôtre, il peut continuer de l'être – le plus renommé et le plus lu des écrivains français, en France

et dans le monde, sans pourtant n'être jamais allé la salle Wagram, et sans jamais avoir livré une seule ligne à la revue de Monatte et de Lazarévitch, le compagnon russe de Ida Mett, exilé comme elle.

La question qu'on doit poser, alors, est la suivante : est-ce qu'il y a un lien, fort et bien soudé, entre cette partie de la vie de Camus où on trouve son engagement libertaire, indéniable, et l'œuvre qu'il nous légua ? Y-a-t-il ou n'y-a-t-il pas un rapport, un rapport entre le noyau de sa création littéraire et philosophique et l'enjeu libertaire de son engagement ? Variante pour la question : quel est l'enjeu qui est présent dans les relations de Camus avec les libertaires ?

L'enjeu présent dans les relations de Camus avec les libertaires c'est la liberté, en tant que valeur de chaque vie humaine. Point final. Déjà on trouve ici une question majeure, peut-être même la seule essentielle, soit pour les libertaires, soit pour Camus en tant qu'écrivain. Je ne parle pas seulement de l'écrivain engagé qui fit son allocution à la Bourse du Travail de Saint-Étienne en 1953 sur la nécessité de restaurer la liberté non pas comme un cadeau d'un chef supérieur mais en tant que « bien que l'on conquiert tous les jours, par l'effort de chacun et l'union de tous », texte livré à *La Révolution Proletarienne* (n.º 376, Septembre, 1953, pp. 18-20), mais de l'écrivain qui sut dévoiler presque tous les secrets du réalisme symbolique et encore de celui qui mit en évidence, à travers d'essais admirables, qui sont de vrais traités philosophiques, tous les problèmes fondamentaux de la conscience humaine.

Sur le travail de fabulation de l'écrivain j'en passe, tellement il est large et ferme avec une élucubration symbolique puissante et une dramatisation intense et explosive, sèche et cependant d'une efficacité hors de question, qui demanderait d'innombrables pages de commentaires, mais je veux bien dire encore un mot sur *L'homme révolté* (1951). *L'homme révolté*, publié presque à mi-chemin entre les livres de l'auteur du début de la guerre, ceux qui pensent et dramatisent de façon crue et concentrée l'absurde, et les derniers de sa vie, moins acharnés, plus sages et détendus, joue un rôle crucial dans la question qui nous préoccupe ici, à savoir, les liaisons de l'écrivain avec la pensée libertaire. Il le joua aussi, tant fut son éclat, dans le débat intellectuel des années 1950.

L'homme révolté est le livre de Camus le plus proche des inquiétudes du mouvement libertaire et celui qui se croise le mieux avec sa participation à la presse libertaire et son engagement pratique en milieu anarcho-sindicaliste. Le livre se présente dans l'introduction comme une *histoire prodigieuse* de l'orgueil européen. Non seulement il nous donne à voir les bornes de la conscience humaine, et à cet égard on peut prendre le livre en tant que chronologie des 'miracles' sanglants de l'humanité, comme il essaie de nous offrir une hypothèse de sortie de ce sinistre encerclement. Le vrai problème du livre, qui est aussi la proposition centrale de la conscience humaine, c'est le meurtre en tant qu'histoire, en tant que métaphysique, en tant que religion, en tant qu'art, en tant que politique.

Les quatre premiers chapitres du livre, les plus substantiels, sont ainsi l'histoire du meurtre dans la culture judéo-chrétienne de l'Occident, de Caïn aux possédés de Dostoïevski, des régicides de la révolution française aux révolutionnaires du prolétariat russe, en passant par les dandys, les nihilistes bourgeois ou les légendaires de la propagande par le fait individuel. En survolant le livre on a l'impression que Camus s'attaque surtout à la révolution. Au bout du compte, c'est elle qui devient terrorisme d'État, meurtre de droit, après avoir été devoir de meurtre. Pour l'État, à la limite, la vie humaine ne vaut rien.

Toutefois on a là une fausse impression. Si les chapitres consacrés à la révolution française ou à la révolution russe sont magistraux, le livre est pourtant beaucoup plus décapant. Ni même ceux qui n'ont jamais envisagé l'État historique et rationnel, avec sa systématisation du meurtre, comme les poètes, les artistes, les mystiques ou même certains anarchistes, adeptes de la propagande par le fait, de Ravachol à Émile Henry, n'échappent au bistouri tranchant de Camus, à sa critique sévère et virulente. Voilà pourquoi un Gaston Leval, dans le sillon d'humanisation de Max Nettlau, ne put pas se conformer avec la vision nihiliste que Camus donna de Bakounine.

Le révolutionnaire russe qui est décharné sans aucune pitié par Camus, dans le troisième chapitre du livre, est celui qui eut des relations avec le Netchaïev du *Catéchisme du révolutionnaire*, où la révolution va de pair avec la fermeté la plus jésuitique. C'est ainsi, dans la vision flamboyante de Camus, un léniniste d'avant la lettre. Pour le genre de révolutionnaires qui Camus tranche les moyens ne justifient pas le but final de la lutte ; par contre, c'est cette finalité, pourtant vague, qui peut justifier tous les moyens, même les plus saugrenus et sanglants. Partant de là et le seul panslavisme du jeune Bakounine peut renforcer cette vision jésuite Camus ne recula pas de dire cette chose effrayante, et toutefois, vis-à-vis d'une certaine chronologie, acceptable (1958: 199) : « Bakounine autant que son ennemi Marx a contribué à la doctrine léniniste. »

Pourquoi alors prendre le livre comme un exemple des préoccupations libertaires de Camus ? D'abord parce que la révolte, selon l'auteur, est le seul moyen pour l'homme de s'opposer aux dictats du destin. Puis, plus décisif, parce qu'il y a ce que Camus appelle dans le dernier chapitre du livre « La pensée de midi », une pensée solaire et chaleureusement franche, qui s'oppose à la pensée de minuit, cynique et froide, basée sur l'idéologie allemande ou sur le nihilisme slave. L'esprit de midi, plutôt révoltée que révolutionnaire, humble, pauvre et frugal plutôt que tout-puissant et gaspilleur, a aussi une géographie propre, méditerranéenne, recevant tous les apports chauds des anciennes civilisations, ou plutôt des cultures archaïques, un peu à l'image de ces petits villages «groupés autour de

points naturels et vivant chacun de sa vie propre » qu'il a encore connu en Kabylie dans sa jeunesse algérienne et dont il laissa trace dans ses premiers *Carnets* (1935-1942).

Or selon Camus cet esprit trouva, après le moment précurseur de la Commune, sa seule expression politique moderne dans le syndicalisme révolutionnaire, en tant que synthèse entre les aspirations de justice des plus pauvres et le principe de la liberté pour tous. Dans la pensée de Camus, très peu doctrinaire, la commune est à la politique ce que le syndicat peut être à l'économie, un moyen naturel d'émancipation politique et professionnelle. A vrai dire, du point de vue de Camus, le syndicalisme révolutionnaire de la Charte d'Amiens, de Fernand Pelloutier et d'Émile Pouget, était le seul mouvement contemporain qui, héritant des atouts de la décentralisation de la Commune, avait pu trouver une cohérence entre les moyens de lutte et le but final, le seul, au moins en Europe, qui volontairement abandonna l'*histoire prodigieuse* du meurtre, sans pour autant abdiquer de la révolte au nom d'une société juste, libre et fraternelle. C'est de lui encore que Camus espérait en son temps un renouveau du vieux monde, malgré les triomphes retentissants au vingtième de la pensée froide et cynique, la pensée de l'absolutisme doctrinaire césarien, dans son versant prussien, nationaliste, avec le nazisme, ou dans sa version slave, avec le bolchevisme, tous les deux partageant la même idéologie techniciste et productiviste, de développement accéléré, de saccage de la nature et d'organisation totale, voire totalitaire, de la vie social, collective et personnelle.

Ce dernier chapitre méritait être largement cité. Je me borne cependant à citer quelques lignes du peut-être plus beau paragraphe du livre : *Mais l'absolutisme historique, malgré ses triomphes, n'a jamais cessé de se heurter à une exigence invincible de la nature humaine dont la Méditerranée où l'intelligence est sœur de la dure lumière, garde le secret. Les pensées révoltées, celle de la Commune ou du syndicalisme révolutionnaire, n'ont cessé de crier cette exigence à la face du nihilisme bourgeois comme à celle du socialisme césarien. La pensée autoritaire, à la faveur de trois guerres et grâce à la destruction physique d'une élite de révoltés, a submergé cette tradition libertaire. Mais cette pauvre victoire est provisoire, le combat dure toujours. L'Europe n'a jamais été que dans cette lutte entre midi et minuit. Elle ne s'est dégradée qu'en désertant cette lutte, en éclipsant le jour par la nuit.* (Camus, 1958 : 370)

La révolte en soi représente peu de chose. Si la révolution débouche au pouvoir d'État, celui-ci peut conduire aux grands arrangements avec le crime, de la peine de mort à la terreur légale, la révolte d'un Ravachol mène au carnage. L'enjeu est alors ailleurs. Il faut un appui moral pour soutenir la révolte. Sans la valeur qui oblige l'homme à chercher une cohérence de plus en plus ferme entre les moyens de la révolte et son but final, sans le respect absolu de la vie humaine, l'histoire du meurtre se perpétuera sans fin. Cette cohérence est la seule façon d'en sortir, dépassant ainsi le cercle aveuglant du meurtre en chaîne et la contradiction propre à toute pensée révoltée, coincée entre une révolte meurtrière et l'exigence authentique de justice et de liberté universelles. Je serais tenté de dire qu'avec *L'homme révolté*, Albert Camus nous légua une œuvre qui est au vingtième siècle ce que l'œuvre de Proudhon fut au dix-neuvième – un vrai monument d'art sur lequel s'édifie un horizon éthique indépassable. Il avait bien raison de dire dans sa réponse au vieux et bien intentionné militant Gaston Leval qu'il gardait l'espoir que son livre de 1951 pourrait rendre plus efficace la pensée libertaire du même coup qu'il devenait le réduit des derniers hommes libres.

Revenons pour un dernier moment au livre de Lou Marin. Entre l'amas de textes qu'on y lit, voilà un qui mérite bien un dernier mot. Il s'agit de l'article d'André Prunier, pseudonyme d'André Prudhommeaux, « Breton ou Camus ? Les limites de la révolte », que Louis Lecoïn publia et commenta dans son journal *Défense de l'homme* (n° 40, Janvier, 1952, pp. 25-28) et que Lou Marin ajouta heureusement à son recueil. À un moment donné l'auteur nous dit que « le conflit entre Camus et Breton c'est la réédition de celui qui opposa, au XVIII siècle, Voltaire et Rousseau » comme s'il fallait choisir entre la bienveillance lucide de l'un et l'enthousiasme audacieux de l'autre. Déjà Lecoïn, sûr de ses raisons, nous interrogeait (2016 : 73) : *Pourquoi cette prise de position aussi catégorique : Breton ou Camus ? N'est-il pas préférable de puiser le meilleur chez les deux hommes de lettres si près de nous par mille côté de leur œuvre ?*

Soyons clairs. « Chaque artiste doit reprendre seul la poursuite de la Toison d'or » a dit Breton ; « nous choisirons Ithaque, la terre fidèle » a dit Camus. Ces deux mots d'ordre pour nous n'en font qu'un !

bibliographie : CAMUS, Albert. 1958. *L'homme révolté*, 165^e édition, Paris, Gallimard ; 1962. *Carnets*, tome I, Gallimard, p. 90 ; 2016. *Écrits libertaires (1948-1960) – Albert Camus et Maurice Joyeux, Louis Lecoïn, Gaston Leval, Rirette Maîtrejean, Jean-Paul Samson...* [rassemblés et présentés para Lou Marin], 4^e édition, Indigènes éditions, Montpellier ; GUÉRIN, Jean-Yves et al. 2009. *Dictionnaire Albert Camus*, Paris, Robert Laffont. MARIN, Lou. 2016. « Introduction », in *Albert Camus et les libertaires (1948-1960) – Albert Camus et Maurice Joyeux, Louis Lecoïn, Gaston Leval, Rirette Maîtrejean, Jean-Paul Samson...*, idem, pp. 11-66 ; 2008. « Camus and Gandhi. Essays on political philosophy », *Critical currents*, n° 3, Uppsala/Suécia ; 2010. *Camus et sa critique libertaire de la violence*, Indigènes éditions, Montpellier.

BUENOS AIRES: EL SURREALISMO EN LA LUCHA CONTRA LA DICTADURA

SILVIA GUIARD

Por invitación de Michael Löwy invitación generosa que, en primer término, deseo agradecer-se agrega la presente edición en castellano de *La estrella de la mañana* este apéndice sobre una particular experiencia del

surrealismo en Argentina: la del grupo que publicó en Buenos Aires, bajo la dictadura, las sucesivas revistas *Poddema* y *Signo Ascendente*, y cuya actividad se prolongó, con recambio de integrantes, hasta 1992.

La experiencia surrealista argentina más conocida es la de Aldo Pellegrini y las diversas revistas y grupos animados por él: desde *Qué* (1928) primera revista surrealista en Latinoamérica hasta *A* partir de 0, cuyo último número aparece en 1956. (1) O bien, en el terreno de la plástica, la de Juan Batlle Planas y los pintores influenciados por él. Más tarde, en los años 70, el surrealismo ejerció una gran atracción en los jóvenes ligados al rock y a las revistas subterráneas, o “subtes” entre las cuales, la más próxima al surrealismo fue *El Hemofílico*. Ese mundo, cuyo epicentro era la feria de libros de Parque Rivadavia, terminó abruptamente con la represión impuesta tras el golpe militar del 76, que no sólo implicó el cierre de la feria sino también, por ejemplo, meses de cárcel para el director de *El Hemofílico* por la publicación de un cuadro de Clovis Trouille en la portada.



El grupo Poddema/Signo Ascendente cuyo origen se remonta a 1977 no es derivación de los anteriores ni surge en conexión directa con ellos; tampoco como repercusión de las actividades surrealistas desarrolladas en ese tiempo en el exterior ignoradas entonces por el grupo. No es, por otra parte, en influencias “literarias” de ninguna índole donde puede rastrearse la vocación surrealista de este grupo como tampoco será “literaria” su experiencia. Su marca de origen se encuentra, más bien, en la profunda conmoción político-social-cultural-vital que entraña el golpe del 76. Y los futuros miembros de *Poddema*, que tienen entonces una edad promedio de 20 años y en su adolescencia han participado de uno u otro modo en la ebullición político-cultural anterior al golpe, viven esa conmoción con los ojos abiertos lo cual quiere decir también: parpadeando de incredulidad, pellizcándose para despertar. Todos tienen conocidos o amigos en algunos casos, íntimos desaparecidos. Algunos padecen en carne propia los embates de la represión, aunque con más suerte que otros. La “realidad” bajo cuya superficie engañosa se abre, cada tanto, el abismo de los agujeros negros, la caída en otra dimensión deviene pesadilla. La íntima necesidad de traspasar esa

oscuridad en busca de un lugar de sentido para hacer algo con otros, con el propio impulso poético y, sobre todo, contra el horror, está en la base de la búsqueda que los llevará hacia el surrealismo.

En el principio 1977 hay unos cartelitos que en distintos puntos de la ciudad convocan a “jóvenes escritores” a formar un “club del cuentista”, coordinado por Abelardo Castillo, en un cierto Ateneo Cultural situado en pleno centro. Hay una necesidad que evidentemente excede el contenido de la convocatoria y lleva a una docena de jóvenes que en su mayoría no escriben cuentos sino poesía a reunirse en torno de una mesa a la que Castillo jamás asiste, y a seguir poco después, tras el cierre del Ateneo, auto-convocándose en otras. Hay, pues, un primer grupo que se propone abordar el estudio de algún tema de interés común. Y en una votación con papelitos resulta elegido el surrealismo. Por muchas vertientes entre ellas, una directamente política, ya que en ese primer grupo hay militantes o simpatizantes de agrupaciones trotskistas (2) el surrealismo aparece a priori como lo opuesto maravilloso a la opresión reinante. Pero todavía se trata de un grupo de estudios, en permanente rotación por lugares considerados seguros: bares próximos a la zona de facultades o al teatro IFT, el café Tortoni, el bar pero sólo el bar de la Sociedad Argentina de Escritores (3).

Es en 1979 cuando un núcleo ya muy reducido con respecto al grupo original cruza la línea que separa el hecho de estudiar el surrealismo de la decisión de asumirlo como aventura propia. Dos hechos jalonan esa transformación. En agosto, la aparición de *Poddema 1*: editada por iniciativa de Alberto Valdivia, esta primera revista cuyo nombre proviene de un libro de Henri Michaux cuenta con la colaboración de otros miembros y amigos del grupo (Silvia Grénier y Luis Yara) y es adoptada por todos. En septiembre, la primera intervención pública colectiva: la lectura de textos propios, precedidos por palabras de André Breton, en un festival de la Comisión por la Reconstrucción del Centro de Estudiantes de Filosofía y Letras (Crecefyl) en el Club Villa Malcolm, del barrio de Villa Crespo.

Recuérdese que hablamos de un tiempo en el que está prohibida toda actividad gremial, incluida la estudiantil; un tiempo en el que la convocatoria a un evento como éste se realiza de persona a persona (excluyendo la vía telefónica, o al menos la alusión directa por ella). De todos modos, el salón está colmado. No sólo de estudiantes, ya que en el festival intervienen diversos grupos de música y teatro y también otras revistas. Este acto resulta entonces una muestra de la articulación subterránea, molecular de persona a persona y de grupo a grupo entre sectores y agrupaciones que, más allá de las respectivas diferencias de grado en cuanto a la conciencia y decisión políticas, comparten una voluntad de oposición a la dictadura. O al menos, el deseo de recibir e intercambiar imágenes e ideas diferentes a las oficiales (4). Allí, pues, ese pequeño grupo cuatro personas ligado entonces a Poddema, aporta su granito de arena al entramado de voluntades en pugna con la dictadura. Las palabras de Breton que allí se escuchan

son las que al final de su libro Arcano 17, dicen así: *...la rebelión, sólo la rebelión, es creadora de luz. Y esa luz no puede conocerse sino por tres vías: la poesía, la libertad y el amor, que deben inspirar el mismo celo y converger, hasta hacer de él la copa misma de la juventud eterna, en el punto menos descubierto y más iluminable del corazón humano.*

Y puede decirse que es en este punto cuando comienza el grupo surrealista propiamente dicho. Pero constituirse como grupo en nombre de la trilogía amor-poesía-libertad en plena dictadura implica una evidente interpelación, y el grupo responderá asumiendo un compromiso colectivo en la lucha contra aquélla. Esta lucha tiene su vanguardia en el movimiento de Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas y Gremiales y en las Madres de Plaza de Mayo. El grupo surrealista los acompañará, en la medida de sus posibilidades, de manera concreta y activa. A su vez, estará igualmente en constante diálogo y debate con la militancia revolucionaria (trotskista), preservando siempre su autonomía, aún si algunos de sus miembros tienen también, en algún momento, militancia política. Como surrealistas, buscan, más allá de la caída de la dictadura, la revolución social, y en ésta y más allá de ella, la transformación poética de la vida, el lenguaje y las costumbres. Tales son, pues, las circunstancias e influencias a partir de las cuales va trazando el grupo su camino que, siendo el del surrealismo, atañe a la vez a la acción y al sueño. Una misma voluntad conspirativa alienta su vida interna lecturas, debates, encuestas, juegos, poemas, collages, escritura automática, etc. e y su acción exterior publicaciones, muestras o recitales poéticos, declaraciones y volantes, lucha en las calles.

Cuatro serán, contando *Poddema 1*, las revistas publicadas: *Poddema 2* (febrero del 80), *Signo Ascendente 1* (septiembre del 80), y, mediando el boletín especial *Situación del erotismo y del amor* (julio del 81), la última será *Signo Ascendente 2-3* (abril-mayo del 82). Desde *Poddema 2*, todas consignan una dirección-redacción colectiva: son, en efecto, el fruto de minuciosas discusiones grupales, sin excluir materiales individuales. Tienen un carácter a medias clandestino se usan seudónimos y se declara un “registro de la propiedad intelectual en trámite”, sin efectivizarlo (5) y a medias artesanal, ya que algunas tareas gráficas las realizan miembros del grupo conocedores del oficio, y otras, todo el grupo orientado por ellos. Se limitan así al máximo los gastos necesarios, solventados colectivamente. La distribución es sobre todo de persona a persona pero también en algunos kioscos del subterráneo y del centro.

Poddema 1 (500 ejemplares) tiene apenas 10 páginas. Habrán de desplegarse de modo conmovedor en las 88 de *Signo Ascendente 2/3*, cuya riqueza e intensidad son el florecimiento de tendencias que, en lo esencial, aparecen en el primer número. Ya en la presentación de éste se reproducen fragmentos del *Manifiesto por un arte revolucionario independiente*, de Breton y Trotsky citado prudentemente como el “Manifiesto de México de Breton-Rivera”. Apenas tres párrafos, pero que destacan la necesidad de que *la imaginación escape a toda constricción, que no se deje bajo ningún pretexto imponer derroteros*, y concluyen con la fórmula: *Toda licencia en arte*. La presentación declara también el interés por las obras con las que es posible establecer un contacto vivo, dinámico, en tanto ellas se mantienen vivas”, y prometen “nuevos caminos para la sensibilidad. Las obras poéticas y críticas presentadas en este sentido por *Poddema 1* son de Aloysius Bertrand, Manuel Scorza y Umberto Eco; en *Poddema 2* que ya tiene 122 páginas, de Antoni Tapies, Eli de Gortari, Pierre Mabille, Charles Cros, y Jacobo Fijman. De este último se ofrecen algunos textos inéditos junto a poemas no reeditados hasta entonces desde 1926 (salvo por el propio Alberto Valdivia) (6).

En *Poddema 1* hay pocas producciones propias, pero en *Poddema 2* en cuya redacción participan ya las cuatro personas que serán el núcleo estable del grupo bajo la dictadura: Julio Del Mar, Silvia Grénier, Alejandro Mael y Alberto Valdivia todos intervienen con producción propia, ya sean poemas, textos críticos, juegos, traducciones o collages. Los textos firmados con el seudónimo Metzgerstein dan cuenta de la intervención en ese número y en ese período de la vida grupal, del ex director de la revista *El Hemofílico*.

No hay todavía, en ninguna de las dos *Poddema*, referencias explícitas al contexto político, pero ambas consignan su pertenencia a la Asociación de Revistas Culturales de la Argentina. Conformada en el 79, ARCA nuclea a varias de las numerosas revistas que aparecen ese año. Tras algunos encuentros en la Casona de Iván Grondona, estas revistas realizan una suerte de conferencia de prensa en el subsuelo de la librería Ixtlán donde expresan su oposición a la censura imperante. Integran ARCA, entre otras: *Ulises, Galaad, Lilith, Poddema*. El valor de este intento no debe medirse tanto por la efectividad de sus logros o de sus acciones, sino como testimonio de una voluntad que contradice flagrantemente la política oficial. Y “oficial” no se refiere sólo al gobierno: en esos años pueden leerse en el diario palabras como las siguientes del escritor Aristóbulo Echegaray, ex presidente de la Sociedad Argentina de Escritores: *Estoy de acuerdo en que se censure, se secuestre y se apliquen sanciones inclusive al autor de un libro pornográfico, que va contra las buenas costumbres, que son elementales: contra la familia y, ya que estamos en un país que tiene su religión oficial, que va contra la religión. Pero en nuestro país no es sólo ese tipo de libros el que se proscribe.* (*La Opinión cultural*, domingo 7-10-79). Estas indignas declaraciones serán luego denunciadas en *Signo Ascendente*:

Al comienzo de *Poddema 2* se lee el siguiente párrafo de Jean Ferry: *El marqués de Sade, como no quería ser molestado, fue a asegurarse de que la puerta de su calabozo estaba bien cerrada. Estaba cerrada con dos vueltas por fuera. Él cerró el pestillo interior, que había obtenido de la complacencia del alcaide, volvió a sentarse a su mesa y se puso a escribir.*

Ese “pestillo interior” es esencial. Designa la actitud imprescindible para preservar, aún en tiempos de horror, la capacidad de pensar y hablar. Pero quien sepa que la edición de *Poddema 2* fue de sólo 100 ejemplares, pacientemente cosidos a mano, y considere esa cita junto con la foto de la portada — un mate y un paquete de yerba sobre una mesa, ante una ventana a medias cubierta por una cortina — puede suponer que el grupo se propone continuar sus investigaciones poéticas en ambiente cerrado, al resguardo de la hostilidad del entorno. Sin embargo, la orientación del grupo será la contraria. Y la imagen de la foto puede ser vista al revés, como la declaración de un estado de alerta: la cortina, de hecho, está a medias abierta, y la luz viene de afuera. Al pie de la página donde figura esa cita (que es la post data de una editorial titulada “entrada”) se leen estas significativas palabras: *Busque la salida*.

En abril del 80 se da el grupo un primer cuestionario interno, cuya primera parte se interroga sobre la necesidad (o no) de un manifiesto, programa o declaración. De allí surgirá, en el 81, una declaración de principios. En el camino, simultáneo a la preparación de la nueva revista, se reafirma la vocación surrealista del grupo con la convicción de que ésta — como dirá más tarde una presentación grupal en São Paulo — *sólo tiene sentido si es tomada y actualizada por nuevos hombres vivos en las circunstancias de su propia historia*. Y se decide cambiar el nombre Poddema por el título del texto de Breton sobre la analogía poética, que abre la revista (7).

Signo Ascendente 1 (500 ejemplares, 48 pp.) retoma la fórmula “Por un arte independiente” que aparecía en la portada de ambas Poddema — como título del editorial, que denuncia: *Una crisis sin precedentes nos mantiene atados de pies y manos. Nuestros días transcurren en los intentos de desatarnos. (...) Hastío, indiferencia, miedo, debilidades de todo tipo toman cuerpo en nosotros. La salud, la vivienda, la educación, los derechos individuales, incluso el derecho tan elemental de descansar y alimentarse, y la vida en casi todos los órdenes, están atacados por un germen aniquilador cuya presencia es imposible de negar. (...) En la Argentina, la libertad de expresión se encuentra reducida al límite de lo soportable. Y convoca: Ante estos hechos alarmantes, los intelectuales y artistas que se consideren, por lo menos, dignos de ese nombre, deben reunirse y establecer inmediatamente planes de acción. Puede ser largamente debatida la cuestión de las vías de independencia de los artistas que tienen conciencia de una situación tal. En principio, pensamos que para inscribirse en una alternativa independiente es necesario que el artista cuente con sus propias herramientas de trabajo. Debe independizarse de los centros de decisión que ejercen el poder cultural, del circuito comercial que representa y sustenta esa política, y debe romper con una actitud de adaptación y conformismo ante esa realidad, actitud vigente desde hace ya mucho. Signo Ascendente se postula como canal para que ese debate, y la efectivización de sus resultados prácticos, se realicen*.

La revista ofrece, a raíz del reciente amague bélico contra Chile, un dossier sobre la guerra. Incluye un poema de Breton acompañado de su texto “Luz Negra”, en el que, al final de *Arcano 17* (escrito durante la Segunda Guerra), aquél llamaba a reflexionar, para buscar la manera de suprimirla, sobre la “oscura seducción” que, en el actual estado de desencanto de la vida social, parece ejercer la guerra sobre los individuos. En el artículo “2 de setiembre” el grupo sale en defensa de las ciencias sociales, en particular de la psicología, atacada por una ley de la dictadura que, desde el 2-9-80 prohibía a los psicólogos realizar diagnósticos, pronósticos y tratamientos. Se retoman algunos materiales de *Poddema 2*, por su escasa difusión, y, aparte de nuevos poemas y collages del grupo, se incluye un informe sobre Robert Owen y un texto de Benjamín Péret sobre el arte abstracto.

Al mismo tiempo, como ya se ha dicho, el grupo interviene en la lucha por los desaparecidos. Trabaja, en particular, con Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas y Gremiales, que es el organismo que se plantea más temprano y de manera más audaz la incorporación del resto de la población a su lucha. Así, un miembro de Signo Ascendente participa regularmente de sus reuniones (en la comisión de familiares de artistas desaparecidos) y es desde allí que el grupo acompaña sus iniciativas. En agosto y diciembre del 80 y abril del 81, Familiares promueve solicitadas con firmas de personalidades notables. La labor de los surrealistas consiste en visitar, en nombre de Familiares, a artistas e intelectuales de renombre para pedirles su adhesión. Concurren también, por decisión colectiva, a las primeras concentraciones convocadas en Plaza de Mayo (8) (ya algunos de ellos han estado, en septiembre del 79, acompañando, junto con otros activistas, las largas colas de familiares frente a la OEA para presentar denuncias ante la Comisión Investigadora de Derechos Humanos). Y en julio del 81 el grupo toma a su cargo la realización gráfica del libro *Cielo libre*, que reúne poemas escritos en las cárceles, entre el 76 y el 81, por presos políticos. Es editado por Familiares y tipeado, diagramado, llevado a la imprenta, compaginado y pegado por manos surrealistas, como si fuera una más de sus revistas.

La siguiente de ellas está, entretanto, en elaboración. Pero el grupo ha crecido: *Signo ascendente 1* ha dado como fruto el encuentro con la pintora Josefina Quesada, ex integrante del taller de Batlle Planas. En su casa, olorosa a trementina (en casa de Josefina que-es-hada) encuentra el grupo el ámbito más encantado posible para sus reuniones. También están allí las publicaciones surrealistas de los años 60, a partir de las cuales, en el verano 80-81, se logra entrar en contacto con el grupo de París y, a través de éste, con el de Praga. Llegan las revistas *Surréalisme* y el libro *La civilisation surréaliste*, cuyos textos comienzan a traducirse.

El año 81, intenso en la vida interna, no lo es menos en la acción exterior. Un boletín especial, con textos de todos los integrantes del grupo (9) y que incluye ya un texto de Michael Löwy y un dibujo de Martin Stejskal, se presenta

en un nuevo festival de la Crecefyl, el 19-12-81. Allí se lee también una declaración grupal “Por la libertad de expresión”. Comienza citando conceptos de Breton: *La libertad de expresión no podrá ser reconquistada hasta tanto no se corte todo lazo con quienes la han alienado; la libertad se define muy bien por oposición a todas las formas de servidumbre y de constricción*. Esa libertad, de la que se habla a lo largo del texto vinculándola a la juventud, al surrealismo y a la poesía, es muy concretamente situada al final del mismo, en relación con las luchas que entonces se están desarrollando en El Salvador tanto como en Polonia. Finalmente, tras denunciar que en nuestro país *la palabra libertad es una palabra que alude a la suerte corrida por miles de desaparecidos, detenidos o exiliados*, y que cobra su más pleno sentido a través de las actividades de Familiares y Madres, la declaración termina levantando sus consignas: *Junto a ellos, queremos ante todo la ‘aparición con vida de los detenidos-desaparecidos que en cárceles ilegales y secretas están pasando años de inhumano sufrimiento’; queremos la libertad de todos los detenidos por razones políticas y gremiales. ¡Ninguna libertad para los enemigos de la poesía! ¡Ninguna libertad para los enemigos de la libertad!*

Una semana antes de este festival el grupo ha participado en la primera Marcha de la Resistencia (24 horas de concentración en la Plaza de Mayo), convocada conjuntamente por Madres y Familiares. Y en alguna pared ha quedado la consigna “Aparición con vida”, firmada por el “Movimiento Surrealista”. Los tiempos de la lucha se aceleran. La revista está a medio hacer, pero el material aumenta. Entre el editorial, de marzo del 82, y su efectiva salida en mayo, habrán ocurrido sucesos cruciales: la movilización convocada por la CGT el 30 de marzo desborda a sus organizadores; la represión es feroz pero la resistencia, empujada, y los manifestantes dispersados por la policía se reagrupan una y otra vez y vuelven a la carga. En una verdadera cacería humana por las calles aledañas a la plaza, un obrero resulta asesinado y unos 1000 manifestantes detenidos —entre ellos, un surrealista, que en la comisaría donde pasa la noche, palpa el estado de ánimo de los muchos que lo acompañan, el clima de sublevación ya sin retorno. Dos días le bastan a la dictadura para dar el manotazo que busca desviar estas energías hacia una nueva pesadilla.

Cuando la fuerza de los hechos nos arrastra hacia el abismo, y cuando en el fondo del abismo se encuentra la muerte o la locura como estados absolutos, o la degradación moral como condena implacable, no menos que una profunda reflexión debe imponerse, a fin de encontrar un curso verdaderamente reivindicador del hombre; de lo contrario, la amenaza de barbarie que toda guerra contiene, rápidamente cobrará cuerpo en los mismos cuerpos que hoy, perplejos, casi alucinados, observan los acontecimientos, pero esta vez bajo el riesgo de muerte. Así comienza la declaración incorporada de urgencia a la contratapa de la nueva revista y firmada el 20-05-82. “Perplejos, casi alucinados”, han asistido los surrealistas a los hechos que dan lugar a la guerra de Malvinas —constatando el carácter premonitorio del dossier sobre la guerra de la revista anterior. Perplejos y casi alucinados, pero buscando mediante “una profunda reflexión” la respuesta necesaria, pasarán, de la primera y espontánea reacción (un llamado a la desertión), a partir del debate con los trotskistas (10), a las posiciones planteadas en la contratapa: Guerra, sí, pero sólo si esta guerra sirve a la causa de liberación nacional. Pero guerra no sólo en las Malvinas, guerra también al capital imperialista expropiándolo ya, guerra a los ‘acreedores’ internacionales suspendiendo el pago de la ‘deuda’ ya. (...) Pero que esta guerra sea por la recuperación de las fuentes de trabajo, contra el desempleo y los sueldos de hambre, guerra para recuperar los sindicatos, guerra para abolir la censura en todos sus órdenes, guerra para recuperar las libertades democráticas. Guerra, sí, pero sin olvidar ni por un momento que si hoy las armas del imperialismo provocan la muerte de soldados argentinos, el 30 de marzo, de un arma argentina encontró la muerte un obrero argentino. Guerra, entonces, pero que los muertos de esta guerra no sirvan para olvidar los miles de vivos-muertos de la ‘guerra sucia’. (...) Pero que esta guerra sirva para que los que arriesgan su vida, porque no tienen nada que perder, tomen en sus manos el destino de la nación.

Signo ascendente 2/3, que acabamos de abordar por la contratapa, está, pues, en la calle en el mes de mayo. Y se abre, sin embargo, con imágenes muy alejadas de toda idea de guerra. En la tapa, el luminoso cuadro de Josefina Quesada, “Fata Morgana vestida de universo”. Alberto Valdivia había elegido para la portada de *Poddema 1* una impresionante imagen de René Magritte, “La canción de las violetas”: hombres de roca, vistos de espaldas, de pie frente a un muro de roca (“la imagen misma del obstáculo”, escribiría luego Alberto en un texto inédito). El cuadro de Josefina muestra una mujer cuyo rostro vemos de frente, con ojos como soles o ruedas, y cuyo cuerpo se funde en líneas curvas para expandirse en un universo todo movimiento y transparencia, donde rostros y soles se multiplican. Lo que va de una a otra de estas imágenes parece hablarnos del camino recorrido por el grupo (ligado al de la resistencia en general): desde el aislamiento inicial de cada individuo ante el muro del silencio hasta la conformación de un campo magnético común, rebosante de energía y de voces.

Somos primitivos, estamos a gusto en nuestro salvajismo, no siendo este estado el de una agresión permanente, descontrolada, el estado de barbarie, como pretende el llamado pensamiento civilizado. Vivimos en hermosas cavernas, alrededor del fuego que hemos descubierto para los demás hombres, y en cuyo color, movimiento y poder comenzamos a reconocer el símbolo primero e insustituible del deseo. Los objetos, los seres y los fenómenos que nos rodean se anuncian en nosotros como portadores de una revelación múltiple e incesante. Avanzamos a tientas. Esta oscuridad nos es tan necesaria como el agua de los manantiales, como el aire. Cada noche que vivimos, cada luna bajo la que nos exaltamos, hacen que el universo nos sea al mismo tiempo tan

conocido como desconocido, tan temible como fascinante. Las sombras existen para que el hombre ame irresistiblemente a la luz, siempre a la luz. Estas palabras, con las que Alejandro Mael comentaba poéticamente uno de los juegos presentados en la revista el del “objeto táctil”, inspirado en las experiencias del surrealista checo Jan Svankmajer pueden describir muy bien ese campo magnético-poético común del que emana la fuerza de la revista, y en el que se han forjado buena parte de sus materiales. Hay en ella, en efecto, una casi desmesurada cantidad de textos automáticos colectivos algunos son la desgrabación de largas sesiones en rueda, con una vela en el medio y la palabra rotando rebotando de uno a otro. Los preceden las respuestas a un cuestionario interno sobre el automatismo y “El mensaje automático” de Breton. Además de los juegos y producciones poéticas o plásticas de sus integrantes, la revista bucea en las creaciones del arte “ingenuo”. Alberto Arias (ex Valdivia) presenta los dibujos automáticos de “Lidia F” alguien *absolutamente desprovisto de premeditación artística* y Silvia Grénier y Josefina Quesada, las pinturas mediúmnicas del zapatero remendón Casimiro Domingo. En cuanto a traducciones, hay un capítulo de *Civilización surrealista*, colaboraciones enviadas directamente de París y Praga y poemas de *El gran juego* de Benjamín Péret.

Pero este “campo de imágenes en movimiento” no está en el aire. Y no es sólo la contratapa la que lo liga a los acontecimientos de su tiempo. Por un lado, el texto “Fuego, fuego!”, de Julio Del Mar, expresa el repudio de los surrealistas al incendio del Teatro Picadero, perpetrado, en 1981, por las mismas oscuras manos que, ya en el 79, habían incendiado la biblioteca popular “José Enrique Rodó”. En el caso del Picadero, con la intención de interrumpir las muestras de “Teatro Abierto” una suerte de festival de teatro independiente que allí se estaban realizando. Después de saludar a “Teatro Abierto” como *la manifestación artística colectiva más importante* de los últimos años, que *se abrió paso en forma independiente de las instituciones oficiales y del circuito comercial*, el texto expone las diferencias ideológicas con los organizadores del mismo, tomando distancia de las posturas nacionalistas ante el arte y la cultura. Y por otro lado, la revista entera pivotea sobre el dossier de sus páginas centrales, titulado “Escándalos”. Se trata de una serie de textos polémicos y de denuncia, que incluye:

“¿Dónde está el surrealismo?”, texto grupal de agosto del 81 que defiende la vigencia del surrealismo contra los intentos de recuperación y manipulación de quienes, tras haberlo declarado muerto es decir, desactivado llevan sus cuadros a los museos para lucrar con ello. *El surrealismo (...) no ha sido, no es y no será otra cosa que un movimiento de insumisión total (...) un intento ambicioso y apasionado de ‘cambiar la vida’ y ‘transformar el mundo’, un viaje incansable de conquistadores cuya única meta es ese país iluminado por los tres soles, rojos y negros a la vez, del Amor, la Libertad y la Poesía (...) su vigencia se ha centuplicado en un mundo cuya ferocidad, lejos de disminuir, no ha hecho sino acrecentarse en el transcurso de los años (...) Enemigo mortal de toda sumisión, ha provocado en los sumisos sin remedio y en los sometedores el deseo de verlo morder el polvo. (...) De uno y otro lado, domesticadores, literatos, académicos y reaccionarios de toda laya se empeñan en demostrarnos de qué manera el surrealismo ha sido asimilado, incorporado, superado, etc.* Lo denunciado en este caso es la muestra realizada en el Museo de Bellas Artes con el patrocinio de Benson & Hedges y el título “cuatro maestros modernos” (Miró, De Chirico, Ernst, Magritte), así como la proliferación de maliciosos comentarios a que esto da lugar en algunos diarios. Por ejemplo, un artículo de *La Nación* que celebra que esos *ogros surrealistas, enemigos del trabajo artístico, de la cultura y de los museos* (sic), sean presentados en un museo, convirtiéndose en *su opuesto* (sic). Tras aclarar que lo que se deplora no es el hecho de que miles de personas puedan entrar en contacto, pese a toda la mala intención circundante, con la desconcertante libertad que vibra en esas obras, el texto grupal concluye: *Sólo esperamos que, más tarde o más temprano, estas obras surrealistas, devueltas a su cauce originario, terminen por arrasar con lo que se ha dado en llamar Mercado del Arte.*

“Los concursos Coca-Cola ante la opinión pública”: texto grupal que denuncia los certámenes culturales que *bajo el lema siniestro e insultante: ‘Coca-Cola le da más vida a... la Cultura’* se realizan en el país desde el 79. Para el surrealismo, *la sola idea de concurso artístico o intelectual no puede ser considerada menos que repugnante*, por sus lazos de sangre con la idea de libre competencia, porque sus organizadores persiguen fines contrarios a los que declaran y porque en el campo de las actividades del espíritu *no podría esperarse más que la recreación incesante del sentido, esto es, de la necesidad, de la libertad, de toda la libertad.* Tras recordar que Coca Cola es *uno de los más gruesos tentáculos del imperialismo*, se analiza el contexto que ha permitido sus andanzas: *censura (...) llevada hasta límites que sobrepasan el delirio mismo, incendio de bibliotecas y teatros, (...) artistas, intelectuales, profesionales, estudiantes, trabajadores y políticos exiliados, detenidos o desaparecidos, (...) desocupación y salarios indignantes, especulación financiera (...) quiebra del aparato productivo, etc.* forman el aplastante panorama en el que Coca Cola cínicamente actúa. Pero el texto denuncia también la defeción de *‘nuestros artistas e intelectuales de renombre’*, sin cuya colaboración como jurados estos concursos no serían posibles, destacándose la responsabilidad de aquéllos de quienes podría haberse esperado, por su trayectoria anterior, una actitud más digna. Muy en particular, Olga Orozco y Enrique Molina. En cuanto a éste a *quien, pese a ciertas reservas, todavía considerábamos de lejos como uno de los pocos hombres capaces de dar aquí la medida de lo poético (...) hemos recibido la noticia de su hazaña como si se tratara de una broma feroz, injustificable.* Lamentando que estos concursos sean para los jóvenes *una trampa, un cebo inmejorable para domesticar a quienes, por definición, deben situarse*

en el corazón mismo de una impulsión creadora salvaje, el grupo termina reclamando la construcción de una alternativa independiente para el arte, única posibilidad real de liberar a la expresión de las cadenas que actualmente la aniquilan.

“JSJ, manipulación, robo, burla”: con firma de Alberto Arias este texto denuncia el “V Concurso de Libre Expresión para Enfermos Mentales”, organizado en 1981 por Johnson & Johnson, cuyo folleto se reproduce íntegramente. Dice A.A.: (...) como Coca Cola, como Benson & Hedges, la calidad y cantidad de sus ventas siempre están en peligro. (...) La manipulación llevada a cabo por J&J es gravísima, sabemos ya con qué fines. J&J extiende su complicidad, sin embargo, hacia los servicios psiquiátricos cuando éstos, no satisfechos con lo que roban a los familiares de sus pacientes (...) llegan a utilizar a unos y otros para promocionarse y, por qué no, para ganar un premio a su actuación como mediadores o, lo que es lo mismo, como entregadores. (El folleto muestra que el “servicio” recibe el doble de dinero que el autor de cada obra premiada, de la que se apropia J&J). Tras reflexionar sobre el status de la locura en esta sociedad y la situación de los hospicios (los [centros psiquiátricos] estatales, difícilmente puedan aportar algo del resto humano que se proponen crear y efectivamente crean), y cuestionar la “libre expresión” de unas obras que habrán sido realizadas (...) bajo la vigilancia racional-naturalista de labor terapeutas y psiquiatras, declara A.A. entre sus conclusiones: *Ni Barbarie ni Civilización. Vivimos en una civilización bárbara.*

Una “Carta abierta a Enrique Molina” repudia su complicidad como jurado en los concursos Coca Cola, denunciando este gesto sobre todo a la luz de anteriores declaraciones suyas, que se reproducen después extensamente (tomadas de A partir de o y otras fuentes). Concluyen con una “Post data” de A. Mael comentando la intervención de Molina y otros en un suplemento de Clarín sobre el surrealismo.

La revista está en la calle en mayo. En junio lo estarán sus autores. En las turbulentas manifestaciones contra Galtieri, la cólera general habla en el fuego. ¿Y cuántas cosas dicen esas lenguas rojas, y cuántas estas palabras: los colectivos arden?

El colectivo surrealista, sin duda encendido, se duplica. Se suceden los encuentros: Juan Andralis ex integrante del taller de Batlle Planas, que ha participado del grupo de París en los años 50, su compañera Sylvia Valdés, la poeta Carmen Bruna, ex miembro de Poesía Buenos Aires, y los jóvenes Ricardo Robotnik y Gloria Villa se integran a Signo Ascendente, a cuyos encuentros vienen también Gabriela Cetlinas y, a veces, con Andralis, Mario Pellegrini, hijo de Aldo. Ya en agosto este grupo en pleno protagoniza la única intervención asimilable a los “escándalos” de los primeros surrealistas: la irrupción en una pretendida “velada surrealista” en la galería de Ruth Benzacar, durante la cual se reparte el volante: Madre Ubú Benzacar: ¡cuidado con la butifarra envenenada! *La Madre Ubú Benzacar y unos cuantos palotines amaestrados organizan hoy un festín de compra-venta de cuadros disfrazado de ‘velada surrealista’.* Ante este escándalo, nosotros, desde el surrealismo, queremos advertirles que: *el surrealismo (...) ha surgido para acabar con la barbarie y la imbecilidad de esta sociedad de mercaderes, explotadores y asesinos que trafican con la carne y el espíritu del hombre. (...) La Madre Ubú ‘incorpora’ al espíritu rebelde, lo ‘reconcilia’ con el sistema capitalista, presenta la obra ‘purificada’ de su gran veneno destructor. Pero la Madre Ubú Benzacar es sólo un engranaje más de una gran maquinaria: la industria cultural capitalista y su mercado de arte, que transformando toda obra revolucionaria en mercancía, la castran, neutralizando así su contenido liberador. (...) Quede en claro que el templo del dinero de un mercader de cuadros no es, en modo alguno, el lugar en que arde la llama de la rebelión.*

Dos intervenciones cierran el año. En octubre, en un festival de “arte alternativo”, organizado por la revista Pan Caliente, se arma una suerte de stand en el que se destaca, entre cuadros y consignas, un “objeto táctil” ofrecido esta vez a los jóvenes del público, que forman cola para participar y dejan unos 50 registros escritos. En diciembre, en un encuentro de revistas culturales independientes, en el Villa Malcolm, se lee la declaración “Libertad vs. Conciliación” que, tras repudiar los llamados a la “conciliación” y al “olvido”, concluye directamente reclamando *¡Abajo la dictadura ya!* Mientras tanto, el grupo trabaja, junto a otros poetas, en la preparación del libro 65 poetas por la vida y la libertad, que saldrá en el otoño del 83, como expresión de adhesión a la lucha de Abuelas de Plaza de Mayo y en beneficio de ellas. Será ésta sin contar la intervención en las crecientes movilizaciones la última acción colectiva bajo la dictadura.

Paradójicamente (o no), el primer efecto del fin de la dictadura es cierta dispersión, fenómeno que no afecta sólo a Signo Ascendente: más de un grupo o revista desaparecerán aquí. Pero en el caso surrealista, la vida colectiva nunca deja de latir del todo, aunque lo haga débilmente. Un paulatino reagrupamiento sin excluir alejamientos definitivos y nuevas adhesiones dará lugar a una segunda etapa de intensa actividad en los años 85-88. Intervienen en ella A. Arias (hasta el 87), C. Bruna, J. Del Mar, S. Grénier, Carlos Marcaida (hasta el 87), R. Robotnik, Sonia Rodríguez (hasta el 87) y G. Villa (12). Aunque la revista no vuelve a aparecer, entre el 83 y el 88 se editan con el sello Signo Ascendente siete libros de poemas y una “cajita visual” (13). El grupo difunde su producción sensible en recitales, muestras y presentaciones con músicos amigos, al tiempo que continúa expresándose en volantes y declaraciones y, a veces, en algunos periódicos como *Nueva Presencia* o *La Razón* que, en el 86, tendrá el inusual gesto de dejar en manos del grupo un suplemento recordando el aniversario de la muerte de Breton.

En el 85, cuatro integrantes de S.A. viajan a São Paulo, invitados por Sergio Lima miembro, en los años 60, del grupo surrealista de esa ciudad, editor de la revista *Aphala* e intervienen en una mesa redonda sobre el surrealismo en América Latina (14). En el 86, S.A organiza en Buenos Aires un seminario de S. Lima sobre la imagen. Ese mismo año, el grupo difunde una *Breve carta abierta a Octavio Paz*, repudiando tanto las posiciones de su libro *Tiempo nublado* (por ejemplo, su reivindicación de lo que él llama la “primera democracia multirracial de la historia”: los EEUU) como sus declaraciones en una reciente visita al país. Dice la carta, entre otras cosas: *La famosa coartada que consistió en hacer nacer un pérfido surrealismo estetizante y antipoético, separado de las nociones más sustanciales de libertad y dignidad humanas, ha dado en su caso los frutos esperados: ahora tiene usted un puesto de privilegio entre los liberales, es decir, los forjadores de Occidente, (...) No lo recordamos para Usted, lo recordamos para otros: el surrealismo nació del fuego de la revolución en su encuentro con el amor y la poesía.*

Éstos son años de mayor soledad en la defensa de las posiciones independientes y revolucionarias para el arte. La colaboración entre grupos alternativos decae, un importante número de artistas e intelectuales adhiere al gobierno alfonsinista, y a los concursos Coca Cola se suman, para entusiasmo de muchos, los de Konex, Union Carbide, etc. Contrariando esta tendencia, los surrealistas presentan en el 85 su adhesión a la construcción de un Frente Revolucionario Antiimperialista, declarando: *El artista –que generalmente no es un privilegiado sino un oprimido– debe unirse al combate de los explotados por darle un vuelco a la historia de padecimientos y miserias (...) tenemos clara conciencia de que la mayoría de los creadores hoy siguen la corriente oficial; es decir, apoyando la política del gobierno están dándole la espalda a la realidad miserable en que está inmersa la clase trabajadora (...) ¿De qué libertad de expresión puede hablarse, por otra parte, cuando la creciente miseria económica y la falta de presupuesto educativo reducen cada vez más las posibilidades de las grandes mayorías de acceso a la cultura, a la educación y a la expresión artística? (...) Como artistas, no hacemos otra cosa que intentar dar forma al vínculo entre el sueño y la acción, entre la desesperación que produce la miseria y el combate por una transformación revolucionaria de la realidad en los países oprimidos y robados por el imperialismo.*

Son también años signados por la lucha por el castigo a los culpables y el desmantelamiento del aparato represivo, contra la política reaccionaria que busca la amnistía y el olvido. Política que la Iglesia abona con tenacidad mientras intenta preservar su dominio y censura sobre las costumbres, oponiéndose al divorcio y al aborto e interviniendo en el Congreso Pedagógico. En el 86, S.A. difunde el boletín Amor = Unión libre: *Sólo un delirante podría proclamarse a sí mismo dueño y señor del Universo entero, conocido y por conocer, y como tal repartirlo a su antojo entre sus aliados y amigos. Sólo un delirante, es decir: UN PAPA. Porque fue la Santa Sede Apostólica la que ‘por legado de Jesucristo’ otorgó en el siglo XVI a la Corona de Castilla ‘las Indias Occidentales, islas y Tierra Firme del Mar Océano, descubiertas y por descubrir...’ Que las tierras americanas estuviesen pobladas desde hacía miles de años por millones de seres humanos, que estos hombres hubiesen creado civilizaciones magníficas, mitologías y sistemas sociales más ricos y menos represivos que los occidentales, y que viviesen en armonía con su medio (...) al Papa y a los reyes les importaba un comino. Esos hombres desconocían a Cristo (...) pero además tenían oro, mucho oro, y si al Papa le pertenecía el Universo, con mucha más razón le pertenecía el oro. (...) Como se ve, la megalomanía y la prepotencia eclesial en estas tierras vienen de muy lejos, como viene de muy lejos su alianza con la codicia, la explotación y la hipocresía. ¿Y quiénes son ellos, entonces, con sus manos manchadas en la sangre y el barro de la hipocresía, para dictaminar lo que está bien y lo que está mal? (...) ¿Quiénes son ellos, que les cerraron las puertas en las narices a las madres de los desaparecidos, mientras bendecían la doctrina de la seguridad nacional, bendecían a los torturadores y el nuncio apostólico Pío Laghi jugaba al tenis con el criminal Massera? ¿Quiénes son ellos, que siguen defendiendo a los asesinos, llamándonos a olvidar y perdonar, y preparan la visita del Papa para darle la bendición final a la amnistía? ¿Quiénes son ellos para hablar del amor?*

El 12 de octubre del 86, en un acto de organizaciones indígenas y de derechos humanos en Parque Centenario, S.A lee una declaración que denuncia el genocidio iniciado en América con la llegada del primer encomendero de indios: Cristóbal Colón, señalando aquí no sólo la responsabilidad de la iglesia, sino la de la idea de progreso defendida por los liberales como Sarmiento o Roca, ideólogos de la “conquista del desierto”. *Ley, orden, progreso, utilidad, seguridad, razón, defensa de la propiedad: he aquí las sacrosantas divinidades que nos rigen. Y si muchas son las voces que se han alzado para condenar el horrible exterminio del indio (...) debemos quizá reconocer que el ‘razonable civilizador’ se ha alzado definitivamente victorioso al imponer en la conciencia del hombre contemporáneo la justificación histórica de su crimen: todo fue en aras del progreso y, como es sabido, nos dicen, éste se cobra sus víctimas, (...) al fin y al cabo el progreso es lo bueno, lo útil, lo deseable. Éste es el triunfo mayor del colonizador, porque, ¿cuántos se preguntan hoy sobre qué progreso es éste? ¿Hacia dónde, en fin de cuentas, avanzamos? (...) ¿Qué civilización es ésta que para existir necesitó destruir a todas las demás? (...) La que impuso el ‘valor de cambio’ por sobre el ‘valor de uso’ levantando el poderoso imperio de la mercancía con su ideología positivista, ultra racionalista y acabadamente irracional, del que estamos todos presos. Porque sobre esta tierra enajenada todos somos ahora extranjeros y desposeídos. (...) (es necesario) que del fondo de las conciencias se levanten otra vez los indómitos malones de la libertad (...) Alto, muy alto debe ser colocado en estas luchas que vendrán el legendario nombre de Calfucurá.*

En abril del 87, los surrealistas firman, con otros artistas e intelectuales, la solicitud “No a la reconciliación papal: ni amnistía ni tregua social” y participan del acto reprimido, por cierto en repudio a la visita del papa. En el 88

impulsan la formación del Frente de Intelectuales y Artistas Revolucionarios. Integrado, en principio, por S.A., Arte Comando Terror Ya, Frente de artistas del MAS y el grupo de teatro Los Anarquistas, este frente elabora un “Llamamiento a los artistas e intelectuales revolucionarios”: *la actual miseria, el hambre, el embrutecimiento, la impunidad otorgada a los genocidas de la dictadura (15), (...) muestran a las claras la verdadera cara de esta ‘democracia’ de patronos, construida sobre la sombra de los desaparecidos, sobre la opresión de la clase trabajadora. Esta situación (...) no puede sino redundar en perjuicio de cualquier tipo de actividad creadora hasta anularla en su potencialidad, a no ser que, justamente, los artistas e intelectuales se interroguen seriamente sobre tal estado de cosas y procedan a la elaboración de su propio plan de lucha.* En una primera reunión ampliada participan algunos poetas del interior (como Rodolfo Álvarez, editor en Junín de la revista Maldoror). Es un año de fuertes movilizaciones gremiales, en las que el FIAR se propone intervenir. Reparte en una marcha docente un volante que, después de plantear la adhesión a los reclamos del sector, llama a reflexionar sobre el rol de Sarmiento como ideólogo del genocidio en la medida en que, al proveer, con su “darwinismo social”, la justificación histórica del genocidio perpetrado por los conquistadores (*Las razas fuertes exterminan a las débiles (...) esto es providencial y útil*), brindó sustento ideológico al que su propia generación consumaría en “la conquista del desierto” orgullosamente reivindicada, como se sabe, por los genocidas del 76. El volante no deja de suscitar indignación: contra Sarmiento, en algunos docentes; contra sus denunciantes, en otros. El FIAR decide luego una intervención en una movilización de la CGT. Pero sólo se presentan ese día algunos miembros de S.A. y de Arte Comando... El frente termina allí. Su saldo, en lo interno, es un reagrupamiento a partir del cual el grupo surrealista estará formado por Pablo Baldomá y Luis Conde (ambos provenientes de Arte Comando...), C. Bruna, J. Del Mar y S. Grénier. Sigue una etapa de mayor repliegue sobre la vida interna. Entre otros juegos, se elaboran una serie de collages colectivos. En esos años se agiliza la relación entre los distintos grupos surrealistas. A los textos e imágenes de los grupos de París y Praga se agregan las reflexiones y experimentaciones de los de Estocolmo y Chicago sobre la música, que suscitan el interés del grupo (en el que hay un músico), y el promisorio vínculo con Madrid. En función de esta mayor vinculación internacional, y de los cambios internos y externos, el grupo pasa a firmar como “Grupo surrealista de Buenos Aires”. Interviene como tal en el primer *Boletín Surrealista Internacional* (junio 91), respondiendo una encuesta sobre la tarea del surrealismo: *En un tiempo en que se nos anuncia en todas partes ‘el fin de la historia’, la repetición indefinida de lo mismo, la muerte de la Utopía, nos corresponde, como siempre pero con más urgencia que nunca, ‘mantener intacta la indispensable reserva de futuro’ y, más aún ‘la esperanza en ese futuro’ (Jean-Louis Bédouin). (...) reinventar, reelaborar, realimentar, la imagen de la revolución (...) Preservar, en medio del sálvese quien pueda de esta decadencia interminable, una ética revolucionaria, una ética del rechazo. Jugar el gran juego del No. No buscar en el espejo nuestra imagen sino toda lo que ella oculta. Apartarnos más que nunca de los lugares ensangrentados en los que el mercado procede a la desactivación de las imágenes, a la trituración de las palabras. Buscar los lugares salvajes en los que sea posible, al margen de la alienación general, preservar al lenguaje contra la charlatanería y la gesticulación. Sublevar, como los indios, como los bárbaros, todas las potencias del Nomadismo contra la petrificación del ser que es la piedra angular del Imperio, continuando la exploración apasionada de esas verdaderas fuentes de movimiento a las que el surrealismo se dedicó desde el comienzo. Concentrar además, en la palanca de nuestra negación, el peso de los lenguajes olvidados o reprimidos, para hacer estallar ese gigantesco mecanismo de perversión que tiende a la desecación de los poderes del espíritu, amenazando los fundamentos mismos de la conciencia y la condición humanas.*

Un mes antes de la salida de este boletín, el grupo recordaba a Miguel Ángel Bustos. Ya en 1985, la adhesión de S.A. a la Marcha de la Resistencia destacaba, entre los miles de desaparecidos, a los “compañeros de la vida poética”: Tilo Wenner y Miguel Ángel Bustos. Un año antes, en 1984, A. Arias había publicado en *Nueva Presencia* un artículo evocando a Tilo Wenner (16): *Un poeta, un gran poeta que no había elegido el camino de la absurda ‘carrera literaria’ sino el de la verdadera poesía, casi silenciosa y siempre elocuente, la poesía existiendo. (...) Tilo Wenner, poeta de gran fuego poético. Tilo Wenner es también 30.000 desaparecidos. La poesía también es el combate por una vida solidaria, no hipócrita ni criminal. Y los poemas que siguen (17) son una rotunda acusación contra quienes creen que podrán apropiarse para siempre de nuestra libertad (...) En tanto que aspiración irrenunciable, esa libertad sólo pertenece a los oprimidos y a los que luchan por cambiar su condición. Y los poetas están para grabarlo en la memoria colectiva.*

Miguel Ángel Bustos, poeta y militante, fue secuestrado en su casa, a los 43 años, el 30-05-76. El 30-05-91 cae jueves, y en la habitual ronda de Madres se distribuye, firmado por el Grupo surrealista de Buenos Aires, el volante A quince años de su secuestro, Miguel Ángel Bustos, poeta, está presente: *... Porque siendo artista no eligió la mezquina actitud de los que sólo buscan –carrerismo mediante– ‘ocupar un lugar en el mundo’, acumulando aplausos, premios, honores, cargos y –si pueden– dinero (...) sino que prefirió sumarse –tan anónimamente como cualquier otro– a las luchas de su tiempo, sea cual fuese el lugar político desde donde lo hizo (...) que, sabemos, representaba para él el camino para (como dirían los antiguos mexicanos) ‘la cimentación de un nuevo sol’, de una nueva era – la Revolución. Y porque tal compromiso no empujó su obra hacia la poesía de circunstancia o panfletaria sino que (...) sabiendo que la nueva era debía fundarse sobre un modo de SOÑAR ‘AMAR HABLAR ACTUAR’ radicalmente diferente al actual – miserablemente empobrecido – se sumergió profundamente en*

sus visiones (...) fundiendo para ello en un mismo cristal 'ígneo-frío' los ríos del pensamiento precolombino, de la tradición poética maldita y del ocultismo, tres vertientes negadas y reprimidas por el pensamiento occidental.

Ya entonces, en el 91, la llamada "civilización occidental" ha comenzado a preparar los festejos del V Centenario de su desembarco en América. El grupo surrealista de Buenos Aires propone a los demás una acción conjunta en repudio a estos festejos, enviándoles dos textos para iniciar la discusión. La propuesta es aceptada. Ese año, coincidiendo con el proceso de reelaboración colectiva del que surgirá una declaración internacional, tiene lugar, en Buenos Aires, el primer encuentro personal del grupo con Michael Löwy. En el 92, el grupo interviene en las reuniones que preparan la Contramarcha del 12 de octubre y participa en ella, difundiendo la declaración internacional de repudio. Pero son aquí tiempos difíciles, y una confluencia de crisis (personales, amorosas, laborales, políticas, etc.) dejarán, de hecho, en suspenso indefinido las actividades del grupo. No es fácil dar razones de esta interrupción. Effenberger habla en alguna parte de los grupos arrastrados por "el peso creciente de las condiciones de existencia". Esto es seguramente cierto, pero también insuficiente. En los años posteriores, buena parte de los últimos integrantes del grupo se mantendrán en contacto y realizarán más de una actividad en común, pero sin volver a adoptar una identidad colectiva.

¿Conclusión/es? Hablé hasta ahora en tercera persona de dichos y hechos en los que intervine (como S. Grénier). No puedo terminar sin asumir la responsabilidad y las limitaciones que en primera persona me corresponden. Se me invitó a dar testimonio y eso hice (18). Parcial, sin duda: no cabría comentar aquí la expresión poética del grupo (19). Tampoco detenerse en los conflictos internos que en ocasiones se plantearon ni en el detalle de cuándo y por qué razones (políticas, filosóficas o personales) se alejó tal o cual compañero. Lo que importaba presentar aquí es lo que fue pensado y hecho como fruto de coincidencias colectivas. De lo cual, por otra parte, aún no hay un balance. Es probable que esta recapitulación, nunca antes realizada, sea un punto de partida para hacerlo. Por lo pronto, puede decirse que surge ya de ella con bastante claridad el rasgo que distinguió a este grupo en todas sus etapas de otras experiencias emprendidas en el país en nombre del surrealismo o bajo su influencia: su adhesión a la voluntad surrealista original de "unir por medio de un nudo indestructible" la actividad de transformación radical del mundo a la de su interpretación, traducida en un compromiso concreto y colectivo con la "cuestión siempre ardiente de la revolución" hilo conductor de este libro, como señala Löwy al comienzo del mismo. (20)

Cabe, sin embargo, preguntarse: ¿por qué hablar de estas cosas? ¿Qué sentido tiene traer hasta el presente las palabras y gestos de las luchas de ayer? ¿Qué importancia tuvieron? ¿Qué valor puede tener recordarlas cuando es tanto lo que se ha buscado y seguimos tan lejos de alcanzar? Pero se trataba de la libertad, de esa libertad que, como decía una declaración del grupo, *se entretiene en juegos amorosos y en juegos poéticos, en el colmo maravilloso de su espontaneidad, y que conforma así las bases de esa fuerza libertaria que atraviesa toda manifestación vital*. Quizás se trata simplemente de eso: poner en circulación y en juego las huellas de esta "manifestación vital", forjada contra tiempos oscuros, para que al menos algunas de esas huellas, de algún modo y en alguna parte, contribuyan a que la aspiración humana a la libertad se mantenga, como pedía Breton, *en la posibilidad de recrearse sin cesar*.

Esa aspiración de libertad y esta memoria de la resistencia, no puedo dejar de dedicarlas a quien entonces nos abrió camino: a la mujer de nombre de azucena y a sus luchadoras compañeras porque, contra todo silencio y todo olvido, aquí y ahora acabamos de verlas resurgir desde el fondo del mar, alzarse de la tierra, y dar testimonio con sus huesos. Testimonio no sólo de las cosas atroces [¡tiraban madres vivas al río! (21)]. También de que la Tierra gira, los ríos fluyen, la marea crece; de que la historia, como la vida y como la lucha, continúa. ¿Tendremos alguna vez la anhelada Villa en Flor de justicia, de poesía, amor y libertad? En tanto no sepamos la respuesta, pero alguien luche por ella, rebeliones como la de Azucena seguirán dando luz. Inextinguible.

Notas: 1.) Al respecto, puede verse: Javier Cófreces, *Siete surrealistas argentinos*, Bs. As. Leviatán, 1999; Stefan Baciú, *Surrealismo latinoamericano*, Valparaíso, Ediciones Universitarias, 1979; Graciela Maturó, *Proyecciones del surrealismo en la literatura argentina*, Bs. As, Ediciones Culturales Argentinas, 1967. 2.) El Partido Socialista de los Trabajadores y Política Obrera, ambos expresamente proscriptos por la ley 21.269 de la dictadura. 3.) Varias reuniones, con un grupo ya acotado, se realizan en casa de una compañera, hasta que ésta debe abandonar el país por el secuestro-desaparición de su ex marido. Corre ya 1978. Ése es el clima en el que se leen la *Historia del surrealismo* de Nadeau, los *Manifiestos*, *Nadja*, los *Cantos de Maldoror*, etc. 4.) Los responsables del "Club Social y Deportivo Villa Malcolm", ¿participaban a conciencia de esa voluntad de oposición? ¿O se limitaban, por un elemental reflejo democrático, a dejar hacer sin indagar demasiado? Sea cual sea la respuesta en este caso, es bueno recordar que, en una época condicionada por la censura y propaganda dictatoriales, signada por el miedo y las repetidas frases "no te metás" y "por algo será", no faltaron sin embargo actitudes dignas, resistencias anónimas y lugares donde un aire diferente pudo circular y ser respirado, aunque fuera de a ratos, con cautela y en mínimas porciones. La historia de esos lugares otros clubes de barrio, bibliotecas populares, cine clubes, algunos centros culturales, etc. aún está por hacerse. 5.) El trámite implica en ese tiempo el envío de un ejemplar al Ministerio del Interior. 6.) A. Valdivia reedita Molino rojo en 1979 bajo el sello Centro Editor Independiente el mismo de *Poddema*. 7.) ¿Por qué la elección de esos nombres? Veamos. En *Aquí, Poddema* (1946) Michaux describe las costumbres de pueblos inventados.

Tomar ese nombre implicaba una afirmación del territorio de lo imaginario. Pero a su vez, algunas experiencias de los habitantes de Poddema en particular (como “el registro de sufrimientos”, que van del malestar a la tortura) no dejaban de aludir a los aspectos más cruentos de la realidad. En castellano, además, la palabra Poddema evoca el “poder del poema” pero también “poder de masas”. En *Signo ascendente* (1947) Breton reivindica el pensamiento analógico. Y reclama para la imagen que vincula dos realidades distantes “una tensión vital enfocada, en la medida de lo posible, sobre la salud, el placer”, etc., como en el apólogo zen en el que Bashô toma el haiku de un discípulo: “Una libélula roja arrancadle las alas un pimiento rojo” y lo convierte en: “Un pimiento rojo ponédle alas una libélula roja”. La palabra francesa “ascendant” puede traducirse también como “ascendiente”, en el sentido astrológico. Para el grupo, el ascendiente es el propio surrealismo, y el signo de éste es ascendente en la medida en que aspira a subvertir la vida en busca de más libertad y más poesía. 8.) Pese al secuestro de las fundadoras de Madres de Plaza de Mayo Azucena Villaflor, Esther Ballestrino y María Ponce perpetrado en 1977, junto al de otros familiares y activistas, con la intención de acallar sus reclamos, la dictadura no logra impedir la persistencia de la lucha ni su repercusión internacional. Esas primeras concentraciones de convocatoria ampliada no son reprimidas, pero la policía rodea la plaza desde temprano para impedir el acceso de los activistas. Es necesario llegar antes, o colarse por algún hueco, y permanecer luego dentro del férreo cerco policial hasta el momento de la desconcentración. 9.) Incluyendo a Juan Perelman, quien llega de Bolivia a casa de Josefina y se incorpora al grupo. 10.) En particular, la agrupación Política Obrera. 11.) Un objeto especialmente preparado para ser explorado mediante el sentido del tacto y desencadenar asociaciones e imágenes. 12.) Luis Mihovilcevic, compositor del grupo expresionista El Grito, y luego de Cultrun, comparte con el grupo reuniones, presentaciones y declaraciones. 13.) De C. Bruna, *Morgana o el espejismo* (1983) y *Lilith* (1988); de S. Grénier, *Salomé o la búsqueda del cuerpo* (1983) y *Los banquetes errantes* (1987); de R. Robotnik, *Una temporada en Tenerife* (1985); de A. Arias, *Himnosis* (1985), y en el 88, *Crisol de sabanas* de Daniel Fernández. La “cajita visual” *Severa vigilancia* (1987) contiene obras de G. Villa, J. Del Mar, R. Robotnik y Sergio Lima, de São Paulo. 14.) Tienen también la ocasión de confrontar con la actitud desalentadora y confusa de dos ex miembros del grupo de París, J. Schuster y J. Pierre, los mismos que, pese a haber declarado en el 69 el fin del “surrealismo histórico” intervienen como invitados estrella en una Semana Surrealista organizada por la Alianza Francesa. 15.) La ley de “punto final” es del 24-12-86; la de “obediencia debida”, del 8-6-87. 16.) Tilo Wenner, poeta y periodista independiente (que estuvo en contacto con los surrealistas de París en los años 50), vivía en los 70 en Escobar, donde dirigía el periódico independiente *El actual*. Fue el único medio en denunciar, en 1973, el asesinato (en una confitería donde jugaban al metegol) de tres jóvenes sospechosos de un crimen (más tarde se demostraría su inocencia) por parte de una comitiva policial al mando de Luis Patti. Fue secuestrado el 26-03-76, a los 44 años, por la policía de Escobar, en cuya comisaría revistaba Patti como oficial 2°. A. A. denunciaba en el 84 la impunidad de los criminales, ¿qué cabría decir en el 2005, a la vista de la “brillante” carrera política de Patti? 17.) Seguían los poemas “Dos ángeles familiares” y “Un día nos reuniremos”. 18.) Agradezco, por su aliento y ayuda en la recuperación de documentos y recuerdos, a Alberto a. Arias, Pablo Baldomá, Carmen Bruna y Luis Conde. También a Grisel Adissi y Carlos Becerra por sus comentarios, y a Horacio Tarcus por las precisiones sobre ARCA. 19.) Se puede acceder a las revistas del grupo en el Cedinci (Fray Luis Beltrán 125, Buenos Aires). También consultar la antología de Jorge Santiago Perednik, *Nueva poesía argentina: durante la dictadura (1976-1983)*, Bs. As., Calle Abajo, 1989. 20.) Breton habla de este “nudo indestructible” en Los vasos comunicantes. No está de más decir que, de aquéllos que en una u otra época intervinieron en el grupo, algunos siguen manifestándose artística o públicamente de algún modo, en tanto otros eligieron el silencio. En los hechos, ninguno actuó en contra de las posiciones antes defendidas. Por aquí o por allá pueden hallarse, en libros, ediciones, recitales, lecturas, conciertos, obras teatrales, páginas web y más aún, las voces de Alberto a. Arias, Pablo Baldomá, Carmen Bruna, Luis Conde, Sonia Rodríguez, Silvia Guiard o los collages de Alejandro Michel (ex Mael). 21.) Se sabía que las madres secuestradas habían sido llevadas a la Escuela de Mecánica de la Armada, y, después de la tortura, “trasladadas” en los llamados “vuelos de la muerte” (dopadas y arrojadas al río). Muchos cadáveres aparecieron, en esos años, en las playas de la costa atlántica, siendo algunos inhumados como NN en el cementerio de Gral. Lavalle. Allí fueron identificados en 2005 los restos de Azucena Villaflor, Esther Ballestrino y María Ponce. Ellas, que dieron los primeros pasos en la resistencia, son hoy las primeras en dar prueba del circuito completo del horror. [escrito em 2005 para posfácio a livro de Michael Löwy]

A COMUNA DOS PALMARES [Benjamin Péret e a revolta dos escravos no Brasil colônia]

MICHAEL LÖWY

Walter Benjamin assignava ao historiador crítico a tarefa, eminentemente difícil, de escrever a história *gegen den strich*, a contra-pêlo. O estudo dedicado ao Quilombo dos Palmares por Benjamin Péret é uma bela ilustração desta atitude dissidente. Como se sabe, Palmares foi uma espécie de confederação de comunidades de escravos *marrons*, isto é, fugitivos, do Nordeste brasileiro, que resistiu, ao longo de todo o século XVII, às expedições holandesas e portuguesas que tentaram pôr fim a este reduto de insubmissos. A *república negra dos Palmares* só será vencida em 1695, com a morte de seus últimos defensores e de seu último chefe, Zumbi.

Submetidos às condições de vida e de trabalho inumanas, cujo símbolo é a flagelação por um chicote especial, o *bacalhau*, muitos escravos tentaram, e às vezes conseguiram, escapar do jugo servil. Aproveitando os conflitos entre as potências coloniais – Holanda e Portugal – os escravos foragidos se estabeleceram, sobretudo a partir de 1630, na

zona dos Palmares, rodeada de florestas virgens, e situada no sul da província colonial de Pernambuco – hoje Estado de Alagoas. Várias aldeias, federadas entre si, e reunindo vários milhares de pessoas, se constituíram, vivendo de uma agricultura de subsistência, assim como da pilhagem dos colonos portugueses da região.

Por ocasião de expedições deste tipo, os negros foragidos libertavam escravos e os levavam – sobretudo as mulheres! – forçados ou por livre escolha, para seus redutos. (1) A palavra *quilombo*, de origem africana – em Angola, um acampamento militar – designava no Brasil este tipo de comunidades ou confederação de aldeias de ex-escravos. O de Palmares está longe de ser o único: é o exemplo mais importante, e o mais impactante, de uma série de revoltas de escravos e de movimentos de fuga que se sucederam no curso dos três séculos que durou a escravidão no Brasil. (2)

Inquietos de ver prosperar estes bandos de *salteadores e escravos fugidos*, os holandeses, senhores da província nesta época, empreenderam, a partir de 1644, várias expedições punitivas, visando por fim aos redutos dos Palmares. No curso de duas tentativas, em 1644 e 1645, conseguiram matar ou prender alguns negros, mas como a maioria fugiu antes de sua chegada, o quilombo continuou a manter sua insolente autonomia. Depois da restauração da autoridade portuguesa, em 1654, outras tentativas vão se suceder: dezenas de expedições militares, até 1678 ! Elas conheceram diversas fortunas, mas fracassaram em seu objetivo de destruir o reduto insubmisso. Em 1678 o principal chefe dos Palmares, o *rei* Ganga-Zumba, aceitou um acordo de paz proposto pelas autoridades portuguesas. Nesta época o quilombo contava – segundo as fontes – entre dez e vinte mil habitantes, distribuídos em uma dezena de aldeias em um território com a superfície da Bélgica. Vários outros chefes e combatentes do quilombo recusaram entretanto fazer ato de submissão ao rei de Portugal: Ganga-Zumba foi destituído – ao que parece foi mais tarde envenenado por seus *súbditos* – e substituído por seu sobrinho, Zumbi, decidido a continuar a resistência. Exasperadas, as autoridades coloniais portuguesas retomaram suas expedições, frequentemente sangrentas, mas incapazes de pôr fim ao reduto dos ex-escravos.

Finalmente em 1685 o governador português de Pernambuco, Souto-Maior, decide contratar um chefe de guerra paulista, o coronel Domingos Jorge Velho, conhecido por suas atrocidades contra os índios, para conduzir a guerra contra Zumbi e seus companheiros. Um acordo de 1687 entre o governador e o coronel incluía os seguintes pontos: a) os escravos fugidos seriam devolvidos aos seus senhores; b) as crianças de 7 a 12 anos seriam vendidas em benefício do comandante dos paulistas; c) o governador dava poder à Domingos Jorge Velho de prender toda pessoa que ajudasse os negros; d) o governador e o Conselho Geral do Reino perdoariam todos os crimes cometidos pelos paulistas. Após longas negociações o acordo só foi assinado em 1691 e o Coronel começou a recrutar suas tropas; quando 200 índios feitos prisioneiros recusaram de participar da campanha contra os negros foram passados pelas armas por Jorge Velho.

Enfim, no ano seguinte, 1692, uma expedição foi lançada contra Macaco, o principal mocambo de Palmares. A resistência de Zumbi e seus combatentes foi tão encarniçada que Domingos Jorge Velho e seus homens tiveram que bater em retirada. Só dois anos mais tarde houve uma nova tentativa, desta vez com reforços vindos do Recife; confrontados com as barreiras de defesa dos negros, os atacantes escolhem o cerco e usaram a artilharia. Sem armas de fogo suficientes, Zumbi e seus camaradas tentaram uma saída, na qual muitos perderam a vida mas alguns conseguem escapar. É só no ano seguinte que os homens de Jorge Velho, depois de capturar um oficial mulato de Zumbi, descobrem o esconderijo onde este com uns vinte lutadores tinha se refugiado. Segundo a lenda, em lugar de se render, preferiram o suicídio, jogando-se do alto de um rochedo; de facto recusaram submeter-se e morreram combatendo. Os portugueses não conseguiram capturar vivo nenhum destes últimos combatentes de Palmares. Era 20 de novembro de 1695.

O Governador de Pernambuco, Caetano de Melo Menezes, ordenou que a cabeça de Zumbi fosse pendurada num poste e exposta na praça central do Recife, para *terrorizar os negros que, supersticiosos, o acreditavam imortal*. Era o fim de Palmares, depois de 70 anos de resistência, mesmo se as crônicas relatam algumas batalhas esparsas contra antigos quilombolas até 1704. (3)

Como acontece muitas vezes com as revoltas dos oprimidos, a história destes acontecimentos foi escrita pelos vencedores. Já em 1730 apareceu em Portugal o livro *História da América Portuguesa*, por um autor nascido na Bahia, Sebastião da Rocha Pita. Favorável à escravidão, o autor, embora reconheça o heroísmo de Zumbi e seus companheiros, celebra sua derrota como *um fim tão útil quanto glorioso* para os colonizadores. No século seguinte o historiador alemão Heinrich Handelman, em sua *História do Brasil* de 1860, analisa os factos do ponto de vista da “colonização branca”: *Deveríamos lamentar-lhe a triste sorte [de Palmares], porém sua destruição foi uma necessidade. Uma completa africanização de Alagoas, uma colônia africana de permeio aos Estados europeus escravocratas, era coisa que não podia de todo ser tolerada, sem fazer perigar seriamente a existência da colonização branca brasileira; o dever da própria conservação obrigava a exterminá-la (...)*. O argumento é brutal mas tem a virtude de não ocultar a lógica racista e colonialista da guerra contra Palmares. Enfim, em 1905, após o fim da escravidão e a proclamação da República, aparece o primeiro trabalho histórico moderno, o artigo “A Tróia negra. Erros e lacunas na história de Palmares”, por Raimundo Nina Rodrigues. Positivista e eugenista, partidário de um racismo *científico* e convencido da

inferioridade racial dos negros, Nina Rodrigues julga o combate do quilombo por critérios modernos: o *progresso* e a *civilização*. Conclui insistindo na necessidade de render homenagem ao *serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior ameaça à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil*. (4) O interessante deste argumento é o temor que ainda inspira, 200 anos mais tarde, esta terrível *ameaça* que foi o quilombo insubmisso.

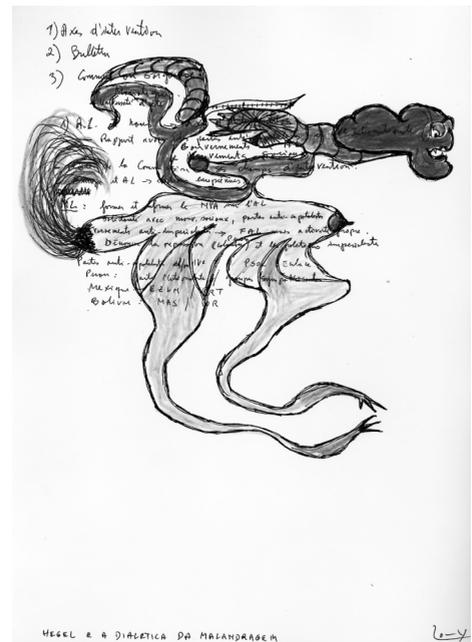
Com algumas exceções, que mencionaremos, este tipo de raciocínio estará presente por muito tempo ainda na historiografia oficial. Ele será pouco a pouco substituído por uma outra estratégia: o silêncio. Por exemplo, no manual destinado aos colégios, *História do Brasil* (1955), do conhecido historiador Alfredo Taunay, em colaboração com Dicamôr Moraes, publicado pela (bem oficial) Companhia Editora Nacional — que tive de aprender de cor, como aluno de um colégio público da periferia de S. Paulo — o *quilombo* dos Palmares não é nem mesmo mencionado...

Foi um pesquisador afro-brasileiro comunista, Edson Carneiro, que publicará, em 1947, na Editora Brasiliense, dirigida pelo célebre historiador comunista Caio Prado Júnior — que, a bem da verdade, não havia mencionado Palmares em seus livros bem conhecidos, *História Económica do Brasil* e *Evolução Política do Brasil* — o primeiro livro que fala em nome dos vencidos: *O quilombo dos Palmares (1630-1695)*. Esta obra constitui uma verdadeira revolução historiográfica, por sua identificação com o combate dos quilombolas, mesmo se ele ainda depende, para algumas de suas análises, dos trabalhos anteriores, por exemplo em sua caracterização de Palmares como *um pedaço da África transportado ao Nordeste do Brasil, um Estado negro como os que existiam na África no século XVII*. Como veremos, esta obra será a principal fonte factual do ensaio de Benjamin Péret.

Alguns anos mais tarde, um outro comunista negro brasileiro, o sociólogo Clovis Moura, publica o livro *Rebeliões na Senzala. Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, Edições Zumbi (1959); dedicado às inúmeras revoltas de escravos da história do Brasil, ele inclui um capítulo sobre Palmares, segundo o autor o mais duradouro e extenso destes movimentos, e o que mais deu dores de cabeça às autoridades coloniais. (5) Um outro livro marxista importante, *Palmares: a guerra dos escravos*, por Décio Freitas, aparecera em 1971 no exílio (Uruguay) e em 1973 no Brasil (Porto Alegre). A lenda heroica de Zumbi continuará viva na memória coletiva do povo brasileiro — em particular entre os afro-descendentes — e no imaginário da esquerda brasileira, em particular graças aos trabalhos destes pesquisadores comunistas. Durante a ditadura militar, no fim dos anos 1960, militantes revolucionários vão mesmo dar o nome de Palmares a uma das organizações de resistência armada ao regime estabelecido pelo golpe de 1964. Se trata de Vanguarda Armada Revolucionária (V.A.R.) Palmares, fundada em 1969 pela fusão de várias correntes marxistas. Se verifica aqui o que escrevia Walter Benjamin na Tese XVII *Sobre o conceito de história* (1940): *num momento preciso do presente, geralmente um momento de perigo, a ação revolucionária tem um 'poder de abertura' (Schlüsselmacht) sobre um compartimento do passado até então fechado*. (6) Dirigido por militares que passaram nas fileiras da resistência armada — entre os quais o capitão Lamarca, assassinado pelos militares em 1971 — e por brilhantes intelectuais como o filósofo João Quartim de Moraes, a VAR-Palmares só teve uma existência efêmera: enfraquecida pelas cisões e pela brutal repressão da ditadura, ela desapareceu em 1971. (7)

Após o fim da ditadura em 1985, outros livros sobre Palmares serão publicados, e em 1995 será celebrado, oficialmente, o terceiro centenário da morte de Zumbi. (8) Mas a atitude de uma certa elite brasileira é documentada pelo suplemento literário de um grande quotidiano paulista, *A Folha de S. Paulo* (12-11-1995), dedicado a este terceiro centenário, cuja capa é ilustrada por uma imagem gloriosa de... Domingos Jorge Velho — reprodução de uma pintura de Benedito Calixto, de 1922 — com a legenda “Eu aniquilei o quilombo de Zumbi!”. Cada qual tem seus heróis...

O ensaio de 1955 de Benjamin Péret do qual falaremos agora é portanto um dos primeiros, depois do livro de Edson Carneiro, a escovar a história dos vencedores “a contra-pêlo”. O interesse do poeta surrealista pela história e a cultura dos afro-brasileiros remonta à sua primeira visita ao Brasil, em 1929-32; no artigo “Candomblé e Makumba” publicado nesta época, já se encontra uma referência a Palmares e ao trabalho de Nina Rodrigues sobre o quilombo.



Hegel e a dialética da malandragem,
desenho de Michael Löwy.

É por ocasião de sua segunda estadia no Brasil, um quarto de século mais tarde, que Péret vai redigir um ensaio sobre Palmares, que aparecerá na revista cultural paulista *Anhembi* próxima da esquerda anti-estalinista em Abril-Maio de 1956, com o título “O que foi o quilombo de Palmares?”. Desde sua chegada ao Brasil, numa entrevista à *Tribuna da Imprensa*, (18-6-1955), ele anuncia que tem a intenção de escrever um estudo sobre “a República negra de Palmares”. É provável que a escolha deste tema esteja relacionada com suas pesquisas dos anos 1929-31 sobre os cultos afro-brasileiros e a revolta dos marinheiros contra a chibata (*O Almirante Negro*).

O texto não suscitou nenhuma reação durante a vida de Péret. Os surrealistas brasileiros serão os primeiros, nos anos 60, a se interessar pelo documento. Em 1967, Sérgio Lima, o fundador do surrealismo no Brasil, publica na revista *A Phala* um artigo em homenagem ao poeta surrealista (v. “Je ne mange pas de ce pain-là. Benjamin Péret”, n.º 1, Agosto, 1967, p.124) que se refere à significativa contribuição de seu estudo sobre Palmares, a propósito de questões como *a liberdade, a condição dos escravos, a religião e o meio social*. Quanto aos historiadores, será necessário esperar por trinta anos até que, em 1985, Clovis Moura vai homenagear, em uma conferência inédita, a capacidade de Péret em captar *a essência* de Palmares, analisar sua *dinâmica interna e desvendar seu lado profundo*. (9)

A história das traduções e reedições deste texto é bastante eloquente. A primeira edição francesa só teve lugar muitos anos depois da morte de seu autor, em 1983, em uma brochura contendo uma versão incompleta, publicada sob o título *Le quilombo des Palmares* em 300 exemplares numerados – eu possuo o número 9 – pela Éditions Arabie-sur-Seine, com um prefácio de Alain Joubert; o original francês tendo sido perdido, foi necessário re-traduzir do português. Uma edição francesa completa só terá lugar em 1992, no tomo 6 das *Œuvres Complètes* publicadas pelo editor José Corti. Ela será reeditada em 1999 em forma de pequeno livro, sob o belo título *La Commune des Palmares* (Ed. Syllepse), com uma introdução do crítico literário franco-brasileiro Robert Ponge, retomando o conteúdo de uma conferência que deu no Brasil em 1995, por ocasião do terceiro centenário da morte de Zumbi. Enfim, em 2002, quase meio século depois de sua primeira publicação, os artigos de *Anhembi* serão editados no Brasil em um volume intitulado *O quilombo dos Palmares*, organizado por Robert Ponge e Mario Maestri, para a Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, incluindo vários documentos e textos importantes dos dois organizadores. (10)

No que concerne os factos, o ensaio de Péret é amplamente tributário do livro de Edson Carneiro. (11) Mas sua leitura do evento, sobretudo na introdução e terceiro capítulo, intitulado “Ensaio de interpretação”, é perfeitamente original e inovadora. O autor tem consciência da dificuldade de sua tarefa, considerando a natureza da documentação, redigida exclusivamente pelos vencedores: *Imaginemos a história da Comuna de Paris baseada unicamente nos Conselhos de Guerra e na imprensa de Versalhes!* (12) A seus olhos a história da Comuna dos Palmares – a expressão não é de Péret, mas a passagem acima compara, implicitamente, o quilombo brasileiro com o Paris insurreto de 1871 – é a de uma hostilidade mútua entre os colonos brancos e seus antigos escravos, de forma que desde sua origem o reduto era ameaçado. Segundo o historiador Mario Maestri, Péret foi o primeiro a perceber a oposição irreconciliável entre os trabalhadores escravizados e os senhores de escravos como a contradição essencial da sociedade brasileira até a Abolição de 1888. (13)

Péret se interessou não somente pelas condições materiais de vida dos quilombolas mas também por sua cultura e suas práticas religiosas. Ele vai se inspirar aqui em seus trabalhos anteriores sobre o candomblé e a macumba, para polemizar com Edson Carneiro, que acreditava perceber práticas católicas entre os habitantes de Macaco, o principal mocambo dos Palmares: *Concluir pelo catolicismo dos quilombolas é esquecer que, ainda em nossos dias, a macumba e o candomblé começam na igreja, que a missa constitui o prefácio obrigatório da imensa maioria das cerimónias religiosas negras*. Ele também cita, como prova de uma religiosidade estranha ao catolicismo, as danças dos habitantes de Palmares das quais falavam os arquivos: *Todos sabem que a dança, na África, como entre todos os povos ditos primitivos, nada tem de um divertimento frívolo, mas é uma autêntica cerimónia sagrada que faz parte dos ritos mágicos*. Encontramos aqui um tema essencial do surrealismo: a oposição entre a *magia*, força poética e subversiva, e as religiões institucionais, instrumento de servidão humana. O interesse do poeta pelas espiritualidades afro-brasileiras se inspirava sem dúvidas em sua irredutível hostilidade ao catolicismo. (14)

Sua simpatia pelos escravos insubmissos não o impede entretanto de reconhecer os limites desta experiência: *Os negros ignoravam que sua aspiração fundamental só se poderia realizar se fosse extensiva ao conjunto dos negros do Brasil*. E noutros termos: *não pode, a longo termo, existir liberdade num só quilombo*. Péret insiste várias vezes nesta crítica – obviamente inspirada na teoria da revolução permanente de Trotsky e sua polémica contra o “socialismo num só país” – em diversos momentos do ensaio: *Os negros do quilombo dos Palmares não aspiravam senão a essa liberdade elementar sem a qual a existência humana já não tem sentido. Eles não compreenderam nem podiam compreender que somente conseguiriam atingi-la ultrapassando-a. Era preciso que eles a exigissem, não só para a sociedade que haviam edificado, mas também para todos os que, no Brasil, sofriam a sorte a que eles haviam querido escapar criando o quilombo*. Para que o exemplo do quilombo se estendesse, teria sido necessário que *os negros de Palmares se arvorassem nos libertadores de todos os escravos. Não o fizeram, e não podiam fazê-lo, pois o seu nível geral de consciência não lhes permitia*. Na versão do

materialismo histórico que maneja Péret, a *dimensão subjetiva* e em particular a consciência de classe têm um papel tão importante, se não mais, do que as *circunstâncias objetivas*.

Um outro limite da experiência de Palmares foi a introdução, no último período do quilombo, de relações escravagistas internas: ora, isto não podia senão enfraquecer o reduto, *pois desaparecia assim a distinção fundamental entre o quilombo e a sociedade dos brancos. O apelo que, em épocas anteriores, emanava dos Palmares perdia assim toda eficácia. Os escravos das fazendas já não tinham nenhuma razão para seguir os negros evadidos: tanto fazia um senhor como outro.*

Péret os reprova por terem recorrido aos *métodos do inimigo: o fim não justifica os meios: um e outro são interdependentes pois constituem os anéis indefinidamente multiplicados de uma cadeia perpétua* — uma lição revolucionária sem dúvida inspirada pela tenaz luta de Péret contra o estalinismo e que ultrapassa o caso de Palmares... (15)

O poeta/revolucionário não pode se abster de sonhar com o que teria acontecido se os ex-escravos tivessem levantado a bandeira da libertação geral dos negros oprimidos. Sem dúvidas a desproporção de armas entre Palmares e a artilharia dos colonos era grande demais para que os primeiros pudessem vencer. *Mesmo assim, a reivindicação explícita da abolição da escravatura, sustentada de armas na mão, teria tido tão grande repercussão que a emancipação dos escravos teria sido consideravelmente antecipada.*

Com todos os seus limites, a República Negra não deixa de representar *um episódio da luta dos homens pela sua libertação*, que Péret, curiosamente, compara com o falanstério de Fourier, que Palmares *parece prefigurar nos seus melhores momentos*. Além disso, o exemplo de Palmares plantou sementes de liberdade entre os escravos do Brasil, contribuindo assim para o fim da escravidão: *Sem o quilombo, as insurreições dos negros da Bahia (1817-1835) teriam podido existir? (...) E não há dúvida que essas insurreições prepararam a abolição da escravatura, quando mais não fosse atraindo para a condição dos negros do Brasil a atenção de homens penetrados do espírito do século XVIII.*

Por sua formação intelectual e seus compromissos políticos, Benjamin Péret sempre foi, sem dúvida, um marxista, mas, por certos aspectos de seu pensamento — por exemplo, seu anti-autoritarismo, seu radical e irreconciliável anticlericalismo, seu anti-militarismo — ele era bastante próximo às correntes anarquistas; não é um acaso que durante sua estadia na Espanha durante a guerra civil, ele escolheu de combater o fascismo nas fileiras da Coluna libertária dirigida por Buenaventura Durruti. (16)

Esta sensibilidade *marxista/libertária* dá ao seu ensaio sobre Palmares uma originalidade impressionante. É devido a ela que o poeta privilegia, em sua análise do quilombo, os aspectos *anárquicos*, anti-autoritários: o primeiro período de Palmares se caracterizava, insiste ele, por *uma espécie de anarquia primitiva*, isto é, pela *ausência de todo constrangimento*, por uma *liberdade total* e por uma *generosidade fraternal* baseada na consciência de um perigo comum. Os escravos fugidos viviam num estado natural, definido pela *ausência de toda autoridade* e por uma solidariedade elementar. O modo de existência do quilombo, durante as primeiras décadas *permanece pois incompatível com qualquer forma de governo implicando uma autoridade regular*, na medida em que a repartição igualitária dos recursos, a coletivização pelo menos de uma parte dos bens, não favorecia uma diferenciação social mais avançada. Inspirando-se de uma antiga fórmula saint-simoniana retomada por Marx — Péret afirma que o regime interior de Palmares tinha mais o caráter de uma administração dos bens do que de um governo das pessoas. Neste primeiro período, é a *auto-organização* dos ex-escravos que parece se impor.

É verdade, reconhece nosso historiador, que com a multiplicação dos ataques das potências coloniais, e com a introdução da escravidão, uma sorte de governo acaba por se instaurar. Entretanto, o destino de Ganga-Zumba, o “rei” as aspas são de Péret — destituído e executado por seus “súbditos” por ter passado um acordo com os brancos, mostra bem que *esses ‘súbditos’ não levavam muito em conta a autoridade real*. Quanto àquele que o substituíra, o chefe de guerra Zumbi, seu poder não era outra coisa que um *governo de ‘salvação pública’ antecipado, pois se trata na realidade de vencer ou morrer*. A opção do quilombo de não se render aos colonos exigia *uma organização militar, um comando, uma tática, uma estratégia por todos admitidos e unificados, bem como um serviço permanente de guarda e de informações*. Pode se perceber nestes comentários ecos — um pouco anacrônicos — não só da Revolução francesa (“gouvernement de salut public” era uma expressão jacobina) mas provavelmente também da experiência de Péret na Espanha revolucionária de 1936-37, confrontada com a ofensiva fascista: mesmo os anarquistas da coluna Durruti reconheciam a necessidade de uma organização militar, um comando, uma estratégia, etc.

Uma palavra sobre a dimensão propriamente surrealista do ensaio: ela está presente no conjunto do documento, mas ilumina de forma mais direta as primeiras páginas da introdução, que são de uma elevação e de um alcance visionário excepcionais. O ponto de partida de Péret é uma reflexão sobre a natureza da subjetividade humana: *O homem é antes de tudo um ser que deseja, mas cujas aspirações são refreadas há tanto tempo que ele conserva delas apenas uma consciência intermitente. Ora, nada se poderia basear de vivo e duradouro, nada que pudesse alargar o campo magnético do espírito e do coração, fora do prolongamento crescente desses lampejos de consciência e de sua intensificação*. A inspiração surrealista desta passagem transparece não só na imagem dos campos magnéticos, e dos “lampejos” da consciência,

mas sobretudo pela definição dos humanos como *seres desejantes*, incluído no mesmo conceito as paixões eróticas e as aspirações sociais e políticas.

Entre estas últimas, há uma que ocupa um lugar decisivo: *a liberdade*. Segundo Péret é a frase que abre o ensaio: *De todos os sentimentos que fervilham no coração do homem, o anseio de liberdade é, certamente, um dos mais imperiosos e a sua satisfação é uma das condições essenciais da existência*. A liberdade constitui para o espírito humano o oxigénio sem o qual ele não pode respirar. Por isto o desejo de liberdade não pode aceitar nenhuma concessão, nenhum limite, nenhum compromisso: *a única culpa do homem tem sido a pusilanimidade. Nunca será excessiva sua sede de liberdade*. Esta fórmula afiada é uma bela síntese da personalidade de Benjamin Péret, espírito altivo e homem de nuca rígida, que não se abaixa nem se inclina.

Estamos aqui em pleno coração libertário do surrealismo: desde o *Primeiro Manifesto do Surrealismo* Breton não havia inscrito na bandeira do movimento estas palavras incandescentes: *Só a palavra liberdade é tudo o que ainda me exalta*. Graças a estas páginas da introdução, Péret situa a Comuna de Palmares na longa trajetória da luta da humanidade por sua emancipação; ou, se se quiser, na longa história da opressão, que não conhece um “progresso” linear: *Quem teria podido imaginar, nas passadas eras, que a divisão do trabalho no seio da família engendraria um dia (...) a escravatura e, depois, a impiedosa sociedade capitalista, sob muitos aspectos mais atroz que o sistema anterior de exploração?*

Quando o ser humano se encontra privado de liberdade, *não tem sossego enquanto não a reconquista, de modo que a história poderia limitar-se ao estudo dos atentados contra a liberdade e dos esforços dos oprimidos para sacudir o jugo que lhes foi imposto*. Péret reinterpreta aqui a tese marxista “clássica” a história da humanidade não é senão a história da luta de classes desde um ponto de vista novo: a história da humanidade é a do combate permanente dos dominados por sua libertação. É toda uma *antropologia da liberdade* que é aqui esboçada. (17)

Por sua insistência sobre a questão da *dominação* e sua recusa da ideologia do progresso, Benjamin Péret se encontra aqui bastante próximo das idéias de Walter Benjamin, este grande admirador do surrealismo que preferiu, em 1940, o suicídio ao internamento nos campos de concentração do Terceiro Reich.

Graças a esta dimensão surrealista e libertária, o ensaio de Péret é não só uma interpretação inovadora do movimento dos escravos insubmissos do Brasil colonial mas uma das mais surpreendentes celebrações do irredutível espírito de liberdade humana escritas na segunda metade do século XX.

Notas: 1.) O breve apanhado dos acontecimentos que segue esta baseado nas informações fornecidas pelo livro pioneiro de Edson Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1947, resumido por Benjamin Péret em um dos capítulos de seu ensaio. Veja-se também, sobre a história de Palmares: Ivan Alves Filho, *Memorial dos Palmares*, Rio de Janeiro: Xemon, 1988; Mário Martins de Freitas (1899-1959), *Reino negro de Palmares*, 2.ª ed., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988; Décio Freitas, *Palmares: a guerra dos escravos*, 5.ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 2.) Para um histórico destes vários movimentos, inclusive Palmares, veja-se o livro do sociólogo e militante comunista afro-brasileiro Clovis Moura, *Rebeliões da Senzala. (Quilombos, Insurreições, Guerrilhas)*, S. Paulo, Edições Zumbi, 1959. 3.) Cf. Clovis Moura, *Rebeliões na Senzala*, p. 128. 4.) A maior parte das informações e referências contidas neste parágrafo e no seguinte são extraídas do excelente artigo de Mario Maestri, “Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares”, publicado no livro acima mencionado, a edição brasileira do ensaio de Péret em 2002. 5.) A obra pioneira de Clovis Moura é uma das primeiras a definir a sociedade brasileira, antes da Abolição (1888), como essencialmente escravagista e não como “semi-feudal”, segundo a vulgata do PC Brasileiro. 6.) Cf. Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*, S. Paulo, Bom tempo, 2005, p.134. 7.) Entre suas ações as mais espetaculares figura o roubo do cofre secreto com mais de dois milhões de dólares de Adhemar de Barros, um dos inspiradores do golpe de 1964 uma ação de “expropriação” que não deixa de lembrar, *mutatis mutandis*, as dos habitantes de Palmares contra os proprietários de escravos...Participou desta operação, na época em que era jovem e revolucionária, a Dilma Rousseff... 8.) Depois deste centenário, duas coletâneas importantes foram publicadas sobre Palmares e os quilombos: *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, organizado por Clóvis Moura (Maceió: EdUFAL, 2001) e *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, organizado por J.J. Reis e F. dos S. Gomes (São Paulo: Companhia das Letras, 1996). 9.) Cf. Robert Ponge, “Benjamin Péret: surrealista e historiador de Palmares”, in B. Péret, *O quilombo dos Palmares*, org. Roberto Ponge e Mario Maestri, Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002, pp.31-32. 10.) Uma edição anterior (1988) teve lugar em Portugal, com um prefácio de Ruy Coelho. 11.) Carneiro é citado por Péret, mas sua dívida em relação ao historiador brasileiro não era suficientemente assinalada no artigo. Em seguida a um protesto deste junto à revista *Anhembí*, Péret responde por uma carta de setembro de 1956, onde ele explica que uma nota havia saltado durante a impressão de seu artigo, na qual ele reconhecia que seu relato dos acontecimentos era um resumo do livre de Carneiro, “até agora o mais completo” sobre Palmares. 12.) Todas as citações de Péret são extraídas do livro *O quilombo dos Palmares*, de 2002, acima citado. 13.) M.Maestri, “Benjamin Péret, um olhar heterodoxo sobre Palmares”, *Ibid* p. 69. Veja-se também os interessantes comentários deste historiador brasileiro sobre as diferenças metodológicas entre o marxismo de Edson Carneiro aderente do PCB e o de Péret, *op.cit.* pp. 68-71. A tese de Péret será retomada por sua conta por Clovis Moura em seu livro de 1959 e, bem mais tarde, pelo historiador marxista Jacob Gorender, em seu importante livro *A escravidão colonial* (1978). 14.) Veja-se a respeito o belo ensaio de Lourdes Abreu sobre Péret e as religiões afro-brasileiras na coletânea *Benjamin Péret et les Amériques*, Association des amis de Benjamin Péret, 2010. 15.) Os documentos da época se referem a “escravidão” no quilombo, mas o mais provável é que se tratassem de relações de dependência servil, de natureza militar (carta de Mario Maestri ao autor, 19-4-2006). 16.) Isto não quer dizer que ele tenha aderido às doutrinas anarquistas: em uma carta de 15-8-1956 a Georges Fontenis, fundador da Federação Comunista Libertária, Péret esboça uma crítica bastante intransigente do anarquismo em geral, e de suas práticas “ministeriais” na Espanha

em particular. Documento citado por Guy Prévau, *Benjamin Péret, révolutionnaire permanent*, Paris, Ed. Syllepse, pp. 83-84. 17.) Utilizo aqui a palavra *antropologia* no sentido que lhe dava Ludwig Feuerbach — uma reflexão filosófica sobre a natureza humana, sobre a essência do humano (*Wesen des Menschens*) — mais bem do que uma disciplina das ciências sociais.

CÂNDIDO COSTA PINTO

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

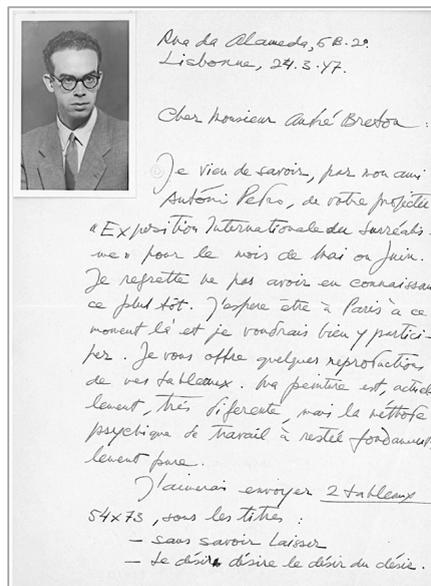
Cândido Costa Pinto [1911-1977] é uma figura hoje quase desconhecida, que viveu os últimos 15 anos de vida, em São Paulo, Brasil, onde faleceu pouco mais que anónimo. A sua acção, sobretudo plástica, nas décadas anteriores foi todavia marcante e merece ser recordada por aqueles que se interessam pelo surrealismo. Foi um dos pioneiros do surrealismo organizado em Portugal e foi talvez o primeiro português a estar com André Breton, o que aconteceu em Paris, no final da Primavera de 1947. A única carta que se conhece hoje de André Breton para um português teve como destinatário Costa Pinto, carta datada de 12-5-1947 e dada a conhecer por Luís de Moura Sobral no catálogo de 1984 da exposição por ele organizada em Montreal em 1983. Breton manifesta aí adesão ao trabalho do interlocutor que acabou de conhecer por um conjunto de fotografias “J’ai beaucoup aimé les photographies de tableaux qui vous m’avez adressés”, prometendo-lhe mesmo que um desses trabalhos seria reproduzido no catálogo da exposição internacional que então estava a organizar em Paris com Marcel Duchamp. Breton reproduziu de feito um dos trabalhos de Costa Pinto no catálogo da exposição, “Intervention de l’architecture” (1944), e anunciou Portugal como país representado, através da participação de Cândido Costa Pinto. Os encontros de Breton e de Cândido Costa Pinto em Paris no final da Primavera desse ano de 1947 aconteceram no seguimento desta carta, pois Costa Pinto deslocou-se de imediato para Paris para participar nos trabalhos da organização da exposição, na qual nenhum quadro seu chegou a aparecer. Como quer que seja, participou nas reuniões da elaboração do manifesto “Rupture inaugurale”, este traz a data de 21-6-1947, que assinou, recebendo do criador do surrealismo luz verde para organizar um colectivo de acção surrealista em Lisboa, que veio a estar na origem, pouco depois, a partir de Outubro, do Grupo Surrealista de Lisboa, primeira expressão organizada do surrealismo entre nós.

Cândido Costa Pinto, pintor com obra exposta desde o início da década de 30, conheceu o projecto da exposição internacional de Paris de 1947, a primeira depois da segunda grande guerra, através da missiva que André Breton, pouco antes regressado do exílio americano, escrevera em 12 de Janeiro de 1947 aos pintores de todo o mundo, convidando-os para uma exposição surrealista internacional em Paris, a abrir no final da Primavera, na galeria Maeght. Costa Pinto escreveu de imediato a Breton, carta datada de 27 de Março, dizendo-lhe que acabara de saber da existência da exposição por informação de António Pedro, que por sua vez terá tido acesso à carta de Breton muito possivelmente através dos contactos que tinha com os surrealistas de Londres. Nessa carta, que faz acompanhar por fotografias do seu trabalho, mostra interesse em enviar à exposição duas obras, 54 por 75, com os títulos: *Sans savoir laissé* e *Le désir désire le désir du désir*. Nessa carta já por nós publicada e cujo original está no espólio de André Breton, hoje depositado na biblioteca literária de Jacques Doucet, ele informa: *Ce sont*

des peintures faites pendant 1947 et encore inédites. Foram essas duas pinturas que Costa Pinto levou para Paris no final da Primavera, onde de imediato esteve com Breton e o restante grupo surrealista com os resultados já sabidos.

No regresso a Lisboa, que deve ter acontecido em final de Julho ou princípio de Agosto (a inauguração da exposição na Galeria Maeght aconteceu, com algum atraso, a 7 de Julho), foi ele que deu os contactos de Breton e da galeria Maeght a Cesariny, que estava de partida para Paris, já muito entusiasmado com o surrealismo, ao qual acabara de aderir há pouco, pois em Abril desse ano ainda dava à revista *Seara Nova* colaboração que pode ser tida como neo-realista. Sabe-se, por carta de Cesariny a Breton, datada de Setembro do mesmo ano, que Costa Pinto lhe deu três cartas de recomendação, uma para Georges Heneim, que partira já para o Cairo quando Cesariny o procurou, outra para Frederick Kiesler, um dos organizadores com Marcel Duchamp do espaço físico da exposição, e outra ainda para Breton, com quem Cesariny veio de facto a estar nesse final de Verão de 1947.

Costa Pinto, que não chegou a integrar o Grupo Surrealista de Lisboa, nem qualquer outro colectivo surrealista organizado, parece ter sido o único português que voltará, depois desse primeiro período, a escrever ao criador do surrealismo. Dele se conhece uma segunda carta, esta com a data do final do ano de 1959 — “Le dernier de 1959”. Uma conclusão se tira destes elementos: a história do surrealismo em Portugal não pode passar sem Cândido Costa



Pinto, não obstante este nunca haver integrado qualquer grupo — ficou fora do Grupo Surrealista Lisboa por ter afirmado a sua vontade, nas reuniões preparatórias da fundação do Grupo em Setembro/Outubro de 1947, de continuar a colaborar com a galeria do SNI. Sendo um caso absolutamente solitário, acaba por se tornar, pelas relações que teve com Breton e com a exposição internacional da galeria Maeght, uma daquelas figuras que o surrealismo entre nós não pode deixar de convocar. Sem ele, fica a faltar ao surrealismo em Portugal uma das suas malhas iniciais — o que de resto Mário Cesariny bem percebeu no opúsculo *Contributo ao Registo de Nascimento, Existência e Extinção do Grupo Surrealista de Lisboa* (1974).

Neste sentido paga a pena dar uma palavra sobre o lugar de Costa Pinto dentro do surrealismo e da sua pintura. Basta olhar as suas obras da década de 40, incluindo muitas das capas que fez para a colecção “Vampiro”, para se perceber que o seu método de trabalho passava pela pesquisa interior. Não é difícil admitir, ainda que o pintor nunca nos tenha deixado ao que sabemos um diário de composição das suas obras, que Costa Pinto conheceu bem os meandros e os meios de captação de imagens psíquicas. Não terá criado porém nenhum método pessoal, seu, limitando-se a seguir um processo já feito, o delírio paranóico-crítico de Dalí, criado em 1929 e desenvolvido logo de seguida com sucesso. As imagens captadas de Costa Pinto têm, todavia, ânimo próprio e ajudaram a desenvolver mais tarde uma parte da pintura de Lima de Freitas

Olhando a sua pintura das décadas de 40 e 50, e fixando quadros como “Fado Outonal”, ninguém foi tão *português* no surrealismo em Portugal como Costa Pinto. Isto não foi nem qualidade nem defeito. Foi apenas a correcta assimilação local duma teoria mais geral. Se defeito há neste pintor é só o excesso de talento técnico, a ponto da frieza do seu virtuosismo se sobrepor ao aspecto criativo, muito pouco técnico, do surrealismo. É por esse motivo que um António Dacosta, muito menos perfeito, nos pode parecer hoje muito mais exaltante. Pedro Oom e Mário Cesariny em texto de Outubro de 1949 apontam o seguinte — *pacoviada o consultório técnico de Cândido Costa Pinto*. Mário Cesariny voltou a ocupar-se, desta vez com mais demora e atenção, à figura de Costa Pinto no opúsculo de 1974, *Contribuição ao Registo de Nascimento, Existência e Extinção do Grupo Surrealista de Lisboa*, republicado em 1985 na segunda edição de *As Mãos na Água a Cabeça no Mar*.

MÁRIO CESARINY E A REVISTA SEARA NOVA

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

Mário Cesariny, numa cronologia autobiográfica que fez em 7/6/77, diz o seguinte relativo ao ano de 1944-1945 (*Mário Cesariny*, Secretaria de Estado da Cultura 1977): *Conferência “A Arte em Crise”, que é feita no Barreiro e, em seguida, com a participação de Mário Ruivo e Júlio Pomar, em Évora. Publica artigos bastante maus no jornal A Tarde, do Porto, onde colaboram também Fernando José Francisco, José Leonel Martins Rodrigues, Vespeira, Pomar, Aníbal Alcino, Víctor Palla, etc., e nas revistas Seara Nova e Aqui e Além.*

A informação dessa cronologia foi depois condensada, repetida e alargada, aqui ou ali, por alguns biógrafos de Cesariny. Dê-se um exemplo. António Martins Soares em “Mário Cesariny — Vida e Obra” (revista *Relâmpago*, n.º 26, Abril de 2010, pp. 173-179), diz o seguinte para o ano de 1945: *Apresenta a conferência “A Arte em Crise” para os operários da CUF, no Barreiro. Publica artigos no jornal A Tarde e nas revistas Seara Nova e Aqui e Além. Escreve os poemas do livro Nobilíssima Visão.*

Observada a revista *Seara Nova* para esse ano de 1945 não se encontra porém nela qualquer colaboração de Mário Cesariny — em seu nome ou em nome doutro (pseudónimo). Será preciso esperar por Março de 1946 para encontrar colaboração dele na revista, crítica musical, sob um semi-criptónimo, Mário César, que se soube desde logo ser Mário Cesariny. Chegou à revista através de Fernando Lopes Graça, com quem trabalhava desde o final de 1945, altura em que aderira ao MUD e se integrara no sector musical deste, tutelado pelo músico. Sobre esta experiência no MUD disse ele na cronologia já atrás referida e para o mesmo par de anos: *É companheiro fervoroso de Fernando Lopes Graça nas actuações do grupo coral por este formado a seguir à guerra, chegando a dirigi-lo em visitas a fábricas e sociedades de recreio (inclusive na primeira audição do hino do Movimento de Unidade Democrática).*

LISBOA, 20 DE ABRIL DE 1946

Ano XXV

SEARA NOVA

DIRECTOR: CÂMARA REYS

EDITOR: JOSÉ BACELAR

NÚMERO

975

PREÇO

2\$50

CORPO DIRECTIVO: Câmara Reys e Sarmiento Pimentel, Antigo Director: Raúl Proença (1921-1944).

PROPRIETÁRIA E EDITORA: Empresas de Publicidade SEARA NOVA.

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS—RUA DA ROSA, 288-240 — TELEFONE 28547

SUMÁRIO: CHARLES NICOLLE, HOMEM DE CIÊNCIA E DE LETRAS, Jean Rostand. — *Novos cantatas*, O Bom Deus, o AMOR DO PRÓXIMO e o GUARDA-CHUVA (história com moralidade), António Miguel. — Três poemas inéditos, *Sorpresa*; «*De profundos*»; *Canción del gitano apañado*, Felício García Lorea. — GEORGES BRAQUE, Raymond Cogniat. — PROBLEMAS COLONIAIS, I, João Fernandes. — INQUÉRITO AO LIVRO EM PORTUGAL, Na Colónia de Moçambique, II, T. R. — JOURNAL, Livros, Fundamentos lógicos da psicologia, por Edmundo Carvelo, A. S.; *Música*, XXII Concerto de «Sonatas», M. Cesar; *Artes plásticas*, I Exposição de arte moderna de desenho e aquarela, Adrián de Góngora; *Teatro*, «O alcaide de Zalamea», de Calderón de la Barca, João Pedro de Andrade. — *Factos e documentos*, «O escritor e o direito de errar»; *Esfarfeamentos curtosos*; *Obstinação, ou patriotismo?*; «Uma razão por que há falta de alimentos»; *Os riscos biológicos da energia atómica*; «Jai Hind», o grito da Índia livre.

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Mário Cesariny, ao que sabemos, nunca referiu (a não ser em cartas particulares), depois da adesão ao surrealismo, que coincidiu com o final dos textos publicados na revista *Seara Nova*, o nome que então apresentou – Mário César. A última colaboração que deu à revista foi em Abril de 1947. Entre Maio e Julho deu-se a ruptura com o modelo neo-realista e a adesão ao surrealismo, pois na primeira metade de Agosto partia Mário Cesariny para Paris, à procura de André Breton, o que marcou para sempre a sua nada breve vida. O entusiasmo pelo surrealismo estancou de vez os textos da revista *Seara Nova* mas ficou até ao fim o gosto da música, do piano, da pauta – chegou a aproveitar papel de pauta musical para escrever os seus poemas, dando assim a entender que os escrevia como partituras.

Enumeram-se de seguida, com informações suplementares, de modo a esclarecer o leitor, as colaborações dadas por Cesariny, em nome de Mário César, à revista de Câmara Reys. Sobre estas colaborações apenas conhecemos referência no estudo de Maria de Fátima Marinho, *O Surrealismo em Portugal* (1987: 444-45), referência breve, parte dela em nota de rodapé, mas informada. Mário Cesariny também aludiu ao caso, de raspão, quase 20 anos depois, numa carta enviada de Londres, em Setembro de 1965, a Luiz Pacheco (*Pacheco versus Cesariny*, 1974: 199). Cite-se: *Desvanece-me ser padrinho do teu novo pimpolho. Mas sempre mais pelo Mário que pelo César, apesar do tio. Passou aqui há meses o antigo mestre do Mário César, prof. Lopes Graça.* O filho de Luiz Pacheco é Jorge Manuel nascido em Agosto de 1965 e terceiro filho de Maria Irene, então com 17 ou 18 anos.

“XXI Concerto de Sonata” [tem advertência inicial do autor, dizendo ao que vem e escusando-se de se apresentar como crítico; é por certo a sua estreia na revista], *Seara Nova*, ano XXV, n.º 970, Lisboa, 16 de Março de 1946, p. 171.

“XXII Concerto de Sonata” [termina com o período: *Rudeza, sinceridade, humanidade, valor – como não gostar disto?*], *Seara Nova*, ano XXV, n.º 975, Lisboa, 20 de Abril de 1946, pp. 259-260.

“XXIII Concerto de Sonata”, *Seara Nova*, ano XXV, n.º 980, Lisboa, 25 de Maio de 1946, p. 62.

“Concerto de Sonata no Instituto Francês e no Salão de Festas “O Século”, *Seara Nova*, ano XXV, n.º 981, Lisboa, 1 de Junho de 1946, pp. 77-78.

“XXV Concerto de Sonata e I Concerto de Orquestra Sinfónica J.U.B. A.” [este número traz na folha do rosto um dos raros textos dedicados ao surrealismo e ao seu criador em Portugal antes do ano de 1947 (v. Descaves, Pierre)], *Seara Nova*, ano XXV, n.º 987, Lisboa, 13 de Julho de 1946, pp. 178-179.

“Fernando Lopes Graça – Música Portuguesa” [não se trata, como até aqui, duma simples secção de “Jornal”, que as tem de Cinema, Artes Plásticas e Música, mas dum estudo no corpo principal da revista], *Seara Nova*, ano XXV, n.º 994, Lisboa, 31 de Agosto de 1946, pp. 285-289.

“Gravitação na Música Portuguesa” [neste número, um dos mais volumosos da revista, encontra-se poema de Pedro Oom, “Somente uma Canção” (p. 140), que deve ser dos primeiros em letra impressa, se não o primeiro, deste poeta, nascido em 1926], *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1000-7, n.º comemorativo do 25.º aniversário, 26 de Outubro de 1946, pp. 221-222.

“Música”, *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1009, 30 de Novembro de 1946, pp. 251-252.

“XXVII Concerto de Sonata”, *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1018, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1947, p. 67.

“Sociedade Nacional de Belas-Artes – Canções Populares Portuguesas”, *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1019, Lisboa, 8 de Fevereiro de 1947, p. 85.

“Música de Jazz” [é um dos mais curiosos textos do Mário Cesariny da época, a coincidir por certo com a sua aproximação ao surrealismo; citamos um passo: *O jazz é talvez a mais lícita e com certeza a mais popular expressão musical do negro americano deste século. Que essa expressão se revele primitiva, simplória, sem qualidade nem complicação eruditas (à europeia, entenda-se), em que pode isso ofender a dignidade dos nossos eruditos? Se por toda a Europa lavrou, e lavra ainda, a gestação duma música assente sobre características étnicas de cada um dos seus povos, porque olhar com indiferença o que é sem dúvida uma forma musical do povo negro da América?*] *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1026, Lisboa, 29 de Março de 1947, p. 218.

“XXIX Concerto de Sonata no Salão de Festas de “O Século” – Sequeira Costa no Tivoli – No Tivoli: Benjamino Gigli”, *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1028, Lisboa, 12 de Abril de 1947, p. 248-249.

“Fernando Lopes Graça em França – XXX Concerto de Sonata na Sociedade Nacional de Belas-Artes” [abre com o seguinte parágrafo, que revela a ainda proximidade do jovem Mário Cesariny a Fernando Lopes Graça: *Segundo notícias por mim ocasionalmente recebidas, o compositor Fernando Lopes Graça, agora em Paris, está sendo alvo de grandes atenções e significativas homenagens.* É o último texto de Mário César na revista *Seara Nova*; a crítica musical continuou depois a ser assegurada por Lopes Graça, a quem se junta, em 15 de Novembro de 1947, n.º 1059, João José Cochofel e mais tarde, já só, Humberto d’Ávila; a saída de Cesariny, que não mais regressará, pode marcar o ponto decisivo da sua adesão ao surrealismo, a que se seguiu, em Agosto, partida para Paris], *Seara Nova*, ano XXVI, n.º 1030, Lisboa, 26 de Abril de 1947, p. 280.



Mário Cesariny no túmulo de Teixeira de Pascoaes (2002)

Este conjunto de onze textos pertence na história de Mário Cesariny a um período anterior ao surrealismo e que algo comunica com ele. Tendo em atenção que a adesão ao surrealismo por Mário Cesariny coincide com o último texto de Mário César, de resto um panegírico de despedida, como o antepenúltimo é um primeiro sinal de partida, pode aceitar-se que neles, sobretudo nos últimos, existem já vincados indícios dessa evolução imediatamente sequente. De todos estes textos, o antepenúltimo, sobre a cultura musical do negro americano, parece-nos desse ponto de vista o mais marcante e o que algum interesse apresenta, até por via do primitivo, para o estudo do surrealismo em Portugal.

JAMES DOUGLAS MORRISON

[exemplos de representação poética num contexto de contracultura]

RUI SOUSA

James Douglas Morrison, universalmente conhecido como Jim Morrison, permanece ainda hoje, quarenta e dois anos depois do seu obscuro desaparecimento, um dos mais ricos fenómenos de mitificação cultural do pós-guerra, um ícone geracional com as mais diversas repercussões um pouco por todo o mundo e nos mais diversos âmbitos e uma das derradeiras expressões de uma tradição poética de mistificação e de procura de um ideal de marginalidade e maldição como paradigmas orientadores. Como tem sido observado por muitos dos críticos que escreveram sobre a sua trajetória, a sua multifacetada performance artística e o significado e genuína qualidade da herança que terá deixado, Jim Morrison construiu-se por via da prolífera galeria de leituras que efetuou, conjugando-as com um forte interesse pelo cinema e com o interesse por outros símbolos culturais do universo da música, desde logo Frank Sinatra e Elvis Presley. Como de resto o próprio descreve em “Self-Interview”, texto de abertura de uma das suas recolhas, *Wilderness. The lost writings of Jim Morrison* (traduzido em Portugal como *Abismos. Escritos inéditos*), “I’m kind of hooked to the game of art and literature; my heroes are artists and writers” (Morrison, 1997: 12). Não será muito difícil reconhecer nas opções de Morrison uma determinada linhagem que é, em muitos aspectos, uma forma de compreender uma das mais prolíferas tradições de idealização do sujeito artístico moderno: a dos marginais, heterodoxos, boémios, transgressivos, vivendo numa permanente instabilidade no seio de uma cultura encarada enquanto decadente e, portanto, merecedora de uma atitude de sistemática oposição e questionamento e de uma postura de abjeção e de rebeldia.

Se entendermos que existe uma determinada componente poética na poesia de Jim, tendo ou não potencial para se desligar da expressão performativa da sua actividade de músico dos The Doors e da imagem mítica que alcançou nesses anos e que em parte contribuiu para a difusão desses textos, será conveniente para a devida compreensão da sua obra que o introduzamos no contexto histórico que foi o seu e no qual expressões de revolta cultural como a da Beat Generation ou a dos Angry Young Men dão, em grande medida, continuidade ao espírito vanguardista e ao imaginário de rebeldia e maldição poética de que Jim também partilhava por via das suas leituras. Guillermo de Torre, na *História das literaturas de vanguarda*, refere-se a esses movimentos como “os dois ismos mais significativos ou relativamente importantes que surgiram após a segunda guerra do século XX”, conjugando-os na designação de “frenetismo” (de Torre, 1972: 9). O autor compara depois estes dois grupos aos movimentos estéticos das décadas anteriores, concluindo que não existe uma preocupação tão evidente quanto a questões estéticas mas sim um espírito comum de dissensão e de denúncia face ao *establishment* e ao contexto de fortes ambiguidades que caracterizou as décadas do pós-Guerra, sobretudo por via da Guerra Fria e dos muitos focos de questionamento aos valores da cultura ocidental. No caso norte-americano, a dinâmica de insatisfação total e de revolta que caracteriza o espírito destes jovens escritores encontra como principal alvo o *american way of life* nos mecanismos que utiliza para impor

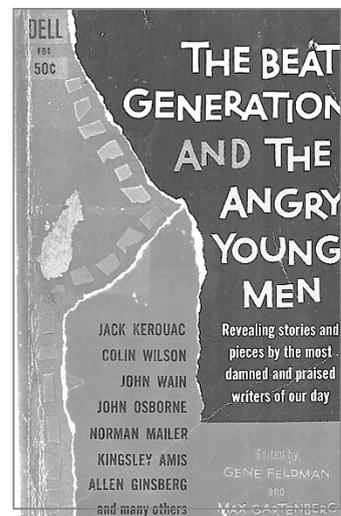
uma determinada ideia de convencionalidade e para conduzir a uma despersonalização dos indivíduos. Herdeiros de uma longa tradição, que Guilherme de Torre restringe aos antecedentes norte-americanos como Walt Whitman, Henry David Thoreau, Herman Melville e Henry James mas que se estende a todo o imaginário moderno do Ocidente, os dissidentes encontram na realidade norte-americana uma nova expressão vital (de Torre, 1972: 33-34): *os “beatniks” não abandonam já o seu país; pelo contrário, vagabundeiam livremente de um extremo ao outro da América, e a sua emigração faz-se no tempo, e não no espaço, ao submergirem-se nas regiões orientais de um budismo zen de interpretação muito pessoal.*

Na introdução a *The Beat Generation and the Angry Young Men*, Gene Feldman e Max Gatenberg associam o estado de espírito desta geração revoltada à vivência de uma época em que as máscaras com que se disfarça a aparente normalidade quotidiana deixam de ser suficientes para ocultar as evidências da hipocrisia de uma civilização em colapso, deixando o Homem bloqueado (Feldman, 1971: 9): *By choosing to live only in the present, however, he cuts himself off from those values which have propped up his vision of himself as the hero of history. The sense that he is part of an unfolding design (the religionist’s belief in increasing good, the positivist’s faith in progress) is no longer accessible to him.*

Esta concentração no presente individual conduz à insularidade característica destes grupos, muito menos estruturados em torno de manifestos ou programas de atuação coletiva do que os representantes das Vanguardas históricas e portanto reunidos mais por uma consciência comum do mundo contemporâneo e da necessidade de se revoltarem questionando as suas estruturas do que por princípios estéticos ou mesmo ideológicos comuns, pois “the term Beat Generation came more and more to fit an actual generation that was responding in certain ways to existence in mid-century” (Feldman, 1971: 11). A relação consigo próprio, com os próprios contornos da existência e com os outros com que se vai convivendo depende desta supremacia do eu isolado mesmo quando em relação (Feldman, 1971: 12): *As a consequence, his concern is primarily one of self-exploration, of perceiving the self in terms of its connection with immediate experience. Not capable of the act of faith required by a belief in tomorrow, the Beat Man values relationships only as they tend to reveal the truth of his present existence. For him, individuals and places are means whereby he can trace his own shadow and plumb his own nature. All of his contacts are immediate and intense. He has no future which rests on a connection with some person or group.*

Christopher Gair destaca exemplarmente os motivos que estiveram na base de uma época em que a intersecção entre a contracultura e as culturas populares conduziu a uma coexistência entre propósitos revolucionários e rápida absorção pelo sistema do imaginário da rebeldia juvenil. Entre outros, sobressaem o facto de o movimento de contracultura de pós-Guerra ser constituído largamente por membros das classes médias brancas, o rápido crescimento demográfico que propiciou o desenvolvimento de uma geração jovem com gostos e ambições diferentes dos dos seus pais mas também a rápida integração de expressões marginais como a música afro-americana no imaginário coletivo, e a prosperidade que a América viveu imediatamente depois da Guerra e que garantiu a expansão de comunidades jovens universitárias que contavam com muito mais tempo e condições para se dedicarem ao usufruto dos tempos livres e dos bens culturais veiculadores de formas alternativas de ver o mundo (Gair, 2007: 3-5). Poderemos ver nesta descrição muitas das características do perfil de Jim Morrison, desde o seu enquadramento numa família tradicional e em muitos aspetos conservadora (que se ressentiu ainda dos particularismos inerentes à profissão do pai) à formação universitária de que dispôs e que lhe garantiu o contacto privilegiado com a contracultura, as raízes europeias e o imaginário cinematográfico que marcariam toda a sua carreira.

Outro aspecto que aproxima Jim Morrison da vivência do movimento *Beat* é a recusa de identificação com qualquer ideologia particular, assim como a conjugação peculiar de interesses que passam pela poesia francesa, pelo imaginário mítico ligado ao deserto norte-americano e à religiosidade indígena, pelo exotismo oriental e, consequentemente, pelo Budismo e por uma recusa total do Estado, da civilização capitalista e da guerra mas sem qualquer vertente política expressa, por exemplo, de acordo com o anarquismo ou o socialismo. A poesia de Jim Morrison constitui um desses peculiares mundos obscuros de reflexão sobre a realidade norte-americana em todas as suas cambiantes. Caracterizando a primeira recolha de versos de Morrison *The Lords and the New Creatures*, de 1969, Rui Pedro Silva exprime a tipologia de quase toda a produção do autor, desde as letras de músicas aos textos integrados em recolhas póstumas e a outras criações suas como o argumento para o filme *HWY. An american pastoral*: *Contém uma série de observações que incluem referências ao cinema, a filmes e espectadores, sexo, morte, jogo, ao assassinato do presidente Kennedy em moldes cinematográficos, a aves e insectos, voyeurismo, invenções, xamanismo, alquimia e erotismo* (Silva, 2008: 155).



Muito de acordo, aliás, com o espírito experimental e liberto de constrangimentos estéticos e formais típico do imaginário vanguardista e dos *Beat* em particular, como observa Christopher Gray (Gray, 2007: 38): *Much the same could be said of the 'Beat Generation', whose leading writers each worked from a very different agenda and composed highly distinctive literature. Like the Transcendentalists a century before, the Beats shared an emphasis on self-reliance and on efforts to create their work spontaneously.*

O mito de Morrison foi alimentado também por um conjunto de obras relevantes que procuraram desde muito cedo destacar a componente literária, reflexiva e mesmo filosófica da sua existência e dos seus escritos. Em 1974, três anos depois da sua morte, Hervé Muller, um dos amigos com quem se relacionara na sua fatídica estadia em Paris, publicava *Jim Morrison au-delà des Doors* [traduzido em Portugal com o título *Jim Morrison para lá dos Doors* (1981); utilizamos a segunda edição de 1983, (Coimbra: Centelha)], livro no qual, desde o título, se evidencia a intenção de figurar o protagonista como muito mais do que o vocalista de uma das mais influentes bandas americanas das décadas de 60 e de 70, que se definira a si próprio enquanto Rei Lagarto. Um dos capítulos tem por título ilustrativo “James Douglas Morrison, poeta”. Depois de uma das habituais referências à suposta genialidade de Morrison figurada na espantosa memória literária de que dava provas e no exuberante brilhantismo académico, Muller concentra-se na definição do cânone de influências fundamentais para Jim, incluindo autores franceses como François Villon, Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Apollinaire, André Breton, Blaise Cendrars e Louis-Ferdinand Céline; e nomes tão diversos como William Blake, Nietzsche (e a influência deste na leitura das tragédias clássicas), Freud, Walt Whitman, Edgar Allan Poe, Aldous Huxley, William Burroughs. Unindo todos estes nomes, encontram-se alguns contributos fundamentais para o imaginário cultural da modernidade, do culto da marginalidade ao ideal de boémia provocadora e de dionisismo marcados pelo alcoolismo, o consumo de estupefacientes, a promiscuidade erótica e a apologia do risco; da atração pelo mal ao ideal de visionarismo e de maldição essencial ao reconhecimento do poeta por si mesmo; da abertura ao inconsciente, à liberdade da palavra e à expressão dilacerada do indivíduo a uma certa ideia de misticismo que, em Jim, coincidiria com a sua obsessão pelo deserto e pelo universo dos xamãs índios.

Na sua biografia de 1980, *No one here gets out alive* [tradução portuguesa com o título *Daqui ninguém sai vivo* (Lisboa, 1994, Assírio & Alvim)], Jerry Hopkins e Daniel Sugerma dedicaram também especial atenção aos anos de formação da personalidade de Morrison, cujo percurso é emblematicamente figurado nos títulos dos capítulos como uma flecha desde o momento em que “o arco está assestado” até ao momento do voo da flecha e da conseqüente queda, estrutura devedora de mitos que poderiam adequar-se perfeitamente a Jim, como o de Ícaro. Logo no prefácio enquadram o seu ídolo “no panteão dos artistas dilacerados e talentosos, que sentiram demasiadamente a vida para conseguirem vivê-la: Arthur Rimbaud, Charles Baudelaire, James Joyce, Lenny Bruce, Dylan Thomas, James Dean, Jimmy Hendrix e outros” (Hopkins, 1994: 11). Juntando a esta linhagem alguns nomes da preferência de Jim – Plutarco, Molière, Balzac, Baudelaire, Rimbaud, Nietzsche, Cocteau, Dylan Thomas, Brandan Behan, Colin Wilson, entre outros –, os dois biógrafos acabarão por atentar no fascínio que Jim nutria pela geração *Beat* contemporânea da sua juventude, sobretudo pelos casos de Jack Kerouac, Lawrence Ferlinghetti, Kenneth Rexroth, Allen Ginsberg e Gregory Corso, cujos ideais e entendimentos artísticos, como veremos, serão muito os do próprio Morrison (Hopkins, 1994: 23-24).

E, entre outros exemplos possíveis, em 1994, Wallace Fowlie, importante ensaísta que dedicou toda a sua carreira a trabalhar autores como Villon, Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé, André Breton e Henry Miller, daria um contributo fundamental a esta concepção de Jim Morrison enquanto representante da linhagem dos “poetas malditos” no livro *Rimbaud and Jim Morrison: the rebels poet* [tradução portuguesa com o título *Rimbaud e Jim Morrison: os poetas rebeldes* (São Paulo, 2005, Eselvier/Campus)]. Fowlie não escapa ao mesmo exercício de composição biográfica com base nas identificações literárias de Morrison, começando por associar o início da adolescência de Jim, em que se começou a manifestar rebelde e provocador, com a descoberta da contracultura e dos escritores da geração *beat* (Fowlie, 2005: 100-101). É muito interessante a sua leitura do imaginário do jovem rebelde que constrói um mundo paralelo marcado pelo desregramento dos comportamentos e pela ideia de ilicitude que lhes fica associada, no qual se encontram a percepção de um isolamento face à sociedade envolvente e a possibilidade de se expressar coletivamente, quer enquanto herdeiro de uma tradição de poetas que permanecem vivos enquanto referentes, quer enquanto parte de um grupo de poetas partilhando a mesma revolta (Fowlie, 2005: 161): *Entretanto, o jovem rebelde não habita sozinho esse mundo. Ele representa uma longa linhagem, e, hoje, possui um irmão que nunca se encontra muito afastado dele. Esse irmão, em diferentes épocas, chama-se palhaço, saltimbanco, bufão. Já foi chamado de jogral. Já foi chamado inclusive pelo nome mais refinado de arlequim. E, de tempos em tempos, o destino lhe empresta o pomposo nome de poeta.*

Procuraremos observar de seguida algumas representações do sujeito na poesia de Jim Morrison, em particular as que se relacionam com a definição do artista criador cruzado com uma imagem de saltimbanco que vagueia estrada fora, muitas vezes pedindo boleia e assumindo a identidade do assassino aparentemente desprovido de razões para a sua actividade criminoso. E esta presença inquietante do “killer on the road” de que se ocupam uma música como “Riders on the Storm” (presente no álbum *L. A. Woman*, de 1971) e muitos outros poemas de Jim (e o próprio guião

do filme) é de algum modo uma visão do imaginário herdado de Kerouac mas desprovida de sentidos positivos, contaminada pelo impulso negro e fatal que acompanhou o poeta como uma sombra que emerge nos mais inesperados contextos. Em “End of the night” (do álbum *The Doors*, de 1967), texto marcado pela leitura de *Voyage au bout de la nuit*, de Céline, de 1932, e da poesia de William Blake, são identificados dois tipos de indivíduos, um dos quais, à imagem do ideal de artista maldito, parece fadado para uma existência perturbada (Morrison, 1992: 21): *Realms of bliss, realms of light, / some are born to sweet delight, / some are born to sweet delight, / some are born to the endless night*. Não será difícil compreender que o sujeito obsessivo destes textos se reconhece sempre na segunda vertente, a do caminhante solitário que desejaria permanecer mas é forçado a perder-se na imensidão da vida urbana, como um representante do tipo de artista esmagado pela multidão a que Baudelaire deu forma em *Les fleurs du Mal* (1857). No mesmo disco inaugural, um tema como “Soul Kitchen” confirma essa ideia (1992: 17): *Let me sleep all night in your soul kitchen, / warm my mind near your gentle stove. / Turn me out and I'll wander baby, / stumbling in the neon graves*. Mas existe algo de divino e libertador nesta personalidade solitária, ambígua e sombria, atormentada por uma espécie de missão de redenção coletiva. É essa, aliás, uma componente fundamental do mito, conforme descreve Daniel Sugerma no prefácio a *Daqui ninguém sai vivo* (Hopkins, 1994: 11): *A minha convicção pessoal é de que Jim Morrison foi um deus. Para alguns de vocês isso pode parecer extravagante; para outros, pelo menos excêntrico. Naturalmente, Morrison insistia que éramos todos deuses e que o nosso destino estava nas nossas mãos. Quis apenas dizer que penso que Jim Morrison foi um deus nos nossos dias. Bem, pelo menos um senhor*.

Parece pairar nesta consciência da divindade individual de cada um na pesquisa dos limites existenciais do Humano uma outra característica dos Beat (Feldman, 1971: 13): *the basic impulse of the Beat Generation (which) is a religious one: to find oneself is to find God. And if it must finally be acknowledged that God is too weak to show His face and that the Beat Generation is a generation of orphans, cut off from the past and its earthly fathers, severed for the future and the Kingdom of God, than the predatory heart of man himself, Satan, will be enshrined the Father*.

Uma longa e icônica peça poética como “The celebration of the lizard” deixa perceber justamente esse sujeito em viagem de descoberta permanente, que procura conduzir outros de acordo com o impulso de “break on through to the other side” que lhe é muito próprio e que no final se prepara para penetrar num reino desconhecido, aquele em que terá nascido. O poema começa com uma sugestão de fuga de um ambiente urbano, ameaçador, desordenado que poderá ser identificado facilmente com a América promovida pelo poder dominante e espelhado em temas como “Strange Days”, do segundo álbum, homónimo de Outubro de 1967 “He fled the town. // He went down South and crossed the border /Left the chaos and disorder /Back there over his shoulder” (Morrison, 1992: 89); joga depois com uma série de metáforas sobre a definição da identidade, a loucura como jogo e o contraste entre a agitação e o sossego no contexto citadino; apela a uma corrida desenfreada (“We’re getting out of town /We’re going on the run /And you’re the one I want to come” e “Not to touch the earth /Not to see the sun /Nothing left to do, but /Run, run, run /Let’s run”, p. 93); vai fazendo a descrição da alucinação correspondente ao percurso que passa por sugestões de morte, de exotismo, de marginalidade e de possível consumição icárica pelo fogo e que conclui com a nomeação mítica do sujeito (“I am the Lizard King /I can do anything”, p. 95); e conclui com o regresso depois de um exílio “For seven years I dwelt /In the loose palace of exile (...). Tomorrow we went the town of my birth. /I want to be ready” (p. 96). Esta obsessão do sujeito capaz de se transfigurar e de marcar presença nos mais diversos cenários mas em relação com o outro desconhecido será tema constante dos poemas de Morrison que a banda musicou. Vejamos, para concluirmos esta passagem pela vertente discográfica da sua poesia, casos como “People are Strange”, emblemática descrição da identidade que se define e se obscurece em função dos outros com que nos vamos cruzando na viagem; “The Soft Parade”, outra das faixas longas que apresenta grotescas, desconexas e violentas visões típicas da concepção da vida moderna como um desfile de caracteres exóticos no qual se enquadra um sujeito que inicialmente se anuncia perseguido e necessitando de abrigo e que parece ter o seu reduto nas periferias “You gotta / met me / at the crossroads / Gotta / meet me /at the edge of town, /outskirts of the city” (Morrison, 1992: 60); “Roadhouse Blues”, proposta de absoluta libertação associada à viagem e à efemeridade da existência, como sugere o verso “The future’s uncertain and the end is always near” (Morrison, 1992: 68); ou a constante sugestão da busca mais ou menos alargada geograficamente pelos contornos da América no derradeiro álbum em que Morrison colaboraria, em temas como “L. A. Woman”, “L’America” (cujas derivas metafóricas procurando abarcar toda a extensão do país conhecerão na sua poesia muitas variantes sujeitas ao mesmo título) e “Riders on the Storm”.

Uma rápida incursão pelos livros de poesia de Morrison não diretamente associados aos *The Doors* permitirá perceber que a iconografia do viajante é crucial. O par dialético cidade e periferia, com a sugestão de enclausuramento regrado e de libertação por via do vício das vidas marginalizadas que lhes está associada, é o tema central dos primeiros apontamentos de *The Lords*, como um dos primeiros expressa (Morrison, 1994: 141): *The city forms – often physically, but inevitably / psychologically – a circle. A Game. A ring of death / with sex as its center. Drive towards outskirts / of city suburbs. At the edge discover zones of sophisticated vice and boredom, child prosti- / tution. But in the grimy*

ring immediately surround- /ing the daylight business district exists the only / real crowd life of our mound, the only street life, night life.

Outros fragmentos relevantes expressarão a dimensão de jogo e de ficcionalidade que Jim sempre associou à existência moderna, herdeiro de uma concepção da actividade artística enquanto reflexão profunda acerca das relações entre o criador e o público. Por exemplo, ao referir-se ao acaso, um dos núcleos da teorização surrealista, “a survival /of religion in the modern city, as is theater, /more often cinema, the religion of possession” (Morrison, 1994: 144) ou ao sintetizar a relação entre os indivíduos de acordo com a divisão entre criadores e público (Morrison, 1994: 144): *The cleavage of men into actor and spectators / is the central fact of our time. We are obsessed /with heroes who live for us and whom we punish.* Outra representação poderosa da vida moderna é a viagem de automóvel (Morrison, 1994: 145): *Modern life is a journey by car. The Passengers /change terribly in their reeking seats, or roam / from car to car, subject to unceasing transformation.* A atracção pelo cinema, como a intensidade com que recorreu a imagens relativas à coexistência entre vida privada e interacção pública das individualidades, determinam os muitos fragmentos que dedica também ao sujeito como *voyeur*, tópico fundamental aliás a uma descrição do artista como demiurgo capaz de dar forma a todas as coisas que viu e de que se apropria criativamente, sobretudo por via da visualidade. Um fragmento define o *voyeur* justamente por associação aos olhos (Morrison, 1994: 147): *He shades are drawn and «real» life begins. Some activities are impossible in the open. And these secret events are the voyeur’s game. He seeks them out with his myriad army of eyes – like the child’s notion of a Deity who sees all.* É esta sugestão da observação do outro como fonte de conhecimento e de domínio que orienta um tema como “The Spy”, de *Morrison Hotel* (Morrison, 1992: 77): *I’m a spy in the house of love. /I know the dream that you’re dreaming of, /I know the word that you long to hear, /I know your deepest secret fear // I know everything, everything you do, /everywhere you go, every one you know. /I’m a spy.* E que estrutura o imaginário de onisciência e de metamorfose da identidade de “The Changeling” (Morrison, 1992: 99): *I live uptown, I live downtown, /I live all around (...) I’m a changeling, see me change (...) I’m the air you breathe, food you eat, /friends you greet in the swarming street/ See me change, see me change.* Em Abril de 1968, Jim publicou um ensaio na revista *Eye* no qual reflecte sobre vários sentidos simbólicos dos olhos, que começa com o que poderia ser uma descrição do modo como se compôs o seu mito e da ambiguidade da relação entre aquele que é alvo de todos os olhares, o seu público e aqueles que supostamente procuram intermediar todo o processo (Morrison, 1992: 156): *He sought exposure, and lived the horror of trying to assemble a myth before a billion dull dry ruthless eyes. Leaving his plane, he strode to the wire fence, against the advice of his agents, to touch hands. Standing close to appeal his invitation for admire him worship or weapons. The constant unspoken interior knowledge, that his body was target every public second. Charged murderous awareness of beasts. New nerves of sensation flowered on his neck spine garden. When he looked at you, they said, he stripped back your skull. Naturally. For well wishing admirer smiles easily hide death behind cat teeth. Not paranoia or beyond grave carelessness, but a fine sensuous knowledge of violence in an eternal present.*

Existia sem dúvida no vocalista dos The Doors uma diversidade de camadas estruturantes da relação em comunidade. Desejando captar a atenção do público e da comunicação social, objetivo para que concorriam, por exemplo, a imagem peculiar com que entrava em cena e as frases polémicas e provocatórias que proferia nas entrevistas, Morrison convivia também com a dificuldade em separar a imagem pública do seu mundo privado e em projetar devidamente o seu objetivo de ser poeta e outras atividades paralelas como as incursões cinematográficas, o que concorria para a sensação de permanente clausura e para a consciência paranóica de estar sempre a ser constantemente observado e de esperarem dele e das suas aparições não um qualquer espetáculo musical, composto por poesia e pelas ideias de homens com algumas ideias e mensagens a transmitir, mas algumas das proezas necessárias a um determinado âmbito do mito que, depois, acabaram por limitar outras vertentes e por impossibilitar que o artista fosse devidamente valorizado no seu todo e independentemente de alguns aspetos como o crónico consumo de álcool ou a relativa promiscuidade sexual que lhe era atribuída. A concepção de arte que era mais favorável aos paradigmas de Morrison, dependente do improvisado e de um desenvolvimento em conexão com as reacções da multidão e a capacidade de interferir na sua dinâmica por via da construção de uma determinada personagem muitas vezes tornada indissociável do seu actor, corresponde exemplarmente ao que diz acerca do *happening* (Morrison, 1994: 152): *happening /the event in which ether is introduced / into a roomful of people through air vents makes / the chemical an actor. Its agent, or injector, /is an artist-showman who creates a performance / to witness himself.* A ideia de representação é tão relevante que é associada mesmo a um tópico tão marcante como o episódio edipiano de “The End”, em que o assassino é uma projeção do sujeito (recorde-se que o assassino é normalmente um dos rostos que compõem a identidade do caminhante em viagem des governada) que contudo não deixa de se sujeitar à necessidade de um disfarce, fazendo do crime uma espécie de espetáculo congruente com a caracterização e a intervenção dos familiares/personagens “The killer awoke before dawn, /he put his boots on, /he took a face from the ancient gallery, /and he walked on down the hall” (Morrison, 1992: 24).

Da rede de componentes do mito constava também a identificação visceral com o xamã, outra das figuras de uma galeria de agentes performativos destinados a conduzir um determinado público que os eleva a um patamar próximo

do divino, actuando muitas vezes em conexão com substâncias amplificadoras da consciência (Morrison, 1994: 152): *Through ventriloquism, gestures, play with objects, / and all rare variations of the body in space, / the shaman signaled his «trip» to an audience / which shared the journey.* Existe, contudo, na concepção de Jim Morrison como em geral da atitude da Geração Beat, uma diferença significativa entre este tipo de artistas ou guias espirituais e aqueles que se promovem como Mestres e que procuram manipular as consciências por via de um sentido perverso da arte (Morrison, 1994: 156): *The Lords appease us with images. They give us / books, concerts, galleries, shows, cinemas. Es-/pecially the cinemas. Through art they confuse / us and blind us to our enslavement. Art adorns / our prison walls, keep us silent and diverted /and indiffferent.*

O pensamento de Morrison é, assim, um complexo exercício de reflexão sobre o artista, as suas metamorfoses, a sua identidade, as diferentes formas de interação com o público e os diferentes tipos de dimensão poética e política que a arte assume. Algo que poderemos encontrar em outros livros de poesia do autor. Na já referida “Self-Interview”, confessa que “If my poetry aims to achieve anything, it’s to deliver people from the limited ways in which they see and feel” (Morrison, 1997: 14). Portanto, o poeta é encarado de alguma forma como um guia, sim, mas um guia libertador, que abre espaço à descoberta individual de cada um e que transgride as normas e doutrinas estabelecidas. Em *Wilderness* essa missão cruzar-se-á com a consciência de que depende do público a forma como compreenderá o objetivo do artista e encarará os seus apelos, mesmo se como é seu hábito esse público é identificado com um tu feminino (1) (Morrison, 1997: 24): *What are you doing here? /What do you want? /It is music? We can play music. But you want more. You want something and someone new (...) /I know what you want. /You want ecstasy / Desire & dreams. / Things not exactly what they seem. /I led you this way, he pulls that way. I’m not singing to an imaginary girl. /I’m talking to you, my self. /Let’s recreate the world. /The palace of conception is burning.*

Existe no imaginário de Morrison uma profunda concepção da arte como essencial à organização vital dos indivíduos “People need Connectors /Writers, heroes, stars, /leaders /To give life form” (Morrison, 1997: 26). É muito importante o paralelismo que estabelece entre os termos utilizados na gradação, que permite ver no escritor como representante do artista total tão típico do imaginário das Vanguardas, aquele capaz de conjugar diferentes expressões criativas e de aproximar a vida e a obra — também o centro de um grande espectáculo e de uma relação com o público que é de supremacia ou pelo menos de chefia. As três dimensões que, num texto integrado em *Últimos Escritos* (1993), são apresentadas como vias a ensinar, “Lessons on becoming /a revolutionary /an actor / (a prophet) /or a poet” (Morrison, 1993: 200). Esta dimensão conscientemente ficcional e exercitada da actividade artística acarreta ainda um trabalho de ilusão pessoal que deve ser mantido numa fuga às exigências da sociedade (Morrison, 1997: 98): *a Knock? would shatter / my dream’s illusions / deportment & composure / The struggle of a poor poet / to stay out of the grips / of novels & gambling / & journalism / A quality of ignorance, / self-deception may be /necessary to the poet’s / survival.*

Outros aspectos da abordagem de Jim Morrison aos campos do artista, da arte, da representação, do jogo e do crime poderiam ser tidos em conta numa abordagem aos textos de James Douglas Morrison. Consideramos, ainda assim, ter identificado neste texto algumas vias de leitura relevantes para uma devida compreensão da sua individualidade e da sua situação na tradição das Vanguardas e, em especial, nos movimentos transgressivos seus contemporâneos. Se com estas linhas tivermos de algum modo contribuído para retirar Morrison da exclusiva e ofuscante luminosidade da vertente musical, a nossa devida homenagem terá sido prestada.

Notas: 1.) Curiosamente, esse tu feminino emergirá por vezes como uma perturbação desse ideal elevado e libertador, condenando-o a uma existência de vagabundo, como em “Universal Mind” (Morrison, 1992: 85): *I was doing time in the universal mind, /I was feeling fine. /I was turning keys. I was setting people free, /I was doing all right. // Than you came along, /with a suitcase and a song, /turned my head along. /Now I’m so alone /just looking for a home /in every place I see. (...) I’m the freedom man, that’s how lucky I am.*

Bibliografia: Feldman, Gene e Gartenberg (1971), *The Beat Generation and the angry young men.* New York: Books for Libraries Press; Fowlie, Wallace (2005), *Rimbaud e Jim Morrison: os poetas malditos.* Rio de Janeiro: Eselvier /Campus; Gair, Christopher (2007), *The American Counterculture.* Edinburgh: Edinburgh University; Hopkins, Jerry e Sugerman, Daniel (1994), *Daqui ninguém sai vivo.* Lisboa: Assírio & Alvim; Morrison, Jim (1992), *Uma oração americana.* Lisboa: Assírio & Alvim; (1993), *Últimos Escritos.* Lisboa: Assírio & Alvim; (1994), *Os Mestres e as Criaturas Novas,* Lisboa: Assírio & Alvim; (1997), *Abismos (escritos inéditos).* Lisboa: Assírio & Alvim. Muller, Hervé (1983), *Jim Morrison para lá dos Doors.* Coimbra: Centelha. Silva, Rui Pedro (2008), *Contigo torno-me real.* Porto: Afrontamento. Torre, Guillermo de (1972), *História das literaturas de vanguarda.* Lisboa: Presença.

A INQUISIÇÃO E O JUDAÍSMO EM BELMONTE

JORGE MARTINS

Este artigo é uma síntese das conclusões gerais de um livro recentemente editado — *Os Judeus em Belmonte no Tempo da Inquisição* (Âncora, 2016) —, em que se procurará responder às seguintes questões: caracterização dos cristãos-novos belmontenses; o judaísmo persistiu em Belmonte no tempo da Inquisição?; que cerimónias judaicas sobreviveram?; os cristãos-novos belmontenses descendiam da comunidade judaica medieval?; a atual comunidade descende do casal João Diogo Henriques e Maria Caetana, que foi viver para Belmonte no século XVIII?

Estudámos separadamente os processos inquisitoriais existentes nos séculos XVI, XVII e XVIII, para melhor percebermos se houve alguma descontinuidade ou momentos de maior intensificação da ação da Inquisição.

Principais apelidos dos cristãos-novos

| Apelidos | Séc. XVI | Séc. XVII | Séc. XVIII | Totais |
|----------------|----------|-----------|------------|--------|
| Nunes | 12 | 32 | 128 | 172 |
| Roiz/Rodrigues | 21 | 57 | 90 | 168 |
| Mendes | 3 | 5 | 80 | 88 |
| Henriques | - | 2 | 55 | 57 |
| Fernandes | 9 | 1 | 46 | 56 |
| Lopes | 15 | 5 | 11 | 31 |
| Rios | - | 8 | 13 | 21 |
| Antunes | 3 | 8 | 8 | 19 |
| Lara | - | - | 18 | 18 |
| Cruz | - | - | 16 | 16 |
| Gomes | - | - | 13 | 13 |
| Pereira | - | - | 13 | 13 |
| Almeida | - | - | 12 | 12 |
| Belmonte | - | 4 | 2 | 6 |
| Paiva | 5 | 1 | - | 6 |
| Chaves | - | 5 | - | 5 |
| Carvalho | - | 3 | 1 | 4 |
| Vaz | 3 | - | 1 | 4 |
| Gonçalves | 3 | - | - | 3 |

Alguns nomes caíam em desuso com o avançar do tempo, tais como Guiomar e Jorge, outros tornar-se-iam muito utilizados, como José, Maria e Manuel (de Emanuel), nomes inicialmente mais usados entre os cristãos-velhos. Foram, justamente, Maria para as mulheres e Manuel para os homens, os mais escolhidos. Isabel e Beatriz (ou Brites) e António e Francisco seguem-se na lista dos nomes próprios mais frequente entre os cristãos-novos belmontenses e seus familiares.

No cômputo geral dos três séculos, as cristãs-novas belmontenses foram mais vitimadas pela Inquisição do que os cristãos-novos. Embora não haja uma diferença substancial, a verdade é que também constatámos que as mulheres eram mais rigorosas no cumprimento dos preceitos judaicos do que os homens, designadamente no que respeitava à dieta e na celebração do sabat.

As faixas etárias mais fustigadas pela Inquisição foram as dos 20 e 30 anos, que representaram mais de metade dos réus, mas as dos 40 e cinquenta anos também foram muito afetadas, pois juntas perfaziam quase um terço. A faixa etária que mais subiu no século XVIII foi a dos 20 anos, numa demonstração de que o judaísmo estava bem vivo entre as novas gerações criptojudaicis belmontenses.

Idade dos réus belmontenses

| Faixas Etárias | Século XVI | | Século XVII | | Século XVIII | | Totais | % |
|----------------|------------|----------|-------------|----------|--------------|-----------|-----------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | | |
| Até 19 | 1 | | | 1 | 3 | 3 | 8 | 11,94% |
| 20-29 | | 1 | 1 | | 6 | 8 | 16 | 23,88% |
| 30-39 | 1 | 2 | 3 | 2 | 8 | 3 | 19 | 28,36% |
| 40-49 | | 2 | 1 | 1 | 3 | 4 | 11 | 16,42% |
| 50-59 | | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 9 | 13,43% |
| 60-69 | | | | | | 2 | 2 | 2,99% |
| 70-79 | | | | 1 | | | 1 | 1,49% |
| 80-89 | | | | 1 | | | 1 | 1,49% |
| Totais | 2 | 6 | 7 | 7 | 23 | 22 | 67 | 100% |

Contrariando o mito de que os apelidos dos cristãos-novos eram sobretudo nomes de árvores e plantas, atentemos nos apelidos mais frequentes e perenes dos cristãos-novos belmontenses e seus familiares: Nunes, Rodrigues, Mendes, Henriques, Fernandes, Lopes e Rios. Os Rodrigues mantiveram-se no topo nos séculos XVI e XVII e só foram ultrapassados pelos Nunes no século XVIII.

Principais nomes próprios dos cristãos-novos

| Nomes | Séc. XVI | Séc. XVII | Séc. XVIII | Totais |
|----------------|----------|-----------|------------|--------|
| Maria | - | 15 | 83 | 98 |
| Manuel | 2 | 15 | 77 | 94 |
| Isabel | 12 | 22 | 49 | 83 |
| Beatriz/Brites | 7 | 11 | 63 | 81 |
| António | 7 | 8 | 47 | 62 |
| Francisco | 4 | 11 | 45 | 60 |
| Diogo | 8 | 13 | 30 | 51 |
| Ana | - | 10 | 35 | 45 |
| João | - | 6 | 34 | 40 |
| Leonor | 2 | 11 | 21 | 34 |
| José/Joseph | - | - | 33 | 33 |
| Antónia | 3 | 4 | 25 | 32 |
| Fernando | 4 | 8 | 13 | 25 |
| Jorge | 6 | 10 | 3 | 19 |
| Guiomar | 7 | 3 | 1 | 11 |

Sexo dos réus belmontenses

| Séculos | Séc. XVI | Séc. XVII | Séc. XVIII | Totais | % |
|-----------|----------|-----------|------------|--------|-------|
| Masculino | 3 | 8 | 23 | 34 | 46,6% |
| Feminino | 8 | 7 | 24 | 39 | 53,4% |

Se só tivermos em conta os réus belmontenses e seus familiares naturais ou moradores em Belmonte, as três principais profissões são: sapateiros (34), mercadores (14) e tratantes (8). Curiosa e algo inesperadamente, os sapateiros foram a profissão mais frequente em Belmonte.

Entre os belmontenses presos ou apresentados voluntariamente à Inquisição durante os séculos XVI a XVIII, verifica-se uma evolução positiva da escolaridade dos cristãos-novos, mas apenas uma mulher sabia ler e escrever no século XVIII. Ainda assim, a percentagem dos séculos XVII para o XVIII diminui e permanece abaixo dos 50%, desmistificando a ideia de que os cristãos-novos eram geralmente letrados. Talvez a explicação desta descida se deva ao facto de haver uma grande discrepância entre o número de cristãos-novos dos dois séculos. Naturalmente, por necessidade profissional, os mercadores e negociantes aprendiam a assinar e tendiam a aprender a ler e escrever.

Se agruparmos as sentenças em quatro graus de progressiva dureza, temos no nível mais baixo as absolvições, as solturas, as penitências espirituais e os relaxados em estátua (fuga sem prisão), com 36,2% dos réus; no nível seguinte, o mais frequente na generalidade dos processos e em Belmonte também, os cárceres e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores (durava de 3 a 9 meses), perpétuo (1 a 3 anos) e sem remissão (5 anos), com 56,5%; num dos mais duros, o degredo, com 1,5%; e no pior, o dos mortos no cárcere ou na fogueira, com 5,8%.

Quanto à proporção, o cárcere e hábito penitencial a arbítrio foi a sentença mais aplicada (29%), seguida das penitências espirituais (24,6%) e do cárcere e hábito penitencial perpétuo (23,2%). A duração prevista para as penas de cárcere e hábito penitencial estava regulamentada pelo *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal* (1640), tal como o degredo para as galés para os homens, que durava de 3 a 5 anos, e para as colónias de S. Tomé, Angola e Brasil para as mulheres, que tinha a duração de 5 a 7 anos.

Há dois quartos de século sem prisões (1626-1650 e 1676-1700) e é na primeira metade do século XVIII que se regista uma intensificação: 46 prisões, ou seja, cerca de dois terços (64%) do total, no tempo em que a Inquisição perseguiu formalmente judaizantes belmontenses, com especial incidência nos anos 20, em que contabilizámos 30 réus em apenas quatro anos (entre 1725 e 1728).

Principais profissões dos réus belmontenses e dos seus familiares

| Profissão | Séc. XVI | Séc. XVII | Séc. XVIII | Totais |
|------------------|----------|-----------|------------|--------|
| Sapateiro | | 4 | 30 | 34 |
| Mercador | 1 | 7 | 6 | 14 |
| Tratante | 2 | | 6 | 8 |
| Almocreve | | | 4 | 4 |
| Homem de negócio | | 4 | | 4 |
| Paneiro | 4 | | | 4 |
| Tendeiro | | | 4 | 4 |

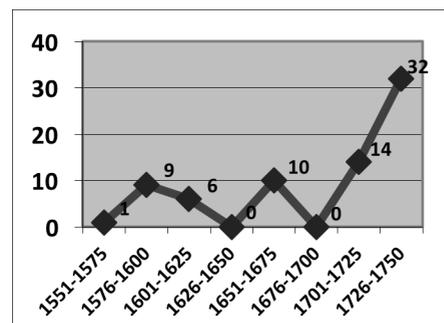
Escolaridade dos réus belmontenses

| Escolaridade | Analfabetos | | Ler e escrever | | Curso superior | |
|--------------|-------------|-----|----------------|----|----------------|----|
| | M | F | M | F | M | F |
| Séc. XVI | 2 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Séc. XVII | 1 | 5 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Séc. XVIII | 6 | 17 | 14 | 1 | 0 | 0 |
| Totais | 9 | 30 | 19 | 1 | 0 | 0 |
| % | 23% | 77% | 95% | 5% | 0% | 0% |

Sentenças dos réus belmontenses

| Sentenças | % |
|--|-------|
| Absolvição | 4,3% |
| Soltura | 5,8% |
| Penitências espirituais | 24,6% |
| Relaxados em estátua | 1,5% |
| Cárcere e hábito penitencial a arbítrio | 29% |
| Cárcere e hábito penitencial perpétuo | 23,2% |
| Cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão | 4,3% |
| Degredados | 1,5% |
| Falecidos no cárcere | 1,5% |
| Relaxados em carne | 4,3% |

Prisões por períodos de 25 anos



Iniciação no judaísmo

| Parentesco do iniciador | Nº |
|-------------------------|----|
| Não parente feminino | 18 |
| Não parente masculino | 10 |
| Mãe | 5 |
| Tio | 5 |
| Pai | 3 |
| Avó | 2 |
| Primo | 2 |
| Sogra | 2 |
| Outro parente | 2 |
| Irmão | 1 |
| Madrasta | 1 |
| Tia | 1 |

| Idade de iniciação | Nº |
|--------------------|----|
| Até 11 | 11 |
| 12 15 | 21 |
| 16 19 | 7 |
| 20 29 | 9 |
| 35-53 | 4 |

A duração média das prisões nos séculos XVI e XVII foi de dois anos, enquanto no século XVIII, houve mais processos mas que duraram quase metade do tempo, consequência, designadamente, das muitas apresentações voluntárias à Inquisição, que encurtava geralmente a sua duração.

Recorrentemente, os cristãos-novos mentiam aos inquisidores quando declaravam que tinham sido não parentes a iniciá-los no judaísmo: o chamado “ensino” da Lei de Moisés. É notória a quantidade daqueles que o declararam e não corrigiram durante os interrogatórios no século XVIII (27), ao contrário do que havia acontecido nos séculos anteriores. Certamente terão aprendido, ao longo de séculos de perseguições inquisitoriais, mais este estratagema para não denunciar os pais e outros familiares diretos. Em todo o caso, são os tios (6), as mães (5), os pais (3) que mais são citados. A idade mais frequente da aprendizagem é de 12 anos (8), seguida dos 15 anos (6). As mulheres eram iniciadas mais cedo do que os homens, como vimos anteriormente, tal como acontece com as judias no *Bat Mitzvá* (12 anos) e os homens no *Bar Mitzvá* (13 anos). Partindo da idade mais nova, quando os réus confessavam ter-se tornado crentes na Lei de Moisés, por exemplo entre os 15 e os 16 anos, temos uma maior incidência na iniciação dos cristãos-novos belmontenses entre os 12 e os 15 anos de idade. Quanto ao iniciador, as mulheres estavam em maioria: 58% para 42% de homens.

A guarda dos sábados como se fossem dias santos, sem trabalhar, varrendo a casa, fazendo a cama, vestindo roupa lavada, cozinhando e acendendo as candeias às sextas-feiras, é a cerimónia que faz o pleno nos séculos XVI, XVII e XVIII. Também era aquela que se tornava mais visível para os cristãos-velhos e, em consequência, a mais denunciada. O jejum do Dia Grande, ou Quipur, também se celebrou constantemente durante os três séculos. Seguem-se o padre-nosso, rezado sem dizer Jesus no fim e a privação de carne de porco,

lebre, coelho e peixe sem escamas, a que muitas vezes se acrescentavam o sangue, as gorduras, as peles e os nervos da carne e as aves afogadas.

Cerimónias judaicas dos réus belmontenses

| CERIMÓNIAS | Nº |
|---|----|
| Guardar os sábados de trabalho, <i>Shabat</i> | 54 |
| Jejum do Dia Grande / Quipur, <i>Yom Kippur</i> | 54 |
| Rezar o padre-nosso sem dizer Jesus no fim | 47 |
| Dieta judaica, alimentos proibidos | 46 |
| Crer e encomendar-se ao Deus do Céu | 46 |
| Jejum da Rainha Ester | 27 |
| Esperar o Messias, Messias não ser vindo | 25 |
| Páscoa Judaica, <i>Pessah</i> | 16 |
| Orações judaicas | 12 |
| Jejum do Dia Pequeno / Dia do Capitão / <i>Rosh Hashaná</i> | 12 |
| Jejum das segundas e quintas-feiras | 11 |
| Jejum das três semanas | 2 |
| Festa das Cabanas | 1 |

Coletânea de orações judaicas

Luísa Antónia, 1580

Rezava em pé, virada para nascente:

Bendito seja Adonai, nosso Deus, que com teu mandamento anoitecem as noites; e com sabedoria abre as portas e com entendimento muda as horas, governas as estrelas do céu, como é tua vontade. E crias dia e crias noite e envolves a luz entre as escuridades, a casa de Jacob a teu povo deste, Lei e encomendações, far-nos-ás Senhor alegrar os verbos de tua Lei.

Jerónimo Nunes, 1619

Encomendava-se ao Deus de Israel com a seguinte

oração:

Grão Deus de Israel, vós nos encomendastes em nossas encomendações que lavássemos nossas mãos com águas limpas e águas claras, assim Senhor nos alimpai as nossas almas como são as águas limpas e agora claras.

Francisco Fernandes Loução, 1728

Grande Deus de Israel, Adonai Senhor meu, vós que fizestes o céu e a terra de vosso poder infinito, a vós ofereço a minha alma e as minhas orações, meus jejuns e meu alvedrio, pois é vosso quanto tenho e de vós o hei recebido.

Violante Nunes, 1737

Senhor Deus Sabaoth tende piedade de nós, valei-nos, socorrei-nos, livrai-nos de nossos inimigos e da Inquisição.

Em conclusão, podemos afirmar que os cristãos-novos nunca deixaram Belmonte, antes lá permaneceram de geração em geração ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, nem abandonaram o judaísmo. As datas dos registos dos últimos que foram processados pela Inquisição meados do século XVIII demonstram que não é crível que tivessem desaparecido todos daquela vila para serem substituídos pelo casal João Diogo Henriques e Maria Caetana na geração seguinte, legitimando-se assim a tese de que a atual Comunidade Judaica de Belmonte tem ascendência secular.

AGOSTINHO DA SILVA, O MARRANO DO DIVINO

PEDRO MARTINS

Marrano é aquele que se converte a outra religião. Será o *cristão-novo*, fruto de conversão forçada, como o foram, entre nós, as do final do século XV, num estado de terror que perdurou até ao século XVIII e deixou sequelas fundas nas consciências feridas por séculos de recalçamento, repercutindo-se no curso das gerações até aos nossos dias.

Assim se deverá entender a tese que António Telmo desenvolveu em 2007 no prefácio a *Barros Basto – A Miragem Marrana*, de Alexandre Teixeira Mendes, onde enfim assumiu o seu marranismo e nos apresentou Agostinho da Silva como um marrano de estirpe superior, entre outros que fizeram a glória da Escola Portuense.

Vários escritos de Telmo permitem reconstituir uma tipologia do marranismo. Em síntese, falaremos primeiro dos que degeneraram no fanatismo: os materialistas católicos cujo recalçamento se transmuta em ódio à religião antiga; depois, dos materialistas ateus, fruto do esquecimento, posto numa prática automática, sem crença, dos novos ritos; por fim, da hipocrisia dos judeus secretos, preservando, com astúcia, dissimulação e diplomacia, a prática do rito antigo. E se, na visão de Telmo, *mais e diversos resultados são possíveis*, o caso de Agostinho, cristalizado no culto popular do Divino Espírito Santo, vem confirmá-lo.

Há o problema da sua ascendência judaica, ainda por averiguar. Mas também uma evidência: o judaísmo é uma realidade cultural, cultural e civilizacional; deixou, há muito, de ser realidade étnica. O que é um judeu? É o aderente ou o praticante da religião do Antigo Testamento. Mas a seguir ao culto, como ensina Álvaro Ribeiro, vem a cultura. E o que, na lição de Moisés Espírito Santo, caracteriza a cultura judaica é o sentido da liberdade, uma forte autonomia individual, a criatividade e a inovação teológica, filosófica, científica e económica (lembramos Moisés, Jesus, Adam Smith, Marx, Freud e Einstein instaurando mudanças na história da Humanidade, e as muitas dezenas de prémios Nobel). Somarei a errância do andarilho e o gosto do trabalho. Bem que dissesse que *o homem não nasceu para trabalhar*, foi Agostinho um infatigável obreiro, arguindo a debilidade prática de Pessoa e do seu *grupinho* e transmutando sabiamente o trabalho em jogo, pela mediação da arte. Com Amos Oz e Fania Oz-Salzberger, acrescentarei a loquacidade, a confiança, o humor, a irreverência e a fortaleza.

Mas onde Agostinho, o judeu, melhor se reflecte, é na literatura sapiencial do Antigo Testamento, onde se lê: *Prosegue a tua vocação*. Esse mesmo Agostinho para quem o principal dever que cada um tem para consigo próprio é o de ser aquilo que é. Bem pode ele, ao debruçar-se sobre Álvaro de Campos, duvidar da ascendência judaica do heterónimo, como se lhe fosse lícito saber mais das criaturas do que o próprio criador; mas é no algarvio de Tavira que reconhece a decisiva importância daquele preceito, cuja observância Mestre Caieiro caucionara.

Lê-se num rascunho de carta de Telmo para Agostinho, datada de *Granada, 26 de Agosto de 1968*, que não sabemos se chegou a seguir para a 59.^a Avenida de Nova Iorque, mas cujo teor vale por si: *Meu caro Amigo/ Recebi a sua carta. Muito obrigado por ter enviado o primeiro dinheiro. E por tudo o resto. / O Moura também escreveu e diz, entre outras coisas de somenos importância, que o Santiago vai deixar o Centro e transitar para Letras e acrescenta: “Temos de defender o Conceição Silva!” Longe como estou e com notícias dispersas, apercebo-me por conjecturas do que se vai passando nos bastidores. Pelo que a mim diz respeito, naquilo em que posso ser vítima do ódio viperino desses nossos amigos brasileiros, não estou para me incomodar muito com isso. Se, como diz, o Santiago, a Fundação morre à nascença, lá me arranjaréi por Portugal. Como, não sei. Mas soube-o eu alguma vez em análogas circunstâncias da minha vida? Agora o seu caso é diferente. Você está no covil dos lobos e ouve ranger os dentes da inveja, o que é bem pior do que escutar muito longe o uivo faminto. Daqui, até se tem pena dos lobos esfomeados de glória e de dinheiro... e de viagens. Parece que o Moura também ouviu uns zunszuns sobre a sua partida para Portugal da boca da hiena, a mulher do lobo. O melhor seria pegar na nossa costela judaica e usá-la como uma picareta para cavar qualquer loja, de vinhos ou de fazendas ou de coisa que o valha, na W3 e deitar um pouco de veneno no copo dos fregueses que a gente sabe. A elas vender-se-ia nylon bem transparente para se rebolarem pelas “calles” de Brasília.*

Telmo sabia mais do que revelava, quando declarou o marranismo do compadre. Poderemos, todavia, esquecer o que ele nos diz nesta carta incómoda e procurar mostrar, a partir do que Agostinho deixou escrito, como, na obra deste, se processa o recalçamento. Em *Um António Telmo*, propus uma sintomatologia, distinguindo:

o *recalçamento omissivo*: quando a realidade judaica está ausente no discurso, não sendo por isso objecto de representação e de nomeação, bem que logicamente o devesse ser;

o *recalçamento permutativo*: quando essa realidade está presente no discurso, e é por isso objecto de representação, embora com outra designação;

o *recalçamento activo*: quando está presente no discurso e é reconhecida isto é, designada como tal, para ser contestada.

Telmo vê em Agostinho o marrano superior, capaz de realizar a síntese entre dois credos antagónicos: o judaísmo e o cristianismo. E se para aquele a *kabbalah* e a Maçonaria são vias conciliatórias, quanto a este é no culto do Divino que devemos procurar o segredo da harmonia.

Do pensador maçónico André Benzmira, adoptamos a caracterização arquetípica dos credos abraâmicos segundo um princípio electivo. Se as três tradições são completas, cada uma delas privilegia, no culto que presta, um aspecto diferente do mundo divino.

No judaísmo, é o aspecto criador da Divindade – os *Elohim* que no *Génese* proclamam a bondade da Criação – o atributo a que preferencialmente se endereça o rito. No cristianismo, privilegia-se *El Elyon*, o Altíssimo, aspecto da Divindade contrário ou hostil à criação.

O judaísmo é a religião da manifestação, da produção, da multiplicação. Religião da Terra, a sua principal tarefa é a *santificação do corpo*, por contraste com o cristianismo, religião do Céu, cuja missão primeira é a da *elevação da alma*.

A vida é para o judeu o maior dos bens, o mais sagrado; e a única felicidade concebível aquela que se pode construir neste mundo. A redenção será facta histórico a cumprir-se na Terra, devendo as obras prevalecer sobre a fé.

No período que antecede a partida de Agostinho para o Brasil encontramos n' *A Vida de Moisés*, de 1938, uma curiosa marcação. Ali se esclarece, logo no começo, o motivo da inveja que se abatia sobre os judeus, que *eram, de facto, mais inteligentes e activos do que os egípcios*.

Inteligência e inquietação, lembrava Telmo, constituíam os indícios de judaísmo sondados pelo faro inquisitorial. Realismos até à exaustão em *Glossas* ou *Considerações*, inteligência e vontade – sem esta, não se quebra a quietude – serão os pilares da ideação agostiniana na fase *seareira*.

Ainda que subconscientemente, nunca, como nestes anos, esteve Agostinho tão próximo do judaísmo. “Quanto a Deus”, de *Considerações*, evoca a dualidade cabalística das sephiroth *Geburah*, o Rigor, e *Hesed*, a Misericórdia; e “Sobre o êxtase”, de *Diário de Alcestes*, é um hino à vida terrena e à divina criação onde o culto dos *Elohim* claramente repele *El Elyon*. Mas é em *O Cristianismo*, de 1942, que esta aproximação mais se pronuncia.

Ali se frisa, em leitura crítica historicista, a prevalência da imanência sobre a transcendência; ali se proclamam a bondade da criação e a santidade do corpo. *Jesus acha* – escreve Agostinho – *que o homem não tem ao seu dispor outra “linguagem de Deus” que não seja a do mundo*. E noutro passo: *não há nos Evangelhos um único preceito de ascetismo que envolva violência do espírito sobre o corpo*.

Ali se afirma a prevalência das obras sobre a fé, e por isso mesmo se acentua a historicidade da redenção. Faltou a Agostinho concluir – ou, pelo menos, expressar – que, após o desastre de Jerusalém, só com a transferência da ideia do Reino da Terra para os Céus, só com a afirmação, pelos apóstolos, de uma ida ao Reino, e não já de uma vinda do Reino, é que realmente surge a nova religião. Até lá, até esse outro *desastre de Jerusalém* que se não levou em conta – o da repressão romana sobre a revolta judaica de 66-70, conduzindo à destruição do segundo Templo e ao fim da primitiva comunidade judeo-cristã reunida em torno de Tiago – o que há é um ramo, uma tendência ou uma seita do judaísmo, que, como um seu esoterismo, se não afasta da Sinagoga; e que com Paulo, o verdadeiro criador do cristianismo, irá contender em questões muito mais significativas do que, a olhos já muito cristianizados, o possam parecer. Como ensina Benzmira: *A ideia cristã de uma circuncisão do coração que poderia substituir com vantagem a da carne é incompreensível e escandalosa para o judeu. A aliança com Deus de nada vale se não for gravada no corpo, no lugar de maior prazer carnal, no lugar abençoado onde se anuncia a multiplicação das criaturas terrestres*.

O quartel brasileiro de Agostinho, agora católico romano, é marcado pelo recalco activo. O capítulo V de *Reflexão* é brevíssimo de antijudaísmo teológico. O pensador mostra conhecer a fundo a polémica contra o judaísmo na Idade Média e faz trincheira com os teólogos cristãos, com seus tratados, diálogos e *testimonia*, dossiers temáticos compostos de citações do Antigo Testamento, destinadas a mostrar que as diferentes fases da vida de Jesus, a vinda do Messias que por ele se teria cumprido e os dogmas essenciais da fé cristã estavam anunciados na Bíblia hebraica.

Custa ver Agostinho contrapor *portugueses a judeus e mouros*. Como custa ler, em “Ecúmena”, de 1964, que todas as religiões são aceitáveis, mas só o cristianismo é verdadeiro, por ser o único *que põe o Espírito como Deus*, proposição insustentável face ao depurado culto judaico ou ao extremo monoteísmo maometano.

Não se interroga Agostinho, e pena foi, sobre o que constata na *Reflexão*: o facto de os judeus não levantarem oposição alguma a assistir reverentemente ao Culto do Espírito Santo. Na sua última entrevista de imprensa, observará, porém, que *não há propriamente, nem no que se vê no Brasil, nem na Califórnia, nem na documentação portuguesa, o culto de Deus na festa do Espírito Santo; há o culto do Divino, o culto da obra de Deus*.

Ei-lo de novo às portas do judaísmo. Após os estudos irrefutados de Moisés Espírito Santo sobre o cripto-judaísmo do culto do Divino, só no plano da recriação mítica, onde, bem ao gosto de Pessoa, deveremos, afinal, situar a sua profecia, se poderá aceitar a redução com que afeiçoa a história aos seus desígnios. O culto é anterior a Dinis e Isabel; e só tardiamente, em âmbito geográfico circunscrito, foi a criança nele coroada. Sabemos, por António Quadros, como as coroas utilizadas nas festas do Penedo, em Sintra, se mostravam grandes demais, em meados do século passado, para os meninos Imperadores... Fica, porém, por saber se esta criança não será uma insinuação críptica de *Metatron*, o Anjo da Face da mística judaica, o *pequeno Jeová* (irmão gémeo da *Shekinah*, nome hebraico do Espírito Santo), frequentemente apresentado sob os traços de um adolescente, para assim se significar um Deus ainda na infância.

Deixarei ainda algumas notas sobre a sintomatologia marrana na obra de Agostinho, após o regresso a Portugal.

Impressiona o recalçamento omissivo a que, desde *Educação de Portugal*, de 1970, iremos assistir. Por mais que neste livro o ecumenismo tenda à plenitude, nas passagens e não serão poucas em que Agostinho assenta a sua prospectiva ecuménica no messianismo da religião portuguesa do Espírito, o judaísmo é quase sempre esquecido. Tal a regra, em passos das páginas 26, 27, 31 e 59 da terceira edição (1996). A excepção aparece na página 50. E o caso é tanto mais notório quanto, noutros lugares do livro, a tradição mosaica é trazida à colação, tanto de um prisma histórico como em termos de pura actualidade.

Títulos relevantes dos anos subsequentes (*Goa: Cadernos Teológicos* e *Nota a Cinco Fascículos*, de 1971; *Proposição*, de 1974), denotam reincidência na omissão, mesmo quando se abre a porta ao taoísmo, ao xintoísmo, ao animismo e ao ateísmo.

Porventura por esses anos, escreve Agostinho em *Pensamento à Solta: Um dia serás do Espírito Santo e continuarás cristão como sendo cristão continuaste a ser pagão: divino e humano te vejo e quero*.

Alude, evidentemente, às Três Idades de Joaquim de Flora. Todavia, onde esperávamos que escrevesse *judeu* por referência à Idade do Pai e ao Antigo Testamento encontramos a palavra *pagão*. Uma vez mais, Agostinho recalca por permutação. O recalçamento é análogo ao que Pascoaes revelou no *Marános* e que, décadas depois, persistirá no *Santo Agostinho: Sim, a Mitologia é que é o Velho Testamento, pois o corpo está para a alma como está Moisés para o Apóstolo, e o: Crescei e multiplicai-vos para o: Sede perfeitos como o vosso Pai Celeste*. Sublinhe-se a similar caracterização, arquetípica e funcional, do credo judaico e do cristão, em Pascoaes e em Benzimra...

Por expressa, a permutação tornou-se evidente para Pascoaes, e por isso o recalçamento se desvanece. A consciência faz enfim valer os seus direitos. Não assim com Agostinho. A prova real de que a religião mosaica ali permanece em falta está em “Superação do Protestantismo”, onde se caracteriza a Idade Antiga, a do *catolicismo mosaico, sob o ponto de vista religioso e moral pelos hebreus e sob o ponto de vista cívico e prático pelos romanos*.

Tocamos o ponto nevrálgico. Na condição de se libertar o que foi recalçado, lendo *judeu* onde Agostinho escreveu *pagão*, o aspecto mais vincadamente marrano deste pensamento está onde se afirma: *sendo cristão continuaste a ser pagão*.

Segundo Telmo, o marrano superior sente como verdadeiras as duas religiões em que se debate numa tensão dialéctica. Ora, só pode continuar a ser pagão isto é, judeu quem continuar a sentir o judaísmo como verdadeiro. Como só poderá continuar a ser cristão, apesar da conversão final à religião do Espírito Santo, quem tiver também continuado a sentir o cristianismo como parte da verdade teológica, aquela que corresponde ao aspecto divino electivo do culto cristão. Agostinho sente, no íntimo recôndito, o drama tremendo que, por vezes, lhe aflora os lábios. Aqui, por um movimento silogístico, de que Telmo também nos fala, parece superada a tensão dialéctica, pela emergência da síntese paraclética que resolve a oposição entre a tese judaica e a antítese cristã. Resolução pouco firme, talvez insegura, mas provisoriamente alcançada. Noutra reflexão de *Pensamento à Solta*, Agostinho escreverá: *Com todo o respeito pela corajosa persistência judaica e toda a vergonha que a humanidade lhes fez, toda a tragédia vem de que, traindo-se ao melhor de si próprios, se não converteram a Cristo; desprezando o Filho a seu Pai ofenderam; espero que se convertam agora ao Espírito Santo. Joaquim de Flora me acompanha nos votos*.

Só na aparência reencontramos o escritor de *Reflexão*. À margem do medievo polemista que nele persiste, faz votos de que os judeus tomem assento à mesa do banquete ecuménico. Mas já não requer que renunciem à sua identidade original, isto é, que deixem de ser o que são. Concede-lhes paridade com os demais credos, isentando-os da fase intermédia de conversão ao cristianismo.

Termino com um terceiro pensamento à solta, onde, judaicamente, reencontro o primado da vida: *Na realidade não estou interessado em coisa alguma; sim, porém, em viver*.

Nota: O texto que se publica corresponde, com adaptações, à comunicação apresentada ao Colóquio Internacional *Agostinho da Silva, Pensador Universal do Tempo Presente*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 16 e 17 de Fevereiro de 2016. Retoma e actualiza pontualmente o ensaio homónimo que dei à estampa em *Um António Telmo: Marranismo, Kabbalah e Maçonaria*, onde o leitor poderá encontrar grande parte das referências bibliográficas aqui omitidas.

TRIÉNIO TEIXEIRA DE PASCOAES
SOFIA A. CARVALHO

O desfecho do Triénio Pascoalino, projecto apresentado em 2014 à Câmara Municipal de Amarante, viu em 2017 as expectativas cumpridas. Aliás, excedidas: quer pelo dinamismo da equipa conjunta, que reuniu elementos fundamentais da Câmara Municipal de Amarante, do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Biblioteca Nacional de Portugal, entre outras ilustres instituições,



Cruzeiro Seixas e Maria João Vasconcelos.
Exposição Teixeira de Pascoaes, Biblioteca Nacional (2017).

Teixeira de Pascoaes 2017, ideado por Pedro Vistas, e que contou com a generosa e exímia colaboração de Carlos Dugos (pintura), Fábio Mário Roque (fotografia) e Luiz Pires dos Reys (poesia), quer para a realização de uma exposição intitulada *Amarante | Pascoaes: Do Solar de Gatão ao Universo*, acolhida pela Biblioteca Nacional de Portugal entre 8 de Fevereiro a 6 de Maio de 2017, que contou com a inestimável colaboração de Bárbara Abreu, Carlos Gallo e Maria José Queirós Lopes.

Incidindo na recriação atmosférica do espaço familiar e de escrita do Poeta, esta Exposição apresentou um vasto conjunto de epístolas de e para Pascoaes, cartões postais, manuscritos e dactiloscritos de algumas das obras fundamentais do Autor, fotografias de família, amigos e admiradores e ainda alguns exemplares da sua obra plástica. Aliás, a primeira edição do catálogo desta Exposição esgotou no primeiro encontro a 8 de Fevereiro de 2017, tendo saído uma segunda edição, aumentada e revista, em Abril do mesmo ano. Foi, pois, esta Exposição pensada como uma espécie de prelúdio artístico do desfecho do Triénio Pascoalino, que contou com uma mesa-redonda em que participaram, entre outros, Miguel Real, Renato Epifânio e Serafina Martins. Reiterando ainda a natureza plural do Triénio Pascoalino, não se pode deixar de mencionar a honrosa e generosa colaboração do Grupo Coral de Queluz – ideia também devida a Pedro Vistas –, coroando duplamente este encontro com um belíssimo programa musical dirigido pelo maestro Pedro Miguel, e duas composições musicais inéditas de poemas de Teixeira de Pascoaes pela lavra de Gonçalo Lourenço e Mário Ribeiro. E assim se celebrou este ciclo em honra de Pascoaes e da sua extraordinária obra.



Exposição sobre Teixeira de Pascoaes,
Biblioteca Nacional (2017)

OUTRA HISTÓRIA: REVISTAS E ITINERÁRIOS DIGITAIS

LUÍS ANDRADE [FCSH-UNL]

A par de uma era nova no acesso e na circulação da informação, o espaço público digital criou condições únicas para a investigação e o conhecimento, nomeadamente quando estes se alicerçam em *corpora* extensos e complexos. Ao franquear a consulta universal, imediata e gratuita de fontes, estudos e materiais variadíssimos de acordo com os interesses de cada um, a *web* trouxe o mundo aos domicílios e fez juntar os lugares. A surpresa desta transformação

quer pela receptividade do público não especializado, que garantiu a participação não apenas da comunidade científica, mas também da comunidade estudantil e escolar.

Ponto fundamental do Triénio Pascoalino, em Amarante, além das comunicações de alta qualidade que o compuseram, e cujo resultado se colherá muito em breve com a edição do terceiro volume de ensaios dedicado a Teixeira de Pascoaes, foi igualmente a oportunidade criada pela Câmara Municipal de Amarante, na pessoa do seu presidente, José Luís Gaspar Jorge, e da sua excelente equipa de trabalho, e pela Biblioteca Municipal Albano Sardoeira de uma inesquecível visita a Travanca do Monte e à Casa do Poeta, o mítico Solar de Gatão, contando com a presença luminosa da sua guardiã Maria Amélia Abrantes de Sampaio e Castro Teixeira de Vasconcelos que, entre os demais familiares, guardam estes espaços sagrados da memória do Poeta, abrindo as suas portas a quem dele se pretende aproximar.

Na verdade, este multifacetado projecto não dirigiu as atenções apenas para uma comunidade científica fechada em si mesma, tendo-se também concedido espaço quer para a realização do Concurso Artístico

vibra, igualmente, na possibilidade de se circular nos mananciais da documentação disponibilizada a partir de instrumentos tão simples quanto a associação de palavras pertinentes para o fim pretendido.

Hoje, existe-se na *internet* e pela *internet*, de tal modo o seu uso se generalizou a propósito de cada uma das consultas requeridas pela vida pessoal ou profissional quotidiana. No plano cultural, esta condição inesperada e comum trouxe também problemas e ameaças complexos: a insinuação de que o conhecimento se confina à informação; a elisão da mediação e do escrutínio autorais, que faz o cerne do universo impresso; o apelo ao lapso temporal instantâneo por contágio da velocidade da comunicação; a neutralização do sujeito no processo de constituição das consciências e dos saberes.

Como talvez se possa inferir destas indicações, a pragmática e a *performance* voláteis tendem a sobrepor-se à ordem discursiva, ao próprio lastro substantivo dos consensos institucionais e sociais contemporâneos. É de notar, embora de passagem, que muito do que há de surpreendente na comunicação actual radica menos em idiosincrasias insólitas do que nos protocolos ínsitos ao ambiente e aos meios da comunicação digital, intimamente associados a novos dispositivos de constituição da identidade e do relacionamento interpessoais.

Porém, e como se verifica na generalidade das mudanças estruturais, em que os termos comuns mudam de paradigma, a era da comunicação digital proporciona um conjunto muito vasto de oportunidades culturais e científicas. À disponibilização de grandes massas de informação em acesso aberto, provenientes de arquivos, bibliotecas, museus e repositórios, juntaram-se as ferramentas que permitem abordá-las de forma metódica, quer com o objectivo de produzir novo conhecimento quer com a finalidade de propiciar à comunidade científica condições favoráveis para a investigação.

Em geral, estes procedimentos dirigiram-se para a determinação fundamentada e técnica de modalidades de agregação de acervos documentais distintos e extensos, procurando vencer a sua singularidade e conseqüente incomensurabilidade relativa através da definição de instrumentos relacionais ou de pesquisa que os tornassem compatíveis.

A virtualidade da abordagem digital da informação mostra-se, porém, muito mais ampla e variada, pois a possibilidade de agregar e de desagregar dados pode dirigir-se, em primeiro lugar, para a análise dos conteúdos e, só depois, para a sua adição.

A escolha metodológica do programa de investigação e de publicação “Revistas de Ideias e Cultura”, adiante exposta, segue esta última orientação, numa perspectiva de análise sistemática da informação contida nas fontes como condição do seu conhecimento segundo sínteses parcelares ou gerais.

As Revistas No início da pesquisa encontra-se a verificação elementar de que os movimentos literários, artísticos, doutrinários e cívicos portugueses do século XX surgiram e estruturaram-se em torno de revistas de ideias e cultura, que polarizaram os seus intervenientes, revelaram os seus desígnios e traçaram os sentidos da evolução do pensamento e da sensibilidade compartilhados.

A este reconhecimento geral, junta-se a percepção óbvia de que as revistas dos homens de letras são fontes complexas, pois o universo dos seus títulos é muito extenso, alguns apresentam dezenas ou centenas de edições, os autores mostram-se numerosos e os registos são, por regra, tão variados quanto é comum neste tipo de periódicos.

A hermenêutica que tem tomado por objectivo estes órgãos de imprensa reflecte esta condição ingrata, ao respigar autores e passagens tidas como representativas e evitar a leitura efectiva do conjunto do seu teor e das suas vozes.

Na era digital, os obstáculos epistemológicos assim enunciados sumariamente podem ser vencidos pelo tratamento sistemático da informação publicada através da conjugação de três saberes fundamentais: o da historiografia da cultura, o das ciências da informação, nomeada da biblioteconomia, e o do registo e interpretação de dados informáticos.

Ao conhecimento histórico pede-se a leitura do ambiente cultural da época e a escolha das revistas a estudar e a reproduzir, à luz da sua relevância circunstancial e cultural. Às ciências da informação reclamam-se critérios consolidados e compartilhados de análise do teor das peças publicadas. Ao saber informático solicita-se quer o desenho de aplicações computacionais adequadas aos registos de dados e ao seu tratamento quer as ferramentas destinadas à sua exposição quantitativa e interpretação qualitativa.

Hoje, este programa multidisciplinar não constitui tão-só uma virtualidade dos novos tempos, pois os seus resultados podem ser observados nos *sites* “Revistas de Ideias e Cultura”, publicados pelo “Seminário Livre de História das Ideias” (www.ric.slhi.pt).

Em cada um destes *sites*, o leitor pode compulsar a colecção completa da revista estudada e reproduzida segundo três modalidades principais: a consulta singela, número a número; o esquadrinhamento segundo oito índices – autor singular, autor colectivo, conceito, assunto, nome singular citado, nome colectivo citado, obra citada e nome geográfico ; a indagação acerca do seu teor em modo de pesquisa avançada, que possibilita o cruzamento da totalidade da base de dados, a qual reúne os analíticos de todas as peças publicadas independentemente da sua natureza ou extensão.

O acesso ao conjunto dos índices das revistas reproduzidas encontra-se no *site* geral, enquanto a agregação voluntária de bases de dados é facultada por procedimento igualmente elementar.

Em todos os casos referidos, o leitor pode transitar do índice para o artigo, ou para qualquer outro género de peça publicada no periódico, que é acompanhado por um descritivo breve e pelo analítico respectivo.

Retratos em Grupo e Motivos de puzzle Proceder ao mapeamento da cultura portuguesa do século XX a partir das revistas que lhe deram expressão constitui o objectivo final do programa “Revistas de Ideias e Cultura”.

Este propósito, um pouco desmesurado, só é viável por a época considerada se mostrar um tempo de ideários e de doutrinas fortes e conflituantes, organizados em movimentos de convicções e de gostos definidos e relativamente estáveis.

É esta circunstância peculiar que viabiliza o mapeamento do século a partir da sua segmentação de acordo com as correntes estéticas e de pensamento que o atravessaram.

Após um primeiro exemplo com *Atlantida* (1915-1920), mensário republicano luso-brasileiro, dirigido por João de Barros e João do Rio, procedeu-se à publicação dos *sites* de *Nova Silva* (1907), *A Águia* (1910-1932) e *A Vida Portuguesa* (1912-1915), isto é, dos órgãos da associação que Raul Proença designou “Renascença Portuguesa”, embora a tardia, efémera e recalcada, revista *Princípio* (1930) se encontre provisoriamente em falta.

Dos periódicos do poderoso movimento de homens de letras adeptos da República sediado no Porto passar-se-á, na segunda metade de 2017, à publicação do *site* dedicado à *Seara Nova* (1921-1984), na sua primeira série, e dos *sites* de alguns dos grandes títulos do modernismo, como *Orpheu* (1915), *Centauro* (1916), *Exílio* (1916) e *Portugal Futurista* (1917).

A *web* conhecerá, simultaneamente, quatro endereços electrónicos com outras tantas revistas libertárias: *A Sementeira* (1908-1919), nas suas duas séries, *Germinal* (1916-1917), *Suplemento de A Batalha* (1923-1927) e *Renovação* (1925-1926). Em estado avançado de preparação e com publicação prevista para 2018, contam-se os *sites* dedicados a cada uma das duas séries de *O Tempo e o Modo* (1963-1977) e à revista *Raiz & Utopia* (1977-1981).

Os periódicos neorrealistas irão ser, também, objecto de estudo e publicação electrónica próximos, com destaque, numa primeira fase, para *Cadernos da Juventude* (1937), *Sol Nascente* (1937-1940), *Altitude* (1939) e *Ler* (1952-1953).

Seguindo uma perspectiva que se opõe à redução da história cultural à história literária e artística, os *sites* de títulos tão relevantes para o gosto e o debate de ideias contemporâneos como foram *A Construção Moderna* (1900-1919) e *Revista de Educação Geral e Técnica* (1911-1935), órgão da Sociedade de Estudos Pedagógicos, conhecerão igualmente publicação próxima.

Outra História O programa “Revistas de Ideias e Cultura” não se subordina ao simples propósito de disponibilizar fontes fundamentais da história cultural e política portuguesa contemporânea, embora também inclua este objectivo entre as suas finalidades.

No modelo de edição desenvolvido, a investigação, a produção de saber original, o trabalho indutor de formulação de novos problemas e a publicação digital constituem um todo, reclamado e proporcionado pelas soluções informáticas definidas.

Ilustremos os contributos historiográficos do modelo em três planos fundamentais.

No plano da análise conceptual, a solução encontrada afasta-se radicalmente do vulgar recurso ao reconhecimento automático de palavras ou à definição de palavras-chave, mais ou menos polissémicas e sincréticas. A distinção entre conceito e assunto, presente na elaboração dos analíticos e, conseqüentemente, nos índices, faculta a determinação da rede conceptual de um autor ou de uma corrente de pensamento, seja na definição do teor específico conferido a cada conceito seja na relação sistémica da sua conjugação recíproca. Elimina-se a identificação confusa entre vocábulo e conceito ao mesmo tempo que se garante o registo deste último até nos casos em que a referência não é explícita. Como horizonte metodológico, encontra-se o objectivo de estabelecer a linguagem e a sintaxe conceptuais de autores e de movimentos, de algum modo os seus *thesauri* e as suas lógicas específicos. É ainda de relevar que a identificação precisa e a compilação geral das grandes referências factuais beneficia igualmente desta distinção.

No plano da leitura histórica, a navegação de acordo com o mapeamento da informação presente nos índices disponíveis proporciona interpretações de conjunto quer sob a forma de percepção global, nomeadamente no plano do autor, do conceito, do assunto e da recepção, quer sob forma parcelar, através de filtragem com objectivos específicos. Também a análise qualitativa de dados quantitativos conhece, neste quadro de tratamento exaustivo de informação, perspectivas novas e muito interessantes, indutoras tanto de novas questões suscitadas pelos cálculos estatísticos quanto de uma surpreendente articulação heurística entre a análise quantitativa e o exame interpretativo, potenciada, aliás, pelo recurso a ferramentas específicas.

No plano documental, os contributos presentes nos *sites* de revistas de ideias e cultura mostram-se, igualmente, significativos, desde logo pelo mérito imputável à sistematização do teor das fontes, mesmo ao nível mais elementar da simples reunião de dispersos, já que os autores mais representativos se distinguiam por escolher os géneros literários e reflexivos que uniam a escrita à sua circunstância e aos seus leitores assíduos. A inclusão em cada um dos

sites de documentos, testemunhos, estudos e mapas, em *dossiers* específicos, por vezes extensos comporta uma visão geral da literatura activa e passiva própria do seu objecto.

Nestes três aspectos, a que outros se podem reunir, o trabalho historiográfico sobressai claramente, embora os seus contornos se afastem dos delineamentos narrativos da histórica cultural corrente.

A Mesma Cultura – Como memória e cultura constituem uma mesma realidade, nuns casos mais observada pelo viés circunstancial noutros pela índole reflexiva, todo o trabalho historiográfico sobre as revistas de ideias contemporâneas é simultaneamente uma evocação dos legados intelectuais com que o século passado mediou o mundo e a vida, numa era em que o confronto de ideias e de sensibilidades tinha a pretensão de fazer os tempos.

A esta luz, a revisitação das revistas segundo procedimentos metodológicos novos apresenta a virtualidade de encarar o seu teor com alguma inocência, isto é, à margem das representações que a seu propósito se consolidaram, subsidiárias, muito frequentemente, dos propósitos retóricos e pragmáticos dos seus adeptos ou dos seus críticos.

Favorece-se, assim, a possibilidade de retomar o gesto fundador de regresso à fonte original e à sua indeterminação singular e interpelante.

A incidência cultural desta aproximação é, nos dias que correm, tão complexa quanto sugestiva.

Se nos cingirmos aos periódicos já anteriormente citados, verificamos com facilidade que enquanto as revistas da Renascença Portuguesa passaram a ser matéria de um novo e saudoso proselitismo lusitana, os títulos de orientação libertária tenderam a conservar-se no sombrio olvido para que foram remetidos, após o 18 de Janeiro de 1934, pelos seus opositores políticos.

A possibilidade de retomar as fontes da criação e da mediação culturais contemporâneas, com frescura de olhar e com os recursos referidos, representa antes de mais um exercício de apreensão dos termos e das linguagens que lhes foram próprias, que chegaram aos nossos dias tanto como o testemunho da genialidade moderna quanto de uma pertinência cívica e emancipatória suficiente para reclamar a sua leitura e discussão hodiernas.

A análise cultural, o trabalho historiográfico e o mérito do debate de ideias, em tempo da sua relativa rasura, patente na indústria mediática da opinião, tornam-se, assim, o verso e o reverso de um mesmo exercício de leitura.

Nos dias que correm, a densificação da vida e do mundo por via da história cultural tira grande benefício do facto de ocorrer no espaço público digital. Desde logo, por se situar nos territórios em que as novas gerações se formaram. De seguida, pelo rigor que a análise metódica da informação contida nas revistas introduz na sua apresentação histórica. Por fim, pela articulação entre as interpretações avançadas e a cedência de instrumentos de que possibilitam condições radicalmente novas e estimulantes para cada um interrogar a fonte de acordo com os seus interesses, como se estivessemos perante uma “historiografia aberta”, carente da iniciativa e do sentido que só o leitor pode conferir-lhe.

Como fica exposto, a matéria em discussão é muito extensa, mas também muito viva. Contamos com os leitores curiosos e com os investigadores devotados, com o público interessado em geral, para a debater e a tentar aclarar e desenvolver.

A APORIA LIBERTÁRIA E AS REVISTAS ANARQUISTAS

ANTÓNIO BAIÃO

Que revistas? A edição digital das revistas *A Sementeira* (1908-1919), *Germinal* (1916-1917), *Suplemento de A Batalha* (1923-1927) e *Renovação* (1925-1926), no portal Revistas de Ideias e Cultura (RIC: <http://ric.slihi.pt>), permitirá ao utilizador aceder a três tipos de conteúdos: (i) colecções integrais das revistas; (ii) índices de autores, assuntos, conceitos, geográficos, nomes singulares e colectivos citados, obras citadas; (iii) documentação conexa aos quatro periódicos e ao movimento anarquista português, entre 1900 e 1927.

A disponibilização *online* dos 93 números de *A Sementeira*, 17 do *Germinal*, 166 do *Suplemento de A Batalha* e 24 da *Renovação* garante o acesso livre e gratuito a quatro dos principais focos ideológicos do anarquismo português no primeiro quartel do século XX. Complementada com a pesquisa por índices, possibilita-se a fácil circulação entre artigos e autores ou assuntos, entre conceitos e obras citadas, entre nomes citados (de associações de classe e sindicatos a escritores, artistas ou cientistas) e geográficos (cidades, regiões, países ou continentes, por exemplo). As possibilidades são incontáveis: o utilizador poderá não só encontrar todos os artigos nos quais Emma Goldman ou André Breton são referidos, como navegar entre os textos assinados por Errico Malatesta e Emílio Costa ou pelas ilustrações da autoria de Stuart Carvalhais ou Roberto Nobre. Tudo depende da criatividade do utilizador ao explorar estes recursos.

O acervo documental conta com mais de 700 documentos directamente relacionados com as quatro revistas. Além dos programas e das polémicas que se desenrolaram dentro ou a partir dos periódicos, pode ser consultado um extenso património epistolográfico, um conjunto importante de testemunhos sobre a história das revistas ou uma selecção escrupulosa de estudos monográficos. Para contextualizar o ambiente de ideias que produziu estas publicações, é disponibilizada uma colecção de obras fundamentais da propaganda libertária em Portugal ou

documentos essenciais sobre a Confederação Geral do Trabalho, desde a sua fundação até ao fracasso do movimento revoltoso de Fevereiro de 1927.

Através da criação dos quatro *websites* destinados à *Sementeira*, *Germinal*, *Suplemento de A Batalha* e *Renovação*, são fornecidas ferramentas e instrumentos que permitirão ao público confrontar-se com a história cultural e com as diferentes correntes de ideias que marcaram o pensamento libertário no início do século passado.

Que anarquismos? Dotar este pensamento anarquista de um corpo teórico homogéneo é não só problemático, como um grave equívoco para a fixação de um pensamento coerente e de características libertárias. Também seria errado atribuir uma qualificação nacional a um conjunto de correntes ideológicas que se constroem por factores exógenos, que não estão condicionadas por fronteiras determinadas pela geopolítica. A sua dimensão ideológica é a síntese caótica de diferentes raízes culturais, representadas pelas suas múltiplas dimensões conflituais e aporéticas: o seu espaço cultural projecta-se *do e no* mundo através de uma vocação internacionalista. Por estas razões, seria incoerente considerar que se pode falar do anarquismo português. Tal como seria erróneo falar *do* anarquismo.

Basta ter em conta as fortes influências que o periodismo estrangeiro tem na formação das revistas *A Sementeira* e *Germinal*. Durante a primeira série da revista animada por Hilário Marques, *Les Temps Nouveaux*, inicialmente, e *A Lanterna*, quando Neno Vasco regressa do Brasil, são as duas grandes fontes de inspiração. Na segunda série, é já o *Ce qu'il faut dire*, de Faure, que impõe a sua ascendência, enquanto o *Germinal* encontra no *La Libre Fédération*, de Genebra, a sua principal influência. Os laços fraternais que se estabelecem são acima de tudo firmados por afinidades ideológicas, mais do que por proximidades nacionais.

Os graus de parentesco são determinados pelo fluxo de ideias e no contexto anarquista – no qual a análise crítica produz uma heterogeneidade de correntes de pensamento – as consequências tornam-se facilmente evidentes: originam-se divergências profundas. Entre 1908 e 1912, as principais controvérsias desenrolam-se em redor do comunismo libertário e do individualismo anarquista, introduzido em Portugal por Grácio Ramos aquando do seu regresso de França. A partir do eclodir da Grande Guerra, o debate instala-se entre intervencionistas e internacionalistas, e, com a fundação da Confederação Geral do Trabalho, os pontos de discórdia assentam no silencioso conflito entre sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas e na ruidosa disputa entre libertários e marxistas quanto à hegemonia e controlo do movimento operário e sindical.

As revistas que nascem e rapidamente desaparecem reproduzem um pensamento contínuo e continuamente renovado, e não seriam só as dificuldades económicas dos seus principais animadores que contribuiriam para o seu ocaso. A longevidade da revista dependeria da conservação de um pensamento estático perante as transformações da realidade social. Naturalmente, a própria essência do pensamento anarquista, instável e dinâmico, tornava a efemeridade das publicações numa condição incontornável.

Um anarquista, uma revista. A personalização das revistas anarquistas em redor de uma figura tutelar não é tanto um atalho, mas uma evidência da pluralidade de vozes e de correntes que se inscrevem dentro do guarda-chuva libertário. A curta vida de publicações como *a acção* (1909) e *O Agitador* (1911) – nas quais um jovem Afonso de Bourbon e Meneses tenta dar alguma vida ao anarco-individualismo – simboliza que o afastamento entre companheiros se deve a quezílias pessoais que muitas vezes são originadas por divergências de pensamento. Reflectem, no fundo, o que João Santiago, o actual director do jornal *A Batalha*, refere quando afirma que a única forma de compreender o que está em causa com o anarquismo é vivê-lo e experienciar os paradoxos que sempre surgem quando se procura aplicar uma ideia à prática quotidiana.

Hilário Marques tentou fazê-lo e a experiência de publicar 93 números de *A Sementeira* simboliza isso mesmo, num contexto onde a maior parte das publicações – exceptuando os periódicos operários ou *A Aurora*, do Porto – tinha uma existência fugaz. A sua resiliência foi apoiada por um grupo de colaboradores próximos que já teriam trabalhado juntos nas edições do Grupo Acção Directa, desde 1906, e ao qual se juntou Neno Vasco e os seus companheiros d'A Brochura Social. Emílio Costa e Adolfo Lima, colaboradores de primeira hora, afastam-se de *A Sementeira* durante o início da segunda série e procuram um novo espaço de intervenção. Essa nova área passava, inevitavelmente, pela publicação de uma revista. Nasce assim o *Germinal*, em 1916, dando continuação aos 19 números editados em formato de jornal no ano anterior. Juntamente com César Porto, outro exilado da revista de Marques, iniciam uma feroz propaganda intervencionista, seguindo Kropotkine e os signatários do *Manifesto dos Dezasseis*.

O *Germinal* dá voz a uma minoria e enfrenta as Juventudes Sindicalistas, os anarquistas do Porto, *A Sementeira* e, no fundo, a grande maioria do movimento operário, que se opunha a qualquer intervenção na guerra. Com a Revolução de Fevereiro e a posição céptica de Costa, o *Germinal* isola-se e acaba por terminar em Julho de 1917. *A Sementeira* mantém a sua publicação até 1919, mas, nesse ano, Hilário Marques prepara já a fundação de um diário operário que lhe consumirá demasiado tempo para prosseguir a árdua tarefa de alimentar a sua revista com conteúdos. É *A Batalha* que está a nascer.

O período áureo do jornal, no início da década de 1920, consome e absorve o periodismo libertário em Portugal. Em 1923, outro dos responsáveis pela formação da primeira redacção de *A Batalha*, Pinto Quartim, inicia diligências

para lançar uma nova revista anarquista. Em Dezembro desse ano seria lançado o primeiro número do *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, que se publicaria ininterruptamente nas 166 semanas seguintes. Do mesmo modo que o diário operário desfrutava de uma enorme autonomia em relação à Confederação Geral do Trabalho (CGT), a revista semanal não presta contas ao Comité Confederal e descarta a propaganda exigida pelos militantes sindicais. Dirige-se a um público que não é só operário e raras vezes se podem encontrar nas suas páginas artigos sobre anarco-sindicalismo. A situação agrava-se com o lançamento, em 1925, da *Renovação*, animada por Ferreira de Castro, que ambicionava fazer uma revista modernista.

Inevitavelmente, as oposições do meio operário são de um gradual repúdio. Depois do intenso conflito entre Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa na cúpula da CGT, exacerbado pelo 28 de Maio, a situação fragiliza-se: a *Renovação* deixa de ser publicada no Verão de 1926 e os colaboradores do *Suplemento* são acusados de procurarem lucrar com a revista. É essa a razão que leva um jovem de 20 anos, Emídio Santana, a considerar Jaime Brasil, Ferreira de Castro, Quartim e Campos Lima como meros jornalistas profissionais. Também é essa a posição seguida por *O Anarquista*, jornal que tinha Francisco Quintal como redactor-principal, a atacar violentamente o diário *A Batalha* e o seu *Suplemento*.

O advento da ditadura militar e o contexto melindroso da CGT e das publicações da Secção Editorial da Batalha contribuem para que o *Suplemento* deixe de se publicar no final de Janeiro de 1927. O assalto às instalações e redacção do jornal e revistas termina um percurso e empurra os militantes para a clandestinidade, como foi o caso de Santana e Quintal, ou para a morte, como aconteceu com Mário Castelhana, o último director do semanário. Dificilmente o movimento anarquista organizado poderia resistir aos ataques exteriores e à própria convulsão interna que lhe garante o seu conteúdo vital.

Na encruzilhada de uma modernidade que não lhe convém. O convívio com esta propensão para a multiplicidade de correntes não se reflectiu na mancha conceptual das revistas anarquistas em causa. Esse problema reflecte-se de três formas diferentes no conteúdo destas publicações e nas relações entre diferentes grupos editoriais: (i) isolamento e abandono de militantes minoritários face ao pensamento dominante; (ii) uniformidade de assuntos abordados; (iii) incapacidade para compreender a aporia do anarquismo moderno ou de primeira vaga.

A busca pela integração de uma qualquer noção de pensamento único e a pulverização das correntes minoritárias do pensamento anarquista produziram o fatal afastamento de militantes, durante a Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo. O grupo de Alexandre Vieira (opositor da ingerência ideológica em assuntos sindicais), Pinto Quartim (profissional do jornalismo) e de Emílio Costa (devido ao cepticismo demonstrado em relação à Revolução Russa, mas, principalmente, pelo seu guerrismo) reflectem esse mesmo abandono, sucumbido ao linchamento público e privado – distinção que no espaço libertário não é fácil de efectuar – e refugiando-se em pequenas tertúlias fechadas.

A pluralidade aparente, mas limitada, também se reflecte na cadência uníssona das próprias revistas. Devido à sua extensão e ao seu objecto, é natural que tanto o *Germinal* (Primeira Guerra Mundial) e a *Renovação* (artes plásticas e literatura) apresentassem uma congruência temática em toda a sua colecção. Contudo, também *A Sementeira* e o *Suplemento de A Batalha* se encontram nessa condição, revelando uma pluralidade conceptual bastante reduzida. Perante as transformações incessantes do contexto social e da realidade mundial, ambas as publicações revelam-se impassíveis e reflectem as mesmas debilidades das outras revistas de cultura e ideias do primeiro quartel do século XX.

Ambos os problemas permitem compreender a procura por consistência ideológica por parte dos animadores e colaboradores das revistas anarquistas deste período. A estabilidade valorativa que a modernidade reservou aos seus contemporâneos pode apreender-se pela constante submissão à ideologia do progresso ou a uma ideia unívoca de *verdade*, conceitos que deslizam pela maioria dos artigos publicados entre 1908 e 1927. Contudo, a dimensão das correntes ideológicas anarquistas que importa relevar é a sua tendência para provocar a implosão dos centros hegemónicos de reflexão e criar formas de resistência permanentes ao pensamento estático e único. A tensão que se faz sentir neste período é entre a necessidade de garantir a ruptura com a cultura moderna e a incapacidade para fazê-lo, fosse por inconsciência ou pelos vícios do ambiente cultural a que qualquer indivíduo é permeável.

A conformação a princípios absolutos da moral e da racionalidade remeteram estas revistas, órgãos da primeira vaga do anarquismo, para a sua inevitável caducidade. O pensamento libertário, a sua dimensão de criticismo permanente e abertura do escopo de liberdade à reflexão privada e colectiva, é o antagonista da forma de pensar do moderno. Os paradoxos e os diversos conflitos que poderão ser entendidos pela leitura destas revistas e pela consulta da documentação conexas, onde o debate interno é sempre evitado ou simplesmente ignorado e negligenciado, revelam que o pensamento anarquista só encontrará coerência interna se se aceitar a sua dimensão caótica, múltipla, divergente e, por isso, distinta. Por isto, as ferramentas disponibilizadas no portal RIC permitirão ao utilizador confrontar a rigidez normativa das publicações do anarquismo moderno com a fina malha com que se tece o pensamento de índole libertária de terceira vaga.

POLÍTICA LIBERTÁRIA E EXPRESSÃO ARTÍSTICA [editorial d' *A Ideia*, n.º 30/31, 1983]

A política libertária e a expressão artística têm em comum o facto de serem uma afirmação de liberdade. Muitas coisas podem ser-nos dadas a reproduzir ou propostas como exemplos de imitação. Mas a liberdade, a sua ideia que é a nossa não a deduzimos ou copiamos a partir de qualquer modelo exterior. Foi e continua a ser uma invenção: invenção que nos inventa e que faz com que cada um de nós tenha que inventar-se para se reconhecer ou encontrar invenção tão precária que, por outro lado, ou se actualiza e reabre em cada gesto, ou não é nada.

A arte e a poesia foram sempre uma expressão maior desta dimensão imaginante. Por isso mesmo, poderão ser pouco significativas ou desempenhar um papel auxiliar para os políticos e administradores que nos consideram e se consideram um capital ainda que “o capital mais precioso” como dizia Estaline que se trata de gerir, ou súbditos ao serviço de qualquer razão suprema ou supremo mito a que será preciso, antes do mais, obedecer.

Tudo leva a crer que existe um certo ponto do espírito em que a vida e a morte, o real e o imaginário, o passado e o futuro, o comunicável e o incomunicável, deixam de ser percebidos contraditoriamente. Ora em vão se procuraria na actividade surrealista outro motivo senão o da esperança de determinação desse ponto. Era assim, há algumas dezenas de anos, que André Breton afirmava o fulcro da inspiração surrealista, a sua vocação de subversão e *utopia actual*.

Mas como seria possível determinar, no sentido de fixar, conquistar ou possuir, tal *ponto do espírito*? Em primeiro lugar, o seu “espírito” não é o espírito da oposição entre a alma e o corpo, como não é uma propriedade do organismo, ou sequer o resultado de uma combinação mais ou menos dialéctica destes termos. Em segundo lugar, o que se procura nesse ponto é uma abertura e não um território, uma abertura a praticar por toda a parte e sem privilégio de princípio para terra ou hora alguma.

De uma maneira ou de outra, a busca do ponto de abertura faz-se sempre contra as razões e mitos que o pretendam colmatar ou circunscrever a uma escala certa e governada sujeita a autorização superior do pensamento e do mundo.

Ora de forma manifesta, ora de modo apenas implícito o que não significa no caso com menor intensidade são sempre insurrectos os gestos e as palavras vindos da parte incerta desta dimensão, fonte das imagens que são sempre outra coisa e outro tempo, e sempre singulares também, e sempre aqui.



capa da revista *A Ideia*
(Outono, 1983)

Realizar a arte não significa, portanto, ultrapassá-la ou instalarmo-nos na posse bem administrada de um fim da história que a tornasse dispensável. Realizar a arte por assim dizer será antes libertar a errança desse ponto de metamorfose e diferenciação, o seu sem fundo, a sua vertigem, a sua dimensão em suspenso de infinito, entre os gestos e as palavras do quotidiano, com o jogo e a invenção reanimando os contornos únicos e secretos, rondados pela morte, da linha de flutuação de cada dia.

Vejamus como o poema “mais perfeito” deixa intacta a nascente donde veio. É que o ponto, de que falava André Breton, só pode ser algo de que nos aproximamos sem nos apossarmos/apoderarmos do seu ser: algo que apenas sem posse se nos torna possível habitarmos, ao mesmo tempo que habitamos este lugar onde nos achamos a cada momento.

É pela busca deste ponto que ela não fecha, e onde nada a fecha, que a imaginação poética se torna para nós um motivo de fundo da inspiração política libertária, e a análise estética transborda em crítica política.

Não dizemos que cabe ao pensamento libertário definir as tarefas práticas da arte, ou outra coisa do mesmo género. Pelo contrário, este número de *A Ideia* gostaria de ser também um convite à aventura que é a descoberta incessante das implicações e da significação políticas dessa *liberdade livre* que António Ramos Rosa deu uma vez como outro nome à poesia.

ARQUIVO & REGISTO



Os Anarquistas na Revolução Russa

Uma boa síntese da história do anarquismo e seus protagonistas na revolução russa encontra-se no livro de George Woodcock (1912-1995), *Anarchism – a history of libertarian ideas and movement* (1962), de que deixamos aqui alguns extractos elucidativos: *Tanto na Rússia como entre os círculos de exilados, a actividade anarquista cessou quase por completo durante a primeira guerra mundial e os anarquistas tiveram uma participação diminuta na revolução de Fevereiro de 1917. Com efeito, foi preciso esperar que os expatriados comessem a regressar do estrangeiro, no Verão, para que o movimento libertário na Rússia retomasse um pouco de vigor. O poeta Voline, de seu verdadeiro nome Vsevolod Mikhailovich Eichenbaum, o mais importante intelectual anarquista russo deste período, recordou que, quando em Julho de 1917 chegou a Petrogrado, vindo da América, não viu um único jornal ou cartaz anarquista, nem encontrou quaisquer indícios de propaganda oral por parte dos “grupos libertários extremamente primitivos da cidade”. Em Moscovo, a situação era ligeiramente melhor, pois tinha sido fundada uma federação local e publicava-se nessa altura um quotidiano libertário, A Anarquia. Algumas unidades do exército estacionadas em Moscovo e muitos dos marinheiros de Cronstadt simpatizavam com os anarquistas; demais, havia uma forte influência anarco-sindicalista nos comités de fábrica que se opunham aos esforços de centralização por parte dos sindicatos dominados pelos menchevistas. Finalmente, muito no sul, na florescente aldeia ucraniana de Gulyai-Polye, que contava com 30 mil habitantes, um jovem camponês, Nestor Makno recentemente saído da prisão de Butirky, em Moscovo, fora eleito presidente do soviete local. Em Agosto de 1917, ele e um punhado de anarquistas locais que o apoiavam, já tinham conquistado a confiança dos agricultores pobres e tinham começado a dividir os latifúndios locais entre aqueles que não possuíam terras e a passar para o controlo dos operários as pequenas indústrias da região. A revolução de Outubro, em que muitos anarquistas participaram na ilusão de que estavam a preparar o advento da sociedade ideal com que sonhavam, deu um impulso temporário às actividades libertárias. Em Petrogrado foi criada uma união de propaganda anarco-sindicalista, que começou a publicar um quotidiano, Golos truda [A voz do trabalho], mais tarde transferido para Moscovo. A federação de grupos anarquistas de Moscovo começou a alargar a sua actividade de propagandas às zonas rurais da Rússia central, e o antigo colaborador de Kropotkine, Atabekian, iniciou a publicação duma revista teórica. Finalmente, nos últimos meses de 1918, os anarquistas do sul uniram-se no Nabat [O alarme], que federava as organizações anarquistas da Ucrânia. O movimento Nabat,*

cujos principais centros de actividade foram as cidades de Karkov e Kursk, chamou a si os mais enérgicos anarquistas russos do período da revolução e da guerra civil; entre outros Voline, Yarchuk, Pedro Archinov, Olga Taratuta, Senya Flrhin e Aarão e Fanya Baron. Os seus membros tentaram fundir as várias correntes, kropotkiniana, individualista e sindicalista num único e poderoso movimento, e mantiveram relações estreitas com Makno, quando o seu movimento no extremo sul entrou na fase militante.

A princípio, os anarquistas russos tomaram atitudes diversas em relação ao governo bolchevista e aos soviets. Alguns tornaram-se comunistas. Outros, como o idealista Alexandre Schapiro, que esperavam obter uma melhoria da situação geral trabalhando com o novo regime, colaboraram contra a vontade durante algum tempo. A grande maioria depressa compreendeu que o governo bolchevista era uma ditadura de partido, inconciliável com os ideais libertários e decidiu combatê-lo. A atitude dos anarquistas mudou mais lentamente em relação aos soviets, em que, a princípio, julgaram reconhecer uma expressão genuína da vontade dos operários e dos camponeses que os compunham, para com o correr do tempo se convencerem que os bolchevistas os estavam a transformar em instrumentos da sua vontade política. Numa resolução do congresso Nabat, em Abril de 1919, os anarquistas declararam-se contrários a “toda e qualquer participação nos soviets, que se converteram em órgãos exclusivamente políticos, organizados numa base autoritária, centralista e estatal.” Uma tal atitude não poderia deixar de provocar a hostilidade dos bolchevistas. Ironia da história, seria Trotsky, futuro mártir da intolerância comunista, que se revelaria mais violento na sua justificação não só política como física da liquidação dos seus adversários anarquistas, que qualificava habitualmente de “bandidos”. Decorridos pouco mais de seis meses sobre a revolução de Outubro, começaram as perseguições com uma rusga da Tcheka [policia política] à sede do jornal A Anarquia, em Moscovo. Ao mesmo tempo, eram proibidas as actividades anarquistas em Petrogrado. Durante algum tempo, a Federação Nabat não foi incomodada e mesmo nas cidades do Norte a repressão não foi total, os anarquistas, em especial os anarco-sindicalistas, puderam prosseguir uma actividade limitada até ao princípio de 1921, embora os militantes excessivamente activos estivessem permanentemente sujeitos a ser presos pela Tcheka. Ocorreu depois, em Fevereiro, o funeral de Kropotkine, que deu azo a uma grande manifestação pública de adesão às críticas libertárias ao governo comunista. Em Março, com a revolta dos marinheiros de Cronstadt, influenciados pela propaganda anarquista, os bolchevistas pensaram que chegara o momento para o ajuste final de contas. O que restava do movimento

anarquista foi rapidamente eliminado em Petrogrado, Moscovo, Karkov e Odessa. Centenas de anarquistas foram presos. Fanya Baron e oito dos seus companheiros foram mortos nas celas da polícia política, em Moscovo, em Setembro de 1921. Outras execuções se seguiram, e não tardou que os tolstoianos começassem a ser eliminados nos calabouços bolchevistas; uma vez que não podiam ser acusados de banditismo, foram executados por se recusarem a prestar serviço no Exército Vermelho. Em quatro anos apenas, quando as purgas de Estaline não eram mais do que uma sombra no horizonte, o relógio da História realizara mais do que uma volta completa, pois as autoridades czaristas nunca se tinham mostrado tão implacáveis como os bolchevistas nas suas perseguições aos adversários políticos. No fim de 1922, os anarquistas russos estavam mortos, presos, exilados ou reduzidos pelo medo ao silêncio. Para os que se encontravam no exílio, restava-lhes a amargura de ter visto a revolução transformar-se no oposto de tudo o que haviam desejado; na melhor das hipóteses, restava-lhes a melancólica consolação de constatar que Bakunine, referindo-se ao socialismo marxista, 50 anos antes, tinha predito o que se estava agora a passar.

Voline [1882-1945]

Voline, pseudónimo de Vsevolod Mikhailovitch Eichenbaum, participou na revolução de 1905 como membro do partido socialista revolucionário, acabando preso pela polícia política. Evadiu-se em 1907 para França, onde acabou por aderir às ideias libertárias. Mais tarde emigrou para os Estados Unidos, onde se ligou ao grupo anarco-sindicalista que publicava em Nova Iorque o semanário *Golos Truda* [A voz do trabalho]. Regressou à Rússia depois da revolução de Março de 1917 e passou a fazer em Petrogrado uma edição interna do *Golos Truda*, que depois da revolução de Novembro se tornou jornal diário. Foi dos primeiros a prever a deriva autoritária da revolução. Preso em Março de 1919, acabou por ser libertado seis meses depois por força dum acordo entre as autoridades bolchevistas e Nestor Makno. Voltou a ser preso e libertado, desta vez devido à intervenção dos delegados sindicalistas revolucionários europeus em Moscovo que assistiam ao primeiro congresso da Internacional Sindical Vermelha. Banido do território russo, exilou-se primeiro na Alemanha e depois em França, onde continuou ligado à propaganda libertária – foi o redactor do jornal da CNT espanhola em França, *L'Espagne anti-fasciste*. A partir de 1938 dedicou-se a escrever as suas memórias da revolução russa, *A Revolução desconhecida* – livro póstumo, publicado em 1947, que se tornou depois da reedição de 1969 o clássico da literatura libertária sobre a revolução russa. Extraímos curto e significativo trecho – o encontro de Voline e Trotsky em Nova Iorque, no início de 1917, onde ambos estavam no momento em que a revolução de Fevereiro os surpreendeu.

Em Abril de 1917, encontrei-me com Trotsky em Nova Iorque, numa tipografia que trabalhava sobretudo para os diversos organismos russos de esquerda. Ele estava então à cabeça de um jornal diário marxista de esquerda: Novy Mir. Quanto a mim, a Federação das Uniões Operárias Russas tinha-me

confiado a redacção dos últimos números do seu semanário, antes da partida para a Rússia: Golos Truda, de tendência anarco-sindicalista. Eu passava na tipografia uma noite por semana, na véspera da saída do jornal. Foi assim que na primeira noite do meu serviço encontrei Trotsky. Naturalmente, falámos da revolução. Os dois apressávamo-nos proximamente a deixar a América para regressarmos à Rússia. Uma noite disse a Trotsky: “Tudo visto – estou absolutamente seguro que vós, os marxistas de esquerda, acabareis por tomar o poder na Rússia. É fatal, porque os soviets ressuscitados entrarão infalivelmente em conflito com o governo burguês. Isto acabará por suceder porque todos os trabalhadores do país, operários, camponeses, etc., e também quase todo o exército, acabarão naturalmente por se colocar ao lado dos soviets contra a burguesia e seu governo. Ora, no momento em que povo e exército apoiem os soviets, estes vencerão numa luta empenhada. E no momento em que eles vençam, sois vós, os marxistas de esquerda, que, inevitavelmente, sereis levados ao poder. Porque os trabalhadores continuarão a revolução, certamente até à sua expressão mais avançada. Os sindicalistas e os anarquistas como são demasiado fracos na Rússia para rapidamente chamar a atenção dos trabalhadores para as suas ideias, as massas terão confiança em vós e vós tornar-vos-ei nos novos “senhores do país”. E então, não haverá lugar para nós, anarquistas! O conflito é inevitável. Vós começareis a perseguir-nos logo que o vosso poder esteja consolidado. E acabareis por nos fuzilar como perdizes!” – “Vamos, vamos, camarada”, respondeu Trotsky. “vós sois fantasistas teimosos e incorrigíveis. Vejamos, actualmente o que é que nos separa? Uma pequena questão de método, completamente secundária. Como nós, vós sois revolucionários. Como vós, nós somos anarquistas, no fim de contas. Somente, vós quereis instaurar imediatamente o vosso anarquismo, sem transição nem preparação. Enquanto nós, os marxistas, não cremos ser possível “saltar” num pulo para o reino libertário. Nós prevemos uma época transitória no decurso da qual o terreno para a sociedade anarquista será apurado e limpo com a ajuda de um poder político anti-burguês: a ditadura do proletariado exercida pelo partido do proletariado no poder. Em suma, trata-se apenas de uma diferença ‘de nuance’, nada mais. No fundo, estamos muito perto uns dos outros. Somos irmãos de armas. Pensai pois: nós temos um inimigo comum a combater. Poderemos pensar em nos batermos entre nós? E, aliás, não duvido de que rapidamente ficareis convencidos da necessidade dum ditadura do proletariado socialista provisória. Assim, não vejo razão para uma guerra entre nós. Caminharemos certamente de mão dada. Mesmo se não estamos de acordo, é absurdo supordes que nós, os socialistas, empregaremos a força brutal contra os anarquistas! A vida e a opinião das massas bastarão para resolver o problema e pôr-nos de acordo. Não! Podereis admitir verdadeiramente por um só instante um tal absurdo: os socialistas de esquerda no poder fuzilarem os anarquistas? Vamos, vamos, por quem nos tomam? De qualquer maneira, nós somos socialistas, camarada Voline! Portanto nós não somos inimigos...” Em Dezembro de 1919, gravemente doente, fui preso pelas autoridades militares bolchevistas na região maknovista. Considerando-me como um activista “de marca”, as autoridades avisaram Trotsky da minha detenção por um telegrama especial pedindo-lhe as suas disposições em relação a mim. A resposta por telegrama também chegou rápida, lacónica, precisa: “Fuzilar imediatamente.

– Trotsky. ”Eu não fui fuzilado, unicamente graças a uma série de circunstâncias particularmente felizes e completamente fortuitas.

Nestor Makno [1889-1935]



Nestor Makno, filho de camponeses pobres da Ucrânia e um dos principais protagonistas libertários da revolução russa. A sua gesta foi fixada primeiro por Pedro Archinov no livro *História do movimento maknovista* (1928) e depois pelo próprio nas memórias que escreveu no exílio parisiense. George Woodcock, no livro já referenciado, resumiu os sucessos em que o camponês ucraniano esteve envolvido. Deixamos aqui al-

guns passos, que permitem ao leitor uma visão de conjunto da figura e dos seus feitos: Foi o tratado de Brest-Litovski que determinou a metamorfose de Nestor Makno de chefe local de uma grande aldeia em mais formidável de todos os estrategas de guerrilha anarquistas. Em consequência desse tratado, o exército alemão e o austríaco ocuparam a Ucrânia e puseram no poder o governo fantoche do comandante cossaco, Skoro Padsy. Makno fugiu para Leste, para a relativa segurança de Taganrog; seguiu depois para Moscovo, na intenção de pedir auxílio e conselho aos dirigentes anarquistas da cidade. Quando chegou, as perseguições já tinham começado e decidiu regressar ao seu território, confiante na lealdade e nas naturais inclinações anarquistas dos camponeses. Foi uma decisão acertada. O regime do “hetman” e os exércitos invasores haviam provocado grandes e graves descontentamentos populares ao restituírem as terras aos antigos proprietários; Makno pôde assim recrutar em pouco tempo um bando de guerrilheiros camponeses. Começou por atacar as grandes propriedades da região entre o Dnieper e o mar Azov; as narrativas das suas proezas apresentam-no como uma espécie de Robim dos Bosques, pois ele e os seus homens disfarçavam-se muitas vezes de oficiais do exército do “hetman”, visitavam as propriedades e depois de gozarem a hospitalidade, num volta-face dramático, desmascaravam-se e davam largas à sua vingança contra os inimigos do povo. Cada nova incursão traduzia-se em mais armas, víveres e cavalos, e os recrutas afluíam às centenas ao quartel-general de Makno, desconhecido das autoridades. Em Setembro de 1918, a sua força era já suficiente para lhe permitir conquistar Gulyai-Polye que foi obrigado a abandonar, mas logo de seguida desbaratou uma divisão alemã que fora enviada em sua perseguição. Quando as potências centrais começaram a evacuar as suas forças do território russo, depois do armistício de Novembro de 1918, Makno era já uma personagem lendária em todo o vasto sul da Ucrânia; os camponeses consideravam-no como um novo Pugachev, enviado para converter em realidade

o seu velho sonho de terra e liberdade; o seu bando era agora um exército rebelde de tais proporções que em Janeiro de 1919, quando se encontrou com o Exército Vermelho em Alexandrovsk, as autoridades bolchevistas se congratularam por chegar a um acordo com ele, visando uma acção conjunta contra o Exército Branco que avançava para o Norte, sob o comando do general Denikine. Durante sete meses, de Novembro de 1918 a Junho de 1919, nem o Exército Branco nem o Exército Vermelho puseram o pé na região de Makno, a Leste do Dnieper. Neste breve interregno de paz, tentou-se criar uma sociedade anarco-comunista e fazendo fé na descrição que o próprio Makno nos faz das comunidades aldeãs, os seus esforços podem equiparar-se aos dos camponeses anarquistas da Andaluzia: Em cada uma destas comunas havia alguns camponeses anarquistas mas a maioria dos seus membros não era anarquista. Na vida comunal comportavam-se porém com aquela solidariedade anarquista de que só os trabalhadores rurais são capazes, pois a sua simplicidade a traição, de que não estão isentos muitos daqueles companheiros que se têm por anarquistas.

A última frase revelava todo o segredo de Makno e do seu movimento, a sua força e a sua fraqueza. No fundo do coração, Makno era um camponês e um regionalista; odiava as cidades e a civilização urbana, suspirava pelo regresso à “simplicidade natural”, o regresso a uma idade, tal como nas velhas lendas folclóricas, em que “os livres trabalhadores da terra” se “entregavam ao som de livres e alegres canções”. Isto explica porque numa fase ulterior, quando os maknovistas conquistaram algumas cidades importantes do vale do Dnieper, nunca encararam a sério o problema de organizar a indústria e só conquistaram o apoio de poucos trabalhadores urbanos. Mas havia um outro factor da situação – o Exército de Insurreição revolucionária. Em teoria, este encontrava-se submetido ao controlo dos conselhos de camponeses, operários e insurrectos, mas na prática era dominado por Makno e pelos seus comandantes e, como qualquer exército, de libertário só tinha o nome. Praticava as suas próprias formas de recrutamento e era observada uma disciplina rude mas eficaz, que era bem prova do ascendente de Makno, e que comportava muitas vezes punições rápidas, frequentes e violentas. O carácter do exército era em grande parte um reflexo da personalidade de Makno. Este era extremamente corajoso e muito hábil na arte do combate de guerrilhas. O seu exército chegou a contar 50 000 homens mas nunca perdeu uma excepcional rapidez de movimentos; até a própria infantaria não avançava a pé, deslocando-se em carros rústicos muito ligeiros. Foi a esta extraordinária mobilidade que Makno ficou a dever a maior parte das suas vitórias, e foi também por causa dela que escapou por tanto tempo à aniquilação definitiva. Makno possuía porém aqueles defeitos que tantas vezes acompanham a coragem e a bravura militar. A sua devassidão e ligeireza de costumes eram dignas de um Karamazov; até o seu admirador Voline, o teve de admitir, acrescentando mesmo acusações mais graves. [...] De Janeiro e Junho de 1919, o exército de insurreição revolucionária participou como unidade semi-autónoma no seio do Exército Vermelho, na fraca resistência ao avanço de Denikine. Seguidamente, em meados de Junho, quando os anarquistas convocaram um congresso para Gulyai-Polye e convidaram os soldados do Exército Vermelho a enviar os seus delegados, Trotsky proibiu arbitrariamente o congresso e ordenou a

Makno que se demitisse do comando. Makno fingiu obedecer. Deixou as suas unidades com instruções para se juntar a ele quando as convocasse e acompanhado duma escolta de cavalaria deslocou-se para ocidente do Dnieper. Aí prosseguiu a guerrilha contra os brancos e ao mesmo tempo começou a libertar as povoações dos seus comissários bolchevistas e a criar comunas libertárias. Em Agosto de 1919, chamou a si os homens que deixara no Exército Vermelho e iniciou uma campanha contra Denikine, que os vermelhos eram incapazes de derrotar. A princípio a campanha não correu da melhor maneira e Makno foi obrigado a retirar na direcção do Noroeste, até Uman, muito longe das suas bases. Lançou daqui um contra-ataque, infligindo aos brancos uma derrota decisiva e atravessando as suas linhas recuadas chegou a mar Azov. Daqui inverteu para Norte, até Ekaterinoslav, numa avançada irresistível, percorrendo centenas de milhas em menos de três semanas. Com as linhas de abastecimento cortadas, Denikine foi obrigado a retirar. Muitos milhares de milhas estavam agora sob controlo dos anarquistas; na região controlada pelo exército de Makno não existia qualquer autoridade civil e os camponeses viviam em relativa liberdade, apenas incomodados pelas constantes exigências do exército em homens e víveres. Em Dezembro de 1919, o Exército Vermelho regressou ao Sul e no fim do ano – depois de lhe reconhecer os serviços prestados – ordenou a Makno que conduzisse o seu exército para a frente polaca, na evidente intenção de o afastar da Ucrânia e uma vez eliminada a sua incómoda presença, estender à região o controlo bolchevista. Makno recusou-se a obedecer e foi declarado fora-da-lei; começou imediatamente uma cruenta guerra de guerrilhas em que se bateu durante nove meses contra forças numericamente superiores e enquanto perdia e reconquistava territórios, numa surpreendente sucessão de vitórias e derrotas, conseguia manter intacta a organização do seu exército. Esta fase da luta terminou quando um novo Exército Branco sob o comando de Wrangel começou a avançar para o Norte, a partir da Crimeia. Mais uma vez o Exército Vermelho chegou à conclusão que não podia passar sem Makno e foi concluída uma trégua seguida por um tratado. Entre outras promessas, os bolchevistas comprometiam-se a libertar todos os prisioneiros anarquistas e a conceder-lhes completa liberdade para propagandear as suas ideias, o que nunca cumpriram. Algumas semanas depois, quando as forças de Makno tiveram uma acção indispensável para forçar o istmo de Perekop, bem como na destruição do exército de Wrangel na Crimeia, os chefes do Exército Vermelho e a Tcheka cometeram um dos mais sinistros golpes da história bolchevista. Em 26-11-1920, num conjunto de movimentos cuidadosamente planeados, a Tcheka prendeu todos os anarquistas conhecidos da zona da Ucrânia sob seu controlo e convidou todos os comandantes de Makno na Crimeia para uma conferência em que foram presos e imediatamente executados, desarmando todos os seus homens, à excepção duma unidade de cavalaria que conseguiu com sucesso escapar e se dirigiu para Gulyai-Polye. Entrementes, Makno era atacado na sua aldeia por importantes forças do Exército Vermelho. Nas primeiras semanas reuniu o que restava do seu exército e infligiu pesadas derrotas aos atacantes, em cujas fileiras se encontravam muitos camponeses ucranianos que combatiam de má vontade contra ele. Não obstante ter prolongado a guerra por nove meses e ter exaurido as suas reservas de víveres e de homens, Makno não podia resistir

indefinidamente ao exército bolchevista. Todavia, nunca se rendeu. Em 28 de Agosto de 1921 fugiu para a Roménia e iniciou uma miserável peregrinação pelas prisões romenas, polacas e de Dantzig, até alcançar a liberdade do exílio em Paris, onde sobreviveu até 1935, tuberculoso e alcoólico, como um camponês desenraizado que detestava a vida urbana. Só os anarquistas espanhóis impediram que morresse de fome, não lhe esquecendo os seus anos de vibrante glória. No dia em que Makno atravessou o Dniester a caminho do exílio, o anarquismo deixou de existir como força viva na Rússia. O facto dos bolchevistas o terem combatido com tanta ferocidade e deslealdade leva a pensar que o consideraram um obstáculo de monta aos seus planos. Tinham razão para assim julgar. Só depois da eliminação dos anarquistas ucranianos, os bolchevistas estavam em condições de tentar a integração, em tudo digna de Procustes, do mundo camponês no Estado marxista.

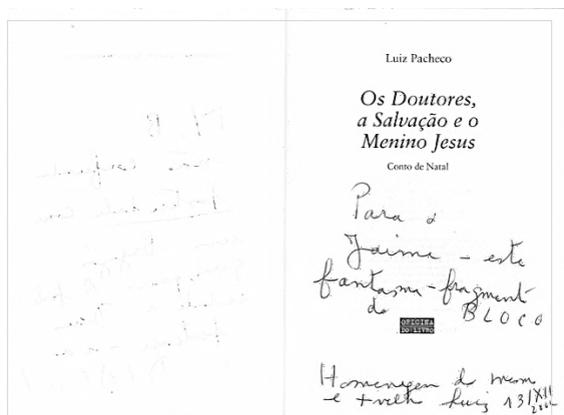
Maknovshina

Entre as muitas declarações de Makno e do seu movimento destaca-se esta dada à luz no órgão maknovista, *A Via para a liberdade*, em Abril de 1920: “O exército maknovista não é um exército anarquista nem é formado por anarquistas. O ideal libertário de felicidade e de igualdade geral não pode ser atingido através do esforço de um exército, qualquer que ele seja, mesmo formado em exclusivo por anarquistas. [...] Nem os exércitos anarquistas, nem os heróis isolados, nem os grupos, nem qualquer Confederação anarquista, criarão uma vida livre para os operários e para os camponeses. Só os próprios trabalhadores, pelo seu esforço consciente, poderão construir o seu bem-estar, sem Estado nem senhores.”

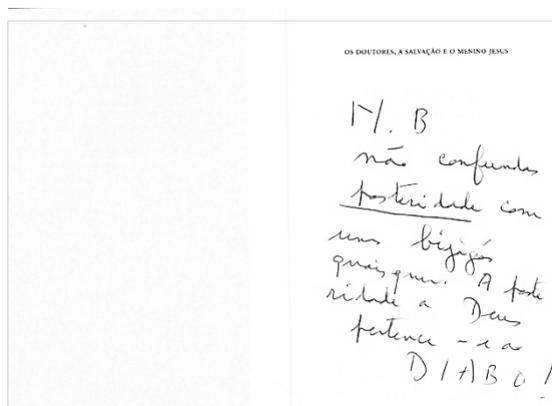
Salazar Sampaio na Contraponto

Luiz Pacheco editou três livros de Salazar Sampaio na sua editora Contraponto, *O romance duma rosa verde* (1955), *O ramal de Sintra – algumas histórias* (1960) e *O silêncio de um homem – poemas* (1960). Quando saíram estes dois últimos, Luiz Pacheco fez uma folha volante a que ele chama “não publicitária” com texto por si assinado. Assim: “Desde 1954, que *Contraponto* anuncia a publicação duma obra de Jaime Salazar Sampaio, o qual, aliás, tinha colaborado nos dois cadernos de crítica e arte, saídos em 50 e 52 e dirigira comigo aquelas modestas folhinhas, coisa que me apraz recordar aqui. Os livros que se editam agora *O ramal de Sintra* e *O silêncio de um homem* resultam, assim, no reencontro com uma presença que estava a fazer falta no coro de vozes dissonantes que *Contraponto* tem procurado ser, em dez anos de actividade. Processada à margem das mundanidades da literatura e da crítica-chamariz dos jornais, a obra de JSS tem vindo a afirmar-se, através da paciente conquista de um estilo muito pessoal, um depoimento significativo da sua, nossa geração. Partindo de um neo-realismo reticente (isto é, lúcido) e anti-retórico (isto é, tentando exteriorizar-se e justificar-se numa prática), natural é que essa obra permaneça ignorada do grande público, que mais convive e aprecia aqueles livros que se lhe impõem por métodos espalhafatosos ou dolosos de publicidade, que só do cheiro que deita nos narizes ao Descarado Compromisso faz vômitos de morrer. Dessa

luta com as palavras, mas luta ainda contra os que se arrogam o monopólio da Palavra, batalhas surdas de que nas páginas de *O silêncio de um homem* há despojos a sangrar, se depreende que este livro, típico como é, interpreta o drama duma geração (1925-60) em cujo louvor se poderá dizer que foi, ela também, *silenciada* tanto quanto convinha. Para o leitor de JSS não traz *O silêncio de um homem* surpresas de revelar. É o mesmo tom dos seus livros anteriores, com maior domínio da forma, aqui mais decantada, perfeita coesão, igual torturada ironizante perspectiva. Nos contos de *O ramal de Sintra* um novo caminho parece, porém, apontar-se: por uma curiosa evolução interna, os temas de JSS buscam agora exprimir-se por uma abertura mais lata da objectiva, englobando nela paisagens e seres, dominando-os com o mesmo peso de desencanto e análise fria, imaginando apólogos e fantoches, como esse excêntrico P., onde não custa perceber a sombra exemplar dum Carlitos, comovente e comovido, ou dum fleumático Tio Hulot. E para terminar esta nota não-publicitária, uma



Dedicatórias de Pacheco a Salazar Sampaio.



simples reserva, que é uma reserva grave: os poemas de amor de JSS, pela evolução atrás referida, aparecem n.º *O ramal de Sintra* transportados em histórias de amor. São histórias tristes, que se passam (e por isso me desgostam e

repelem) entre uma gente inerte, frustrada, perplexa, aborrecida, raciocinante, e triste afinal. Casais de amoro-
sos que resistem à “prova da leitaria”, mas abdicam depois da “prova da cama” que é de todas a mais cruel e a única decisiva. Um sinal dos tempos dirá o sociólogo; mas eu prefiro esta conclusão, um tanto lawrenciana: cada qual vê o amor conforme o faz. Os livros presentes, lançados em tiragens muito restritas, constituem os n.º 7 e 8 da colecção Contraponto, que tem publicado alguns dos nomes mais representativos da nova literatura portuguesa, como António Maria Lisboa, Carlos Wallenstein, Herberto Helder, Manuel de Lima, Mário Cesariny de Vasconcelos, Mário Sacramento, Natália Correia e Vergílio Ferreira.”

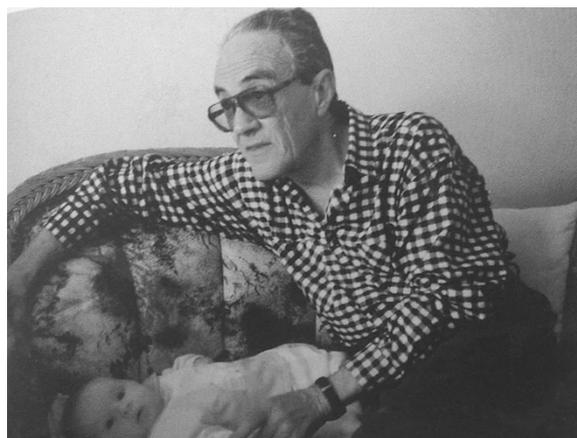
Luiz Pacheco e Salazar Sampaio

Para o livro de Sebastiana Fadda, *Jaime Salazar Sampaio, escritas à beira do palco* (Dom Quixote, 2006), Luiz Pacheco deu um longo testemunho sobre as suas relações com Salazar Sampaio, de que deixamos alguns extractos: *A vida de Jaime Salazar Sampaio é uma vida sem peripécias. Conheci o Jaime muito cedo. Andou comigo no Liceu Camões, nunca na mesma turma (...). O liceu não proporcionava grandes camaradagens, pois sendo o tempo do fascismo isso levantava suspeições. Fomos apresentados pelo José Cardoso Pires e, como morávamos perto, no caminho para casa é que confraternizávamos. Começou então uma relação de grande amizade, trocávamos as visitas. Ele casou primeiro que eu, com a Maria Natália Duarte Silva, que escrevia também. No Bloco vem um conto dela, coisas de uma menina muito nova. Quando ela morreu foi um choque muito grande para o Jaime. /O Jaime sempre foi muito reservado, é o feitiço dele. (...) O Jaime é um tipo com uma grande reserva, um grande pudor, uma incapacidade de se relacionar. Tem uma vida literária muito solitária, mas não se pode queixar: ele sabe-o. Tem uma obra que merecia maior projecção, mas a sua discrição não permitiu. Só mais recentemente é que a IN-CM publicou o Teatro completo, contribuindo para a sua consagração, ou que o teatro dele foi levado ao Festival de Edimburgo pelo Tagus Theatre e ao Festival do Cairo pelo Teatro Independente de Loures. (...) /Apesar disso continua retraído. Esteve no estrangeiro muito tempo, anos inteiros (em França foi professor em Montpellier; em Itália trabalhou pela FAO em Roma; ainda passou pela Inglaterra). Ele uma vez escreveu-me de Roma: “aparece por cá”. E uma vez apareci mesmo. Fui de comboio e em Génova pedi ao revisor que me enviasse um telegrama ao Jaime; assim encontrei-o mais tarde com a mulher, na estação de Roma Termini, muito espantados. Demos uns passeios pela península, até ao Vesúvio. /Muito antes, nos anos 1946-47 [45-46], no que diz respeito às nossas andanças literárias, colaborámos nas revistas Afinidades e O Globo. Em rotagem [1949], o primeiro livro de poemas de Salazar Sampaio, é um livro ligeiro. Teve uma crítica muito má nas páginas da revista Vértice, assinada por um estupor que depois veio a ser ministro, um tal Armando Bacelar... Mais tarde saíram os Poemas propostos [1954], que teve a amabilidade de me dedicar. Uns dez anos depois escreveu outro livro (tinha poemas erótico-líricos juntamente com alguns interventistas), que nunca chegou a sair. Chamava-se O viajante imóvel. Era feito a partir de poemas cortados, ou seja de*

frases cortadas e separadas em três montinhos que depois iam sendo coladas. Mas esta foi uma sugestão minha. O livro devia ser editado pela Portugália, mas na editora mudaram de ideias, pois ele, no meio literário português, era um desconhecido. / A primeira peça, *Aproximação*, saiu juntamente com vários poemas na colectânea *Bloco*, que foi apreendida pela PVDE. O livro tinha uma tiragem de 2000 exemplares, mas havia um truque: cada colaborador pagaria 150 escudos à tipografia, nós na factura púnhamos 1000 e assim sobrar-nos-iam 1000 exemplares. O truque não chegou a ser utilizado, porque mal o livro foi feito, quando eu fui à tipografia para pagar o resto, a PVDE já o tinha levado. Os exemplares que conseguimos salvar esgotaram facilmente. Em Lisboa havia gente que estava atenta e o livro teve uma certa repercussão. De minha autoria, havia História antiga e conhecida, em que Mário Cesariny se baseou para escrever a peça *Um auto para Jerusalém*. [...] Para além do meu texto havia textos de Ferro Rodrigues (pai do actual), de Mário Ruivo (que foi ministro; tinha lá uns poemas) e do José Cardoso Pires. Eu fui à PVDE, pedi que cortassem o que quisessem do livro e eles responderam que não se aguentava nada, nem a capa (era muito encarnada). A capa era de Castro Rodrigues. Os desenhos eram do Daniel Morais, que foi preso pela PVDE e acabou por se pirar para a Venezuela; enfim, fez a sua vida. Esse livrinho via-se mesmo que era coisa de jovens. Salvaram-se 200 exemplares, cada colaborador ficou com alguns. Cerca de 50 foram para o Alentejo, mas não houve recensões críticas nem nada. O Daniel Morais, o Mário Ruivo e o Francisco Castro Rodrigues eram todos do PCP e naquela altura calculo que era muito difícil que o Salazar Sampaio não fosse contactado pelo partido... Mas ele tem uma reserva mental muito grande. Quando não quer dar opiniões fica em silêncio. É um vício que vem do antigo regime: havia sempre um clima de suspeição e havia pessoas que se retraiam. [...] Depois do Liceu Camões o Jaime foi para agronomia. Tirou um doutoramento na Sorbona e teve classificação máxima. Entre outros, o Henriques de Barros interessou-se por ele, que era muito considerado por grandes professores, e lá fez uma boa carreira na administração pública, no Ministério da Agricultura, na direcção-geral dos Serviços Florestais. Chegou a director do Instituto e nunca abandonou a economia florestal até 1988. / Eu costumava dizer: “1 homem dividido não vale por 2”; depois tive conhecimento do caso do Borodin, médico e músico excepcional. Aí comecei a duvidar e passei a pensar: “1 homem dividido vale por 2?” / Acho curioso que se fale no teatro de Salazar Sampaio como teatro do absurdo. Quando saiu *Aproximação* ninguém falava nisso. As peças de Ionesco são mais drôleries e o Jaime não tem muito a ver com elas. As peças mais desenvolvidas eram *Os Visigodos* e *A batalha naval*; senão, normalmente, eram monólogos, pecinhas breves. [...] Enfim, com o Jaime temos cerca de 65 anos de camaradagem. Ele dedicou-me os *Poemas propostos* [1954], eu dediquei-lhe o meu primeiro livro, *Crítica de circunstância*, também apreendido pela PVDE, depois de muito divulgado pela *Ulisseia*, que já tinha poucos exemplares. Na dedicatória dizia: “A Jaime Salazar Sampaio, companheiro de jornada”. Tínhamos conversas de horas, tínhamos autores em comum: Torga, Pannit Istrati, Pessoa. [...] Deixando as divagações, eu e o Jaime andámos por cá no mesmo tempo histórico, temos dois dias de diferença, e partilhámos realidades comuns. Podemos mesmo chamar-lhe uma amizade longeva.

Sophia & Maria Natália

As relações entre Maria Natália Duarte Silva e Sophia de Mello Breyner datam da segunda metade década de 50 e tiveram um momento de aproximação importante na década seguinte com a participação das duas na colecção juvenil “Nosso Mundo”, que durou entre 1963 e 1968 e publicou 17 títulos. Com a morte de Maria Natália a 23-4-1971, Sophia dedicar-lhe-á um poema publicado depois em *Dual* (1972) e reproduzido no volume da obra poética de Maria Natália (2011): *Aquela que tanto amou/ O sol e o vento da canção/ Agora jaz no silêncio terrestre/ Oculta na ressurreição// Porque em seu viver nascia/ Porque estando era procura/ Sua imagem permanece/ Não passada mas futura// Sempre que rio e confio/ E passo além do meu pranto/ A sua presença irrompe/ Erguida em nós como canto// Aquela que agora jaz/ Como semente no chão/ Ergue no vento seu riso/ Transpõe a destruição*



Jaime Salazar Sampaio, em 1996

José Manuel Simões

A editora Abysmo de João Paulo Cotrim editou o que se salvou da obra de José Manuel Simões (1932-1999), *Sobras completas* (2016), com prefácios de Helder Macedo e José de Sá Caetano. José Manuel Simões, a quem Manuel de Castro dedicou o seu livro de estreia *Paralelo W* (1958), foi o primeiro tradutor português de Sade, *Diálogo entre um padre e um moribundo*, editado à socapa pela Contraponto de Luiz Pacheco em 1959 e distribuído em circuito privado, não comercial, a amigos e conhecidos, naquela que foi a primeira edição que entre nós se fez dum texto de Sade.

Manuel de Seabra [1932-2017]

Faleceu em 22 de Maio de 2017 Ernesto Manuel de Seabra Ferreira Bértolo, que assinava apenas Manuel de Seabra, e que foi porventura o mais importante tradutor português do século XX. Traduziu directamente do castelhano, catalão, provençal, italiano, francês, inglês, russo, chinês e esperanto, de que foi um dos últimos grandes estudiosos. Exilado desde 1954, acabou por viver grande parte da vida em Barcelona, tornando-se um eminente conhecedor da língua catalã, para a qual

traduziu um importante número de obras. A sua ação em prol da língua catalã valeu-lhe em 2001 a Creu de Sant Jordi. Nuno Pacheco subscreveu no jornal *Público* (8-6-2017) a única notícia sobre o seu desaparecimento de que demos nota.

Fernando Ribeiro de Mello



No volume anterior desta revista, devido ao escândalo que então motivou, com um duro e longo processo judicial que acabou julgado no Tribunal plenário de Lisboa, dedicámos larga atenção à primeira edição comercial de Sade em Portugal, *A filosofia na alcova* (1966), com prefácio de Luiz Pacheco, desenhos de João Rodrigues e edição de Fernando Ribeiro de

Mello, na sua então recém-nascida chancela Afrodite. O editor da Afrodite, que é recordado neste mesmo volume por Isabel Mendes Ferreira, foi este ano contemplado com uma exposição na Biblioteca Nacional, tutelada por Pedro Piedade Marques, e que decorreu entre 1 de Março e 25 de Junho. O título da exposição, “Insólita ofensiva de corrupção” retoma uma das acusações judiciais que foram feitas em 1966 pelos censores e os tribunais contra a actividade editorial de Ribeiro de Mello – porventura o mais corajoso e castigado editor português no sinistro período do Estado Novo.

Amedeo Bertolo [1941-2016]

Nascido em plena guerra mundial, Amedeo Bertolo aproximou-se do anarquismo na sua primeira juventude e tornou-se um dos animadores das Juventudes Libertárias de Milão e logo depois do grupo Bandeira Negra, fundado com o histórico Giuseppe Pinelli. Em 1971 foi um dos fundadores da *Rivista anarchica*, publicação de referência do anarquismo mundial que se publica ainda hoje, todos os meses, em Milão. Foi ainda um dos criadores do Centro de Estudos Libertários – hoje Arquivo Giuseppe Pinelli em 1976 e da casa editora Eleuthera (1986), que tanto empenho tem tido em abrir novas perspectivas ao anarquismo. Acabou de falecer aos 75 anos e dele publicamos neste volume um pequeno e curioso memorando sobre o mais conhecido símbolo da iconografia libertária – o “A” dentro dum círculo. Colaborara já na nossa revista, no n.º 53 (1989), com o texto “Poder, autoridade, domínio”. O mais recente boletim do CIRA (Centre Internationale de Recherches sur l’Anarchisme), saído na Primavera de 2017, dedica-lhe um pequeno memorial assinado por Marianne Enckel.

Henry David Thoreau [1817-1862]

Decorreram na Biblioteca Nacional entre 10 e 26 de Abril de 2017 um conjunto de eventos (palestras, mesas-redondas,

leituras de poemas e exposição biblio-iconográfica), evocando Henry David Thoreau no bicentenário do seu nascimento, “Resistência Civil / Acordo com a Natureza”. Dos materiais expostos constava o n.º 9 da revista *A Ideia* (Outono de 1977), com uma página consagrada ao escritor e pensador norte-americano. A iniciativa foi do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa.

Anarquismo, Trabalho e Sociedade

Assim se chama o “livro em homenagem a João Freire”, organizado por Luísa Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego, Maria Alexandre Lousada, Carlos Gonçalves e Cristina Rodrigues, editado pelas edições Almedina (Coimbra, 2017, 692 pp.) e lançado em Abril de 2017 no ISCTE. Com 26 colaborações, dividido em cinco partes – “Anarquistas e Operários”, “Variações sobre o tema Trabalho”, “Economia e Sociedade”, “Roteiro(s) da(s) Memória(s)” e “Pessoa comum no seu Tempo” –, a que se acrescenta uma bibliografia final e uma introdução inicial subscrita pelos organizadores, salientamos aqui nesta nota dois dos estudos publicados, o primeiro da autoria de Luísa Tiago de Oliveira, “Setúbal Libertária. Cinco passos ao encontro de João Freire”, bom contributo para o conhecimento dessa excepcional figura que foi Jaime Rebelo (1890-1975), o “homem de boca cerrada” – cortou a língua nos calabouços da polícia política para deixar de falar e assim evitar qualquer denúncia –, e o segundo de José Maria Carvalho Ferreira, “João Freire: o dilema da luta pela emancipação social”, compreensiva e informada síntese do itinerário mental e físico de João Freire.



Jantar de lançamento do livro consagrado a João Freire (Maio de 2017), fotografia de Paulo Eduardo Guimarães.

Letra a Letra

Saiu mais um número (n.º 5, Setembro de 2016) desta revista animada e coordenada por Jorge Colaço, antigo cooperante da editora “A Sementeira”, que na década de 80 do passado século editou a revista *A Ideia*. Salientamos entre a colaboração presente, os materiais sobre educação e pedagogia, com textos de Fourier, Proudhon, Paul

Robin, Francisco Ferrer e Mário de Oliveira e testemunhos de comunidades escolares de Hamburgo e da escola Paideia, fundada por mulheres libertárias na região de Mérida há quatro décadas e ainda hoje a funcionar com assinalável sucesso.

Erva Rebelde

Depois dum número experimental publicado em 2016, acabou de sair em Abril de 2017 o primeiro número da portuense *Erva Rebelde*, revista publicada pelo GERA Grupo Erva Rebelde, com um aspecto gráfico irrepreensível e uma temática variada e rica. Nas páginas centrais destaca-se a presença de Emma Goldman, com um texto, “A Criança e os seus inimigos”, tão acutilante e certo como tudo o que esta formidável figura escreveu. Assinalam-se ainda textos consagrados à luta pela emancipação das mulheres curdas, à rede anarquista no Brasil, à herança libertária em Cuba e às questões organizativas internas, revisitando o debate entre “plataformistas” (Archinov e Makno) e sintesistas (Sébastien Faure), neste caso a propósito dos estudos de Gaetano de Manfredonia. Como quer que seja, todos os textos dados a lume têm interesse e merecem atenção. A cidade do Porto teve no passado uma persistente e qualificada imprensa libertária, em que sobressaem revistas como *Nova Silva* e jornais como *A Vida*, *A Aurora* e *A Comuna*, todos eles de longa duração. Cremos que *Erva Rebelde*, cujo título é já todo um programa em época de transgênicos, está em condições de continuar e actualizar esta rica tradição.



fotografia de Mario Rui Pinto
(Campinas, Junho de 2017)

Fórum Geral Anarquista

Realizou-se de 16 a 18 de Junho em Campinas, Brasil, o 3.º Fórum Geral Anarquista, organizado pela Iniciativa Federalista Anarquista, constituída pelos seguintes grupos: Liga Anarquista do Rio de Janeiro, Fenikso Nigra de Campinas, Comuna Anarco-Punk Aurora Negra, que

dinamiza o Centro de Cultura Social da Favela Vila Dalva na zona oeste de São Paulo, e Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri (NELCA) de Guarujá, cidade situada no litoral de Santos. Ao longo de três dias, cerca de 80 pessoas participaram nas várias actividades programadas, desde as “rodas de conversa” informais até aos grupos de discussão e às apresentações mais formais ao final do dia. Programa cheio, no qual se destacaram as apresentações sobre os “100 anos da greve geral de 1917”, da autoria de Alexandre Samis, e sobre os “100 anos da revolução russa” com René Berthier, da Federação Anarquista francesa.



fotografia de J.G. e J.H.

Flauta de Luz

Saiu em Abril de 2017 o quarto número desta revista coordenada e editada por Júlio Henriques e agora distribuída pelas edições Antígona. Em nossa opinião, é a melhor revista que hoje se faz em Portugal, com uma exigência de linguagem, uma originalidade gráfica e uma linha editorial exaltante que só a criatividade e a experiência de muitas décadas do seu editor podem ajudar a explicar. Não se trata com certeza do último elo duma cadeia de ouro – a rica tradição editorial libertária que começou entre nós ainda no século XIX – mas do primeiro momento duma renovada linhagem, em terceira ou quarta geração, que esperamos cada vez mais dinâmica e afirmativa e em que também se insere o jornal MAPA. Pedidos às edições Antígona.



Eva e Adão, barro de Mitó Viana (2017)



Fotografía de Dominique Labaume, 1978

NOVOS COLABORADORES



André Alves nasceu em Lisboa em 1987. Viveu em Lisboa e Roma. Vive actualmente em Kiev. Não escreve sobre o que quer, mas sobre o que vive.

Luís Andrade nasceu em 1953. Coordena o grupo de investigação “Pensamento Moderno e Contemporâneo do CHAM – Centro de Humanidades” e o “Seminário Livre de História das Ideias” (FSCH-UNL). Dirige o projecto de publicação “Revistas de Ideias e Cultura” (www.ric.slihi.pt), onde disponibilizou já para leitura coleções integrais das seguintes revistas libertárias: *Nova Silva* (1906-1907), *A Sementeira* (1908-1919), *Germinal* (1916-1917), *Suplemento literário e ilustrado de A Batalha* (1923-1927) e *Renovação* (1925-1926).

Beldiabo, veio das regiões limítrofes do Inferno, aquelas que têm comunicação com o nosso mundo, e colaborou com regularidade pontual nesta revista entre 1988 e 1991. Ainda nos fez uma visita passageira no ano de 1996. Depois duma longa temporada de retiro nos seus vastos e solitários domínios infra-terrenos, está agora de volta como suspeitávamos em 2015 (n.º 75/76).

Marc Badal, participante em colectivos e movimentos sociais agro-ecológicos no Estado espanhol, autor de trabalhos relacionados com a prática destas experiências e com a situação dos meios rurais. O trabalho que dele se apresenta é um excerto extraído do seu livro *Vidas a la intemperie* (2014), em selecção e tradução de Júlio Henriques.

Raquel Moraes Sarmiento de Barros nasceu em 1942, em Lisboa. Filha de Luísa David Moraes Sarmiento e Henrique Teixeira de Queirós de Barros (presidente da Assembleia Constituinte, 1975/76). Educadora de infância formada na Escola João de Deus (Lisboa), criada por João de Deus Ramos, amigo próximo de seu avô, o poeta João de Barros. Fez toda a sua profissional nessa escola.

Amedeo Bertolo (1941-2016). Histórico militante libertário italiano. Fundador do “Centro Studi Libertari” de Milão, criado em 1976 e ainda hoje muito activo (www.centrostudilibertari.it). Um dos criadores e divulgadores do “A” dentro dum círculo, que se tornou o ícone dos libertários de todo o mundo.

Janet Biehl, escritora e activista estadunidense, nasceu em 1953. Estudos de teatro no Ohio e a partir de 1967 vida profissional em Nova Iorque no mundo da edição. Em 1986 interessou-se pelas ideias de Murray Bookchin e no ano seguinte mudou-se para o Vermont, tornando-se uma activista e divulgadora da *ecologia social* de Bookchin. Visitou em 2014 e 2015 o Rojava, no norte da Síria, e publicou em 2015 uma biografia de Bookchin, *Ecology or Death*. Esteve em Lisboa em Agosto de 1998, na “Conferência Internacional sobre Ecologia Social e suas perspectivas Políticas”, iniciativa dum grupo de libertários de Montreal e do Instituto de Ecologia Social de Bookchin, no Vermont, que contou em Lisboa com um grupo informal de

apoio em que *A Ideia* participou e a organização institucional, espacial e financeira do SOCIUS do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Maria Braga nasceu em Portugal, no meio do oceano. Ler, pensar sobre o que leio, traduzir são actividades que sempre fizeram parte da sua vida; escrever também, mas para guardar nos *meus documentos* ou na gaveta, Metade bicho-deto-mato, outra metade bicho-de-conta, raramente se conta.

Ferreira de Castro (1898-1974). Fez a sua escola no jornalismo operário da República – *A Batalha*, o suplemento semanal ilustrado deste diário, a revista *Renovação* e tornou-se depois, no rescaldo do choque do decadentismo simbolista e das vanguardas modernistas, o escritor que reorientou a literatura portuguesa para a escola realista. É entre nós o precursor do que se convencionou chamar neo-realismo e o autor da que nos parece ser a obra-prima dessa escola, *A lã e a neve* (1947).

Mário Idalino da Costa Brochado Coelho nasceu em 1939, em Vila Nova de Gaia. Resistente anti-fascista e advogado de presos políticos nos tribunais plenários de Lisboa e Porto. Membro fundador da cooperativa “Confronto”, encerrada pela polícia política em 1972, e da revista *O Tempo e o Modo*. Deputado municipal na Assembleia Municipal do Porto pela UDP (1977-1981), de que foi um dos fundadores. Publicou um livro de poesia, *Cinco passos ao sol* (1991), e muitos outros de intervenção cívica, em que se destaca *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade* (1971).

Perfecto E. Cuadrado nasceu na província de Zamora, em 1950. Licenciatura em Salamanca (Filologia Românica) e doutoramento na universidade das Ilhas Baleares com um estudo sobre Mário Cesariny. Coordena o Centro de Estudos do Surrealismo da Fundação Cupertino de Miranda. Trabalhos sobre Eugénio Granell e outros. Antologiou a poesia surrealista portuguesa.

José Dias nasceu em Braga, em 1948. Dirigente da Acção Católica Estudantil Universitária (1965-1970). Membro fundador do Movimento de Esquerda Socialista (1970); técnico sindical no Vestuário de Braga (CGTP-IN) e depois funcionário da Inatel, em que se reformou.

J. M. Lo Duca (1905-2004). Escritor italiano; adoptou a partir de 1940 a língua francesa. Relações de amizade com Marinetti na adolescência. Foi um dos fundadores dos *Cahiers de cinema*, em 1951. Publicou na década de 60 uma *enciclopédia da erotologia*, que teve mais tarde continuidade em vários livros, entre eles, *A erótica da arte*, *A história do erotismo* e *O erotismo no cinema*.

Álvaro Sanabria Duque, economista colombiano (Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá). Texto extraído de “Colômbia: la crisis campesina y las semillas del diablo”, *Línea de Fuego*, 24-9-2013. Tradução e adaptação de Júlio Henriques.

Marta Esteves a sua biografia é o artigo 629 do livro *Da certeza* de L. Wittgenstein.

Henrique Manuel Bento Fialho nasceu em 1974. Estudos em filosofia. Professor e livreiro. Poeta e músico. Prefaciou livros de Amadeu Baptista, Fernando Esteves Pinto e Jorge Aguiar Oliveira. Escreveu num poema seu: *Gilles Deleuze e Félix Guattari lembram: as bandeiras, as nações, os exércitos e os bancos fazem tesão a muita gente. Às vezes fazem tanto que inflamam o músculo.*

Marcelo Finateli nasceu em São Paulo, Brasil, em 1977. Licenciatura em Ciências Sociais. Colabora nas acções do grupo editorial Ioplop.

Inês Francisco Jacob diz que, um dia, gostava de ser lida, ainda antes de ser ouvida.

Guy Girard nasceu em 1959, em Flamanville (França). Poeta e pintor. Descobriu o surrealismo em 1977 e desde 1990 que participa activamente nas acções do Grupo Surrealista de Paris. Colaborador regular do jornal *Le monde libertaire*, órgão da Federação Anarquista francesa e sucedâneo do velho *Le libertaire* onde André Breton deu a lume *La Claire Tour* (11-1-1932), donde são extraídas as passagens que publicamos neste volume.

Emma Goldman (1869-1940). Russa de origem judia; emigrou para os Estados Unidos em 1886 e aí se tornou anarquista, publicando um jornal *Mother Earth*. Em 1919, foi deportada dos Estados Unidos para a Rússia soviética, onde permaneceu até à revolta de Cronstadt (1921). Passou então à Europa, continuando a escrever logo de imediato escreveu dois volumes sobre a sua experiência na revolução russa, *My disillusionment with Russia* (1923) e *My further disillusionment with Russia* (1924) e a fazer conferências. Foi das poucas figuras do anarquismo internacional a compreender a decisão da CNT em participar no governo de Largo Caballero no Verão de 1936. Defendeu os direitos da mulher, o controle dos nascimentos e a liberdade individual e sexual. Deixou um admirável livro de memórias, *Living my Life* (1931).

Vasco Macedo desde 1989 que aceita o nome de Vasco de Carvalho Figueiredo Macedo quando é obrigado a preencher formulários e demais *coisas que a polícia inventou para não nos beijarmos a sério*. Nasceu no Porto e vive exilado em Lisboa fiel à sua condição de lumpemproletário.

Emanuel Madalena tem 30 anos; é mestre em comunicação, quase mestre em edição; escreve prosa e poesia, que vai espalhando em publicações digitais, analógicas, antológicas e arqueológicas.

Angela Magnatta jovem cartezista italiana. Vive e trabalha em Paris. Toma o cartaz como um manifesto ou uma declaração que não necessita de palavras. Comoventes trabalhos sobre a representação do rosto feminino e o combate das mulheres.

José Carlos Costa Marques nasceu no Porto, em 1945. Publicou, em 2009, sob um nome suposto [Aurélio Porto], a colectânea *Flor de Um Dia*, que reúne cinquenta anos de poesia inédita. Em 2011 saiu *Safra do Regresso*, uma espécie de curta coda a *Flor de Um Dia*, sob o mesmo nome. Com o nome civil, publicou em 1989, o livro *Investigação da Alegria*. Fundou, coordena e dirige a revista de poesia e

tradução *DiVersos*. Histórico do movimento ecologista português, conviveu na sua adolescência com Maria Natália Duarte Silva. Membro fundador e um dos principais animadores da organização ecologista “Campo Aberto”.

Hilário Marques nasceu na Guarda, em 1877, e faleceu em Lisboa em 1949. Entrou em 1900 no Arsenal da Marinha com o ofício de caldeireiro e aí se manteve até se tornar mestre-geral de estaleiro. Fundou a revista *A Sementeira* (duas séries; 1908-1913 e 1916-1919), talvez a mais marcante revista anarquista portuguesa desse período. Depois de 1922, não seguiu a orientação bolchevista do sindicato dos arsenalistas e manteve-se fiel ao ideário libertário. João Freire consagrou-lhe um primeiro estudo de fundo, “A Sementeira de Hilário Marques” (in *Análise Social*, n.º 67/69, 1981), que espera continuidade numa boa e copiosa biografia.

Jorge Martins nasceu em 1953. Doutoramento em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Autor de estudos judaicos e inquisitoriais. Da sua bibliografia destacamos: *Portugal e os Judeus* (3 vols., 2006), *Breve história dos Judeus em Portugal* (2009), *Maria Gomes, cristã-nova, 117 anos: a mais idosa vítima da Inquisição* (2012), *O judaísmo em Belmonte no tempo da Inquisição* (2016).

Ida Mett (1901-1973). Nasceu na Bielorrússia, no antigo império russo com o nome de Ida Gilman. Em 1919 foi para Moscovo estudar medicina, ligando-se ao movimento anarquista. Presa pelas autoridades em 1924 e acusada de actividades subversivas, conseguiu fugir para a Polónia e depois para Berlim e para Paris, onde chegou em 1926, adoptando então o nome pelo qual é hoje conhecida. Ligou-se ao jornal *Dielo Truda*, editado em Paris por Nestor Makno e Pedro Archinov, acabando por ter um importante papel em França na divulgação das ideias libertárias ao lado de Nicolas Lazarevitch (1895-1975), também ele exilado político de Leste. Em 1948 publicou um livro marcante para a história dos acontecimentos de Cronstadt em Março de 1921 *A comuna de Cronstadt – crepúsculo sangrento dos soviets* e vinte anos depois outro não menos marcante sobre as movimentações camponesas na Rússia da revolução, que pode ter afinidades com os de Chaynov.

Cláudia Rita Oliveira nasceu em Loulé, em 1976. Licenciatura em Design de Comunicação (Algarve, 2001). Bacharelato na área de Montagem na Escola Superior de Teatro e Cinema (Lisboa, 2004). Estudos e estágios na área do cinema e da fotografia. Trabalha desde 2003 na área de montagem para produtoras. Trabalhou em edição para Pedro Costa, Vera Mantero, Miguel G. Mendes, Luciana Fina e Pedro Pinho. Editou o documentário *José e Pilar*, de Miguel Mendes e integrou a equipa de montagem de “Fábrica de nada” de Pedro Pinho. Realizou o belo documentário *Cruzeiro Seixas – As cartas do rei Artur*.

Mário Pais de Oliveira, conhecido por Padre Mário de Oliveira, nasceu em Lourosa, Santa Maria da Feira, em 1937. Perseguido pela PIDE e julgado duas vezes em tribunal plenário, perdeu, por ordem do bispo do Porto, António Ferreira Gomes, a paróquia em que assistia, Macieira da Lixa. Sem nunca renegar a sua formação cristã, reconhece-se no Jesuísmo (a não confundir com Jesuitismo), que enaltece os ensinamentos de Jesus sem necessitar de lhe reconhecer a divindade. No ano do centenário do

fenómeno de Fátima, é com gosto que o recebemos nas páginas deste volume — ele que o denunciou em *Fátima nunca mais* (1999).

Maria Paiva nasceu em 1956 nos arrabaldes da serra da Estrela, é nómada e vive actualmente em Lisboa. Publica neste volume o seu primeiro poema.

Ana da Palma, viajante minuciosa, entusiasta e dedicada das línguas e literaturas, nómada poeta e ensaísta da escrita e do mundo e agricultora, autodidacta preguiçosa. Viveu em Paris, San Francisco (EUA) e Imaginário. Viajou pela Europa, Magrebe e residiu vários anos nos EUA, América central, América do sul. Passou uma vida de 16 dias no inferno sionista da Palestina. Investigadora de uma insaciável curiosidade. De aparência calma, pacata e sossegada, é veloz, corajosa e temerária na urgência. Assim, é uma pacifista violenta, uma optimista pragmática e uma associada amável sem lealdade à “tabacaria do outro lado da rua” e que nem sempre concorda com sua opinião. Mãe e professora, tutora, formadora, tradutora precária. Pertence a vários colectivos do Porto: ex-Casa Viva, GAP (Grupo Acção Palestina), GERA (Grupo Erva Rebelde Anarquista), Sapato 43 e participa noutros colectivos ou na organização de encontros pontuais.

Beatriz de Almeida Rodrigues passou por aqui, detendo-se um pouco. Estes são os sinais.

Manuel Tavares Rodrigues [Manoel Tavares Rodrigues-Leal] (1941-2016). Estudou Direito em Lisboa e Coimbra e trabalhou na Biblioteca Nacional. Publicou sob pseudónimos cinco livros em edição de autor (2007 a 2011). Tem publicação regular na revista *Nova Águia* e na revista *Caliban*. Quase toda a sua obra é inédita.

Jaime Salazar Sampaio (1925-2010). Dramaturgo e poeta. Foi um dos editados pela chancela Contraponto de Luiz Pacheco, que conheceu no Liceu Camões e a quem sempre se manteve ligado. A Imprensa Nacional por iniciativa de António Braz Teixeira reuniu ainda em vida do autor a sua dramaturgia em *Teatro completo* (5 vols.; 1997; 2002; 2005; 2010). Coordenou *Bloco – poesia, conto, teatro* (1946) com Luiz Pacheco.

Fernando Alves dos Santos (1928-1992). Foi um dos fundadores do surrealismo em Portugal. Diálogo muito próximo com António Maria Lisboa desde a adolescência.

Maria Natália Duarte Silva (1930-1971). Estreou-se aos 16 anos no volume colectivo *Bloco – poesia, conto, teatro* (1946) com um conto que andava até agora desconhecido. Casou nesse mesmo ano com Jaime Salazar Sampaio, de quem se divorciou em 1950 para se casar no ano seguinte com Nuno Teotónio Pereira. Inicialmente agnóstica, converteu-se em 1956 ao catolicismo. Conciliou a conversão com a luta contra o Fascismo e animou dentro da Igreja um

sector muito activo e destemido na oposição ao Estado Novo. Do seu grupo de católicos saiu a acção directa anticolonial da Capela do Rato — jejum pelo fim da guerra — na passagem do ano de 1972/73. “Cumpriu um destino exemplar”, disse dela, depois da sua partida, Luiz Pacheco, que a conheceu aos 15/16 anos no Liceu Filipa de Lencastre, em Lisboa. Amigos e familiares reuniram-lhe a obra poética, edita e inédita, em volume (Afrontamento, 2011).

Luís de Moura Sobral nasceu em Viseu, em 1943. Doutoramento em História de Arte (1976, Lovaina). Ensinou em universidades americanas e europeias, com destaque para a de Montreal, de que foi entre 1987 e 1995 director do Departamento de História de Arte. Estudos sobre o barroco, a gravura e o surrealismo com vasta obra publicada em Portugal e no Canadá. Principal organizador da exposição de Montreal dedicada ao surrealismo português (1983).

Carlos Taibo nasceu em 1956. Professor de Ciência Política na Universidade Autónoma de Madrid. Entre os seus muitos livros destacamos: *El 15 M en 60 preguntas* (2011), *El decrecimiento explicado con sencillez* (2011), *Repensar la anarquía – acción directa, autogestión, autonomía* (2013), *Comprender Portugal* (2015). Acaba de publicar *Anarquismo y revolución en Rusia [1917-1921]*. Em 2015 e 2016 esteve em Portugal a convite do Portal Anarquista, a que a revista *A Ideia* se associou.

Henry David Thoreau (1817-1862). Discípulo de Emerson, foi uma das fontes próximas de inspiração de Gandhi. É hoje um dos clássicos da literatura norte-americana. Max Nettlau avaliou-o como “a mais bela figura” no seio do “espiritualismo libertário americano”.

Fátima Vale [atriz, performer, encenadora]. Em 1975 enterrou-lhe a placenta na Namíbia. Publicou as obras *azimute* (temas originais, 2011), *spabilanto* (incomunidade, 2012), *colostro das vitórias* (edições sem nome, 2016). Em 2013 subiu à montanha para derrubar muros em torno dos olhos. Desde 2001 que é mãe, onde cresce a tempo inteiro.

Fernando Venâncio (Mértola, 1944). Licenciou-se em Linguística Geral na Universidade de Amesterdão, onde também se doutorou. Foi docente de Língua e Cultura Portuguesa em várias universidades holandesas. É investigador sénior em História do Léxico Português. É ainda tradutor e escritor, com longa presença na imprensa escrita portuguesa.

José Pedro Zúquete nasceu em 1979. Politólogo [área de investigação: política comparada e radicalismo político]. Trabalha como investigador no Instituto de Ciências Sociais.



A PHALA

1967

uma publicação do Grupo Surrealista de São Paulo

2016

NEWSLETTER

2

NA PRÓXIMA ENTREGA A REVISTA
A PHALA 4 TRAZ OS TEMAS
DA RASGA ABSOLUTA À
MULHER-SEM-CABEÇA

DESDE A ANTIGUIDADE O SOL REAPRESENTA O SEXO-PHALLUS
E O NEGRO ESPELHA O SEXO-MULHER, A CABEÇA DA MULHER.
A CABEÇA CORTADA É A SCENA DA MEDUSA, RITUAL-ESPELHO.
É A BUCETTA DE PANDORA QUE SE ABRE, IGUAL *EX OVO OMNIA*
DA FEMMINA, DA NIGRA ERÓTICA QUE SE ESPALHA DE NEGROR.
O SOL É O DEUS NEGRO DO MUNDO AO CONTRÁRIO, NO RITUAL-
ESPELHO DA MULHER ÀS AVESSAS, DE PERNAS PR' O AR E
QUE TE ABRE EM DUAS, A RASGA-SEXO É A CABEÇA CORTADA.
OH ISIDIS, O(SIRIS) É O SOL NEGRO DA MELANCOLIA

OS LIVROS IMPOSSÍVEIS

Letras Livres

LIVRARIA

livros novos · usados
fundos e esgotados

Calçada do Combro, 139

www.letralivre.com · letralivre@sapo.pt

FLAUTA DE LUZ

O fio condutor desta revista, editada em Portalegre com colaboração internacional, é o relacionamento crítico de dois extremos: por um lado, o desenvolvimento demencial da tecnologia como configuração totalitária do capitalismo, por outro lado, a resistente e heróica permanência das culturas vernaculares.



Ninguém vive completamente separado da terra; um tal isolamento é inimaginável. Devemos pois, mais cedo ou mais tarde, conciliar-nos com o mundo que nos rodeia. Não há alternativa, se quisermos realizar e conservar a nossa humanidade; o ideal ético e prático de preservação faz necessariamente parte da nossa humanidade.

O nosso sentido da ordem natural embotou-se, tornou-se pouco fiável.

A esfera dos nossos instintos reduziu-se, tal como se reduziu a nossa capacidade de conceber a realidade da própria natureza selvagem.

No entanto, e apesar disso, creio ser possível formularmos uma ideia ética da Terra. E creio sobretudo que isso é absolutamente necessário.

N. SCOTT MOMADAY

P R O C U R A - S E

EDIÇÃO SEMNOME



R E C O M P E N S A

• literatura sapiencial • poesia • grimorialia •
aforística gnómica • ensaística desacadémica •
novelas de mistério • romance fantástico •

www

edicoessemnome.wixsite.com/edicoessemnome

assuntos gerais e encomendas
semnome.encomendas@sapo.pt

facebook

www.facebook.com/edicoessemnome

envio de originais

edicoes.semnome@sapo.pt

autores & artistas publicados Luiza Dunas ◇ Susana Chasse ◇ José Emílio-Nelson ◇ António Quadros Ferreira ◇ Domingos Pinho ◇ Fernando Pessoa ◇ Gilberto de Lascariz ◇ Anami Randa ◇ Ivo Hoogveld ◇ Filipa Sottomayor ◇ Fátima Martins ◇ Abel Carvalho ◇ Toshiyuki Enoki ◇ Anabela Borges ◇ Paulo Damião ◇ João Rasteiro ◇ Daliborka Kordic ◇ Cruzeiro Seixas ◇ Isabel Mendes Ferreira ◇ José Pires F. ◇ Maria Eduarda Colares ◇ Jorge Viotti ◇ Fátima Vale ◇ Marzena Ablewska-Lech ◇ Vitor Vicente ◇ Adriana Crespo ◇ Risoleta Pinto Pedro ◇ Elsa Catarina Oliveira

autores no prelo Henrique Varik Tavares ◇ Jorge Velhote ◇ Rui Falcão de Campos

em preparação Raul Leal ◇ Alberto Ferreira ◇ Carlos Dugos ◇ Catarina Lourenço ◇ Francisco Soares ◇ Sofia Carvalho ◇ Sohee Haaz ◇ Leonora Rosado ◇ Raul Morais ◇ Donis de Frol Guilhade

A revista *A Ideia* é uma publicação em papel, sem fins lucrativos ou comerciais, que não se destina ao normal circuito livreiro comercial; vive do contributo voluntário dos colaboradores e dos leitores. A revista é enviada a um grupo de pessoas que acompanha o seu trajecto desde há anos ou décadas e que cobre o envio através dum donativo. Os trabalhos publicados, salvo indicação em contrário dos autores, não têm direitos reservados e podem ser reproduzidos livremente. Em contrapartida, na livre reprodução, é necessário respeitar as seguintes condições: assinalar sempre autor e local primitivo de publicação; não alterar a criação original; não ter objectivos comerciais.

Atribui-se um valor simbólico a cada exemplar 20 € para número duplo ou triplo e que se destina em exclusivo a compensar os custos de edição e expedição. Contra este donativo o editor compromete-se a fazer o envio regular por correio postal da revista que pode ser encontrada também nas mesmas condições em depositários (v. *ficha técnica*). O leitor em falta pode conferir a sua situação com o responsável (acvcf@uevora.pt), agradecendo-se caso possa o envio do donativo.

A revista pode ainda ser enviada pela primeira vez, e sem solicitação, a um destinatário. Pretende-se nesse caso sondar o seu interesse sobre a publicação. Em caso afirmativo solicita-se o envio do donativo pelos meios indicados, bem como indicação escrita da sua intenção para o responsável, para que se proceda de futuro ao envio postal da revista; caso contrário, agradece-se que o destinatário assinale para o mesmo endereço a rejeição, de modo a suspender a expedição futura, não ficando obrigado à devolução do exemplar recebido.

Estimula-se a permuta com outras publicações afins e sempre que isso aconteça a revista será expedida com uma indicação expressa: *oferta para permuta*. Há porém casos bibliotecas públicas, municipais e outras em que a revista é enviada a título de oferta, sem solicitação de permuta. Os colaboradores têm direito à oferta dum exemplar da publicação em que estão presentes, o que não obsta a que, podendo, contribuam de forma voluntária com um donativo para o seu prosseguimento.



Os donativos podem ser liquidados do seguinte modo:
envio de cheque, ao cuidado de *antónio cândido franco*, para
rua Celestino David n.º 13-C, 7005-389 Évora, Portugal.
transferência bancária à ordem da conta com o seguinte nib/iban:
PT50 00350 73400014449400 13

